

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

LUÍSA MARIA SILVA DANTAS

AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR?

Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia
multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA

Porto Alegre – RS

2016

LUÍSA MARIA SILVA DANTAS

AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR?

Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre – RS

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Dantas, Luísa Maria Silva

AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada - Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA / Luísa Maria Silva Dantas. -- 2016.

480 f.

Orientadora: Cornelia Eckert.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Trabalho Doméstico Remunerado e/ou Realizado na Casa de Terceiros; . 2. Etnografia da Duração; . 3. Cidades;. 4. Interseccionalidade;. 5. Racismo;. I. Eckert, Cornelia , orient. II. Título.

LUÍSA MARIA SILVA DANTAS

AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR?

Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Jurema Gorski Brites (PPGCS/UFSM)

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (PPGS/UFRGS)

Profª. Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha (PPGAS/UFRGS/FEEVALE)

Profª. Dra. Cornelia Eckert (PPGAS/UFRGS - Orientadora)

Porto Alegre/RS

2016

Agradecimentos

Primeiramente FORA TEMER!

Esta tese é resultado de aproximadamente cinco anos de pesquisas e aprendizados. Ela é uma produção coletiva, apenas possível devido às contribuições e esforços de vários agentes humanos e não-humanos. Gostaria de agradecer imensamente às minhas parceiras, interlocutoras de pesquisa e amigas, trabalhadoras domésticas e protagonistas deste trabalho. Em Belém: Francisca e Hilda. Em Porto Alegre: Salete, Rosanne, Maria, Patrícia, Telma e Marina e várias domésticas que conheci na sala de espera do sindicato. Em Salvador: Creuza, Cleusa, Milca, Zezinha, Maria do Carmo, Ilza, Cristina, Marinalva, Margô, Tina, Maria José, Ana, Conceição, Vera, Marta, Fátima, Mara e todas as trabalhadoras que conheci no sindicato e no conjunto 27 de Abril, meu muito obrigada! Também aos professores da UFBA, Cíntia Muller, Carlos Caroso e Fátima Tavares pelo apoio, aos colegas da disciplina Pesquisa Orientada que tive o prazer de dialogar: Lorena Volpini, Mariana Balem, Juliana Rosa e Liu Pinheiro. Além das pessoas que me acolheram e que se tornaram família: Manuca, Dalila e Roberto, Ester e Militão, Moaba, além de Vinicio e Joilda. Sem o carinho e amizade de vocês a estadia na Bahia não teria sido a mesma.

Também gostaria de agradecer às lideranças sindicais, advogados e prestadores de serviços relacionados ao emprego doméstico com quem tive contato: Iلسon, Valdir, Nogueira, Giovana, Arimar, Regina, Juscelino, Ivânia e Fernando. E às empregadoras que participaram desta pesquisa: Lilia, Amélia, Vanda, Lúcia e Edileusa.

Depois, mas não menos importante, gostaria de agradecer à minha orientadora Cornelia Eckert por todos os aprendizados, pelo apoio nas diferentes etapas do período de doutorado e pela paciência e compreensão nos últimos meses de escrita. Também às professoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Ondina Leal que participaram da banca de qualificação da tese fazendo críticas e contribuições bastante pertinentes.

Agradeço ao professor François-Xavier Devetter e à funcionária Marie-Pierre Coquard por terem me recebido no Centre Lillois de Recherches Sociologiques et Économiques e possibilitado meu acesso a todos os recursos disponíveis naquela instituição, desde o uso de bibliotecas, xerox, documentação e restaurante universitário, até a participação nas conferências e seminários do centro, nas reuniões do projeto coordenado por Devetter e o privilégio de ter sido orientada por ele em diversos momentos.

Agradeço ao amigo Jean-Pierre Meausoone pelas conversas, livros e artigos enviados.

Também gostaria de agradecer à banca examinadora desta tese composta pela professora Jurema Brites, uma especialista no tema do trabalho doméstico brasileiro e fonte constante de aprendizados. Ao professor José Carlos dos Anjos, com quem tive a oportunidade de cursar a disciplina: Racismo no debate pós-colonial, que foi muito importante para dar sentido aos meus dados de pesquisa e aos caminhos que pretendo seguir. E mais uma vez, à professora Ana Luiza, pelos ensinamentos em sala de aula, na qualificação e por ter aceitado participar desta etapa final.

Para chegar até aqui também contei com os ensinamentos e afetos dos professores da Universidade Federal do Pará, principalmente de minha orientadora de graduação Maria Angelica Motta-Maués e dos tios, professores e amigos Zuleide e Romero Ximenes. Além dos amigos que vem *desde lá*, Mariana Ximenes, Helio Netto e Tatiana Izidoro, com quem troco e sempre encontro apoio e carinho.

Os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também foram muito importantes em minha formação tanto no mestrado, principalmente minha orientadora Claudia Fonseca, como no doutorado, quando além das professoras e professores já mencionados, tive a oportunidade de cursar disciplinas e aprender com os professores Carlos Steil, Ruben Oliven, Bernardo Lewgoy e Arlei Damo; e as professoras Ceres Victora e Denise Jardim. Também gostaria de agradecer imensamente à técnica Rosemeri Feijó e à estagiária Tamires por toda ajuda e gentileza.

Agradeço diariamente pela presença dos amigos que fiz em Porto Alegre, presentes tanto nos momentos de alegria, mas sobretudo, nas dificuldades e desafios, Daiana Hermann, Maicon Macedo e Fabiela Bigossi, obrigada por tudo, sempre! Além destes, também tenho o privilégio da amizade de Segone Cossa, Laetitia Aibou e Gicele Sucupira, que iniciaram nas salas de aula, mas extrapolam esses muros.

Gostaria de agradecer aos membros do grupo de estudos que nos permitiu ingressar ao doutorado, passar por essa etapa juntos e que a parceria e as trocas permaneçam: Ulisses Duarte e Simone Ribeiro, Pedro Paulo Soares e Vítor Richter, valeu!

Também aos amigos e parceiros que as ruas e bares de Porto Alegre me proporcionaram: Márcia Alves, Adriano Caetano, Fernanda Brabo e Dannilo César, obrigada pela amizade, trocas acadêmicas e copos compartilhados e pelo Perseu! Também às comadres e compadres que a cidade me proporcionou: Joice e Anderson, Viviane e Dione, Andressa, Segone e Mariana e Gláuber e Beta, sou grata à consideração e à presença de Yasmin, Larissa, Pietro, Changamire e Caetano em nossas vidas, além da minha amada Isabelle.

Agradeço aos integrantes do Núcleo de Antropologia Visual por todas as contribuições e escuta desde o meu projeto. Principalmente aos mais novos amigos Pamela Francisca, Roberta Simon, Manoel Rocha, Fabricio Barreto e Juliane Bazzo.

São tantas pessoas e lugares que corro o risco de esquecer alguém, mas bom, gostaria de agradecer a todos que ainda que não citados, sabem que contribuíram de forma decisiva para a finalização deste trabalho!

O financiamento da bolsa de doutorado e do estágio-sanduíche foi proporcionado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES e a bolsa do programa PROCAD/Casadinho foi mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Agradeço à duas instituições e aos governos Lula e Dilma pelo investimento e ampliação da educação.

Para finalizar, eles que estão no início, no meio e sempre juntos, meus pais Lilia e Amaury, gostaria de agradecer pelo apoio a amor incondicional, vou em frente porque sei que tenho vocês! À tia Regina e aos irmãos André e Abílio, obrigada pela força e torcida.

Também ao meu pai, Augusto, Fabiela e Carolina Lourenço pela ajuda com a leitura da versão original, abstract, tabelas, gráficos e cartografias, *gracias!* À tia Massa Gotto, não tenho palavras para agradecer o acolhimento e trabalho de formatação do texto no momento final, quanto estive aflita. Meu profundo agradecimento também à amiga Daiana Hermann pela revisão do capítulo estatístico.

Obrigada pelo carinho, pelas comidinhas e pela amizade de todos da família Alves e à Aurici da Rosa, vocês me fazem sentir *quase* em casa em Porto Alegre.

Augusto, meu parceiro e amor, muito obrigada por acreditar e me incentivar sempre, valeu a paciência, apoio e compreensão. Seguimos!

RESUMO

AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR?

Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA

A proposta desta tese é estudar o trabalho doméstico remunerado e/ou realizado na casa de terceiros como um objeto temporal. Por meio de uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013), pautada no tempo plural e lacunar, junto à imaginação criativa, priorizamos as narrativas biográficas e trajetórias sociais de trabalhadoras domésticas, mas também imagens relativas ao trabalho advindas de outros suportes como fotografias, vídeos, reportagens e relatos de empregadores que constituem o jogo de memórias das entrevistadas e da própria pesquisadora. Durante o processo de proposição e efetivação da pesquisa (2012 a 2016), ocorreram mudanças impactantes no que diz respeito a regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, mas também no quadro mais global a partir da Convenção 189 e da Recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2011). Em 2012 foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional 66, mas conhecida como a “PEC das Domésticas”, seguida da Emenda Constitucional 72/2013, até a Lei Complementar 150/2015 e a ratificação da convenção pela presidenta Dilma Rousseff em abril de 2016. Estes dispositivos visam equiparar os direitos das domésticas com os demais trabalhadores urbanos, além de garantir um *trabalho decente* para a categoria, incluindo estabilidade, segurança e organização sindical. Contudo, além de transformações nos empregos, as novas regulamentações têm causado conflitos e *estranhamentos* nas relações que envolvem este trabalho bastante frequente e observado no Brasil, pelo menos, desde o regime escravocrata. Dentre os argumentos mais alardeados na mídia e contrário aos novos direitos está a ameaça de que devido ao maior custo: As domésticas vão acabar! Posto que os patrões não teriam condições de pagar os serviços e as trabalhadoras não encontrariam outro emprego causando um grande problema social. Discutindo as configurações do emprego doméstico em três cidades brasileiras: Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA, a partir de diferentes ângulos e dimensões através de uma etnografia multi-situada, em tempos e espaços distintos, salientamos os argumentos contrários e favoráveis a tal assertiva, levando em consideração a interseccionalidade de raça, gênero e classe que engendram este trabalho, ancoradas no racismo estrutural que sustenta e dá sentido a presença do trabalho doméstico remunerado e/ou realizado na casa de terceiros na contemporaneidade brasileira.

Palavras-Chave: Trabalho Doméstico Remunerado e/ou Realizado na Casa de Terceiros; Etnografia da Duração; Cidades; Interseccionalidade; Racismo;

ABSTRACT

WILL THE MAIDS END?

Biographical narratives and the work as duration and intersection by means of ethnography
multi-situated – Belém/PA, Porto Alegre/RS and Salvador/BA

The proposal of this thesis is to study the paid domestic work and/or held at a third house as a temporality object. By means of an ethnography of duration (Eckert and Rocha, 2013), marked in the plural and lacunar time, next to creative imagination, we prioritize the biographical narratives and social trajectories of domestic workers, but also work-related images coming from other medias such as photographs, videos, reports and narratives of employers that make the game of memories of the interviewed and even the researcher. During the proposal process and completion of research (2012 to 2016), impactful changes occurred as regards the regulation of domestic work in Brazil but also, more in the global framework from the Convention 189 and Recommendation 201 of the International Labor Organization-ILO (2011). In 2012 was approved the Proposed Constitutional Amendment 66, but known as the "PEC of domestic", followed by the Constitutional Amendment 72/2013, until the Complementary Law 150/2015 and ratification of the convention by the President Dilma Rousseff in April, 2016. These devices are intended to equate the rights of domestic with the other urban workers, in addition to ensuring decent work for the category, including stability, security and trade union organization. However, in addition to changes in jobs, the new regulations have caused conflicts and unfamiliarity in relations of this work quite often observed in Brazil, at least, since the slave regime. Therefore, among the arguments most publicized in the media and against the new rights, is the threat that due to higher cost: the maids will end! Since the bosses would not afford the services and the workers would not find other employment, causing a major social problem. Discussing domestic job settings in three Brazilian cities: Belém (Pará), Porto Alegre (Rio Grande do Sul) and Salvador (Bahia), from different angles and dimensions through Ethnography multi-situated, in different spaces and times. We emphasize the pros and cons arguments of such assertive, taking into consideration the intersectionality of race, gender, and class that engenders this work, anchored in the structural racism that underpins and gives meaning to the presence of paid domestic work and/or held at third house on Brazilian contemporaneity.

Keywords: Paid Domestic Work and/or held in third houses; Ethnography of Duration; Cities; Intersectionality; Racism;

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Fotografias TDC do Acervo Sindoméstico/BA- Abril, 2016.....	100
Figura 2: Fotografia do acervo Fenatrad - Ato pró-governo realizado em Brasília em 8 de março de 2016.	102
Figura 3. Seminário Trabalhadoras Domésticas: Direitos, Avanços e Desafios realizado em Porto Alegre no dia 25 de abril de 2016.	109
Figura 4: Evento de apresentação da ratificação de Convenção 189 pelo governo brasileiro, realizado dia 29 de abril de 2016.	110
Figura 5: Organograma - Processo das leis	111
Figura 6: Organograma – CITs – Convenção 189 e Recomendação 201	111
Figura 7: Organograma – PEC – EC- LEI 150.....	112
Figura 8: Organograma - Congressos Nacionais das Trabalhadoras Domésticas	113
Figura 9: Foto 1: Pablo Valadares/Agência Senado Foto 2: sem autoria/Agência Senado ...	120
Figura 10: Foto 1: Daniel Marengo/Folhapress Foto 2: sem autoria/Revista Piauí.....	120
Figura 11: Foto 1: Lalo de Almeida/The New York Times e Foto 2 : Patricia Stravis/Folhapress.....	121
Figura 12: Imagem de empregadora: sem autoria	122
Figura 13: Imagem de questão do ENEM/2013	125
Figura 14: . Imagem da página @aminhaempregada	126
Figura 15: Fotografias celebridades e trabalhadoras domésticas	127
Figura 16: Imagens patrão/TD - Reprodução/Facebook.....	128
Figura 17: Imagens referentes ao TDR - Reprodução Facebook	128
Figura 18: Imagem – Página Micheline Borges: Reprodução/Facebook.....	130
Figura 19: Imagem postagem Danilo Gentili: Reprodução/Facebook	130
Figura 20: Capa e atrizes protagonistas do filme <i>Domésticas (2001)</i>	133
Figura 21: Capa do Documentário <i>Doméstica (2012)</i>	137
Figura 22: Capa do livro de Fraga, 2013.....	138
Figura 23: Capa do filme <i>Que horas ela volta? E as protagonistas: Jéssica (Camila Márdila) e Val (Regina Casé)</i>	140
Figura 24: Cartograma: População segundo as regiões brasileiras	144
Figura 25: Rede de inserção em Belém.....	185
Figura 26: Família de origem de Francisca	186
Figura 27: Família de Lienne e inserção de Francisca e suas irmãs	186
Figura 28: Fotografias da trajetória de Francisca selecionadas por ela	193

Figura 29: Arranjos em que Hilda esteve inserida (família biológica, família de Miracir, família de criação).....	198
Figura 30: Rede de inserção em campo - Hilda.....	202
Figura 31: Fotografias da trajetória de Hilda selecionadas por ela.....	205
Figura 32: Itinerário do antigo sindicato, passando pelo SEDEP, até chegar no SINTDAC.	210
Figura 33: SINTDAC, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.....	211
Figura 34: Aviso - Taxas pregado na parede do sindicato. Foto de 2013 – Autoria da Pesquisadora.	213
Figura 35: Comunicado Imposto Sindical, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.	213
Figura 36: Pesquisa de campo realizada pelo SINTDAC em Barcarena/PA – Acervo SINTDAC – via <i>facebook</i>	215
Figura 37: Logo FEDRADORAM – via site.....	215
Figura 38: Convite para o lançamento da pedra fundamental – facebook <i>sintdac</i>	217
Figura 39: Lançamento da pedra fundamental – <i>facebook</i> SINTDAC.....	217
Figura 40: Lançamento do projeto do residencial Zélia Mafra – <i>facebook</i> SINTDAC.....	218
Figura 41: Inscrições para o conjunto habitacional – facebook <i>sintdac</i>	218
Figura 42: A presidenta Rosileide Mafra com técnicos do conjunto habitacional – <i>site</i> FEDRADORAM	219
Figura 43: Planta do residencial – <i>site</i> FETRADORAM.....	219
Figura 44: Waldir e SINTDAC, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.	222
Figura 45: Ilson – Diretor SINTDAC e FETRADORAM, Fotos de 2014 – Autoria da Pesquisadora	226
Figura 46: Redes entre lideranças, trabalhadores e instituições	227
Figura 47: Mapa cidades de origem das entrevistadas BEL	228
Figura 48: Rede de inserção na primeira etapa da pesquisa etnográfica em Porto Alegre	231
Figura 49: Rede de Marina.....	232
Figura 50: Marina, Fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora.	235
Figura 51: Rede de inserção com Patrícia.....	238
Figura 52: Casa de Ruth, Fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora.	239
Figura 53: Cozinha organizada por Patrícia, Fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora.....	240
Figura 54: Patrícia em seu quarto, Fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora	240
Figura 55: Rede de inserção e configuração de Maria.....	244
Figura 56: Configuração familiar de Telma	247
Figura 57: Telma, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.	248
Figura 58: Mapa cidades de origem das entrevistadas de POA	249
Figura 59: Localização do sindicato de POA.....	253
Figura 60: Sindicato TDs POA, Fotos de 2012 – Autoria da pesquisadora.....	254

Figura 61: Cartografia do sindicato das TDs de POA	257
Figura 62: gência Arco-Íris, Foto de 2012 – autoria da pesquisadora	258
Figura 63: Ata de Audiência - POA.....	264
Figura 64: Arimar, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora	266
Figura 65: Documentos do sindicato dos TDs de POA, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.....	271
Figura 66: Salete, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.....	274
Figura 67: Rosanne, Maria Regina e Salete, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora	274
Figura 68: Homenagem à Salete, Fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora.....	275
Figura 69: Cartografia e mediadores do sindicato	276
Figura 70: Fernando, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.....	289
Figura 71: Rede de inserção e interação no sindicato e agência Arco-Íris	290
Figura 72: Inauguração do 27 de Abril, fotos de 2012 – Autoria de Manu Dias/SECOM-BA	294
Figura 73: FENATRAD: Creuza, Chico e Gerusa, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora.....	302
Figura 74: Espaço Sindoméstico/BA e Fenatrad, Fotos de 2013 e 2014 - Autoria da pesquisadora.....	305
Figura 75: Cartografia Sindoméstico e Fenatrad.....	306
Figura 76: Cartazes eventos, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora	307
Figura 77: Folder Audiência Pública, Imagem de 2013 - Autoria da organização do evento.....	308
Figura 78: Audiência Pública, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.....	309
Figura 79: Cartilhas, Fotos de 2013.....	310
Figura 80: Boletim Informativo, Fotos de 2014.....	313
Figura 81: Eventos grupo Fênix, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora	314
Figura 82: Cleusa, Fotos de 2013 e 2014 - Autoria da pesquisadora	316
Figura 83: Milca, Fotos de 2013 e 2014 - Autoria da pesquisadora.....	319
Figura 84: Feijoada Sindoméstico/BA, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.....	321
Figura 85: Desenho fachada do prédio	322
Figura 86: Conjunto 27 de Abril, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora	323
Figura 87: Planta Condomínio 27 de Abril	324
Figura 88: Planta apartamentos por andar.....	324
Figura 89: Balbina e Leninha no <i>hall</i> e casas de Tina e Leninha, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora	325
Figura 90: Marcelina, foto de 2014 – Autoria da pesquisadora	331
Figura 91: Cartografia da casa de Zezinha – Apto 201 – Prédio II – Maria das Graças	332

Figura 92: Zezinha, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora.....	338
Figura 93: Mapa cidades de origem das entrevistadas SSA.....	340
Figura 94: Lanche casa de Zezinha, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora	341
Figura 95: Feijoada casa de Zezé - Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora	341
Figura 96: Lanche de despedida, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora e de Fátima	342
Figura 97: Creche 27 de Abril, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora.....	348
Figura 98: Evento OIT na igreja evangélica, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora	351
Figura 99: Lilia, foto de 2014 – Autoria da pesquisadora.....	360
Figura 100: Rede de inserção com empregadoras	362
Figura 101: Vanda	363
Figura 102: Amélia	365
Figura 103: Lúcia.....	367
Figura 104: Edileusa	369
Figura 105: Entrevista coletiva empregadoras, fotos de 2014 – Autoria da pesquisadora	372
Figura 106: Rosinda, Thiago e filhas, fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora e acervo pessoal	380
Figura 107: SEDEP, fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora.....	383
Figura 108: Nogueira – presidente do SEDEP, fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora....	385
Figura 109: Giovana, secretária do SEDEP, fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora	386
Figura 110: Redes de recrutamento de interlocutores.....	392
Figura 111: Agência Shiva/ Lille – Fotos de 2014, Autoria da pesquisadora.....	435
Figura 112: Quadro sobre dados dos empregos e trabalhadoras de <i>services à la personne</i> na Região Nord-Pas-de-Calais e França, publicado no jornal <i>Le voix du Nord</i> em 29/08/2015	448

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabelas

Tabela 1: Modificações das leis sobre trabalho doméstico remunerado na região	116
Tabela 2: Proporção de mulheres nas regiões Norte/Pará/Belém, Nordeste/Bahia/Salvador e Sul/Rio Grande do Sul/Porto Alegre de jan-mar 2016.....	145
Tabela 3: Proporção de homens nas regiões Norte/Pará/Belém, Nordeste/Bahia/Salvador e Sul/Rio Grande do Sul/Porto Alegre de jan-mar 2016	145
Tabela 4: Proporção das faixas etárias nas regiões, estados e cidades estudadas (jan-março 2016).....	148
Tabela 5: Grau de instrução por regiões, estados e cidades estudadas (jan-mar 2016).....	150
Tabela 6: Número de trabalhadores domésticos regiões, estados e cidades estudados (jan-mar 2016)	152
Tabela 7: Número de trabalhadores domésticos regiões, estados e cidades estudados.	155
Tabela 8: Número de trabalhadoras domésticos regiões, estados e cidades estudadas (2006).....	156
Tabela 9: Número de trabalhadoras domésticas nas cidades estudadas (2014, 2012, 2006) .	158
Tabela 10: Faixa etária das trabalhadoras domésticas – PNAD 2014	161
Tabela 11: Distribuição das trabalhadoras domésticas escolaridade segundo cor/raça Brasil 2004 e 2011 (em %).....	163
Tabela 12: Escolaridade das trabalhadoras domésticas de Salvador e Porto Alegre.....	163
Tabela 13: Tempo de permanência no emprego atual – PNAD 2014.	164
Tabela 14: Trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada (jan-mar 2012 e 2016)	164
Tabela 15: Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (jan.-mar. de 2012 e 2016).....	166
Tabela 16: Trabalhadoras domésticas com e sem carteira de trabalho assinada por cidade estudada – PNAD 2014.....	168
Tabela 17: Trabalhadoras domésticas com e sem carteira de trabalho assinada de acordo com o tempo de permanência no emprego atual – PNAD 2014.	168
Tabela 18: Proporção de horas trabalhadas	169
Tabela 19: Contribuintes e não contribuintes à previdência segundo o sexo e o local.....	172
Tabela 20: Rendimento das Trabalhadoras domésticas– PNAD 2014	174
Tabela 21: Trabalhadoras mensalistas e diaristas por forma de contratação, região e cor/raça (2004 e 2011)	176
Tabela 22: Dados das entrevistadas de Belém	208

Tabela 23: Dados das entrevistadas de Porto Alegre.....	250
Tabela 24: Dados de algumas TDs de POA	285
Tabela 25: Tabela 24: Dados das entrevistadas de Salvador.....	339
Tabela 26: Campo 27 de Abril	343
Tabela 27: Cidades de origem, distâncias, situação de moradia, trabalho, escolaridade e rede de sociabilidade.....	397
Tabela 28: Trabalhadoras por cidade e raça/cor.....	404
Tabela 29: Percentual de faixa etária das trabalhadoras domésticas brasileiras e nas cidades estudadas.....	405
Tabela 30: Trabalhadora por cidade, cor e idade.....	407
Tabela 31: Média de escolaridade brasileira das domésticas por cor em relação às trabalhadoras da pesquisa.....	408
Tabela 32: Sistematização das trabalhadoras domésticas da pesquisa	411
Tabela 33: Sistematização das trabalhadoras domésticas da pesquisa 2	412
Tabela 34: Sistematização dos dados dos sindicatos e agências pesquisados.....	416

Gráficos

Gráfico 1: População brasileira por sexo – janeiro-março de 2016.....	142
Gráfico 2: População brasileira por raça/cor/etnia – PNAD 2014	142
Gráfico 3: População de pretos (pretos + pardos) e brancos por sexo – PNAD 2014.....	143
Gráfico 4: População branca (Belém, Porto Alegre e Salvador) – PNAD 2014.....	147
Gráfico 5: População preta (Belém, Porto Alegre e Salvador) – PNAD 2014.....	147
Gráfico 6: Proporção de faixas etárias da população brasileira (jan-mar 2016)	148
Gráfico 7: Média da remuneração da população brasileira e nas cidades estudadas (jan-mar 2016).....	151
Gráfico 8: Estudo Ipea relativo a proporção de trabalhadoras domésticas brancas e negras	154
Gráfico 9: Proporção do trabalho doméstico por região (jan-mar 2016).....	155
Gráfico 10: Trabalhadores domésticos mulheres e homens nos anos 2006, 2012 e de jan-mar de 2016.....	157
Gráfico 11: Trabalhadores domésticos nas cidades estudadas nos anos 2006, 2012 e de jan-mar de 2016.....	158
Gráfico 12: Proporção de trabalhadoras domésticas entre as mulheres ocupadas nas cidades estudadas.....	159
Gráfico 13: Distribuição das mulheres ocupadas nos serviços domésticos por cor/raça e região – Brasil (2004 e 2011).....	159

Gráfico 14: Proporção de trabalhadoras domésticas por grupos de idade e cor/raça. Brasil 2004 a 2014.....	162
Gráfico 15: Trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada (jan.-mar. de 2012 e 2016).....	166
Gráfico 16: Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (jan.-mar. de 2012 e 2016).....	166
Gráfico 17: Trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho assinada (jan-mar 2016).....	167
Gráfico 18: Proporção de carteiras de trabalho assinadas em cada cidade	168
Gráfico 19: Proporção de trabalhadoras domésticas morando no domicílio dos patrões (2012 e 2014).....	171
Gráfico 20: Contribuintes à previdência em 2006, 2012 e 2014.....	172
Gráfico 21: Contribuintes à previdência nas 3 cidades.....	173
Gráfico 22: Média do salário em 2012 e 2016	174
Gráfico 23: Proporção de trabalhadoras diaristas por cor/raça (2004 a 2014).....	175
Gráfico 24: Proporção de sindicalizadas por cidade estudada	177
Gráfico 25: Proporção de TDs ao redor do mundo, AL e Brasil.....	404
Gráfico 26: Entrevistadas de nossa pesquisa por faixa etária	406
Gráfico 27: Faixa etária das trabalhadoras negras de nossa pesquisa.....	406
Gráfico 28: Faixa etária das trabalhadoras brancas de nossa pesquisa.....	407

LISTA DE SIGLAS

ACB – Ação Católica Brasileira
AJ – Assistência Judiciária
AL – América Latina
ALBA – Sala José Almando
ANR – *Agence Nationale de la Recherche*
ANSP – *Agence Nationale de Services à la Personne*
ANTD – Agenda Nacional de Trabalho Decente
APA – Ajuda Personalizada à Autonomia
APÓS – Aposentadoria
ASTRADOME – Associação de Trabalhadoras Domésticas da Costa Rica
BBB – *Big Brother Brasil*
BEL – - Belém
BIEV - Banco de Imagens e Efeitos Visuais.
CAB – Centro Administrativo da Bahia.
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCL – Comissão Mista de Regulamentação da Constituição e Consolidação das Leis
CCTH – Centro de Capacitação para Trabalhadoras Domésticas
CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CELPA – Centrais Elétricas do Pará
CESU – *Chèque Emploi Service Universel*
CINDEBRA – Centro de Informações e Defesa dos Empregadores Domésticos de Porto Alegre
CIT – Conferência Internacional do Trabalho
CLEAN – *Analyse de la qualité des emplois dans les activités de nettoyage*
CLERSÉ – *Centre Lillois d'Études et Recherches Sociologiques et Économiques*
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CNRS – *Centre National de la Recherche Scientifique*
CNTD – Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

CONLACTRAHO – *Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar*

CONTRACS – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Comércio e Serviço

COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará

CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

CTRI - Comissão Tripartite de Relações Internacionais

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEM – Democratas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC - Emenda Constitucional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FENATRAD – Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos

FENATRAHOB – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas da Bolívia

FETRADORAM – Federação das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos(as) da Região Amazônica

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FNB – Frente Negra Brasileira

GATB – Grupo Anti-Terrorista de Babás

GRULAC – Grupo de Estados da América Latina e Caribe

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDWF – *International Domestic Workers Federation*

IMDC – Instituto Mineiro de Desenvolvimento

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPIROFOTH - Instituto de Promoção e Formação de Trabalhadoras Domésticas

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

JOC – Juventude Operária Católica

MBA – *Master of Business Administration*

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social

NACI – Núcleo de Antropologia e Cidadania.

NAVISUAL – Núcleo de Antropologia Visual

NUPECS – Núcleo de Pesquisa sobre Culturas Contemporâneas.

OAB – Organização dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAPI – Prestação de Acolhimento à Primeira Infância

PDSE – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PED – Pesquisa Mensal de Empregos

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PLC – Plano de Lei Complementar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PME – Pesquisa Mensal de Empregos

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

POA – Porto Alegre

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica.

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – *Prestation Spécifique Dépendance*

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RM – Região Metropolitana

SAP – *Services à la personne*

SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Bahia

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEPED – Sindicato dos Empregadores Domésticos do Pará

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SM – Salário Mínimo

SMIC – *Salaire Minimum Interprofessionnel de Croissance*

SINDOMÉSTICO/BA – Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia.

SINE – Site Nacional de Empregos

SINTDAC – Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, Arrumadores e Camareiras dos Municípios de Belém e Ananindeua no Estado do Pará.

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres.

SSA – Salvador

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TD – Trabalhadoras Domésticas

TDC – Trabalho Doméstico Cidadão

TDR – Trabalho Doméstico Remunerado

TEN – Teatro Experimental Negro

TVE – Televisão Educativa

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFEM – *United Nations Development Fund for Women*

WIEGO – *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
CAPÍTULO 1 Da forma de construção ou a “figura teórica” proposta	35
1.1 A Etnografia e seus desdobramentos.....	36
1.2 A Sociedade Complexa Moderno-Contemporânea – uma proposta, um paradoxo e algumas categorias de análise.....	40
1.2.1 O Conceito – seu caráter histórico e plural.....	42
1.2.2 O Conceito – como contexto e proposta.....	47
1.2.3 A sociedade complexa brasileira – Trajetórias e Redes Sociais como campo de análise.....	49
1.2.4 “A invenção da vida cotidiana” – Os espaços praticados e os itinerários urbanos.....	52
1.3 A <i>Sociedade Moderna</i> – Individualismo e Projetos.....	53
1.4 <i>Etnografia da duração</i> – Narrativas, Imagens e os Jogos de Memória.....	56
1.5 Etnografia Multi-situada	60
1.6 Interseccionalidade	61
CAPÍTULO 2 Imagens e/ou Abordagens do e no Trabalho Doméstico Realizado na Casa de Terceiros.....	66
2.1 A descoberta das “crias de família” e suas peculiaridades	66
2.1.1 O Compadrio	68
2.1.2 Afeto e Dinheiro.....	71
2.2 Das “crias” às trabalhadoras domésticas.....	73
2.3 O trabalho doméstico remunerado – Questão sociológica e estudos de caso	81
2.4 A trajetória das lutas políticas e conquistas de direitos das trabalhadoras domésticas brasileiras.....	92
2.4.1 <i>Repercussões da Convenção 189 e Recomendação 201 no Brasil</i>	<i>102</i>
2.4.2 <i>Direitos no panorama latinoamericano.....</i>	<i>113</i>
2.5 Os impactos da nova Lei no cenário brasileiro – Imagens do trabalho doméstico remunerado	119
2.5.1 A centralidade da temática na contemporaneidade – Imagens do trabalho doméstico remunerado (suporte videográfico).....	131
CAPÍTULO 3 Os dados estatísticos no trabalho doméstico e nas cidades.....	141
3.1 O Brasil e suas escalas	142

3.2 O Trabalho Doméstico Remunerado em números	152
CAPÍTULO 4 Belém: da onde saio e para onde volto	180
4.1 Entrando pela casa dos patrões: As trajetórias sociais de Francisca e Hilda	183
4.1.1 Francisca: Nas malhas da domesticidade.....	184
4.1.2 Hilda: Entre rios, casas, afetos e trabalhos	195
4.1.3 Jogo de memórias: ritmos e sobreposições.....	206
4.2 O SINTDAC: Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, Arrumadores e Camareiros dos Municípios de Belém e Ananindeua do Estado do Pará.....	209
4.2.1 Waldir: experiência na liderança	220
4.2.2 Ison: atuando em todas as frentes.....	223
4.2.3 Estrutura sindical.....	226
CAPÍTULO 5 Porto Alegre: Uma cidade branca sem trabalho doméstico informal? .	229
5.1 Procurando trabalhadoras na cidade	231
5.1.1 <i>Marina: Eu, me educaram, que eu tinha que servir eles! É a regra que eu aprendi! Como é que eu vou mudar?</i>	<i>232</i>
5.1.2 <i>Patrícia: Logo que eu cheguei a Ruth disse assim, 'lá em casa não é CTG pra ter patrão, então lá tu não vai ser empregada e eu não vou ser tua patroa, nós somos uma família!'</i>	<i>236</i>
5.1.3 <i>Maria: Eu faço uma coisa que eu gosto, que eu realmente gosto, que eu acredito que eu sei fazer e faço porque gosto!.....</i>	<i>242</i>
5.1.4 <i>Telma: É, diarista, mas assim ó, não é assim só pra limpar, do que precisarem pra eu fazer, eu faço! Eu sabendo fazer, eu faço!.....</i>	<i>245</i>
5.1.5 <i>Mapeando e praticando configurações.....</i>	<i>250</i>
5.2 Descobrimo o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Porto Alegre/RS	253
5.2.1 <i>Arimar: o advogado fundador.....</i>	<i>262</i>
5.2.2 <i>Salete Silveira: Presidenta há mais de 20 anos</i>	<i>266</i>
5.2.3 <i>A sala de espera como locus privilegiado de pesquisa.....</i>	<i>275</i>
5.2.4 <i>Fernando: A agência Arco-Íris</i>	<i>287</i>
5.3 Percursos em Porto Alegre.....	291
CAPÍTULO 6 Salvador: Cidade Negra e de Militância	293
6.1 Creuza Maria Oliveira – FENATRAD E SINDOMÉSTICO/BA.....	295
6.2 No Sindoméstico/BA	304
6.2.1 <i>Dois lideranças, interlocutoras e amigas</i>	<i>310</i>
6.2.1.1 <i>Cleusa Santos: Mais empoderada, me aceitando como mulher, mulher negra, trabalhadora doméstica, porque o sindicato proporciona isso pra você"</i>	<i>310</i>
6.2.1.2 <i>Milca: Doméstica, com muito orgulho!</i>	<i>316</i>

6.3	No Condomínio das domésticas? - Chegando ao 27 de Abril	322
6.3.1	<i>Marcelina: Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço!</i>	326
6.3.2	<i>Buscando um lugar para ficar</i>	332
6.3.3	<i>Zeinha: O meu patrão não sabe quase nada da minha vida, agora eu sei muita coisa da vida dele!</i>	333
6.3.4	<i>Conhecendo e interagindo no condomínio</i>	340
6.3.5	<i>Conversas e acontecimentos em torno do 27 de Abril</i>	345
 CAPÍTULO 7 As narrativas dos padrões		352
7.1	Líliá: Da necessidade, de ser roubada, à intimidade de uma amizade	353
7.2	O grupo das empregadoras.....	362
7.2.1	<i>Vanda</i>	363
7.2.2	<i>Amélia</i>	365
7.2.3	<i>Lúcia</i>	367
7.2.4	<i>Edileusa</i>	369
7.3	Os neófitos: Rosinda e Thiago	373
7.4	O Sindicato dos Empregadores Domésticos do Pará – SEDEP	383
7.4.1	<i>Nogueira: o presidente</i>	383
7.4.2	<i>Giovana: A agência de empregos</i>	385
 CAPÍTULO 8 O trabalho doméstico remunerado e/ou na casa de terceiros como duração e intersecção em uma etnografia multi-situada.....		388
8.1	As redes sociais como técnica e análise	389
8.2	Itinerários Urbanos e Formas de Sociabilidade.....	392
8.3	Narrativas biográficas: saberes e fazeres, trajetórias e projetos	399
8.4	O quali e o quanti em diálogo	403
8.5	A situação dos sindicatos	413
8.6	Processos de vivência e negociação: entre elas	418
8.6.1	<i>Maus-tratos</i>	418
8.6.2	<i>Alimentação e cumprimento de direitos</i>	420
8.6.3	<i>Os furtos e faltas</i>	422
8.6.4	<i>As linguagens acionadas</i>	424
 CAPÍTULO 9 As domésticas vão acabar?		426
9.1	Das relações de poder	426
9.2	Tensionando a questão	432
9.3	Da rítmica temporal	439

9.4	Conciliação trabalho-família	440
9.5	O estudo de um novo contexto – ajuda para pensar o nosso.....	442
9.5.1	<i>“Les services à la personne” - uma categoria híbrida em emergência</i>	<i>443</i>
9.5.2	<i>O trabalho doméstico remunerado na casa de terceiros e os services à la personne: aproximações e distanciamentos</i>	<i>448</i>
9.6	Domesticidade na democracia?	452
9.7	As domésticas vão mesmo acabar?	455
CONSIDERAÇÕES FINAIS		460
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		470

Eu vim de longe para encontrar o meu caminho
tinha um sorriso e o sorriso ainda valia
achei difícil a viagem até aqui
mas eu cheguei, mas eu cheguei

Eu vim depressa, eu não vim de caminhão
eu vim a jato neste asfalto, neste chão
achei difícil a viagem até aqui
mas eu cheguei, mas eu cheguei

Eu vim por causa daquilo que não se vê
vim nu, descalço, sem dinheiro e na pior
achei difícil a viagem até aqui
mas eu cheguei, mas eu cheguei

Eu tive ajuda de quem você não acredita
tive a esperança de chegar até aqui
vim caminhando, aqui estou, me decidi
eu vou ficar, eu vou ficar¹

A Viagem - Agnus Dei

¹ De acordo com a trabalhadora Marcelina, esta música abria a maioria dos encontros de domésticas e é bastante representativa de suas histórias de vida.

INTRODUÇÃO

A construção de uma tese de doutorado, nos termos institucionais, compõe o período de quatro anos. Isto sem contar com os processos anteriores à entrada no Programa de Pós-Graduação, as motivações em relação ao tema e objeto de estudo e a proposta de um projeto de pesquisa. Após todas estas etapas, necessárias para o então surgimento da tese, chega o momento de rememorar as questões que nos instigaram à investigação do problema de pesquisa, os campos etnográficos percorridos, as escolhas teórico-metodológicas traçadas, bem como, e principalmente, as transformações ocorridas com e no seu objeto de estudo e no próprio pesquisador ao longo desses quatro anos.

Desse modo, certamente, a narrativa construída é resultado do processo singular de idas e vindas, da proposição e reconstrução de questões a serem indagadas e de novos problemas colocados pelo campo. Por isso, este estudo versa sobre o *tempo*², que perpassa o trabalho da pesquisadora, as situações etnográficas que produziram as narrativas das entrevistadas, e também os eventos políticos que incidem e/ou incidiram no mundo do trabalho doméstico remunerado das cidades estudadas (Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA), assim como, no Brasil de forma um pouco generalizada.

Durante minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará³, iniciei minha primeira pesquisa etnográfica⁴ com mulheres, quase todas solteiras e não-brancas, advindas de pequenas cidades do interior do Estado e que tinham vindo para a capital Belém⁵ ou doadas pelas suas mães biológicas para famílias que residiam na capital, e/ou com o projeto de “melhorar de vida”, que podia ser entendido como sair da realidade rural com o trabalho na roça e poucos recursos financeiros, sociais e culturais; e buscar, na ambiência de uma metrópole, estudar, conseguir um emprego que lhes desse condições de adquirir uma moradia, acesso à saúde e lazer, para também, desse modo, mudar a realidade de seus pais e irmãos.

² Tempo histórico e linear do “mundo” em diálogo com o tempo vivido, pensado e recriado nas narrativas das personagens e da pesquisadora ao longo da tese (Ricoeur, 1994; Eckert e Rocha, 2005).

³ No período de 2003 a 2008.

⁴ O resultado desta pesquisa foi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): *Pais ou Patrões?* Um estudo sobre “crias de família” na Amazônia (2008), no âmbito do projeto de pesquisa: Modos e modas de família: configurações, circulação de crianças e adoção na Amazônia (2006 – 2010), coordenado pela professora Maria Angelica Motta-Maués, em que fui beneficiada por uma bolsa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

⁵ Minha cidade de origem, capital do Pará, onde realizei minha graduação e primeiras pesquisas.

Entretanto, no contexto de Belém e no grupo de mulheres, o qual também foi constituído por um homem, que realizei a pesquisa, esse projeto de vida não foi realizado ou, pelo menos, não de forma completa em referência ao que foi pensado e planejado quando da chegada delas na capital.

Através de suas trajetórias sociais pude identificar que os seus estabelecimentos na cidade, sem dinheiro, emprego ou qualificação profissional, se deu através de redes de ajuda, solidariedade, amizade e/ou parentesco, sobretudo entre mulheres de camadas sociais antagônicas. As trabalhadoras estudadas chegaram nas casas das famílias da capital através de suas mães ou tias que, segundo o relato das mulheres que as receberam, que foi dito para elas, e que reproduzem em suas narrativas, pediam para que as famílias recebessem as “meninas” na cidade para que lhes ajudassem com o provimento de moradia, alimentação e vestuário, em troca da “ajuda” nos afazeres domésticos e no cuidado com as crianças e idosos da casa.

Em muitos casos essa “ajuda” não era entendida e nem se configurava como um emprego, posto que nos anos que essas mulheres chegaram, em meados do século XX, ainda não se tinha uma legislação clara voltada ao trabalho doméstico na casa de terceiros⁶; e as atividades realizadas eram entendidas como saberes e fazeres constitutivos do papel social⁷ desempenhado pelas mulheres, sobretudo, pobres, portanto não resultantes de um processo formal de aquisição de competências e habilidades; desse modo, sem direitos e deveres regulamentados, reconhecimento como profissão e remuneração determinada.

O grupo de mulheres que estudei permaneceu durante muitos anos nas casas dessas famílias que as receberam na capital, onde desenvolviam atividades domésticas e de cuidados e, devido, a essa intensa convivência desenvolveram pelos donos das casas sentimentos de afeto, mas também de mágoa, decorrentes dos arranjos aos quais estavam envoltas que, na prática, misturava relações de afeto e trabalho, sendo muito comum a prática do apadrinhamento como rito de confirmação de um vínculo afetivo para explicar a ligação dessas mulheres com as famílias e escamotear a exploração do trabalho das mesmas, travestido em “ajuda”.

As mulheres desse primeiro grupo estudado continuaram na casa de seus “padrinhos” e/ou “patrões” por longos períodos ou até o presente; a maioria não adquiriu suas casas próprias;

⁶ No capítulo 2 trabalharemos de forma detalhada o histórico do surgimento das leis voltadas ao trabalho doméstico remunerado.

⁷ Esta categoria foi bastante utilizada pelos estudos funcionalistas que entendiam a sociedade com um sistema integrado de relações sociais em equilíbrio. Ainda que esta pesquisa não percorra esta abordagem, nesse momento nos pareceu propício utilizá-la para explicitar a atribuição de atividades baseadas no gênero que persistem na sociedade brasileira, bem como, em outras, caracterizando uma divisão sexual do trabalho; neste caso não apenas de gênero, como também de classe e raça/cor.

somente uma mulher, a mais nova do grupo, que pode indicar o marcador geracional como aspecto importante nas transformações desta configuração, deteve o ensino superior, enquanto todas as outras interromperam seus estudos; além de muitas continuarem a depender dos recursos financeiros de seus “padrinhos”, sem qualquer vínculo de emprego.

Então, após essa primeira inserção ao tema do trabalho doméstico na casa de terceiros, desempenhado predominantemente por mulheres, advindas de pequenas cidades, com projetos de vida e trajetórias sociais semelhantes e que estabeleciam relações ambíguas e ambivalentes com os donos das casas na capital, em Belém, decidi continuar meus estudos na cidade de Porto Alegre⁸, no Estado do Rio Grande do Sul, onde eu não tinha qualquer conhecimento empírico, mas sabia que o contexto era bem diferente do Estado do Pará, na região Norte.

Assim, minhas motivações de pesquisa no contexto de Porto Alegre eram compreender se:

1. Mudando de cidade, o trabalho doméstico na casa de terceiros também mudaria de sentido?
2. A partir das diferenças geográficas, culturais e temporais entre as duas cidades, no que o trabalho doméstico na casa de terceiros se aproximava ou se distanciava nos diferentes lugares?
3. A configuração que eu estudei em Belém⁹ de mulheres que não tinham um vínculo de emprego formal com a família da capital também estaria presente em Porto Alegre?

Além disso, na pesquisa realizada em Belém, a maioria das entrevistas foi traçada por redes sociais, com mulheres inseridas em arranjos da minha própria família, ou de conhecidos, em que eu, a pesquisadora, estava bastante ligada a elas e ao universo dos patrões, o que poderia ser um fator prejudicial no relato das mesmas, já que, visto como uma possível ameaça às suas relações com eles e até mesmo comigo.

Essa proximidade com meu primeiro campo de pesquisa tornou-se fundamental para o exercício da alteridade e também um fator decisivo na escolha do meu tema, já que a presença daquelas mulheres se tornou um problema sociológico que eu comecei a tentar compreender

⁸ A mudança para esta cidade me foi bastante incentivada pela minha orientadora da graduação Maria Angelica Motta-Maués, aliada à minha vontade de morar em outra região do Brasil, buscar aprofundar-me aos estudos de família, parentesco e circulação de crianças desenvolvidos pela professora Claudia Fonseca, além do grande diálogo provocado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES entre as duas instituições (PPGSA/UFPA e PPGAS/UFRGS) que possibilitou uma maior intensidade de trocas entre estudantes e professores das duas instituições.

⁹ Referenciada por terceiros, mas não de maneira explícita, como as “crias de família”.

naquele momento ainda de maneira exploratória, mas que suscitaram diferentes questões que instigaram a realização do presente trabalho:

4. Por que aquelas mulheres estão e permanecem ali? Buscando entender a composição do grupo.

5. Como elas interpretam e entendem sua condição naquelas famílias? Ou seja, como se constroem subjetivamente como indivíduos?

6. Como compreendem as atividades que desempenham, seria um trabalho? O estatuto do trabalho doméstico remunerado.

7. No seu campo de possibilidades estaria presente o exercício de outras atividades, empregos e/ou profissões?

8. Em relação às formas de sociabilidade, além da relação com a família, que identifiquei repleta de contradições afeto x raiva, quais as outras pessoas que se relacionam e que outras atividades desempenham na cidade?

9. Elas mantêm relações com suas famílias e cidades de origem?

Partindo desses primeiros questionamentos que surgiram em Belém e continuaram norteando minhas indagações em relação ao contexto de Porto Alegre, nessa cidade me coloquei como desafio estabelecer novas redes, outras formas de entrar em contato com o campo, no intuito de alcançar dimensões deste trabalho, até então, não percebidas por mim.

Após realizar o mestrado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGAS/UFRGS¹⁰, candidatei-me ao doutorado nesta mesma instituição, propondo um projeto de pesquisa centrado em trabalhadoras domésticas remuneradas, de diferentes gerações e inseridas em distintas configurações deste trabalho e/ou emprego, inicialmente na cidade de Porto Alegre/RS. Muito influenciada pelos estudos de memórias do trabalho, narrativas biográficas, trajetórias sociais e itinerários urbanos das professoras Cornelia

¹⁰ Iniciado em 2009, resultando na dissertação de mestrado, orientada pela professora Claudia Fonseca e intitulada: *Criando Parentesco?* Um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS (2011), no âmbito do Núcleo de Antropologia e Cidadania - Naci, criado em 1995, tendo como principal preocupação entender os processos de construção da cidadania e da democracia brasileira. Seus projetos integram pesquisa, ciências aplicadas e formação de pesquisadores visando realizar uma análise crítica da noção de cidadania tal como se manifesta em projetos de intervenção entre grupos populares urbanos, rurais e de minorias étnicas em sua intersecção com a produção de legislações e novos direitos. O núcleo é coordenado por Claudia Fonseca e Denise Jardim.

Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha desenvolvidos no âmbito do Navisual¹¹ e Biev¹², minha intenção era estudar as diferentes imagens¹³ do trabalho doméstico construídas nas narrativas de trabalhadoras, mas também nas mídias e artes na contemporaneidade¹⁴, no sentido de desenvolver uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2005) deste trabalho em contextos urbanos. Desse modo, também me aproximando ao Nupecs¹⁵.

Obtendo êxito em minha proposta, ingressei na turma de doutorado de 2012, o que coincidiu com um período de bastante visibilidade e discussões em torno do meu objeto de pesquisa provocadas pela aprovação do Plano de Emenda Constitucional 66/2012¹⁶, mais referido como a "PEC das domésticas", com o intuito de igualar os direitos das trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores urbanos, alterando o artigo 7º da Constituição Federal de 1988; estipulando, por exemplo, uma jornada de trabalho para a categoria (44h semanais), o pagamento de horas extras, adicional noturno, entre outros. Esta PEC, transformou-se em Emenda Constitucional (2013), EC 72/2013¹⁷, até o Plano de Lei Complementar – PLC 150 em 2015¹⁸, culminando com a obrigatoriedade de cadastro do trabalhador doméstico pelo empregador através da página eSocial – Simples Doméstico¹⁹, que registra os funcionários e reúne todos os encargos sociais que deverão ser pagos pelos empregadores. Como podemos

¹¹ O Núcleo de Antropologia Visual - Navisual é um projeto do PPGAS/UFRGS que tem por objetivo desenvolver pesquisa teórico-metodológica em antropologia fazendo recurso de instrumentos audiovisuais. Tem por objetivo formar pesquisadores de iniciação na pesquisa antropológica seja na pesquisa fotográfica, videográfica ou nas novas tecnologias digitais. E, estimula a pesquisa com imagem não somente como estratégia de captação de dados e ilustração do contexto de pesquisa, mas na construção conceitual e interpretação das realidades sociais pesquisadas. Tem como atividades reuniões de formação, orientações de pesquisa; cursos de formação; ateliês e oficinas semanais; organização de acervo de vídeos; organização de acervo de exposições fotográficas; montagem e coordenação da Galeria Olho Nu; exposições fotográficas; edição de vídeos de pesquisa; divulgação da produção científica.

¹² O Banco de Imagens e Efeitos Visuais - Biev foi criado em 1997, a partir da formação de um banco de mídias sobre o patrimônio etnológico do mundo urbano de Porto Alegre, sob a forma de coleções etnográficas. O Biev também está vinculado ao PPGAS-UFRGS e tem como atividades a formação e orientação de pesquisa etnográfica de bolsistas de iniciação científica, pesquisa etnográfica com base no suporte da escrita, fotografia, vídeo e pesquisa sonora, bem como, o cadastro em novas tecnologias; reuniões, cursos e divulgação da pesquisa científica. Desenvolve pesquisas sobre a memória coletiva e estética urbana das cidades no Brasil, através do uso de novas tecnologias mais integrativas e interativas no tratamento, resgate e recuperação deste patrimônio etnológico e cujos dados pesquisados são disponibilizados na forma de um museu virtual (base de dados e base web).

¹³ Neste contexto imagens podem ser fotográficas, sonoras, narradas e escritas.

¹⁴ Imagens midiáticas e literárias construídas em torno das trabalhadoras domésticas serão melhor discutidas no capítulo 2.

¹⁵ Núcleo de Pesquisas sobre Culturas Contemporâneas - Nupecs, sob coordenação do professor Ruben Oliven, foi criado em 1996 e reúne pesquisadores interessados na dinâmica das culturas contemporâneas, dedicando-se ao estudo das práticas, interações e representações sociais no e do meio urbano, sob a perspectiva das formas de vida social singular e plural e suas variações culturais.

¹⁶ De autoria do Deputado Federal Carlos Bezerra (PMDB/MT) e aprovado pela Câmara dos Deputados em 14 de dezembro de 2012.

¹⁷ Promulgada pelo Congresso Nacional no dia 2 de abril de 2013.

¹⁸ Sancionada pela Presidenta da República Dilma Rouseff em 1º de junho de 2015.

¹⁹ Site: www.esocial.gov.br.

perceber a Proposta de Emenda Constitucional foi realizada ainda em 2012, mas a Lei Complementar apenas sancionada e regulamentada em 2015, com grandes resistências que continuam permeando as práticas sociais, bem como os discursos públicos ou privados em relação a tais mudanças.

O surgimento do PLC 150/2015 é resultado de uma longa luta política das organizações das trabalhadoras domésticas no Brasil, mas também possível devido a contribuição de inúmeras instituições nacionais e internacionais como a CONLACTRAHO – Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar, a UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, entre outras. Além do intenso apoio da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que através da sua 100ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT) em 2011, propiciou a criação da Convenção 189 buscando a equiparação de direitos das trabalhadoras domésticas com os demais trabalhadores; e a Recomendação 201 visando promover o Trabalho Decente no âmbito do trabalho doméstico²⁰.

Desse modo, minha pesquisa de doutorado abarcou justamente os anos da proposta à promulgação da lei no Brasil. O que trouxe um intenso campo de debates, tensões e conflitos manifestados nas narrativas produzidas pelas trabalhadoras, bem como, pelos agentes mediadores e empregadores, mas também nas análises dessa tese; já que, realizamos uma “etnografia do presente”, dos novos processos experimentados por estes grupos sociais quando da iminência e posterior realidade da nova Lei²¹.

Neste contexto, uma pergunta, algumas vezes elaborada como hipótese, começou a se apresentar recorrentemente nos discursos midiáticos²², mas também nas narrativas de empregadores e trabalhadoras brasileiras: As domésticas vão acabar?!

Este argumento, quando exposto sob forma exclamativa (As domésticas vão acabar!), sobretudo nas mídias, é contrário à nova lei sob o pretexto de que os empregadores não seriam *empresas*, nem o caráter do trabalho desenvolvido *lucrativo*, logo a equiparação de direitos das trabalhadoras domésticas²³ com os outros trabalhadores urbanos oneraria de maneira excessiva os patrões. Seguindo esta ideia, isto provocaria um enorme desemprego de mulheres que, pobres e com baixa escolaridade, não teriam condições de serem inseridas em outros empregos,

²⁰ As legislação e regulamentações serão melhor trabalhadas no capítulo 2.

²¹ Ainda que os trabalhos de campo mais densos tenham sido realizados até agosto de 2014, portanto antes da promulgação da Lei.

²² Como exemplo o artigo de Joel Pinheiro da Fonseca: *O extermínio das empregadas domésticas*, publicado no dia 10 de janeiro de 2013 em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1497>.

²³ Neste trabalho, assim como na maioria dos estudos que se concentram nesta categoria de trabalho, utilizaremos o feminino, posto que as mulheres representam mais de 90% do grupo.

provocando um problema social ainda maior que a informalidade e escassez de regulamentação no trabalho doméstico remunerado.

Entretanto, dita de outro modo, agora de maneira interrogativa (As domésticas vão acabar?), a assertiva se transforma em uma pergunta, que se tornou central para esta tese, que se propõe tornar o trabalho doméstico remunerado um objeto temporal e interseccional e pesquisar quais as mudanças, os novos arranjos, continuidades e descontinuidades deste mundo do trabalho doméstico na casa de terceiros, provocados ou não pela nova Lei e pelas mudanças nos estilos de vida das camadas médias, a partir das narrativas, investigações, observações e descrições que o encontro etnográfico propõe e promove, no contexto de três cidades através de uma etnografia multi-situada²⁴.

Então, minha pesquisa de campo iniciou-se em Porto Alegre/RS, onde através de redes sociais tive contato com mulheres, que se ocupavam de atividades domésticas na casa de terceiros, compondo o primeiro grupo desta pesquisa. Conjuntamente, comecei a realizar pesquisas no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Porto Alegre, período em que tive oportunidade de observar o cotidiano daquele espaço, conversar com trabalhadoras, alguns patrões e as lideranças sindicais e advogados atuantes naquele contexto. Minha primeira pesquisa exploratória no sindicato se deu em agosto de 2012. Posteriormente, retomei o trabalho de maneira mais contínua de janeiro a abril de 2013, depois novamente em agosto e setembro de 2013, totalizando um período de aproximadamente seis meses de pesquisa de campo²⁵.

No trabalho de pesquisa, que envolve investidas a campos etnográficos, mas também a leitura atenta de trabalhos com objetos semelhantes e o acompanhamento de eventos políticos relacionados às trabalhadoras domésticas, encontrei na *internet* um artigo publicado pela Secretaria de Comunicação Social da Bahia - SECOM: “Projeto inédito no Brasil entrega casa própria aos trabalhadores domésticos”²⁶, com a inauguração de um condomínio residencial na cidade de Salvador/BA voltado para trabalhadoras domésticas, datada de 28 de setembro de 2012. Àquela altura, eram meados de 2013 e fiquei bastante interessada, já que a moradia própria é uma das principais demandas e, muitas vezes, sua ausência provoca a permanência de trabalhadoras nas residências dos patrões mesmo em situações de grande exploração e violência.

²⁴ No capítulo 1 os conceitos teórico-metodológicos serão melhor apresentados e discutidos.

²⁵ A etnografia realizada na cidade de Porto Alegre será trabalhada no capítulo 5.

²⁶ Fonte: <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/09/28/projeto-inedito-no-brasil-entrega-casa-propria-aos-trabalhadores-domesticos-baianos>. Acesso em: 03/08/2013, às 10h45.

Ao comentar com minha orientadora a importância do projeto e meu interesse em pesquisá-lo, soube que o PPGAS/UFRGS estava realizando um PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica/ Casadinho com o PPGA/UFBA²⁷ e da possibilidade de, por meio de uma bolsa de estudos, eu realizar parte de minha pesquisa de campo na cidade de Salvador. Além do Condomínio recém-inaugurado 27 de Abril, lá também se encontrava a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD e um dos sindicatos mais atuantes do Brasil, em que eu teria a oportunidade de conhecer e pesquisar. Então, durante os meses de novembro e dezembro de 2013 e janeiro a março de 2014, realizei pesquisas de campo com trabalhadoras domésticas nestes diferentes espaços²⁸.

Durante os anos que compõem o processo de doutoramento, decidi retornar à Belém duas vezes (maio de 2013²⁹ e agosto de 2014³⁰) e realizar algumas observações e entrevistas pontuais no sindicato dos trabalhadores domésticos e também com algumas trabalhadoras e empregadores residentes naquela cidade. No entanto, o movimento de retornar à Belém, seja em viagens em que pude encontrar novos personagens e problemas, seja no exercício de reflexão em relação às minhas primeiras investidas etnográficas, foi uma constante durante todo o período de elaboração e escrita deste trabalho.

Para finalizar, em termos de deslocamentos físicos, mas com certeza também teóricos e reflexivos a respeito do problema desta tese, após a realização e aprovação de minha qualificação, fui beneficiada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE³¹ financiado pela CAPES, no período de um ano (outubro de 2014 a outubro de 2015), na Université Lille 1, no âmbito do Centre Lillois d'Études et Recherches Sociologiques e

²⁷ Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia.

²⁸ Esta imersão foi possível primeiramente devido à CAPES por meio do PROCAD, mas também pelo apoio de minha orientadora Cornelia Eckert, do professor Emerson Giumbelle (coordenador deste PROCAD na UFRGS), e dos professores Carlos Caroso que concordou em me tutoriar neste empreendimento e Cíntia Müller, coordenadora do PPGA/UFBA, que me acolheu e orientou. Também gostaria de agradecer a professora Núbia Rodrigues que me permitiu o acompanhamento da sua disciplina: Pesquisa Orientada, em que tive oportunidade de conhecer as pesquisas dos discentes de lá, apresentar meu campo e pesquisa, e receber muitas contribuições e todos, inclusive da professora Fátima Tavares – todos vinculados ao PPGA/UFBA.

²⁹ Financiada por recursos do Auxílio Campo do PPGAS/UFRGS.

³⁰ Viagem realizada com recursos próprios, mas em conjunto com visita à família.

³¹ O PDSE foi instituído em 2011, com o objetivo de apoiar a formação de recursos humanos de alto nível por meio da concessão de cotas de bolsas de doutorado sanduíche no exterior às Instituições de Ensino Superior com cursos de Doutorado reconhecidos pela Capes. O estágio no exterior deve contemplar, prioritariamente, a realização de pesquisas em áreas do conhecimento menos consolidadas no Brasil. Fonte: <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=4561>. Acesso em: 29/03/2016, às 11h43.

Économiques – CLERSÉ³², sob orientação do professor François-Xavier Devetter³³. Experiência importante para o tratamento de meus dados etnográficos e aquisição de novos conhecimentos que ampliaram os horizontes interpretativos deste trabalho de maneira fundamental³⁴.

Dito isto, vamos à organização deste estudo que é composto por nove capítulos que constroem a narrativa que dá sentido a esta tese.

No capítulo 1 apresentaremos as categorias analíticas e os eixos interpretativos que estamos propondo para abordar o problema de pesquisa e que vão orientar o trabalho de campo e as interpretações e análises posteriores. Este capítulo visa situar o leitor nas dimensões de análise que serão trabalhadas, bem como, construir relações de sentido e hierarquias entre elas.

No capítulo 2 nos colocaremos no debate da literatura acadêmica socioantropológica sobre o tema do trabalho doméstico remunerado, dialogando, nos aproximando ou distanciando de alguns trabalhos. Além disso, após a explicitação da singularidade de nossa proposta, pretende-se, ainda neste capítulo, traçar um histórico das leis e agentes importantes na conformação das regulamentações do trabalho doméstico, sejam nacionais ou internacionais; e também elaborar uma análise de reportagens e filmes cujo foco são as trabalhadoras domésticas, chamando atenção para as imagens construídas, que reproduzem ou rompem o arquétipo da típica “empregada” doméstica: mulher, negra, pobre, solteira e de baixa escolaridade.

Já no capítulo 3 construiremos uma análise baseada em dados estatísticos referentes ao emprego doméstico nas três capitais em questão: Porto Alegre, Salvador e Belém; bem como, alguns dados que contextualizem cada cidade para que possamos visualizar de maneira mais clara as semelhanças e diferenças entre elas e, em relação às práticas do trabalho e as trajetórias de suas organizações políticas, o que cada uma tem de particular para o estudo do trabalho doméstico remunerado como um objeto temporal.

³² O Clersé é um centro de pesquisas ligado à *Université de Sciences et Technologies de Lille* (Ustl, Lille 1) e ao *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS); foi criado em 1982 por Michel Simon e desde então é um laboratório multidisciplinar, ligado fortemente à sociologia e economia do trabalho. Nos últimos dez anos, o centro acolheu muitos pesquisadores em Antropologia e Demografia contribuindo ainda mais para essa característica. Além disso, para responder às mudanças nas sociedades contemporâneas e continuar favorecendo o caráter multidisciplinar, a partir de janeiro de 2014 suas pesquisas começaram a ser desenvolvidas em torno de 3 eixos: Fixações e Dinâmicas Comparadas da Política; Mundos do Trabalho e Mundos Privados; Economias e Sociedade: desenvolvimento, riqueza, inovação e regulação; (Tradução Livre). Fonte: <http://clerse.univ-lille1.fr>. Acesso em: 20/03/2016, às 12h04.

³³ Mestre de Conferências em Ciências Econômicas (Telecom Lille 1 e Faculdade de ciências econômicas e sociais); Diretor-adjunto do CLERSÉ e membro do comitê da revista *Temporalités*. Seus temas de pesquisa são: Economia do trabalho; Tempos de trabalho e tempos sociais; Divisão social do trabalho e Empregos Domésticos, inclusive atualmente desenvolvendo o projeto de pesquisa: *Analyse de la qualité des emplois dans les activités de nettoyage – CLEAN – Análise da qualidade dos empregos nas atividades de limpeza*. (Tradução Livre). Fonte: <http://clerse.univ-lille1.fr/spip.php?article143&lang=fr>. Acesso em: 29/03/2016, às 12h13.

³⁴ As reflexões suscitadas no período do doutorado-sanduíche serão melhor discutidas no capítulo 9.

O capítulo 4 se concentrará no trabalho de campo da cidade de Belém, onde se deram as primeiras incursões exploratórias desta pesquisadora, chamando atenção para a recorrência das “crias de família” naquele contexto, em diálogo com a literatura local. Mas também abordando outros espaços, como o sindicato das trabalhadoras e dos empregadores, bem como, os impactos da nova Lei no cotidiano desses grupos.

O capítulo 5 focará a cidade de Porto Alegre e a etnografia realizada no cotidiano do sindicato das trabalhadoras domésticas, chamando atenção para a dinâmica do local, os usuários e suas conversas e queixas na sala de espera; assim como, as tensões nos encontros entre empregadores e empregadas. As lideranças e os advogados também participaram da pesquisa, que alcançou espaços não planejados, como o Tribunal Regional do Trabalho de Porto Alegre. Além do sindicato, algumas trabalhadoras que estavam inseridas em outras redes que não são sindicalizadas ou não conhecem o sindicato, também contribuíram para o trabalho de campo nesta cidade.

O capítulo 6 será ambientado na cidade de Salvador, quando participei do programa PROCAD/Casadinho e realizei uma pesquisa de campo de quatro meses. A pesquisa iniciou-se no cotidiano do sindicato das trabalhadoras, mas que também é conjugado à Federação das Trabalhadoras Domésticas, e que me levaram ao Conjunto Habitacional 27 de Abril, onde tive a oportunidade de coabitar com uma trabalhadora, Zezinha. Além disso, conheci a cidade por meio de trabalhadoras que me convidaram a acompanhá-las seja nos seus eventos políticos, como nos seus momentos de lazer e na intimidade de seus lares.

Apesar de terem sido três pesquisas de campo que ocorreram de forma diferente, que colocaram dimensões e problemas distintos em relação ao objeto de nossa pesquisa, procurarei apresentar os dados de forma sistemática para que possamos ter parâmetros para relacioná-las. Ainda que de maneira diferenciada, as pesquisas nas três cidades passaram pelos sindicatos das trabalhadoras, sendo que em Belém a ambiência da casa dos patrões, bem como as redes pelas quais chegamos às trabalhadoras atrelou bastante as situações etnográficas ao mundo dos empregadores. Em Porto Alegre, apesar de um grupo ter sido pesquisado através de redes de patrões, a etnografia se deu de forma mais densa no cotidiano do sindicato, através das observações, conversas e entrevistas com as usuárias. Já no caso de Salvador, apesar da grande participação da pesquisadora no sindicato e federação, a pesquisa se tornou mais intensa nos encontros externos, em eventos da cidade, nas casas das trabalhadoras e no condomínio 27 de abril. Desse modo, cada campo possui sua riqueza enfatizando dimensões diferenciadas do trabalho doméstico remunerado, ainda que as entrevistas respeessem um mesmo roteiro e fundamentação teórico-metodológica nas diferentes cidades.

O capítulo 7 é uma imersão ao mundo dos padrões, onde serão apresentadas as narrativas de empregadoras da cidade de Belém³⁵ a respeito da sua relação com trabalhadoras, e os afetos, tensões, desafios implicados nesta convivência, e os processos de negociação pensados e vividos entre elas.

O capítulo 8 será um exercício de sistematização dos capítulos anteriores, em diálogo com os eixos interpretativos e as categorias analíticas privilegiadas, bem como os dados estatísticos, que embasaram a discussão da etnografia da duração do trabalho doméstico remunerado em contextos urbanos. A partir das narrativas biográficas, trajetórias sociais, e itinerários urbanos de mulheres, de diferentes gerações, inseridas em diversas configurações deste trabalho e as questões implicadas em cada marcador envolvido como: gênero, geração, raça/cor, divisão social e organização do tempo e trabalho.

O capítulo 9 será uma discussão decorrente de meus estudos teóricos, aliados à estadia na França, em diálogo com as dimensões da realidade brasileira trabalhadas neste trabalho. Neste momento proporemos alguns caminhos que identificamos como possíveis ferramentas para o entendimento e melhora da situação das trabalhadoras inseridas no trabalho doméstico remunerado no âmbito das três cidades pesquisadas. Também discutiremos questões relativas a dicotomias bastante recorrentes: universalidades x particularidades, democracia x domesticidade, serviços de conforto x serviços de utilidade social, além de abarcar o problema da tese a que nos propusemos responder: As domésticas vão acabar?

³⁵ Cada trabalho de campo foi orientado por um mesmo conjunto de questões, contudo em relação aos empregadores, apenas na cidade de Belém eu consegui acessá-los. Esse é um dado importante para a reflexão dos limites do trabalho de campo que não permitiram minha aproximação a esse grupo nas cidades de Porto Alegre e Salvador.

CAPÍTULO 1 Da forma de construção ou a “figura teórica” proposta

Este primeiro capítulo que inaugura a tese a que estamos nos propondo é fundamental para explicitar e apresentar as categorias analíticas e eixos interpretativos que iremos trabalhar no decorrer do texto, pois eles foram/serão os orientadores do trabalho de campo e norteadores das interpretações posteriores. O objetivo principal desta primeira etapa é situar o leitor sobre as dimensões de análise que serão trabalhadas, bem como, organizar as relações de sentido e hierarquias entre elas.

O tema desta pesquisa é o Trabalho Doméstico Remunerado - TDR em contextos urbanos³⁶, com a proposição de estudá-lo como um objeto temporal e interseccional visando realizar uma etnografia da duração através de narrativas biográficas, trajetórias sociais, itinerários urbanos, formas de sociabilidade e organização do trabalho e do tempo de trabalhadoras domésticas nas cidades de Porto Alegre/RS, Salvador/BA e Belém/PA. Também participaram da pesquisa alguns agentes mediadores (lideranças sindicais, advogados, etc.) e empregadores.

No âmbito das recentes mudanças, no que diz respeito às regulamentações e também nas práticas e arranjos desse trabalho na contemporaneidade, uma afirmação começou a aparecer correntemente nas mídias de que este iria acabar, provocando grande desemprego. Então, transformamos esta afirmação em interrogação, promovendo-a como a questão central deste estudo: As domésticas vão acabar?

Para responder esta questão propusemos estudar as diferentes imagens do trabalho doméstico construídas nas narrativas de trabalhadoras, mas também nas mídias e artes na contemporaneidade.

³⁶ Aqui as cidades não apenas situarão os fenômenos, como também descortinarão as formas e condições de sociabilidade que se dão em suas ambiências.

1.1 A Etnografia e seus desdobramentos

Disto isto, para que comecemos a construir a “figura” teórica proposta por esta pesquisa, é imprescindível salientar que se trata de um estudo antropológico - que a despeito de uma possível versão histórica linear desta disciplina, formada por “escolas” que comumente são denominadas posteriormente ou em caráter de novidade para se diferenciar da tônica dos trabalhos anteriores - que tem como principal interesse a diferença (Peirano, 1999, 2014).

Tendo como interesse a diferença, a antropologia se constitui pelo contraste de concepções e práticas, pela curiosidade e o intuito de compreender o Outro. Sua fundamentação teórica e metodológica é a Etnografia. Teórica porque é através do conhecimento de trabalhos, desenvolvidos em contextos particulares, do modo como geram dados e indagações específicas, que a disciplina se questiona e atualiza (Peirano, 2014). Metodológica porque propõe um conjunto de orientações e técnicas que caracterizam o trabalho do antropólogo (a).

Desse modo, a antropologia que se pratica na contemporaneidade foi inaugurada por Bronislaw Malinowski (1884-1942) que desenvolveu em sua obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* ([1922] 1976) as bases formais da etnografia, em consonância com a profissionalização e academização da disciplina. Esta se constituiria do diálogo entre a teoria – que seria o treinamento com professores e o desenvolvimento dos objetivos e problemas de pesquisa que poderiam e mesmo deveriam mudar no decorrer do trabalho – e, sobretudo, a pesquisa de campo³⁷ - caracterizada pela inserção do pesquisador no meio social do grupo ou seguimento o qual ele pretende estudar, a convivência prolongada e, se possível, o aprendizado da língua local, com o apoio de instrumentos de trabalho como o diário de campo, bloco de notas, câmera, etc.

No primeiro capítulo de sua obra, Malinowski apresenta com entusiasmo como construir uma etnografia, chamando atenção para a importância dessa imersão junto aos “nativos” para conseguir compreender seu ponto de vista e legitimar a textualização de suas interpretações a respeito do grupo (o “estar lá”). Além disso, explicava que o trabalho de campo pode ser lento, trabalhoso, que inicia com a observação da dinâmica social local, até o pesquisador alcançar uma maior inserção no grupo, tornando-se também participante e conseguindo escutar os membros locais sobre suas opiniões a respeito de algum evento regular, mas também de situações extraordinárias que configurariam os “imponderáveis da vida”, propícias para alcançar outras regras e concepções até então não conhecidas daquele grupo, além de crenças e

³⁷ Anteriormente à Malinowski o trabalho de coleta de dados e de construções de teorias gerais sobre a sociedade eram desenvolvidos por pesquisadores diferentes.

mitos. O pesquisador acreditava que através da pesquisa de campo conseguiria “tornar-se” nativo e a partir de alguns aspectos, desenvolver a teoria científica daquela cultura local³⁸.

Como podemos ver pela data original da obra (1922), após a publicação dos *Argonautas* muito se foi pesquisado e refletido em relação à prática antropológica, as pesquisas, muitas vezes, já não acontecem apenas no além-mar, mas com fenômenos da própria sociedade do pesquisador, e muito menos se pretende a construção de uma teoria geral da cultura, sincrônica e estável, mas sim colocar em evidência os problemas postos por cada grupo estudado e não primordialmente os dos pesquisadores, contudo a etnografia continua colocando novas perguntas e refinando a disciplina.

O trabalho de campo, constituído pela observação participante, continua sendo praticado por antropólogos no mundo todo. No Brasil, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2000) traduziu as diferentes etapas deste processo como: “olhar”, “escutar” e “escrever”. A primeira estaria voltada pela observação atenta das relações e práticas do contexto estudado; já a segunda, corresponde à interação com os interlocutores da pesquisa com o intuito de gerar uma relação intersubjetiva; e, em relação à terceira, o autor sublinha que “será no escrever que o nosso pensamento exercitar-se-á de forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências voltadas à construção da teoria social” (Cardoso de Oliveira, 2000: 18).

Primeiramente, vamos nos deter no “olhar” e “escutar”, os problemas e questões que suscitam, para depois nos concentrarmos no “escrever” e realizar o mesmo exercício.

A antropóloga Mariza Peirano (2014), no artigo em que defende que a etnografia não é apenas método, expõe como nem sempre nosso empreendimento etnográfico começa com um planejamento anterior. Certamente, necessitamos passar por um treinamento teórico nos bancos das universidades, aprendendo com professores, lendo monografias clássicas e, desse modo, apurando um “olhar” sociológico sobre os eventos à nossa volta. Mas, o momento em que nos deparamos com uma situação no cotidiano, vivenciada ou observada, que nos desperta curiosidade e nos incita a querer descobrir o porquê de aquilo acontecer ou ser da maneira que é, na maioria dos casos, é casual, parte dos imponderáveis de nossos próprios cotidianos. Desse modo, nossa pesquisa de campo já começou.

Tratando-se ou não de uma pesquisa que será realizada na própria sociedade do antropólogo, é aconselhável que identificado o problema de pesquisa e o universo de intento,

³⁸ Esse objetivo colocou o autor, assim como outros influenciados por ele, no que se denominaria a “Escola Funcionalista”, onde todos os aspectos de uma cultura convergiriam para sua ordem e equilíbrio, portanto uma análise sincrônica e em que as culturas eram vistas como totalidades estáveis.

as pessoas que serão observadas e com quem se buscará dialogar ao longo do trabalho sejam contatadas, os pressupostos do pesquisador explanados e que haja o consentimento da realização do trabalho, para evitar problemas ético-morais nas relações com as pessoas e/ou grupos sociais por ele pesquisados (Eckert e Rocha, 2008).

Passada esta primeira etapa, o desafio que nossos mestres nos colocam é tornar o “familiar”, “estranho”, e o “estranho”, “familiar” dependendo do caso em questão (Da Matta, 1978 e Velho, 1978). Ou seja, transformar aquelas práticas próximas, consideradas familiares, mas que não são antropologicamente conhecidas, como estranhas, e o mesmo em relação ao movimento contrário. Feito isso, precisamos transformar a observação direta em participante, que provavelmente se dará através da convivência prolongada, de trocas realizadas e da aceitação de nossa presença e pesquisa no cotidiano da instituição e/ou grupo estudado. Nesse processo uma questão vem comumente à tona: a afetividade que pode se desenvolver entre as partes.

Obviamente que os pesquisadores mais clássicos pregavam a objetivação de nossas produções, em que os humores e sentimentos do pesquisador não poderiam estar presentes, pois se buscava a consolidação da sociologia como ciência, então ela deveria passar pelas mesmas avaliações que as ciências naturais. Porém, iniciando na discussão filosófica clássica de que o objeto de nossa ciência é da mesma natureza³⁹ do pesquisador, chegamos ao fato de que é justamente a relação e o contato com o Outro que caracteriza a nossa matriz antropológica.

Para superar esta questão da objetividade, que, aliás, já foi amplamente discutida e argumentada de que no caso da Antropologia ou das Ciências Sociais não há, pois a subjetividade do pesquisador está presente em todas as etapas da pesquisa⁴⁰, o que praticamos é a contextualização da produção de nossos dados, ou seja, para a etnografia é fundamental que o pesquisador revise seus diários e anotações de campo para refletir sobre como está se portando, repense suas questões, analise as relações sociais estabelecidas e explicita na escrita final todas as condições de produção da narrativa.

Junto às críticas sobre a falta de objetividade na pesquisa antropológica e também decorrente dela, há a argumentação de que estaríamos produzindo arte ou literatura, mas não ciência. Contudo, esta é outra questão que é assumida pelos pesquisadores, que nossas

³⁹ Aqui também sem entrar no mérito dos diferentes sentidos de “natureza” trabalhados na contemporaneidade por autores como Bruno Latour, Eduardo Viveiros de Castro, Philippe Descola, Tim Ingold, etc.

⁴⁰ O que também pode ser identificado nas ciências naturais, em que apesar do objeto ser de outra natureza, os produtos científicos também são permeados por vários processos de subjetividade (Latour, 2000).

produções são ficções, mas que se ajudam a dar evidência para práticas sociais invisibilizadas e/ou não compreendidas, estamos cumprindo nosso intuito.

O trabalho da etnografia, ou pelo menos um deles, é realmente proporcionar, como a arte e a história, narrativas e enredos para redirecionar nossa atenção, mas não do tipo que nos torne aceitáveis a nós mesmos, representando os outros como reunidos em mundos a que não queremos nem podemos chegar, mas narrativas e enredos que nos tornem visíveis para nós mesmos, representando-nos e a todos os outros como jogados no meio de um mundo repleto de estranhezas irremovíveis, que não temos como evitar (Geertz, 2001: 82).

No entanto, para além da subjetividade ser intrínseca à experiência antropológica, há uma corrente que defende que é justamente a afetividade que intensifica o contato e gera a compreensão das diferenças e dos significados desconhecidos por ambas as partes:

A relação intersubjetiva não é o encontro de indivíduos autônomos e auto-suficientes. É uma comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e grupos. (...) É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas (Cardoso, 1986:103).

O antropólogo Otávio Velho (2006, p.6), revisitando a produção antropológica brasileira e as condições atuais de produção de trabalhos de campo e etnografias nos sugere ainda, que mais do que estranhar o familiar e familiarizar o estranho, devemos buscar “graus crescentes de familiaridade” desconstruindo inclusive o superficialmente familiar, mesmo em nossas práticas, sob o risco de não cair paradoxalmente à velha objetivação.

Contudo, ao lado da convivência intensa do pesquisador em campo, junto com seus afetos, mas também, cansaços e dificuldades, encontram-se as relações de poder entre o antropólogo e seus interlocutores. Como já dissemos, a explicitação da produção de dados é fundamental para que os interlocutores, pares e leitores do pesquisador saibam de que maneira ele produziu tais dados que os levaram a tais interpretações. Entretanto, as diferenças de poder estão presentes e podem interferir no que é dito pelos entrevistados ao pesquisador produzindo um “campo ilusório de interação” (Cardoso de Oliveira, 2000). Esse é um desafio que todo pesquisador enfrenta, além da questão da autoridade etnográfica tão criticada por antropólogos americanos que reivindicam uma antropologia pós-moderna, centralizados nos escritos de James Clifford (1998).

Esse argumento é pautado no fato de ser o antropólogo que escreve a narrativa final após a pesquisa de campo, portanto, segundo Clifford, imbuído de uma autoridade experiencial por ter estado lá e interpretativa por deter o monopólio na construção dos discursos. Ao contrário dessa prática, o autor propõe uma autoridade dialógica, com maior participação dos interlocutores; e polifônica, onde a pluralidade de vozes não seja tão editada pelo pesquisador, que os entrevistados possam ter mais autoridade nas suas narrativas e o texto dependa “menos das intenções pretendidas do autor do que da atividade criativa de um leitor”.

As desigualdades de poder e ao lado também das de fala e escuta são uma grande preocupação nas etnografias atuais⁴¹. Neste trabalho espero estar produzindo uma narrativa com e não apenas sobre as trabalhadoras domésticas e algumas lideranças e empregadoras, ainda que esteja ciente que o contexto de produção, minha subjetividade e minha autoridade, através das edições e interpretações, estarão presentes. Contudo, será no debate que elas poderão ser apresentadas e criticadas para que outras abordagens possam ser construídas a fim de contemplarem a pluralidade de vozes em torno da problemática.

Pesquisando em cenário pós-colonial pretendo realizar uma etnografia que não se restrinja ao local, mas que circule por diferentes escalas e dimensões, como por exemplo, as influências e intervenções de instituições internacionais no que diz respeito ao trabalho doméstico remunerado brasileiro.

1.2 A Sociedade Complexa Moderno-Contemporânea – uma proposta, um paradoxo e algumas categorias de análise

A pesquisa proposta situa-se na própria sociedade da pesquisadora, o que se tornou frequente na abordagem antropológica, pelo menos desde as décadas de 60 e 70, quando houve uma possível “crise moderna” da antropologia, com a ampliação das redes sociais e novos contextos vividos pelas sociedades “primitivas” ou “simples”, e que necessitavam ser pesquisados. Desse modo, como uma solução estratégica, a disciplina passou a enfatizar o caráter metodológico *sui generis* de sua prática, mas também ampliar os horizontes empíricos, anexando novos “tipos” de sociedade como objeto de estudo (Peirano, 1982: 4-5).

⁴¹ Fazendo uma crítica aos “estudos subalternos” que pretendem *dar voz* aos marginalizados historicamente no contexto indiano, a teórica Gayatri Spivak (2010) sugere que o máximo que os estudos podem seguir são rastros, posto que não há alguma essência para se fazer presença.

Então, seja por questões pragmáticas em relação às próprias condições de produção do conhecimento e realização de pesquisa de campo, seja devido às problemáticas levantadas, a sociedade do antropólogo passou a ser alvo de pesquisas intensas, como é o caso do trabalho doméstico remunerado em cidades brasileiras, em que o exercício de “estranhar” o “familiar”, que não é necessariamente conhecido sociologicamente (Da Matta, 1978; Velho, 1978) ou ainda, buscar “graus crescentes de familiaridade” (Velho, 2006), tiveram que ser colocados em prática.

É neste contexto que o antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1945-2012) passa a realizar suas pesquisas com camadas médias na cidade do Rio de Janeiro⁴² e salienta que o estudo da própria sociedade oportuniza a maior divulgação e avaliação dos trabalhos por outros sujeitos contemporâneos e até mesmo pelos interlocutores, gerando maiores possibilidades de enriquecer os resultados das pesquisas.

Este autor desenvolve uma “figura teórica”⁴³ bastante interessante para pensar os fenômenos de estabilidade, descontinuidade, unidade e continuidade dos sistemas sociais; buscando relacionar os impactos e/ou autonomia entre as noções de indivíduo, sociedade e cultura, com grande influência interacionista (Howard Becker, 1964), em que a construção da realidade se dá através de universos simbólicos (Clifford Geertz, 1973) e o autor busca as motivações, relevâncias e projetos (Alfred Schutz, 1972), com o objetivo de analisar os grupos sociais e indivíduos operando politicamente.

No entanto, ao apontarmos os estudos na própria sociedade do pesquisador, já não mais apenas em sociedades qualificadas como “simples” ou de pequena escala, uma pergunta torna-se latente: Que sociedade é essa? De qual singularidade estamos falando? É neste momento que a “sociedade complexa” entra em voga.

⁴² A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social (1973) e Nobres & Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia (1998).

⁴³ Conceito cunhado por Michel Maffesoli, 1996.

1.2.1 O Conceito – seu caráter histórico e plural

Chamando atenção que os conceitos antropológicos também são fenômenos sociais e culturais específicos, Peirano (1982) salienta a importância do significado e das conotações implícitas em tal conceito; pois, neste caso, ainda que se trate de abarcar contextos sociais modernos, é a “civilização ocidental” que é tomada como ponto de referência. Contudo, para solucionar tal etnocentrismo/colonialismo, a autora alega que não se trata de analisar às avessas, ou seja, as sociedades contemporâneas a partir de sociedades simples, apenas mais refinadas; e nem de agrupar a multiplicidade das sociedades históricas do mundo ocidental na única categoria “sociedades complexas”.

A primeira implicação da dicotomia “sociedades simples”/ “sociedades complexas” seria cair em uma perspectiva evolucionista, com a geração de sociedades industriais, pautada na teoria da modernização, caracterizada pelo aumento sócio demográfico e a destruição dos elementos tradicionais das sociedades, que as tornaria modernas com o desenvolvimento de um aparato institucional de organização social, provocando a diferenciação dos papéis e maior mobilidade social. Desse modo complexidade se igualaria à modernidade.

A outra implicação da dicotomia seria a a-historicidade, ou seja, a agrupação das sociedades sob uma categoria que as homogeneizassem e não levasse em consideração as especificidades de seus processos históricos e culturais. Então, a autora propõe a introdução do caráter histórico do aparecimento das sociedades nacionais modernas, no estudo das sociedades complexas. Já que seriam os processos a que foram submetidas e a consciência deles que as diferenciaria.

Desse modo, a nação seria uma categoria ideológica criada pelas sociedades modernas, que se remeteria à imagem ideal do todo social, semelhante à civilização como a imagem que o ocidente tem de si (Norbert Elias, 1993). Neste contexto, os indivíduos se definiriam como cidadãos, detentores de direitos e deveres, pautados na igualdade humana e participação comunitária.

O ponto importante aqui, nos parece, não é simplesmente considerar todas as sociedades contemporâneas como ‘nações’ mas, sim, ver como este modelo ideal resultado da experiência histórica europeia se disseminou e de como, frente a esta poderosa ideologia, diferentes sociedades responderam com diferentes soluções – soluções estas que resultam de contextos e processos históricos, culturais e sociais específicos (Peirano, 1982:25);

Em um trabalho emblemático, Benedict Anderson (1989) reflete sobre o caráter imaginário dos Estados-Nação e sobre as origens do nacionalismo. Definindo a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (p.32), o nacionalismo seria decorrente de sistemas culturais que o precederam como o declínio do latim como única língua universal que dava acesso à “verdade”; o fim do reino dinástico, com a supremacia do Estado sobre a Religião; e o surgimento do romance e do jornal, que permitiram o aparecimento de noção de simultaneidade, em que mesmo no anonimato, as pessoas criaram confiança na existência da comunidade.

Essas transformações, produtos da interação entre o sistema capitalista, a imprensa e a diversidade linguística humana teria se iniciado no âmbito da Europa do século XVIII e diferente dela, nas colônias periféricas a comunidade imaginada e o nacionalismo teriam surgido da resistência de filhos de europeus que, nascidos em terras coloniais, sofriam limitações em suas movimentações e usufruto dos serviços das capitais europeias, mesmo falando a mesma língua.

Apesar de muito citado, o trabalho de Anderson é bastante criticado por autores que analisam contextos coloniais e pós-coloniais, como uma abordagem eurocêntrica que não leva em consideração os processos de resistência e ressignificação no processo de formação destes estados nacionais.

Stanley Tambiah (1997), por exemplo, evidencia o que chama de conflitos etnonacionalistas ocorridos no sul da Ásia, que seriam decorrentes de fronteiras arbitrárias que configuram os Estados-Nações provenientes do imperialismo.

O que denomino de etnonacionalismo relaciona-se com a formulação de respostas e resistências regionais ou subnacionais ao que é percebido como um Estado hegemônico excessivamente centralizado e com o desejo de construir formações sociopolíticas regionais e locais autônomas (Tambiah, 1997:9);

De acordo com a maneira que se desenrolam, o autor nomeia os conflitos como: 1. focalização e transvaloração - seriam os processos que se iniciam em pequenas disputas de ordem particular e que se transformam em confrontos mais gerais; e 2. nacionalização e paroquialização - seriam o inverso, a reprodução de uma causa nacional ou global com diferentes impactos em vários lugares.

Akhil Gupta (2007), explica que a referência do modelo de nacionalismo trabalhado por Anderson parte de conquistas republicanas e não da história de origens geográficas, assim: “O

que eu sugiro é que o nacionalismo sempre tem um tempo utópico ou messiânico, que é impossível analisar o afeto e o amor que as pessoas tenham pela nação sem esse tempo” (p.275).

Desse modo, com ênfase nas nações colonizadas, Gupta rompe o tempo homogêneo do nacionalismo, sugerindo diferentes temporalidades que provocam na comunidade imaginada e no nacionalismo o caráter de processo sempre sujeito as transformações relativas a contextos específicos e propõe “considerar as deslocamentos e disjunções entre as representações do tempo da nação e as modalidades com que as imaginações nacionais são realizadas” (p.278).

Logo, ao pensarmos na globalização enquanto um movimento composto por nacionalismos (movimentos étnicos, racismo, etc.) e transnacionalismos (grande fluxo de ideias, pessoas, etc.), Gupta propõe que devemos elaborar nossas análises a partir das disjunções das temporalidades constituintes do movimento dialético da globalização e seus impactos em diferentes “nações”.

Completando essa análise, Homi Bhabha (1998) faz um estudo da nacionalidade e do nacionalismo enquanto construções culturais, em que o conceito de nação é tido como estratégia narrativa e diferente de Anderson, a nação é:

Uma forma de vida que é mais complexa que ‘comunidade’, mais simbólica que ‘sociedade’, mais conotativa que ‘país’ (...) mais híbrida na articulação de diferenças e identificações culturais do que pode ser representado em qualquer estruturação hierárquica ou binária do antagonismo social (Bhabha, 1998: 199).

Assim, o autor procura identificar como se constroem as narrativas em nome do ‘povo’ ou da ‘nação’. Nesse caso, a temporalidade também não é homogênea e como Gupta, é o tempo disjuntivo da modernidade, pautado em formações culturais e lógicas sociais que está em questão. Dividido em uma temporalidade continuísta de uma narrativa pedagógica que abarca a história oficial, “no qual a narrativa é somente a agência do acontecimento ou o meio de uma continuidade naturalista da comunidade ou tradição” (p.214) e uma temporalidade repetitiva, performática, que inscreve na narrativa dominante o que é característico do grupo. Por isso, essas temporalidades diversas não se estabilizam, “ela é sempre contemporânea ao ato da recitação” (p.215). Para Bhabha, os discursos das minorias podem ser considerados esses espaços intermediários e do deslocamento das narrativas que constituem a memória nacional⁴⁴.

⁴⁴ Este aspecto será melhor trabalhado no capítulo 2, em que também compactuo com a ideia de que enfatizar as narrativas de trabalhadoras domésticas, subalternizadas em estruturas ainda coloniais, é um exercício de tentar construir uma narrativa diferente e importante para a memória coletiva brasileira.

De acordo com Aníbal Quijano (2000) poucos Estados passaram por processos de caráter realmente nacionalistas:

Atualmente podem-se distinguir quatro trajetórias históricas e linhas ideológicas acerca do problema do Estado-nação:

1. Um limitado, mas real processo de descolonização/democratização através de revoluções radicais como no México e na Bolívia, depois das derrotas do Haiti e de Tupac Amaru. No México, o processo de descolonização do poder começou a ver-se paulatinamente limitado desde os anos 60 até entrar finalmente num período de crise no final dos anos 70. Na Bolívia a revolução foi derrotada em 1965.
2. Um limitado, mas real processo de homogeneização colonial (racial), como no Cone Sul (Chile, Uruguai, Argentina), por meio de um genocídio massivo da população aborígine. Uma variante dessa linha é a Colômbia, onde a população original foi quase exterminada durante a colônia e substituída pelos negros.
3. Uma sempre frustrada tentativa de homogeneização cultural através do genocídio cultural dos índios, negros e mestiços, como no México, Peru, Equador, Guatemala-América Central e Bolívia.
4. A imposição de uma ideologia de “democracia racial” que mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros, como no Brasil, na Colômbia e na Venezuela. Dificilmente alguém pode reconhecer com seriedade uma verdadeira cidadania da população de origem africana nesses países, ainda que as tensões e conflitos raciais não sejam tão violentos e explícitos como na África do Sul ou no sul dos Estados Unidos (Quijano, 2000: 124).

Nos outros países da América Latina, como o Brasil, a estrutura do poder e do saber permanece colonial mesmo após a independência. A minoria detentora do poder político e econômico local, que se considera semelhante aos brancos europeus⁴⁵, continua agindo em prol dos interesses das grandes potências mundiais coloniais, que nos séculos XVI e XVII foram Portugal e Espanha, mas que a partir dos séculos XVIII, XIX e XX, período denominado de segunda modernidade, emergiram Inglaterra, França e Alemanha como as novas potências globais. O autor defende que a colonialidade é o lado “obscuro” da modernidade que se constituiu com a racialização da população mundial e a decorrente divisão racial do trabalho, convergindo para o controle das riquezas e das subjetividades pelos países europeus.

[...] os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas (...) foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder. (Quijano, 2000; 112).

⁴⁵Tanto a branquidade, quanto a Europa, a América e o Ocidente teriam sido criados a partir da diferença colonial (Walter Mignolo, 2005), promovida pelo comércio no Atlântico.

Deslocando-nos da variável temporal para a espacial, chegamos ao trabalho de Arjun Appadurai (2003), que mais uma vez dialoga e critica a obra de Anderson em relação aos espaços limitados de suas comunidades imaginadas, em que a lógica de que se vai a um país x para conhecer a cultura x, passa a ser questionada.

Iniciando seu *paper* com a assertiva de que “Depois dos acordos de paz de 1648, o embrionário princípio da soberania territorial se tornou o conceito de fundação do estado-nação” (p.337), o autor se propõe a discutir outras produções de localidades presentes no mundo contemporâneo, onde a movimentação da vida social é mais definitiva do que excepcional. Assim, utiliza o conceito de translocalidade para indicar as inúmeras formações que não pertencem a um Estado-Nação específico.

Além de diferentes locais, onde estão presentes distintas localidades, o estudo envolve não apenas as manifestações visuais, como também os processos jurídicos que oferecem direitos especiais para cidadãos que se encontram fora do território nacional. Essas dinâmicas vão de encontro à integridade de um modelo de estado-nação clássico. Então, o autor questiona se na falta de um território soberano, o nacionalismo teria seu fim; para pensar essas novas cartografias sociais ele enfoca os processos de desterritorialização e reterritorialização, onde “esses esforços são exercícios de criação de novos locais imaginados, relativamente livres de discursos de patriotismo e nacionalidade, mas, ricos em discursos de cidadania, democracia e direitos locais” (p.345). Portanto, nesse tipo de análise há uma nítida separação entre Nação, Território e Estado.

Appadurai nos faz entender que, se a ficção do estado-nação moderno for pautada pela ideia de que fronteiras territoriais sustentam etnia e integridade nacionais, certamente as novas representações de localidades transnacionais indicam sua falência.

Os exemplos destes autores, que estão problematizando um único processo de formação de Estados-Nações, pautado na referência europeia, sem levar em consideração aos impactos locais da colonialidade, são bastante importantes para pensar a contemporaneidade e suas sociedades complexas. Assim como Geertz (1986) explica que o objeto da antropologia é a diferença cultural, precisamos estar atentos para não praticarmos o “nacionalismo metodológico (que) prevaleceu e a diversidade cultural se tornou uma narrativa alternativa para celebrar a unidade nacional” (Shiller, 2007: 454).

1.2.2 O conceito – como contexto e proposta

Após as considerações bastante pertinentes sobre a pluralidade das sociedades contemporâneas e os impactos e reformulações locais dos processos coloniais e de formação dos estados nacionais, gostaria de chamar atenção que as sociedades complexas, sobretudo ocidentais, também emergem em um contexto de grandes mudanças sociais, provocadas pela Revolução Industrial, o desenvolvimento do capitalismo, o aumento da produção, do consumo, e um acelerado processo de urbanização.

Seus impactos ocorreram de maneiras diferenciadas em cada lugar, e no contexto dos Estados Unidos um grupo de pesquisadores começaram a desenvolver pesquisas preocupados com essas transformações, decorrentes do desenvolvimento urbano e industrial das cidades, e caracterizados pelo aumento demográfico, provocado por migrações, que geraram uma ocupação desordenada do espaço e ambientes de intensas heterogeneidades culturais. O conjunto desses pesquisadores e trabalhos ficou conhecido como a “Escola de Chicago” (1915-1940).

Robert Park (1916), por exemplo, traça sugestões para a investigação no meio urbano, tendo a cidade como um “estado de espírito”, composto de costumes e tradições múltiplas, portanto, agindo como uma “ecologia humana”, marcada pela intensa divisão social do trabalho. O estudo da vida urbana deveria estar pautado na sua organização física e nas relações indivíduo-espaço, suas ocupações e sua cultura (p.31).

Desse modo, o autor identifica o que chama de regiões morais em que “os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram” (p.67).

Preocupado também com o fenômeno urbano, característico da vida moderna, e compondo desta microsociologia urbana, o sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) se dedicou bastante sobre a vida mental na metrópole chamando atenção que “a cidade faz um contraste profundo com a vida da cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica” (Simmel, [1902]1967: 14). A partir de uma abordagem fenomenológica do dinheiro (1908), o autor chama atenção de como a economia monetária transformou as relações sociais, que antes pautavam-se em atividades mais domésticas e nas trocas pessoais, mas que na atualidade se baseariam em relações objetivas e racionais. No entanto, este movimento também provocaria o inverso, qual seja, a exacerbação da individualidade como resistência ao fim das relações pessoalizadas. Isto se daria através da atitude *blasé* - que pode ser caracterizada pela indiferença ao acúmulo de estímulos gerados

pelas intensas atividades urbanas (intensificação da vida nervosa), que refletiriam na personalidade do indivíduo, gerando sujeitos objetivos, impessoais e distantes com os outros e mais subjetivos consigo mesmos – que seria o próprio estilo de vida moderno; além da crescente especialização do trabalho, na tentativa de o indivíduo tornar-se insubstituível.

Sua sociologia é caracterizada como formal, pois estuda as formas sociais. Ele é bastante influenciado pela filosofia Kantiana e pela orientação hermenêutica de Max Weber, desenvolvendo uma abordagem compreensiva sobre a modernidade, que distingue a forma do conteúdo dos objetos de estudo do conhecimento humano. Simmel preocupava-se com as formas de sociação, ou seja, pelas formas das relações indivíduo-sociedade; já que, para ele a sociedade se constituiria através das interações entre indivíduos, com a forma permanecendo, independentemente do conteúdo (que seriam os impulsos e as finalidades individuais) das interações. A sociabilidade seria uma forma autônoma e lúdica da sociação, um impulso e uma vontade de relacionar-se, independentemente das diferenças dos conteúdos materiais dos sujeitos, para Simmel o objeto da sociologia deveria ser a multiplicidade de interações:

[...] o conflito, forma pura de sociação é tão necessário à vida do grupo e sua continuidade como o consenso. É ele indispensável à coesão do grupo. O conflito não é patológico nem nocivo à vida social, pelo contrário, é condição para sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra. A forma indireta do conflito é a competição, cuja manifestação na sociedade é sempre a mesma, apesar da grande variedade e conteúdo (Simmel, [1917] 2006:23).

Ao mesmo tempo, o autor reflete sobre os determinantes quantitativos da vida social, ou seja, o modo como a quantidade afeta o tipo de relação social existente; bem como sobre a relação entre a vida grupal e a individualidade. O indivíduo seria o fundamento dos grupos e as formas poderiam ser identificadas e estudadas em seus processos de interação: aproximação, distanciamento, competição, subordinação, etc.

Nesta pesquisa nos propomos a estudar as formas de interação que as trabalhadoras domésticas participam, seja com seus patrões, como com a sua família de origem, seus amigos, maridos, advogados, etc. Na dinâmica da vida social, pretendemos identificar situações de conflito, competição, mas também de sociabilidade que, de acordo com Simmel, seria a forma lúdica ou autônoma de interação, ou seja, quando o que importa é uma “satisfação mútua de estarem socializados” e não as subjetividades ou interesses individuais.

Desse modo, tanto a atitude *blasé* como a sociabilidade podem ser consideradas produtos e resistências à objetividade e racionalidade do mundo urbano e moderno.

1.2.3 A sociedade complexa brasileira – Trajetórias e Redes Sociais como campo de análise

Voltando ao nosso contexto brasileiro e à figura teórica elaborada por Gilberto Velho e que também nos conduzirá nesta pesquisa, continuamos nos focando nas relações indivíduo-sociedade-cultura em que cada parte interfere, não existindo preponderância de uma sobre outra. Para analisar os processos de continuidade e mudança social, o autor utiliza o conceito de sociedade complexa, a do pesquisador, caracterizada pela divisão social do trabalho e pela heterogeneidade cultural.

Em seu livro *Individualismo e Cultura* (1981) o autor nos esclarece a sua fundamentação teórica pautada em Geertz (1989), na cultura como uma “teia de significados”, em que o homem é um “animal significante” que através dos símbolos dá sentido às suas práticas e emoções, portanto através de uma abordagem interpretativista da cultura.

Então, seu objeto de pesquisa é configurado na vida moderna de uma metrópole, no âmbito de uma sociedade complexa, com todas as arbitrariedades e problemas que já apontamos, onde há a fragmentação do indivíduo (Simmel, 1967) e diferenciação de papéis e domínios que geram “categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica”, quer dizer, diversas tradições que podem decorrer de profissões, etnias, de vizinhança, que possuem uma experiência compartilhada e podem gerar classes, estratos, etc: “Uma questão interessante em antropologia é, justamente, a procura de localizar experiências suficientemente significativas para criar fronteiras simbólicas” (Velho, 1981: p.16).

No entanto, Velho chama atenção que as classes sociais, entendidas enquanto grupos com características socioeconômicas semelhantes, também possuem muitas diferenças internas. Para que essas distinções possam ser interpretadas e compreendidas, ele argumenta que é através das trajetórias sociais (Pierre Bourdieu, 1974) e da rede de relações sociais, mais ampla ou reduzida (Elizabeth Bott, 1976) que poderemos alcançar essas especificidades.

As trajetórias sociais, que podem ser entendidas seguindo o percurso das diferentes etapas da vida de um sujeito, mas reconstruídas por ele através de suas narrativas, podem envolver mobilidade social, seja de ascensão ou descenso, que vão de encontro à situação de estabilidade e permanência, e promovem o contato entre grupos e círculos diferentes, podendo afetar a visão de mundo⁴⁶ e o estilo de vida⁴⁷ de indivíduos situados na mesma classe social.

Já as redes sociais são constituídas por relações diáticas – entre duas pessoas, e podem ser consideradas um tipo de organização social e política com ênfase nas relações pessoais.

⁴⁶ Relacionado ao *eidos* (aspectos cognitivos e existenciais);

⁴⁷ Relacionado ao *ethos* (aspectos morais, estéticos e valorativos);

Essas relações podem se estabelecer entre pares ou em um sistema padrão-cliente; ou seja, podem ser horizontais (quando as pessoas envolvidas possuem o mesmo *status* socioeconômico) ou verticais (o contrário). Podem ser voluntárias ou obrigatórias, e difusas ou com obrigações específicas. De uma forma ou de outra, visam a troca de favores e a ajuda mútua quando necessária.

A duração dessas alianças pode ser de apenas um curto período de tempo, até que as duas partes satisfaçam seus objetivos privados, pode durar a vida toda ou até várias gerações, o que decorre, principalmente da falta de equivalência nas trocas, ou seja, quando uma das partes adquire um ‘débito impagável’. Essa difícil mensuração das trocas também acontece devido à diversidade do que é trocado e à longevidade da relação (costumes pautados em valores específicos). No entanto, a relação custo-benefício deve ser positiva para ambas as partes para que a aliança se mantenha. Segundo Carl Landé (1977), um grupo ou uma sociedade onde as relações interpessoais sejam preponderantes, pode ser caracterizado pela falta de instituições formais que deveriam superar o clientelismo. Entretanto, o caráter das trocas diáticas não pode ser reduzido a fatores materiais, pois também são simbólicas e com objetivos de manter o princípio da reciprocidade (Marcel Mauss, 2003).

Larissa Lomnitz (1994) também utiliza as redes sociais para estudar o compadrio formal e informal no Chile, que são formados por códigos morais quando realizado entre “iguais”, mas também quando caracterizados por hierarquias sociais.

Essas relações podem ser uma hipótese de origem do faccionalismo político, em que um grupo de pessoas pertencentes à mesma classe e com princípios ideológicos semelhantes podem se dividir devido o apoio a líderes distintos. Nesse caso, a cisão ocorre não devido a uma incompatibilidade de objetivos, mas ao caráter afetivo e de lealdade característicos das relações diáticas.

A rede social seria a totalidade das relações de um campo social. John Barnes (1987, p.160) propõe a utilização desse conceito para estudar políticas locais onde “... indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para seus vários objetivos e, nesse sentido, influenciar as atitudes e ações dos seus seguidores”. O autor também tenta traçar a morfologia de redes, que se compõem pelo número total de relações que um indivíduo possui ou pode estabelecer e que podem ir além das fronteiras grupais. O estudo de uma rede social total seria inviável, por isso ele propõe o estudo de redes parciais que possuem a mesma estrutura da rede social total, mas delimitadas, como se fosse um recorte.

Bott (1976) fazendo uma reflexão sobre seu trabalho de campo aponta os estudos das redes sociais enquanto reveladores da estrutura mais ampla, além de evidenciar a importância

das relações pessoais para o recrutamento dos interlocutores da pesquisa e na própria produção dos resultados. Isso porque no caso dela era um projeto multidisciplinar e, muitas vezes, as relações pessoais entre os próprios pesquisadores estavam comprometendo o desenrolar do trabalho.

William Foote Whyte ([1943]2005) também utiliza a técnica das redes sociais para realizar sua imersão em campo no bairro de *Cornerville*, uma área pobre e degradada de Boston (Estados Unidos), habitada por imigrantes italianos; além de traçar as redes pelas quais seus interlocutores se movem, com seus sentidos e lógicas.

Na tentativa de extinguir dicotomias reducionistas que apenas limitariam a compreensão do mundo social, pautadas nas partições ontológicas ocidentais, como corpo/alma e natureza/cultura, e propor uma antropologia simétrica, que leve em consideração diferentes ontologias e epistemologias, Bruno Latour (2001) sugere que as pesquisas proponham multiplicidades, em que não ocorram distinções entre teoria e técnica, entre ciência e política e, sobretudo, entre natureza e cultura. Cada elemento constitutivo de uma rede possui agência e atua como mediador transformando as informações; os elementos se constituem em naturezas-culturas e na constituição das redes, a política é aplicada não apenas em relação às pessoas, mas às coisas, ampliando sua dimensão. Desse modo, através da teoria do ator-rede, o autor propõe uma praxiologia, em que o contexto do problema pesquisado se constrói pelas práticas dos atores envolvidos na pesquisa e que “como pesquisadores somos parte dos atores-redes com que nos relacionamos” (Elena Yehia, 2007: 92).

Desse modo, a partir desses autores que estudam as redes sociais com uma abordagem de poder (relações patrão-cliente), em estudos de configurações políticas, mas também como um instrumento teórico-metodológico bastante importante para se pensar a inserção do pesquisador no campo, a própria trajetória e mobilidade social de seus interlocutores, além da agência de atores não-humanos como as políticas públicas e órgãos nacionais e internacionais nas trajetórias e configurações de problemas, é que irei utilizar a técnica das redes sociais que poderá gerar um potencial interpretativo e analítico da dinâmica relacional, construída a partir de eventos vividos em campo, que falam de experiências concretas do viver contemporâneo (Eckert e Rocha, 2011), já que para compreender o evento particular, é necessário vê-lo em sua relação com o padrão da vida cotidiana (Foote Whyte, 2005: 20).

Tanto as trajetórias sociais, como as redes, são conceitos que permitem uma análise e interpretação que ampliam as perspectivas dos sujeitos dos grupos estudados, fugindo ao determinismo de classe, que não permite a autonomia e agência do indivíduo, em diálogo com o todo social, mas não necessariamente enclausurado a ele. Sobretudo no caso das trabalhadoras

domésticas que trabalham diariamente e durante longos períodos com e nas casas das classes médias; além do sindicato que também pode ser visto como um local diferenciado de socialização.

1.2.4 “A invenção da vida cotidiana” – *Os espaços praticados e os itinerários urbanos*

Pensando nos contextos das grandes metrópoles, é que o historiador francês Michel de Certeau (1994) analisa o dinamismo das práticas e representações urbanas como a “Invenção do Cotidiano”. Com esta proposta ele centra-se nos saberes e fazeres do homem comum, ou seja, quais os critérios que fazem com que sujeitos tracem ou não determinados percursos e itinerários pela cidade? Além disso, o autor pretende visibilizar os diferentes usos dos espaços que não estão presentes nas políticas ou discursos oficiais e que funcionam como uma “resistência silenciosa”, então argumenta: “Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de ‘operações’ (‘maneiras de fazer’), a ‘uma outra espacialidade’ (uma experiência antropológica, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada” (p.172).

O caráter criativo da vida cotidiana das trabalhadoras domésticas composto nos saberes e fazeres e nas táticas e estratégias dos diferentes estilos de usos dos espaços vividos da cidade também serão trabalhados através dos relatos, que legitimam as experiências, que tornam espaços repletos de significados os lugares da cidade.

As antropólogas Eckert e Rocha (2005), também influenciadas por estes autores, propõem o estudo da cidade como um objeto temporal, que pode ser compreendida através da teatralização do cotidiano e por meio das narrativas dos sujeitos que reconstróem as experiências e os espaços vividos a partir de diferentes ritmos, que representam rupturas e discontinuidades em suas trajetórias. Desse modo, as autoras trabalham com o conceito de itinerários urbanos enquanto parte da formação de memórias coletivas da e na cidade, que em suas análises, apenas podem ser interpretadas a partir dos processos de negociação da realidade e das práticas de seus habitantes:

É através do estudo dos itinerários urbanos e das formas de sociabilidade, das intrigas e dos dramas que configuram o teatro da vida cidadina, apreendidos como uma espécie de mapeamento simbólico do movimento da vida, que se pode, nos dias de hoje, refletir sobre a complexidade sociológica das estruturas espaço-temporais sob as quais se assentam os fenômenos da alteridade e da experiência humana no mundo contemporâneo” (Eckert e Rocha, 2005: 71).

No que diz respeito a esta pesquisa, é fundamental trabalharmos com estes autores que nos estimulam a refletir sobre o fenômeno urbano como produto de imagens, discursos oficiais, mas, sobretudo, através de “teorias das práticas cotidianas”, em que os sujeitos estão interagindo, produzindo diferentes formas, dependendo do conteúdo posto em questão e narrando suas trajetórias com distintos ritmos que compõem a densidade das experiências vividas no âmbito das grandes cidades, em que precisam negociar e criar suas identidades e estilos de vida em contato com Outros, diferentes, e que constituem a imensa heterogeneidade cultural presente nas metrópoles. Logo, o caráter criativo dos usos dos espaços da cidade e também as escolhas nas composições dos itinerários traçados pelos habitantes são caminhos importantes para interpretarmos os sentimentos de pertencimento das trabalhadoras em relação a bairros e lugares específicos, além de visibilizar formas de sociabilidade e interação que não estavam previstas pelos gestores públicos.

1.3 A *Sociedade Moderna* – Individualismo e Projetos

Antes de continuarmos a apresentar nossa proposta teórico-conceitual e após termos problematizado o contexto em que surge o conceito de “sociedade complexa” e também suas arbitrariedades e limites, nos convém agora trabalhar com o adjetivo “moderno(a)” que também qualifica o tipo de sociedade a que estamos nos referindo.

O início da ideia da cidade, mundo ou sociedade moderna pode ser localizado a partir do espaço ocidental, mais especificamente através das mudanças históricas e culturais ocorridas na França, na Alemanha e na Inglaterra, desde o final do século XVIII, XIX, até o século XX, que provocaram a ascensão da burguesia e decadência da aristocracia, o surgimento dos Estados Nacionais e o desenvolvimento do capitalismo, em conjunto com a emergência de novas maneiras de se comportar e agir no cotidiano⁴⁸.

Nesse sentido, Marcel Mauss (2003[1938]) elabora sugestões em contextos particulares do que poderiam ser modelos embrionários da noção de pessoa estabelecida na contemporaneidade; através do exemplo de tribos, máscaras e costumes, ele reflete sobre personagens e nomes até chegar à pessoa moral, que teria consciência de si, imbuída de um

⁴⁸ Importante assinalar que aqui se trata do contexto europeu, das transformações econômicas e sociais ocorridas naquele local, acompanhadas por novos valores, como o de indivíduo. É pertinente analisar os impactos deste quadro no contexto brasileiro que sofre suas influências. Contudo, não podemos deixar de levar em consideração pensadores contemporâneos, sobretudo concentrados nos contextos latino-americanos, como Aníbal Quijano, que trabalham com a colonização enquanto originária da modernidade nos países colonizados.

caráter divino e indivisível. Ao conhecermos esse conceito fica mais inteligível compreendermos as transformações por que passaram a vida privada, incluindo as dimensões corporais e sexuais dos indivíduos e mesmo os movimentos artísticos que contribuíram para a constituição da consciência e idealização de si no individualismo ocidental.

Louis Dumont (1985) identifica o individualismo como a ideologia da modernidade, em que o indivíduo é colocado como um valor central. Segundo ele, o individualismo teria sido bastante influenciado pelo cristianismo, mas também pelos ideais de igualdade e liberdade que configurariam os Estados democráticos e capitalistas, com a formação da Sociedade Civil e a proteção da propriedade privada.

Fazendo uma retrospectiva histórica, o autor enfatiza três momentos: 1. O primeiro seria quando o homem estava totalmente atrelado às diretrizes da Igreja e, por isso, a sociedade vivia sob os desígnios de um Deus celestial, apenas alcançado por intermédio de sacerdotes e, portanto, a sociedade vivenciava um momento pré-moderno, mais próxima ao holismo; 2. O segundo, diria respeito ao surgimento do Estado e da Sociedade Civil, que teria como fim primordial a proteção da propriedade privada e a autonomia do homem enquanto indivíduo que prima pela satisfação pessoal, pautado pelos ideais de liberdade e igualdade, que orientam, mas também limitam suas ações individuais através da instituição de um governo democrático; 3. O terceiro momento, ápice do individualismo, se relacionaria ao liberalismo econômico, momento o qual além da autonomia política e moral, o indivíduo possuiria direitos, legitimados juridicamente, para orientar suas ações em prol de benefícios financeiros individuais.

Todas essas etapas teriam propiciado o surgimento da democracia e do capitalismo, em que o homem é tido como indivíduo revestido de duas modalidades; enquanto um valor moral autônomo e um ser empírico. Assim, a ideologia moderna fundamentada no individualismo seria formada por um conjunto de ideias e valores que o autor denomina enquanto uma configuração.

Para pensar o individualismo enquanto um valor, Dumont nos chama atenção para a hierarquia que, segundo ele, nos orienta e situa no mundo social, já que mesmo se tendo uma ideia negativa a seu respeito devido ao atrelamento recorrente da hierarquia ao poder, ele esclarece que a todo momento estamos priorizando ideias, coisas e valores, portanto hierarquizando. Para justificar essa assertiva, faz um denso estudo sobre a sociedade de castas na Índia, onde a hierarquia se expressa separada do poder e é vivida enquanto um “estado de espírito” orientado por uma estrutura segmentária, em que as castas e subcastas emergem e desaparecem de forma circunstancial, segundo uma ordem hierárquica de valores.

Os ideais de liberdade e igualdade provenientes da concepção do homem enquanto indivíduo conviveriam com a hierarquia intrínseca à ideologia moderna. Contudo, para fins analíticos, Dumont coloca em polos contrários, não-simétricos, mas complementares, as “sociedades holistas-hierarquizadas” como seria a Índia e “sociedades individualistas-igualitárias” ao se remeter ao Ocidente. Isso para diferenciar o sujeito englobado pertencente a uma sociedade de castas, em que os elementos atuam para a conformidade do todo constituído, e o sujeito englobante, aquele que age em favor de seus interesses individuais.

Logo, o individualismo geraria e orientaria as ações dos homens no mundo ocidental, podendo ser entendido enquanto uma disposição duradoura da ideologia moderna e elemento propulsor do capitalismo.

Gilberto Velho (1981) explica que essa noção de que os indivíduos escolhem e podem escolher seria o ponto de partida para se pensar em projeto; e também a explicitação do individualismo em relação ao todo social. De acordo com o autor, que reflete sobre as relações indivíduo-sociedade-cultura, na prática não haveria uma determinação de um sobre o outro, mas um conjunto de interações que provocam a unidade, mas também a mudança social. As trajetórias seriam o meio para alcançarmos as diferenças internas de segmentos, muitas vezes, considerados homogêneos, e os projetos, a maneira que podemos perceber a autonomia do indivíduo em relação ao social, mas que possui limites conforme o campo de possibilidades que os sujeitos podem ou imaginam poder se movimentar.

A noção de projeto, que pode ser individual ou social, trabalhada por Velho é advinda do filósofo e sociólogo Alfred Schutz (1979), que pretendeu desenvolver a filosofia fenomenológica de Edmund Husserl, dando importância aos fenômenos da consciência, da experiência e da subjetividade, em que o “significado é produto dos esforços do indivíduo para alcançar uma definição de seu próprio lugar, de seu papel geral dentro da comunidade e, especialmente dentro dos vários subgrupos a que pertence” (p.18). Influenciado também por Max Weber, ele faz parte do que poderíamos nominar como uma sociologia do entendimento ou compreensiva, que busca uma “teoria da ação social”.

Em sua abordagem fenomenológica, o autor nos propõe o estudo do mundo cotidiano através das motivações e ações dos atores, que mesmo que sofram influências de “normas culturais”, que poderíamos chamar de “representações sociais” (Émile Durkheim, [1895] 2002), possuem liberdade, fundamentados pelos seus acúmulos de conhecimento e situação biográfica específica, decorridas de experiências intersubjetivas e do compartilhamento de “províncias de significado”, para planejarem e projetarem suas ações a partir de seus significados subjetivos, que por sua vez, apenas podem ser avaliadas depois do ato realizado, por meio da reflexão.

Por um lado, os homens agem em função de motivações dirigidas a objetivos, que apontam para o futuro. Schutz as denominou ‘motivos a fim de’. Por outro lado, os homens têm ‘razões’ para as suas ações e preocupam-se com elas. Essas razões estão enraizadas em experiências passadas, na personalidade que um homem desenvolveu durante a sua vida. Schutz as denominou de ‘motivos por que’ (Schutz *apud* Wagner: 1979, 27).

Velho complementa que as próprias trajetórias podem ser vistas como a concretização de um projeto, já que a partir de Schutz toda a ação com um planejamento e objetivo pré-determinado pode ser considerada um projeto; dito de outro modo, as trajetórias podem ser narradas e interpretadas como a concretização ou rearranjo de vários projetos realizados ou não ao longo da vida.

Contudo, por mais que o processo de individualização seja valorizado na sociedade complexa-moderna ocidental, onde ocorre a fragmentação dos papéis decorrente da heterogeneidade de experiências, os indivíduos estão sempre envoltos em contextos socioculturais específicos e redes que influenciam e limitam suas ações e conformam o seu campo de possibilidades, de onde podem elaborar seus projetos. Já o projeto social, incorpora diferentes projetos individuais, com o compartilhamento de interesses comuns.

1.4 *Etnografia da duração* – Narrativas, Imagens e os Jogos de Memória

O conceito de etnografia da duração foi elaborado pelas antropólogas Eckert e Rocha (2013) visando estudar o caráter temporal da experiência humana presente no mundo contemporâneo, e suas repercussões nas práticas e saberes dos indivíduos em suas relações com a cidade (p.13).

Essa experiência temporal se manifesta nos jogos de memória dos habitantes produzindo uma rítmica de tempos superpostos produzidos por identidades narrativas com o intuito de perdurarem, assim como, as metrópoles duram; já que “cada acontecimento investigado na cidade é condição do ato de interpretação da cidade” (p.13).

Assim como Velho (1981) constrói uma figura teórica para estudar segmentos de camadas médias no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, as antropólogas também elaboram uma releitura de vários estudiosos para estudar a duração das metrópoles brasileiras, desta vez, no âmbito de Porto Alegre.

A etnografia da duração é aplicada a uma abordagem antropológica de pesquisa e se constitui prioritariamente pelo conceito de dialética temporal de Gaston Bachelard (1989) e da

imaginação criadora de Gilbert Durand (1980), ambos franceses. Isto quer dizer que focando no estudo do caráter temporal da experiência urbana e colocando a própria cidade como objeto temporal, as autoras utilizam uma concepção de tempo plural, lacunar e descontínuo, que se torna social a partir das narrativas elaboradas pelos jogos da memória.

A memória, estudada por Henri Bergson (1896), em forma de “imagem-hábito” (repetição) ou “imagem-lembrança” (provocada por uma situação do cotidiano) é constituída por um “eu transcendental” que resguarda suas imagens fora do tempo, independentes do mundo externo. Já para Maurice Halbwachs (1925) a memória é construída pelo presente a partir da negociação de diferentes pertencas, portanto com o “eu empírico”, que depende de outros para se constituir enquanto sujeito do e no mundo, portanto tem um caráter coletivo.

Fundamentadas por Bachelard, as autoras propõem a existência da memória coletiva, mas que é composta por múltiplos jogos de memória em que cada narrativa ordena tempos vividos e pensados, a partir de diferentes ritmos, para dar sentido as distintas trajetórias e identidades, posto que lembramos por meio de imagens.

Juntamente à dialética temporal, Eckert e Rocha utilizam a “função fantástica”, imaginativa ou fabulatória da memória e, portanto, da narrativa, em que os “territórios da vida urbana (são) como lugares da imaginação de seus habitantes” (Durand, 1979b, 1980).

As identidades narrativas (Ricoeur, 1991) são construídas a partir da relação com os outros, provocando a reflexão do sujeito, que a partir de uma situação social específica se reconstrói, saindo da estabilidade da identidade-*idem*, para se transformar em identidade-*ipse*, “pois é por intermédio da identidade narrativa que se tem acesso ao sujeito que age, com qualificação ética de ser reflexivo, mediante a experiência do tempo” (Eckert e Rocha, 2013:40).

Para realizarmos uma etnografia da duração as autoras nos sugerem aplicar o método de convergência (Durand, 1980) em que o antropólogo deve imergir nos jogos de memória dos interlocutores da pesquisa, trabalhar com a imaginação criadora presente nas narrativas dos atores, mas também na construção do seu próprio texto; além de produzir e gerar coleções etnográficas⁴⁹ que “consteladas em núcleos organizadores de sentido, ajudam a inferir um conhecimento acerca do fenômeno da duração que ali se apresenta” (p.63).

⁴⁹ Este trabalho é desenvolvido no Banco de Imagens e Efeitos Visuais – Biev, que estuda as formas singulares e plurais de construção de tempos sociais vividos na cidade, a partir do estudo de memórias, identidades sociais, práticas e saberes de indivíduos e grupos diversos, responsáveis pelo agenciamento cotidiano dos dramas da vida urbana (Eckert e Rocha, 2013: 11).

As imagens serão estudadas através das formas narrativas que adotam para o viver a cidade, mas neste caso, sobretudo, através dos territórios da vida estreitamente vinculados ao mundo do trabalho doméstico.

Ao trabalhar com coleções etnográficas de imagens presentes e passadas, estamos operando com uma convergência de imagens das quais a imaginação criadora do antropólogo participa intensamente em seu processo de produção de imagens como forma de narrar a cidade, dando a ela um *continuum* de consciência de si e a todos os outros nela representados” (Eckert e Rocha, 2013:60).

No caso desta pesquisa, a cidade se coloca como contexto, mas também como agente das práticas cotidianas das trabalhadoras domésticas, contudo nossa proposta é de também colocar o trabalho doméstico remunerado – TDR como objeto temporal, que dura pela sobreposição do tempo do mundo, das práticas e dos jogos da memória das personagens. Imbricado nos contextos urbanos, esta profissão se apresenta sem muita coesão identitária, ainda que os sindicatos trabalhem nesse sentido, devido às características de suas configurações, mas também por outras adesões serem, ao que parece, prioritárias nas escolhas das trabalhadoras, como a afetividade com os amigos ou parentes⁵⁰ ou outras pertenças.

A aplicação do método de convergência em conjunto com a formação de coleções etnográficas visa orientar a interpretação da dialética temporal que subjaz o fenômeno do trabalho doméstico remunerado nas cidades. Nesse sentido, também trabalharemos com as narrativas biográficas, que são avaliações subjetivas das formas de interação, das trajetórias sociais e projetos dos sujeitos, com a reflexão sobre o si mesmo. Através delas, poderemos acessar os jogos da memória, que ritmam diferentes camadas temporais vividas e pensadas pelas interlocutoras.

Na tradição intelectualista (firmada pela Escola Francesa de Sociologia), a narrativa biográfica se prendeu menos a uma abordagem longitudinal, para ser assumida como visão de mundo, representação simbólica colada ao vivido: motivações inconscientes e subjetivas (Eckert e Rocha, 2013:110)

⁵⁰ No próximo capítulo iremos apresentar e dialogar com alguns trabalhos que são imagens do TDR na contemporaneidade. Também faremos esse exercício com reportagens e filmes em que a figura da trabalhadora doméstica é centralizada.

Desse modo, para que possamos compreender a situação presente das trabalhadoras estudadas, devemos conceber os seus tempos sociais como descontínuos, em que as narrativas imaginativas são construídas para dar sentido às rupturas temporais.

A etnografia da duração é aplicada a contextos citadinos, em que as vivências e avaliações dos personagens se confundem com as próprias imagens e experiências do antropólogo em contextos urbanos. O que se propõe aqui é que além da cidade, o trabalho doméstico também seja analisado por processo semelhante, ou seja, que as imagens construídas nas narrativas e nos jogos de memória das trabalhadoras estejam em diálogo com as imagens da memória coletiva em relação ao trabalho doméstico e da própria antropóloga. A partir desse diálogo plural, assim como a cidade, poderemos interpretar o trabalho doméstico como um fenômeno temporal, que dura e se dinamiza na sobreposição de camadas temporais.

Nossa narrativa, para além da imagem escrita preponderante, também trabalhará com imagens em outros suportes, como análises de filmes e das fotografias disseminadas por veículos de comunicação, mas também produzidas durante o trabalho de campo e que foram fundamentais para que a pesquisadora realizasse uma avaliação de seu trabalho e na maneira que suas interpretações foram influenciadas.

[...] a pesquisa com imagens propicia aos grupos sociais estudados compartilhar das experiências de construção de imagens de si, alcançando, assim, a produção antropológica uma eficácia simbólica na construção de memórias coletivas em comparação com a cultura da escrita que orienta os meios acadêmicos” (Eckert e Rocha, 2013:10).

Apesar da etnografia da duração enfatizar a dialética temporal e a imaginação criadora como propulsoras da duração da cidade e/ou do trabalho doméstico no nosso caso, o tempo contínuo, linear, ou "tempo do mundo" (Ricouer, 1994) também é fundamental para colocarmos em evidência as transformações dos estilos de vida decorrentes da industrialização, urbanização e globalização nas sociedades complexas, onde coexistem diferentes configurações de valores, que incidem nas formas de organização do trabalho, inclusive com mudanças jurídicas que visam a equiparação de direitos com os demais trabalhadores urbanos. Mas esses próprios eventos e mudanças do "tempo do mundo" são incorporados nas narrativas das trabalhadoras domésticas, quando no presente, se reinventam e reconstróem-se em suas narrativas.

1.5 Etnografia Multi-situada

Esta pesquisa visa estudar o TDR como um objeto temporal a partir de diferentes lugares, seja através de narrativas biográficas, trajetórias sociais, projetos e itinerários urbanos que formam imagens desse trabalho, seja por meio de imagens construídas e referenciadas pela memória coletiva, presentes em filmes e reportagens sobre o objeto. Pretende-se desenvolver uma etnografia da duração em que o tempo do mundo, linear, dialogue com outras imagens decorrentes dos jogos de memória das trabalhadoras domésticas, de outros personagens como empregadores e advogados, e da própria pesquisadora.

Nesse sentido, essa pesquisa propõe deslocamentos de perspectiva, partindo de sujeitos em diferentes posições em relação ao trabalho doméstico, mas também em relação à dialética temporal e a imaginação criadora que o próprio processo de construção da tese percorre.

Para qualificar ainda mais nossa figura teórica que foi construída previamente, durante e após o trabalho de campo, é que utilizaremos a etnografia multi-situada, conceito desenvolvido por George Marcus (1995) para pensar etnografias envoltas no sistema-mundo contemporâneo, marcado pelo avanço tecnológico e a reconfiguração dos espaços-tempos.

Essa dimensão é bastante pertinente para estudarmos o trabalho doméstico remunerado em diferentes escalas, seja nas cidades pesquisadas, mas também nas regulações, atores políticos envolvidos e agências governamentais, não-governamentais e internacionais que participam do debate e interferem nas práticas e configurações deste trabalho. Assim como para as autoras da etnografia da duração pesquisar um fenômeno na cidade é também interpretar a cidade, para este autor elaborar uma etnografia multi-situada é também retratar o sistema mundo o qual estamos envoltos.

O autor desenvolve o conceito de etnografia multi-situada no sentido de complexificar os objetos de estudo, aumentando a importância dos trabalhos de campo que, segundo ele, podem visibilizar com mais intensidade a perspectiva dos “subalternos”⁵¹. A forma de construção do nosso objeto de estudo procura atender essas duas perspectivas: de estar inserido na sociedade contemporânea e no exercício de construir uma narrativa com as trabalhadoras domésticas.

Para além do que já foi exposto em termos de referenciais teórico-conceituais da pesquisa, gostaríamos de salientar que a pesquisa de campo foi realizada em três cidades, correspondentes

⁵¹ O trabalho de Joaze Bernardino-Costa (2005), que será apresentado no próximo capítulo trabalha com essa perspectiva, no contexto pós-colonial, de a partir da valorização dos pontos de vista ou das “memórias subterrâneas” (Pollack, 1989) dos grupos marginalizados, minorias, excluídos ou subalternos, podemos construir narrativas mais democráticas e plurais.

a três regiões brasileiras - Belém/PA (Norte), Salvador/BA (Nordeste) e Porto Alegre/RS (Sul) - portanto envolta por muitos deslocamentos, procurando encadear o mesmo fenômeno ao longo do campo e teoricamente, com associações, dissociações e conexões no sentido de promover potenciais comparações.

No entanto, cada etnografia foi realizada de maneira singular, obedecendo aos limites, desafios e a forma de entrada em cada campo, fazendo com que a problemática da pesquisa também fosse moldada no percorrer da “aventura etnográfica”.

1.6 Interseccionalidade

Após situarmos nossa pesquisa na sociedade complexa, em contextos urbanos de grande divisão social do trabalho e heterogeneidade cultural, apresentamos as categorias analíticas que iremos trabalhar: formas de interações e sociabilidade, saberes e fazeres, itinerários urbanos, trajetórias sociais, redes sociais e projetos, envoltos na centralidade e autonomia do indivíduo moderno imerso em seus contextos socioculturais que formam os seus campos de possibilidades.

Também nos propomos a realizar uma etnografia da duração tendo o trabalho doméstico remunerado como objeto temporal, em que a pesquisa da multiplicidade de imagens em suportes diversos em relação a ele, através do método de convergência e das coleções etnográficas irão nos auxiliar na interpretação deste trabalho como um fenômeno que dura. Neste caminho, as narrativas biográficas preponderantemente de trabalhadoras domésticas serão bastante pertinentes, pois através dos seus jogos de memória, de caráter criativo, na construção de suas trajetórias e projetos, poderemos perceber o diálogo entre os tempos vividos e pensados delas em relação com o tempo do mundo, para a reconstrução e avaliação de si.

Para completar, mas não menos importante, a figura teórica proposta nesta pesquisa, e também dar início ao capítulo que segue, gostaríamos de chamar atenção nesse momento para as personagens centrais deste trabalho e as configurações em que estão inseridas. Como veremos nos capítulos posteriores, o emprego doméstico remunerado ainda se coloca como um amplo nicho de trabalho para as mulheres, seja no Brasil⁵² ou no mundo⁵³. No nosso país ele

⁵² Segundo os últimos dados do IBGE (jan, fev, mar/2016), o Brasil tem aproximadamente 6,2 milhões de trabalhadores domésticos, sendo 96% mulheres, equivalente a 5,7 milhões.

⁵³ O trabalho doméstico emprega 52,7 milhões de homens e mulheres ao redor do mundo, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) do final de 2010: ILO, 2013, 146 p.

representa a atividade em que o maior contingente de mulheres é empregado⁵⁴, sendo composto pela maioria de mulheres negras⁵⁵. Se tangenciarmos esses dados com marcadores complementares, como a condição socioeconômica dessas trabalhadoras, relacionada ao nível de instrução, chegaremos à conclusão de que o trabalho doméstico, tão desvalorizado e discriminado em nossa sociedade, é ocupado por um grupo de mulheres envoltas por diferentes formas de opressão interconectadas.

Com o intuito de não hierarquizar as diferentes formas de opressão, desigualdades e discriminação que as trabalhadoras domésticas, no nosso caso específico, brasileiras, estão envoltas, é que nos propomos a trabalhar com o conceito de interseccionalidade, que conecta os marcadores de gênero, raça e classe, para que possamos analisá-los de forma conjunta, já que geram realidades e formas de conhecimento situados e singulares.

Em artigo publicado no evento Fazendo Gênero 10, na cidade de Florianópolis, Cristiano Rodrigues (2013) faz um resgate cronológico dos estudos sobre mulheres negras no Brasil, a criação do conceito-metáfora de interseccionalidade no contexto Anglo-Saxão, para finalizar nos mostrando seu uso por pesquisadores brasileiros e seu grande potencial analítico.

O conceito-metáfora de interseccionalidade foi produzido por feministas negras americanas (Hazel Carby, bell hooks⁵⁶, Patrícia Hill Collins, Patrícia Williams e Kimberlé Crenshaw) na década de 1980 com o objetivo de salientar a especificidade das experiências de mulheres negras que, muitas vezes, eram invisibilizadas tanto pelo movimento feminista (com o modelo de mulher ocidental, branca, heterossexual e de camadas médias), quanto pelo movimento negro; desse modo, seria uma tentativa de “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro (Sueli Carneiro, 2003).

Segundo Sandra Azeredo (1994), no contexto dos Estados Unidos as demandas das mulheres negras parecem ter se incorporado na academia e também no movimento ativista feminista, mas no Brasil isso ainda não parece ter ocorrido, sendo uma preocupação quase que exclusiva de mulheres negras. Rodrigues (2013) salienta que os três livros pioneiros com

⁵⁴ Em 2014, o emprego doméstico absorvia entre 10,4% das ocupadas em Porto Alegre e 17,0% em Salvador, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED do DIEESE.

⁵⁵ No Brasil, entre as mulheres negras empregadas, 21,7% são trabalhadoras domésticas, em relação a 13% das "não-negras" (ILO, 2013:27);

⁵⁶ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Walkins e formado com os sobrenomes de sua mãe e avó. A autora prefere assiná-lo em letras minúsculas pois “O mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu”. Fonte: <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/>. Acesso em: 09/09/16, às 10h47.

abordagens interseccionais no ano de 1981⁵⁷ ainda não foram traduzidos para o português e que somente em 1995 foi publicado um número especial sobre mulheres negras na Revista de Estudos Feministas⁵⁸, apesar de atualmente já se terem bastante trabalhos com esta abordagem, inclusive o do próprio autor⁵⁹.

A pesquisa com trabalhadoras domésticas brasileiras reflete desigualdades intra-gênero que já foram amplamente discutidas e que também foram propulsoras dos estudos interseccionais, já que, a emancipação financeira, assim como o acesso aos estudos, apenas teria sido possível às mulheres brancas e de classes médias com a exploração do trabalho doméstico de mulheres negras e pobres, como estudado por Lélia Gonzalez (1982), Luiza Bairros (1991), Maria Aparecida Bento (1995) e Márcia Lima (1995).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002:177 *apud* Rodrigues, 2013:6).

No entanto, chamando atenção para uma controvérsia presente nos debates sobre a imbricação de diferentes formas de opressão, Helena Hirata (2014) se remete ao conceito de consubstancialização, inaugurado pela francesa Danièle Kergoat (1978) com a mesma finalidade de estudar gênero, classe e raça de forma conjunta e dinâmica nas relações sociais. Diferentemente da interseccionalidade que estaria mais pautada nas categorias de raça e gênero, partindo das experiências de mulheres negras, no caso da consubstancialidade estaria mais centrada nas relações gênero e classe. De acordo com a autora:

A ideia de ‘genrer’ a classe e ‘classer’ o gênero foi desenvolvida ao longo de sua trajetória (Kergoat) desde o artigo de 1978 e esteve na origem da criação de um laboratório, o Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho (GEDISST) no CNRS, consagrado aos eixos temáticos de gênero e trabalho na França em 1983 (Hirata, 2014:65).

⁵⁷ *Ain't I a Woman: Black Woman and Feminism* (bell hooks); *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* (Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa); *Women, Race and Class* (Angela Davis) – este livro foi finalmente traduzido e começará a ser comercializado no Brasil no final de setembro de 2016;

⁵⁸ A Revista Estudos Feministas é um periódico quadrimestral, indexado e interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, e que se encontra atualmente sediado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis: <http://refe.paginas.ufsc.br/>.

⁵⁹ As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

Kergoat (2006) elaborou uma crítica explícita ao conceito de interseccionalidade⁶⁰, argumentando que ele se remete a uma figura geométrica estática e que, portanto, poderia naturalizar as categorias de gênero, classe e raça, não obedecendo a mobilidade, ambiguidade e ambivalência das relações em que estão imbricados, posto que:

Desde os anos de 1970-1980 mobilizo os conceitos de consubstancialidade e coextensividade para procurar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul) (Kergoat [2006] *apud* Campos, 2010:93).

Para esta autora, as relações sociais têm o caráter abstrato e apenas podem ser analisadas sociologicamente, a ideia de consubstancialidade implica no entrecruzamento dinâmico e complexo de relações sociais, que são formadas por grupos antagônicos em torno de uma disputa, logo, são conflituosas. Além de serem coextensivas, posto que as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduziriam e co-produziriam mutuamente.

No entanto, Hirata (2014) propõe uma “interseccionalidade de geometria variável”, que possa incluir as relações de gênero, classe e raça, mas também as de sexualidade, de idade, de religião, etc.

Desse modo, pretendemos trabalhar com o conceito de interseccionalidade, sem, entretanto, ir de encontro à consubstancialidade que nos chama atenção para a divisão social e sexual do trabalho e o dinamismo das relações sociais, posto que entendemos que são duas categorias não opostas, mas que estão preocupadas com o mesmo enfoque: a não hierarquia e imutabilidade de formas de opressão.

Além disso, duas variáveis também serão bastante pertinentes para a interpretação do fenômeno: a escolaridade, que está bastante vinculada à classe, e a geração/idade, sendo que elas também não atuam de maneira independente; já que, quanto mais novas, as trabalhadoras parecem adquirir um grau de escolaridade maior e também ter acesso a outras categorias de trabalho, enquanto as trabalhadoras mais velhas parecem ocupar o maior nicho desse trabalho⁶¹ e possuir menor tempo de estudo⁶². Alda Britto da Motta (2004) ressalta a atualidade e importância do conceito de geração na dinâmica política e na reprodução social, já que, “as etapas de vida, categorizadas em idades, estão diretamente relacionadas com os direitos e

⁶⁰ Durante o 11º Congresso da Associação Francesa de Sociologia – AFS, realizado em Bordeaux, 2006.

⁶¹ De acordo com a PNAD 2013, as idades de 30 a 59 anos correspondem a 75,6%, 4,8 milhões, das trabalhadoras domésticas.

⁶² Os dados estatísticos mais atualizados sobre o emprego doméstico serão trabalhados no capítulo 3.

deveres vivenciados nas relações cotidianas e nas normas jurídicas e prescrições oriundas do Estado” (p.350).

Então, veremos como esses dois marcadores, em conjunto com a raça, gênero e classe - interseccionalidade, atuam nas atuais configurações e significados atribuídos ao trabalho doméstico remunerado.

CAPÍTULO 2 Imagens e/ou Abordagens do e no Trabalho Doméstico Realizado na Casa de Terceiros

Neste capítulo pretendemos colocar nossa proposta de pesquisa em debate com a literatura acadêmica socioantropológica sobre o trabalho doméstico remunerado, dialogando, nos aproximando ou distanciando de alguns trabalhos. Após a explicitação da singularidade de nossa proposta, buscaremos ainda neste capítulo, traçar um histórico das leis e agentes importantes na conformação das normas e regulamentações do trabalho doméstico, sejam nacionais ou internacionais; também elaboraremos uma análise sobre reportagens e filmes cujo foco principal são as trabalhadoras domésticas brasileiras chamando atenção para as imagens construídas, que reproduzem ou rompem o arquétipo da típica empregada doméstica: mulher, negra, pobre, solteira e de baixa escolaridade.

2.1 A descoberta das “crias de família” e suas peculiaridades

O percurso dos estudos realizados por mim sobre o trabalho doméstico realizado na casa de terceiros, podendo ser remunerado em forma de salário ou não, obedece à própria trajetória de meu interesse sobre o tema, as primeiras aproximações e posterior construção do problema desta tese. Desse modo, a observação de mulheres, muito presentes nas casas das famílias de classe média e alta brasileiras, mas não apenas, já que este trabalho pode ser identificado em diferentes escalas de segmentos sociais e de cidades, começou a ser realizada a partir da leitura do trabalho *Crias, Criadas, Filhos de Criação: Filhos todos são? Adoção, afetividade e família na Amazônia* (Motta-Maués, 2006), em que a autora identifica várias formas de circulação de crianças⁶³ na Amazônia, mais especificamente em trânsitos no estado do Pará, permeados pela

⁶³ No contexto de uma vila popular de Porto Alegre, Fonseca (1995) identifica diferentes circuitos percorridos pelas crianças relativos aos seus cuidados cotidianos, essa prática de vários espaços percorridos e pessoas responsáveis pelos cuidados das mesmas foi categorizada como “circulação de crianças”, que poderia resultar em uma adoção informal, denominada de “adoção à brasileira”.

tutela de crianças órfãs⁶⁴, pela guarda de crianças de terceiros e por fluxos mais curtos, mas contínuos de crianças de classes médias e altas⁶⁵.

A primeira e segunda formas de circulação poderiam resultar em filhos adotivos⁶⁶, filhos de criação ou “crias” de família. Para responder e qualificar o questionamento do título, qual seja, se estas formas de circulação resultariam na categoria “filhos” de maneira igualitária, a autora argumenta que existem hierarquias entre elas e, mais do que isso, ambiguidades e ambivalências, principalmente centralizadas nas “crias”, que seria uma categoria de referência de terceiros, que transitaria entre uma filha de criação⁶⁷ e uma criada⁶⁸, dependendo da situação.

Tratando da trajetória de duas “crias” de família⁶⁹, uma menina e um menino, ela evidencia que nos dois casos as crianças foram morar na casa de “madrinhas”, não especificando se passaram por algum rito para o estabelecimento de tal vínculo, ou apenas relacionavam-se assim com as donas das casas em que moravam para sinalizar uma relação afetiva que justificasse sua estadia ali.

No caso da personagem *Helena*, parece não ter ocorrido ambiguidades em relação ao seu papel na família, posto que a mesma desempenhava todas as atividades domésticas na casa da madrinha, depois na de sua irmã que também passou a chamar de madrinha, posteriormente, na casa da filha desta, terminando por continuar ajudando os dois “meninos” que criou, já com os bisnetos da segunda madrinha, portanto permanecendo na mesma família há quatro gerações.

Já *Fernando* teria sido criado pela patroa de sua mãe, aparentemente em igualdade com os filhos biológicos desta. No entanto, na prática, envolto a inúmeras desigualdades, como, por exemplo, a escola particular em que estudava, mais simples que a dos outros; e na forma de

⁶⁴ Almada (1987) analisando documentos de Vigia (município paraense) durante o período de 1870 a 1888 – data do surgimento da Lei do Ventre Livre à Abolição da Escravidão – identifica a “tutela” de crianças órfãs, que poderiam não ter seus pais biológicos ou mesmo serem filhos de mães solteiras ou famílias pobres, consideradas igualmente como órfãs, como mecanismo de permanência de controle e exploração de “menores escravos” pelas elites paraenses; o que ao invés de transformar menores filhos de escravos em livres, colocava os menores livres pobres em situação de igualdade com os escravos. No contexto francês, também podemos identificar um mecanismo de tutela de mães pobres pelo governo do Bem-estar, que as tratava como um “pai”, portanto sem poder de decisão sobre os benefícios e filhos (Thébaud, 1993; Weber, 2006);

⁶⁵ Esta circulação identificada nas camadas médias e altas e trabalhada no artigo: *Na casa da mãe, na casa do pai – Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da circulação de crianças* (Motta-Maués, 2004).

⁶⁶ A partir de uma adoção à brasileira ou através do processo formal de adoção.

⁶⁷ Os filhos de criação frequentemente não possuem o mesmo *status* do filho biológico ou adotivo; primeiro porque não passaram pelo processo formal e segundo porque comumente são tratados com desigualdade em relação aos primeiros, ainda que não realizem todas as atividades domésticas da casa como os criados.

⁶⁸ A denominação está no feminino posto que a maioria das personagens em tal situação são mulheres.

⁶⁹ “As ‘crias’ eram meninas que vinham do interior, (...) Lembro do primeiro dia quando alguma delas chegava. Era choro, choro sentido de dar dó. As ‘velhas’ compreendiam e observavam. Já no segundo dia, o choro era menos intenso; no terceiro dia, começavam o tratamento. Primeiro, um purgante para vermes que invariavelmente tinham. Era respeitado o resguardo e em seguida, vinha o tratamento fortificante com ervas e se não me engano o vinho Silva Araújo e boa alimentação” (Cecília, 2003:18).

tratamento, quando era interrompido nas brincadeiras para realizar alguma atividade, o que não acontecia com os filhos biológicos, ou na diferença das festas de aniversário.

Os dois casos retratados pela autora dão visibilidade a um arranjo familiar e de trabalho bastante presente nas famílias brasileiras e que envolve aspectos importantes para a compreensão do trabalho doméstico realizado na casa de terceiros, e mesmo para a posterior constituição e os desafios de reconhecimento deste trabalho enquanto uma profissão regulamentada.

Primeiramente, percebemos a frequência do termo “madrinha”, com o possível intuito de caracterizar a relação entre desiguais como de parentesco, portanto envolta em afetos e trocas. O que implica também outro aspecto importante: o receio, ou mesmo a proibição de remunerar práticas de cuidado, sob a ameaça do rompimento de relações de afeto e amizade no contexto brasileiro.

2.1.1 O Compadrio

O compadrio como instituição e o apadrinhamento como prática são facilmente identificados na sociedade brasileira, bem como na América Latina⁷⁰, dentre outros países. Ao identificarmos como uma denominação bastante presente nos relatos de “crias” em relação às mulheres que as recebiam em suas casas, as “madrinhas”, se fez necessário a revisão de alguns estudos que tivessem como centro esta temática. Seja sob uma abordagem antropológica, seja a partir de campos afins, encontramos vários trabalhos que poderiam ser classificados em relação a duas perspectivas: na primeira, encontramos análises históricas, fundamentadas nas práticas cristãs, em certidões de batismo, se remetendo ao final do século XVIII e à sociedade escravocrata negra e/ou indígena (Brugger, 2004; Meira, 2008); na segunda, não em oposição à primeira, mas a complementando, a ênfase é colocada nas relações políticas decorrentes das diferenciações de poder entre padrinhos e afilhados, onde o compadrio pode atuar no estabelecimento de relações patrão-cliente (Landé, 1977; Lomnitz, 1994, Wolf, 2003).

Silvia Brugger (2004), ao analisar o apadrinhamento de cativos (escravos) em São João Del Rei, durante o período de 1730 a 1850, identifica que essa instituição tinha como fim ampliar as redes de solidariedade entre os próprios escravos e ex-escravos. Na maioria dos

⁷⁰ Jessaca Leinaweaver (2008), em seu trabalho nos Andes, identifica a circulação de crianças e a interpreta como consequência da vulnerabilidade social causada pela pobreza. Ela também salienta que quando não existe vínculo consanguíneo entre os envolvidos, uma das alternativas para se produzir o parentesco é via compadrio.

casos, se buscavam padrinhos livres, que tivessem recursos financeiros, políticos e de prestígio. Por isso, a autora justifica que “até hoje, os termos padrinho e madrinha são utilizados para designar benfeitores, ainda que nenhum parentesco ritual exista entre as partes”, o que parece ocorrer no caso das “crias” e suas “madrinhas”.

Heloisa Meira (2008), ao estudar o compadrio entre os índios do aldeamento do Rio Pomba e Peixes em Minas Gerais, destaca um tipo de apadrinhamento involuntário, pois nem sempre era dada a oportunidade de escolha dos padrinhos aos índios, mas, ainda assim, não deixava de ser uma estratégia de socialização. Mesmo salientando o caráter informal que o compadrio poderia apresentar, os dois trabalhos se remetem aos registros de batismo e análises históricas para o estudo do compadrio.

Mudando um pouco de abordagem, Larissa Lomnitz (1994), centrando seus estudos em uma análise de redes sociais, estuda o compadrio contemporaneamente, nas classes médias urbanas do Chile e elabora uma diferenciação entre o compadrio informal, expressão de um contrato diádico⁷¹ e o compadrio ritual, com o exemplo do batismo católico. Voltando-se para o compadrio informal, a autora o resalta como “... uma forma de ajuda que se emprega para obter algo com mais facilidade em menos tempo” (p.23). Contudo, explica que o compadrio é formado por um código moral, que limita os favores possíveis. Quando o contrato diádico é vertical, ou seja, quando há desigualdade entre as duas pessoas, este pode se converter em subordinação, fundante das relações patrões-clientes em que as manifestações dessas lógicas morais (lealdade, confiança, etc.) se refletem no âmbito de instituições como a família⁷².

Marcos Lanna (2009), buscando entender a questão da desigualdade a partir do que chama de uma versão da “antropologia estruturalista”, chama atenção para a presença da instituição do compadrio em várias partes do mundo latino e mediterrâneo; entretanto, argumenta que no contexto brasileiro ele é mais estrutural do que institucional, portanto inconsciente. Conjugando o aspecto simbólico (criação de um parentesco fictício) e funcional (redes de ajuda mútua) que, segundo o autor, e mesmo os trabalhos que discutimos acima, permearam as análises clássicas do compadrio (décadas de 1950 a 1980), Lanna sugere o estudo do compadrio como fundador da vida comunal e de relações de troca, não apenas um mecanismo de extensão de redes sociais. Nessa concepção, o compadrio adquiriria um aspecto

⁷¹ Em Landé (1977), encontramos um estudo de relações diádicas horizontais e verticais, as segundas constituindo as bases do clientelismo.

⁷² Nos limitando apenas ao contexto brasileiro, os estudos sobre sistemas políticos nomeados como “coronelismo” ou “clientelismo”, se remetem exatamente a estas práticas; quando grandes latifundiários, com poderes sociais, políticos e econômicos se beneficiavam do trabalho de seus subordinados, os mantendo em uma relação de extrema dependência, suavizada por trocas e favores pessoais travestidos em uma relação de parentesco fictício como o compadrio (Carvalho, 1997; De Farias, 1999).

sacrificial, em que o dom partiria sempre do lado hierarquicamente inferior, muitas vezes, materializado na forma de trabalho, em que o afilhado é “um sujeito que dá e um objeto que circula”⁷³ (p.8), ou seja, o compadrio não seria apenas a evidência de desigualdades, mas também produtor das mesmas e a hierarquia é tida como algo intrínseco à constituição simbólica do social (Dumont, 1985).

Apesar desse aspecto sacrificial proposto por Lanna, fundamentado por uma hierarquia inerente a vida social brasileira, Fonseca e Brites (2003), em pesquisa entre grupos populares em Porto Alegre nos anos 1980, destacam que existe uma grande variedade de mundos sociais e simbólicos, em que o batismo assume feições distintas: podendo ocorrer em igrejas, em casa, apenas existindo duas pessoas que passam a se denominar reciprocamente de “madrinha e/ou padrinho” e “afilhado”. No entanto, no que diz respeito à manutenção de redes de ajuda mútua, configuradas por diferenciações de *status*, as autoras argumentam que com a modificação das estruturas econômicas e políticas brasileiras, o compadrio, caracterizado por relações patrão-cliente tenderia a desaparecer; talvez, apenas restando o apadrinhamento entre “quase iguais”. Outra hipótese desenvolvida pelas autoras seria de que a certidão de nascimento, dentro do contexto moderno, seria o instrumento da racionalidade burocrática estatal que estaria atuando no lugar do batismo com vista ao acesso à “cidadania universal” (p.15). Nesse sentido, o rito de batismo faria parte de uma esfera íntima, perdendo seu caráter funcional de ajuda, atuando como um rito de recepção do recém-nascido, em conjunto com ritos mais “modernos” ou institucionalizados⁷⁴.

Ao adequar o compadrio ao contexto sócio-político brasileiro contemporâneo, essas autoras acenam para mecanismos burocráticos que estariam “substituindo” o rito do batismo, pelo menos entre os não “quase iguais”, mas bastante desiguais. Entretanto, o que as pesquisas com as “crias” nos revelam é a permanência do apadrinhamento em simultaneidade com esses novos mecanismos⁷⁵. Obviamente que o caráter geracional será muito importante para que possamos identificar a persistência desta prática, o que será possível a partir dos próximos

⁷³ Situação que pode ser mais bem entendida para o caso das “crias” nos termos da gratidão e explorado nos trabalhos de Motta-Maués, 2006, 2007; Dantas, 2009 e Leinaweaver, 2009, como alguns exemplos.

⁷⁴ Em minha dissertação de mestrado *Criando Parentesco? Um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS* (2011), realizei uma pesquisa centrada no programa desenvolvido pelo Instituto Amigos de Lucas, que visava instituir “madrinhas” e/ou “padrinhos” a crianças e adolescentes residentes em abrigos situados na cidade, com baixas probabilidades de serem adotados. Neste caso, diferentemente de práticas tradicionais e informais, a ONG se colocava como uma ferramenta de políticas públicas concernentes ao sistema neoliberal, mas utilizando-se da denominação tradicional para também ampliar redes de solidariedade e ajuda mútua.

⁷⁵ As novas regulamentações do trabalho doméstico também poderiam indicar o desaparecimento de práticas paternalistas e/ou informais, contudo ainda podemos identificar a convivência de várias configurações deste emprego, em que a informalidade continua preponderante, como trabalharemos no capítulo 3.

capítulos etnográficos em que entraremos em contato com as múltiplas configurações do trabalho doméstico remunerado ou na casa de terceiros, atuantes na atualidade.

2.1.2 Afeto e Dinheiro

A ambiguidade em que as “crias” estão envoltas, em que ora são tratadas e consideram-se como “alguém” da família e ora como uma trabalhadora provoca indefinições também no que diz respeito a possíveis remunerações pelos serviços ou *ajuda* prestadas. Viviana Zelizer (2009), no artigo intitulado *Dualidades Perigosas*, discute os limites das abordagens que colocam transações econômicas e relações pessoais em “esferas separadas” ou enquanto “mundos hostis”, como se a coexistência dessas práticas “contaminassem” a finalidade de cada uma. A autora explica que esse tipo de dicotomia imprime “... distinções morais na paisagem social” (p.237).

Ao citar exemplos de produção de moedas locais, ela defende que esse é um mecanismo para justamente elaborar meios de negociação, símbolos e práticas econômicas entre pessoas que mantém relações pessoais. Além disso, ao abordar a “economia dos cuidados”, Zelizer salienta a complexidade que ocorre no pagamento de cuidados pessoais, geralmente exercidos por grupos de parentes e amigos. Defendendo a complementaridade entre transações econômicas e afetivas, a autora especifica que diferentes tipos de relações interpessoais geram também distintas maneiras de se relacionar economicamente, portanto cada situação deve ser entendida em sua particularidade.

Em relação à “economia dos cuidados” - ainda bastante incipiente no contexto brasileiro, justamente pela mescla entre relações de trabalho e amizade/parentesco, pela longa e lenta constituição de direitos sociais às trabalhadoras domésticas e a regularização da profissão - temos exemplos de países que fornecem remunerações a parentes ou estranhos que se dedicam aos cuidados de outros, sobretudo no que diz respeito à velhice. No contexto francês, por exemplo, Florence Weber (2006) nos explica que desde 2002 existe um auxílio para pessoas idosas pagarem pelos seus cuidados, tornando quem os desempenha um assalariado(a), com direito à assistência de saúde. Contudo, a autora chama atenção que o mesmo não ocorre com relação às políticas sociais de cuidados de crianças: “Parece-me que ser mãe dedicada é considerado um comportamento natural, ao passo que ser filho dedicado é considerado um comportamento moral” (p.492).

Ainda no contexto europeu, Devetter, Jany-Catrice e Ribault (2009) nos apresentam políticas variadas de cuidados direcionados à população idosa, como por exemplo, a França e a Espanha que adotam reduções fiscais para os usuários dos serviços⁷⁶, mas também o caso da Áustria, Dinamarca, Finlândia, Luxemburgo, Alemanha e Suíça que investem na qualificação das “ajudantes familiares”. Na Alemanha e na Itália, há o pagamento de horas dedicadas aos cuidados de outrem. E ainda, a Suécia e Dinamarca optaram pelo direito à licença para dedicação aos cuidados de pessoas próximas, além da Alemanha e Áustria proporcionarem a opção das pessoas escolherem serem responsáveis pelos cuidados de pessoas idosas.

No entanto, como Weber nos chamou atenção, essas políticas parecem não existir na mesma escala no que se refere aos cuidados da infância e deficiência⁷⁷. Voltando para o Brasil, além de não existir algum benefício estatal para que os idosos possam pagar pelos seus cuidados de forma autônoma⁷⁸, não existem diferenças jurídicas e/ou econômicas bastante claras em relação aos trabalhos domésticos de cozinha, faxina, lavagem e passagem de roupas e os cuidados com crianças, idosos, deficientes⁷⁹ e animais, que são comumente desenvolvidos pelas mesmas trabalhadoras em diferentes etapas de suas trajetórias⁸⁰.

As mulheres que desempenham estas atividades na casa de terceiros, no caso do nosso trabalho, especificamente referenciadas como “crias”, mas também “filhas de criação”, até as que se reconhecem e são reconhecidas como trabalhadoras domésticas, enfrentam grandes dificuldades na construção subjetiva de si mesmas, o que envolve diretamente o recebimento de remunerações e também a formalização de seus vínculos de trabalho.

⁷⁶ Neste caso se refere à categoria “services à la personne” (serviços à pessoa) que será melhor trabalhada no capítulo 9.

⁷⁷ Apesar de ser necessário um estudo mais aprofundado sobre estes aspectos.

⁷⁸ Também seria necessária uma pesquisa sobre o tema.

⁷⁹ A não ser no caso de enfermeiros e/ou técnicos de enfermagem que possuem legislação de trabalho específica.

⁸⁰ Este aspecto que na França é tratado sob as categorias de “services de confort” (serviços de conforto) e “services d’utilité sociale” (serviços de utilidade social) será aprofundado no capítulo 9.

2.2 Das “crias” às trabalhadoras domésticas

Amplamente representada nos romances literários amazônicos⁸¹, como também nacionais⁸² e internacionais⁸³, a personagem da mulher, comumente em situação de desigualdade com os membros da unidade doméstica, desempenhando as atividades domésticas e de cuidados da casa e, frequentemente, se referindo aos donos da casa como “padrinhos” é bastante familiar nas artes e também no cotidiano das famílias brasileiras, ainda que atualmente em menor número; em qualquer situação que nos remetamos a ela, é facilmente identificada por todos à volta, que se não convivem com alguma, já conheceram ou tem conhecimento de alguém que viva em tal configuração.

No contexto brasileiro, este arranjo pode ser bastante vinculado aos quase quatro séculos de escravidão (desde meados de 1500 a 1888), em que africanos foram trazidos de seus países de origem, além de povos nativos (denominados indígenas) habitantes das terras em menor proporção, para realizarem o trabalho nas fazendas e casas de colonizadores portugueses ou seus descendentes, e após a abolição⁸⁴ apenas lhes eram oferecidos trabalhos com baixas remunerações⁸⁵, como o trabalho doméstico.

A partir de trabalhos clássicos como *Casa Grande e Senzala* (1933) que retrata o patriarcado rural como formador da sociedade brasileira em conjunto ao seu caráter *mestiço* – base para o “mito da democracia racial”, e posteriormente, em *Sobrados e Mucambos* (1936), as transformações econômicas e sociais que culminaram com o desenvolvimento das cidades e a separação dos senhores/patrões e escravos/empregados em diferentes moradias, Gilberto Freyre buscou construir uma história social da família brasileira; entretanto, apesar da importância de suas obras, em que a presença das crias, criadas e domésticas aparece de maneira incisiva, as relações entre os segmentos sociais aparecem ou parecem ter uma forma harmoniosa, sem tensões e contradições, apenas posteriormente possibilitadas pelas perspectivas dos subalternos em trabalhos como os de Graham (1992), que através de uma abordagem histórica analisa a relação entre patrões e domésticas no período de 1860 a 1910, que percorre a Lei do Ventre Livre, à Abolição da Escravidão e os primeiros anos de República na então capital Rio de Janeiro. Ou os trabalhos de Fraga Filho (2006), que constrói as

⁸¹ *Belém do Grão-Pará* (Dalcídio Jurandir, 1960); *Barracão* (Sultana Rosenblatt, 1963); *Dois Irmãos* (Miltom Hatoum, 2006); *Uma casa chamada 14* (Maria Cecília, 2003), como exemplos.

⁸² *Casa Velha* (Machado de Assis, 2004[1885]);

⁸³ *O Primo Basílio* (Eça de Queiroz, [1878]1980); *A Distância entre Nós* (Thrity Umrigar, 2006);

⁸⁴ Lei Áurea – 13 de maio de 1888.

⁸⁵ Sobre este período histórico temos os trabalhos de Ramatis Jacino (2012), Sandra Graham (1992); Walter Fraga Filho (2006), Maria Olívia Cunha e Flávio dos Santos (2007).

trajetórias de escravos e libertos no Recôncavo Baiano entre 1870 e 1910 e Maria Aparecida Sanches (1998), no contexto de Salvador, que estuda as relações e condições do trabalho doméstico de 1900 a 1950. Para além da centralidade do tema em nossa pesquisa, a insistência no trabalho doméstico é justificada posto que no período pós-abolição – não muito diferente da atualidade⁸⁶ – ele se colocava como a melhor ou única opção de inserção no mercado de trabalho para os negros, sobretudo as mulheres. A este respeito apresentamos um argumento recorrente:

Existe, mesmo atualmente, uma dependência quase automática da ‘economia’ pautada na explicação usada pelas classes médias e altas como parte da torturante defesa que trata o trabalho doméstico como algo ‘natural’ e a inabilidade da economia para absorver a população das classes baixas em outra forma de produção (Tradução minha - Goldstein, 2009:165).

Este fato parece justificar a centralidade do trabalho doméstico nos estudos históricos sobre a inserção no mercado de trabalho de mulheres negras e os impactos da escravidão neste processo. Seguindo algumas influências dos trabalhos mencionados, mas com uma abordagem antropológica, Virgínia Pereira (2012) realiza uma etnografia com trabalhadoras domésticas em Recife, analisando as configurações e representações atuais deste trabalho, mas ainda vinculadas aos impactos da escravidão vivenciada no Brasil, que constituiu e foi também estruturante da sociedade brasileira. Nesse sentido, ela salienta o menosprezo pelo ‘uso das mãos’ (Franco, 1997), já que correspondiam às atividades realizadas pelos escravos, portanto consideradas inferiores e humilhantes, logo desvalorizadas; segundo a autora, a prática de manter ou contratar funcionários de classes inferiores para as atividades domésticas na intimidade do lar corresponderia ao ‘sadismo de mando’ das camadas mais altas (Freyre, [1933]1967), e a própria intenção de se diferenciar das classes médias e altas em relação à classe trabalhadora (Owensby, 1999). Donna Goldstein, realizando pesquisa com trabalhadoras domésticas no Rio de Janeiro argumenta:

As classes médias são definidas por sua habilidade de pagar alguém para realizar o trabalho manual para elas, e neste senso vivem próximas às classes altas, entretanto as classes altas possuem uma maior variedade deste tipo de serviços disponíveis. Os membros das classes médias e altas que têm trabalhadoras domésticas e sempre as tiveram realmente não sabem como fazer coisas básicas para si – limpar, cozinhar, lavar roupas, ou cuidar de pequenas tarefas desagradáveis da vida. No entanto, essa dependência de alguém – esse total desamparo – tem se tornado uma forma positiva de status e prestígio dessas classes (Tradução minha - Goldstein, 2009: 159).

⁸⁶ Bem trabalhado na obra de Peggy Lovell (1991).

Continuando, Pereira propõe a utilização do conceito de servilismo indecente (Sennett, 2001) para abordar a exploração, de acordo com ela, extensiva e intensiva vivida pelas trabalhadoras domésticas; ela identifica neste trabalho uma forma de servidão “com nova roupagem”, que se sustenta devido as enormes injustiças sociais que persistem em nosso país. Por outro lado, a autora argumenta que as trabalhadoras não são passivas neste processo e também elaboram estratégias de negociação e resistência baseadas na “noção de indispensabilidade” de seu trabalho no cotidiano dos patrões; ela também identifica o ganho de presentes como uma vantagem para as domésticas da prática informal, ao mesmo tempo que como mecanismo de controle dos patrões.

Através do estudo de plantas de apartamentos de camadas médias de Recife, Pereira foca no quarto de empregada⁸⁷, frequentemente pequeno, escuro, sem ventilação ou privacidade, para exemplificar como a aproximação no domicílio não quer dizer a diminuição da distância social entre patrões e empregadas.

Contudo, a autora finaliza argumentando que o trabalho doméstico está se transformando a partir de novas regulações, que tornam esta atividade uma profissão limitando os abusos empreendidos, como por exemplo, a estipulação de uma jornada de trabalho; incidindo também na maneira das trabalhadoras se perceberem, diminuído o “sentimento de vergonha” e aumentando sua autoestima.

Apesar do intuito da nossa pesquisa não ser construir uma história social da sociedade brasileira, nem do trabalho doméstico na casa de terceiros e/ou remunerado - TDR, mas sim tornar este trabalho um objeto temporal realizando uma etnografia da duração fundamentada principalmente nas narrativas biográficas de trabalhadoras, não podemos negligenciar o tempo do mundo, composto por eventos históricos e políticos que são fundamentais para entendermos e caracterizarmos o contexto o qual estamos nos referindo. Desse modo, tanto o trabalho de Pereira (2012) como o de Goldstein (2009) dialogam bastante com nossos objetivos de pesquisa, pois identificam a escravidão como um período sem o qual não podemos construir qualquer narrativa sobre a sociedade de classes⁸⁸ ou o trabalho doméstico em cidades brasileiras.

Obviamente que vários aspectos encontrados no TDR se repetem em diferentes países, como o fato de ser desempenhado majoritariamente por mulheres, negras e pobres e ser

⁸⁷ Analisado também por Leda Maria Souza (1991).

⁸⁸ hooks ([1984]2004), se referindo ao contexto norte americano argumenta que as classes se constituíram pautadas na diferenciação racial, logo para compreender a dinâmica das classes seria necessário primeiro abordar a função do racismo na sociedade capitalista. Defendo que o mesmo ocorre em relação ao contexto brasileiro.

caracterizado pela desigualdade, exploração, e pelo menosprezo pelo “uso das mãos” ou como um *sale boulot* ou *dirty work* dependendo do lugar em questão (Devetter, Jany-Catrice, Ribault, 2009).

Outra dimensão de análise bastante pertinente nesse trabalho é a questão da organização espacial enquanto indicadora da distância social entre patrões e trabalhadoras, materializada no quarto de empregada; além da formulação de novas regulamentações que estão transformando as configurações do emprego e a forma das trabalhadoras darem sentido às suas práticas e à construção de si mesmas.

Contudo, antes que prossigamos com outros trabalhos que contribuem para a construção de nossa tese, é importante salientar que nem sempre e em todo lugar o trabalho doméstico remunerado foi desenvolvido por mulheres, ou mulheres negras, para que não tomemos esse aspecto como um homogeneizador das práticas deste trabalho.

A coletânea organizada por Elsa Chaney e Mary Castro (1993) reúne um amplo número de trabalhos voltados a nossa temática, que retratam diferentes contextos da América Latina, mas que também falam sobre alguns países europeus como a França e Inglaterra. Na introdução do livro, as autoras explicam que utilizarão a denominação *serviço doméstico* ao invés de *trabalho doméstico* para diferenciar a realização de atividades de forma remunerada e/ou na casa de terceiros, daquelas desempenhadas nos próprios lares das mulheres.

Neste livro encontramos o artigo de Elizabeth Kuznesof (1993), voltado à compreensão do serviço doméstico na América Hispânica no período de 1492 a 1980, portanto que vai desde a fase colonial à contemporaneidade, passando por vários séculos. Este artigo nos permite compreender diferentes práticas e concepções em relação ao serviço doméstico no decorrer do tempo. Por exemplo, no período colonial (1492-1800), a casa teria passado a ser a base para a civilização espanhola no ‘novo mundo’, local em que os valores e formas de organização europeias passariam a ser introjetados e reproduzidos, como o modelo patriarcal, do chefe da casa, ocupado pelos homens, que eram os responsáveis pela supervisão e controle de seus dependentes, sejam relacionados a ele por vínculos de parentesco ou não. Modelo também identificado por Sandra Graham (1992) em seu estudo na cidade do Rio de Janeiro (Brasil).

Nos países europeus, como a França e a Inglaterra⁸⁹, as atividades domésticas eram mais vistas enquanto uma etapa de formação e aprendizagem do que como a única opção de trabalho.

⁸⁹ O seriado *Downton Abbey* (produzido pela companhia Carnival Films para o canal ITV, foi composto por 6 temporadas de setembro de 2010 a dezembro de 2015) é ambientado na Inglaterra do início do século XX e retrata fortemente o cotidiano dos empregados e de uma aristocracia decadente, bem como suas tramas e relações. Naquele cenário identificamos um equilíbrio entre trabalhadores domésticos homens e mulheres, ainda que as atividades desempenhadas sejam fortemente demarcadas. Às mulheres, como de costume, cabe os afazeres de

Na Europa o serviço doméstico era uma ocupação altamente respeitável. Para muita gente na Inglaterra e França, no período pré-industrial, esta ocupação foi vista mais como uma etapa na vida que como uma eleição ocupacional. Tilly/Scott (1978) apresentam estatísticas indicando que os *servientes*, para essa época, se distribuíam entre 15% e 30% da população compreendida entre os 15 e 65 anos. As autoras explicam que o termo *servientes* era uma categoria de emprego muito ampla, que incluía qualquer dependente da casa que realizava tarefas domésticas ou de manufatura, mas mais frequentemente, ‘homens e mulheres jovens que ingressavam em uma economia familiar como um membro adicional. Além disso, o idioma usado para descrever os *servientes* denotava sua posição dependente e idade. *Serviente* era sinônimo de *muchacho* ou *muchacha*: um jovem, solteiro e, portanto, pessoa dependente’ (Tradução e grifos meus - Tilly/Scott, 1978: 20 *apud* Kuznesof, 1993).

Contudo, nos contextos da América Hispânica e Portuguesa houve uma perda de posição para a ocupação do serviço doméstico, sendo associado ao nível mais baixo do sistema de classe, casta e cor, portanto com amplas distâncias e desigualdades sociais.

No século XIX a autora identifica a concepção da casa como o local de proteção e desempenho das atividades femininas, sendo um local inviolável, sob a jurisdição do chefe da família e não aos encargos do Estado⁹⁰. A autora apresenta o exemplo da cidade de Buenos Aires (1900), em que muitas mulheres cometiam abortos para não perderem seus empregos e complementa que a grande incidência de *servientes* estava diretamente relacionada aos escassos serviços urbanos e tecnológicos, gerando grande demanda de mão-de-obra para a reprodução do lar e também um *lôcus* de trabalho para imigrantes⁹¹.

cozinha e cuidado com as patroas (as dando banho, vestindo, acompanhando publicamente e/ou servindo de confidentes e cúmplices). Já aos homens identificamos as atividades de mordomo, sapateiros, alfaiates, assim como cuidadores de animais e responsáveis pela roupa e vestimenta dos patrões, chefes de família. Naquele contexto, podemos perceber a participação de alguns imigrantes no grupo de trabalho doméstico, ainda que a maioria seja local. Obviamente são representantes das camadas mais pobres, mas os marcadores de raça/cor não são bastante salientados, mas sim a nacionalidade e/ou etnia. No seriado podemos perceber as atividades da criadagem enquanto uma ocupação valorizada e que protege a ‘moral’ de quem as realiza, sendo beneficiados também de ampla proteção e apoio dos patrões (relações bastante pessoalizadas); além disso há alguma mobilidade, quando alguns personagens se inserem em outras atividades ou quando uma das personagens da aristocracia se casa com um motorista irlandês (não sem grandes tensões). A trama passa-se predominantemente no interior de um castelo, mas chama atenção para os conflitos e contradições de uma sociedade em transição.

⁹⁰ De acordo com Davis 1981 não seria interessante para o Estado, no sistema capitalista, socializar ou industrializar o trabalho doméstico e de cuidados, já que não sendo pago, gera ainda mais lucro aos proprietários dos meios de produção. Ao invés da tecnologia agir em prol dessas atividades, elas apenas são terceirizadas por aqueles que ganham mais no valor/hora do que aquelas que o desempenham de forma remunerada, portanto é fundamentado na desigualdade. Desenvolveremos melhor este argumento no Capítulo 9.

⁹¹ Aspecto que se reproduz para o contexto mais contemporâneo como veremos posteriormente para o quadro atual francês. No Brasil atual, a imigração é mais interna, ainda que possamos identificar algum fluxo internacional, como o caso de trabalhadoras filipinas em São Paulo. Ver em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1627108-empresa-importa-babas-e-domesticas-das-filipinas-para-o-brasil.shtml>. Acesso em: 11/05/2015, às 16h53.

Já no século XX (1895-1930), Kuznesof alega que há uma retração no serviço doméstico provocada pelo avanço tecnológico, industrialização, desenvolvimento e urbanização das cidades, que fizeram com que a demanda pelos serviços de reprodução do lar fosse reduzida.

No Brasil o século XIX fora marcado pela vinda da família real portuguesa (1808), pela Independência do país (1822) e também pelo fim da Escravidão (1888), mas os trabalhos domésticos continuavam sendo realizados preponderantemente por escravas ou ex-escravas. O poema *Essa Negra Fulô* (1928) do poeta Jorge de Lima (1893-1953) é uma imagem importante deste contexto histórico com relação às práticas em que essas mulheres foram envolvidas.

Ora, se deu que chegou
(isso já faz muito tempo)
no bangüê dum meu avô
uma negra bonitinha,
chamada negra Fulô.

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala da Sinhá)
— Vai forrar a minha cama
pentear os meus cabelos,
vem ajudar a tirar
a minha roupa, Fulô!
Essa negra Fulô!

Essa negrinha Fulô!
ficou logo pra mucama
pra vigiar a Sinhá,
pra engomar pro Sinhô!

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala da Sinhá)
vem me ajudar, ó Fulô,
vem abanar o meu corpo
que eu estou suada, Fulô!
vem coçar minha coceira,
vem me catar cafuné,
vem balançar minha rede,
vem me contar uma história,
que eu estou com sono, Fulô!

Essa negra Fulô!

"Era um dia uma princesa
que vivia num castelo
que possuía um vestido
com os peixinhos do mar.

Entrou na perna dum pato
saiu na perna dum pinto
o Rei-Sinhô me mandou
que vos contasse mais cinco".

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
Vai botar para dormir
esses meninos, Fulô!
"minha mãe me penteou
minha madraستا me enterrou
pelos figos da figueira
que o Sabiá beliscou".

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala da Sinhá)
Chamando a negra Fulô!
Cadê meu frasco de cheiro
Que teu Sinhô me mandou?
— Ah! Foi você que roubou!
Ah! Foi você que roubou!

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

O Sinhô foi ver a negra
levar couro do feitor.
A negra tirou a roupa,
O Sinhô disse: Fulô!
(A vista se escureceu
que nem a negra Fulô).

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
Cadê meu lenço de rendas,
Cadê meu cinto, meu broche,

Cadê o meu terço de ouro
que teu Sinhô me mandou?
Ah! foi você que roubou!
Ah! foi você que roubou!

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

O Sinhô foi açoitar
sozinho a negra Fulô.
A negra tirou a saia
e tirou o cabeção,
de dentro dêle pulou

nunha a negra Fulô.

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
Cadê, cadê teu Sinhô
que Nosso Senhor me mandou?
Ah! Foi você que roubou,
foi você, negra fulô?
Essa negra Fulô!⁹²

Além disso, como já tratamos no capítulo 1, desde o final do século XVIII, XIX até o século XX aconteceram inúmeros eventos históricos e mudanças culturais, sobretudo no contexto europeu, na França, na Alemanha e na Inglaterra, que culminaram com o advento da noção de pessoa ocidental e suas maneiras de conduta e modo de interpretação do mundo. Com a noção de pessoa houve a emergência do individualismo, com o enfoque no *self*, envolto em seus contextos sociais, mas voltado para si, com ênfase nos sentimentos e na interioridade da pessoa.

Destaque-se a Revolução Francesa (final do século XVIII) com a ascensão da burguesia e decadência da aristocracia, e a emergência de novas maneiras de se comportar e agir no cotidiano que vieram acompanhadas de transformações nas artes, na literatura, no vestuário e nas concepções de verdadeiro, natural e/ou belo. O paradoxo entre sentimento e razão foi colocado em evidência, posto que se associava a postura racional e utilitarista orientada pelo “puritanismo” à burguesia, mas simultaneamente ocorria um “culto ao sentimentalismo”, caracterizado pela aversão à etiqueta e às convenções (resquícius dos costumes aristocráticos) e pela livre manifestação das emoções.

Colin Campbell (2011), estudando o dado momento, argumenta que tanto o sentimentalismo, que constituiu as bases para o romantismo, quanto os comportamentos associados ao “puritanismo” e caracterizados pela razão, contenção das emoções e o conforto em detrimento do prazer, não podem ser entendidos de maneira oposta e isolada; as duas práticas estão presentes quando da ascensão da burguesia no Ocidente. Ele defende que a sociedade moderna contemporânea está imbuída de um “egoísmo hedonístico” e um “idealismo romântico” que ao invés de se contraporem, se complementam nas práticas

⁹² Neste poema, para além das atividades domésticas em que as escravas e ex-escravas foram submetidas, também identificamos a acusação de roubo comum

nos relatos dos empregadores, além da ênfase na sexualidade das mulheres, acompanhada dos abusos dos senhores e sinhás.

sociais e que também se manifestam no consumo, através da busca por bens materiais, mas, principalmente, pela novidade, que provoca o prazer do anseio pela satisfação.

Com o romantismo, já não haveria o culto à sensibilidade exacerbada, que acabaria por ser vista enquanto superficial e dissimulada, mas sim a defesa da criatividade e da originalidade propiciadas pelo devaneio e pela introspecção emocional. Para se chegar a tal movimento, o autor faz menção à “estética medioclassista” originada pela busca das camadas médias burguesas em desenvolver nas artes uma identidade próxima aos seus anseios, nesse sentido, com influências também do classicismo perfeccionista e ordenado. Então, haveria uma tendência a uma renovação moral através das artes, mas que também se utilizou da espiritualidade para formar suas bases.

No mesmo sentido, Alain Corbin (1997) se concentra nas transformações ocorridas no ambiente doméstico, onde a introspecção começou a ser materializada na existência do quarto individual e o hedonismo no culto a imagem corporal no espelho. A autor constata a tentativa do controle de si na confissão ao diário, que mesmo que no romantismo se busque a manifestação da sinceridade e das emoções, nas práticas contemporâneas o que se veria é um fluxo, em que dependendo das etapas ou das situações da vida a emoção é enfatizada ou moderada.

A chegada da “modernidade”, oriunda da Revolução Francesa (1789) envolta com os valores de cidadania, direitos e indivíduo, bem como, o desenvolvimento industrial e o crescimento das cidades, também tiveram impactos nos países da América Latina desde o início da colonização. O trabalho e/ou serviço doméstico passou por transformações, posto que a atividade doméstica se dá no interior das casas das famílias, em espaços de intimidade (Corbin, 1997), e neste momento há uma tendência da “família moderna” em expulsar os “elementos desiguais” do seio familiar, com um sentimento crescente de “privacidade” ligado à ideia do “doce lar” (Ariès, 1981).

Contudo, a presença de *servientas*, crias e criadas persistiu no cotidiano dessas moradias, pois de acordo com Kuznesof, junto a todas essas transformações e avanços sociais, também houve uma ampliação das escolas provocando uma maior participação das mulheres nestes espaços (1940-1970) o que fez com que a procura por serviços voltasse a aumentar, já que a maior escolaridade e participação no mercado de trabalho das mulheres não foi acompanhada de uma mudança na organização das atividades domésticas,

ressaltando o serviço doméstico como a forma mais importante de emprego feminino, sobretudo para as mulheres negras e pobres⁹³.

2.3 O trabalho doméstico remunerado – Questão sociológica e estudos de caso

Neste momento, nos centraremos na contemporaneidade do contexto brasileiro para apresentarmos e dialogarmos com alguns trabalhos, que não compõem e nem poderiam a totalidade sobre a temática, mas que foram eleitos devido à grande pertinência para os objetivos que esta tese se propõe e que se constituem como importantes referências para a compreensão do fenômeno no contexto o qual estamos nos debruçando.

Os trabalhos desenvolvidos pelas ciências sociais sobre o trabalho doméstico remunerado parecem surgir na década de 1970 em conjunto às críticas e construção de um pensamento feminista. Já citada, a coletânea de Chaney e Castro ([1989]1993) *Muchacha, Cachifa, Empleada, Empregadinha, serviente y... Más nada – Trabajadoras del hogar en América Latina y el Caribe*, apresenta um primeiro conjunto de trabalhos que contemplam o Brasil e vários países latinos, em que o trabalho doméstico remunerado é descrito como *el trabajo de la cuarta parte*, porque aproximadamente 1 em cada 4 mulheres em todos os países da América Latina era doméstica e este trabalho era uma das ocupações com mais exploração e desigualdade de gênero, raça e classe, além disso, em todos os países o trabalho era desempenhado em mais de 90% por mulheres.

Kuznesof (1993), em referência à hispanoamérica e Barry Higman [1983], no contexto jamaicano, mostram que nem sempre neste hemisfério o serviço doméstico foi uma ocupação exclusivamente feminina ou uma categoria inferior de trabalho, ainda que em estudo realizado no Peru, Barry Heyman (1974) alega que apenas duas ocupações foram mais desvalorizadas que o serviço doméstico: a prostituição e a mendicância. Contudo, é interessante notar que tanto no contexto da América Hispânica quanto na Jamaica, os autores identificam um crescimento no serviço doméstico parcial (diárias) desde meados dos anos 1970, nos Estados Unidos entre 1900 e 1930 e na Grã-Bretanha na década de 1940, enquanto as diaristas apenas despontaram no Brasil pelos anos 2000 (Fraga, 2013; Monticelli, 2013).

⁹³ Como já discutimos no capítulo 1, essa diferença e desigualdade entre mulheres foi identificada nos movimentos feministas, sobretudo pelas mulheres negras que começaram a denunciar a particularidade de suas experiências em relação às mulheres brancas e europeias.

A segunda parte contempla análises de experiências do serviço doméstico em Buenos Aires, Bogotá, Peru, Caribe, e até em Nova York (mas desempenhado por latinas) onde encontramos algumas semelhanças. A terceira e quarta parte são voltadas ao protagonismo da enunciação das próprias trabalhadoras domésticas (dominicanas, mexicanas, brasileiras, uruguaias, peruanas, chilenas, colombianas e cubanas), sendo um estudo de grande importância, sobretudo, para o contexto latinoamericano, que frequentemente compõe a mão-de-obra voltada ao trabalho doméstico no âmbito dos países do “Norte”.

Também, a obra de Heleieth Saffioti (1978) *Emprego Doméstico e Capitalismo* é bastante citada como talvez a inauguradora desta temática no cenário brasileiro, ainda que suas análises estejam pautadas muito mais no que o trabalho doméstico não se enquadraria no modo de produção capitalista, pois seria remunerado por uma renda pessoal que não se torna capital, já que não geraria mais valia; um trabalho que é realizado para e consumido por uma família para a reprodução de suas forças de trabalho, portanto uma atividade que seria integrada, mas não totalmente capitalista⁹⁴. Obviamente existem trabalhos que contestam esta hipótese como os de Elizabeth Jelin (1975) e Angela Davis (1981) que argumentam justamente o contrário, que o capitalismo teria se beneficiado largamente da não remuneração do trabalho doméstico e que ele seria fundamental para o sistema capitalista, sendo também produtivo. Para além do impasse de produtivo, reprodutivo, capitalista ou não-capitalista, as análises de Jelin e Julia Abreu de Souza (1979) comungam que a emancipação das mulheres apenas será possível quando totalmente inseridas em relações capitalistas de produção. No caso de Davis, há a especificação das experiências das mulheres negras e também a proposta de socializar e industrializar o trabalho doméstico e os cuidados tornando-os acessíveis à classe trabalhadora, e isto seria um movimento de encontro ao capitalismo e em prol do socialismo.

Parte desta discussão é encontrada na obra de Suely Kofes (2001) que ela publica após dez anos de sua defesa de doutorado, quando realiza uma tese preocupada com a identidade que supostamente unificaria as experiências de mulheres, mas que no caso estudado por ela das relações entre trabalhadoras domésticas e patroas, seria marcada por uma desigualdade que comumente não comporta o compartilhamento de experiências, pelo menos no que diz respeito à igualdade de posições; desse modo, a autora argumenta que a categoria *diferença*

⁹⁴ A análise de Davis ([1981]2013 já citada, vai de encontro a esta ideia argumentando justamente o contrário, que o capitalismo teria se beneficiado largamente da não-remuneração do trabalho doméstico.

poderia dar conta da dialética ora de identificação de gênero, ora permeada por diferenças de classe e raça⁹⁵ e marcadas, sobretudo, nos relatos das patroas.

No caso do nosso trabalho, utilizaremos o conceito metafórico de interseccionalidade (Crenshaw, 2002), para dar conta de inúmeras formas de opressão que não podem ser entendidas de maneira separada, mas que atuam simultaneamente, para não corrermos o risco de trabalhar com a categoria genérica de *mulher* e homogeneizar diferentes experiências, ou mais arriscado ainda, pautar como medida de referência as mulheres brancas e ocidentais e colocar todas as outras, sobretudo do “terceiro mundo” em uma posição de falta em relação às primeiras, “nosotras desnudas” (Rosaldo, 1980 *apud* Mohanty, 2008).

Também focada nas relações entre domésticas e patroas e suas peculiaridades, Jurema Brites (2000), em sua tese *Afeto, Desigualdade e Rebeldia – bastidores do serviço doméstico*, realiza uma pesquisa na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo, sudeste do Brasil, entre os anos de 1996 e 1998, abarcando tanto os espaços da casa e narrativas das empregadoras, quanto a de trabalhadoras domésticas, em que a autora as observa e entrevista no contexto do trabalho, mas também realiza pesquisa de campo na casa de sua trabalhadora doméstica em um bairro popular chamado Jardim Veneza, onde morou com o filho de um ano, durante o período de três meses.

O trabalho se foca nas relações entre trabalhadoras e empregadoras e suas diferenças de poder, mas pretende evidenciar as táticas e agências das domésticas, ainda que estejam em uma posição de subalternidade. Para salientar tais práticas, a autora utiliza o conceito de “códigos encobertos” chamando atenção para as formas cotidianas de resistência dessas trabalhadoras, que conseguem vantagens comumente voltadas a relações pessoalizadas e não ao mercado formal de trabalho, como a flexibilidade de horários, o ganho de presentes, de roupas, eletrodomésticos e remédios.

A autora interpreta o serviço doméstico como uma prática de “reprodução estratificada” (James Scott, 1985 e Shellee Colen, 1995), já que é desempenhado por mulheres, de camadas populares, muitas vezes, negras.

Após realizar revisão da literatura sobre o tema, chamando atenção para o enfoque na teoria da modernização e nas preocupações feministas, ela insiste nas peculiaridades desta relação de trabalho, chama atenção para o ganho de presentes, a prática ou acusação do furto

⁹⁵ Distante do entendimento de raça enquanto uma categoria essencialista e/ou biologizante, a trabalhamos enquanto uma construção social que gera classificações, discriminações e segregações.

e do roubo e as relações das trabalhadoras com as crianças, como aspectos característicos e importantes para a compreensão das formas de interação e dinâmica deste trabalho. Ela discorre sobre as hierarquias dos espaços, sobre a falta de privacidade vivenciada pelas trabalhadoras e o lugar sujo e *impuro*⁹⁶ remetido a elas fisicamente, no quarto de empregada, ou no campo das representações; como se o ambiente em que moram e as relações que estabelecem fora do trabalho fossem sempre destrutivas e inferiores ao mundo dos patrões, que as desejam subservientes e disponíveis às suas necessidades.

A tese de Brites é inspiradora e converge com alguns aspectos de nossa pesquisa que também foi realizada durante alguns meses na residência de uma trabalhadora doméstica, ainda que em um condomínio fortemente vinculado ao sindicato e à Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – Fenatrad, o que não é o caso da experiência da autora. Além disso, também realizei etnografia nos ambientes de trabalho e/ou moradia de trabalhadoras, isto é, na casa dos patrões, e várias dimensões analisadas por Brites, como práticas ambíguas e personalizadas, de flexibilização do trabalho, ganho de presentes ou acusação e/ou prática de furtos e roubos também foram identificadas nos relatos de minhas entrevistadas, assim como, processos de resistência fundamentados na consciência da importância de seus trabalhos foram bastante acionados pelas domésticas que tive contato.

Os desafios contemporâneos de reprodução nas sociedades pós-industriais ampliam o círculo de discussões e colocam o trabalho doméstico como central para compreender ontologicamente e epistemologicamente o trabalho, não apenas da mulher, como queria Solís (2009), mas da sociedade como um todo (Brites, 2013:24).

Chamando atenção para a emergência do estudo do trabalho doméstico nas ciências sociais, primeiramente relacionado à visibilidade do tempo do trabalho reprodutivo e à divisão sexual do trabalho⁹⁷ (Hirata e Kergoat, 2007), Betânia Ávila (2009) nos remonta ao contexto em que surgiram tais discussões, os anos 1970, na França, a partir de movimentos feministas que propiciaram um debate entre o ativismo e a academia; entretanto, salienta que no caso de suas análises, além do trabalho doméstico realizado dentro dos próprios lares, o serviço doméstico ou trabalho doméstico remunerado tornou-se central. Isto é bastante

⁹⁶ Trabalhado na obra clássica de Mary Douglas (1991).

⁹⁷ Conjuntamente à divisão sexual do trabalho, surge a identificação da divisão internacional do trabalho, em que podemos visualizar o trabalho doméstico remunerado sendo realizado por mulheres do Sul nos países do Norte, bem como outras atividades também desvalorizadas e mal remuneradas como a construção civil, desse modo, podemos analisar diferentes escalas em que esse trabalho permanece e se expande nos processos de globalização (Hirata, 2002, 2008; Hirata e Kergoat, 2007 *apud* Ávila, 2009:29).

importante e está de acordo com o objeto que estamos construindo, em que identificamos a divisão sexual, mas também uma divisão intra-gênero, que faz com que as experiências de mulheres negras e pobres sejam visibilizadas conjuntamente às suas particularidades. Ou seja, mais do que o estabelecimento de categorias *a priori* como *mulheres* ou *divisão sexual do trabalho*, o importante é perceber as diferentes mulheres em seus contextos particulares, em que são produzidas nas relações sociais e nos sistemas de significação atribuídos a elas (Mohanty, 2008).

Ávila (2009) apresenta as três correntes do movimento feminista que surgiram na França: o *feminismo da diferença*, que ressaltaria a ‘feminitude’ e a procriação como singularidades das mulheres, pautada na psicanálise; o *feminismo radical*, que aponta a opressão patriarcal, ou seja, o poder e privilégios centralizados nos homens, como relatado no trabalho de Kuznesof (1993), como a principal estrutura a ser combatida pelas mulheres; e o *feminismo luta de classes*, que apesar de criticar o feminismo da diferença enquanto naturalizador de relações sociais, alega que não pode ser deixado de lado por representar uma primeira resistência de mulheres em sua condição de oprimidas. Esta corrente também argumenta que o movimento feminista deve se unir a outros movimentos sociais, principalmente ao movimento operário, chamando atenção para o trabalho das mulheres e a desigualdade de classe. Contudo, a autora enfatiza que as relações sociais de sexualidade atribuem novos ângulos de análise em processos antes analisados apenas sob o prisma de classes gerando novos potenciais analíticos.

O movimento feminista, com predominância de uma ou outra corrente, foi se disseminando por vários países, no Brasil houve o aparecimento de jornais⁹⁸ e na década de 1980 a criação de delegacias especiais, conselhos municipais, estaduais e nacional de mulheres, propiciando a elaboração e aplicação de políticas públicas (Costa, 1998:30 *apud* Ávila, 2009:24). Desse modo, a prática política criou novas formas de organização e instituições de produção de conhecimento (Collin, 1988).

Constituído como ativismo e produção de conhecimento, o movimento feminista atuaria para denunciar violências e opressões contra as mulheres visando sua emancipação e igualdade, mas também construindo uma teoria crítica social feminista, que em diálogo com teorias sociais clássicas, buscaria pensar a condição das mulheres envoltas nas relações sociais. Neste sentido é que o trabalho doméstico começa a ser visibilizado como uma

⁹⁸ Jornais Brasil Mulher (1975 a 1980) e Nós Mulheres (1976 a 1978).

atribuição naturalizada das mulheres, produzida pelo patriarcado (Walby, 1997; Saffioti, 2004), e a própria categoria trabalho começa a ser revista, reconceitualizada a partir de esferas produtivas e reprodutivas, geradas pelo sistema capitalista⁹⁹ com a venda da força de trabalho, tornando as unidades domésticas em apenas familiares, não mais familiares e produtivas e as transformado em questão sociológica.

A pesquisa de Ávila (2009), na obra *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência*, se realiza na região metropolitana de Recife, entre junho de 2007 e fevereiro de 2008, com trabalhadoras domésticas organizadas¹⁰⁰, visando a partir do conceito de divisão sexual do trabalho, problematizar o tempo do trabalho nos ritmos, dinâmicas e organizações das mulheres em seus cotidianos. A pesquisadora busca identificar formas de resistências na dominação/exploração do tempo do trabalho doméstico. Ela parte do pressuposto que a maioria das trabalhadoras domésticas, bem como as trabalhadoras de modo geral, também realizam o trabalho doméstico não remunerado de suas próprias casas e apresenta a hipótese de que a sobrecarga de trabalho incide diretamente na inserção no mercado de trabalho, na participação política cidadã, no lazer, estudo, no desenvolvimento de profissionalização e, sobretudo, na possibilidade do uso do tempo para si das mulheres.

Ela identifica a continuação da realização do trabalho doméstico predominantemente pelas mulheres, mesmo com o exercício do trabalho assalariado realizado conjuntamente; e alega que no Brasil as políticas sociais em geral não são formuladas com base na noção de conciliação entre família e trabalho assalariado¹⁰¹ para suprir as desigualdades na organização do tempo de homens e mulheres.

Através do conceito de divisão sexual do trabalho e de uma perspectiva feminista, a autora realiza sua pesquisa com trabalhadoras domésticas sindicalizadas centralizando os usos do tempo como uma dimensão central para a compreensão do trabalho reprodutivo, remunerado ou não na sociedade brasileira. Como desdobramento da organização do tempo

⁹⁹ De acordo com Saffioti (2004) o trabalho doméstico remunerado é pago com renda pessoal, portanto poderia caracterizar a atividade como não capitalista, porque não subordinada à relação capital-trabalho; contudo, o salário caracteriza uma relação de trabalho capitalista. Este aspecto será discutido posteriormente pois está bastante associado os discursos dos empregadores contrários a atribuição de direitos às trabalhadoras domésticas. Também podemos identificar outras formas de remuneração, como por exemplo no cenário francês em que o pagamento é realizado por hora trabalhada (Devetter, 2008, 2009) e não por diárias ou meses como no caso brasileiro.

¹⁰⁰ A dimensão da organização e participação política das trabalhadoras domésticas também é estudada por Mary Castro (1992), Christiane Girard (1996), Joaze Bernardino-Costa (2007), entre outros.

¹⁰¹ A Organização Internacional do Trabalho – OIT aprovou em 1981 a Convenção n°156 sobre Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares, mas até o momento não foi ratificada pelo Brasil.

na vida cotidiana das trabalhadoras, a autora chama atenção à luta do sindicato pela aquisição da casa própria das mulheres, para que dessa forma se emancipem da dependência aos patrões, construam projetos individuais e ampliem suas formas de sociabilidade, já que morar na mesma casa que os patrões significaria estar disponível, perder o controle do uso do tempo. Além disso, destaca a luta pela conformação para uma jornada de trabalho específica para as trabalhadoras domésticas. Também a própria participação no sindicato, segundo a pesquisadora, implica a superação de vários limites como os poucos recursos financeiros, a baixa escolaridade e a disponibilidade de tempo (pois quando não estão no trabalho, comumente realizam os trabalhos reprodutivos e de cuidados do próprio arranjo familiar).

Uma regulamentação da jornada de trabalho doméstico produz, de qualquer maneira, um efeito simbólico, pois no plano formal e legal fará uma ruptura com uma concepção hegemônica sobre trabalho doméstico remunerado como uma relação de disponibilidade irrestrita na qual o tempo de trabalho das empregadas domésticas está determinado pelas exigências e necessidades de patroas e patrões, o que constitui um dos elementos da relação de servidão caracterizadora desse trabalho (Ávila, 2009: 360).

Preocupada com os usos do tempo das trabalhadoras domésticas e a relação destes com a qualidade de vida e emancipação das mulheres, a obra de Ávila se coloca como uma das mais importantes referências contemporâneas sobre o trabalho doméstico remunerado nas discussões internacionais e no contexto brasileiro, pois nos apresenta uma ampla revisão de estudos produzidos pelas ciências sociais sobre o tema, muitos deles já citados e trabalhados por nós e outros que irão aparecer no decorrer da tese a partir de situações e questões emergidas em campo.

Além disso, a luta pela moradia, identificada pela autora no cotidiano do sindicato de Recife, também aparece nos contextos de Belém e Salvador, nesta última cidade resultando na criação do condomínio 27 de Abril (setembro de 2012), onde realizei parte da pesquisa de campo e no processo de construção de outro em Barcarena/PA. Portanto, para além da importância em termos de revisão da literatura sobre o tema e a proposta de análise dos usos do tempo, o trabalho de Ávila destaca a dinâmica da organização e participação política e luta por direitos sociais de trabalhadoras domésticas, antecipando a regulamentação de uma jornada de trabalho para a categoria que foi estabelecida apenas em 2013.

Refletindo também sobre o tempo, mas no sentido de uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2005) a qual também estamos nos propondo a realizar, composta pela dialética do tempo, ou seja, o tempo pensado, vivido e criado nas narrativas das trabalhadoras em relação com o tempo do mundo, Luciana Caldas (2012) nos apresenta uma etnografia bastante interessante realizada com um grupo de domésticas que frequentam diariamente a mesma linha de ônibus¹⁰² para locomoverem-se de seus domicílios às residências em que trabalham, bairros de Alvorada e o bairro Menino de Deus em Porto Alegre respectivamente. Bastante pertinente para a nossa pesquisa, em conjunto com o grupo de trabalhadoras, a autora trabalha com a antropologia urbana para pensar a cidade enquanto agenciadora de formas de interação, mobilidade e estilos de vida. Além disso, Caldas também trabalha com o suporte videográfico, construindo uma narrativa imagética sobre o cotidiano do trabalho, fora dele, bem como, com a participação das próprias trabalhadoras na reflexão de suas práticas e trajetórias e construção de narrativas biográficas.

Onde se mora não é onde se trabalha (2012) também nos remete às diferenças de espaços de moradia e trabalho salientadas por Ávila e tão presentes nas demandas dos sindicatos por casas próprias visando a emancipação das trabalhadoras domésticas. Espaços esses que são caracterizados não apenas por diferentes moradias, mas distintos bairros, com diferentes estruturas e serviços. De acordo com Ruben Katzman e Luiz Cesar Ribeiro (2008, p.31) *apud* Caldas (2012), “a distribuição espacial da população nas grandes cidades é caracterizada por uma configuração onde os trabalhadores de baixa qualificação ocupam as áreas periféricas, ou seja, um desencaixe entre as estruturas de oferta de moradia e de emprego”.

Para além das desigualdades de poder, materializadas neste caso no local de moradia, este aspecto também é importante quando analisam os sentimentos de pertencimento das trabalhadoras em relação às cidades e locais de moradia e trabalho, pois muitas mulheres migraram de cidades menores para as capitais, permaneceram durante muitos anos nas casas dos patrões e desenvolveram sentimentos e formas de sociabilidade no bairro destes. Quando estas mulheres adquirem a casa própria, comumente sofrem para adaptar-se ao outro bairro, frequentemente periférico, carente de estruturas e inseguro¹⁰³.

Caldas também constrói uma cronologia das leis relativas ao trabalho doméstico, que serão adensadas juntamente à trajetória política dos movimentos de trabalhadoras

¹⁰² Passo da Figueira via Ipiranga, horário 7h40.

¹⁰³ Como veremos no decorrer dos capítulos etnográficos.

domésticas por Bernardino-Costa (2007) em sua tese: *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias de Descolonização e Saberes Subalternos*. Neste empreendimento, o autor constrói o histórico dos congressos nacionais da categoria buscando através do protagonismo das trabalhadoras visibilizar narrativas subalternas que não estariam presentes nas narrativas hegemônicas sobre a nação. Como o próprio título explicita, ele se utiliza de teorias de descolonização¹⁰⁴ e das narrativas de domésticas sindicalizadas para tensionar os mitos de democracia racial e do “bom senhor”, bastante disseminados por estudiosos como Gilberto Freyre. Ao invés de partir da narrativa hegemônica e colonial, o autor propõe a compreensão de como as trabalhadoras domésticas percebem as relações sociais e relações raciais as quais estão inseridas.

O mito da democracia racial estaria relacionado à mestiçagem brasileira que justificaria a não existência do racismo, culminando na invisibilidade da exclusão racial e a destituição e desvalorização de saberes indígenas e africanos; já o do “bom senhor” diz respeito ao período escravocrata, sugerindo que as relações entre senhores e escravos se deram de maneira harmoniosa e sem violências.

O autor trabalha com a ideia de raça enquanto construção social decorrente da forma de poder iniciada com o sistema mundo e a colonização da América, que além de hierarquizar e segregar a população mundial, também a associou à divisão social do trabalho, produzindo uma divisão racial do trabalho durante o período colonial, e também posterior a ele. Assim como *gênero* e *trabalho* são associados nos estudos feministas, neste caso, *raça* e *trabalho* também se apresentam como ‘naturalmente’ associados (Quijano, 2000: 106). Dessa forma, o racismo, o sexismo, o patriarcalismo e a geopolítica do saber seriam produzidos pelo empreendimento colonial.

Sem mencionar o conceito de interseccionalidade, o autor elabora um estudo em seus termos. “Propomo-nos a encarar o saber oral das trabalhadoras domésticas como uma contribuição para a descolonização do conhecimento em termos epistemológicos, éticos e políticos” (p.50). Ele argumenta que não pretende essencializar o ponto de vista das trabalhadoras domésticas, nem as representar; mas sim, pensar a partir de suas perspectivas. Fundamentado por autores de correntes pós-coloniais e decoloniais, Bernardino-Costa argumenta que o intuito de seu trabalho é contribuir para o processo de descolonização, em

¹⁰⁴ Sob esta denominação o autor reúne conceitos e teorias de autores latinoamericanos, como Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Arturo Escobar e Walter Dignolo, além do português Boaventura de Sousa Santos, que estão propondo um conhecimento decolonial, que priorize as experiências dos povos que foram colonizados a partir de suas próprias perspectivas.

prol do projeto trans-moderno, que nega o mito da modernidade, pautado em valores e ideias euro-ocidentais, para dar espaço à razão do Outro.

Seu objeto de estudo é a trajetória política das trabalhadoras domésticas, colocando os sindicatos como espaços de resistência, muitas vezes, qualificados como um “sindicalismo heroico”, pois não possuem contribuição sindical e na maioria dos casos não há remuneração para as participantes da direção dos mesmos. Também como um espaço de re-existência que transforma as práticas e representações das associadas e, por meio de conquistas de direitos, também transforma as da sociedade mais ampla em relação a esta categoria profissional. Bernardino-Costa complementa que pensar o ativismo das trabalhadoras é uma maneira de compreendê-las fora das relações com as patroas, além disso, chama atenção para a denominação “trabalhadoras domésticas”, explicando que é bastante utilizada pelos sindicatos e associações a partir da década de 1980, visando enfatizar o caráter de igualdade em relação aos outros empregos e/ou trabalhos, portanto, buscando a equiparação de direitos entre as trabalhadoras domésticas e ou outros trabalhadores. Ainda que não seja a denominação mais utilizada pela sociedade em geral, neste estudo também optamos por designar as mulheres como trabalhadoras domésticas, ou domésticas.

Com o intuito de contribuir no debate sobre o tema do trabalho doméstico remunerado, esta pesquisa é situada no contexto brasileiro, realizada mais especificamente em três cidades, correspondentes a três regiões diferentes do país: Belém/PA (Norte), Salvador/BA (Nordeste) e Porto Alegre/RS (Sul). A proposta do trabalho é analisar o fenômeno do trabalho doméstico remunerado como um objeto temporal, que dura, mas que pode ser visto e analisado a partir de diferentes ângulos e dimensões que nos permitirão visibilizar dinâmicas internas de suas práticas que comumente não vêm a público.

Desse modo, os trabalhos que ressaltam as relações entre domésticas e empregadores salientando a ambiguidade e ambivalência da relação tratam de um aspecto emblemático deste arranjo mais ainda bastante atuante nas práticas contemporâneas. Ainda que a quantidade de domésticas que moram na residência do patrão diminua a cada ano, e que os direitos voltados à categoria estejam sendo ampliados, modificando as práticas e representações sobre esta atividade, a continuidade e proximidade das relações estabelecidas no ambiente doméstico continuam colocando o afeto como elemento bastante pertinente nos significados atribuídos às suas ações pelas trabalhadoras. Afeto este bastante sobressaltado quando enfocamos as relações entre babás e crianças, mas que podem já ser adultas.

Os mecanismos de resistência postos em prática no cotidiano das trabalhadoras, seja pelo não cumprimento dos horários, pelo ganho de objetos materiais, suprimento de remédios ou mesmo pela prática do furto ou roubo, podem ser intensificados com a aquisição de moradia própria e participação política no sindicato, em que práticas dantes “rebeldes” podem ser transformadas em genuínos processos de emancipação, com a autonomia dos usos do tempo, bem como, o aprendizado de uma gramática política promovedora de novas sociabilidades e possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Estudando o trabalho doméstico remunerado em contextos urbanos, propiciado pela migração campo-cidade, no contexto moderno e industrial, que gerou grande contingente de mulheres nas cidades em busca de emprego, também torna-se imprescindível a reflexão de como as próprias cidades contribuem ou não para as formas de interação em que as trabalhadoras participam, bem como, suas táticas e estratégias de significação e usos dos espaços públicos e conquistas políticas.

Na interseccionalidade entre gênero, raça e classe, estudar a trajetória política dos movimentos das trabalhadoras domésticas a partir das suas próprias perspectivas é um mecanismo bastante interessante e inovador, em que o poder de enunciação é compartilhado com vozes subalternas permitindo a construção de uma narrativa emancipadora e original, pós ou decolonial e a proposta de compreender as perspectivas das trabalhadoras inseridas nos sindicatos ou mesmo em suas casas próprias nos parece bastante importante para que possamos interagir para além do ambiente de trabalho e das relações com as patroas. A trajetória das lutas políticas está diretamente relacionada à aquisição de direitos pela categoria, em que veremos em termos histórico/cronológicos, até a configuração atual no item seguinte.

2.4 A trajetória das lutas políticas e conquistas de direitos das trabalhadoras domésticas brasileiras

O percurso do estabelecimento de leis e direitos relativos às trabalhadoras domésticas está intimamente imbricado à trajetória da organização política da categoria. Por isso, neste tópico, com a contribuição dos trabalhos de Joaze Bernardino-Costa (2007) e Alexandre Fraga (2013), pretendemos traçar um breve panorama do surgimento das regulamentações e dos contextos e mediadores que agenciaram cada etapa, até chegarmos às configurações e impasses atuais relativos ao trabalho doméstico remunerado.

A primeira associação profissional de empregados domésticos data de 8 de julho de 1936, na cidade de Santos/SP, liderada por Laudelina de Campos Melo (1904-1991), mineira, nascida em Poços de Caldas, que antes da associação já militava em organizações negras, sendo membro da Frente Negra Brasileira¹⁰⁵ de São Paulo. Àquela época, o objetivo da fundação da associação era conquistar o *status* jurídico de profissão da categoria, para que desse modo a associação pudesse se transformar em sindicato e trabalhar pela regulamentação da atividade, bem como, pela aquisição de direitos voltados à categoria.

Em 1941, o então presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 3.078 que tratou sobre o serviço doméstico, definindo como empregados domésticos todos aqueles que realizassem atividades remuneradas em residências particulares ou em benefício destas. O decreto também propunha a assinatura da carteira de trabalho, o aviso prévio de oito dias para ambas as partes contratuais, além de estabelecer deveres sujeitos a multas e propor um estudo para o estabelecimento da previdência social para os empregados domésticos, mas, sem regulamentação, o decreto acabou por não entrar em vigência.

Em 1 de maio de 1943, Vargas decretou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contudo, em seu artigo 7º excluiu os empregados domésticos, trabalhadores rurais, funcionários públicos e servidores de autarquias paraestatais. Os dois últimos grupos devido já possuírem regimes próprios de proteção ao trabalho. Mas os empregados domésticos e trabalhadores rurais não foram incluídos na CLT com o argumento de não gerarem lucro¹⁰⁶

¹⁰⁵ A Frente Negra Brasileira foi uma entidade criada em São Paulo em 1931, em 1936 transformou-se em um partido político para lutar contra o racismo, pela melhor qualidade de vida e emprego para a população negra, contudo em decreto de 1937 assinado por Getúlio Vargas forçou todos os partidos políticos à ilegalidade e acabou por ser extinto. Fonte: <http://www.palmares.gov.br/?p=2913&lang=en>. Acesso em: 04/05/16, às 15h12.

¹⁰⁶ Como posteriormente nas análises de Saffioti (1978) sobre o caráter não-capitalista do trabalho doméstico, essa característica “de não gerar lucro” também foi utilizada para o retardamento da regulamentação da profissão.

e porque era voltada apenas para os trabalhadores urbanos. Desde então, houve uma diferenciação dos trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos que persiste ao longo dos anos.

Em 1950 o deputado Café Filho criou um projeto de lei para regulamentar a profissão, mas também não obteve êxito. Já em 1956, através da lei n.º 2.757, os porteiros, zeladores e faxineiros dos prédios foram retirados da categoria de empregados domésticos, por serem funcionários das administrações dos edifícios e não de um particular, e foram incorporados à CLT.

Neste período, além da Associação profissional das empregadas domésticas de Santos, as domésticas também tiveram o apoio da Frente Negra Brasileira de São Paulo - FNB, do Teatro Experimental Negro do Rio de Janeiro- TEN¹⁰⁷ e da Juventude Operária Católica – JOC¹⁰⁸, que em 1958 promoveu uma conferência nacional chamando atenção para a necessidade do reconhecimento e amparo jurídico aos trabalhadores domésticos; e em 1960 realizou o 1.º Encontro Nacional de Jovens Empregadas Domésticas no Rio de Janeiro, reunindo 21 trabalhadoras domésticas de várias regiões do país. Em 1961 também organizou o 1º Congresso Regional em Recife, que reuniu trabalhadoras do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Na década de 1960 houve a criação de várias associações em diferentes cidades e estados brasileiros como: Campinas (liderada também por Laudelina)¹⁰⁹, Recife (apesar das trabalhadoras reunirem-se em uma igreja, a associação apenas foi fundada em 1979, liderada por Lenira Carvalho), Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, entre outras. E através do apoio da JOC, do movimento negro e do movimento sindical, um ou outro atuando de forma mais incisiva dependendo do contexto, o movimento foi tomando proporções nacionais. E em 1968, as próprias domésticas organizam seu 1º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas – CNTD em São Paulo.

¹⁰⁷ De acordo com Abdias Nascimento (2005), o TEN foi criado em 1944 no Rio de Janeiro, para formação educacional, cultural e artística, em prol da valorização dos negros. Após contribuir com o movimento de domésticas e mulheres, editar um jornal, denunciar práticas racistas e promover um concurso de beleza negra, foi extinto em 1961.

¹⁰⁸ A Juventude Operária Católica – JOC foi fundada pelo padre belga Leon Josep Cardijn (1882-1967), com o objetivo de lutar por boas condições de trabalho na transição para o modo de produção industrial. No Brasil, sua atuação iniciou-se em meados dos anos 1930, mas foi intensificada na década de 1940 através da Ação Católica Brasileira - ACB. (Mattos, 2008). De acordo com Bernardino-Costa (2007, p.125), embora a JOC devesse ser um movimento de operários dentro da igreja católica, ela agregava jovens de classe média e burguesa.

¹⁰⁹ Em 1968 a associação realizou o projeto de creche para filhos de empregadas domésticas (Bernardino-Costa, 2007: 115).

Apesar de as trabalhadoras serem contempladas na Lei Ordinária da Previdência Social, em 1960, e na Lei 5.316, de 1967, quando puderam se filiar à previdência social e à cobertura dos acidentes de trabalho, esses eram direitos facultativos, dependendo inteiramente das trabalhadoras, que na maioria das vezes, não tinham condições de aderir por receberem remunerações muito baixas.

Paradoxalmente, apenas durante o regime militar, em 1972, durante o governo Médici é que os trabalhadores domésticos foram beneficiados com a Lei 5.859 que elaborou a definição vigente até os nossos dias: “empregado doméstico é aquele que presta serviço de natureza contínua¹¹⁰ e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas (art. 1)” (Fraga, 2013:41). Esta lei tornou obrigatória a assinatura da carteira de trabalho, deu direito a férias remuneradas de 20 dias úteis e direito à previdência social, na qualidade de segurados obrigatórios.

Em 1974, a associação do Rio de Janeiro (fundada em dezembro de 1961 sob a liderança de Odete Conceição), sediou o 2º CNTD, quando foi realizada avaliação da nova lei.

O 3º CNTD se deu na cidade de Belo Horizonte em 1978. Nesta ocasião também foi discutida a necessidade de que as domésticas tivessem os mesmos direitos que os demais trabalhadores e o incentivo para a formação de mais associações da categoria. Com esse intuito, começou a ser articulada a constituição de uma Equipe Nacional.

Na década de 70 já estava evidente para o movimento das trabalhadoras domésticas que era necessária a ruptura com a concepção de que a trabalhadora doméstica fazia parte da família e com a concepção de que a felicidade da família para a qual a trabalhadora desempenhava seus serviços se estendia diretamente à trabalhadora doméstica” (Bernardino-Costa, 2007: 200).

Desse modo, o movimento das trabalhadoras, através de suas associações - algumas foram fechadas durante o regime militar, mas reabertas na década de 1980 - continuava atuando com a busca pela completa equiparação de direitos da categoria aos demais trabalhadores urbanos e também no sentido de promover a participação de maior número de trabalhadoras com a realização de campanhas que argumentavam que a doméstica não era

¹¹⁰ Discutindo as novas configurações do trabalho doméstico remunerado e o advento das diaristas enquanto um grupo cada vez maior no contexto brasileiro, Fraga (2013) chama atenção para o desamparo de direitos a este segmento, sendo um dos argumentos para tal situação a “natureza não-contínua” do trabalho. O autor explica que sem ter uma regulamentação clara, cada caso que é levado à justiça do trabalho é analisado de acordo com o juiz que pode agir como a maioria ou não. Desse modo, alguns juristas entendem natureza contínua, como diariamente, outros como regularmente, ainda que o serviço não seja prestado todos os dias.

da família dos patrões e que, portanto, deveria residir em moradia independente, bem como realizar suas atividades de forma profissional.

Para essa campanha da moradia própria, ou pelo menos a trabalhadora doméstica não morar com a patroa, foi fundamental a pesquisa realizada pelo Centro Josué de Castro¹¹¹, em 1987, *O quarto de empregada*¹¹², que denunciava a exclusão social desse espaço doméstico pouco valorizado e a semiescravidão à qual estavam condenadas aquelas trabalhadoras que ainda dormiam no local de trabalho. A partir desse momento começou a luta pela moradia¹¹³ (Bernardino-Costa, 2007: 135).

O 4º CNTD foi realizado em Porto Alegre, em 1981, onde foi criada oficialmente a Equipe Nacional e repetida a urgência do reconhecimento profissional para a formação de sindicatos, além da insistência da moradia própria da trabalhadora, para que elas pudessem desenvolver identificação com a classe trabalhadora e não mais com a família empregadora.

Em 1983, a associação do Rio de Janeiro participou do Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, em São Bernardo/SP, tendo sido sua presidente eleita para participar da coordenação da entidade, salientando a importância do diálogo e da contribuição do movimento sindical para a organização política das domésticas.

Em 1985 ocorreu o 5º CNTD em Olinda/PE, sob responsabilidade da associação de Recife, com grande importância histórica já que foi naquela ocasião que foram traçadas as diretrizes para a Constituição de 1988. A interação com o movimento feminista nesta cidade ocorreu de maneira mais incisiva a partir deste congresso, quando a ONG feminista SOS Corpo passou a assessorar o evento e a associação. A aproximação com o movimento feminista ocorreu simultaneamente ao afastamento do movimento sindical, quando as trabalhadoras não obtiveram o apoio esperado na luta pela ampliação de direitos na Constituição Federal de 1988.

¹¹¹ Localizado em Recife, o Centro Josué de Castro foi fundado em 1979 com o objetivo de através de estudos e pesquisas contribuir para a redemocratização e cidadania brasileira. Fonte: www.josuedecastro.org.br. Acesso em: 05/05/16, às 11h06.

¹¹² Curta-metragem produzido em 1995, através da parceria do Centro Josué de Castro com o sindicato das trabalhadoras domésticas de Recife e dirigido por Luciane Ferreira de Alcântara. Além de *Quarto de empregada*, no filme *Recife Frio* dirigido por Kleber Mendonça Filho (2009), este espaço também é retratado, como pequeno, sem ventilação, próximo à cozinha e, portanto, com a fictícia mudança climática ocorrida na cidade, ele se tornou o local mais desejado da casa, porque quente. Também a maioria dos trabalhos que tratam do tema do trabalho doméstico remunerado o colocam como central nas configurações e nas narrativas das trabalhadoras (por exemplo Brites, 2000; Pereira, 2012).

¹¹³ “Em 1989, como resultado da luta pela moradia, 25 trabalhadoras domésticas pertencentes ao sindicato (Recife) foram contempladas com 25 das 150 casas da Vila 27 (Vila Betel) que tem este nome em homenagem ao dia 27 de abril, dia da trabalhadora doméstica” (Bernardino-Costa, 2007: 138).

Em 1987, a Lei 7.619 tornou obrigatório, pois já era facultativo desde 1985 (Lei 7.418) o fornecimento do vale-transporte pelos empregadores às trabalhadoras domésticas, podendo descontar até 6% dos seus salários para tal.

Como repercussão de todo o trabalho desenvolvido pelas associações e o fim do regime militar (1964-1985), foram conquistados vários avanços para a categoria na Constituição de 1988, promulgada por Ulysses Guimarães, durante o governo de José Sarney (1985-1990) – que pela primeira vez tratou o segmento como trabalhadores domésticos e não mais empregados domésticos - concentrados em seu artigo 7º: 1. Salário Mínimo; 2. Irredutibilidade do salário, salvo negociação; 3. Décimo terceiro salário; 4. Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; 5. Férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário formal; 6. Licença à gestante (120 dias); 7. Licença-paternidade; 8. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço (mínimo de 30 dias); 9. Aposentadoria; 10. Integração à previdência social.

Contudo, mais uma vez, devido a alegação da atividade não gerar lucro, ser realizada no âmbito privado, o empregador não ser uma *empresa*, além da dificuldade de fiscalização do trabalho, não houve a devida equiparação de direitos entre domésticas e demais trabalhadores. Mas houve muitos avanços em relação à Lei de 1972, além da transformação das associações em sindicatos.

O 6º CNTD aconteceu em Campinas, em 1989, com o tema: *União, Organização, Luta*. Este sindicato se consolidou; além da criação e forte atuação dos sindicatos de Recife, do Rio de Janeiro¹¹⁴ e da Bahia.¹¹⁵

O 7º CNTD se deu no Rio de Janeiro, em 1993 com o tema: *O novo perfil da trabalhadora doméstica no Brasil hoje*, claramente se remetendo às novas conquistas da Constituição Federal. Nesse momento houve a identificação do aumento de diaristas na profissão.

Em 1997, fundou-se a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - Fenatrad, em que Anna Semião de Lima, então presidenta do sindicato de Campinas, passou também a presidir a nova entidade nacional. O movimento também começou a ter uma projeção internacional¹¹⁶, participando da *Confederación Latinoamericana y del Caribe de*

¹¹⁴ Sindicato bastante atuante na cidade, formou um grupo de teatro com trabalhadoras em 1998, chamado *Marias do Brasil*.

¹¹⁵ Sobre o sindicato da Bahia, aprofundaremos sua história e atuação no capítulo 6. No momento, basta dizermos que ele teve forte apoio da igreja católica, mas também do movimento negro e de mulheres.

¹¹⁶ A Fenatrad se vinculou à Federação Internacional de Trabalhadoras Domésticas – IDWF (<http://idwfed.org>).

Trabajadoras del Hogar – Conlactraho, da Organização Internacional do Trabalho – OIT e do Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef.

Muito importante essa articulação do movimento de trabalhadoras domésticas brasileiras com a América Latina e Caribe e também com órgãos internacionais como a OIT e a Unicef. Se o que viemos trabalhando até o momento descreve um movimento de organização e resistência em busca do reconhecimento da profissão e aquisição de direitos sociais, começando em contextos municipais, posteriormente estaduais, é a criação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – Fenatrad, em 1997, que inaugura uma junção nacional e que começa a dialogar com outros contextos a fim de trocar experiências e fortificar a luta global em prol das trabalhadoras domésticas.

A Conlactraho, fundada em 1988 por trabalhadoras de 11 países latino-americanos, aglutina associações, sindicatos e federações em menor número e é a primeira organização regional em nível mundial. Atualmente, ela é constituída por aproximadamente 30 organizações da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai (Goldsmith, 2012). A confederação atua como um mediador bastante importante desses países com os organismos internacionais, como a *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing* – WIEGO, buscando melhorar as condições de vida e trabalho das trabalhadoras domésticas.

A OIT¹¹⁷ também se constitui como um mediador fundamental pela luta de conquista de direitos das trabalhadoras domésticas, o Brasil é um dos seus membros fundadores e participa desde a 1.^a Conferência Internacional do Trabalho – CIT. Ela foi criada em 1946, sendo a primeira agência da Organização das Nações Unidas – ONU¹¹⁸, criada em 1945, que é uma organização intergovernamental, criada após a 2^a Guerra Mundial, com o intuito de através da cooperação internacional evitar novos conflitos e garantir a harmonia entre os povos através da justiça social.

Ela é responsável pela formulação e aplicação de normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações) elaboradas através de um consenso tripartite (governos, organizações de empregadores e de trabalhadores). As convenções passam a fazer parte do ordenamento jurídico dos países, mas necessitam ser ratificadas pela decisão soberana de

¹¹⁷ Os dados foram obtidos a partir de publicações reunidas na página da OIT Brasil. Fonte: www.ilo.org. Acesso: 28/07/2015, às 15h.

¹¹⁸ A ONU também foi a formadora do GRULAC: Grupo de Estados da América Latina e Caribe.

cada nação. Desse modo, a OIT desempenhou e continua desempenhando um papel importante nas legislações trabalhistas e na elaboração de políticas públicas.

Em 1998, durante a 87ª CIT, realizada todos os anos na cidade de Genebra (Suíça), a OIT adotou a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, reunidos no conceito de Trabalho Decente publicado em 1999:

O Trabalho Decente sintetiza a sua missão histórica (OIT) de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável (www.oitbrasil.org.br).

Continuando a trajetória das leis brasileiras, após a Constituição e os impactos das normas da OIT, apenas em 2000, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) tivemos a Lei 10.208 facultando o acesso dos trabalhadores domésticos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa do Seguro-Desemprego.

Em 2001 ocorreu o 8º CNTD em Belo Horizonte com o tema: *Igualdade na luta e equiparação dos direitos*, paralelo ao 2º Congresso Nacional da Fenatrad, com a eleição de Creuza Maria de Oliveira, do sindicato de Salvador, como nova presidenta. Nesta ocasião houve a filiação da Fenatrad à CUT – Central Única dos Trabalhadores e à CONTRACS – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Comércio e Serviço, além da mobilização para viagem à Brasília para pressionar o Congresso Nacional a aprovar o projeto de lei de autoria de Benedita da Silva¹¹⁹, iniciado em 1989, visando a obrigatoriedade do FGTS para a categoria.

Durante o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007), a presidenta da Fenatrad, Creuza de Oliveira foi integrada ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

Em 2006, o governo Lula lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente – ANTD, como resultado de um memorando de entendimento assinado pelo então presidente e pelo

¹¹⁹ Benedita da Silva é carioca, nasceu em 1942 (74 anos), foi trabalhadora doméstica, técnica de enfermagem e formou-se em serviço social. Iniciou sua carreira política em 1983 pelo Partido dos Trabalhadores – PT e desde então foi vereadora, deputada federal por dois mandatos (1987-1995), em que participou ativamente da constituinte propondo a ampliação de direitos a trabalhadoras domésticas. Em 1994 foi a primeira mulher negra a chegar ao Senado Federal, foi vice-governadora do estado do Rio de Janeiro e com a eleição de Lula em 2003, foi Ministra do Trabalho e Assistência Social e Direitos Humanos. Atualmente é deputada federal, exercendo o seu quarto mandato (2015-2018) e continua atuante na busca pelos direitos das domésticas.

diretor-geral da OIT no Brasil, Juan Somavia. A Agenda foi construída por uma equipe interministerial, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, com assistência técnica da OIT e submetida à Comissão Tripartite de Relações Internacionais – CTRI. A ANTD estabeleceu 3 prioridades:

1. Geração de mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades e tratamento;
2. Erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil (principalmente em suas piores formas);
3. Fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como instrumento de governabilidade democrática (Isto quer dizer que conjuntamente ao governo, as organizações de empregadores e de trabalhadores devem ser frequentemente consultadas);

No que tange ao TDR, ao final do mesmo ano foi estabelecida a Lei 11.324, que permitiu uma dedução no imposto de renda da contribuição paga pelo empregador à previdência social do empregado doméstico até o ano de 2012, com o intuito de aumentar a formalização. Também proibiu descontos no salário da trabalhadora doméstica relativos ao fornecimento de alimentação, moradia, vestuário ou higiene. Além de impor repouso remunerado nos feriados civis e religiosos.

Neste ano de 2006, também aconteceu o 9º CNTD em Salvador, em que Creuza Maria Oliveira foi reeleita presidenta da Fenatrad por mais 4 anos.

Além disso, como parte da ANTD, o MTE elaborou agendas estaduais na Bahia e no Mato Grosso e intermunicipais na região do ABC Paulista. Na Bahia foi lançado o Programa Trabalho Doméstico Cidadão – TDC¹²⁰, construído por órgãos públicos e entidades sindicais como o MTE e a OIT Brasil, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, a Fenatrad, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia- SEI-BA e a ONU-Mulheres.

O Programa TDC promoveu, e continua ativo no contexto de Salvador¹²¹, estando na sua sétima edição, com cursos de alfabetização, capacitação (como congelamento de comidas e confeitaria), o estímulo à organização sindical, formalização do trabalho e a

¹²⁰ “O Trabalho Doméstico Cidadão foi baseado em uma experiência iniciada na Bahia, em 1999, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT), conduzida pelo Sindicato das Trabalhadoras Domésticas” (Fraga, 2013:105).

¹²¹ Além de Salvador, tiveram cursos de formação e capacitação nas cidades de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Aracajú e São Luís (Fraga, 2013: 106).

divulgação dos direitos da categoria. Bem como, informações no que diz respeito à saúde das trabalhadoras.



Figura 1: Fotografias TDC do Acervo Sindoméstico/BA- Abril, 2016

Em 2008 houve a criação do Decreto 6.481, que proibiu o trabalho doméstico para menores de 18 anos, em acordo com a Convenção 182, de 1999, da OIT, que diz respeito sobre as piores formas de trabalho infantil, ratificada pelo Brasil desde 2000.

No âmbito das discussões sobre as condições das mulheres no trabalho promovidas pela OIT, bem como a especificidade de raça neste quadro, foram elaboradas várias convenções (100 – Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres Trabalhadores – 1951; 111 – Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação, 1958; 156 – Igualdade de Oportunidades e de Trabalho para Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares – 1981) buscando melhores condições de trabalho e vida das mulheres, sobretudo negras. Nesse percurso, o trabalho doméstico foi identificado como central para a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento nas discussões da 99.^a CIT de 2010¹²², quando da implementação da ANTD, em que após prévia discussão e elaboração de relatórios nos países membros, os participantes votaram pela elaboração de uma Convenção e de uma Recomendação para proteção e qualificação do trabalho doméstico remunerado.

Com o propósito de melhorar a proteção aos trabalhadores/as domésticos/as especialmente no que se refere à proteção social, à supervisão das agências de empregos privadas¹²³, à prevenção do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, à difusão de boas práticas e o fornecimento de estatísticas relativas ao trabalho doméstico (OIT, 2014:7)

¹²² No entanto, ainda em 1948, a OIT adotou uma resolução relativa às condições de trabalho de trabalhadores domésticos; e em 1965, a segunda, sobre a necessidade de regulamentação deste trabalho (OIT, 2014:7)

¹²³ Convenção 181 (1997) sobre Agências de Empregos Privadas.

Como discussões prévias para a 99ª CIT no Brasil organizadas pela OIT, com o apoio da ONU-Mulheres, SPM e SEPPPIR, em agosto de 2009 houve uma “Oficina Nacional das Trabalhadoras Domésticas: Construindo o Trabalho Decente”, com forte participação da Fenatrad e Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas – CNTD. E o Seminário Nacional: “Ampliando os Direitos das Trabalhadoras Domésticas”, em dezembro de 2009, em que as trabalhadoras se reuniram com advogados para discutir as possibilidades de ampliação de direitos à categoria. Além disso, em abril de 2010, a OIT, UNIFEM, SPM e SEPPPIR organizaram a Oficina Nacional Triparte sobre Trabalho Doméstico e o Seminário Regional das Trabalhadoras Domésticas – promovendo um espaço de articulação regional das trabalhadoras domésticas do Brasil, Bolívia, Guatemala e Paraguai. Esses eventos propiciaram o diálogo e debate da categoria com o governo, agências mediadoras, organizações de empregadores e advogados, resultando na proposta de uma Emenda Constitucional.

Em junho de 2011, durante a 100ª Conferência Internacional do Trabalho foi adotada a Convenção 189 e a Recomendação 201 sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. A Convenção 189:

[...] estabelece que trabalhadoras e trabalhadores domésticos têm os mesmos direitos básicos que outros trabalhadores, direito a jornadas de trabalho razoáveis e descanso semanal de pelo menos 24 horas consecutivas, a informação clara sobre as condições de emprego, a cobertura básica de seguridade social e ao respeito dos direitos laborais fundamentais (www.oit.org.br).

A Recomendação 201 para a promoção do trabalho decente no âmbito do emprego doméstico:

O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social(www.oitbrasil.org.br/).

Nas CITs comparecem todos os anos representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 185 Estados Membro. Na 100ª CIT, tanto a Convenção 189, como a Recomendação 201 tiveram mais de 80% de aprovação. A norma entrou em vigor um ano (12 meses) após a ratificação do segundo país, em 6 de setembro de 2013. Até novembro de 2013, 8 países já o tinham feito, sendo 4 da América Latina: o Uruguai (primeiro do mundo), a Bolívia, a Nicarágua e o Paraguai. Atualmente, ela já foi ratificada por 17 países.

Após a 100ª CIT, houve o 10º CNTD em Recife, em setembro de 2011, para discussão e elaboração de propostas em relação às normas internacionais. Desde então, foram realizados inúmeros encontros da Fenatrad com a SPM, a SEPPIR, articulações com políticos para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 66/2012, encontros de mulheres, atos públicos em Brasília, participação em congressos jurídicos, conferências internacionais, culminando com o apoio da categoria contra o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em seu segundo mandato, que deveria durar até 2018¹²⁴.



Figura 2: Fotografia do acervo Fenatrad - Ato pró-governo realizado em Brasília em 18 de março de 2016.

¹²⁴Mais recentemente foi divulgado a realização do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas, que se realizará entre os dias 21 a 25 de setembro de 2016 no Rio de Janeiro.

2.4.1 Repercussões da Convenção 189 e Recomendação 201 no Brasil

No Brasil, a Convenção 189 e Recomendação 201 aprovadas na 100.^a CIT da OIT, realizada em junho de 2011, teve a primeira repercussão, para além de todo o período preparatório para a participação na conferência, a PEC 66, em 14 de dezembro de 2012, mais conhecida como a “PEC das domésticas”, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT), visando alterar a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.

A PEC das domésticas assegurou a constituição de uma jornada de trabalho para a categoria de 44h semanais e até 8h diárias. Também o pagamento das horas extras no valor de, pelo menos, 50% a mais que o valor/hora normal e o valor da hora do trabalho noturno superior a hora do trabalho diurno, sugerindo o livro de ponto, assinado pelas trabalhadoras, como controle de ambas as partes envolvidas. Houve a proibição do trabalho noturno, perigoso¹²⁵ ou insalubre para menores de 18 anos; proibição do trabalho para menores de 16 anos e aprendizes apenas a partir de 14 anos.

A PEC 66/2012, após a aprovação do relatório da senadora Lídice de Mata (PSB/BA) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em 2 de abril de 2013, foi transformada em Emenda Constitucional 72/2013, que na prática significou assegurar a categoria com:

- I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
- II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- III - fundo de garantia do tempo de serviço;
- IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

¹²⁵ No dia 4 de setembro de 2016, *helpers*, como são denominadas as trabalhadoras domésticas em Hong Kong, foram às ruas manifestar seu descontentamento após mortes decorrentes de quedas quando da limpeza de vidros e janelas. Sob o *slogan* “Somos trabalhadoras e não escravas”, as domésticas, em sua maioria originárias de Filipinas e Indonésia, reivindicam a não-obrigatoriedade da limpeza da parte exterior de janelas por ser um trabalho perigoso que apenas este ano já provocou a morte de 3 trabalhadoras. Militantes dos direitos humanos buscam maior proteção social para as trabalhadoras, como a possibilidade de domésticas estrangeiras não morarem na casa dos empregadores e o fim do prazo de apenas duas semanas para que conquistem novos empregos após serem demitidas. Fonte: <http://www.msn.com/fr-fr/actualite/monde/d%C3%A9c%C3%A8s-de-domestiques-%C3%A0-hong-kong-manifestation-contre-le-lavage-de-carreaux/ar-AAiu9fz>. Acesso em: 05/09/16, às 10h29.

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; e

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos¹²⁶.

Contudo, em 22 de maio de 2013, o senador Romero Jucá (PMDB/RR) apresentou um texto para o Projeto de Lei Complementar (PLC), e no dia 6 de junho de 2013, a Comissão Mista de Regulamentação da Constituição e Consolidação das Leis – CCL aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que regulamentava a Emenda Constitucional 72/2013.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) explicitava os motivos para justa causa no caso de demissões de trabalhadores domésticos: maus-tratos a idosos, criança ou pessoa com deficiência; improbidade; incontinência de conduta; condenação criminal; negligência; embriaguez; violação da intimidade do empregador; indisciplina ou insubordinação; abandono do emprego; ato lesivo de honra ou ofensa física; e prática de jogos de azar.

Esse aspecto gerou muitas dúvidas entre empregados e empregadores, especialmente até o momento em que ainda estava prevista a possibilidade de pagamento de multa de 40% sobre o FGTS do trabalhador. Devido à complexidade do trabalho doméstico, questionava-se que tipo de conduta caracterizaria justa causa para demissão¹²⁷.

Com o projeto, a multa foi extinta, sendo compensada por meio de um percentual de 3,2% a mais na contribuição do empregador ao fundo. Caso haja demissão injustificada, o montante arrecadado a partir desse percentual vai para o trabalhador. Se a demissão for por justa causa, o empregador receberia de volta o valor somado. No caso de culpa recíproca, o montante seria dividido.

¹²⁶ Fonte: <http://www25.senado.leg.br/>. Acesso em: 10/04/2013, às 15h35.

¹²⁷ Ver em: <http://noticias.uol.com.br/empregos/ultimas-noticias/2013/06/06/comissao-aprova-proposta-que-regulamenta-trabalho-domestico.jhtm>. Acesso em: 11/06/2013, às 10h25.

Outra questão esclarecida pelo projeto foi a obrigatoriedade do ponto - eletrônico ou manual – para registrar as horas de trabalho e contabilizar horas extras – que até as primeiras 40 horas do mês deveriam ser pagas, como reivindicaram centrais sindicais, ou abatidas no mesmo mês, por meio de folgas ou horas trabalhadas a menos em outros dias. Se as horas adicionais ultrapassarem as 40 horas mensais, a compensação deverá obrigatoriamente a ser feita ao longo do mesmo ano.

Em relação à contratação de menores de 18 anos para a execução de atividades domésticas, a possibilidade continuou vedada. No PLC, foi prevista a fiscalização de possíveis irregularidades por auditores fiscais do MTE, mas a fiscalização só poderia entrar no domicílio com a autorização e mediante acompanhamento do proprietário, salvo em casos de mandados expedidos pela Justiça, embasados em denúncias. O mesmo foi fixado para fiscalizações em caso de trabalho análogo a escravo ou para situações de trabalho que violam os direitos fundamentais do funcionário. Os parlamentares, no entanto, não concordaram com esse dispositivo, que foi suprimido da proposta.

O PLC foi bastante criticado pela Fenatrad e por lideranças políticas ligadas ao movimento e somente em 1 de junho de 2015, a presidenta Dilma Rousseff (PT) sancionou a Lei Complementar 150, conhecida como a Lei do Trabalho Doméstico.

No artigo 1º, do capítulo 1 – Do Contrato do Trabalho Doméstico, há a definição destes trabalhadores:

Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana¹²⁸, aplica-se o disposto nesta lei (Brasil, 2015:7).

Importante lembrar que a denominação “trabalhadoras domésticas” é bastante utilizada pelos sindicatos e associações desde a década de 1980 visando enfatizar o caráter de igualdade em relação aos outros empregos e/ou trabalhos, portanto, buscando a equiparação de direitos entre as trabalhadoras domésticas e ou outros trabalhadores (Bernardino-Costa, 2007). Mas ainda não é a denominação mais utilizada pela sociedade em geral e, como podemos ver, nem pela legislação. Normalmente, essas trabalhadoras são

¹²⁸ Esta especificação é importante porque se refere a um grupo significativo de trabalhadoras (aproximadamente 30% da categoria) que trabalham na modalidade de diaristas e, que como determinado, não possui os direitos e deveres legislados neste documento. O que representa uma grande falha pois deixa um número grande de trabalhadoras em vulnerabilidade social (ver Fraga, 2013).

referenciadas como: “empregadas”, “secretárias”, “meninas”, “pessoa” ou por seus nomes próprios; fazendo alusão, muitas vezes, à posição ambígua e ambivalente que ocupam nas casas em que trabalham (Chaney e Castro, 1993; Motta-Maués, 2006; Dantas, 2009).

De todo modo, apesar da nomenclatura mais utilizada pelos usuários e entre as pessoas no dia a dia ser “empregada” ou “empregada doméstica”, existem variações que explicitam algumas atividades em que as trabalhadoras se concentram, ou mesmo, o tipo de contrato a que estão vinculadas, por exemplo: diaristas ou mensalistas.

Além destas duas, também encontramos: cozinheiras, faxineiras, lavadeiras, passadeiras, babás, cuidadoras, acompanhantes, jardineiros, motoristas, seguranças e caseiros(as).

As empregadas domésticas mensalistas geralmente desempenham várias atividades, que são negociadas com os patrões desde o início do emprego e podem ir se modificando no decorrer do tempo, de acordo com as mudanças no cotidiano da família empregadora, mas também de acordo com as necessidades da trabalhadora. As cozinheiras comumente também trabalham no regime mensal, ainda que possam trabalhar também por meio de diárias de uma, duas ou três vezes por semana.

Já as lavadeiras, passadeiras e faxineiras trabalham predominantemente por meio de diárias, de uma a duas vezes por semana na casa de cada empregador. As lavadeiras mais antigas costumavam levar as roupas sujas para suas próprias residências e trazê-las limpas, portanto não permanecem ou permaneciam no domicílio.

As babás são responsáveis por cuidar, brincar, dar banho, preparar e dar refeições, pelas roupas e tudo o que diz respeito à criança. Normalmente uma babá é contratada para apenas uma criança, mas pode ocorrer de cuidar de mais de uma. Assim, como as empregadas domésticas, as babás também são mensalistas e podem ou não residir ou dormir alguns dias da semana na casa dos empregadores.

Isso acontece também com as cuidadoras e/ou acompanhantes que são responsáveis pelas pessoas idosas e/ou deficientes. Essas trabalhadoras podem ser “domésticas”, mas também técnicas em enfermagem e enfermeiras. Trabalham em regime mensal e de diárias, também por turnos noturnos e finais de semana em regime de rotação.

As categorias de jardineiros, motoristas, caseiros e seguranças, são onde encontramos o maior, mesmo que pequeno, percentual masculino dos trabalhadores domésticos, ainda que possam ser encontrados nas outras atividades, assim como, mulheres também podem ocupar estes cargos. Como o próprio nome diz, estes trabalhadores são responsáveis pelos jardins,

por dirigir carros dos empregadores e fazer a manutenção e segurança das casas de particulares. Comumente são mensalistas, mas também podem trabalhar em regime de diárias¹²⁹. Todos esses trabalhadores são contratados diretamente por seus empregadores ou por meio de agências de empregos.

A Lei Complementar 150/15 explícita em seu parágrafo único que é proibida a contratação para este trabalho de menores de 18 anos, de acordo com a Convenção 182, de 1999, da OIT, e de acordo com o Decreto nº 6.481, de 12 de junho, de 2008.

E discorre sobre:

- Jornada de trabalho: 44h semanais e 8h diárias ou 12h de trabalho, seguida de 36h de descanso. O intervalo de almoço vai de 1 a 2h, mas pode ser reduzido para 30 minutos, conforme acordo por escrito entre as partes.

- As horas extras deverão ser pagas ou compensadas com folgas – mas as primeiras 40h deverão ser compensadas com remuneração e todas as outras no período máximo de 1 ano.

- No caso de viagens com o empregador, a trabalhadora tem direito a compensação das horas excedidas após o término da viagem, com remuneração excedida em 25% e o empregador não pode descontar despesas de transporte, alojamento e alimentação;

- Férias: 30 dias corridos ou divididos em dois períodos;

- FGTS e INSS: Ao todo o empregador pagará mensalmente 20% do salário pago (8% INSS, 8% FGTS, 0,8% Seguro contra acidentes de trabalho e 3,2% Fundo de rescisão contratual). A multa de 40% das demissões será custeada por um fundo mensal, separado do FGTS, de 3,2% do salário. Essa multa poderá ser sacada quando o funcionário for demitido, mas nas demissões por justa causa, licença, morte ou aposentadoria, o valor será revertido para o empregador.

- Super Simples Doméstico¹³⁰: Todas as contribuições serão pagas em um boleto bancário, a ser retirado pela internet (eSocial¹³¹). Os empregados tiveram que ser cadastrados obrigatoriamente até o dia 31/10/15¹³²;

¹²⁹ De acordo com as novas regras em relação ao trabalho doméstico, apenas é considerado portador de todos os direitos aquele que trabalhar em mais de duas diárias por semana para um empregador. Contudo, nos órgãos de pesquisa, cadastro das ocupações ou fins de previdência, todos são considerados trabalhadores domésticos (ver ainda Bernardino-Costa, 2007).

¹³⁰ Esta medida está de acordo com a orientação da Convenção 189 para a elaboração de meios de facilitação do pagamento das contribuições à previdência social, mediante um sistema de pagamento simplificado.

¹³¹ www.esocial.gov.br;

¹³² No dia limite para o cadastramento das trabalhadoras, tiveram várias reportagens sobre o assunto e a dificuldade de empregadores que não conseguiram realizá-lo por problemas técnicos na página.

- REDOM – Recuperação Previdenciária dos Empregados Domésticos: Parcelamentos de débitos com o INSS vencidos em 30/04/13. Redução de 100% das multas e 60% dos juros. Débitos parcelados em 120 dias, com parcela mínima de 100 reais. Deverá ser requerido pelo empregador em no máximo 120 dias após a sanção da lei.

- Seguro-Desemprego: 3 meses;

- Licença-Maternidade: 120 dias;

- Auxílio transporte pago por meio de vale ou dinheiro;

- Aviso-Prévio: Proporcional ao tempo trabalhado;

- Salário-família: Correspondente a cada filho com até 14 anos ou inválidos de qualquer idade. Pago diretamente à funcionária e deduzido da contribuição social do empregador;

- Fiscalização: As visitas do Auditor-Fiscal do Trabalho serão previamente agendadas, mediante entendimento entre a Fiscalização e o Empregador.

Desse modo, podemos perceber alguns avanços na legislação brasileira em relação aos direitos das trabalhadoras domésticas. A Convenção 189 e a Recomendação 201 da OIT em 2011, foram ratificadas pela presidenta Dilma Rousseff e enviadas para o Congresso Nacional no dia 7 de abril de 2016¹³³. Como resultado deste processo, foram criadas a PEC 66/2012, que se transformou em EC 72/2013 e atualmente LCP 150/2015.

Apesar de avanços, principalmente no que diz respeito a estipulação da jornada de trabalho e a obrigatoriedade da assinatura da carteira de trabalho e pagamento de todas as contribuições (INSS, FGTS, Seguro contra acidentes e fundo para rescisão de contrato), ainda não alcançamos a equiparação de direitos entre as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores urbanos e rurais de forma completa. Primeiro porque, no caso das domésticas a multa dos 40% pode ser parcelada; posteriormente, no que diz respeito à fiscalização¹³⁴, tão importante já que o trabalho é realizado em âmbito doméstico e privado, pois apenas será exercida com o consentimento dos empregadores, dificultando o flagrante em casos de trabalho escravo, tortura, maus tratos, trabalho infantil ou qualquer outra violação aos direitos fundamentais do trabalho, portanto não há garantias de exercício de trabalho decente.

¹³³ O Ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, participou no dia 29 de abril de 2016, na cidade de São Paulo, do evento de apresentação da posição do Governo Federal pela ratificação da Convenção nº 189. Um ato oficial deve ser realizado em conjunto com a OIT para formalizar o compromisso do Executivo. Fonte: www.mtpf.gov.br. Acesso em: 05/05/2016, às 10h.

¹³⁴ Segundo a OIT, com relação ao direito à privacidade e inspeção do trabalho, a Convenção 189 sugere que os países deverão formular e colocar em prática medidas de maneira autônoma. (OIT, 2014:4).

Contudo, é válido ressaltar os avanços conquistados por meio da Lei 150, que colocou o Brasil como um dos países com a legislação mais avançada no contexto latino-americano.

No que diz respeito à fiscalização do trabalho¹³⁵ e cumprimento das novas medidas adotadas pela Lei 150, o MTE, através da Instrução Normativa n° 107 (22/05/2014), disponibilizou os Procedimentos de Auditor Fiscal do Trabalho, que, regulado pela Instrução Normativa n°110, deve realizar a inspeção do trabalho doméstico, com a entrada nos domicílios dos empregadores, ainda que apenas mediante à autorização destes. Em complementação à Lei 150, não podemos deixar de mencionar a lei 12.964/2014 que estabeleceu o pagamento de multas para os empregadores que não cumprirem com as obrigações trabalhistas¹³⁶.

Para avaliar os avanços e desafios introduzidos com a nova Lei das Domésticas (LC 150/2015), foi realizado na cidade de Porto Alegre, no dia 25 de abril de 2016, em alusão ao dia internacional da trabalhadora doméstica (27 de abril), um seminário com a participação da presidenta da Fenatrad, Creuza Maria de Oliveira, o Ministro do Trabalho e Previdência Social - MTPS, Miguel Rossetto, que alegou que o seminário deverá ser realizado também em outras capitais, e o presidente da Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados, Marcos Mazoni, que destacou que o número de trabalhadoras que tinham recolhimento de FGTS passou de 187 mil, em dezembro 2014, para 1,4 milhão, em março de 2016, com base nos registros do eSocial, a ferramenta criada a partir da PEC que possibilita o recolhimento unificado dos tributos e do FGTS para os empregadores domésticos.

¹³⁵ A Convenção 189 sugere a criação de um disque denúncia e também maior vigilância às agências de empregos.

¹³⁶ Todas essas mudanças ainda são muito recentes, por isso esse estudo acompanha os primeiros impactos de tais novidades, mas, obviamente, será necessário o acompanhamento dos impactos e funcionalidade dessas novas leis no decorrer dos próximos anos.

Figura 3. Seminário Trabalhadoras Domésticas: Direitos, Avanços e Desafios realizado em Porto Alegre no dia 25 de abril de 2016.



Fotografia: Joana Berwanger/Sul21

Fotografia: Camilla Soares/ASCOM MTPS

Figura 4: Evento de apresentação da ratificação de Convenção 189 pelo governo brasileiro, realizado dia 29 de abril de 2016.



Fotografia: Acervo Fenatrad¹³⁷

¹³⁷ Estas imagens foram retiradas da página da Fenatrad: www.fenatrad.org.br.

Figura 5: Organograma - Processo das leis

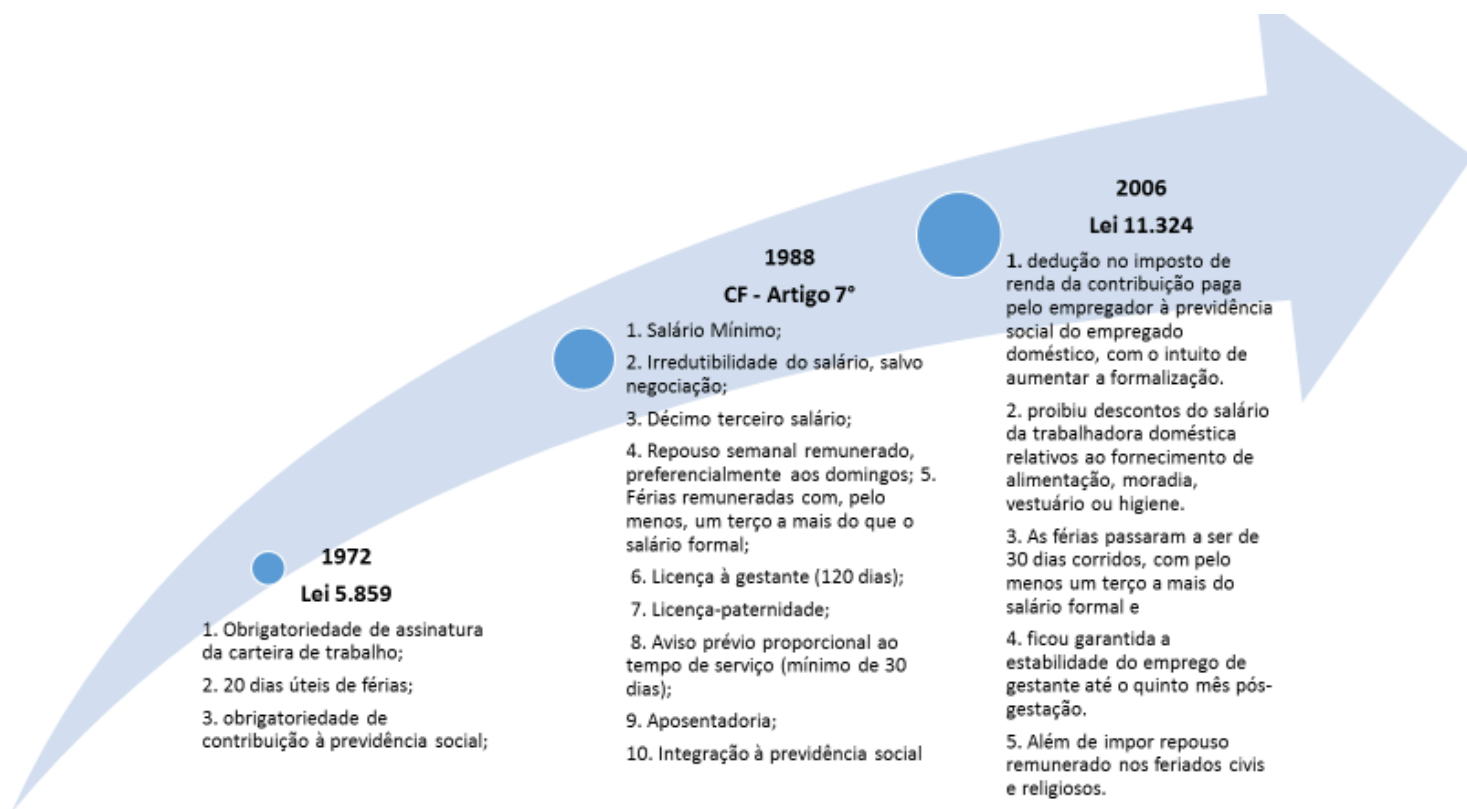


Figura 6: Organograma – CITs – Convenção 189 e Recomendação 201



Figura 7: Organograma – PEC – EC- LEI 150

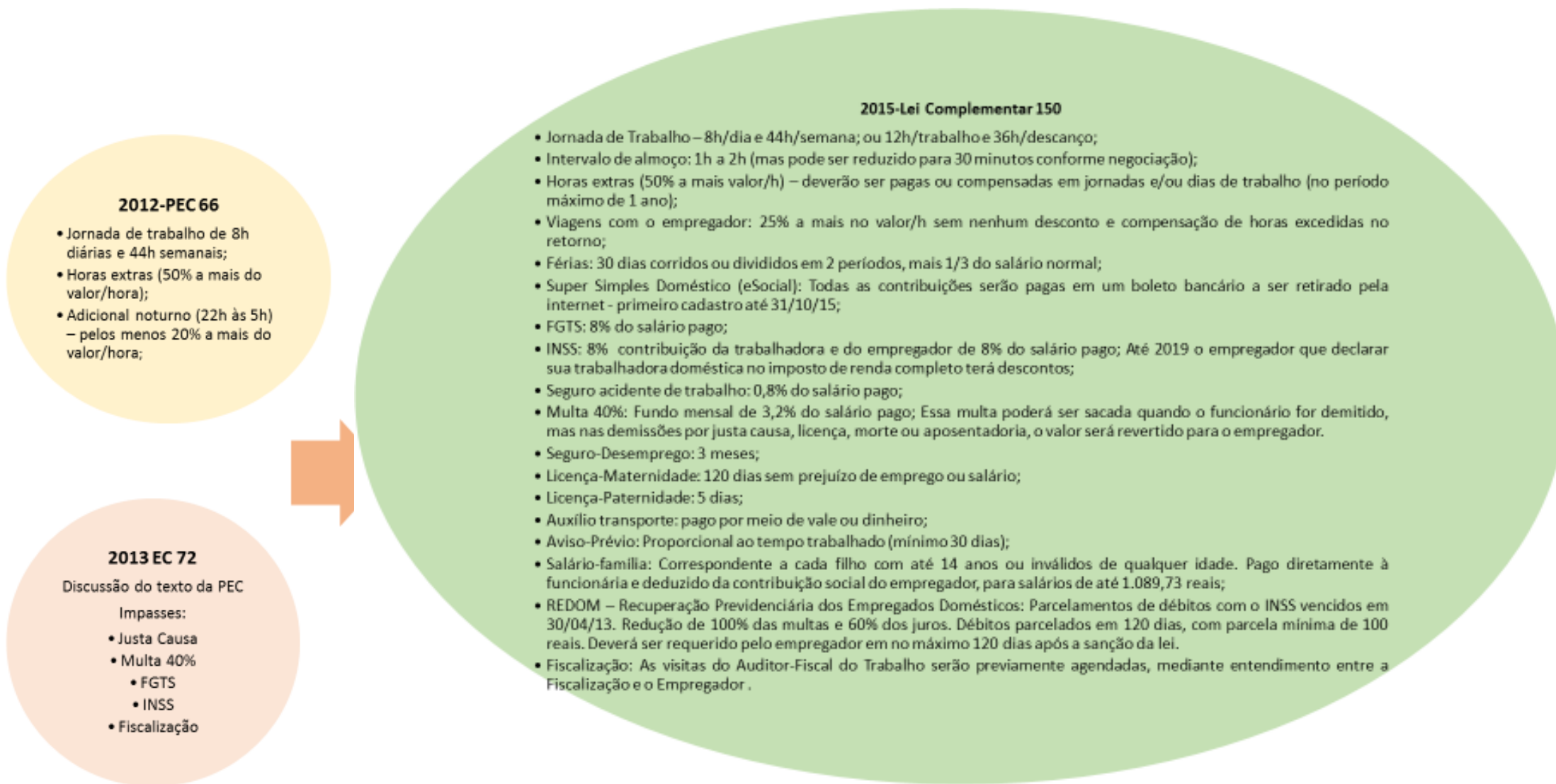
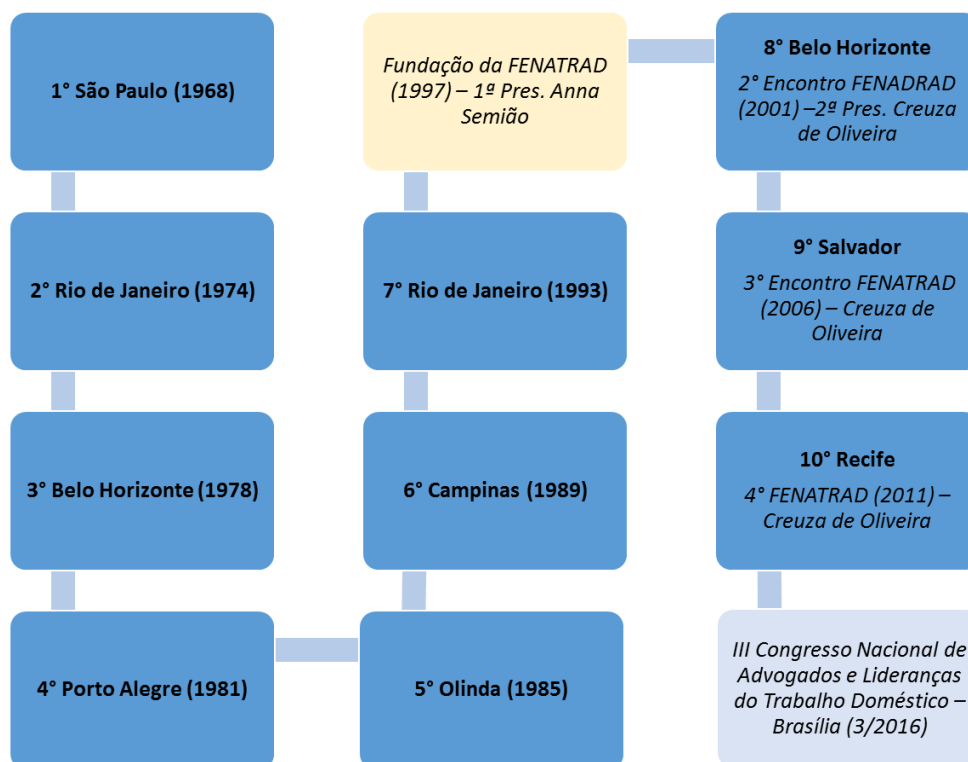


Figura 8: Organograma - Congressos Nacionais das Trabalhadoras Domésticas¹³⁸

2.4.2 Direitos no panorama latinoamericano

De acordo com a OIT (2013), mais de 50 milhões de pessoas estão empregadas no trabalho doméstico ao redor do mundo, este trabalho gerando mais de 7% dos empregos disponíveis na América Latina e Caribe. Nesta Região existem aproximadamente 19,6 milhões de trabalhadores domésticos, sendo essa a profissão que mais ocupa mulheres (14%), contingente que apenas perde para a região Ásia-Pacífico. Na América Latina e Caribe o trabalho doméstico gera 7,6% do emprego total e 11,9% do emprego assalariado, as maiores porcentagens registradas no mundo.

Os países da Região da América Latina e Caribe tiveram muitos avanços no que diz respeito às leis relativas ao trabalho doméstico nos últimos 15 anos, sobretudo de 2003 a 2015. Isto se deve ao fortalecimento das organizações políticas das trabalhadoras, da inclusão do trabalho doméstico na agenda de trabalho decente da OIT, mas também devido

¹³⁸ Observamos a necessidade de futura construção da trajetória e configuração atual dos sindicatos e associações do Norte e Nordeste, já que no contexto nacional observamos a proeminência de encontros e congressos nacionais apenas em Recife/Olinda (2) e Salvador (1), para além de Rio (2), São Paulo/Campinas (2), Belo Horizonte (2) e Porto Alegre (1).

ao exercício de governos progressistas nestes países. A recente publicação, *As leis sobre trabalho doméstico na América Latina* de Hugo Valiente (2016), bem como Mary Goldsmith (2012), concentrando-se na experiência da Conlactraho, nos oferecem o panorama da situação do trabalho doméstico nestes países:

Os pioneiros *Bolívia, Peru e Uruguai* iniciaram suas reformas mesmo antes das discussões nas Conferências Internacionais do Trabalho, substituindo decretos da década de 1950. O caso do *Uruguai* é bastante diferenciado, pois não possuía uma legislação específica para as trabalhadoras domésticas, deixando-as sem nenhuma proteção legal. Segundo dados da OIT (2014), apenas em 2006 foi outorgada uma lei no país voltada aos trabalhadores domésticos, incluindo o direito à negociação coletiva¹³⁹.

Na *Bolívia* a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – Fenatrahob teve um importante papel na aprovação da Lei de Regularização do Trabalho Assalariado Doméstico (Lei 2450). Desde a década de 1990 a Federação teria feito um projeto, mas que ficou parado por uma década e somente em 2003, com a ascensão de vários legisladores indígenas, um texto bastante alterado foi aprovado. No entanto, quase seis anos depois a Fenatrahob conseguiu alterar a lei e incluiu a jornada de trabalho de 8h, aposentadoria e seguridade social para as trabalhadoras, além da promulgação da Lei e o estabelecimento de ferramentas de fiscalização para o seu cumprimento.

No *Peru* houve a promulgação da Lei dos Trabalhadores Domésticos em junho de 2003 (Lei 27.986), resultado dos esforços de várias associações, como o CCTH – Centro de Capacitação para Trabalhadoras Domésticas e o Iprofoth – Instituto de Promoção e Formação de Trabalhadoras Domésticas, e a agência de empregos Casa de La Panchita. Esta lei também fixou a jornada de 8h, o 13º salário, indenização e aviso prévio, descanso semanal, em feriados, férias e seguridade social. Mas o aviso prévio, a indenização e as férias continuam sendo desiguais aos demais trabalhadores, além de não possuírem um salário mínimo, estando sujeitas à negociação direta com os patrões.

Outra dimensão importante presente no *Peru* é que além da aquisição de direitos trabalhistas, as trabalhadoras foram beneficiadas com uma lei de denúncia contra

¹³⁹ Em dezembro de 2015 tive a oportunidade de participar da XI Reunião de Antropologia do Mercosul, no grupo de trabalho "Trayectorias y experiencias de trabajo de las mujeres de sectores populares en América Latina", em que ouvi e conheci trabalhadoras domésticas do sindicato de Montevideo.

discriminação que obrigava o uso de uniformes em espaços e estabelecimentos públicos, conflito deflagrado em uma praia de Lima, em março de 2009¹⁴⁰.

Já outros países modificaram disposições discriminatórias que estabeleciam desvantagens às trabalhadoras, como no caso do parágrafo 7º da Constituição Federal (1988) brasileira. Além do *Brasil*, segundo Valiente (2016), a *Costa Rica*, o *Chile*, o *Equador* e o *Paraguai* também apresentam casos semelhantes.

Na *Costa Rica* a Lei de Trabalho Doméstico (15.417), de junho de 2009, foi bastante influenciada pela Astradome – Associação de Trabalhadoras Domésticas, com a forte liderança da presidenta Rosita Acosta, e pode ser constituída como um marco jurídico para as trabalhadoras domésticas, pois além do salário mínimo, do descanso semanal e nos feriados, foram estabelecidas políticas de risco do trabalho e a jornada de 8 horas diárias.

No *Chile* se estabeleceu, em 2008, uma modificação legal que permitiu um aumento progressivo do salário dos trabalhadores domésticos e a equiparação em 2011 (OIT, 2014:4).

A *Venezuela* criou um projeto de lei relativa ao trabalho doméstico que ainda não foi outorgada, mas o novo código de trabalho visa a equiparação de direitos com outras categorias de trabalhadores.

Também a *Argentina* revogou um antigo decreto de 1956 e desde 2000 tem como obrigatória a contribuição à seguridade social por parte do empregador de trabalhadores domésticos que trabalham de 6 ou mais horas semanais. Em 2003 sancionou uma Lei de Regulamentação do Trabalho Assalariado Doméstico, que estabeleceu uma jornada de trabalho de 8h diárias, além de, desde 2005, ter reduzido o imposto de renda dos empregadores, contribuindo para aumentar a formalidade do emprego. Uma proposta apresentada em março de 2010 ao Congresso estipulou um Regime Especial de Contrato

¹⁴⁰ Este exemplo do Peru, pode nos remeter ao contexto brasileiro, como exemplo também o âmbito das praias, quando, na cidade de Salinas, várias famílias provenientes de Belém passam suas férias e as trabalhadoras domésticas frequentam uma praia específica e mais próxima do centro (Maçarico), diferente da praia do Atalaia, frequentada por famílias de classes médias e alta, em que elas apenas frequentam para trabalhar, ou seja, cuidar das crianças, idosos ou animais de estimação. Também no contexto de Porto Alegre, soube que o final da tarde é o horário que as domésticas frequentam as praias, portanto não seria um bom horário para pessoas de outras camadas irem às praias. No contexto brasileiro é frequente reportagens que denunciam espaços segregados às trabalhadoras domésticas em clubes de classes médias e altas, como por exemplo o uso de banheiro específico e a proibição de que entrem nas piscinas. Ver: <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/babas-sao-proibidas-de-usar-banheiro-feminino-no-country-club-do-rio.html>. Acesso em: 24/05/2016, às 23h42. Ainda: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/sem-banho-de-piscina-para-babas.html>. Acesso em: 22/02/14, às 1h24.

para o Pessoal Doméstico, que igualou os direitos desta categoria com os demais trabalhadores¹⁴¹ (Goldsmith, 2012).

Ainda que países como o México, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Panamá, República Dominicana, Guatemala e Colômbia não tenham modificado as suas legislações no decorrer dos últimos 15 anos, percebemos uma tendência semelhante em termos de regulações do trabalho doméstico¹⁴², sobretudo no que diz respeito à estipulação de um salário mínimo, estabelecimento da jornada de trabalho de 8 horas diárias, dias de folga, férias e proteção social.

Quanto à ratificação da Convenção 189 da OIT, que entrou em vigor em setembro de 2013, já foi ratificada por 17 países, dentre eles o Uruguai (primeiro no mundo - 2012), a Bolívia, a Nicarágua, o Paraguai e Equador (2013); Colômbia e Costa Rica (2014), a República Dominicana, o Panamá e o Chile (2015), e mais recentemente também pelo Brasil (2016), faltando apenas o México, Honduras, Guatemala, El Salvador, Venezuela e o Peru no contexto da América Latina e Caribe.

Tabela 1: Modificações das leis sobre trabalho doméstico remunerado na região¹⁴³

País	Leis	Direitos Conquistados
<i>Bolívia</i>	Ley N.º 2.450 De la Trabajadora del Hogar, del 9 de abril de 2003.	<ul style="list-style-type: none"> - Salário mínimo legal. - Pagamento de horas extas. - Limitação da jornada de trabalho. - Descanso semanal remunerado. - Indenização à demissão sem justa causa. - Licença maternidade. - Inclusão na seguridade social -Proteção contra o assédio sexual e de trabalho.

¹⁴¹ No ano de 2013, tive a oportunidade de participar da X Reunião de Antropologia realizada na cidade de Córdoba/Ar, em que através do grupo de trabalho "Servicio doméstico en América Latina: continuidades, rupturas, mutaciones en las últimas décadas", tive a oportunidade de conhecer e ouvir relatos de trabalhadoras domésticas do sindicato da cidade.

¹⁴² Para uma análise mais detalhada, precisaríamos nos aprofundar nos contextos de todos os países da América Latina e Caribe (Valiente, 2016). Contudo para os fins de nosso trabalho esses dados já denotam os processos simultâneos de aquisição de direitos para as trabalhadoras domésticas.

¹⁴³ Este quadro foi copiado e traduzido de (Valiente, 2016: 11).

<i>Peru</i>	Ley N° 27.986 De los Trabajadores del Hogar, de 2 de junio de 2003.	<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento de horas extras. - 13° Salário - Limitação da jornada de trabalho. - Descanso semanal remunerado. - Indenização à demissão sem justa causa. - Inclusão na seguridade social - -Proteção contra o assédio sexual e de trabalho.
<i>Uruguai</i>	Ley N° 18.065/2006 De Trabajo Doméstico, de 27 de noviembre de 2006.	<ul style="list-style-type: none"> - Equiparação de direitos com os demais trabalhadores.
<i>Chile</i>	<p>Ley N° 20.255 de 17 de marzo de 2008.</p> <p>Ley N° 20.279 de 26 de junio de 2008.</p> <p>Ley N° 20.336 de 23 de marzo de 2009.</p> <p>Ley N° 20.786 de 19 de octubre de 2014.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Idade mínima para trabalhar. - Pagamento de horas extras. - Limitação da jornada de trabalho. - Descanso semanal remunerado. - Inclusão na seguridade social
<i>Costa Rica</i>	<p>Costa Rica</p> <p>Ley N° 8726 de 02 de julio de 2009, Reforma del Capítulo Octavo del Título Segundo del Código de Trabajo, Ley N.º 2. Ley del trabajo doméstico remunerado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Equiparação de direitos com os demais trabalhadores.
<i>Venezuela</i>	Decreto con fuerza de ley N° 8.938, de 30 de abril de 2012, Ley Orgánica del Trabajo, los Trabajadores y las Trabajadoras.	<ul style="list-style-type: none"> - Equiparação de direitos com os demais trabalhadores.
<i>Equador</i>	Ley Orgánica para la Defensa de los Derechos Laborales, de 31 de julio de 2012.	<ul style="list-style-type: none"> - Equiparação de direitos com os demais trabalhadores.
<i>Argentina</i>	Ley N° 26.844 Régimen Especial de Contrato de Trabajo para el Personal de Casas Particulares, de 3 de abril 2013.	<ul style="list-style-type: none"> - Equiparação de direitos com os demais trabalhadores.

<i>Brasil</i>	Emenda Constitucional N° 72, de 2 de abril de 2013. Lei Complementar N.º 150, de 1º de junho de 2015, Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.	- Equiparação de direitos com os demais trabalhadores ¹⁴⁴ .
<i>Paraguai</i>	Ley N.º 5.407 Del Trabajo Doméstico, de 12 de octubre de 2015.	- Pagamento de horas extras. - Limitação da jornada de trabalho. - Descansos legais diários e semanais. - Estabilidade no emprego. - Inclusão na seguridade social.

Importante chamar atenção que a construção do histórico das leis estabelecidas no Brasil e em outros países da América Latina relativas ao trabalho doméstico tem relação direta com as conjunturas políticas locais, com as organizações das trabalhadoras, mas também com esses dispositivos internacionais que orientam a jurisdição de nossos países. Isto visto como uma maneira de ampliação de direitos e como fortificando a vigilância por uma melhor condição de vida e trabalho das domésticas, torna-se uma ferramenta bastante valiosa e requerida, no entanto, não podemos deixar de levar em consideração que apesar das comissões tripartites, constituída pelos governos locais e representantes patronais e de trabalhadores, enquanto um órgão internacional, a OIT responde majoritariamente às questões consideradas relevantes ao cenário europeu, que não necessariamente adequam-se às realidades e necessidades latino-americanas. No decorrer da tese pretendemos tensionar quais os limites e desafios de tais interferências no cenário brasileiro. Para isso, a etnografia e a construção de narrativas biográficas são fundamentais no sentido de incorporar outras perspectivas em relação aos significados das práticas e afetos agenciados nas configurações do trabalho doméstico remunerado.

¹⁴⁴ Ainda que tenhamos chamado atenção para as dificuldades de fiscalização, bem como, o parcelamento da multa dos 40% em casos de demissão sem justa causa.

2.5 Os impactos da nova Lei no cenário brasileiro – Imagens do trabalho doméstico remunerado

Neste tópico discorreremos sobre a repercussão das novas medidas em favor das trabalhadoras domésticas do Brasil, que vão desde a PEC 66/2012, passado pela Lei Complementar 150/2015, até os dias atuais, em que a configuração do trabalho vem passando por transformações, no que diz respeito à adequação às novas regras, mas também aos significados atribuídos ao trabalho, tanto por quem o desempenha, como por aqueles que o demandam.

Nesse sentido, consideramos pertinente analisar o tom das reportagens e as imagens que são construídas nos textos, mas também nas fotografias utilizadas para discutir sobre as mudanças nas leis e os impactos para os segmentos interessados. As reportagens podem ser classificadas em duas vertentes, aquelas em que a ênfase é dada ao protagonismo das trabalhadoras, à ampliação dos direitos e às imagens de mulheres realizando afazeres domésticos, predominantemente manuais, em que a raça/cor se coloca como um componente muito relevante, devido à maioria das domésticas serem negras, mas não problematizado, ainda que a PEC seja, muitas vezes, denominada de “lei Áurea moderna”¹⁴⁵, fazendo alusão à abolição da escravatura.

Também reportagens chamando atenção para a diminuição do número de trabalhadoras domésticas desde 2009, devido ao ingresso das mulheres em outras atividades propiciadas pelo aumento do nível educacional, o aumento do salário, ainda que a média de remuneração das trabalhadoras domésticas continue sendo menor que o salário mínimo¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Termo pronunciado pelo o Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) durante votação da PEC 66/2012 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 13 de março de 2013. Fonte: <http://www.tudorondonia.com/noticias/pec-que-amplia-direito-de-trabalhadores-domesticos-vai-a-plenario-na-terca-,35559.shtml>. Acesso em: 01-04-2013, às 16h36.

¹⁴⁶ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1208874-ganho-de-empregados-domesticos-sobe-56-em-oito-anos-mostra-ibge.shtml>. Acesso em: 01-04-2013, às 16h26.



Figura 9: Foto 1: Pablo Valadares/Agência Senado¹⁴⁷ Foto 2: sem autoria/Agência Senado¹⁴⁸



Figura 10: Foto 1: Daniel Marenco/Folhapress¹⁴⁹ Foto 2: sem autoria/Revista Piauí¹⁵⁰

Ao analisarmos as imagens utilizadas, quando se trata de reportagens sobre as mudanças legislativas no trabalho doméstico remunerado, a diversidade desta atividade também pode ser facilmente identificada, quando além dos afazeres domésticos como cozinhar, lavar, passar e varrer, também são colocadas na mesma categoria as atividades de

¹⁴⁷ Imagem da reportagem de Marília Coêlho, *PEC das Domésticas começa a tramitar no Senado*. Fonte: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=109761. Acesso: 01/04/2013, às 15h27.

¹⁴⁸ Imagem da reportagem sem autoria. *PEC 66-2012 Garantirá aos empregados domésticos os mesmos direitos que possuem os demais trabalhadores*. Fonte: <http://votenaweb.com.br/arquivo/pec-66-2012>. Acesso: 01/04/2013, às 15h40.

¹⁴⁹ Imagem da reportagem de Pedro Soares. *Ganho de empregados domésticos sobe 56% em oito anos, mostra IBGE*. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1208874-ganho-de-empregados-domesticos-sobe-56-em-oito-anos-mostra-ibge.shtml>. Acesso em: 01-04-2013, às 16h26.

¹⁵⁰ Doméstica contrata jornalista para trabalhar como diarista. Fonte: <http://revistapiui.estadao.com.br/blogs/herald>. Acesso em: 03-04-2013, às 11h25.

cuidados com crianças¹⁵¹, idosos, deficientes e animais e também, em menor escala e, principalmente, desenvolvida pelo grupo minoritário da categoria, os homens, as atividades de vigia, motorista, jardineiro e caseiro. Todas as atividades exigem competências e habilidades bastante diferentes, mas pelo fato de serem desempenhadas no domicílio ou sob os interesses de uma família, são agrupadas de forma simplificada na categoria de “empregados domésticos”.



Figura 11: Foto 1: Lalo de Almeida/The New York Times¹⁵² e Foto 2 : Patricia Stravis/Folhapress¹⁵³

Do outro lado, encontramos matérias que colocam os patrões como a categoria mais impactada pela equiparação dos direitos, muitas vezes, sob a assertiva de que essa novidade gerará desempregos e o segmento mais prejudicado será o das trabalhadoras. Um exemplo dessa vertente foi a reportagem de Joel Pinheiro da Fonseca¹⁵⁴, publicada em 10 de janeiro de 2013¹⁵⁵, logo após a chegada da PEC66 para apreciação no Senado, intitulada: *O*

¹⁵¹ Em matéria de Paula Sampaio, publicada no Estadão em 27 de março de 2011, tivemos conhecimento que no Brasil, há pelo menos cinco anos, foi criado por empregadoras de famílias nobres de São Paulo o GATB – Grupo Anti-Terrorista de Babás, em que as primeiras trocam e-mails sobre suas funcionárias, expressando o quanto têm apreço por aquelas que “aceitam tudo”, e indignam-se quando uma delas demanda o pagamento de feriados trabalhados devido à sua “falta” de gratidão. Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,maes-criam-grupo-antiterrorismo-contras-empregadas,697782,0.htm>. Acesso em: 13/08/2013, às 10h46.

¹⁵² Imagens presentes no artigo *Comissão aprova proposta que regulamenta trabalho doméstico*. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/empregos/ultimas-noticias/2013/06/06/comissao-aprova-proposta-que-regulamenta-trabalho-domestico.jhtm> a. Acesso em: 11/06/2013, às 10h25.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Joel Pinheiro da Fonseca é mestrando em filosofia, editor da revista *Dicta&Contradicta* e escreve no blog *Ad Hominem*.

¹⁵⁵ Fonte: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1497>. Acesso em: 01-04-2013, às 16h06.

extermínio das empregadas domésticas, em que através da imagem de uma mulher branca, com aparência incomodada por estar realizando atividades domésticas, o autor critica a PEC66 argumentando que o mercado já estaria regulamentando o valor pago ao trabalho doméstico de maneira mais eficaz que as leis trabalhistas instituídas pelo Estado, que apenas serviriam para intensificar o antagonismo de classes, minar relações sustentadas na confiança, além de gerar mais desemprego e informalidade.



Figura 12: Imagem de empregadora: sem autoria

Discutindo sobre a obrigatoriedade do FGTS e de horas extras, ele argumenta que o pagamento deste encargo pelos patrões infantilizaria as trabalhadoras, como se fossem incapazes de guardar dinheiro ou não pudessem ter autonomia para escolher gastá-lo todo; e que apenas quem se beneficiaria deste fundo seria o governo, por ele ser armazenado no banco público da Caixa Econômica Federal e não possuir os mesmos rendimentos dos bancos privados. Desse modo, além de provocar a redução da remuneração imediata das domésticas, o pagamento deste encargo dificultaria a contratação de mulheres com poucas habilidades e experiência, posto que os patrões não estariam dispostos a pagar um salário mínimo mais encargos trabalhistas pelos seus serviços. Como decorrência Joel afirma:

Casas ficarão mais sujas, mulheres e homens (mas especialmente mulheres) trabalharão menos fora de casa e/ou terão menos tempo de lazer; e mulheres pobres desejosas de uma oportunidade de trabalho que demande baixíssima qualificação terão mais dificuldades em encontrar um patrão. Sua pobreza será mais duradoura. Todos saem perdendo.

Sem questionar a naturalização do trabalho doméstico voltado as mulheres, o autor soluciona a necessidade de realização de tais atividades pela contratação de mulheres pobres, que sem outras alternativas, deveriam sentir-se felizes por encontrar um emprego que demandaria “baixíssimas qualificações”. Além de defender as relações baseadas na confiança e nas trocas de favores e não a partir da regulamentação e fiscalização do Estado, deixando as trabalhadoras vulneráveis em relação aos desígnios e vontades dos patrões, Joel defende que a nova Lei transformaria a relação de trabalho em um “cabo de guerra em que uma parte busca tirar mais da outra dando o mínimo possível”. Contrariando pesquisas e relatos de trabalhadoras que evidenciam justamente essa realidade de exploração propiciada pela ausência de proteção social para a categoria.

Ao não fazer uma análise mais abrangente sobre quais fatores propiciam a existência de algumas mulheres dispostas a realizar os afazeres domésticos e outras a pagar por ele, ou ainda por quais motivos foram atribuídas somente às mulheres essa responsabilidade, o autor se exime de propor caminhos que visem uma análise responsável sobre a realidade brasileira. Muito pelo contrário, partindo de pressupostos liberais, em que o mercado seria responsável por agregar valor ao trabalho, Joel se posiciona como se todos tivessem as mesmas oportunidades de crescimento econômico, ou pior, como se as mulheres pobres não tivessem que exigir condições de trabalho e remunerações melhores, sob o risco de ficarem desempregadas e/ou na informalidade.

Contrariando e questionando os pressupostos desta análise é que nos utilizados da ideia de “extermínio das domésticas”, nos fazendo a pergunta: As domésticas vão acabar? Para propor um estudo e análise que vão de encontro aos argumentos de tal autor, posto que temos ciência de que “o argumento de que qualquer benefício às trabalhadoras domésticas redundará numa diminuição de empregos é recorrente ao longo do tempo” (Bernardino-Costa, 2007:237).

Esta justificativa do desemprego em conjunto ao caráter afetivo das relações estabelecidas no emprego doméstico também foi mencionada durante a votação da PEC 66/2012 pela CCJ, no dia 13 de março de 2013, pelo senador José Agripino (DEM/RN), que alertou para os “danos” que a lei traria para as relações patrão-empregado, a diminuição dos empregos e o aumento de reclamações trabalhistas¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Fonte: <http://www.tudorondonia.com/noticias/pec-que-amplia-direito-de-trabalhadores-domesticos-vai-a-plenario-na-terca-,35559.shtml>. Acesso em: 01-04-2013, às 16h36.

De maneira sarcástica, algumas reportagens identificam a inserção de profissionais com Ensino Superior que estariam ingressando no emprego doméstico devido aos direitos adquiridos pela categoria, como foi o caso do jornalista Lauro Paladino que teria colocado seu currículo na caixa de correio do seu prédio, com suas experiências de trabalho, qualificação e fluência em quatro idiomas, e sido contratado por uma doméstica¹⁵⁷. Essa historieta é publicada no sentido de criticar os direitos alcançados pela categoria, argumentando que, quem não realizava atividades domésticas, depois da lei provavelmente terá que fazer; além de chamar atenção para outras profissões, como a de jornalistas que também seriam precárias em termos de direitos, como se avançar nos direitos de uma categoria estivesse em contraposição aos avanços de outra.

Outra ideia contrária e bastante recorrente relativa a equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas é de que os empregadores são famílias e não *empresas*¹⁵⁸.

Se parte da caracterização do trabalho doméstico como um trabalho especial, mas ao invés de considerar suas particularidades em prol dos direitos das trabalhadoras, se utilizam para privilegiar as necessidades dos empregadores com o argumento de que o lar não pode ser regido pelas mesmas normas de uma empresa [...] (Goldsmith, 2012: 44)

Ainda assim, de 2006 a 2012, através da Lei 11.324 houve dedução no imposto de renda da contribuição paga pelo empregador à previdência social do empregado doméstico. Na Lei Complementar 150/15, através do simples doméstico que reúne todos os encargos do empregador, o INSS anteriormente de 12% sobre o salário pago, passou a ser de 8% e redução do imposto de renda para empregadores que o declaram de forma completa, desse modo, também contribuindo contra o aumento excessivo do custo do serviço doméstico.

Medidas como a Lei 150/15 são fundamentais para melhorar as condições materiais, mas também psicológicas e da forma como as TDs se pensam, repetidamente desvalorizadas, humilhadas e mesmo desumanizadas, como na polêmica questão da prova do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio de 2013, em que a pergunta sobre a presença ou não de trabalhadora doméstica associava-se à presença de bens materiais¹⁵⁹. Contudo, a mesma

¹⁵⁷ *Doméstica contrata jornalista para trabalhar como diarista.* Fonte: <http://revistapiaui.estadao.com.br/blogs/herald>. Acesso em: 03-04-2013, às 11h25.

¹⁵⁸ Argumento presente na Reportagem já citada de Pedro Soares.

¹⁵⁹ Fonte: <http://oglobo.globo.com/educacao/enem-2013-mec-decide-alterar-pergunta-inadequada-sobre-domesticas-em-questionario-8549036>. Acesso em: 31/05/2013 às 12h34.

questão estava presente desde 2008 e apenas passou a ser questionada, coincidentemente, após a PEC das domésticas.

Figura 13: Imagem de questão do ENEM/2013

7. Você tem em sua residência?

TV em cores. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Videocassete e/ou DVD. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Rádio. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Microcomputador. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Automóvel. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Máquina de lavar roupa. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Geladeira. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex). *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Telefone fixo. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Telefone celular. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Acesso à Internet. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
TV por assinatura. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Aspirador de pó. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Empregada mensalista. *	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho
Banheiro.	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3 ou mais	<input checked="" type="radio"/>	Não tenho

Outra situação importante diz respeito à criação de uma página no *Twitter*¹⁶⁰ denominada @aminhaempregada, criada por um profissional de *marketing*, paulista, de 33 anos, que não quis se identificar. Segundo o autor da matéria Ricardo Senra¹⁶¹, da BBC Brasil, o marketeiro teria criado a página para explicitar o racismo e o preconceito presentes na sociedade brasileira, com o objetivo de apontá-los àquelas pessoas que não teriam identificado essas posições discriminatórias em si mesmas. Em 48h a página teria ganhado mais de 2,6 mil seguidores.

¹⁶⁰ O *Twitter* é uma rede social, criada em 21 de março de 2006, nos Estados Unidos.

¹⁶¹ Fonte: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140520_salasocial_minhaempregada_rs.shtml. Acesso em: 21-05-2014, às 13h37.

Figura 14: .Imagens da página @aminhaempregada

A Minha Empregada
@aminhaempregada · FOLLOWS YOU
A chibatada é serventia da casa.
(contém ironia e tristeza)

TWEETS 93 PHOTOS/VIDEOS 1 FOLLOWING 5 FOLLOWERS 2,603 FAVORITES 137 More ▾

Favorites

ailton amaral @ailtonamaral · 11m
@aminhaempregada o pior de tudo é ver que a maiorias dos racistinhas preconceituosos são jovens, que futuro nos espera?

Amanda Portella @DraEvil · 19m
Para os amigos que acham que não existe mais preconceito no Brasil: sigam @aminhaempregada . Antropologia em estado bruto.

A Minha Empregada
@aminhaempregada
A chibatada é serventia da casa. (contém ironia e tristeza na batalha contra a imbecilidade e o preconceito).

Brasil Colonial

16 SEGUINDO 18.451 SEGUIDORES

Tweets Mídias Favoritos

Tweet Fixado

A Minha Empregada @ami... 10/02/16
Olha a promoção!

A cidade, bom e-puro; na rua da Carross n. 82.
ALUGA-SE uma negrinha, só para andar com a escrava; na rua do Sabão n. 101.
ALUGA-SE uma casa com quintal e vista para a barra, n. chácara do morro do Castelo, travessa da S. Sebastião n. 37, portão em frente da igreja. (

Início Notificações Moments Mensagens Conta

Atualmente a página conta com 18,451 mil seguidores e é composta tanto de denúncias a situações de racismo e discriminação a trabalhadoras domésticas, como de relatos que comprovam estas mesmas posições de forma deliberada.

Durante o ano de 2015, sobretudo após a publicação da Lei 150/15, vários casos de racismo¹⁶² e polêmicas envolvendo celebridades brasileiras também foram bastante repercutidos nas mídias e redes sociais. Um exemplo é o caso da atriz e apresentadora Fernanda Lima que postou uma fotografia em sua página virtual com duas babás negras e de uniforme branco na praia e foi bastante criticada¹⁶³ e também a foto publicada pela atriz Carolina Dieckmann, em que ela e a atriz Regina Casé, posam com as trabalhadoras uniformizadas que trabalharam na noite de natal¹⁶⁴, por reproduzir o formado racista da sociedade brasileira em que para as mulheres negras parece ser apenas reservadas posições de trabalhadoras domésticas e de atividades manuais e mal remuneradas.

Figura 15: Fotografias celebridades e trabalhadoras domésticas



Foto 1: sem autoria e Foto 2: reprodução Instagram

Insistimos nas maneiras como as trabalhadoras domésticas são construídas e representadas imagetivamente. Para além de reportagens que dizem respeito ao agenciamento da organização das trabalhadoras, elas são retratadas em seus ambientes de trabalho (casas de terceiros), realizando atividades domésticas e de cuidados e, quando fora da moradia dos patrões, os acompanhando portando um uniforme, frequentemente branco,

¹⁶² Práticas discriminatórias pautadas pela ideia de inferioridade de raça/cor.

¹⁶³ Fonte: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/a-licao-que-fica-do-caso-fernanda-lima-e-as-babas-negras.html>. Acesso em: 07/08/2015, às 21h47.

¹⁶⁴ Fonte: <http://diariogaicho.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2015/12/foto-de-carolina-dieckmann-e-regina-case-ao-lado-de-empregadas-domesticas-causa-polemica-4939687.html>. Acesso: 30/12/15, às 15h40.

para marcar sua diferença e desigualdade em relação aos empregadores, se estão com eles em um espaço público, o uniforme denota que é à trabalho. Dificilmente essas mulheres são abordadas em suas casas, com suas famílias, em ambientes de lazer ou mesmo de movimento político, reproduzindo as narrativas e formas de significação que os patrões constroem, mesmo quando são reportagens voltadas à aquisição dos direitos e protagonismo de luta e enfrentamento da condição do trabalho doméstico.

Mais recentemente, durante as manifestações que ocorreram no Brasil contrárias ao governo Dilma Rousseff, a fotografia de babás negras acompanhando seus patrões brancos durante a caminhada chamou atenção nas mídias, sendo a imagem recorrente e emblemática do racismo e das relações de poder no Brasil. Além disso, como a conquista da ampliação dos direitos da categoria realizou-se durante o governo petista, tornou-se uma marca de forte identificação com um governo voltado às camadas populares, enquanto a oposição estaria fortemente incomodada com a diminuição das desigualdades e o empoderamento da população negra, este argumento foi e continua sendo bastante utilizado em defesa do governo e como denúncia às motivações do grupo que foi às ruas para criticar e pedir o *impeachment* da presidenta.



Figura 16: Imagens patrão/TD - Reprodução/Facebook



Figura 17: Imagens referentes ao TDR - Reprodução Facebook

Outras evidências de que no cenário brasileiro o trabalho doméstico remunerado está diretamente atrelado à sua realização por mulheres negras é que comumente quando uma dessas mulheres ocupa espaços de maior prestígio social são fortemente agredidas com alegações de que deveriam estar realizando atividades domésticas e não em tais espaços. Apenas como dois exemplos, podemos citar o caso de médicas cubanas que vieram trabalhar no país pelo programa Mais Médicos¹⁶⁵ e que, segundo a jornalista Micheline Borges, teriam “cara de domésticas” e não de médicas¹⁶⁶. Mais atual ainda, o caso da senadora, piauiense, Regina Souza, negra e nordestina, chamada pelo humorista branco, Danilo Gentili, de “a tia do cafezinho”¹⁶⁷.

¹⁶⁵ www.programamaismedicos.gov.br;

¹⁶⁶ Fonte: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/jornalista-diz-que-medicinas-cubanas-parecem-empregadas-domesticas.html>. Acesso em: 28/08/2013, às 19h25.

¹⁶⁷ Fonte: http://www.brasilpost.com.br/2016/05/12/danilo-gentili-tia-do-cafe-senadora_n_9931012.html. Acesso: 13/05/2016, às 19h33.



Figura 18: Imagem – Página Micheline Borges: Reprodução/Facebook



Figura 19: Imagem postagem Danilo Gentili: Reprodução/Facebook

2.5.1 A centralidade da temática na contemporaneidade – Imagens do trabalho doméstico remunerado (suporte videográfico)

Na década de 2000, principalmente com o surgimento da “PEC das domésticas” (2012), intensificou-se as reportagens vinculadas pelas mídias e o debate público a respeito das trabalhadoras domésticas; começaram a ser lançados também vários filmes sobre as dinâmicas das famílias no contexto brasileiro, em que a presença da trabalhadora doméstica, comumente tida como naturalizada, é colocada de forma central, com o intuito de dar visibilidade a estas mulheres, seja evidenciando a diversidade de configurações que o emprego doméstico pode tomar, como no caso do filme *Domésticas (2001)*, que decorreu de uma peça de Renata Melo, e *Doméstica (2012)*, em que sete adolescentes registraram a semana de suas trabalhadoras domésticas, seja para retratar as mudanças do país no que diz respeito a ampliação da escolaridade e a presença de políticas sociais que têm propiciado o ingresso de negros, não-brancos e pobres em espaços antes interditos para estes segmentos, como as universidades e órgãos públicos, como no caso de *Que horas ela volta? (2015)*.

O filme *Domésticas (2001)*, 1h30, dirigido por Fernando Meirelles e Nado Olival é uma comédia baseada na peça homônima de Renata Melo, que também é roteirista e atua no filme como atriz. Apesar de se propor como uma comédia, o filme retrata diferentes configurações do trabalho doméstico atuantes no cenário brasileiro e a trama gira em torno do sumiço da filha adolescente de uma doméstica e do entrelaçamento do cotidiano de cinco trabalhadoras na cidade de São Paulo. Elas são: *Cida, Roxane, Quitéria, Raimunda e Créo*. Partindo de nomes populares e frequentemente encontrados entre as trabalhadoras domésticas, *Cida*, por volta dos 40 anos, não-branca, trabalha como doméstica mas mora em casa própria, juntamente ao marido, que não lhe dá bastante atenção e que acaba falecendo. Sua trajetória muda quando conhece o motorista da casa em que *Créo* trabalha e, após quase lhe atropelar, este lhe oferece uma carona e o flerte entre os dois dá início.

Créo é uma trabalhadora evangélica, também por volta dos 40 anos, negra, que dorme em um quartinho de empregada, bem pequeno, ao lado da cozinha da casa de seus patrões, apesar de possuir casa própria. Ela tem uma filha adolescente, também negra, que começa a trabalhar de babá do filho da patroa da mãe, que fica contente com o trabalho da filha. Contudo, em um dia de trabalho, ao brincar com a criança no balanço da praça em frente ao edifício da patroa, a menina tira seu uniforme branco e decide fugir com o namorado em busca de outro “destino” que não o da mãe.

O ônibus se apresenta como um local de forte sociabilidade entre as domésticas¹⁶⁸, local em que se encontram e conversam sobre os acontecimentos do dia. *Roxane*, mais nova, por volta dos 30 anos, branca, trabalha como doméstica, mas sonha em ser modelo, pois parece adquirir os atributos de beleza necessários para tal. Quando consegue poupar um dinheiro, faz umas fotografias na esperança de conseguir um novo trabalho; enganada, ela depara-se em uma situação de prostituição, primeiramente decepcionada, mas depois exercendo o trabalho como uma alternativa para aumentar sua renda.

Sua amiga *Quitéria* aparenta ser a mais nova entre as protagonistas, é negra e é caracterizada como distraída e ingênua, tendo grande rotatividade nos empregos devido a sua distração, contudo é continuamente ajudada pelas amigas na aquisição de novos trabalhos. Já *Raimunda* é branca e sonha em casar, fantasiando relacionamentos amorosos com vários rapazes presentes em seu cotidiano, até conhecer um que trabalhava de faxineiro no prédio em que *Roxane* e *Quitéria* trabalhavam, apaixonar-se, mas como ele decide entrar para o crime, ela acaba casando-se com o melhor amigo do primeiro.

O filme é muito interessante no que diz respeito à variedade de atividades e formas de emprego que a categoria das trabalhadoras domésticas assume, seja dormindo no local de trabalho ou voltando para suas residências próprias. Também reflete as diferentes atividades que são desempenhadas por tais trabalhadoras: cozinhar, cuidar de crianças e animais, passar roupas, arrumar e limpar casas, carros dos patrões, entre outras. Além disso, chama atenção para o ônibus como local de sociabilidade e também o local de trabalho, um apartamento, onde se desenvolvem redes de ajuda e solidariedade entre as domésticas.

A religião evangélica, que também é bastante presente no cotidiano das trabalhadoras, é mencionada, atribuída a uma doméstica bastante conformada com sua realidade, mas que entra em conflito com a filha mais nova que não aceita seguir a trajetória da mãe. Para fugir do trabalho doméstico, também percebemos o empreendimento de *Roxane* em tornar-se modelo (mesmo que termine por se prostituir) e *Raimunda*, que projeta no casamento um futuro melhor.

Entretanto, o caso de *Quitéria*, que no filme é retratado como o mais hilário, nos inquieta por voluntariamente ou não, chamar atenção para o racismo presente nas relações sociais no Brasil. *Quitéria* é a mais escura das domésticas e coincidentemente é a mais distraída e ingênua, para não falarmos de “burra” e “tapada”, categorias bastante presentes

¹⁶⁸ Como na pesquisa de Caldas (2012).

nos discursos dos patrões em relação às funcionárias que não realizam as atividades como eles esperam, ou como argumento para explicarem o porquê de as trabalhadoras não terem seguido os estudos. *Quitéria*, a “lesa” e *Créo* são as duas trabalhadoras negras, uma não consegue desempenhar suas atividades a contento e é repetida vezes demitida e a outra não questiona a desigualdade de sua posição, concentrando suas esperanças de uma vida melhor na religião evangélica. Entretanto, a filha adolescente de *Créo*, também negra, rompe o que seria uma trajetória similar à da mãe, chamando atenção para o recorte geracional, em acordo com os dados sobre o trabalho doméstico no Brasil, em que a categoria se torna cada vez mais velha, e as novas gerações estão inserindo-se em outros setores de trabalho.

As outras três personagens, mais “embranquecidas”, são as que conseguem escapar ao trabalho solitário e repetitivo, seja através do casamento ou ao exercício da prostituição. De uma forma ou de outra, o filme é bastante interessante por retratar diferentes imagens associadas e vivenciadas no trabalho doméstico remunerado em contextos urbanos, além de utilizar-se de falas e relatos verídicos de trabalhadoras.

Figura 20: Capa e atrizes protagonistas do filme *Domésticas* (2001)



¹⁶⁹ Imagens disponíveis em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-37050/>. Acesso: 17/05/2016, às 11h48.

Com uma outra proposta, o documentário dirigido por Gabriel Mascaro, *Doméstica* (2012), lançado no ano da “PEC das domésticas”, foi construído a partir de imagens registradas por sete adolescentes sobre o cotidiano das domésticas que trabalhavam em suas casas, durante uma semana. A partir do material bruto o diretor construiu o longa-metragem de 1h16. Diferentemente de *Domésticas* (2001) ou de *Que horas ela volta?* (2015), neste caso não há atrizes e atores, mas sim membros da família empregadora, muitas vezes, criados pelas trabalhadoras, que nutrem grande afeto por esses jovens e que são abordadas por eles, para que seu trabalho seja retratado e elas possam relatar um pouco as suas trajetórias de vida e como avaliam seu cotidiano. Dessa forma, o diretor consegue obter imagens privilegiadas que possivelmente não teria acesso, primeiro por não possuir uma relação próxima com as domésticas e depois porque sendo empregadores de camadas médias ou altas (com exceção de um caso), seria difícil obter a permissão de filmar o interior dessas casas e famílias. Contudo, esse privilégio também explicita uma relação de poder, em que as trabalhadoras concordam em ser filmadas, porque os adolescentes pedem, mas, pelo menos não aparece no filme, terem ciência dos usos e impactos que essas imagens tomarão¹⁷⁰.

O documentário percorre algumas capitais brasileiras como Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, em que apesar da diversidade, percebemos cotidianos bastante semelhantes desempenhados pelas trabalhadoras. A primeira entrevista se passa em Recife, com a trabalhadora *Vanusa*, com aproximadamente 40 anos, não-branca, que trabalha há 17 anos na casa de Neto. Vinda de família pobre ela alegou que desde os 11 anos ajudava a mãe cuidando de alguma criança como babá e também realizando trabalho doméstico; mas aos 15 anos casou e parou de trabalhar, apenas retornando aos 24 anos. A casa em que trabalha pode ser considerada de camada alta, e além dela, aparecem no filme mais duas trabalhadoras (aparecem almoçando juntas) e *Vanuza* mostra seu armário alegando que era pequeno devido ela ter que dividir o espaço com as amigas. Além de empregada mensalista, *Vanuza* também é motorista da família há 10 anos, é separada, possui dois filhos e um deles é viciado em drogas, sendo um grande problema para ela. Se emociona ao falar do ex-marido, de quem gosta, mas segundo ela, não é valorizada, nem respeitada.

¹⁷⁰ Relações de poder que também estão presentes na relação pesquisador-entrevistado, devido as desigualdades sócioeconômicas, de *status*, mas também da autoridade textual do autor. Ainda que o intuito dessa tese seja construir perspectivas resultantes dos encontros etnográficos, construídas conjuntamente, tenho ciência que as diferenças de poder ainda estarão presentes.

A segunda doméstica é *Dilma*, negra, que mora e trabalha na cidade de São Paulo, ainda que advinda de outro estado (provavelmente do Nordeste). Ela trabalha na casa de uma família judia e fala do estranhamento com a alimentação quando começou no emprego, pois sentia-se “fraca”. Mas diz que com o tempo foi aprendendo as receitas, gostando e atualmente faz até na sua casa para os familiares. Ela narra que sua chegada na cidade foi bastante traumática, pois casou-se, seu pai deu uma ajuda em dinheiro para o novo casal, mas ao se mudarem ela se deparou morando em um porão, sem poder sair, nem trabalhar, ameaçada pelo marido alcóolatra. Com o decorrer do tempo, ela sugere que tem filhos, mas não aprofunda o assunto, começou a trabalhar, mas também ressaltou que já foi bastante humilhada em outros empregos. *Dilma* aparece predominantemente cozinhando e percebemos outras trabalhadoras no lar; foi bastante filmada no sofá da sala e percebe-se que foi convidada para um ritual judeu chamado *shabat*¹⁷¹ que ocorre à mesa, com a família empregadora, devido a filmagem para o documentário, oportunidade em que ela se mostrou muito feliz e grata.

A terceira trabalhadora é *Gracinha*, em uma casa menos abastada que as duas primeiras, na cidade de Salvador. A trabalhadora é negra e gosta muito de ouvir *reggae*, samba, e assistir futebol, fazendo questão de colocar o hino do Bahia e a camisa do seu time nas gravações. Ela mora no trabalho, dorme em um quarto pequeno, mas resalta que o colchão é ortopédico. *Gracinha* realiza todos os afazeres domésticos da casa, cozinha, lava e limpa, além de cuidar da mãe da patroa, uma senhora idosa. Ela trabalha na casa há 13 anos, diz gostar do trabalho, mas que sente saudades de casa na solidão de seu quarto. Apesar de na maior parte da filmagem *Gracinha* se mostrar bastante alegre e bem-humorada, se emociona ao dizer que precisou passar três meses sem ir à sua casa pois a avó teria se operado, e nesse período seu filho foi assassinado sem que ela tivesse se despedido. Neste contexto percebemos a já discutida concentração de cuidados em prol da família empregadora, enquanto muitas vezes, os filhos e parentes das domésticas ficam sem sua atenção.

O quarto caso é da jovem *Lena*, trabalhadora mais nova do grupo, negra, também de Salvador que vem para a casa da família empregadora devido seus pais trabalharem no sítio dos avós da patroa. A adolescente que lhe entrevista diz que considera *Lena* como uma irmã mais velha e que ela é “como se fosse” da família, apesar de “ajudar” na casa. *Lena* permite

¹⁷¹ O dia de descanso semanal dos judeus, aos sábados.

ser filmada, mas não dá nenhum depoimento. Ela tem uma filha recém-nascida que está sendo criada na casa, no quarto dos fundos onde as duas dormem. Na ausência de um relato de *Lena*, é sua patroa, branca, como todas das outras, quem diz que elas se ajudam, mas que sabe que a qualquer momento ela pode querer ir embora; mesmo que saibamos que com uma filha recém-nascida, provavelmente, sozinha, *Lena* não terá condições de sair tão cedo da casa.

Lucimar trabalha no Rio de Janeiro, é negra e amiga de infância de sua patroa, pois seus pais trabalhavam para os avós da empregadora, similar ao caso de *Lena*, e desde pequena as duas brincavam na cidade de Valença/RJ. A patroa relatou que ao ter o segundo filho e ficar sem babá, uma tia teria sugerido chamar *Lucimar* que estaria desempregada. Como a primeira trabalhadora *Vanuza*, *Lucimar* usa uniforme, mora na casa dos patrões em um quarto pequeno. Ela autoriza a gravação do seu trabalho: lava roupas, louças, arruma a casa, etc; e apesar de não falar muito, quando o adolescente pergunta se ela é feliz, ela hesita um pouco, talvez comparando a sua vida com a patroa, amiga de infância, e termina por dizer que o lado bom do trabalho é poder morar e passear no Rio de Janeiro, evitando maiores confrontos.

Os dois últimos casos são mais diferenciados, pois o primeiro se trata de *Flávia*, uma trabalhadora de uma empregada doméstica, na cidade de Salvador. Ela é branca, tem por volta dos 30 anos e diz já ter morado em São Paulo, quando foi agredida grávida pelo esposo e desde então não quis mais ter relacionamentos amorosos. *Flávia* é babá de Matheus, criança que possui uma deficiência, e também realiza todos os afazeres domésticos da casa, de camada popular. Já o último e único caso masculino é *Sérgio*, empregado doméstico e babá há 16 anos. Ele foi filmado cuidando de cachorros, lavando o banheiro, o quintal, lavando louças, estendendo roupas e também no seu pequeno quarto. *Sérgio* não se manifestou muito, mas sua patroa explicou que a antiga esposa o teria expulsado de casa por ele não ter emprego e ela o contratou desde então. Ele tem por volta de 60 anos e parece melancólico ao ouvir falar de sua família.

Mesmo que saibamos que as filmagens e relatos foram produzidos por jovens empregadores sobre as trabalhadoras domésticas de suas casas, o documentário evidencia a predominância de mulheres negras em tais atividades, e o cotidiano repetitivo e na maioria das vezes solitário do trabalho doméstico, sempre acompanhado de um rádio ou televisão. Marcadas pelo uniforme, pelo “quarto de empregada”, ou pelos espaços em que circulam e utilizam da casa percebemos a dinâmica do trabalho e a desigualdades das trabalhadoras em

relação aos patrões. Portanto, o filme retrata práticas contemporâneas do e no trabalho doméstico remunerado, além do estilo de vida de camadas médias e altas brasileiras, bastante pertinentes para as imagens sobre as trabalhadoras domésticas e o emprego que estamos estudando¹⁷².

Figura 21: Capa do Documentário *Doméstica* (2012)

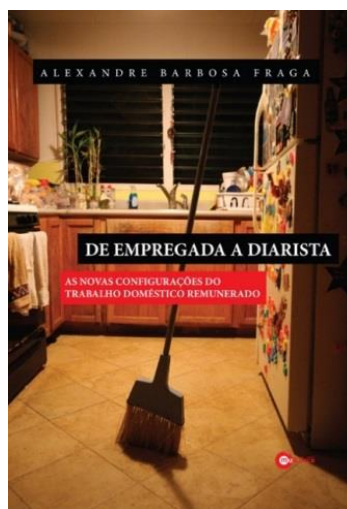


Antes de partirmos para o terceiro filme brasileiro que pretendemos discutir, é pertinente chamarmos atenção para a forte imagem da trabalhadora doméstica associada e construída pela presença da vassoura, que parece representar seu principal instrumento de trabalho. Além das duas capas dos filmes, também encontramos a vassoura na capa do livro de Fraga (2013) e no título do livro de Devetter e Rousseau (2011) *A vassoura. Ensaio sobre a faxina à domicílio e o retorno da domesticidade*¹⁷³.

¹⁷² No contexto norte americano também encontramos o filme *Histórias Cruzadas* (2012), de Tate Taylor, que retrata o cotidiano, as situações de exploração e humilhação, e as trajetórias de trabalhadoras domésticas negras no sul dos Estados Unidos. Contudo, esses relatos são escritos por uma escritora branca. Isso é pertinente para pensarmos mais uma vez sobre as relações de poder e a legitimidade de fala, pois no filme percebemos que as trabalhadoras têm competências para expressar-se, mas devido uma situação de dependência e precariedade no trabalho e pelo fato de serem negras, não possuem a audiência necessária e que a escritora branca possui legitimando as versões das domésticas (ver Spivak, [1985]2010).

¹⁷³ *Du balai. Essai sur le ménage à domicile et le retour de la domesticité.*

Figura 22: Capa do livro de Fraga, 2013



O premiado e polêmico, *Que horas ela volta?* (2015), 1h54, de Anna Muylaert, é um drama lançado em meio a nova “Lei das Domésticas” (PL 150/2015), em que a protagonista *Val*, encenada pela atriz Regina Casé, é oriunda do interior de Pernambuco, tendo deixado sua filha com os avós e vindo para São Paulo trabalhar como doméstica a tempo integral. Após 13 anos, e tendo ajudado a criar o filho da patroa, sua filha *Jéssica* lhe telefona pedindo ajuda para ir à São Paulo prestar vestibular.

Val encarna a “típica” trabalhadora doméstica nordestina que vai para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Ela mora na casa dos patrões, sente saudade da filha que deixou em Pernambuco, manda dinheiro, mas acaba cuidando do filho da patroa, que possui a mesma faixa etária da filha. Aspecto bastante corriqueiro na trajetória de vida de trabalhadoras domésticas que necessitam deixar seus filhos com avós, familiares ou amigas, para ir trabalhar.

Após 13 anos, *Val* tem uma relação harmoniosa com os patrões, morando no quarto apertado e calorento dos fundos. Seu cotidiano é retratado predominantemente na cozinha ou na área dos fundos da mansão em que moram. A piscina, apesar de evidente, parece um espaço interdito ao uso de *Val*. A rotina da casa se transforma a partir da chegada de *Jéssica*, que tendo tido acesso à educação, questiona à mãe sua posição subserviente no interior da casa. Ao fazer uso de espaços e bens materiais considerados proibidos aos empregados pela patroa, e não questionados por sua mãe (como tomar o sorvete mais caro reservado à família), *Jéssica* provoca um conflito na dinâmica da casa, mas desperta em *Val* a identificação de situações de desigualdade, antes não questionadas e percebidas como naturais, ou seja, parte do *papel* que lhe cabia enquanto doméstica daquela casa.

Já incomodada com a presença da jovem, após *Jéssica* ter pedido para ficar no quarto de hóspedes e não no quarto apertado da mãe, tomado o sorvete da família e, considerado mais absurdo ainda, ter tomado banho de piscina com seu filho, sem mencionar de maneira explícita esses acontecimentos, a patroa pede que *Val* encontre um lugar para *Jéssica* morar. Neste contexto, o patrão e marido distante começa a nutrir atração pela menina. Algo também frequente nas narrativas das trabalhadoras, ainda que sem o caráter romântico, mas sim o assédio e abuso sexual vivenciado de forma violenta e pautado em uma visão de superioridade dos homens da casa em relação à trabalhadora doméstica, prática já presente no período da escravidão, quando as escravas eram tidas enquanto mercadoria¹⁷⁴.

No decorrer da trama, *Jéssica* passa no vestibular para o curso de arquitetura da Universidade Federal de São Paulo, projeto da patroa de sua mãe para o próprio filho que não obtém êxito. A filha começa a estudar e a morar em uma casa na favela, enquanto a mãe, ao descobrir ser avó, decide deixar o emprego para trazer de Pernambuco e cuidar do neto, rompendo assim o ciclo que ela mesma praticou.

Ainda que a presença de trabalhadoras domésticas seja muito presente nas casas das famílias brasileiras, o filme chama atenção para o caráter ambíguo e conflituoso da relação entre patrões e empregadas, que apesar de possuir um caráter afetivo pela duração do emprego, a proximidade e desempenho do trabalho no ambiente doméstico, além de forte vínculo entre a trabalhadora e os filhos dos patrões; também é caracterizado por forte desigualdade social, em que às trabalhadoras ficam relegados os piores cômodos da casa, além da alimentação de menor qualidade. Ela transita pela casa, mas não pode usufruir de todos os espaços e bens materiais.

Val está dentro de uma prática que de tão frequente é poucas vezes questionada por mulheres de sua geração, que tiveram o emprego doméstico como única opção de trabalho, posto que pobres e com baixa escolaridade. Já sua filha, ao prestar o vestibular, chama atenção para a possibilidade de mudança na profissão de doméstica e denuncia a exploração e condição de submissão vividas no emprego doméstico.

Em meio à regulamentação da Lei que visa equiparar os direitos das trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores, este filme, além de ganhar vários prêmios como os outros dois, provocou muitas discussões no cenário brasileiro e fora dele, com relatos de

¹⁷⁴ O romance *um defeito de cor* (2015) de Ana Maria Gonçalves retrata o século XIX na Bahia, quando muitos africanos e africanas continuavam sendo trazidos da África e forçados a realizarem trabalhos na lavoura e domésticos, no regime escravocrata, sendo agredidos e humilhados cotidianamente, inclusive com o estupro das mulheres sendo prática frequente naquele contexto.

surpresa expressados por estrangeiros indignados com as práticas do emprego doméstico no Brasil. Contudo, também foram divulgadas algumas críticas em relação à ausência da problematização da dimensão de raça/cor no filme, já que *Val* e *Jéssica*, apesar de não-brancas, não foram interpretadas por atrizes negras; os membros da família empregadora, ao encontro das estatísticas, são brancos.

Figura 23: Capa do filme *Que horas ela volta?* E as protagonistas: *Jéssica* (Camila Márdila) e *Val* (Regina Casé)¹⁷⁵



Com o objetivo de dialogar, nos aproximar ou distanciar de diferentes perspectivas de estudo em relação ao trabalho doméstico remunerado e também apresentar e elaborar reflexões a respeito das imagens construídas por distintos suportes em relação às trabalhadoras domésticas e as atividades desempenhadas por elas, que no caso deste filme reflete o cuidado da doméstica com o filho da patroa, buscamos contextualizar o cenário o qual estamos trabalhando e tratando, seja por meio de discussões acadêmicas, pela conformação de regulamentações, seja pelas e através das reportagens e filmes¹⁷⁶ que centralizam a temática.

¹⁷⁵ Imagens disponíveis em:

https://www.google.com.br/search?q=que+horas+ela+volta&biw=1366&bih=599&source=lnms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwiyu-9zuHMAhWEhZAKHWAjD20Q_AUICCgD&dpr=1. Acesso em: 17/05/2016, às 14h18.

¹⁷⁶ No dia 24 de setembro foi lançado um novo documentário em Porto Alegre, também com o título de *Domésticas*, no âmbito do projeto “Trabalho Doméstico: Construindo Igualdade no Brasil”, parceria da ONU Mulheres - Fundo de Igualdade de Gênero com a THEMIS - Gênero Justiça e Direitos Humanos e o FUNDO ELAS. Dirigido por Felipe Diniz e realizado pela Casa de Cinema de Porto Alegre. Nele há relatos de três trabalhadoras: Creuza, Djanira e Marilisa, sobre suas vivências e opiniões acerca do trabalho doméstico.

CAPÍTULO 3 Os dados estatísticos no trabalho doméstico e nas cidades

Esse capítulo objetiva contextualizar as cidades estudadas: Belém, Porto Alegre e Salvador e o trabalho doméstico remunerado vivenciado em cada uma delas e em relação com a média brasileira. Faremos isto por meio de dados estatísticos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE através das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios – PNADs, tanto com dados mais recentes, referentes a janeiro a março de 2016, como a última PNAD divulgada de maneira integral de 2014, além das PNADs de 2012 e 2006 como forma de comparação. Um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em março de 2016¹⁷⁷, relativo ao período de 2004 a 2014, sobre o TDR no Brasil, também nos subsidiará na construção do panorama que pretendemos traçar, a Pesquisa Mensal de Empregos – PME também desenvolvida pelo IBGE, além de dois estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, publicados em 2013 e 2015¹⁷⁸.

Os dados divulgados relativos ao primeiro trimestre de 2016 são importantes para que possamos identificar alguma mudança após a Lei 150, de junho de 2015. Entretanto, neles não constam vários aspectos do trabalho que apenas ter-se-á acesso através da PNAD 2014. Também utilizaremos dados relativos ao primeiro trimestre de 2012, quando iniciamos a pesquisa e ano em que foi lançada a PEC das Domésticas, buscando da mesma forma perceber as mudanças decorrentes do período que vai da PEC ao sancionamento da Lei.

Decidimos utilizar os dados da PNAD 2012 para compor um quadro do TDR antes da completa efetivação da regulamentação em favor da equiparação de direitos das trabalhadoras domésticas com as demais categorias; e também a PNAD 2006 com o intuito de percebermos as transformações e persistências no emprego doméstico brasileiro nos últimos 10 anos¹⁷⁹. As pesquisas do IPEA e DIEESE também são instrumentos importantes de análise sobre a temática.

¹⁷⁷ Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004-2014. Nota Técnica nº24, Brasília, março de 2016.

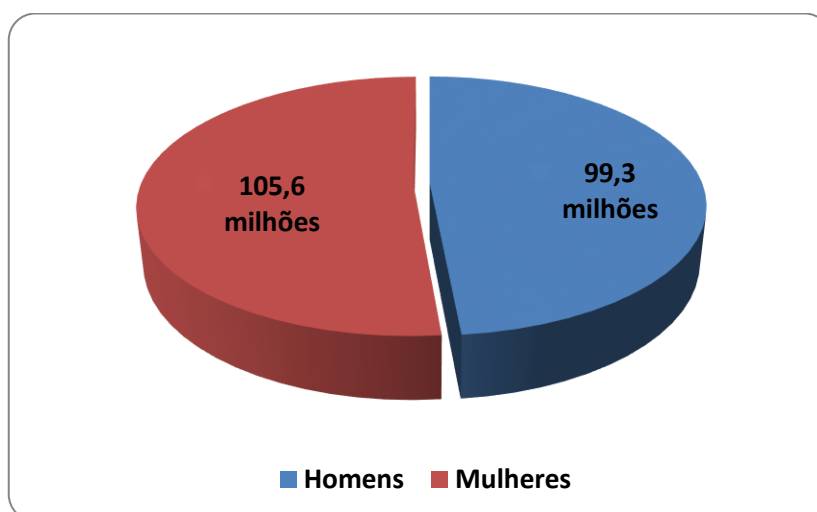
¹⁷⁸ O Emprego Doméstico no Brasil. Estudos e Pesquisas, nº68, agosto de 2013. Trabalho Doméstico Remunerado. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Abril de 2015.

¹⁷⁹ Contudo, também utilizamos dados das PNADS de 2004 e 2011 presentes nos trabalhos do DIEESE.

3.1 O Brasil e suas escalas

A população brasileira atual corresponde a aproximadamente 205 milhões de pessoas, sendo composta em sua maioria por mulheres, que contam 105,6 milhões (51,5%), e 99,3 milhões de homens (48,5%)¹⁸⁰. Isto de acordo com a última PNAD Contínua, fazendo referência ao primeiro trimestre (janeiro a março) de 2016.

Gráfico 1: População brasileira por sexo – janeiro-março de 2016

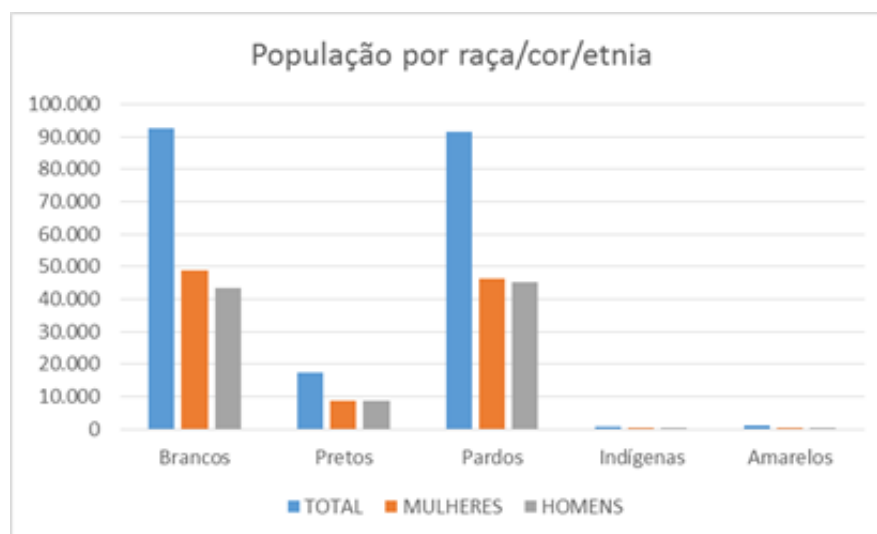


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Este contingente populacional está dividido em raças/cores/etnias distintas, que através da autoatribuição são distribuídas em: 37% brancos, 8,5% pretos, 44,6% pardos, 0,4% indígenas, e 0,5% amarelos. Mas, se unirmos os pardos aos pretos, temos uma população de 53,1% de pretos. Ainda, se unirmos pretos, pardos, indígenas e amarelos, temos uma população de 54% de não-brancos, afora aqueles que não declararam sua raça na pesquisa.

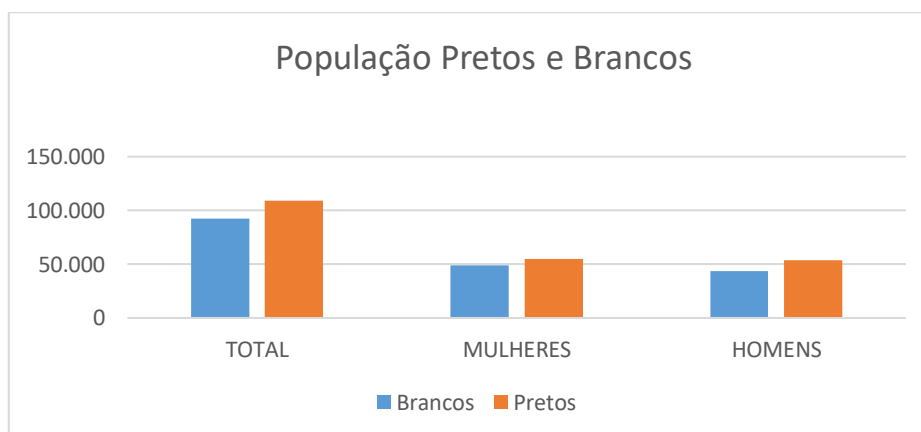
¹⁸⁰ Este banco de dados não fornece a raça/cor/etnia dos entrevistados.

Gráfico 2: População brasileira por raça/cor/etnia – PNAD 2014



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

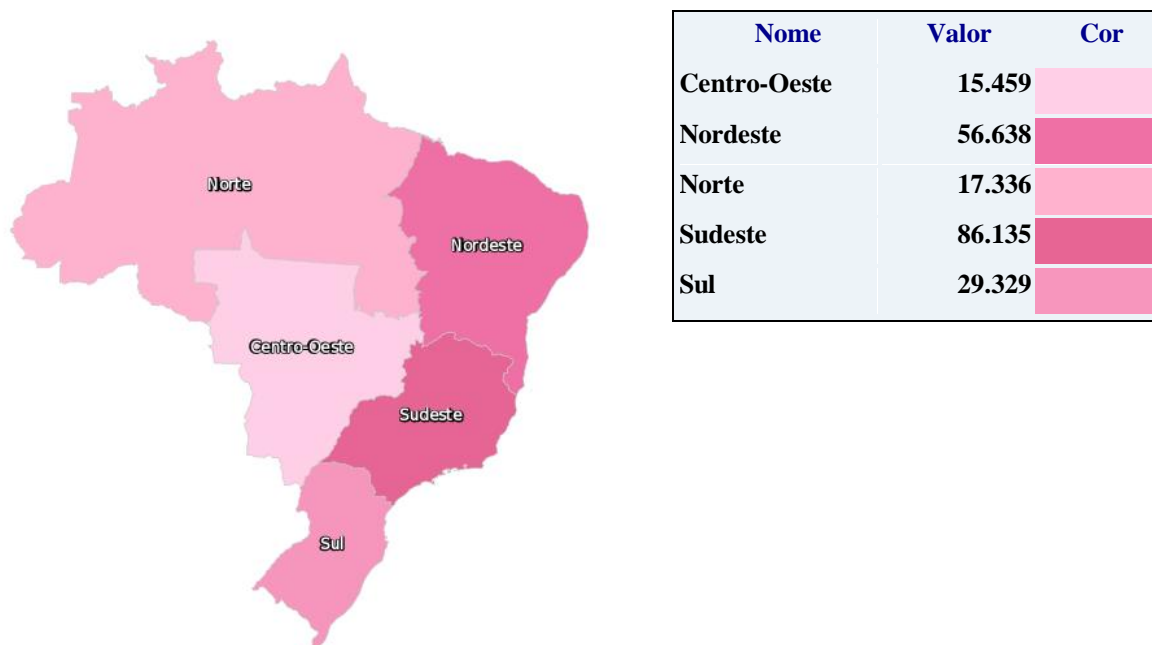
Gráfico 3: População de pretos (pretos + pardos) e brancos por sexo – PNAD 2014



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Esta população habita as diferentes regiões do país na proporção seguinte:

Figura 24: Cartograma: População segundo as regiões brasileiras



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Podemos perceber que o tamanho geográfico da região não corresponde ao seu contingente populacional, sendo a região Norte a maior em extensão (aproximadamente 42% do território nacional) e a penúltima em número populacional, aproximadamente 17,3 milhões de pessoas. Diferente da região Nordeste que apesar de menor que a primeira, concentra 56,6 milhões de pessoas, portanto mais do que três vezes a população do Norte. Já a região Sudeste, apenas ganhando em extensão da região Sul, agrega a maioria da população brasileira (86,1 milhões), concentradas principalmente na cidade de São Paulo. O Sul é a terceira região mais habitada (29,3 milhões), depois do Sudeste e do Nordeste, restando o Centro-Oeste como a região menos habitada (15,4 milhões).

Concentrando maior atenção nos dados das regiões, estados e cidades de nossa pesquisa, temos a proporção de homens e mulheres em cada uma delas:

¹⁸¹ Estamos trabalhando com as Regiões Metropolitanas – RMs,

Tabela 2: Número de mulheres nas regiões Norte/Pará/Belém, Nordeste/Bahia/Salvador e Sul/Rio Grande do Sul/Porto Alegre de jan-mar 2016

MULHERES					
Brasil	105,6 milhões de mulheres				
Norte	8,7 milhões	Pará	4 milhões	Belém	1 milhão
Nordeste	29,2 milhões	Bahia	7,8 milhões	Salvador	2,1 milhões
Sul	15 milhões	Rio Grande do Sul	5,8 milhões	Porto Alegre	2,2 milhões

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Tabela 3: Número de homens nas regiões Norte/Pará/Belém, Nordeste/Bahia/Salvador e Sul/Rio Grande do Sul/Porto Alegre de jan-mar 2016

HOMENS					
Brasil	99,3 milhões de homens				
Norte	8,7 milhões	Pará	4 milhões	Belém	1 milhão
Nordeste	27,3 milhões	Bahia	7,4 milhões	Salvador	1,9 milhão
Sul	14,2 milhões	Rio Grande do Sul	5,4 milhões	Porto Alegre	2 milhões

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Podemos perceber que a população de mulheres nas regiões, estados e capitais estudadas segue a tendência do Brasil, ainda que na região Norte os números entre homens e mulheres sejam equilibrados. O estado do Pará possui 4 milhões de mulheres, enquanto a Bahia, 7,4 milhões e o Rio Grande de Sul, 5,4 milhões. Em Belém temos 1 milhão de mulheres, enquanto que em Salvador e em Porto Alegre essa quantidade dobra para 1,9 e 2 milhões de mulheres. Dados fundamentais para compreendermos as dinâmicas do TDR, predominantemente desempenhado por mulheres que migram majoritariamente de localidades pequenas dos estados para as suas capitais.

Em relação à raça/cor/etnia da população nas três cidades estudadas, temos Belém: 26,7% brancos; 6,9% pretos; 65,8% pardos; 0,2% indígenas e 0,3% amarelos. Salvador: 14,6% brancos; 33,7% pretos; 51,1% pardos; 0,4% indígenas e 0,2% amarelos. Porto Alegre: 80,2% brancos; 8,4% pretos; 10,7% de pardos; 0,3% indígenas e 0,1% amarelos.

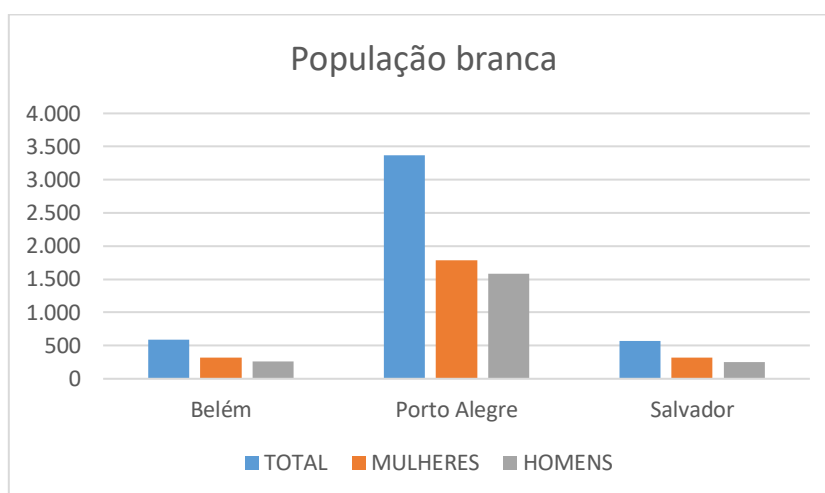
Sabemos que os processos históricos de cada região e cidade incidem sobre estes números autodeclarados. Porto Alegre, por exemplo, foi uma cidade formada por forte imigração portuguesa, alemã e italiana, além de africanos e indígenas; ainda assim, chama atenção que 80% da população se autointitule como branca. Outro aspecto pertinente é o baixo contingente de população indígena na cidade de Belém (0,2%) ainda que os traços fenotípicos de grande parte da população sejam associados a este grupo e ela tenha se constituído majoritariamente por grupos açorianos, indígenas e africanos. Assim como na média brasileira, a quantidade de pardos é muito grande tanto em Belém (65,8%) como em Salvador (51,1%), com exceção de Porto Alegre, onde o número de pardos é bastante reduzido (10,7%). A Bahia tem o maior número de pretos (33,7%), com Porto Alegre (8,4%) e Belém apenas (6,9%). Guerreiro Ramos, um sociólogo baiano, precursor das teorias da branquidade¹⁸², ainda na década de 1950, alegava que “o negro é mais negro nas regiões onde os brancos são maioria e é mais claro nas regiões onde os brancos são minoria” (Ramos, 1957:224). Isto para trabalhar a ideologia da supremacia racial que foi naturalizada e consumida por toda a população colonizada.

Os dados raciais da população brasileira denominados através da autoatribuição são uma dimensão de extrema relevância, não para reproduzirmos determinismos biológicos, pois nos propomos a trabalhar com uma noção de raça enquanto construção social que classifica e hierarquiza diferentes grupos gerando discriminações e desigualdades, mas justamente para avaliarmos os impactos que os processos históricos e ideológicos provocaram e continuam provocando nos habitantes brasileiros.

Como a percentagem de indígenas e amarelos é muito pequena, iremos trabalhar com a categoria brancos e pretos, construída pela soma dos pretos e pardos, quando pudermos desagregar os dados. Se não, trabalharemos com a nomenclatura que os dados foram produzidos. Então, podemos afirmar que estamos trabalhando com a capital mais preta do Brasil (Salvador – 84,8% de pretos), a mais branca (Porto Alegre – 80,2% de brancos) e Belém em que os pretos são 72,7% e os brancos 26,7% da população.

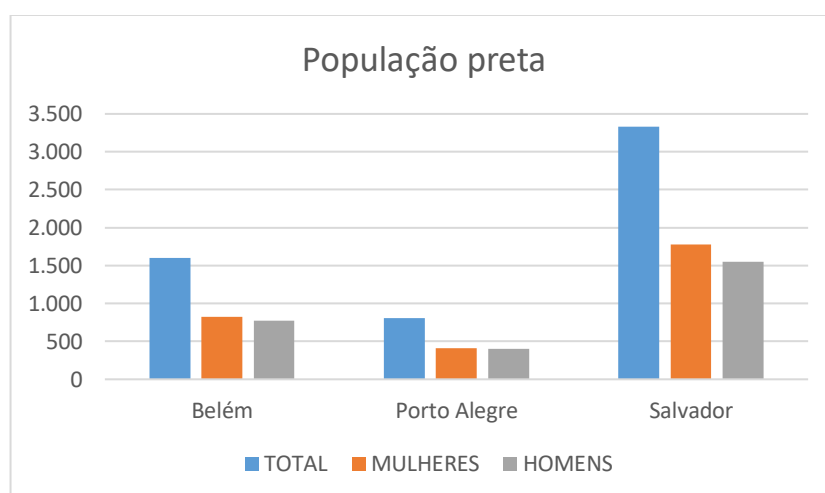
¹⁸² Os termos branquidade e/ou branquitude podem ser associados à negridade e negritude, ainda que não de maneira direta. No caso de Guerreiro Ramos, há a proposição de racialização dos brancos como contraposição ao “problema do negro” criado pelos detentores de privilégios em uma sociedade estruturada por hierarquias raciais. O artigo de Camila de Jesus (2012) apresenta uma boa discussão a respeito dos autores e obras que estão discutindo esses conceitos na contemporaneidade brasileira.

Gráfico 4: População branca (Belém, Porto Alegre e Salvador) – PNAD 2014



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

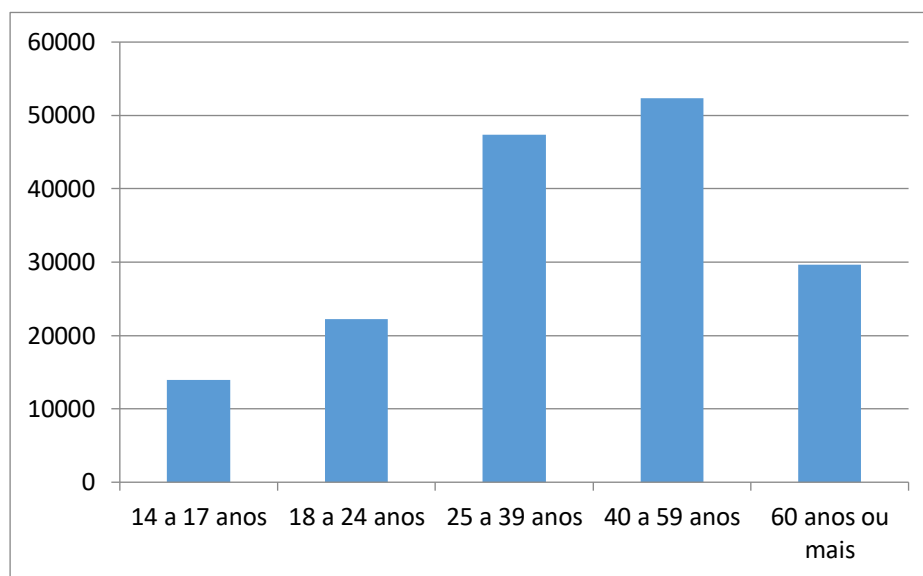
Gráfico 5: População preta (Belém, Porto Alegre e Salvador) – PNAD 2014



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

De acordo com a faixa etária, a proporção brasileira é: 14 a 17 anos = 13,9 milhões; de 18 a 24 anos = 22,3 milhões; de 25 a 39 anos = 47,5 milhões; de 40 a 59 anos = 52,4 milhões; e 60 anos ou mais = 29,6 milhões. Somando um contingente de 99,9 milhões de pessoas na faixa etária de 25 a 59 anos. Grupo que aumenta para 122,2 milhões de pessoas entre 18 e 59 anos, correspondendo mais da metade da população brasileira. Contudo, a população de 60 anos ou mais (29,6 milhões) já ultrapassa o grupo de 18 a 24 anos (22,3 milhões).

Gráfico 6: Proporção de faixas etárias da população brasileira (jan-mar 2016)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Nas capitais onde a pesquisa se realizou, a proporção é a seguinte:

Tabela 4: Proporção das faixas etárias nas regiões, estados e cidades estudadas (jan-março 2016)

	População total	FAIXAS ETÁRIAS				
		14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
BRASIL	205 milhões	13.9 milhões	22.2 milhões	47.4 milhões	52.4 milhões	29.6 milhões
Região Norte	17,3 milhões	1.8 milhão	2.1 milhões	4.1 milhões	3.7 milhões	1.6 milhões
Pará	8,2 milhões	631 mil	1 milhão	1.2 milhão	1.8 milhão	812 mil
RM Belém	2,2 milhões	149 mil	283 mil	545 mil	536 mil	251 mil
Região Nordeste	56,6 milhões	4.2 milhões	6.5 milhões	13.9 milhões	13.3 milhões	7.5 milhões
Bahia	15,2 milhões	1.1 milhão	1.7 milhão	3.6 milhões	3.6 milhões	2 milhões
RM Salvador	4 milhões	240 mil	449 mil	1 milhão	1 milhão	485 mil
Região Sul	29,3 milhões	1.9 milhão	3 milhões	6.5 milhões	8.1 milhões	4.7 milhões
Rio Grande do Sul	11,3 milhões	690 mil	1.1 milhão	2.5 milhões	3.1 milhões	2 milhões
RM Porto Alegre	4,2 milhões	248 mil	432 mil	958 mil	1.2 milhão	706 mil

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Antes que adentremos na análise dos contingentes das faixas etárias em cada região, estado e cidade, é interessante chamarmos atenção que na região Norte, composta por 17,3

milhões de pessoas, 8,2 milhões, ou seja, quase a metade concentra-se no estado do Pará; e quase 1/3 (2,2 milhões) da população do estado, na RM de Belém.

Na região Nordeste (56,6 milhões), a Bahia representa aproximadamente $\frac{1}{4}$ (15,2 milhões) da população do estado, mas também é o estado mais populoso da região; e a Região Metropolitana de Salvador, assim como Belém, concentra um pouco mais de 1/3 (4 milhões) da população.

Já para a região Sul (29,3 milhões), o estado do Rio Grande do Sul concentra aproximadamente 1/3 da população (11,3 milhões), mas a Região Metropolitana de Porto Alegre representa quase a metade da população do Estado (4,2 milhões).

O Pará é o estado que concentra a maior população de sua região Norte; Porto Alegre é a cidade que concentra a maior população do estado do Rio Grande do Sul. Contudo, as três cidades são as mais populosas de suas regiões e estados.

Devido a vários aspectos que serão explicados no decorrer dos capítulos, a ordem de apresentação das pesquisas etnográficas nas diferentes cidades será, 1. Belém, 2. Porto Alegre e 3. Salvador. Coincidentemente esta sequência também obedece a hierarquia populacional entre as regiões (a Região Norte com 17,3 milhões de habitantes; a Região Sul com 29,3 milhões de habitantes; e a Região Nordeste com 56,6 milhões de habitantes), Também em termos estaduais (o Estado do Pará com 8,2 milhões de habitantes; o Rio Grande do Sul com 11,3 milhões de habitantes; e o Estado da Bahia com 15,2 milhões de habitantes). Contudo, a mesma dinâmica não se verifica nas regiões metropolitanas analisadas: é a RM de Porto Alegre a mais populosa (4,2 milhões de habitantes), enquanto a RM de Salvador tem uma população de 4 milhões de habitantes e a RM de Belém tem 2,2 milhões de habitantes.

A proporção de faixas etárias presentes nas cidades estudadas se tornará mais pertinente quando analisarmos as narrativas biográficas das trabalhadoras domésticas para identificarmos suas idades atuais, bem como saber quando ingressaram no trabalho. Entretanto, podemos destacar o grande contingente populacional de pessoas com 60 anos ou mais na Região Metropolitana de Porto Alegre (706 mil habitantes, o equivalente a 16,8% da população), quase o dobro que da RM de Salvador (485 mil habitantes, o equivalente a 12% da população), que possui população total semelhante. Na RM de Belém o grupo de pessoas com 60 anos ou mais corresponde a apenas 11,4% da população (251 mil).

Os dados em relação ao grupo com 60 anos ou mais são importantes para o acompanhamento do envelhecimento da população, que junto aos casais biativos, ou que

contratam os serviços de uma trabalhadora doméstica visando a reprodução do lar e os cuidados de seus filhos e animais, também se constituem como um grupo de potencial empregadores das trabalhadoras. Além disso, também pode ser um dos indicadores do envelhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas.

Em relação ao grau de instrução temos os seguintes resultados:

Tabela 5: Grau de instrução por regiões, estados e cidades estudadas (jan-mar 2016)

	População total	GRAU DE INSTRUÇÃO						
		Até 1 ano de estudo	Fund. inc.	Fund. Comp.	Médio inc.	Médio comp.	Sup. inc.	Sup. comp.
BRASIL	205 milhões	26.6 milhões	62.6 milhões	18 milhões	12 milhões	44.5 milhões	7.4 milhões	21 milhões
Região Norte	17,3 milhões	2.8 milhões	5.7 milhões	1.3 milhão	1.1 milhão	3.3 milhões	509 mil	1.1 milhão
Pará	8,2 milhões	1.2 milhão	3 milhões	638 mil	566 mil	1.5 milhão	195 mil	410 mil
RM Belém	2,2 milhões	190 mil	622 mil	202 mil	176 mil	573 mil	101 mil	195 mil
Região Nordeste	56,6 milhões	10.3 milhões	18.9 milhões	4.1 milhões	3.4 milhões	10.8 milhões	1.6 milhão	3.5 milhões
Bahia	15,2 milhões	2.7 milhões	5.1 milhões	960 mil	961 mil	3.1 milhões	412 mil	911 mil
RM Salvador	4 milhões	339 mil	1 milhão	259 mil	238 mil	1.2 milhão	201 mil	494 mil
Região Sul	29,3 milhões	3.1 milhões	9.2 milhões	3 milhões	1.6 milhão	6.1 milhões	1.2 milhão	3.3 milhões
Rio Grande do Sul	11,3 milhões	878 mil	3.9 milhões	1.1 milhão	667 mil	2.3 milhões	560 mil	1.2 milhão
RM Porto Alegre	4,2 milhões	344 mil	1.2 milhão	430 mil	251 mil	950 mil	241 mil	546 mil

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

As regiões metropolitanas de Belém e Porto Alegre seguem a tendência da média brasileira ao registrar os maiores índices nos grupos de ensino fundamental incompleto (622 mil e 1,2 milhões respectivamente), seguido do grupo que concluiu o ensino médio (573 mil e 950 mil respectivamente). Apenas a RM de Salvador tem a hierarquia inversa, sendo o grupo que concluiu o ensino médio (1,2 milhões) maior que o grupo que possui o ensino fundamental incompleto (1 milhão).

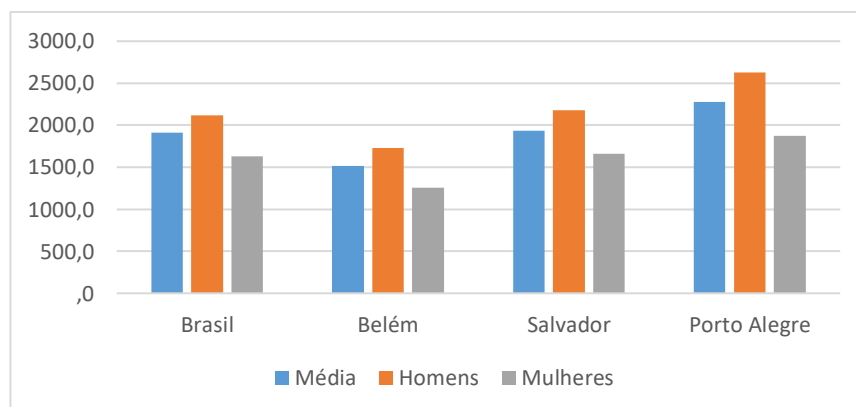
O ensino superior incompleto ou completo é maior na RM de Porto Alegre (18,7%); e de Salvador, (17,3%), enquanto na RM de Belém apenas 13,4% da população têm ensino

superior completo ou incompleto. Com exceção da RM de Belém, as outras duas regiões metropolitanas estão acima da média brasileira (13,8% com ensino superior completo ou completo). Já os sem instrução ou com menos de um ano de estudo, estão a baixo da média brasileira (13%) nas regiões metropolitanas estudadas: RM de Belém (8,6%), RM de Salvador (8,4%) e RM de Porto Alegre um pouco mais reduzido (7,9%).

A remuneração média da população brasileira no período de janeiro a março de 2016 foi de R\$1.914,00. Observa-se uma diferença considerável, porém, entre a remuneração média de homens (R\$2.119,00) e a remuneração média das mulheres (R\$1.631,00). Nas três regiões metropolitanas estudadas as mulheres também recebem menos que os homens. Em Porto Alegre a média da remuneração para a população em geral é de R\$2.279 reais, enquanto a média da remuneração para os homens é de R\$2.625 reais e de R\$1.876 reais para as mulheres. Em Salvador, a média da remuneração mensal para a população em geral é de R\$1.934 reais, sendo que a média da remuneração dos homens é de R\$2.178 e a média da remuneração das mulheres é de R\$1.658. Já em Belém observamos a remuneração média mais baixa entre as regiões metropolitanas estudadas: a remuneração média para a população em geral é de R\$1.519 reais, sendo a remuneração média para os homens de R\$1.727 reais e a remuneração média para as mulheres de R\$1.259 por mês. Em comparação com a remuneração média nacional da população, observa-se que Salvador acompanha a média nacional, Belém apresenta uma remuneração média abaixo da média nacional, e Porto Alegre apresenta uma remuneração média acima da média nacional.

O gráfico abaixo nos apresenta um comparativo entre as cidades estudadas e explicita também a desigualdade entre a média dos rendimentos de homens e mulheres: nos três casos estudados, homens recebem sempre acima da média, enquanto as mulheres recebem sempre abaixo da média regional.

Gráfico 7: Média da remuneração da população brasileira e nas cidades estudadas (jan-mar 2016)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

3.2 O Trabalho Doméstico Remunerado em números

- *População Ocupada*

Dentre os 205 milhões de cidadãos brasileiros, 90.6 milhões estavam ocupados na semana de referência da pesquisa (PNAD, jan-mar 2016). Destes 42.830 eram mulheres, ou seja, 47,3% do total de pessoas ocupadas. Em Belém 1 milhão pessoas, em Salvador 1,8 milhões e em Porto Alegre, 2 milhões, aproximadamente metade da população de cada RM.

O trabalho doméstico emprega 52.7 milhões de homens e mulheres ao redor do mundo, segundo dados da OIT do final de 2010¹⁸³. E aproximadamente 20 milhões apenas na América Latina. No que tange ao contexto brasileiro, para o período de janeiro e março de 2016, havia 6.221 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico¹⁸⁴, representando 6,9% da população ocupada do país. Os dados relativos às capitais e regiões metropolitanas estão acessíveis apenas na PNAD 2014. No período havia um total de 88 mil pessoas empregadas no trabalho doméstico na RM de Belém; 173 mil trabalhadores domésticos na RM de Salvador e 140 mil trabalhadores domésticos na RM de Porto Alegre.

Tabela 6: Número de trabalhadores domésticos regiões, estados e cidades estudados (jan-mar 2016)

¹⁸³ *Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection* / International Labour Office – Geneva: ILO, 2013, 146 p.

¹⁸⁴ O banco de dados não forneceu a proporção entre homens e mulheres, por isso utilizados os dados da PNAD 2014.

¹⁸⁵ Os dados correspondentes das cidades fazem parte de PNAD 2014.

Trabalho Doméstico - jan-mar 2016¹⁸⁶		
BRASIL	6,221 milhões de trabalhadores domésticos	Mulheres = 5,973 milhões (2014)
		Homens = 519 mil (2014)
Norte : 414 mil	Pará: 199 mil	RM de Belém: 88 mil
Nordeste: 1.469 milhão	Bahia: 425 mil	RM de Salvador: 173mil
Sul: 828 mil	Rio Grande do Sul: 350 mil	RM de Porto Alegre: 140 mil
Centro-Oeste: 590 mil		
Sudeste: 2.920 milhões		

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego – PME realizada pelo IBGE para as 5 maiores regiões metropolitanas do Brasil¹⁸⁷, temos que o serviço doméstico em fevereiro de 2016 representou 6,5% da população ocupada de Salvador, tendo caído 2,3% em relação a fevereiro de 2008 (8,8%). E em Porto Alegre, para o mesmo período, o serviço doméstico representou 5,1% da população ocupada, tendo caído apenas 0,7% em relação a fevereiro de 2008 (5,8%). A pesquisa não abrange a Região Metropolitana de Belém, mas se cruzarmos a população ocupada de janeiro a março de 2016 com o número de trabalhadores domésticos de 2014 (88 mil) temos uma aproximação de 8,8% da população ocupada no trabalho doméstico.

Atualmente, dos 6.221 milhões de trabalhadores domésticos, 5.973 milhões são mulheres e 519 mil homens, portanto ele é composto 96% de mulheres, e a atividade corresponde a 14% das mulheres ocupadas no país. De acordo com análise publicada pelo IPEA correspondente aos anos de 2004 a 2014, podemos perceber que em 2004, o trabalho doméstico representava 17,4% das mulheres ocupadas e de 2014 a 2016 o número apresentou uma pequena queda (14%), portanto com uma baixa de 3,4% em aproximadamente 12 anos.

Dentre as mulheres negras¹⁸⁸ ocupadas (3.891 milhões), 17,7%¹⁸⁹ são trabalhadoras domésticas, isto é, um grupo de aproximadamente 688 mil mulheres, e é a principal ocupação

¹⁸⁶ Tabela 4097 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal=Trabalhador doméstico.

¹⁸⁷ Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

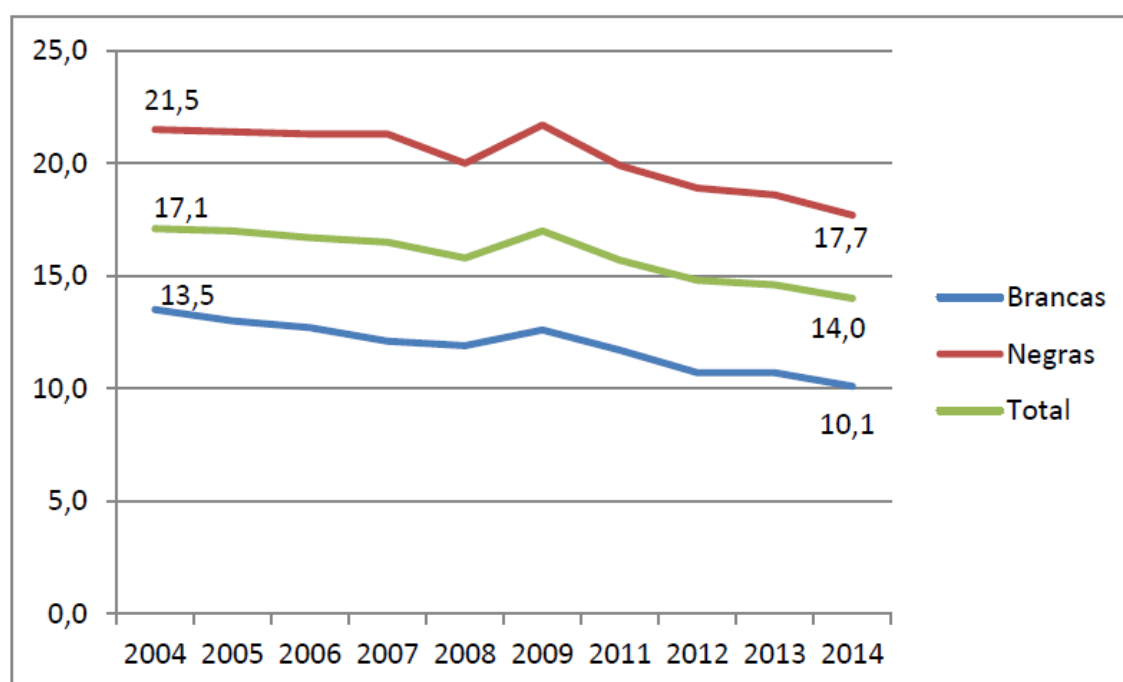
¹⁸⁸ As denominações *pretas*, *negras*, *não-brancas* e *não-negras* estão variando porque estão respeitando o modo utilizado pelas fontes consultadas.

¹⁸⁹ Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Brasília, IPEA, março de 2016.

da categoria. Em 2004 esta ocupação correspondia a 21,5% das mulheres negras ocupadas, portanto baixou 3,8% em 10 anos.

Apenas 10% das mulheres brancas desenvolvem tal atividade, sendo que o comércio e a indústria empregam um número maior de mulheres brancas, em comparação com o trabalho doméstico. Em 2004 o número de mulheres brancas ocupadas em trabalhos domésticos representava 13,5%, significando uma queda de 3,5% em 10 anos.

Gráfico 8: Estudo Ipea relativo a proporção de trabalhadoras domésticas brancas e negras (em %)



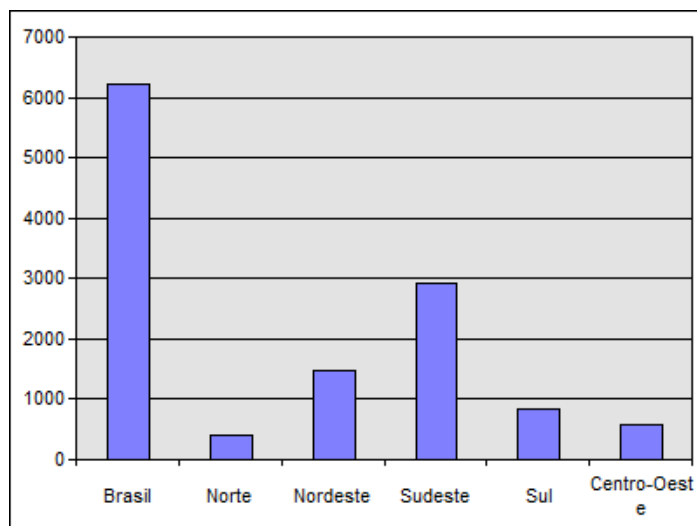
Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Faz-se necessário destacar a predominância, em números absolutos, da região Sudeste e Nordeste quanto ao trabalho doméstico, posto dos 6.221 milhões trabalhadores domésticos no Brasil, apenas essas duas regiões somam 4.389 milhões de domésticas (os). A região Norte é a que tem o menor contingente de trabalhadores domésticos, em termos absolutos, tendo o Pará um total de 199 mil trabalhadoras/es domésticas/os. Contudo, é importante lembrar que grande quantidade de pessoas não participa das pesquisas e também não declaram sua atividade principal como o trabalho doméstico, ainda que o seja. Além disso,

a região Norte é conhecida por grande incidência de trabalho doméstico infantil¹⁹⁰, o que também não foi registrado nesta Pnad.

Gráfico 9: Proporção do trabalho doméstico por região, em números absolutos (jan-mar 2016)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

De janeiro a março de 2016 a população ocupada de Belém foi de 1 milhão pessoas, sendo 414 mil mulheres (41,4% da população ocupada); em Salvador 1,8 milhões, sendo 937 mil mulheres (52% da população ocupada) e em Porto Alegre, 2 milhões, sendo 1.032 milhão de mulheres (51,6% da população ocupada). Destas, segundo os últimos dados disponíveis de 2014, 82 mil são trabalhadoras domésticas em Belém, 159 mil trabalhadoras em Salvador e 129 mil domésticas em Porto Alegre.

Na tabela abaixo podemos observar dados sobre o trabalho doméstico nas regiões, estados e regiões metropolitanas estudados para os anos de 2012 e 2006, mostrando a evolução dos números de trabalhadores empregados neste setor ao longo da última década.

¹⁹⁰ Como podemos ver na obra do CEDECA-EMAÚS. Pesquisa Trabalho Infantil Doméstico em Casa de Terceiros em Belém do Pará – Brasil (2002).

Tabela 7: Número de trabalhadores domésticos regiões, estados e cidades estudados.

Trabalho Doméstico – PNAD 2012¹⁹¹		
BRASIL	6,511 milhões de trabalhadores domésticos	Mulheres = 6 milhões
		Homens = 511 mil
Norte : 443 mil	Pará : 214 mil	RM de Belém : 79 mil
Nordeste : 1.558 milhão	Bahia : 472 mil	RM de Salvador : 168 mil
Sul : 898 mil	Rio Grande do Sul : 389 mil	RM de Porto Alegre : 144 mil
Centro-Oeste : 542 mil		
Sudeste : 3.070 milhões		

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Em relação aos dados apresentados anteriormente, observamos que houve aumento no número absoluto de trabalhadores domésticos entre 2012 e 2014 nas cidades de Belém (de 79 mil em 2012 para 88 mil em 2014) e também em Salvador (de 168 mil em 2012 para 173 mil em 2014). Em Porto Alegre, porém, registrou-se a tendência oposta: o número de trabalhadores domésticos diminuiu no mesmo período, de 144 mil em 2012 para 140 mil em 2014.

Já para o ano de 2006 temos os seguintes dados:

Tabela 8: Número de trabalhadores domésticos regiões, estados e cidades estudadas (2006)

Trabalho Doméstico – PNAD 2006¹⁹²		
BRASIL	6,781 milhões de trabalhadores domésticos	Mulheres = 6.322 milhões
		Homens = 460 mil
Norte : 454 mil	Pará : 217 mil	RM de Belém : 87 mil
Nordeste : 1.561 milhão	Bahia : 433 mil	RM de Salvador : 158 mil
Sul : 913 mil	Rio Grande do Sul : 359 mil	RM de Porto Alegre : 139 mil
Centro-Oeste : 585 mil		
Sudeste : 3.268 milhões		

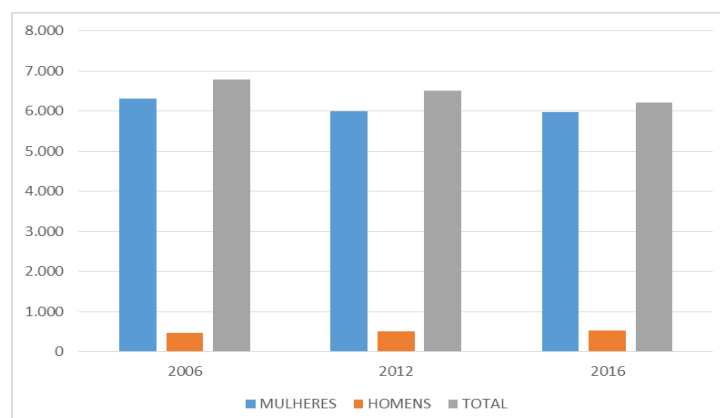
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

¹⁹¹ Tabela 2268 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, sexo e grupamentos de atividade do trabalho principal=Serviços Domésticos.

¹⁹² Tabela 2268 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, sexo e grupamentos de atividade do trabalho principal=Serviços Domésticos.

A população brasileira referente a estes anos era: 2006 – 156.3 milhões, 2012 (jan-mar) – 197.8 milhões e 2016 (jan-mar) – 205 milhões, tendo crescido em 93.7 milhões em 10 anos. Em relação ao trabalho doméstico, neste período houve uma ligeira queda, de 6.8 milhões para 6.2 milhões, ou seja, 600 mil deixaram de ser trabalhadores domésticos, mas isto não corresponde uma grande mudança. Um fator interessante é o crescimento do contingente de homens, ainda que ínfimo quando comparado às mulheres, no emprego doméstico.

Gráfico 10: Trabalhadores domésticos mulheres e homens nos anos 2006, 2012 e de jan-mar de 2016



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

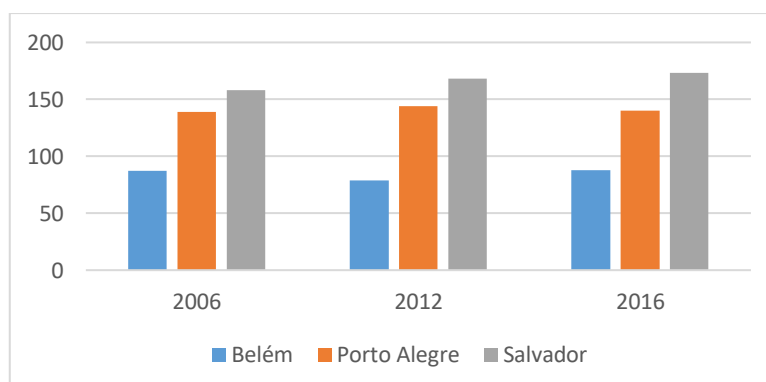
Nestes três momentos o número de trabalhadoras mulheres cresceu nas 3 cidades, tendo uma leve queda em Belém e Salvador no ano de 2012 e pequena alta em Porto Alegre no mesmo ano.

Tabela 9: Número de trabalhadoras domésticas nas cidades estudadas (2006, 2012, 2014)

Ano	Belém	Salvador	Porto Alegre
2006	79 mil	155 mil	127 mil
2012	72 mil	152 mil	132 mil
2014	82 mil	159 mil	129 mil

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Gráfico 11: Trabalhadores domésticos nas cidades estudadas nos anos 2006, 2012 e de jan-mar de 2016.

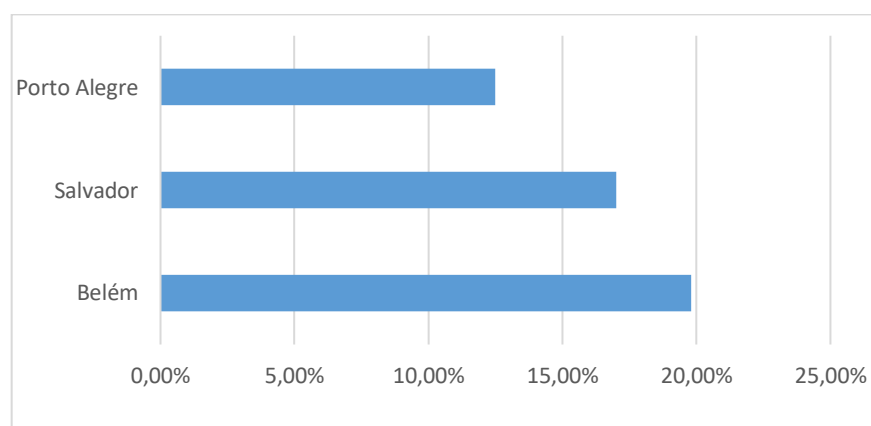


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Ainda não temos a proporção de homens e mulheres por cada região metropolitana para o ano de 2016, mas a partir da PNAD 2014, temos 82 mil trabalhadoras domésticas em Belém, 159 mil em Salvador e 129 mil em Porto Alegre. São Paulo é a cidade que concentra o maior número, possuindo 1.399 milhões de trabalhadoras domésticas em 2014.

Em relação à população feminina ocupada no trabalho doméstico, em Belém ela representa 19,8% de todas as mulheres ocupadas; em Salvador 17% de todas as mulheres ocupadas; e em Porto Alegre, 12,5% de todas as mulheres ocupadas. Então Belém e Salvador estão acima da média nacional (14% das mulheres ocupadas são ocupadas em trabalho doméstico) e Porto Alegre está abaixo da média nacional.

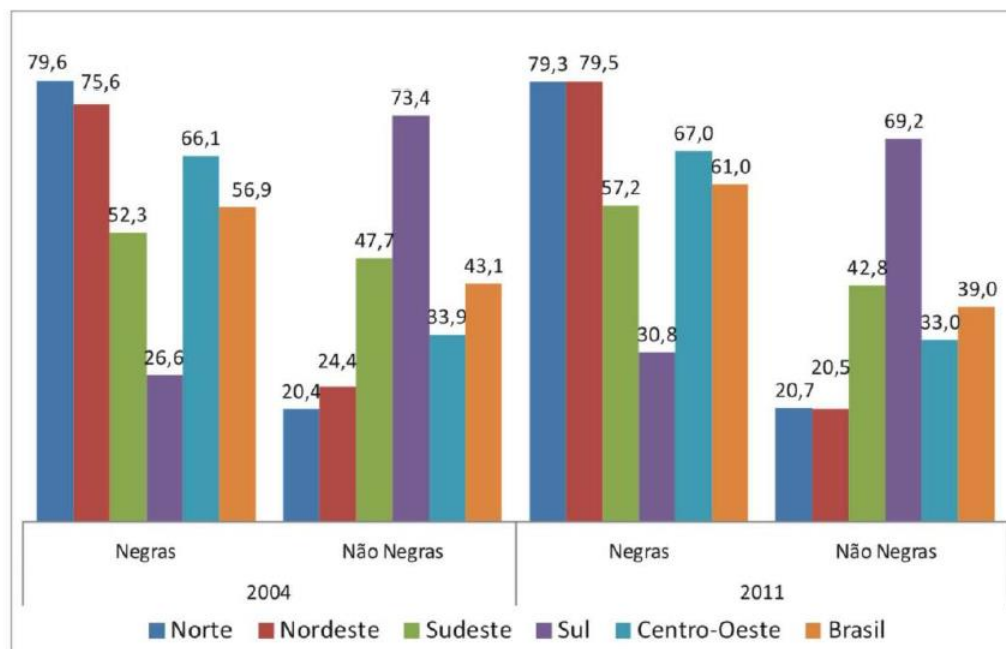
Gráfico 12: Proporção de trabalhadoras domésticas entre as mulheres ocupadas nas cidades estudadas.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Para identificarmos a raça/cor das trabalhadoras domésticas, utilizamos uma pesquisa realizada pelo DIEESE correspondente aos anos de 2004 a 2011. Em 2011, 61% das empregadas domésticas eram negras, sendo que em 2004 56,9% eram negras – um aumento de 4,1% no período. O percentual de não-negras reduziu de 43,1% para 39% no período em questão. Para as regiões brasileiras as proporções são as seguintes:

Gráfico 13: Distribuição das mulheres ocupadas nos serviços domésticos por cor/raça e região – Brasil (2004 e 2011)



Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Negras = Pretas e Pardas e Não negras = Brancas, amarelas e indígenas

O Norte e o Nordeste possuem o maior número de trabalhadoras negras (79,3% e 79,5% respectivamente) e o Sul o maior número de trabalhadoras não-negras¹⁹³ (69,2%) em acordo com a autoatribuição da população de cada região. Ao longo do período estudado (2004 a 2011), o número de trabalhadoras domésticas negras aumentou no Nordeste (de 75,6% para 79,5% e no Sul de 26,6% para 30,8%, com o Norte se mantendo estável, com uma ligeira redução (79,6% para 79,3%).

- *Faixa Etária das Trabalhadoras Domésticas*

Este item é fundamental para que possamos analisar se a proibição ao trabalho doméstico infantil está mesmo sendo efetivada e também para confirmar o envelhecimento das trabalhadoras bastante divulgado nas mídias:

¹⁹³ Esta classificação, como podemos ver, é diferente da que eu fiz no início do capítulo, mas como não tivemos acessos aos microdados, utilizamos deste modo.

Tabela 10: Faixa etária das trabalhadoras domésticas – PNAD 2014

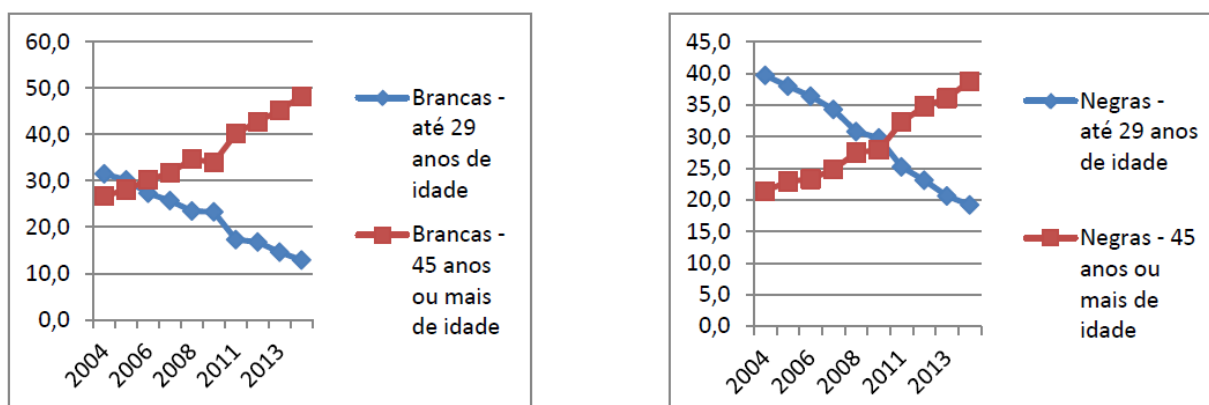
Brasil e Região Metropolitana	Total	10 a 14 anos	15 a 19 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	5.973	49	222	116	106	315	424	1.538	1.776	1.248	401
Belém	82	-	2	0	1	5	7	22	26	16	5
Salvador	159	-	4	1	2	6	11	47	56	27	9
Porto Alegre	129	0	3	2	0	3	4	27	41	38	14

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A maioria das trabalhadoras domésticas possuem de 30 a 59 anos, correspondendo a 76,4%. A faixa etária de 30 a 39 anos (25,7%); 40 a 49 anos (29,7%) e de 50 a 59 anos (21%). Na faixa de 10 a 14 anos não é identificada alguma percentagem em nenhuma das três capitais, mas para o Brasil ainda existe 0,8% da categoria. Com exceção da faixa de 15 a 19 anos, a partir dos 20 anos o número de domésticas tende a subir. As três capitais seguem a média do Brasil, ainda que em Porto Alegre a faixa de 50 a 59 anos (29,4%) esteja em segundo lugar depois de faixa de 40 a 49 anos, campeã nas três cidades (31,7% BEL; 35,2% SSA; 32% POA), seguida da de 30 a 39 anos (26,8% BEL; 29,5% SSA; 20,9% POA).

De acordo com o estudo do IPEA comparando os dados de 2004 a 2014 houve a redução em quase 50% das trabalhadoras com até 29 anos e um aumento, também de aproximadamente 50% das trabalhadoras de 45 anos ou mais. Ao cruzar as faixas etárias com a raça/cor das trabalhadoras, a pesquisa salienta a redução do número de trabalhadoras brancas, até 29 anos, anterior ao mesmo grupo de trabalhadoras negras, indicando maior inserção das brancas em outras atividades do mercado de trabalho antes das outras. Além do maior envelhecimento das trabalhadoras negras no emprego doméstico.

Gráfico 14: Proporção de trabalhadoras domésticas por grupos de idade e cor/raça. Brasil 2004 a 2014.



Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

- *Escolaridade*

A média de estudo das trabalhadoras domésticas é de 6,6 anos, portanto com o Ensino Fundamental Incompleto, como a média brasileira que vimos anteriormente. Apesar dos anos de estudo terem aumentado, ainda é uma diferença pequena em relação à 2004, quando a média era de 5,5 anos. Segundo pesquisa realizada pelo IPEA (2011), 64% das trabalhadoras possuía até 8 anos de estudo. Também através de pesquisa publicada pelo DIEESE (2013), podemos identificar que o número de analfabetas negras e não negras diminuiu de 9,6% para 7,5%, apesar de ser maior a percentagem de analfabetas negras. O número das que possuem o ensino médio ou superior incompleto cresceu de 11,3% para 19%, sendo relativamente equilibrado entre negras e não-negras (18,5% e 19,8% respectivamente).

Tabela 11: Distribuição das trabalhadoras domésticas escolaridade segundo cor/raça Brasil 2004 e 2011 (em %)

Escolaridade	2004			2011		
	Negras	Não Negras	Total	Negras	Não Negras	Total
Analfabeto	11,2	7,5	9,6	8,9	5,2	7,5
Fundamental incompleto ou equivalente ⁽¹⁾	56,7	59,0	57,7	48,3	50,0	48,9
Fundamental completo ou médio incompleto	20,2	20,6	20,4	23,0	23,4	23,1
Médio completo ou superior incompleto	11,0	11,8	11,3	18,5	19,8	19,0
Superior completo	0,0	0,2	0,1	0,7	1,2	0,9
Sem declaração	0,8	0,9	0,9	0,6	0,5	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui as alfabetizadas sem escolarização

Obs.: a) Negras = Pretas e Pardas e Não negras = Brancas, amarelas e indígenas

Para as regiões metropolitanas que nos interessam, em Porto Alegre e Salvador aproximadamente 50% das trabalhadoras possuem apenas o fundamental incompleto, como a média das trabalhadoras domésticas e da população brasileira em geral. As duas cidades possuem médias parecidas quanto às outras faixas de escolaridade, Salvador chamando atenção por possuir maior número entre trabalhadoras com o Ensino Médio Completo e o Ensino Superior Incompleto do que com o Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto (27,4% e 24,5% respectivamente). Belém não participou da pesquisa.

Tabela 12: Escolaridade das trabalhadoras domésticas de Salvador e Porto Alegre

	Até Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	Ensino Médio Completo e Superior Incompleto
Salvador	44,3%	24,5%	27,4%
Porto Alegre	51,2%	26,6%	19,5%

Fonte: DIEESE (2015)

- *Tempo de permanência no emprego atual*

Quanto ao tempo de permanência no emprego atual temos os seguintes dados:

Tabela 13: Tempo de permanência no emprego atual – PNAD 2014.

Local	Tempo de Permanência no emprego atual					
	Até 5 meses	6-11 meses	1 ano	2 a 4 anos	5 a 9 anos	10 anos ou mais
Brasil	806 mil	525 mil	815 mil	1.541 milhão	970 mil	1.316 milhão
Belém	9 mil	7 mil	8 mil	24 mil	16 mil	20 mil
Salvador	17 mil	16 mil	23 mil	42 mil	26 mil	35 mil
Porto Alegre	11 mil	9 mil	17 mil	34 mil	26 mil	33 mil

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Nas três cidades o tempo de permanência no emprego de maior incidência é de 2 a 4 anos, seguido de 10 anos ou mais, em que podemos dizer que há certa estabilidade nos empregos.

- *Assinatura da carteira de trabalho*

De acordo com os últimos dados divulgados, em termos de regularização do contrato de trabalho, item obrigatório na Lei 150, a percentagem sem a assinatura da carteira de trabalho ainda é bem maior, conforme os dados abaixo:

Tabela 14: Trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada (jan-mar 2012 e 2016)

Número de trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada (2012/2016)		
	2012	2016
BRASIL	1.945 milhão	2.170 milhões
Norte	75 mil	96 mil
Pará	37 mil	42 mil
Nordeste	261 mil	340 mil
Bahia	73 mil	96 mil
Sul	287 mil	298 mil
Rio Grande do Sul	128 mil	134 mi

Centro-Oeste	182 mil	232 mil
Goiás	-	93 mil
Sudeste	1.140 milhão	1.211 milhão
São Paulo	-	669 mil

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

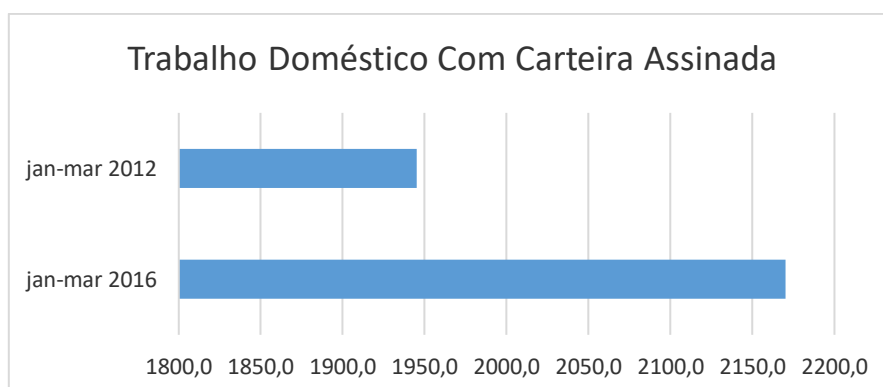
Tabela 15: Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (jan.-mar. de 2012 e 2016)

Número de trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (2012/2016)		
	2012	2016
BRASIL	4.146 milhões	4.051 milhões
Norte	358 mil	317 mil
Pará	184 mil	157 mil
Nordeste	1.192 milhão	1.129 milhão
Bahia	365 mil	329 mil
Sul	481 mil	539 mil
Rio Grande do Sul	203 mil	216 mil
Centro-Oeste	325 mil	358 mil
Goiás	-	167 mil
Sudeste	1.789 milhão	1.708 milhão
São Paulo	-	858 mil

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

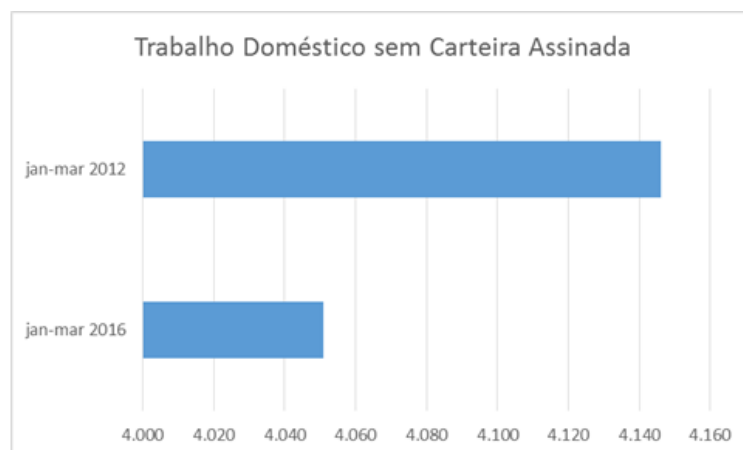
Podemos visualizar melhor através dos gráficos:

Gráfico 15: Trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada (jan.-mar. de 2012 e 2016).



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

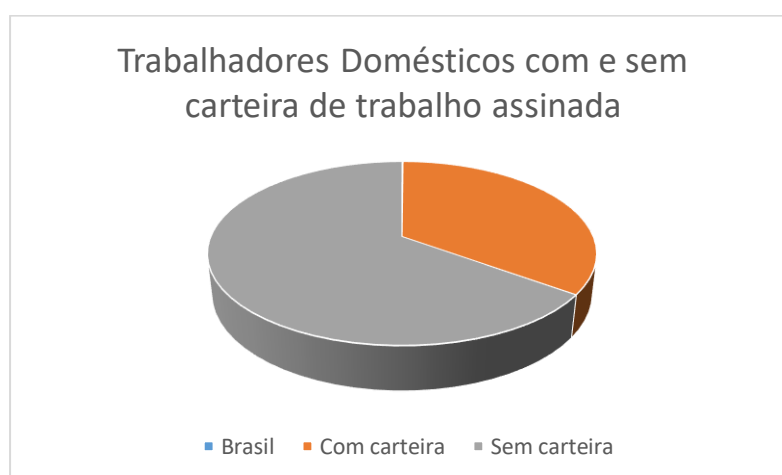
Gráfico 16: Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (jan.-mar. de 2012 e 2016)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

O crescimento de 225 mil carteiras de trabalho assinadas ainda não representa grande impacto na informalidade do trabalho doméstico, com apenas 34,8% das trabalhadoras domésticas com a carteira de trabalho assinada. Entretanto, com relação a 2004 (24,7%), houve um crescimento de quase 10% em carteiras assinadas.

Gráfico 17: Trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho assinada (jan-mar 2016)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Fazendo a interseção desses contingentes com a raça/cor das trabalhadoras, percebemos que também existe desigualdade, pois dentre as trabalhadoras negras, 28,6% possuem a carteira de trabalho assinada, em comparação a 33,5% das trabalhadoras brancas. Ainda que em 10 anos (2004-2014) o número de carteiras assinadas de trabalhadoras negras tenha aumentado em 6,7%, enquanto das trabalhadoras brancas 5%.

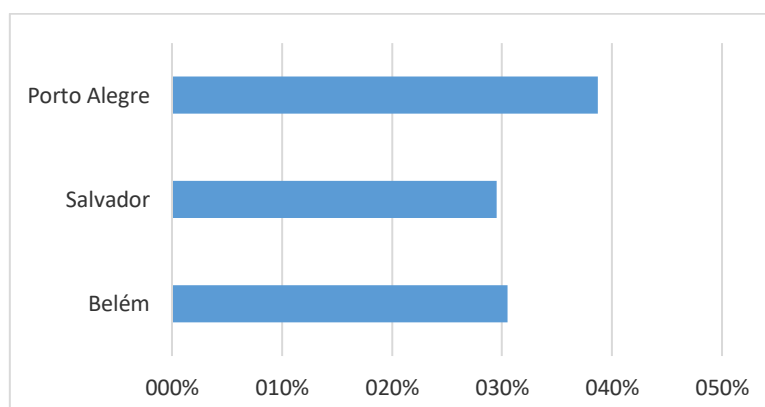
Ao analisarmos as cidades estudadas, a proporção de empregos com e sem carteira de trabalho assinada, segue a tendência da média nacional, Porto Alegre tem 38,7% de carteiras de trabalho assinadas, Belém, 30,5% e Salvador 29,5%.

Tabela 16: Trabalhadoras domésticas com e sem carteira de trabalho assinada por cidade estudada – PNAD 2014

	Belém	Salvador	Porto Alegre
Com carteira	25 mil	47 mil	50 mil
Sem carteira	57 mil	112 mil	79 mil
Total	82 mil	159 mil	129 mil

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Gráfico 18: Proporção de carteiras de trabalho assinadas em cada cidade



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Cruzando esses dados com o período de permanência no emprego atual percebemos que a formalização ocorre majoritariamente a partir do segundo ano no emprego, no Brasil e nas três regiões metropolitanas em questão, entretanto, como já ressaltado, o grau de informalidade ainda é muito grande:

Tabela 17: Trabalhadoras domésticas com e sem carteira de trabalho assinada de acordo com o tempo de permanência no emprego atual – PNAD 2014

TEMPO DE TRABALHO

		Até 5 meses	De 6 a 11 meses	1 ano	2 a 4 anos	5 a 9 anos	10 anos ou mais
BRASIL (5.973 milhões de trabalhadoras domésticas)	Com carteira	113 mil	132 mil	230 mil	499 mil	371 mil	461 mil
	Sem carteira	692 mil	393 mil	589 mil	1.043 milhão	599 mil	855 mil
BELÉM 82 mil trabalhadoras domésticas	Com carteira	2 mil	2 mil	2 mil	8 mil	6 mil	7 mil
	Sem carteira	7 mil	5 mil	6 mil	16 mil	10 mil	13 mil
SALVADOR 159 mil trabalhadoras domésticas	Com carteira	2 mil	6 mil	9 mil	11 mil	9 mil	10 mil
	Sem carteira	15 mil	10 mil	14 mil	31 mil	17 mil	25 mil
PORTO ALEGRE 129 mil trabalhadoras domésticas	Com carteira	3 mil	3 mil	7 mil	13 mil	12 mil	12 mil
	Sem carteira	8 mil	5 mil	10 mil	21 mil	14 mil	21 mil

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Quando ocorre a formalização do emprego, sua incidência é maior após o segundo ano de trabalho, período que também coincide com o número de carteiras não assinadas, devido grande parte das trabalhadoras se posicionar nesta faixa no emprego atual, de 2 a 4 anos.

- *Jornada de trabalho*

Em 2014 a maioria dos trabalhadores domésticos teve a jornada de trabalho menor ou até as 44h semanais em acordo com a lei regulamentada, ainda que tenhamos mais de um milhão de trabalhadores que com uma jornada maior. Em Belém e Porto Alegre o grupo de maior quantidade de domésticas trabalha de 40 a 44 horas, enquanto que em Salvador o maior contingente tem a jornada de 15 a 39 horas.

Tabela 18: Proporção de horas trabalhadas

HORAS DE TRABALHO / SEMANA

	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	TOTAL
BRASIL	766 mil	2.374 milhões	2.132 milhões	679 mil	540 mil	6.491 milhões
Belém	8 mil	25 mil	39 mil	8 mil	8 mil	88 mil
Salvador	17 mil	58 mil	54 mil	25 mil	18 mil	173 mil
Porto Alegre	14 mil	51 mil	54 mil	10 mil	11 mil	140 mil

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

- *Local de trabalho*

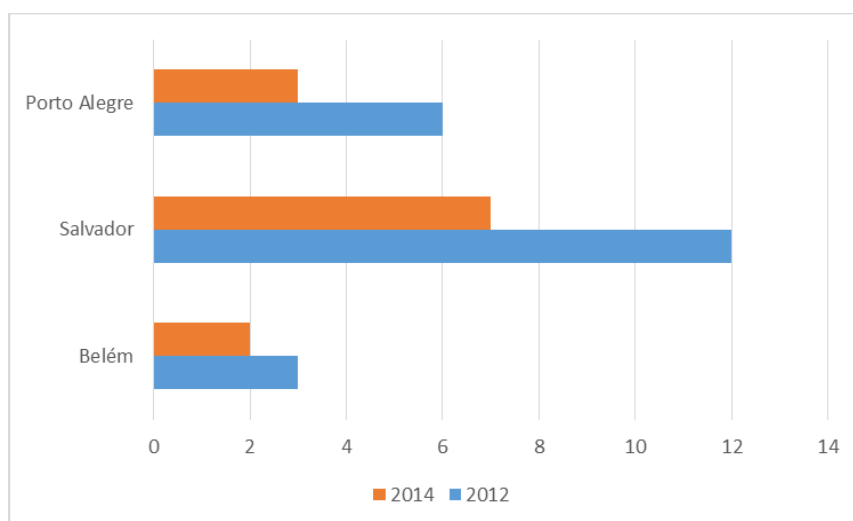
Como já estudamos no capítulo 2, o trabalho doméstico é comumente desempenhado nas casas de classes médias e altas por mulheres que migram de localidades pequenas para a capital, normalmente do mesmo Estado. E nem sempre este trabalho se deu de maneira remunerada, mas era percebido como uma “ajuda” em troca de moradia, vestuário e alimentação. Então, para a formalização da atividade, as organizações das trabalhadoras aconselhavam que as domésticas saíssem das casas dos patrões e conquistassem sua própria moradia, para diminuir a dependência, exploração e também promover a experiência necessária para identificação dessas mulheres com a classe trabalhadora.

A conciliação entre local de trabalho e moradia vem se extingindo no decorrer dos anos, embora ainda tenhamos, no ano de 2014, 325 mil trabalhadores morando na residência dos patrões, dentre eles 283 mil mulheres. Em Belém esse número é de 2 mil trabalhadoras e nenhum trabalhador identificado. Em Salvador são 7 mil mulheres nessa situação e também sem percentagem masculina. Em Porto Alegre são 3 mil, e nenhum trabalhador do sexo masculino identificado. Contudo, o trabalho desempenhado na casa dos patrões, muitas vezes, é imbricado a relações de compadrio, amizade e/ou parentesco, que junto a grande discriminação e desvalorização ainda presente em relação às trabalhadoras domésticas, fazem com que muitas mulheres não declarem sua condição de domésticas nos arranjos em que estão inseridas.

Em 2012 essa realidade era um pouco distinta: tanto no Brasil quando nas três cidades estudadas, diminuiu o número de empregados domésticos residindo no domicílio dos patrões: em 2012 havia no Brasil 330 mil empregados domésticos residindo na casa dos patrões (5 mil a mais que em 2014), sendo destes, 292 mil mulheres. Em Belém, havia, em 2012, 3 mil empregados residindo na casa dos patrões (1 mil a mais do que em 2012), ou

seja, em Belém houve, em um período de 2 anos, diminuição de 1/3 de empregados residindo na casa de seus patrões. Em Porto Alegre, em 2012, havia 6 mil empregados doméstico residindo na casa dos patrões, tendo diminuído, em 2014, para 3mil, ou seja, uma redução de 50% dos empregados morando na casa dos patrões em um período de 2 anos. Em Salvador, em 2012, havia 12 mil empregadas domésticas morando na casa dos patrões. Em 2014 esse número diminuiu para 7 mil – ou seja, em um intervalo de tempo de 2 anos, 5 mil trabalhadores domésticos deixaram de residir na casa de seus patrões.

Gráfico 19: Proporção de trabalhadoras domésticas morando no domicílio dos patrões (2012 e 2014)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

- *Contribuição à Previdência Social*

A Contribuição à Previdência Social pode ser realizada também de forma autônoma, por isso ela tem uma percentagem um pouco maior do que a formalização do trabalho, tendo sido realizada por 40,9% dos trabalhadores domésticos, sendo 39,6% das trabalhadoras domésticas e 56% dos trabalhadores domésticos.

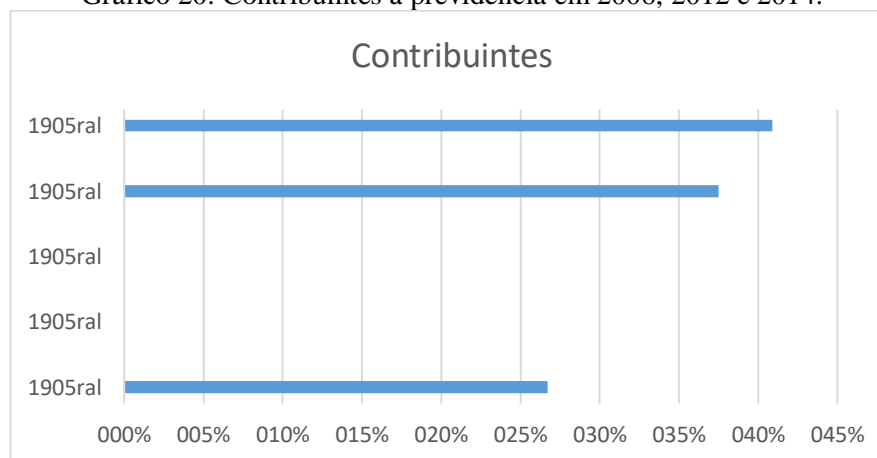
Tabela 19: Contribuintes e não contribuintes à previdência segundo o sexo e o local

NÚMERO DE CONTRIBUINTES E NÃO CONTRIBUINTES				
		CONTRIBUINTES	NÃO CONTRIBUINTES	TOTAL
BRASIL	<i>Mulheres</i>	2.366 milhões	3.607 milhões	6.491 milhões
	<i>Homens</i>	289 mil	230 mil	
	TOTAL	2.654 milhões	3.873 milhões	
BELÉM	<i>Mulheres</i>	27 mil	55 mil	88 mil
	<i>Homens</i>	3 mil	2 mil	
	TOTAL	31 mil	57 mil	
SALVADOR	<i>Mulheres</i>	62 mil	97 mil	173 mil
	<i>Homens</i>	9 mil	5 mil	
	TOTAL	71 mil	102 mil	
PORTO ALEGRE	<i>Mulheres</i>	69 mil	61 mil	140 mil
	<i>Homens</i>	6 mil	5 mil	
	TOTAL	74 mil	66 mil	

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Ao longo dos três momentos temos essa proporção de crescimento:

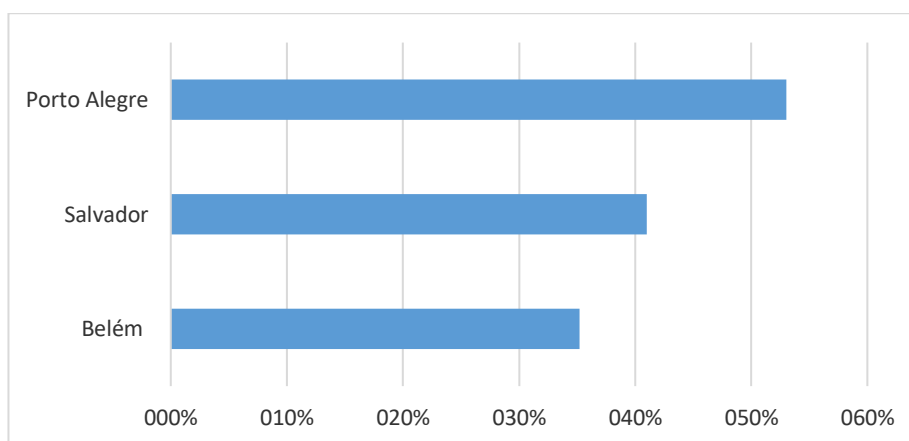
Gráfico 20: Contribuintes à previdência em 2006, 2012 e 2014.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Em Belém, 35,2% dos trabalhadores domésticos contribuem, dentre estes, 32,9% das trabalhadoras mulheres e 60% dos trabalhadores homens. Em Salvador 41% dos trabalhadores domésticos contribuem para a Previdência, 39% das trabalhadoras mulheres e 64% dos trabalhadores homens. Em Porto Alegre 53% dos trabalhadores domésticos contribuem, 53,5% das trabalhadoras mulheres e 54,5% dos trabalhadores homens. Chama atenção aproximadamente o dobro de trabalhadores homens que contribuem para a previdência em Belém e em Salvador, em relação às trabalhadoras domésticas. A percentagem de contribuintes em Porto Alegre é maior que as duas outras cidades, além de ser equilibrada entre homens e mulheres.

Gráfico 21: Contribuintes à previdência nas 3 cidades.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

- *Remuneração*

Quanto à remuneração, a média nacional no período de janeiro a março de 2016 foi de R\$801 reais (tendo como salário mínimo R\$880 reais). No Pará a média foi de R\$611 reais, na Bahia de R\$511 reais e no Rio Grande do Sul R\$862 reais. Os estados que melhor remuneraram os serviços domésticos são o Distrito Federal (R\$1.044 reais), seguido de Santa Catarina (R\$1.025 reais), Rio de Janeiro (R\$980 reais) e São Paulo (R\$968 reais). No entanto, segundo a PNAD de 2014, 1.469 milhões de trabalhadoras ainda ganham até meio salário mínimo, e 2.318 milhões ganham até um salário mínimo, que seria o obrigatório. Dentre as cidades estudadas, Porto Alegre é a única acima da média nacional e a remuneração é bem maior do que no Pará e na Bahia.

Tabela 20: Rendimento das Trabalhadoras domésticas em Salários Mínimos– PNAD 2014

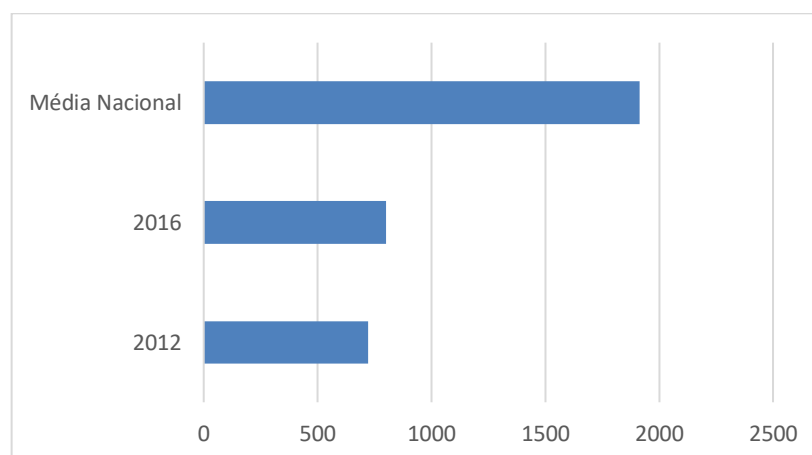
	Até ½ SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM
BRASIL	1.469 milhões	2.318 milhões	1.796 Milhões	258 mil	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

De janeiro a março de 2012, a média brasileira era de R\$723 reais, com o salário mínimo da época de R\$622 reais. Apesar do salário médio ter aumentado, ele está abaixo do salário mínimo estipulado em Lei. Quando comparado à média nacional, a média da remuneração do trabalho doméstico equivale apenas a 41,8%.

Existem diferenças de remuneração entre as trabalhadoras domésticas negras e brancas. Em 2014, a média de salário das trabalhadoras domésticas em geral era de R\$648,60 reais. As trabalhadoras negras recebiam abaixo da média: R\$639 reais; enquanto que as brancas receberam acima: R\$766,60 reais. As trabalhadoras domésticas negras continuam recebendo de 83% a 88% do salário médio em relação ao salário recebido por trabalhadoras domésticas brancas.

Gráfico 22: Média do salário das trabalhadoras domésticas, em relação ao salário médio nacional, em 2012 e 2016



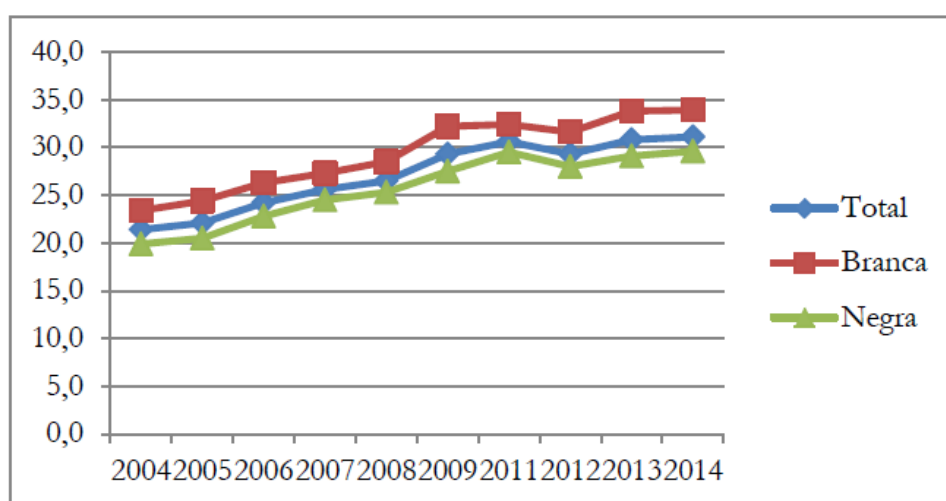
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

- *Diaristas*

Ao longo das últimas décadas vem crescendo o número de trabalhadoras domésticas que prestam serviço para mais de um empregador e/ou não trabalham na modalidade de mensalistas, denominadas de *diaristas*, pois recebem por dia trabalhado, não possuem vínculo empregatício com seus empregadores (na maioria dos casos), possuem maior autonomia para organizarem seus horários de trabalho durante a semana e comumente realizam a faxina/limpeza da casa, ou são contratadas para lavarem roupas, ainda que tenham diaristas que realizem todas as atividades da casa ao longo de suas diárias¹⁹⁴.

Ao longo de 10 anos (2004 a 2014), o número de diaristas aumentou em média 10 pontos percentuais, tanto na média total, como para os segmentos de trabalhadoras negras e brancas, se constituindo em aproximadamente 30% das trabalhadoras domésticas.

Gráfico 23: Proporção de trabalhadoras diaristas por cor/raça (2004 a 2014)



Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

As diaristas são, em maior proporção, brancas, menos escolarizadas, com jornadas de trabalhos menores e ganham mais que as trabalhadoras domésticas¹⁹⁵ mensalistas. No

¹⁹⁴ Para análises mais aprofundadas sobre as diaristas consultar Fraga (2013) e Monticelli (2013).

¹⁹⁵ No Brasil é considerada trabalhadora doméstica mensalista a que frequenta o trabalho no mínimo 3 vezes na semana.

entanto, o segmento de diárias apresenta um índice muito baixo de contribuição à Previdência Social e de proteção social.

Abaixo apresentamos os dados de 2004 e 2011, de diaristas por região, com relação à raça/cor, segundo a forma de contrato e em relação com as mensalistas:

Tabela 21: Trabalhadoras mensalistas e diaristas por forma de contratação, região e cor/raça (2004 e 2011)

REGIÃO/FORMA DE CONTRATAÇÃO		ANO					
		2004			2011		
		Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total
BRASIL	Mensalistas com carteira	19,1%	24,8%	21,6%	22,5%	27,7%	24,5%
	Mensalistas sem carteira	60,9%	51,8%	57%	48,1%	40%	44,9%
	Diaristas	19,9%	23,4%	21,4%	29,4%	32,3%	30,6%
NORTE	Mensalistas com carteira	8,3%	11,3%	8,9%	14,6%	15,4%	14,7%
	Mensalistas sem carteira	79,4%	79,9%	79,3%	63%	62,6%	62,9%
	Diaristas	12,2%	9,7%	11,7%	22,5%	22%	22,4%
NORDESTE	Mensalistas com carteira	11,8%	13,3%	12,2%	12,6%	14,2%	12,9%
	Mensalistas sem carteira	72,9%	72%	72,7%	62,7%	64,1%	63%
	Diaristas	15,3%	14,7%	15,1%	24,7%	21,8%	24,1%
SUL	Mensalistas com carteira	21,7%	25,5%	24,4%	26,4%	28,3%	27,7%
	Mensalistas sem carteira	48,8%	45,7%	46,5%	35,5%	30,8%	32,3%
	Diaristas	29,6%	28,9%	29,1%	38,1%	40,9%	40%

Fonte: IBGE/PNAD/DIEESE – Obs. *Negras*=negras e pardas; *Não-negras*=brancas, indígenas e amarelas. Elaboração: DIEESE adaptada para os nossos interesses.

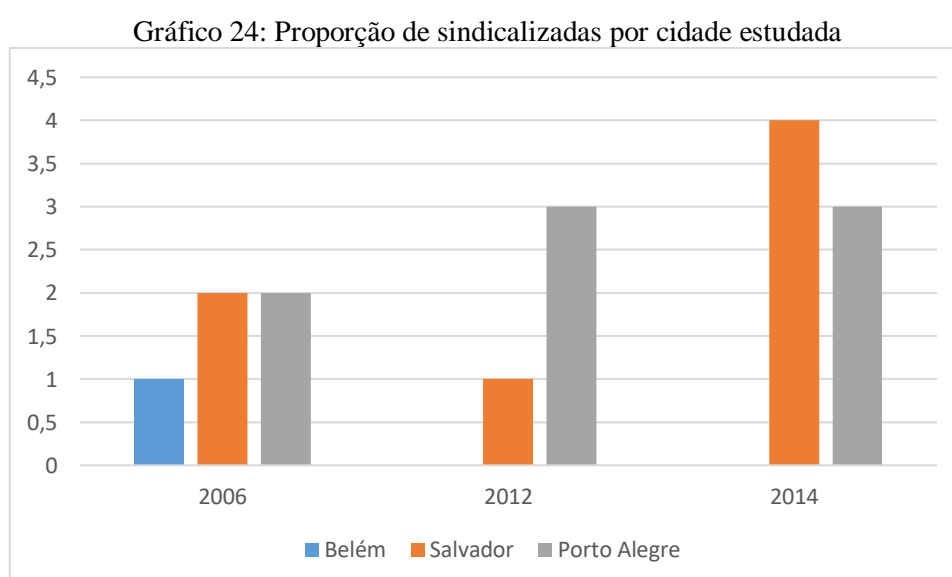
A Região Sul possui 40% de diaristas, enquanto no Norte essa percentagem cai para 22,4% e no Nordeste 24,1%. Para o Brasil, a média das diaristas não-negras (32,3%) é um pouco maior que as negras (29,4%).

A média da jornada de trabalho para as diaristas é de 23,8h por semana¹⁹⁶ e apenas 25,7% das diaristas contribuem para a Previdência Social, no Norte 9,8%, no Nordeste 11,9% e no Sul 32,6%. Assim como a percentagem de diaristas no Sul é bastante alta, a contribuição destas também.

A remuneração das diaristas é normalmente maior do que das mensalistas, em 2014 as diaristas recebiam em média R\$760,90 reais, enquanto as mensalistas recebiam em média R\$648,6 reais.

- *Associação aos Sindicatos*

Embora a organização das trabalhadoras domésticas seja de longa data, como já vimos no capítulo anterior, e bastante atuante na luta para a ampliação de direitos, a associação das trabalhadoras é reduzida, correspondendo a 196 mil trabalhadores - destes 180 mil mulheres -, em um universo de mais de 6 milhões de trabalhadores. Nos casos das cidades estudadas essa tendência se confirma. Em Salvador esta adesão vem crescendo ao longo dos anos, atualmente com 4 mil associadas. Em Porto Alegre o grau de adesão tem se mantido estável, no total de 3 mil associadas. Contudo, no caso de Belém, não há percentagem, tendo apenas 1 mil associadas no ano de 2006, para menos de 1 mil (PNAD 2014). Atualmente a maior adesão, em termos absolutos, é em São Paulo com 9 mil associadas e em segundo lugar Salvador, com 4 mil.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

¹⁹⁶ PNAD 2014.

A partir desses dados produzidos pelos institutos de pesquisa brasileiros pretendemos construir um quadro estatístico do panorama do trabalho doméstico remunerado vivenciado no Brasil e nas três cidades onde realizamos pesquisas de campo. Tivemos o intuito de relacionar os dados do trabalho doméstico em cada região metropolitana com o contexto brasileiro mais amplo e também para fazermos conexões, associações e comparações entre elas. Apesar de já possuímos alguns dados relativos ao primeiro trimestre de 2016, que poderiam nos indicar mudanças decorrentes da Lei 150/2015, as transformações ainda são muito sutis, necessitando um maior acompanhamento no decorrer dos próximos anos. O grupo de trabalhadores domésticos vem diminuindo ao longo dos anos, mas de maneira lenta. A formalização do trabalho e a contribuição à previdência social estão aumentando, mas ainda não atingem nem a metade dos trabalhadores. Mais de 90% dos trabalhadores domésticos são mulheres, em torno de 60% são mulheres negras, a média de remuneração do trabalho é aproximadamente 40% da média da remuneração nacional e as trabalhadoras negras recebem em torno de 80% do que as trabalhadoras brancas recebem.

O grupo das trabalhadoras domésticas está envelhecendo e a modalidade de diaristas vem aumentando no decorrer dos anos, constituindo em torno de 30% do grupo, com grande incidência nas regiões Sudeste e Sul, chegando a 40% em Porto Alegre. A escolaridade das domésticas está aumentando. As trabalhadoras domésticas que moram na casa dos patrões se constituem como uma pequena minoria, mas ainda não há dados relativos à plena execução dos direitos e deveres instituídos pela nova Lei à categoria, como por exemplo, o pagamento de horas extras, adicional noturno e o FGTS. De acordo com os registros do novo sistema de informática que reúne todos os encargos sociais do trabalho - o eSocial -, o número de trabalhadores que estão recebendo o FGTS subiu de 187 mil em dezembro de 2014 para 1.4 milhão em março de 2016.

Há uma lenta diminuição da percentagem da população ocupada no trabalho doméstico no Brasil e nas capitais, o que pode ter alguma relação com os novos direitos, mas, como é uma tendência ao longo dos anos, pode ter maior relação com a ampliação da escolaridade da categoria e inserção em outras ocupações no mercado de trabalho.

A imagem do trabalho doméstico remunerado construída através dos dados estatísticos produzidos pelos institutos de pesquisa brasileiros é uma, entre outras que constroem a duração deste trabalho. Importante para compor um quadro destas práticas, mas que não abarcam todas as dimensões e vivências possíveis desta atividade, por isso também possui

limites, desde o alcance das pesquisas à conformação dos dados, apesar de serem bastante relevantes.

Os próximos capítulos se concentrarão nas pesquisas de campo realizadas em cada cidade, buscando trabalhar outros ângulos e imagens do trabalho doméstico realizado na casa de terceiros, e em conjunto com as informações quantitativas acreditamos melhor situar o leitor nas diferentes paisagens do trabalho que estamos percorrendo, para que esse objeto temporal permita multiplicidades e justaposições nesta etnografia que acontece em tempos e lugares diversos.

CAPÍTULO 4 Belém: da onde saio e para onde volto

O TDR e, sobretudo, protagonistas que desempenham tais atividades, sempre estiveram presentes em meu cotidiano. Desde pequena obtive cuidados tanto de babás, quanto de trabalhadoras domésticas polivalentes na casa dos meus pais e em toda a minha trajetória em Belém. Além do meu próprio núcleo familiar, essas mulheres também eram frequentes nas casas de minhas avós paterna e materna, podendo circular entre as casas dos filhos das matriarcas quando necessário e também, algumas vezes, distribuindo mulheres de suas próprias redes de parentesco, em casas de parentes e/ou amigos da matriarca para a qual trabalhavam. Portanto, constituindo redes de mulheres, tanto de trabalhadoras como de patroas.

Como já mencionado na introdução desta tese, foi durante minha graduação em Ciências Sociais que comecei a perceber tais mulheres de maneira não naturalizada ou essencializada em meu cotidiano, e a questionar quais seriam os motivos para que algumas mulheres se dedicassem ao trabalho doméstico remunerado enquanto outras, como a minha mãe, desenvolviam outro tipo de trabalho em diferentes espaços. Além disso, passei a identificar hierarquias na categoria das próprias trabalhadoras, muitas vezes, envoltas por grande ambiguidade, como no caso das mulheres que tinham vindo ainda crianças do interior para a capital, que teriam desenvolvido um laço de parentesco com as matriarcas, que seriam suas “madrinhas” e não “patroas” e que, por isso, não se consideravam empregadas domésticas, ainda que desempenhassem as mesmas atividades que estas, muitas vezes, de maneira informal e até mesmo não-remunerada.

Práticas como estas ocorrem em arranjos que mesclam trabalho e afeto, constituídos por redes de ajuda e solidariedade consagradas pela prática do apadrinhamento. Nelas, as afilhadas são comumente as “crias da casa” e as “filhas de criação”. As mulheres que participam destes arranjos frequentemente possuem um *status* superior aos das trabalhadoras domésticas, ou pelo menos pensam ter, já que gozam de maior intimidade e confiança da madrinha e, por isso, podem comportar-se como supervisoras das trabalhadoras.

Entretanto, essas práticas não se dão sem conflitos e contradições, pois dependendo da situação, mulheres refletem sobre suas trajetórias se colocando enquanto alguém “da

família”, mas na maioria das vezes, explicitando o caráter desigual de suas posições em relação aos parentes consanguíneos das madrinhas. Desse modo, dependendo do contexto, elas também acionam suas identidades de trabalhadoras, portanto portadoras de direitos e deveres.

Ao começar a olhar para as TDs e também para as “crias” ou “filhas de criação”, as encontrei em praticamente em todos os lugares por onde eu percorria na cidade, as casas que eu frequentava e também em trabalhos acadêmicos e na literatura local e nacional. Advinda da classe média, a presença da doméstica era sempre presente em outras casas de mesma condição econômica, mas não somente; pois, como Fonseca (1995) já apontava a respeito da circulação de crianças nas classes populares, e que podemos visualizar no documentário *Domésticas* (2013), as atividades domésticas e de cuidado são predominantemente realizadas por mulheres e, quando as donas das casas não podem realizá-las, contratam o serviço de outra mulher para desempenhá-las. Ao que parece, dependendo da situação de menor ou maior vulnerabilidade da trabalhadora, ela se submete a diferentes remunerações e formas de contratação, vivenciando distintos graus de precariedade no emprego. Por isso, podemos argumentar que a presença da doméstica se faz em casas de diferentes camadas sociais, ainda que envolta em distintas formas de emprego e trabalho.

Minha pesquisa com o trabalho doméstico e suas trabalhadoras iniciou-se em Belém, em 2006, desde então iniciei reflexões a respeito deste tema, mudei para Porto Alegre, passei por Salvador, mas sempre voltei a Belém, por isso, neste ir e vir, explicito meu lugar de enunciação. A proposta desta tese é abordar o trabalho doméstico enquanto fenômeno temporal, por meio da composição de coleções etnográficas, que nos permita construir a duração deste trabalho através de diferentes suportes imagéticos, seja através do texto, de fotografias e filmes que compõem a memória coletiva, seja também observando os processos por que passam o trabalho doméstico, não para capturá-lo e substancializá-lo, mas para evidenciar sua pertinência.

A partir da “figura teórica” proposta no capítulo 1, pretendo seguir uma abordagem fenomenológica que busca imbuir os sujeitos de ação e reflexão, na narração de suas biografias, trajetórias e projetos. Mas, ciente de que estou bastante influenciada pela ontologia e epistemologia ocidental, que vê e constrói o outro a partir de si mesmo, de forma eurocêntrica, neste trabalho também há um esforço de ir além das formas clássicas de compreensão do Outro como um mesmo incompleto ou diferente, mas também de valorizar outras formas de conhecimento, de saberes-fazer, de táticas e estratégias que podem perder

suas potencialidades quando analisadas em relação ao saber, que também é poder, constituído.

Neste sentido é que pretendo interpelar o trabalho doméstico, a partir de diferentes campos e posições, não para apresentá-lo de forma definitiva, mas para rastreá-lo (Spivak, 2008) a partir de diferentes imagens que o compõe. Em cada trabalho de campo, buscarei realizar uma descrição densa, mas também uma intervenção política no sentido de valorizar as narrativas das trabalhadoras, não com apenas ilustrações das categorias analíticas que estou trabalhando, mas também como outras formas de conhecimento. Meu lugar de pesquisadora já denota uma relação de poder com as mulheres que compõem este trabalho, e é ao explicitar meu lugar de enunciação, enquanto mulher branca, de classe média, algumas vezes conterrânea, outras, *nordestina*¹⁹⁷, é que poderemos trabalhar os alcances, mas também os limites incontornáveis de meu empreendimento, posto que seguir os rastros é sempre um processo inacabado.

No capítulo 3 procuramos compor um quadro estatístico das três cidades pesquisadas, principalmente em relação ao emprego doméstico, e pudemos, a partir de dados construir informações, e constatar que Belém é a que possui a menor população (2,2 milhões), com 82 mil trabalhadoras domésticas na região metropolitana, com 192 mil trabalhadores domésticos em todo o estado do Pará. O trabalho doméstico representa 19,8% das mulheres ocupadas em Belém, e na região Norte a percentagem de trabalhadoras negras é de 79,3%. Segundo a faixa etária, 58,5% das domésticas de Belém possuem de 30 a 49 anos, apenas 30,5% delas tem carteira assinada e 33% contribuem para a previdência social. A média de remuneração do Pará é de 611 reais. Segundo os dados do IBGE, no Norte 22,4% das trabalhadoras são diaristas e 2 mil trabalhadoras moram na casa dos patrões. Em relação à participação no sindicato, o caso de Belém, não há percentagem, tendo apenas 1 mil associadas no ano de 2006, para menos de 1 mil nos anos subsequentes.

¹⁹⁷ Termo bastante utilizado na região Sul para quem é oriundo do Norte e/ou Nordeste.

4.1 Entrando pela casa dos patrões: As trajetórias sociais de Francisca e Hilda

Minhas pesquisas de campo na cidade de Belém, como dito anteriormente, iniciaram-se no ano de 2006 e, ainda que de maneira menos formal, através de conversas e acompanhamento de notícias, continuaram até o ano de 2012, quando ingressei no doutorado com um projeto de retorno aos estudos do TDR. Posteriormente, retornei à Belém em maio de 2013 e agosto de 2014, além de realizar duas entrevistas via *skype* em junho de 2016, com o intuito de conhecer o sindicato das trabalhadoras, voltar a contatar minhas antigas interlocutoras e também realizar entrevistas com empregadores.

Como já sinalizei mais de uma vez, minha pesquisa nesta cidade iniciou-se a partir de meus próprios núcleos familiares e de pessoas próximas, então provavelmente as interlocutoras deste local me associavam de forma direta aos seus patrões, o que pode ser um forte limitador nas relações que estabeleceram comigo. Mas, para contrabalancear, eu conheço as duas personagens que iremos trabalhar há bastante tempo, sendo *Francisca* por toda a minha vida e *Hilda* há 16 anos. Essa grande proximidade, em conjunto com a associação aos grupos dos patrões para além de um limitador, também me colocou em um local privilegiado de entrada em campo, a casa dos patrões e o local de trabalho e/ou moradia das protagonistas. E buscando tornar o “familiar”, “estranho”, e alcançar “graus crescentes de familiaridade”, sugiro que esta longa convivência com as duas mulheres me proporcionou encontros bastante densos, em que pudemos trocar impressões a respeito do TD e o cotidiano das mesmas.

Para que essas relações possam ser melhor visualizadas desenharei minha rede de inserção em campo, também as redes em que as protagonistas circulam e suas relações com diferentes sujeitos. Depois construiremos as narrativas biográficas, em quem estarão presentes as trajetórias, projetos e itinerários urbanos das entrevistadas. Por fim, faremos uma análise dos jogos de memória das interlocutoras na forma em que refletem e se constituem enquanto identidades narrativas. Após o enfoque em cada protagonista, estabeleceremos possíveis conexões entre os arranjos em que participam e a forma em que se constroem e refletem sobre si mesmas.

4.1.1 Francisca: Nas malhas da domesticidade

Conheço a Francisca, para os mais íntimos Chica ou Chiquinha, desde sempre, pois quando nasci ela já morava na casa de minha avó materna. De estatura baixa e gênio forte, lembro dela sempre contestar a cada *favor* que minha mãe pedia, mas acabando por realizá-lo, seja ir passar um vestido de festa e palitô na casa dos meus pais, seja fazer um bolo ou preparar uma comida pra alguma data festiva. Ainda que tenha estudado e insistido várias vezes o vestibular, Chica não obteve êxito para ingressar na universidade e realizar seu sonho de cursar Pedagogia, ou passar em algum concurso público. Os estudos, assim como a realização de todos os afazeres domésticos da casa de minha avó, tomaram bastante o seu tempo, fazendo com que, após várias tentativas de vestibular e concurso, ela acabasse por desistir dos dois. Afora a casa da minha avó, Chica trabalhou vendendo laços para uma vizinha da minha mãe durante um tempo e vendendo no banco em que meu tio e a esposa trabalhavam, roupas, bolsas e acessórios para a esposa de um outro tio. Nestas duas vendas ela ganhava uma comissão pelo que vendia. Além disso, também fazia comidas para as festas do banco e era remunerada por sua mão-de-obra.

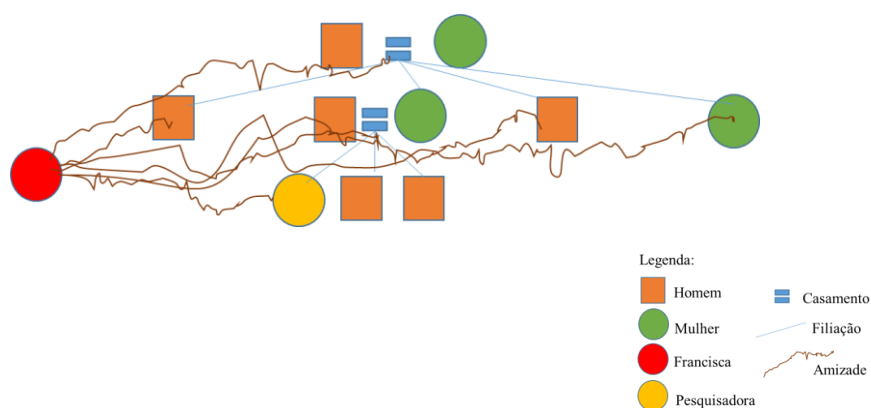
Quando comecei a estudar o trabalho doméstico realizado na casa de terceiros, em sua forma remunerada ou não, ela foi uma das primeiras pessoas que lembrei em meu cotidiano. Nós estamos bastante vinculadas, não apenas por certa forma de relação patrão-empregado, mas, sobretudo, por laços de afetividade, já que, segundo ela, quando eu nasci era ela quem cuidava das minhas fraldas e roupas; um pouco mais crescida me levava para as aulas de balé e natação, além de me acompanhar todas as vezes que lhe requisitava, tanto para me ajudar a escolher uma roupa nova, quanto para fazer uma comida gostosa para o dia dos namorados. Ela sempre foi minha maior parceira.

Então, como abordar alguém tão próxima, envolvida em uma relação com tanto afeto para falar de uma relação desigual? No início achei que não seria possível pois nossa relação não possibilitaria um espaço necessário para reflexões mais analíticas. Contudo, posteriormente, percebendo que ela era uma das maiores inspirações para o meu intuito de realizar esta pesquisa, que eu tinha grande grau de familiaridade com ela, pensei que não poderia começar de outra forma e decidi por entrevistá-la formalmente, além de inúmeras conversas e situações em que a sua posição ambígua e desigual na casa de minha avó foram postas à prova.

Há alguns anos, houve um episódio em que um amigo de meu irmão mais novo, os dois ainda crianças, por volta de 10 anos, estavam na casa de meus pais e este amigo perguntou quem era a Francisca, obtendo como resposta de meu irmão de que ela seria a *empregada* da avó dele. Percebi que ao ouvir essa resposta ela ficou bastante decepcionada e ido embora o mais rápido possível. Ao lhe telefonar e perguntar se ela estava bem, ela chorando me deu como resposta, *eu não sabia que eu era uma mera empregada*.

Aquele acontecimento me chamou bastante atenção e anos mais tarde me estimulou a estudar as relações e as configurações que as mulheres que desempenham as atividades domésticas nas casas de terceiros estão envolvidas.

Figura 25: Rede de inserção em Belém



Francisca nasceu em 21 de agosto de 1962, portanto tem atualmente 53 anos. Ela é filha de Edwirges Rodrigues Gonçalves e Adão Pascoal Vianna, os dois lavradores e ele além disso, pescador. Oriunda da vila de São Joaquim do Itaquara, no município de Baião, no Pará, a 275km da capital do estado. Filha mais nova de 9 irmãos, sendo que 3 morreram. Francisca relata que na sua família as filhas migraram para Belém e os filhos permaneceram no interior, trabalhando como pescadores ou professores. A primeira a vir para a capital foi sua irmã mais velha Maria, que chegou na casa de Lienne, minha avó materna, por volta dos 16 anos, através de seu meio irmão Felipe, que trabalhava em Itaquara como cabo eleitoral. Moacir, o marido de Lienne teria pedido que Felipe *arranjasse* no interior uma *pequena* para brincar com sua filha Lilia, minha mãe, que só tinha um irmão, era muito danada e estaria ficando *masculina*. Depois de Maria, sua irmã Raimunda também veio, mas para ficar na casa da mãe de Lienne, Carmem, minha bisavó, cuidar dos afazeres domésticos e fazer companhia à neta da mesma, Suely. Quando Suely casou e teve a primeira filha, Raimunda

lhe acompanhou até São Paulo para ajudar a criar a filha. Ao retornarem à Belém, Raimunda casou-se e voltou com o marido para uma cidade próxima à Itaquara.

Figura 26: Família de origem de Francisca

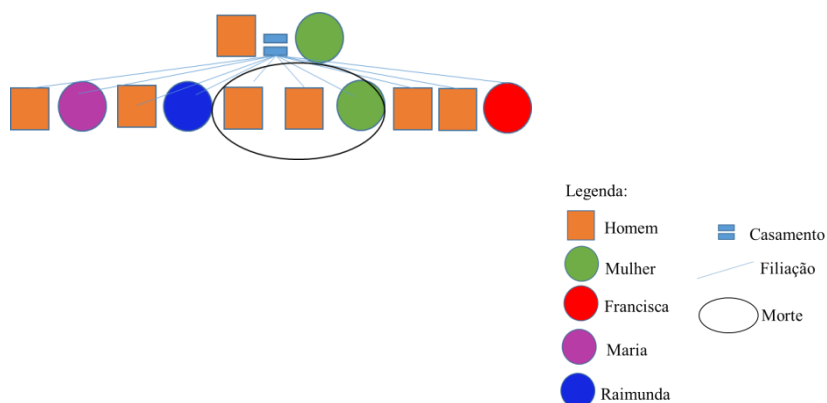
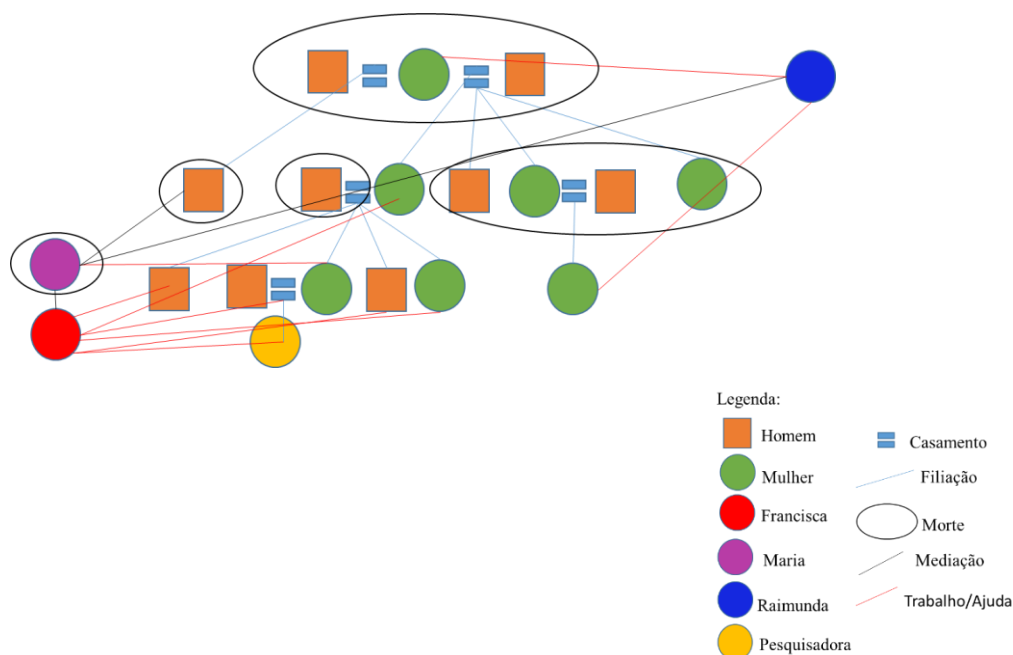


Figura 27: Família de Lienne e inserção de Francisca e suas irmãs



Por intermédio deste quadro podemos perceber que as mulheres da família de Francisca estão há 4 gerações na família da pesquisadora. O meio-irmão de Lienne contactou os pais de Francisca, trazendo primeiramente Maria para ser babá de Lilia. Depois veio Raimunda para ficar na casa da mãe de Lienne, Carmem e também cuidar de Suely. Quando Maria casou, Francisca ocupou o seu *lugar* na casa de Lienne, agora não mais como babá de Lilia, já que era mais nova, tendo aproximadamente a mesma idade de filha mais nova de Lienne, Regina.

Francisca relatou que devido sua irmã Maria estar morando na casa de Lienne, ela vinha frequentemente com a mãe à Belém. Quando do casamento da irmã, esta teria convencido a mãe a deixar Francisca, com aproximadamente 10 anos na casa de Lienne, alegando que seria o melhor para ela. Assim foi feito. Nas lembranças de Chica, ela sentiu muita saudade da mãe nos primeiros dias, mas depois foi se acostumando e gostando da casa, pois assistia bastante televisão, via filmes e brincava com a filha mais nova de Lienne. Francisca recorda que àquela época tinha uma doméstica na casa, oriunda do Maranhão, mas que ao tirar férias, *nunca mais voltou*. Em decorrência desta situação, Chica relata sua inauguração na atividade doméstica:

Eu ajudava. Aí todo mundo saiu uma vez e não tinha quem fizesse a comida. Isso foi interessante! Aí, pô, mas todo mundo saiu, eu pensei no almoço: Quem vai fazer o almoço? A menina tinha ido embora passar as férias e não voltou mais! Arranjaram uma outra, mas não deu certo. Aí eu disse: Eu vou já fazer o almoço! Peguei, tinha tudo lá, né, eu ficava só olhando, desde cedo eu já, já tava cozinhando. Então, às vezes, eu varria uma casa, as outras coisas eu não sabia fazer. Aí, eu digo, vou já fazer o almoço! Peguei o bife, botei no vinhad'álio, peguei os temperos lá, misturei, a única coisa que eu errei é que eu botei couve, alface, no arroz, fiz uma salada! Mas o bife, pra primeira vez, ficou bom! Com o tempo eu fui aprendendo. Eu tinha uns 11 anos já. Eu fiquei menstruada com 11 anos. Eu era menina, né, aí foi assim, eu fui me adaptando, eu já estudava no Dom Bosco, estudava à noite, fazia o primário, estudava com bolsa, o primeiro ano a Lienne pagou pra mim, aí eu não passei! Aí eu fui lá com a freira, aí a freira arranhou uma bolsa pra mim, que eu estudei todo o primeiro grau, maior e menor, com bolsa. (*Francisca, 06/05/2008*)

Na narrativa de Francisca, sua trajetória escolar é posta em destaque continuamente. Ela explicou que o ensino que teve no interior não foi suficiente para que passasse de ano quando chegou na capital, por isso teve que repetir séries e fazer supletivos até completar o segundo grau e magistério. Foi nos diferentes colégios que passou que Francisca fez amizades e namorou, ainda que não se sentisse à vontade para levá-los em sua casa.

Estudava à noite e no decorrer do dia e dos anos foi aprendendo as atividades domésticas *só de olhar* com Lienne. Como possuía a idade da filha mais nova, ela diz que todos os filhos da Lienne cuidavam das suas roupas e contribuía com a limpeza da casa, apenas no decorrer dos anos é que eles foram casando, saindo de casa, e Francisca foi assumindo as roupas, a alimentação, a casa e, em suas palavras, se tornando a *babá* da Lienne.

Quando o filho mais velho de Lienne começou a trabalhar na Caixa Econômica, sugeriu que Francisca fizesse uma poupança e também começasse a contribuir com a previdência social através da categoria *autônomo*, que ela passou a pagar desde 1994, como professora autônoma. Lienne financiou durante um ano seu colégio e também supria Francisca de roupas e alimentação, mas não a remunerava em espécie, ela apenas começou a ter renda quando passou a vender laços, roupas e acessórios, além de fazer comidas para as festas na Caixa Econômica. Além disso, quando os filhos de Lienne começaram a trabalhar passaram a dar uma remuneração mensal à Francisca:

Quem me dava as coisas no começo era a Lienne, dava roupa, me dava sapato, dinheiro não, me dava essas coisas. Aí, depois que tu (pesquisadora) nasceu é que a tua mãe começou a me dar um dinheiro. Então, eu cuidava da tua roupa, eu cuidava de outras coisas, mas tu tinhas babá, mas quem cuidava das coisas tua era eu. Aí quando ela foi lá pro Orion (prédio), eu comecei a cuidar das roupas. Aí eu lavava roupa, lavava à mão, mas depois, quando eu sofri o acidente, aí eu comecei a lavar roupa na máquina, aí, desde 1991 que tem aquela máquina lá em casa, é como se fosse uma filha lá. Então, ela me ajudou muito, aquela máquina. Faz parte também da nossa vida! Aí, eu comecei a lavar e a tua mãe sempre me deu dinheiro. Os laços, porque a Dona Núbia era vizinha da tua mãe, aí perguntou se eu queria ganhar um dinheiro assim, extra. Aí, como eu já conhecia o pessoal da Caixa, por causa da Ester, né, eu fazia sobremesa pra Caixa (Econômica), eu fazia comida pra ela, cobrava o meu serviço. Aí vendi pra Kiusa roupa, muita roupa eu vendia pra Kiusa, vendia bolsa, vendia bijuteria, eu vendia muito! Eu vendia na Caixa Econômica, eu tinha o dia pra ir vender e o dia pra receber. Aí a Kiusa me dava os meus dinheiro e eu ia guardando, que eu não era besta! Sempre fui esperta! Com esse dinheiro que eu recebia da Núbia, amiga da tua mãe, eu ia guardando. Aí consegui concluir a casa lá no interior pra minha mãe, quer dizer, uma parte, né. Aí comprava as minhas coisas, aí eu comecei a comprar as minhas coisas com o meu dinheiro, assim eu fui fazendo.

Quem pagava o meu colégio era a Lilia, o Luiz e o Paulinho (filhos da Lienne). Eram os 3, eles sempre me ajudaram. Eu cuidava do uniforme do Paulinho, sempre tinha uma obrigação. Eu cuidava do uniforme do Paulinho, tudinho, passava, ele vinha buscar de noite. Aí o Luiz era o Ricardo, que eu ia levar no colégio. E a tua mãe era roupa. Então, eu tinha sempre uma obrigação, não era nada de graça, tudo eu tinha que ter uma função pra entrega. (*Francisca, 06/05/2008*)

Em uma das vezes que Francisca estava indo buscar o filho do Luiz na escola, foi atropelada e acredita que ficou com algumas sequelas, pois, alguns anos depois teve que operar um mioma, teve uma anemia profunda, além de ter problemas de visão e circulação. Ela avalia que as doenças também fizeram com que ela desistisse de continuar tentando o vestibular. Ela chegou a fazer magistério, estágios em dois colégios, inclusive no Dom

Bosco, onde já tinha estudado e foi remunerada pelo seu serviço; e deu aulas de reforço para o sobrinho de uma vizinha, além de alfabetizar uma menina que veio trabalhar na casa de outra vizinha.

Há alguns anos Chica também passou por uma forte depressão e avalia: *Devido talvez eu não ter realizado as coisas que eu queria. Talvez eu tenha forçado a mente, né? Não sei o que foi, talvez eu tenha tendência mesmo a ter esses tipos de coisa. Aí eu tô no tratamento, melhorei, graças a Deus!* O tratamento de que Francisca fala foi realizado por um serviço de psicologia da Universidade Federal do Pará, em que o filho de Lilia a levava e também pelo tratamento espiritual que desde então participa em um centro espírita da cidade.

Além do fato de não conseguir ter realizado seu projeto de vida que era passar no vestibular no curso de Pedagogia, Francisca atribui a eclosão da depressão devido à menopausa e, dívidas que adquiriu no cartão de crédito, comprando coisas para os outros e realizando empréstimos. Contudo, apesar das dívidas adquiridas, quase todas quitadas, a aquisição do cartão de crédito se constituiu como uma ferramenta de grande autonomia em sua trajetória:

Porque agora, por exemplo, eu tenho condições de comprar a minhas coisas! Tenho meus cartões de crédito! Hoje em dia é difícil a pessoa ter! Porque se o cara confiou um crédito pra você, é porque ele tem confiança em você, você entra numa loja, apresenta o cartão, paga. O teu dinheiro. Não fica: “Fulano, dá pra tu tirar isso pra mim? Fulano, dá pra tu tirar isso pra mim?” É, né, não, tu mesmo tem autonomia, tuas coisas, compra a tua roupa! Teus sapatos! Administra! (*Francisca, 09/06/16*)

Desde a cirurgia que Francisca realizou, período em que ficou de benefício¹⁹⁸ como relata acima, Lienne contratou outra funcionária para realizar as atividades domésticas da casa. Aos poucos Francisca foi se recuperando, e há alguns anos a filha mais nova de Lienne retornou à casa com o marido, depois de mais de 20 anos morando no Rio de Janeiro. Sobre esse retorno Chica comenta: *Ah, foi um pouco difícil, né?! Primeiro que me tiraram do meu quarto, né? Aí fiquei sem o meu quarto, que era lá da frente. Mas eu cedi, né?!* Há alguns anos a casa de Lienne foi completamente reformada e financiada pelos filhos. Com as alterações que foram feitas, Francisca ganhou um quarto novo, nos fundos da casa, onde antigamente dormiam os filhos de Lienne, ainda que o quarto esteja reformado e tenha sido construído um banheiro, ele é ladeado pela cozinha e a lavanderia, e bastante quente!

¹⁹⁸ Taxa paga pelo INSS.

Entretanto, após o falecimento do marido de Regina, e esta ter pedido para que a mãe passasse a dormir com ela em seu quarto, Francisca dorme agora no quarto de Lienne.

No início a outra funcionária permaneceu, mas atualmente é apenas Francisca que voltou a realizar todas as atividades domésticas, além de dar banho e cuidar de Lienne, atualmente com 94 anos. Sobre o seu cotidiano:

De manhã cedo quando eu acordo, ligo logo o rádio pra ver as notícias Normalmente, eu acordo 5h30, 6h. Eu não gosto muito de política, não! Eu acho que política é uma, muito mentira! Faço café, arrumo a mesa, aí pego o meu filho (cachorro), vou dar a volta. O meu filho Feliz, o Sou Feliz, dar uma volta. Depois tomo banho, vou, aí tomo o meu café, né? Aí dou banho na Lienne, arrumo ela todinha pra ela fazer a fisioterapia. Às vezes vou pagar conta, no *shopping*, às vezes, vou no comércio. É assim, sempre tem uma, nunca, só vou, quando eu me sento numa cadeira de noite, é pra dormir!

A faxina é só uma vez na semana! Hoje eu teria que ter feito, mas como não deu, eu fui pro supermercado. A faxina que eu faço é assim, passo o pano na casa, por exemplo, o banheiro da velha Lienne, da Lienne, eu limpo todo dia, porque quando ela termina de tomar banho eu passo a vassoura, eu passo, limpo o vaso, todo o tempo o banheiro dela tá limpo e arrumado. Por causa da fisioterapeuta que vai 3 vezes na semana. Então o banheiro fica todo arrumado.

Às vezes, quando eu volto à tarde, eu faço, eu tomo o meu banho a tarde, depois do almoço tomo um banhinho, aí me deito e durmo, durmo uma meia hora de sono assim. Dia de domingo eu não abro mão do *shopping*! Francisca, 09/06/16).

Chica diz que gosta muito de fazer compras, passear no *shopping* e escutar música. A primeira vez que voltou à Itaquara depois que ficou na casa de Lienne foi depois de oito anos! Ela argumenta que é porque era pequena e que depois foi se acostumando e gostando da cidade e já tinha receio que a sua mãe não quisesse que ela retornasse. Com o dinheiro decorrente do seu trabalho ela ajudou a comprar uma casa para a mãe e também cuidou dela durante algum tempo após esta sofrer um derrame. Ela avalia que foi bom ter ido para a cidade, pois se tivesse ficado no interior provavelmente estaria cheia de filhos, que também nunca os teve por não querer ter filhos na casa de terceiros e necessitar *ouvir desaforos*. Gosta de passar férias e ir para a praia de Itaquara, mas não pensa em retornar quando se aposentar. Dentre as atividades que realiza, Francisca diz que o que mais gosta de fazer é cozinhar e o que menos gosta é lavar panelas e tirar poeira dos objetos:

Mas eu gosto de cozinha, a Regina gosta de ficar vendo programa de cozinha, eu não gosto! Desse negócio de ficar vendo programa de cozinha, eu não suporto! Eu gosto de chegar na cozinha e fazer a comida e pronto, e não ficar na frente de uma televisão vendo programa de cozinha!

Eu não gosto de lavar, eu não gosto muito de lavar panela! Nem muito de arrumar casa! Mas eu faço. O que eu mais detesto é passar pano nos móveis! Não suporto esse negócio de tá com paninho! Eu limpo a casa, passo pano, limpo banheiro, lavo, negócio de tá com paninho... Não! Eu não tenho essas paciência não! De ficar tirando bibelô, ficar limpando, não, não, não! Na mesa da minha casa não vai ter nada desses negócio de bibelô! Né? É bom coisa na casa da gente que tenha utilidade pra gente usar e pra enfeitar! Tu não acha, não? Tem que ter coisas na casa da gente que tenha utilidade e a gente possa usar! Que sirva pra enfeite e sirva pra usar!
(Francisca, 09/06/2016)

Refletindo sobre a sua condição na casa, Chica alega que sempre teve diferença e desigualdade dela em relação aos filhos biológicos de Lienne, apesar de considerá-los como uma *segunda* família. A situação que mais a incomodava era quando em momentos de raiva, sua madrinha de crisma dizia que a casa não era dela. Quando isto acontecia, ela diz que tinha vontade de arrumar suas coisas e ir embora. O que ela ainda não fez, mas pretende fazer, já que com o benefício do INSS durante a sua enfermidade e também a renda que os filhos de Lienne lhe dão, conseguiu comprar um terreno decorrente de uma ocupação e vem construindo sua casa há 10 anos, com o modelo bem parecido à antiga casa de Lienne e utilizando várias coisas como pias e guarda-roupas que foram doados, onde pretende ir morar depois que a madrinha *fechar os olhinhos*:

Mas um dia eu disse: Eu ainda vou ter a minha casa! E foi, por isso, que eu batalhei e construí a minha casa, agora eu posso levar quem eu quiser na minha casa! Ninguém vai dizer: Essa aqui não é a tua casa! Isso foi um capricho que eu acho que todo mundo deve pensar como eu. Deve aguentar a barra, estudar, devia trabalhar e procurar ter a suas coisas e não mexer nas coisas dos outros, não é roubar as coisas dos outros, trabalhar com dignidade, porque aí Deus ajuda! Acho que todo mundo devia ver o trabalho nesse sentido. Eu vou conseguir ter as minhas coisas! Não invejar as coisas dos outros. (Francisca, 05/05/2008)

Atualmente Francisca ganha uma renda de aproximadamente 1.200 reais dividida entre os pagamentos de Lienne e seus filhos. Ela pretende pagar suas dívidas, terminar de construir sua casa e tentar pagar um pouco mais o INSS para conseguir uma aposentadoria de dois salários quando completar 60 anos. Depois que Lienne falecer, Francisca pretende ir para a sua casa, ainda que seja aos finais de semana, e deixar uma sobrinha morando lá com a filha durante a semana, pois tem medo de alugar e acabar perdendo a casa.

Eu planejo, eu tenho medo de alugar a minha casa! Em primeiro lugar, né?! De a pessoa entrar lá já, que eu não sei... Já tem luz, tem água lá, que a Cosanpa¹⁹⁹ já entrou lá, né, botou água. Tá praticamente legalizada, só falta a prefeitura entrar com a, fazer o IPTU pros moradores pagarem. Eu tenho impressão que esse ano que vem, eu acho que já vão fazer isso! Porque os moradores são todas casas boas, né, tu vê que a rua é toda limpinha, não é gente suja! Tu reparou, né? Tudo organizado. Tu não vê lixo na rua! Rato, olha que eu fui lavar, nunca vi um rato lá na minha casa! Assim, andando, né, lixo. É seco o lugar, né? Eu gosto daquela rua! Eu gosto daquele lugar lá! Principalmente a minha casa, quando eu entro lá é uma alegria, né? Eu me pergunto: o dono dessa casa sou eu? (*Francisca, 09/06/16*)

Francisca diz que quando finalizar a sua casa pretende mostrar para os amigos o que conseguiu e também realizar capacitação, ou seja, cursos de culinária para pessoas que querem trabalhar como doméstica, mas que não sabem cozinhar, ou nada além da arroz e feijão. Outra possibilidade que ela conjectura seria formar uma equipe para oferecer serviços de *buffet* e decoração para festas. Ao final de nossa entrevista, ao ser questionada se ela gostaria de ter sua identidade revelada, ela disse:

Põe o meu nome! E põe assim: Todo trabalho, não importa a classificação, nem de onde ele virá. O importante é que a pessoa tá trabalhando e tá ganhando o pão de cada dia. Os fins sempre justificam os meios! Quem disse que os fins não justificam os meios, é um mentiroso! Tudo o que se faz, tem que ter algum objetivo pra conseguir! Francisca Vianna. (*09/06/2016*)

¹⁹⁹ Companhia de Saneamento do Pará.

Figura 28: Fotografias da trajetória de Francisca selecionadas por ela





4.1.2 *Hilda: Entre rios, casas, afetos e trabalhos*

Um pouco menos que Francisca, também conheço Hilda de longa data pois ela trabalha na casa dos meus pais há quase 16 anos. Dentre estes, vivi 8 anos com eles, portanto convivendo com ela diariamente neste período e depois por todas as vezes que voltei e volto a Belém. Nascida em 20 de novembro de 1946, este ano ela completará 70 anos, idade que sempre escutei que ela se aposentaria, logo, um momento bastante oportuno para realizarmos uma nova entrevista em que orientei para provocar nela uma reflexão sobre a sua trajetória de vida e trabalho e seus projetos.

Com semelhantes impasses éticos, como no caso de meu encontro etnográfico com Francisca, em relação à Hilda eu era/sou a filha da patroa, mas também a menina que quando ela iniciou no emprego tinha apenas 16 anos e que hoje se faz mulher aos 32. Entretanto, realizando minhas pesquisas com outras interlocutoras, em diferentes espaços, percebi que muitos relatos insistiam que a singularidade do trabalho doméstico era que as trabalhadoras conheciam profundamente a vida dos patrões, e que estes comumente não conheciam nada sobre a vida delas. Isso fez com que o problema de ser a filha da patroa, ainda que com seus limites, proporcionasse certo equilíbrio de conhecimentos, pois neste momento seria uma representante dos empregadores conhecendo a história de vida e avaliações do trabalho e do cotidiano de uma trabalhadora. Desse modo, explicito minha posição de enunciação buscando pensar e refletir junto com Hilda desde pelo menos 2008, quando realizamos nossa primeira entrevista seguida de inúmeras conversas e novas entrevistas sobre as transformações do mundo do trabalho doméstico remunerado e suas controvérsias.

Hilda nasceu em uma terça-feira, no município de Soure, na ilha do Marajó, a 98,3 km de Belém com acesso por rios, em uma fazenda coincidentemente chamada Nascimento. Seus pais biológicos são Benedito de Pinho e Silva e Raimunda de Conceição e Silva, que segundo ela, casaram no dia 8 de dezembro de 1943, 3 anos antes do seu nascimento, e Hilda possui apenas um irmão. Seus pais trabalhavam na fazenda fazendo farinha, queijo, leite e trabalhando na roça, seu pai também cortava lenha para produzir carvão e vender em sua canoa.

Ela também me falou que seus pais de criação são Antônio Melo Cury, cearense; e sua mãe Alice de Oliveira Cury, acreana. Mas antes de continuar relatando sua história, ela salienta que devemos voltar para que ela conte como tudo aconteceu.

O avô paterno de Hilda morava e trabalhava na cidade vizinha de Soure, Salvaterra, consertando barcos. Como é uma praia acabou conhecendo Dona Miracir, que estava veraneando no local e disse que gostaria de levar uma menina para *brincar* com seus filhos. Foi assim que, mesmo a contragosto de seus pais, Hilda viajou para Belém aos 10 anos de idade na companhia de uma tia, para *brincar* com a filha de 4 anos de Miracir.

Mas era igual aqui (emprego atual), cuidava das coisas, ajudava a pequena na cozinha, enxugava, botava a mesa, isso que eu fazia. Mas ainda era pequena, eu era pequena. Naquele tempo não era como no tempo de hoje, de hoje, a menina quase não faz nada, mas naquele tempo a gente fazia. Mesmo quando nós távamos na fazenda, a mamãe dizia que a gente ia pra roça, a gente não arrancava as manivas, mas botava as manivas dentro do paneiro, daí botava na cabeça e vinha trazendo, era assim que era a vida lá na fazenda, porque era muito primitivo, não era como o de hoje, que já tem energia, já tem aquelas coisas todas. Naquele tempo não tinha nada disso. Água, ainda era água de poço! (Hilda, 22/04/2008)

Nesta casa, que era situada no centro de Belém, na avenida Assis de Vasconcelos, Hilda morou por nove meses e diz *eu passei naquela casa uma gestação*. Disse que no início ficou muito triste, com saudade da mãe, mas que quando se distraía tudo melhorava. Contudo, ela começou a ser *torturada* pela dona da casa.

Eu tinha uma impressão que ela era (Miracir), não era muito certa da cabeça, daí já começou a querer me espancar, achava que, ficava assim dando sacolejo, achava que nada tava certo, era aqueles gritos dentro de casa, comigo, era só comigo! Ficava me dando. Ela uma vez pegou, me deu-lhe uma sipuada com o cinto. O marido dela não gostava: Que é isso? Pára com essas coisas! Tá batendo! Daí ela ia, se acalmava. Mas depois eu achava assim que, beliscão. O mesmo beliscão que ela dava em mim, ela dava no filho dela. Isso eu, sabe o que é criança, não presta atenção nessas coisas. A gente ia tomar banho, ela queria dar banho na gente, quando a gente não fazia o que ela, ela dava-lhe coque, daí coque em mim! (Hilda, 22/04/2008)

Sem poder relatar os maus tratos que estava passando aos pais, pois Miracir escrevia cartas dizendo que estava tudo bem e as enviava por barcos no igarapé das Almas, Hilda, ainda menina, circulava pela redondeza do bairro para comprar coisas para a casa. Em uma dessas ocasiões conheceu Alice, que era dona de um bazar, e que sempre a tratava com muito carinho e foi quem identificou as marcas no corpo de Hilda. *Quando foi um dia, toda vez que eu ia lá, daí ela passava a mão na minha cabeça e dizia assim: Mas que pretinha tão bonitinha! Eu ficava tão contente e vinha pra casa*. Então, Alice conversou com um de seus

irmãos que era juiz de menor e que frequentava bastante Salvaterra e os dois decidiram denunciar a situação de Hilda em um jornal, recortar e mandar para a casa de um político do Marajó. Isso porque o marido de Alice tinha sido padrinho de casamento de Miracir e Agenor e não queriam se expor. Foi assim que Hilda lembra que em um domingo seu pai chegou na casa para buscá-la, mas sem relatar a denúncia, apenas dizendo que a mãe da menina estava com saudades.

Passado algum tempo, Hilda começou a insistir com os pais que gostaria de retornar a Belém e que conhecia uma senhora que ficaria com ela:

Mamãe, eu quero ir me embora pra Belém, onde eu conheço uma senhora que ela queria, ela queria ficar comigo! O meu coisa era morar em Belém! Eu era pequena e criança se encanta com cidade! Ela disse: Mas minha filha a gente não conhece. Eu disse: Não mamãe, eu sei! Olha isso foi em 1957, eu tinha 10 anos, eu ainda tinha 10 anos, ia fazer 11 anos. (Hilda, 22/04/2008)

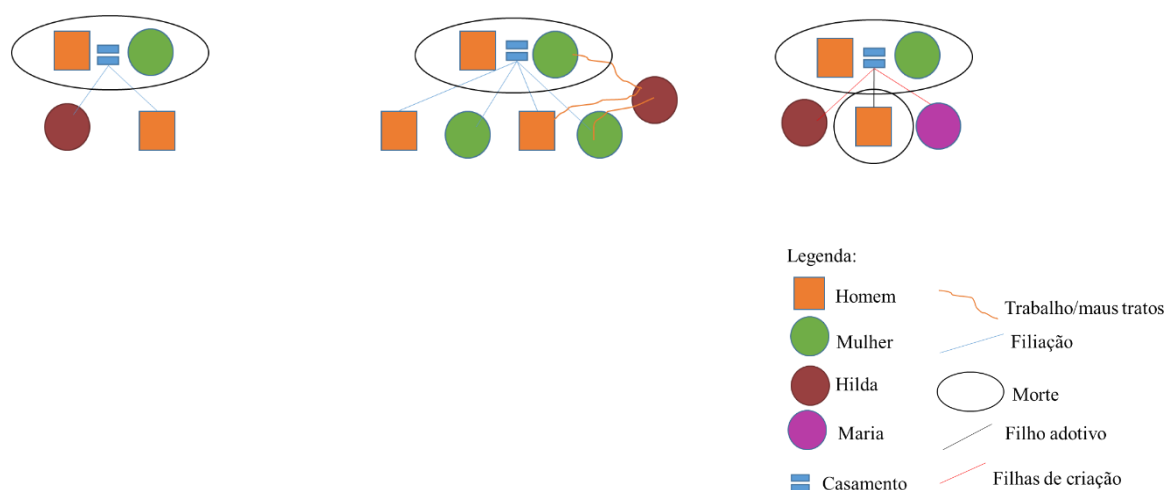
O pai a trouxe para Belém em uma segunda-feira, no dia 12 de agosto de 1957. Hilda narra que chegaram na casa de uma tia que morava no bairro Telégrafo, na rua José Pio e que mesmo sendo bastante nova, foi guiando o pai pela rua Senador Lemos, até encontrar a loja de Alice, que era na frente da confeitaria Damas. Quando identificou, falou ao pai que tinham chegado e ele disse que tinha vindo *entregar* a menina para a senhora. Alice ficou feliz em ver Hilda e disse que apesar de não ter filhos, ficaria com ela, *eu vou criar ela como se fosse a minha filha*. Hilda lembra que ficou radiante e que desde aquele momento também acolheu Alice como mãe. Após alguns anos a doméstica que trabalhava na casa de Alice engravidou, decidiu voltar para a sua cidade, Ourém, e o casal adotou o filho dela Paulo. Passado mais algum tempo, em uma visita da mãe biológica de Hilda, trouxe com ela Maria, com apenas 9 anos, dizendo que Hilda era madrinha da menina, Alice então também decidiu ficar com ela, assim, os cinco formaram uma família.

Além disso, a mãe de criação disse à Hilda que teria sido ela, o marido e seu irmão que tinham realizado a denúncia para que seu pai viesse buscá-la. Hilda interpreta sua chegada em casa de Alice como um *renascimento*, algo transcendental que apenas poderia ser explicado em termos espirituais, como se uma tivesse com a outra uma *dívida* de outras encarnações.

Após algum tempo a família biológica de Hilda mudou-se para Belém e ela passou a ter contato com seus pais e irmão, os compadres de Alice e Cury. Inclusive relatou que seu

pai de criação deu um carro para que seu irmão biológico começasse a trabalhar como taxista, tudo para agradá-la.

Figura 29: Arranjos em que Hilda esteve inserida (família biológica, família de Miracir, família de criação)



Hilda morou com seus pais adotivos desde então, ganhando ainda dois irmãos, Paulo, que veio a falecer com 17 anos, após uma parada cardíaca, e Maria, atualmente com 58 anos, que considera como filha, *a Maria eu considero como uma filha minha. Eu sou pra ela, parece que eu sou uma mãe. Nunca tive filho, não me arrependo, porque tenho esta filha, que às vezes eu pergunto: Será que se eu tivesse uma filha, será que era como ela? Esse amor que ela tem por mim, esse cuidado, eu acho que não! Não seria não!*

A família passou por várias dificuldades financeiras, quando seu pai perdeu 4 lojas, eles tiveram que mudar-se para uma casa modesta e ele foi vender cachaça em um caminhão. Essa situação perdurou-se por 9 anos, quando ele teve uma oportunidade de emprego na Celpa²⁰⁰ a vida deles melhorou, com ele comprando a mesma casa em que moravam antes.

Após o falecimento do pai e depois da mãe de Hilda e Maria, as duas tiveram como herança a conta bancária da mãe e o compartilhamento da casa junto com uma sobrinha biológica de Alice. Contudo, Hilda explicou que esse fato gerou uma crise na relação entre elas, evidenciando ainda mais o fato de que a família de Alice não aceitava que ela tratasse Hilda e Maria como filhas. *Mas só que a família da mamãe não me aceitava! Como até o*

²⁰⁰ Centrais Elétricas do Pará.

dia de hoje, não me aceita. Às vezes eu digo assim: Maria, será que é por causa da cor? A Maria: É isso Hilda, que elas não suportam preto! Elas não gostam de preto! A Maria é mais clara, mas o Paulinho não, e a gente nota isso!

Então, esta sobrinha junto à mãe, recorreram à Justiça para que elas vendessem a casa e dividissem o dinheiro em 3. Acontece que ela já tinha casa e Hilda e Maria não tinham e nem queriam sair dali. Hilda narra que em sua casa a maior parte do tempo tinham domésticas e que ela e Maria ajudavam nos afazeres domésticos, mas que não era trabalho pesado. Apenas com o envelhecimento, as duas se revezavam nas atividades da casa e nos cuidados com a mãe. Mas, como não tinham sido adotadas por Alice, que tentou fazer isso, mas como já teria mais de 80 anos não pôde, no entrave jurídico Hilda acionou sua identidade, que poderia ser ambígua, no arranjo familiar, para garantir a posse da casa:

Quando foi um dia eu disse assim pra Maria: Olha Maria, que ela começar com outra coisa eu vou juntar os meus 42 anos com os teus 30 (de trabalho), parece que tu tens 30 anos que tu estás aqui, a mamãe tem escrito num papel a data que nós chegamos. (...) Olha, se ela tiver 200 mil pra me dar, 100 pra mim, 100 pra Maria, amanhã ela fica com a casa! Ah, mas ela não tem! E são 72 anos pra pagar! (*Hilda, 22/04/2008*)

Então Hilda e Maria conseguiram permanecer em sua casa. Com o falecimento da mãe e do pai, as duas também precisaram começar a trabalhar fora de casa, e mesmo que Hilda tenha estudado no ensino intermediário²⁰¹ e depois completado o primeiro grau, argumenta que gostava mais de namorar do que de estudar, então optou por não levar os estudos adiante.

Fiquei tomando conta da casa, porque depois que eu deixei de estudar, pois foi quando o papai já teve problema do coração. Daí, eu já tinha de ficar em casa, porque tinha medo que ele tivesse um negócio! Daí eu peguei, não fui. Mas o que eu sabia, já dava! Como dá até hoje. Porque o meu caso era me aposentar, então foi! O papai que começou a pagar minha aposentadoria, depois ele foi, a mamãe ficou pagando, depois ela foi, eu fiquei pagando. (*Hilda, 22/04/2008*)

Como ficava bastante em casa, Hilda observava o trabalho das domésticas que passaram por lá e também o que sua mãe fazia; assim aprendeu e começou a cozinhar, atividade que mais gosta. Por isso, começou a fazer quentinhas²⁰² e vender no horário de

²⁰¹ Ocorria no período de 10h30 às 14h.

²⁰² Recipiente normalmente de papel alumínio utilizado para armazenar comida.

almoço. Para divulgar seu trabalho fez uns folhetos com opções de cardápio por dia e pedia para que as pessoas encomendassem um dia antes.

Com a ajuda de Maria, Hilda vendeu quentinhas por 4 meses, mas teve um problema grave na vista, glaucoma, e disse que foi orientada pelo médico a procurar emprego em uma casa de família, onde o trabalho seria mais leve e ela não precisaria ficar cozinhando até altas horas da noite. Nesse tempo ela também fazia faxina em um escritório próximo a casa delas, atividade que ela também alega que aprendeu apenas de observar os outros fazendo. Dentre as atividades domésticas, ela diz apenas não gostar de passar roupa. Na mesma época Maria começou a fazer unhas e foi contratada por um salão de beleza onde permanece.

O primeiro emprego de Hilda como cozinheira foi na casa de uma amiga de sua falecida mãe, Dona Eliete, que morava na rua Conselheiro Furtado, em que ela permaneceu apenas por 9 meses, pois a patroa apenas queria comer picadinho (guisado, carne moída), arroz, feijão e macarrão todos os dias e Hilda gostava de maior diversidade. Então, em uma viagem que a patroa faria, ela aproveitou e disse que sairia do emprego.

Daí eu inventei e disse assim: E a senhora vai viajar, né, vai pra Miami. Só podia ir pra Miami, comendo o que comia, né? (risos). Ela disse: Ah, eu vou pra Miami, não sei o quê, quando tu voltar eu te digo qualquer coisa. Tá, tá legal! Daí eu procurei logo de arranjar outro emprego! (*Hilda, 07/06/16*)

Na segunda casa Hilda permaneceu apenas por 15 dias e também se queixou que a patroa não permitia que ela realizasse faxina para não desarrumar as coisas. Ela dizia que era apenas para lavar louça, limpar o banheiro e fazer sucos. Mas Hilda precisou sair porque Maria teve catapora, ficou doente por 2 meses e ela ficou lhe auxiliando.

Seu próximo emprego foi na casa de Dona Marlene, em que ela trabalhou como empregada polivalente, realizando a limpeza da casa, a lavagem das roupas, a cozinha, além de levar e pegar a filha da patroa no colégio; mas ela ficou apenas 6 meses, também devido aos impasses com a alimentação da casa.

Depois foi pra outra, aonde eu passei 6 meses, aonde eu perdi 6kg! (risos) (Por que?) Por que? Ela não gostava de comer! Não, não gostava de comer! Nem ela, nem a filha. Muito bem, passei uns 6 meses... Mas não dava certo não, não dava certo porque elas não gostavam de comer! Chegavam na hora do almoço, o almoço tava pronto, daí ela dizia assim: Ai, eu estou estressada! A Lorena (filha): Ai, eu estou estressada! A senhora está estressada? Tô! Ah, então tu guarda a comida. Eu digo: Não senhora, eu vou tirar a comida pra mim, depois eu guardo. Ah, não, mas olha, tu, não!

Tu não está com fome! E dizia que eu não tava com fome! (*Hilda, 07/06/16*)

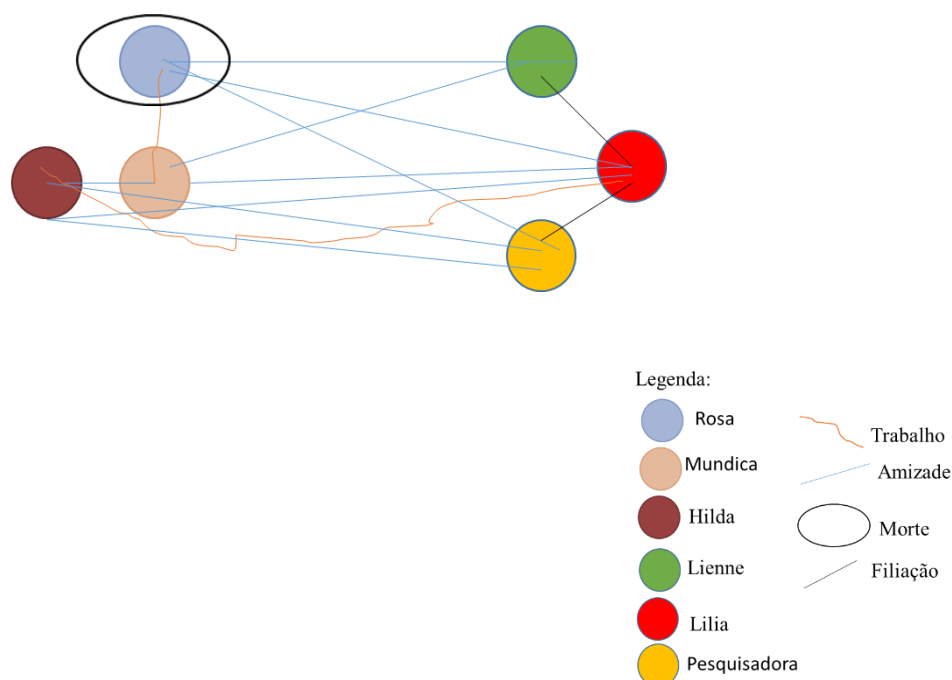
Ainda no período em que trabalhava na casa de Marlene, na rua Tiradentes, próximo à sua casa (rua Manoel Barata), Hilda diz que conversou com uma amiga e pediu para que se ela soubesse de algum emprego, que lhe avisasse. Sua amiga de colégio, Mundica, trabalhava na casa de Rosa, vizinha de Lienne, mãe de Lilia que estava procurando uma trabalhadora doméstica. Rosa disse à Hilda que era uma casa de *gente muito rica*, que faziam coquetéis todas as semanas e perguntou se Hilda sabia fazer canapés. Amedrontada ela diz que decidiu não tentar o emprego.

Durante esse período ela também trabalhou como acompanhante de uma vizinha idosa, passava as noites com ela, por aproximadamente 4 meses, Dona Felicidade, que morreu um pouco depois de Hilda ter começado a trabalhar no emprego atual e deixado de trabalhar para ela.

Ela iniciou no emprego atual no ano 2000, pois Lilia continuava procurando uma trabalhadora doméstica. Hilda resolveu ignorar as pressões de Dona Rosa e experimentar o novo emprego, ainda que com duas crianças e mais uma adolescente, pois anteriormente apenas tinha trabalhado em casa com poucas pessoas.

Muito bem, de manhã chamava e tudo (os meninos), e cortava o pão todinho. Lá (no emprego anterior) ela (filha da patroa) não tomava café, não queria saber de nada, às vezes, não queria nem tomar banho, ia assim mesmo. E aí não, aqui não, foi diferente. Então, eu vou lhe dizer uma coisa, aqui foi muito melhor! Eu que tava dizendo, gente, aqui, parece que eu me sinto dentro da minha casa! Eu sei tudinho onde é que está as coisas, onde é que deixa de não estar, e tem uma coisa, eu fui me agregando à família. Foi assim, digamos assim, foi conquistando a família, conquistando vocês, eu acho também que vocês me conquistaram. Porque que eu não tivesse conquistado, que quando eu me aposentei, eu tinha capado o gato! (*Hilda, 07/06/16*)

Figura 30: Rede de inserção em campo - Hilda



Na casa de Lilia, Hilda permitiu que sua carteira de trabalho fosse assinada pela primeira vez, após o pai e a mãe terem feito. Ela narra que quando foi sancionada a primeira lei das domésticas, seu pai decidiu assinar a carteira dela e da Maria, para que elas pudessem se aposentar e não ficassem desamparadas. Quando o pai faleceu, Hilda recorreu ao INSS e decidiu mudar sua categoria para *autônoma*, passando a contribuir com o equivalente a 3 salários mínimos. Nos empregos anteriores ela recebia um salário e no atual mais de 1 (1.100 reais). Entretanto não permitiu que as patroas assinassem a sua carteira:

Porque pra eles não sujarem a minha carteira com nomes feio, uma era Marlene Rodrigues, o outro era não sei quê. Não senhor, não tem nada disso! Deixe aí! Eu não sentia assim que estava aquela, fosse assim, uma coisa assim, bacana, que desse pra assinar uma carteira, sabe? A única pessoa que assinou a minha carteira foi o papai, depois a mamãe que tinha de assinar a carteira e aí eu deixei assinar a Dona Lilia, que é, a minha carteira é assinada. São os três, mas os outros que eu passei? Ninguém assina! Não deixava! Não, eu não quero! (Hilda, 07/06/16)

De acordo com Hilda, um bom emprego é quando o salário é pago de forma correta, e as atribuições que são estabelecidas no primeiro contato são cumpridas, e isto inclui a obediência da jornada de trabalho de 8h estabelecida pela nova Lei, que é também a maior dificuldade no seu emprego atual, também vivenciada por várias trabalhadoras do mesmo

prédio em que Hilda trabalha (novamente na rua Tiradentes). Hilda diz que o emprego doméstico pode ser difícil quando a patroa fica acompanhando o trabalho e dando ordens; já a vantagem do emprego seria a alimentação gratuita e a flexibilidade de horários, pois quando precisa sair mais cedo ou faltar, pode conversar e se *a patroa for legal*, seu salário não é descontado.

Ah, menina, chato trabalhar é aquela que fica, minha filha, digamos assim: Fulana! É isso. Fulana! Vem aqui! Fulana! Tu já fizeste isso? Fulana! Tu já fizeste... Passa o dia todo nisso e nada faz! Então, isso é uma patroa chata! Uma patroa que não pode ver um pingo de água cair no chão: Olha, tá tudo melado! Pera lá! Não cai água? Na cozinha. Isso é patroa chata! (Hilda, 07/06/2016)

Logo quando iniciou o emprego, Hilda chegava muito cedo 6h30 e saía apenas às 19h, hoje as coisas mudaram. Ela também realizava todos os afazeres domésticos, com exceção de passar roupa, pois já tinha outra profissional nesta tarefa mesmo antes dela iniciar. Contudo, com o passar do tempo, ela adoeceu e foi ficando cansada, então sua patroa contratou a passadeira para também realizar a faxina pesada da casa uma vez por semana. Agora, Hilda trabalha predominantemente como cozinheira no emprego.

Apesar de Hilda continuar trabalhando, ela já é aposentada. Desde que eu a conheci ela diz que pararia de trabalhar quando fizesse 70 anos, isso se realizará em novembro desse ano. Segundo ela, o filho mais novo de sua patroa, com quem é muito apegada e o chama de *filho*, ela ainda estaria muito nova para parar. Além da aposentadoria, que sempre foi seu sonho de realizar, quando parar de trabalhar, ela pretende ficar em casa, descansar, andar, passear no *shopping*, que gosta muito, além de escutar música, outra atividade que também aprecia bastante! Ela é solteira, mas tem um relacionamento de aproximadamente 30 anos. Além disso, frequenta a casa das primas e do irmão, desde que sua mãe faleceu e ela pôde sair mais de casa.

Se não fosse doméstica, Hilda gostaria de ter sido professora, mas argumenta que o emprego da trabalhadora doméstica tem se tornado a cada dia mais valorizado: *Hoje em dia Luísa, tá tão valorizada a doméstica, que nós temos cartões mana! Esse celular bacanudo, a gente tem! Por que? A gente tem cartão! Então, a gente está quase chegando junto do patrão! É isso que é!*

Ela lamenta não poder usufruir dos novos direitos da categoria como o FGTS, pois teme que pelo fato de ser aposentada não tenha mais nenhum direito e deseja que a próxima

conquista das trabalhadoras seja ter os sábados livres. Hilda diz que com os novos direitos as domésticas - ainda que com algumas dificuldades de adaptação, como por exemplo o horário de almoço, já que preferem terminar tudo e ir embora mais cedo - estão se sentindo mais valorizadas, com mais informações e já não se submetem à muita exploração ou humilhação.

Mas acontece (risos), que muitas não querem ficar descansando! Elas querem continuar, é uma briga! Elas querem ficar trabalhando aquele horário. A Dona Sônia, bota a empregada dela, é hora do descanso! Eu não quero ficar descansando que eu não tô cansada! Olha, tu fica porque depois tu vai chegar lá, tu vai dizer que eu não dava a meia hora pra ti. Fica aí sossegada! Ela diz, Dona Hilda, só falta me trancar no quarto! Eu não quero um negócio desse! Eu quero é terminar o serviço! (risos) (Hilda, 07/06/16)

Refletindo em torno do uso do uniforme ela argumenta: *Às vezes, é pra distinguir a babá da patroa. Porque às vezes a babá, às vezes é uma babá bonita! Bonita! E, às vezes, a patroa não é lá essas coisas, daí pronto! Então é por isso que elas têm de ir de uniforme, saber que você é a babá, você que tem que tá correndo atrás do menino, e eu fico só aqui! Só olhando, né?*

Nos últimos meses Hilda esteve bastante adoentada, primeiramente tendo que realizar cirurgias nos olhos e depois começou a inchar sem saber o diagnóstico correto. Devido a isto ela ficou afastada do emprego por aproximadamente 3 meses. Agora está de volta e ainda se recuperando. Apesar de não participar do sindicato, alegando que prefere manter a amizade das patroas, Hilda é bastante informada no que diz respeito aos direitos das trabalhadoras domésticas e muito querida e respeitada por todos no prédio em que trabalha, inclusive já tendo recebido outras propostas de emprego.

Figura 31: Fotografias da trajetória de Hilda selecionadas por ela.



4.1.3 Jogo de memórias: ritmos e sobreposições

As duas personagens em questão desempenham atividades domésticas na cidade de Belém e são advindas de pequenas cidades do interior do estado, em que a conquista da cidade e do estilo de vida urbano se constituem como as justificações de uma vida melhor. Os processos pelos quais as duas passaram para chegarem à capital foi mediado por parentes, no caso de Chica a irmã que já trabalhava de babá na mesma casa, e a mãe. E no caso de Hilda, primeiramente através do avô e de uma tia, e posteriormente através de sua própria agência. Nas narrativas de ingresso tanto da irmã como na sua, Chica, e também Hilda, salientam que vieram para essas casas para *brincar*, quando, *de repente* começam a assumir todas as atividades domésticas da residência. Além disso, a idade de 10 anos parece ser recorrente no início das trajetórias dessas mulheres, ainda meninas, nas cidades em questão.

Ainda que Francisca tenha permanecido em apenas uma casa e preste serviços ou *obrigações* para várias pessoas do núcleo familiar o qual está inserida, e seja remunerada por isso e Hilda tenha se deslocado após o falecimento dos pais de criação, quando as atividades domésticas que realizava se constituía como *ajuda* e *cuidado* aos pais de criação, as duas mulheres ingressaram em redes de parentesco e compadrio e acabaram por desenvolver atividades domésticas e, sobretudo de cuidados quando do envelhecimento daqueles que as receberam. Elas atribuem sua presença nos arranjos familiares aos quais estão/foram inseridas, sobretudo na relação com a mãe de criação e a madrinha, ao *divino*. Hilda considera que os maus tratos que viveu na casa de Miracir foram uma *provação* que ela tinha que passar para então conquistar os pais de criação e que, provavelmente sua mãe de criação e ela teriam uma relação e dívidas de outras *encarnações*, por isso, a relação tão forte entre elas, mesmo sem o vínculo sanguíneo. Já Francisca, avalia que cansou de tentar passar no vestibular porque chegou à conclusão de que sua missão nesta *encarnação* deva ser cuidar das pessoas. Ela também explica o forte vínculo com o cachorro que tiveram, como uma ligação de outras vidas, em que ele seria o filho que ela não teve nesta²⁰³.

As duas estudaram, mas a narrativa de Chica é toda permeada pelos diferentes colégios e estágios de sua formação escolar. A cada momento que relata seu cotidiano na casa de Lienne, também o associa a etapa em que estava e os amigos que fez em cada escola, explicitando também grande pesar por não ter conseguido ingressar no Ensino Superior e se

²⁰³ Isto em relação ao primeiro cachorro que já morreu. Atualmente elas têm outro que Francisca também chama de *filho*.

tornar professora. Já para Hilda, a escola foi vivenciada bem mais como uma etapa de lazer e namoro, a qual ela abandonou sem grandes pesares para cuidar do pai doente.

A preparação de alimentos é a atividade preferida das duas, sendo que Francisca permanece realizando na casa de sua madrinha e Hilda nos empregos que ocupou após o falecimento dos pais. As duas têm suas casas próprias, Hilda tendo herdado dos pais e morando bem próximo do emprego e Francisca morando bem perto de Hilda, mas com sua casa própria bem longe do centro, ainda que vizinha dos parentes que vieram do interior. Diferente de Hilda, Francisca diz não ter interesse de trabalhar como doméstica, e depois que Lienne falecer pretende dar cursos de gastronomia e trabalhar com encomendas de festas. Quando parar de trabalhar, Hilda pretende descansar, curtir a sua casa e passear.

Na narrativa de Hilda, o encontro com a mãe de criação tem uma densidade muito forte, em que ela narra um período em que foi maltratada, como se tivesse sido necessário, para que posteriormente fosse agraciada com pais de criação carinhosos de que a proveram de afeto e bens materiais. Por isso, o mundo do trabalho só teria sido necessário quando da morte deles.

As duas estabeleceram relações de afeto com as famílias em que viveram na capital, entretanto a ambiguidade de suas condições fez com que Hilda ameaçasse acionar seus direitos trabalhistas na iminência de perder a casa herdada da mãe; e Francisca relatar que nos momentos de raiva, Lienne dizia que aquela casa não lhe pertencia e que, portanto, para ela, conseguir ter a sua casa própria é uma grande realização.

As duas mulheres, desde novas, investiram na contribuição à previdência social, na condição de autônomas, apesar do pai de Hilda a ter registrado primeiramente como doméstica, e suas aposentadorias são tomadas como os momentos de maior emancipação, quando elas puderam começar a comprar as suas coisas, além de obter cartões de crédito, prática que as aproxima do mundo dos patrões.

Em suas narrativas elas se colocam como diferentes das demais trabalhadoras domésticas, mas dependendo do contexto também se inserem no *nós* do grupo. Em suas trajetórias, as atividades domésticas e de cuidado são recorrentes, ainda que elas prefiram trabalhar apenas como cozinheiras.

As duas são solteiras, apesar de Hilda ter um namorado e reproduzir a prática em que esteve envolta, tendo também uma filha de criação. Já Francisca, compartilha com Lienne e Regina a posse de um cachorro a quem chama de *filho*.

As duas protagonistas da cidade de Belém gostam de ir ao *shopping*, dançar e escutar música. A cidade grande as fascinou fazendo com que não tivessem interesse em retornar às suas de origem, apenas indo nas férias, por curtos períodos de tempo, mesmo que possuam relações com membros das suas famílias biológicas.

O momento em que Hilda foi maltratada na casa de Miracir, além de não ter sido aceita pela família de sua mãe de criação, quando sofreu racismo, porque *eles não gostam de preto* e Francisca sentiu-se desigual, foram relatados com emoção e pesar; mas, ainda assim, nutrem forte gratidão pelas matriarcas que as receberam, com Francisca enfatizando que permanecerá na casa enquanto Lienne estiver viva.

Emancipadas financeiramente tardiamente, Hilda narra sua infância e adolescência de maneira bastante feliz, já Francisca um pouco mais insatisfeita às *obrigações* que tinha que cumprir e à falta de privacidade na casa; tendo conseguido a sua através do benefício que recebeu quando estava doente. Ao final, parece que *os fins justificaram os meios*, mesmo com toda a dedicação, isolamento e repetição que o trabalho doméstico na casa de terceiros pode provocar.

Tabela 22: Dados das entrevistadas de Belém

<i>Nomes</i>	<i>Francisca</i>	<i>Hilda</i>
<i>Idade</i>	53	69
<i>Cidade de origem</i>	Itaquara – Baião/PA	Soure/PA
<i>Anos em Belém</i>	Aprox. 40	Aprox. 55
<i>Escolaridade</i>	Ensino Médio Completo/Magistério	Ensino Fundamental Completo
<i>Endereço</i>	Rua Aristides Lobo, 1784 – Reduto	Rua Manuel Barata, 40 – Reduto
<i>Estado civil</i>	Solteira	Solteira
<i>Filhos</i>	Não	Sim
<i>Configuração atual de trabalho</i>	Mensalista/Agregada	Mensalista

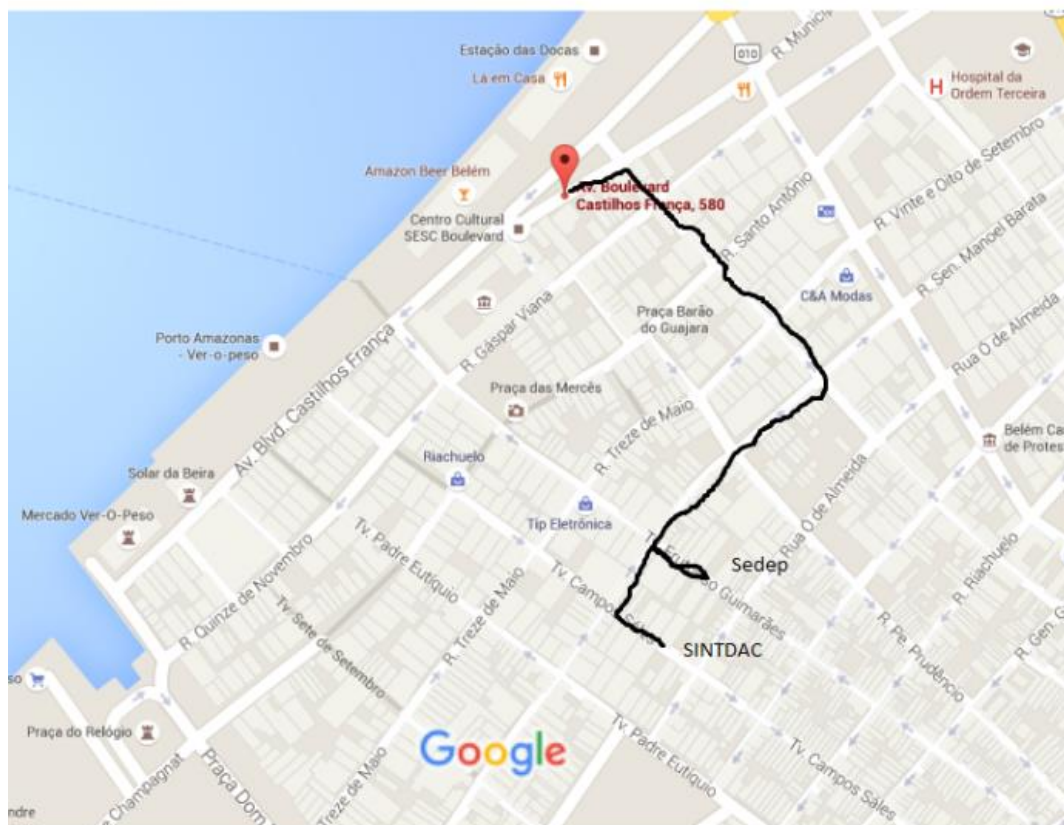
4.2 O SINTDAC: Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, Arrumadores e Camareiros dos Municípios de Belém e Ananindeua do Estado do Pará

Com o intuito de pesquisar diferentes dimensões e espaços onde o trabalho doméstico remunerado ou na casa de terceiros é vivenciado, como as pessoas que o desempenham se articulam e participam das esferas de poder, visando à garantia de seus direitos, juntando-se a mobilizações mais coletivas em prol da categoria, decidi ampliar minhas pesquisas de campo em Belém, saindo do encontro com trabalhadoras domésticas nas casas de seus patrões, para chegar ao sindicato dos trabalhadores domésticos.

Minhas incursões ocorreram no mês de maio de 2013, portanto logo após a instituição da Emenda Constitucional 72, de 2 de abril de 2013. Após uma busca pela *internet* fui em direção ao sindicato que se localizava no Boulevard Castilhos França, n.º 580, na região central de Belém. Ao chegar lá e caminhar pelos arredores não encontrei o sindicato, então decidi pedir informações em uma loja de venda de acessórios para celulares e descobri que o sindicato teria sido ali mesmo, mas que tinha mudado de localização. Sem saber o que fazer, um dos rapazes me ajudou perguntando para um senhor que andava pela redondeza, vendedor de jogos lotéricos, que me informou que o sindicato continuava nas proximidades, então eu teria que dobrar a primeira rua à esquerda, caminhar aproximadamente 3 quadras, encontrar o *beco da palmeira* e entrar na rua de trás. Agradei aos dois e segui as instruções. Quando cheguei ao local indicado, ainda sem identificar o sindicato, entrei em uma lanchonete e pedi informações. Um senhor que estava na porta pediu para outro que estava passando que me levasse até o *Nogueira*, advogado que trabalhava com questões relativas ao emprego doméstico e que poderia me ajudar. Acompanhei o senhor por duas quadras até uma casa, onde descobri ser o sindicato dos empregadores domésticos do estado do Pará SEDEP, localizado na Travessa Frutuoso Guimarães, n.º 528, ainda no centro, bairro Comércio.

Naquela ocasião tive oportunidade de conversar com Nogueira, presidente do sindicato, além de conhecer por telefone Lucileide, a presidenta do sindicato dos trabalhadores domésticos, que combinou de conversar comigo no dia posterior, que seria o dia 10 de maio. Também descobri que o sindicato das trabalhadoras se localizava a apenas uma quadra do sindicato dos empregadores, na Travessa Campos Sales, n.º 542.

Figura 32: Itinerário do antigo sindicato, passando pelo SEDEP, até chegar no SINTDAC



No outro dia, por volta das 16h, compareci ao sindicato, que descobri agregar as categorias de camareiras e arrumadeiras. Diferente do sindicato dos patrões que eu havia conhecido no dia anterior²⁰⁴, este se localizava em uma casa antiga, sem reformas e com uma fachada descuidada. Toquei a campainha por algumas vezes, mas não obtive resposta. Então decidi ligar para *Lucileide*, que me atendeu pedindo desculpas, pois, não poderia comparecer ao sindicato, já que tinha sido chamada pela Central e estava se organizando para viajar à Brasília. Ela disse que apenas retornaria ao final do mês, mas que eu poderia ir algum dia, durante o horário de funcionamento do sindicato, que seria de 8h às 12h, e 14h às 17h de segunda a quinta e sexta-feira apenas pelo período da manhã, e conversar com o Ilson, o Edwaldo ou a Rosileide. Algo frustrada, agradeci à presidenta e decidi voltar ao sindicato na semana seguinte e fazer o que ela me instruiu.

²⁰⁴ Descreveremos melhor a sede e nosso contato com o SEDEP no capítulo 7.

Figura 33: SINTDAC, Fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora



Na semana posterior fui ao sindicato por volta das 14h30 e fui recebida e atendida por Waldir, que depois eu descobri ser o Edwaldo, uma das pessoas que Lucileide indicou-me para conversar. Me apresentei e de forma bastante amigável, o sindicalista, na faixa de 45 anos, aceitou conversar e que eu o entrevistasse, mesmo salientando que estaria apenas assessorando o sindicato, devido sua longa trajetória no movimento sindical dos vigilantes.

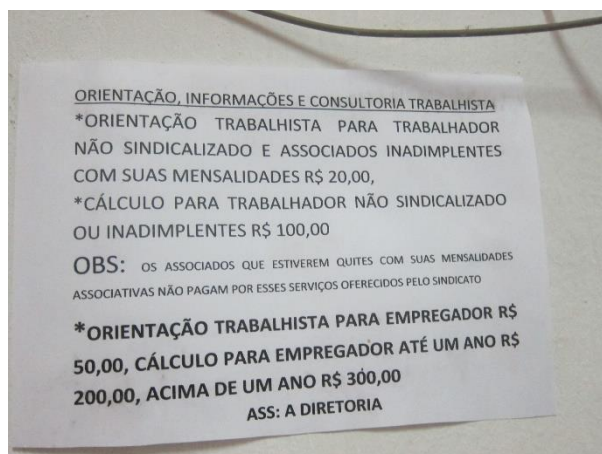
Edwaldo está atuando no SINTDAC, à convite da presidenta, desde 2011, quando fizeram um convênio com o Instituto Mineiro de Desenvolvimento – IMDC para a realização de cursos de capacitação para trabalhadores domésticos: Cozinha, Cuidador(a) de idosos e crianças, Arrumador(a)/Camareira. Edwaldo argumenta que os cursos foram realizados na escola pública Benjamim Constant, com o material didático enviado pelo IMDC e facilitados pelo sindicato. Segundo ele, a carga horária total foi de 200 horas e participaram aproximadamente 300 alunos. Destes, eles teriam conseguido encaminhar uma média de 70% para algum emprego.



Após a participação neste projeto, Edwaldo começou a atuar de maneira mais efetiva no sindicato a partir de março de 2012. Ele é responsável pelo atendimento ao público, os informando da legislação e também realiza cálculos trabalhistas.

Para que possamos descrever a organização e manutenção do SINTDAC, é importante contextualizar que ele foi fundado em 1994, por Lucileide Mafra Reis, que lhe preside desde então. Além dela, Ilson é o secretário-geral, Rosileide a secretária de finanças e Waldir um assessor que está prestando serviços. O SINTDAC está vinculado à Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, a qual Lucileide se referiu em nossa conversa pelo telefone, quando foi chamada pela *central* a Brasília. O sindicato se mantém através das mensalidades das associadas, que equivalem a 25 reais mensais, mas são bastante reduzidas, pois apenas 2% pagam. De acordo com o sindicato eles teriam em média 12 mil associadas, número bem diferente dos institutos de pesquisa, em que aparece como baixando para menos de 1 mil o número destas para o ano de 2014.

Então, para aumentar o rendimento do sindicato, eles também cobram taxas de orientação e elaboração de cálculos para trabalhadores (100 reais) e empregadores (200 reais), para funcionárias com até um ano de trabalho, sendo 300 reais de um ano ou mais no emprego, pago pelo patrão. Edwaldo também me chamou atenção sobre o imposto sindical anual, que mesmo pouco conhecido, equivaleria a remuneração de um dia de trabalho da trabalhadora doméstica, devendo ser pago pelo empregador normalmente em março de cada ano, mas descontado do salário da funcionária. Em 2013, ele equivaleu a 21,87 reais.

Figura 34: Aviso - Taxas pregado na parede do sindicato. Foto de 2013 – Autoria da Pesquisadora.

Figura 35: Comunicado Imposto Sindical, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora²⁰⁵.

 <p>SINDICATO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS, ARRUMADORES E CAMAREIROS DOS MUNICÍPIOS DE BELÉM E ANANINDEUA NO ESTADO DO PARÁ-SINDAC/PA CNPJ: 00.245.962/0001-00 FUNDADO EM 28 DE ABRIL DE 1994, FILIADO A FEDERAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DA REGIÃO AMAZÔNICA-FETRADORAM, e-mail: sindacpa@hotmail.com</p> <p align="center">COMUNICADO</p> <p align="center">CONTRIBUIÇÃO SINDICAL – TRABALHADOR DOMÉSTICO</p> <p align="center">AOS EMPREGADORES DOMÉSTICOS</p> <p>Prezados Senhores,</p> <p>Como é de conhecimento, em 31 DE MARÇO, VENCE O PRAZO PARA O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DE TRABALHADORES referente ao exercício de 2013, conforme Artigos 578 a 610 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>Evidente que muitos EMPREGADORES DOMÉSTICOS não sabem da existência deste Sindicato e por este motivo cumprem o dever não apenas de informar-lhes a este respeito, como também dos procedimentos e motivos tais quais seguem para recolhimento da contribuição sindical dos trabalhadores domésticos de forma administrativa, equivalente a um dia de trabalho no mês de Março de cada ano, não podendo ser inferior ao de um salário mínimo, e que para o ano de 2013 o VALOR DA CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER será de: R\$ 678,00 / 31 = R\$ 21,87 (vinte e um reais e sete centavos).</p> <p>É importante informar que quase todos os CLIENTES de escritórios contábeis são Empregadores Domésticos e como tal, pedem para o seu contador fazer também a contabilidade de seu(s) empregado(s) doméstico(s).</p> <p>Importante lembrar que tal procedimento administrativo, visa evitar a competente medida judicial para cobrança da Contribuição Sindical.</p> <p>Se você tiver dúvidas procure o Sindicato para saber o procedimento para o recolhimento da contribuição sindical. Dívidas também pode serem tiradas, através do (e-mail: sindacpa@hotmail.com - Fone: 3224-2405) ou da Assessoria Jurídica do SINDICATO (SITE: www.juridias.com.br - e-mail: juridias@juridias.com.br - stjubelem@stj.com.br), e também no SITE da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (www.caixa.gov.br), onde, através de Boleto será feito o recolhimento da Contribuição Sindical.</p> <p>E se o Empregador não concordar em descontar e recolher a Contribuição Sindical, o que acontece?</p> <p>1º) É importante deixar claro para o Empregador que não é ele quem paga. É a sua empregada, ou empregado. Ele apenas promove o procedimento e desconta do salário. 2º) A empregada (o) terá problema para sacar o FGTS quando optar. 3º) No ato homologatório, para os casos com um ano acima de trabalho, terá a empregada que pagar todos os atrasados com juros e multas conforme faculta os mesmos Artigos da CLT acima. 4º) O débito vai acumulando e não será baixado do sistema enquanto não for liquidado, entre outros.</p> <p>Como fazer para calcular o valor da contribuição sindical de cada trabalhador doméstico?</p> <p>Como já afirmado acima, é o equivalente a um dia de trabalho no mês de Março do ano corrente, não podendo</p> <p align="center">Endereço: Trav. Campos Sales nº 542, CEP: 66.017-180, Bairro da Campina – Belém-Pa. e-mail: sindacpa@hotmail.com - Fone: 3224-2405</p>	<p>ser inferior ao de um salário mínimo, e que para o ano de 2013 o VALOR DA CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER será de: R\$ 678,00 / 31 = R\$ 21,87 (vinte e um reais e sete centavos).</p> <p>E como fazer com a (o) empregada (o) que nunca pagou esta contribuição? É importante aconselhar o Empregador doméstico do pagamento pelo menos dos últimos três anos (caso a (o) empregada (o) esteja com ele desde 2010).</p> <p>A empregada (o) que não tem seu registro na CTPS, também tem que pagar a Contribuição Sindical? Sim. O fato de não estar registrada como deve, não descaracteriza o vínculo empregatício. Pelo contrário, mais cedo ou mais tarde a empregada (o) irá buscar seus direitos na Justiça do Trabalho, principalmente agora em que estar sendo ampliado e equiparado os direitos da (o) doméstica (o) às demais categorias de trabalhadores e quando isso ocorrer, o Empregador, com certeza, não gostará de suas consequências. E por conta dos resultados advindos de tais consequências, o empregador não irá gostar dele mesmo, nem do seu contador ou mesmo de seu advogado por não tê-lo prevenido.</p> <p>E qual é o procedimento para se fazer este recolhimento?</p> <p>1º) Acesse o SITE da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (www.caixa.gov.br), onde tem disponibilizado um campo para emissão de guias para pagamento de contribuição Sindical, utilizando o código da entidade de nº 000.000.05559-0 e o CNPJ de nº 00.245.962/0001-00, preencha a guia com o nome do empregado ou da empregada e gere o boleto para pagamento.</p> <p>2º) O pagamento deverá ser efetuado em umas das agências da CAIXA ou nas CASAS LOTÉRICAS.</p> <p>NOME DA ENTIDADE:</p> <p>SINDICATO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS, ARRUMADORES E CAMAREIROS DOS MUNICÍPIOS DE BELÉM E ANANINDEUA DO ESTADO DO PARÁ - SINDAC/PA. CÓDIGO SINDICAL Nº 000.000.05559-0 CNPJ/MF Nº 00.245.962/0001-00</p> <p>SITE para gerar BOLETO da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (www.caixa.gov.br) e-mail: sindacpa@hotmail.com/ Fone: 3224-2405</p> <p align="right">  LUZANIRA DE SOUSA SILVA Presidente </p> <p align="center">Endereço: Trav. Campos Sales nº 542, CEP: 66.017-180, Bairro da Campina – Belém-Pa. e-mail: sindacpa@hotmail.com - Fone: 3224-2405</p>
--	---

²⁰⁵ Neste documento a presidenta do sindicato aparece com outro nome. Mas provavelmente este é o nome de batismo de Lucileide Reis; assim como Waldir é Edwaldo.

O sindicato não tinha registrado o valor ou a porcentagem de pagantes em relação ao número de trabalhadoras que estimam ter na cidade. De acordo com os últimos dados da PNAD, o estado do Pará possui 199 mil trabalhadores domésticos e a região metropolitana de Belém 88 mil trabalhadores. Mas, de acordo com Edwaldo o estado possui um número muito maior, com pelo menos, 300 mil trabalhadores. Ele diz isso baseado em uma pesquisa que a equipe do sindicato realizou por vários municípios do estado. Parte desta pesquisa foi acompanhada e posteriormente divulgada no programa Profissão Repórter²⁰⁶, da emissora Globo, no dia 30 de junho de 2015, visando retratar as condições e configurações do trabalho doméstico remunerado na contemporaneidade brasileira. No que tange ao estado do Pará, segundo a reportagem, ele seria 1 entre os 10 estados em que 90% das trabalhadoras domésticas não têm carteira assinada. De acordo com os dados da PNAD/2014 esse número é um pouco menor, equivalendo a 79%, permanecendo um valor bastante alto de empregos informais.

Parte da pesquisa retratada concentrou-se na cidade de Barcarena, município integrante da região metropolitana de Belém e que se localiza a 30 km da capital. Naquela localidade, pudemos conhecer através da intervenção do sindicato e a filmagem do programa, a condição de grande precariedade e vulnerabilidade de domésticas que recebem de 80 a 150 reais, muitas vezes, trabalhando diariamente e recebendo menos de meio salário mínimo (411 reais). Para evidenciar ainda mais a condição de penúria dessas mulheres, o repórter pedia para que mostrassem as suas geladeiras, explicitando a escassez de comida. Talvez tenha sido este quadro preocupante que tenha motivado as lideranças sindicais do TD deste estado a escolherem esta cidade para desenvolverem um projeto de habitação voltado aos trabalhadores domésticos.

²⁰⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/edicoes/2015/06/30.html>.

Figura 36: Pesquisa de campo realizada pelo SINTDAC em Barcarena/PA – Acervo SINTDAC – via *facebook*



Para que possamos adentrar neste assunto, é fundamental falarmos da Federação das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos (as) da Região Amazônica – FETRADORAM²⁰⁷, que abrange os sete estados da região norte: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins.

Figura 37: Logo FEDRADORAM – via site



²⁰⁷ Página virtual: <http://www.fetradoram.org.br/>.

A Federação é presidida por Lucileide, que também é diretora de Relações Internacionais de Mulheres da CTB, e provavelmente a enorme extensão do estado do Pará, bem como de toda a região Norte, em conjunto com a deficiência de meios de locomoção que fazem que com o acesso a muitas localidades apenas se dê por barco ou avião e, ainda, as viagens de Lucileide a Brasília, a outras cidades do Brasil e também do exterior, impossibilitaram que eu a conhecesse pessoalmente nas ocasiões em que estive em Belém. O SINTDAC também possui forte colaboração e envolvimento com o movimento sindical mais amplo.

Em entrevista com Ilson, secretário-geral do SINTDAC e também secretário de educação, cultura, direitos humanos, esporte, lazer, saúde, habitação, moradia e direito do consumidor da FETRADORAM, realizada em 26 de agosto de 2014, ele me esclareceu que o projeto de habitação que está em fase de implementação na cidade de Barcarena faz parte do programa Minha Casa, Minha Vida²⁰⁸. Porém, direcionado especificamente para trabalhadoras domésticas. Ele teria sido idealizado em 2006, mas somente homologado em julho de 2014, pelo Diário Oficial de Belém. A proposta é que o Residencial Zélia Mafra, nome da mãe de Lucileide, umas das fundadoras do sindicato, já falecida (2001), seja constituído por 320 apartamentos, sendo pagos em prestações de 69 reais, durante 10 anos. O critério é que sejam trabalhadoras domésticas com carteira assinada ou não, e até a quitação o apartamento não poderá ser vendido ou alugado. A previsão é de que este conjunto habitacional seja apenas o primeiro da região Norte. Abaixo temos o convite e lançamento da pedra fundamental do empreendimento no dia 16 de janeiro de 2015, assim como, o recrutamento de futuras proprietárias e reuniões com técnicos.

²⁰⁸ Para maiores informações ver: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>.

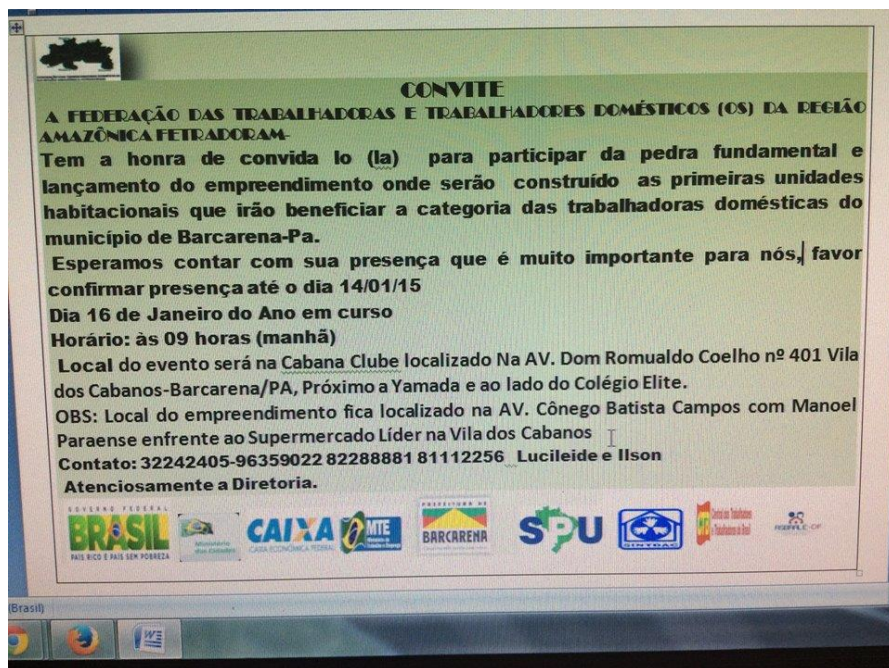


Figura 38: Convite para o lançamento da pedra fundamental – facebook sintdac



Figura 39: Lançamento da pedra fundamental – facebook SINTDAC

Figura 40: Lançamento do projeto do residencial Zélia Mafra – facebook SINTDAC



Figura 41: Inscrições para o conjunto habitacional – facebook sintdac

CADASTRO HABITACIONAL

Inscrições

O sonho da casa própria agora é realidade

Inscrições

Dia: 28/02/15 das 8:00h às 12:00h
Escola Palmira Gabriel
Rod. I Trav. Jaime Dias entre Almeida de Moraes e Rod Moura Carvalho

Dia: 01/03/15 das 8:00h às 12:00h - Escola Eduardo Angelim
Rua: Artur Viana s/n - Vila dos Cabanos

Dias: 02 a 08/03 (horário comercial)
Sede Fetradoram Av. Francisco Vinagre 262,
Vila dos Cabanos (ao lado do SINE)

Contatos: 98228-8881 / 99264-0419 / 98228-8448

Documentos Necessários:
RG, CPF, CTPS, TÍTULO, comprovante de residência
(Originais e cópias) e duas (2) fotos 3x4

Minha Casa Minha Vida

CAIXA CTB



Figura 42: A presidenta Rosileide Mafra com técnicos do conjunto habitacional –
site FEDRADORAM



Figura 43: Planta do residencial – *site* FETRADORAM



4.2.1 Waldir: experiência na liderança

Waldir tem por volta de 45 anos, nasceu em Belém no bairro de Icoaraci, trabalhou como porteiro, até que em 1985, quando estava participando da fundação de uma associação de moradores no bairro do Jurunas, teve uma oferta de trabalho como vigilante. Nesta categoria passou por três empresas e conheceu a organização sindical, destacando-se como uma liderança na mobilização para manifestações políticas da categoria. Assim, ele foi diretor do sindicato dos vigilantes de 1991 a 1999, e também na Federação Profissional dos Vigilantes Norte/Nordeste, de 1996 a 2007, portanto com grande experiência.

Nos encontramos logo após a promulgação da Emenda Constitucional 72/2013, quando ele estava assessorando o SINTDAC e, naquela ocasião, ele pôde me relatar as maiores dificuldades em decorrência das transformações na regulamentação do trabalho doméstico. Segundo Waldir, a mídia teria contribuído de maneira negativa às novidades, já que alardeou que provocariam enormes custos aos patrões, ocasionando milhares de demissões. O sindicalista relata que passou a receber inúmeros telefonemas de patrões dizendo que não teriam condições de pagar horas extras ou arcar com todos os novos encargos sociais, ao que Waldir tentava os acalmar, alegando que não necessitavam demitir suas trabalhadoras domésticas e nem transformá-las em diaristas, posto que, horas extras apenas seriam necessárias com a carga horária maior que 8h diárias e o teto de remuneração de uma diarista pelo sindicato de Belém, era de 80 reais, então sairia mais rentável para os empregadores manterem suas funcionárias mensalistas.

Agora eu digo uma coisa, só pode ter empregada doméstica quem pode pagar! Não é verdade? Se eu não posso ter uma empregada doméstica, que posso pegar o meu salário e o dela junto, eu não vou poder! Eu tenho que ficar, me contentar comigo mesmo! Né, eu tenho que fazer o meu serviço de casa! Agora, se eu posso, eu vou pagar, entendeu?! É o tal negócio, se você pode, você paga! Se você não pode, você tem que fazer o serviço!
(Waldir, 21/05/2013)

Waldir argumenta que demissões sempre ocorrem quando há mudanças de legislações, mas que acredita que, no decorrer do tempo, as duas partes irão se adaptar, pois o que não pode ocorrer é o retrocesso após tantos anos de atraso nos direitos das trabalhadoras domésticas, que ele responsabiliza: *A gente tem que prestar atenção que os maiores empregadores dessa categoria são os senadores, são os deputados, são os ministros, entendeu?*

Além da visibilidade que a categoria começou a ter após a PEC 66/2012 e a EC 72/2013, a dimensão que mais preocupa Waldir e o sindicato de modo geral, é a fiscalização das condições de trabalho, para garantir o cumprimento da nova lei, posto que, os auditores fiscais apenas podem adentrar nas residências com aprovação dos proprietários que, em conjunto com o isolamento da trabalhadora, dificultam a apreensão de flagrantes²⁰⁹. Ele lembrou do caso que ficou conhecido nacionalmente, em 2005, de Marielma, menina de 11 anos, que foi assassinada por seus patrões após um processo de torturas e maus tratos²¹⁰. Dois anos após sua morte, o dia 12 de junho foi instituído como o dia nacional e mundial de combate ao trabalho infantil; e em 2009, a mesma data foi instituída como o dia municipal de combate à exploração e mão-de-obra infantil em Belém²¹¹.

Waldir lamenta que a nova regulamentação não seja retroativa para abarcar trabalhadoras mais antigas, como a sua irmã, que trabalha há 50 anos em uma residência nunca tendo recebido horas extras. Mas como contraponto ressalta que estão trabalhando para que o Estado possa ter um teto regional em relação à remuneração do TD, que seja superior ao salário mínimo. Esforço válido, mas desestimulante após os dados da pesquisa que realizaram em Barcarena, em que identificaram salários de apenas 80 reais.

Além do atendimento às trabalhadoras e empregadores, da participação em campanhas para a saúde e capacitação das trabalhadoras e do envolvimento nacional, participando ativamente das lutas em Brasília, o SINTDAC tem uma ampla esfera de atuação não ficando apenas em Belém, mas atuando em várias cidades do Estado, sem falar na FETRADORAM que busca articular todos os sindicatos da região Norte. De acordo com Waldir e também identificado na página do sindicato no *facebook*, o SINTDAC tem filiais em Altamira, Parauapebas e Tucuruí, mas busca estar presente em todos os municípios do estado.

²⁰⁹ Como medida para aumentar a autonomia das trabalhadoras, ampliar a comunicação entre elas e a divulgação de informações de direitos, assim como, a elaboração de cálculos trabalhistas, recentemente a Ong Themis lançou um projeto que consiste na criação de um aplicativo, nomeado Laudelina, que ficou entre os dez finalistas do desafio Google, ganhando 650 mil reais para o desenvolvimento do projeto. Ver em: <http://themis.org.br/2016/05/votacao-popular-aplicativo-da-themis-esta-entre-os-finalistas-do-desafio-brasil-2016-do-google/>.

²¹⁰ Este caso ocorreu em 2005, portanto posterior à ratificação da Convenção 182 (1999), relativa à proibição das piores formas de trabalho infantil, a qual o trabalho doméstico está inserido, e que foi ratificada pelo Brasil em 2000.

²¹¹ Dez anos depois, em 2015, houve a repercussão de um anúncio veiculado em um jornal paraense com a oferta de adoção de um casal a alguma menina de 12 a 18 anos para cuidar de um bebê, configurando um caso explícito de trabalho infantil. Ver em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36433363>. Acesso em: 10/06/2016, às 22h04.

Figura 44: Waldir e SINTDAC, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.





4.2.2 Ilson: Atuando em todas as frentes

Tive a oportunidade de conhecer Ilson em outro campo que fiz em Belém, em agosto de 2014. Mais uma vez estabeleci contato com a presidente do sindicato Lucileide, ela viajou, marcamos outra data, mas ao chegar lá, quem me recebeu foi o secretário geral Ilson. Ele também é diretor da FETRADORAM e participava há 8 anos, de seus 39 anos, do movimento sindical. Ele se inseriu no SINTDAC após sua própria experiência como doméstico, Ilson me relatou que é natural de Curuçá, cidade a 137 km da capital, migrou para Belém por volta dos 15 anos, quando passou a morar com o tio e também a trabalhar em uma residência de classe alta, em um condomínio de Belém. Ele permaneceu neste emprego, em que trabalhava como piscineiro, jardineiro e faxineiro por 18 anos. Quando saiu, foi com o dinheiro do FGTS que conseguiu comprar a sua casa própria em Ananindeua²¹².

Logo quando chegou à capital e o patrão de seu tio ainda não tinha lhe contratado, ele trabalhou vendendo *chopp* (sacolê), vendendo jornal, lavando carro e limpando quintais. *Lavava roupa, passava roupa, fazia comida, lavava carro, banhava cachorro, tudo o que você imaginar, eu fiz!*

²¹² Município da Região Metropolitana de Belém.

Depois decidiu voltar a estudar e fez um curso de técnico em enfermagem, durante esse curso precisou realizar uma palestra de saúde sexual e escolheu o sindicato dos trabalhadores domésticos, através de uma amiga, para realizar tal atividade. Desde então, convidado pela diretoria, permanecia lá.

Advindo de uma família de camadas populares, do interior e com 10 irmãos, Ison diz que quis vir para Belém em busca de novas oportunidades, pois lá trabalhava na lavoura e achava a atividade muito pesada.

No sindicato e na federação Ison trabalha no atendimento aos trabalhadores e empregadores e diz que as maiores causas de ida ao sindicato é a falta de registro na carteira de trabalho, o não recolhimento do INSS e devido aos desvios de função, quando, por exemplo, uma funcionária é contratada para ser babá e acaba por ter que realizar todos os afazeres domésticos.

Inclusive hoje, teve duas trabalhadoras aqui, que estavam 10 anos cada uma, na mesma residência, e hoje que a patroa pediu a carteira delas pra ser assinada. 10 anos! Como eu disse: Gente, eu fico triste com essas histórias! Quer dizer, é como se você não existisse, 10 anos? O que ela teria que fazer? Assinar a sua carteira com data retroativa, a sua patroa ir lá no INSS, junto de você, e fazer um acordo com o INSS! Pra pagar esses 10 anos! Vamo dizer que deu 30 mil. Dizer: Olha, divide pra mim, eu pago 3 por mês, eu pago 4. Uma forma dessa trabalhadora não perder esses 10 anos! Porque tem trabalhador aqui, que tá com a idade de se aposentar, mas não tem a contribuição! Então ela é obrigada a trabalhar mais 3 anos pra poder fechar aquela contribuição, já pensou perder 10 anos? É complicado! É complicado! (Ison, 26/08/14)

Devido também a falta de estrutura e renda do sindicato, Ison explica que a maioria dos eventos que promovem, seja de capacitação, promoção da saúde ou atividades de lazer e sociabilidade, eles publicam em sua página no *facebook*, no site da CTB, mas que o maior veículo de divulgação é o *boca a boca*. *Por exemplo, num prédio, onde tem 30 trabalhadoras, basta você falar pra uma! Que amanhã o resto todas já sabem!* Sobre as dificuldades de participação, Ison argumenta que muitas delas moram longe e no seu tempo livre precisam ficar com a família e também a dificuldade econômica, tendo que financiar o ônibus para que trabalhadoras possam comparecer a reuniões importantes.

O sindicato tem uma assessoria jurídica para o atendimento das trabalhadoras e empregadoras, mas elas devem ir ao escritório da advogada. Contudo, Ison argumenta que a primeira instância é o sindicato, onde eles tentam estabelecer um acordo entre as partes para que não seja necessário recorrer à instância judicial. Como percebi em meu primeiro

campo em Belém, quando o presidente do sindicato dos empregadores me colocou em contato com Lucileide, Ilson relata que eles têm boas relações com a instituição patronal, obviamente buscando o interesse das trabalhadoras.

Até porque eu entendo que não é bacana pro trabalhador. Por causa da referência. Quem vai contratar um trabalhador hoje, a primeira coisa que ele verifica, cadê a tua carta de referência? Verifica se esse trabalhador já foi no Ministério do Trabalho! Então, eu conheço histórias que o trabalhador deixou de ser contratado por já ter passado pelo Ministério do trabalho, uma coisa anterior. Então por isso que a gente tenta resolver no sindicato, tenta resolver lá na assessoria, pra que não chegue na justiça. *(Ilson, 26/08/14)*

Após o curso de técnico de enfermagem Ilson trabalhou na esfera pública e depois como cuidador de idosos. Já iniciou a faculdade de enfermagem por duas vezes, mas teve que interrompê-la por problemas financeiros. Atualmente ele se dedica integralmente ao sindicato e à federação. Por isso, assim como Lucileide, também viaja muito para conhecer a situação das trabalhadoras domésticas das pequenas localidades do Estado e divulgar os direitos da categoria.

Ilson relata que se conseguisse um bom emprego voltaria para a sua cidade de origem, mas por enquanto, gosta de trabalhar como cuidador de idosos quando tem tempo e também realiza trabalhos de faxina. Para ele, o benefício do trabalho doméstico é a alimentação gratuita, motivo pelo qual, assim como Hilda, a falta desta pode o fazer desistir de um emprego.

Eu, quando eu cheguei, eu fui trabalhar na casa de uma senhora fazendo um trabalho que eu adoro! De limpar a casa. Eu tenho o maior cuidado pra limpar! Se me der uma prataria eu deixo brilhando! Sai de lá, porque ela queria que eu almoçasse um miojo, uma banana e um ovo frito. Então isso pra mim não é almoço. Não era a mesma comida deles. Eu costumava brincar, a dizer pra ela: Eu disse, olha dona Fátima... Aí ela, mas por que tu saiu lá de casa? Eu digo: Olha, pra mim, ser pobre não é desleixo de ninguém não! Pra quem sabe ser pobre isso era um privilégio! Mas, comer ovo pra mim no café é uma qualidade! No almoço, se você tem outra coisa, é miserabilidade! Então por isso que eu sai da sua casa! A senhora queria que eu almoçasse um ovo, gente?! Eu trabalhava o dia todo! Foi por isso que eu sai de lá. *(Ilson, 26/08/14)*

Trabalhando no sindicato, a rotina de Ilson é de atendimentos, reuniões internas mensais, viagens, manifestações públicas, mas sempre com o projeto de terminar a faculdade. Em relação ao funcionamento do sindicato, apesar de ainda não dispor de sede

própria, ele me explica que tem eleições de 4 em 4 anos, que antigamente não tinham muitas pessoas interessadas, mas com o bom trabalho que eles vêm fazendo, principalmente com o surgimento do projeto habitacional, começaram a escutar que tem outras pessoas interessadas. Quando questionei se eram outras trabalhadoras, ele me explicou que são outras categorias de trabalhadores de outras centrais, que entram em contato com domésticas, independentemente, e podem formar chapas para concorrerem à direção do sindicato²¹³.

Figura 45: Ison – Diretor SINTDAC e FETRADORAM, Fotos de 2014 – Autoria da Pesquisadora



4.2.3 Estrutura sindical

O SINTDAC foi fundado em 1994, portanto no ano de 2016 completa 22 anos. De acordo com entrevistas realizadas com o assessor Waldir e o secretário-geral Ison, sua manutenção é bastante penosa, já que poucas trabalhadoras associadas pagam a mensalidade. Então, eles cobram de trabalhadoras associadas e empregadores pelos serviços de orientação e cálculos trabalhistas. Além disso, o sindicato é integrado à Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB e possui forte vínculo e apoio desta organização. Apesar de uma diretoria maior, quem atua diária e diretamente no cotidiano do sindicato é Lucileide Reis (presidenta), Rosileide (secretária de finanças), Ison (secretário-geral) e Waldir (assessor).

De acordo com os dois representantes masculinos, o sindicato atua no esclarecimento de dúvidas das partes, e na regulamentação dos direitos das trabalhadoras em Belém, mas também realizando pesquisas e orientando trabalhadoras de outras cidades do estado, como:

²¹³ Com muito pesar, soube que Ison faleceu no dia 6 de agosto de 2016.

Barcarena, Tucuruí, Marabá e Parauapebas. Sua maior preocupação e empenho atualmente concentra-se na fiscalização da formalização dos empregos, em que estão atuando conjuntamente ao Ministério do Trabalho. Waldir trabalhou como vigilante e Ilson é técnico de enfermagem, trabalhador doméstico e cuidador de idosos.

O sindicato de Belém tem forte relação com a CTB, sendo Lucileide a vice-diretora da central e responsável pela pasta de relações internacionais de mulheres. Ela também é presidenta da FETRADORAM, que atua nos sete estados da região Norte. Além da articulação da região com outras associações, sindicatos e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD, a federação amazônica está desenvolvendo, em parceria com o governo federal, um conjunto habitacional voltado para as trabalhadoras domésticas da cidade de Barcarena.

Figura 46: Redes entre lideranças, trabalhadores e instituições

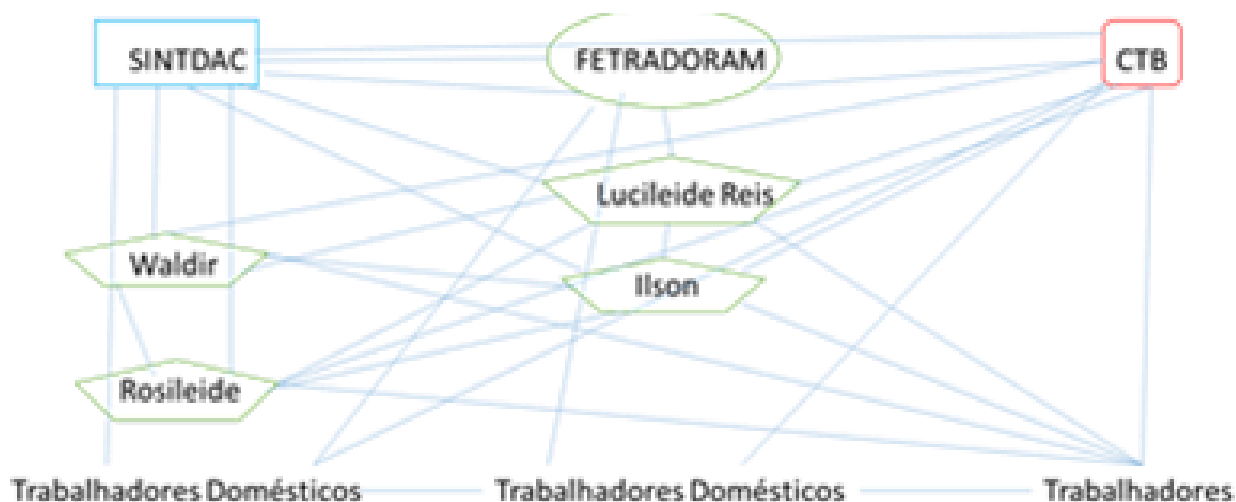
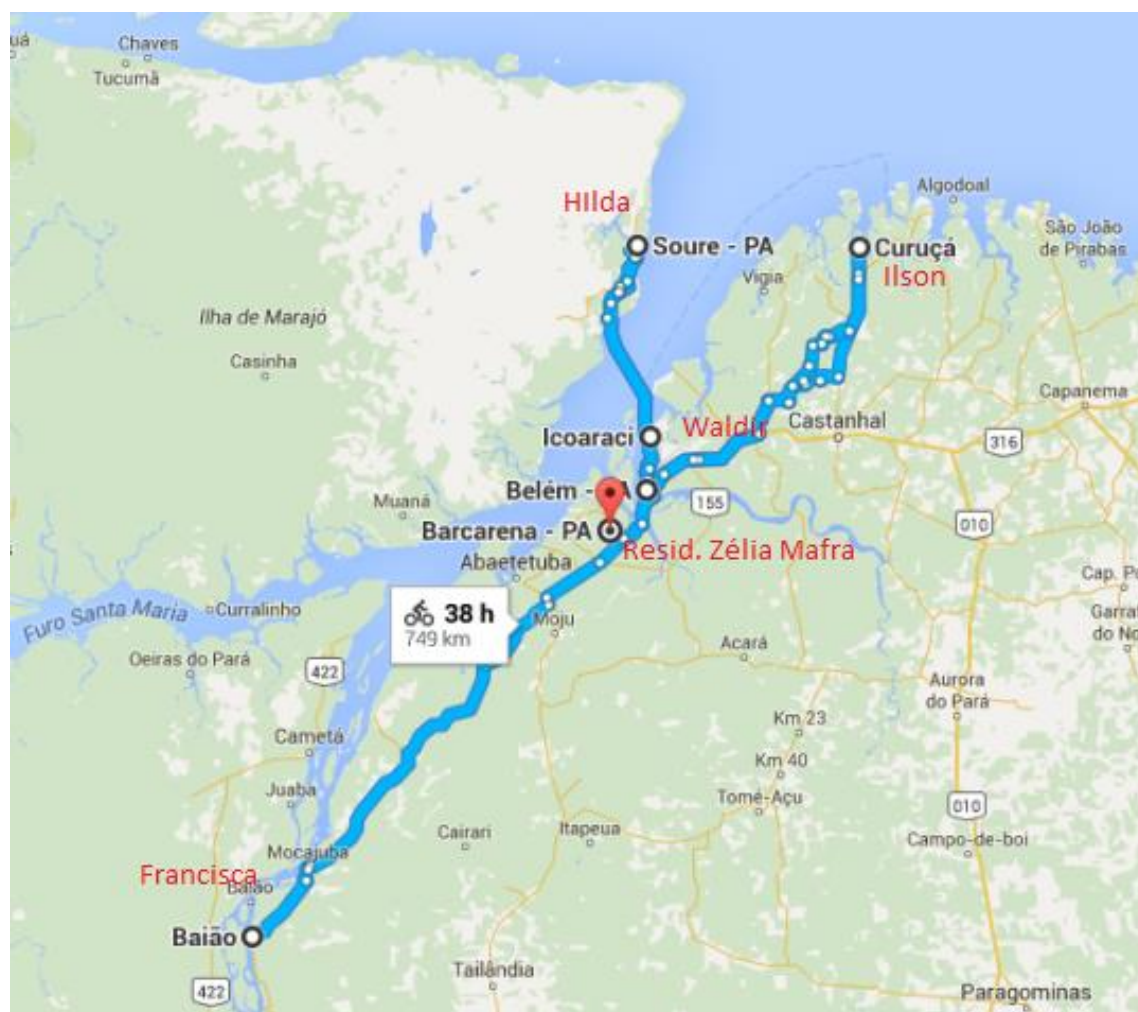


Figura 47: Mapa cidades de origem das entrevistadas BEL



CAPÍTULO 5 Porto Alegre: Uma cidade *branca* sem trabalho doméstico informal?

No início de 2009, ao chegar à cidade de Porto Alegre para iniciar o mestrado em Antropologia Social uma questão me acompanhava desde Belém: Como o trabalho doméstico se daria nesta cidade do sul do Brasil? Aquela configuração tão corriqueira e histórica que eu estudei em Belém, se repetiria em Porto Alegre? No ambiente da universidade, em conversas informais, a resposta que encontrei foi: *Não, isso não existe mais aqui, só no Norte e no Nordeste*. Ainda que não completamente convencida com esta resposta, acabei por adiar uma investigação mais densa em torno da problemática e seguir outros caminhos e questões em minha pesquisa de mestrado.

Contudo, em 2012 ingressei no doutorado, agora sim, com o projeto de estudar o TDR em Porto Alegre e pesquisar o que aproximava e/ou distanciava esta cidade de Belém, com a centralidade nas práticas e vivências do trabalho doméstico na casa de terceiros nestas duas cidades. A primeira questão que me chamava atenção era a predominância da população branca (80%) em Porto Alegre. Por este dado, isso poderia indicar ou não alguma singularidade em relação às trabalhadoras domésticas? Aparentemente sim, pois contrariamente à Belém e Salvador, a maioria das trabalhadoras em Porto Alegre são brancas (69,2%), ainda que nas minhas experiências de campo essa proporção se tenha mostrado bastante equilibrada.

Sabendo que a cidade é ou foi bastante referenciada no contexto nacional devido aos seus altos índices de desenvolvimento humano, qual seria o número de trabalhadoras domésticas na região metropolitana? E sob quais condições e formas de emprego estariam inseridas? Dados como faixa etária e escolaridade da categoria também aguçavam minha curiosidade para uma possível comparação com os dados de uma cidade da região Norte do país.

Porto Alegre, assim como todas as cidades brasileiras, foi constituída por grandes levas de imigrantes europeus (neste caso, predominantemente, portugueses, alemães e italianos), mas apesar de ter sido formada por colônias de povoamento ocupadas por estes estrangeiros, diferentes dos grandes latifúndios de exploração, também recebeu muitos africanos que foram escravizados ou vieram fugidos ou mandados de outras regiões do Brasil ou do

Uruguai e da Argentina, além de ser constituída por grupos indígenas, como os Kaingang, Guarani e os Charrua²¹⁴. No entanto, as políticas de identidade oficiais da cidade e do estado, privilegiaram e continuam privilegiando a presença desses imigrantes e seus descendentes brancos, em detrimento da presença africana e indígena, ainda que o primeiro grupo tenha se urbanizado fortemente²¹⁵.

Atualmente a região metropolitana de Porto Alegre conta com 4,2 milhões de habitantes, o dobro da primeira cidade que estudamos. Destes, 140 mil são trabalhadores domésticos, em que 129 mil são mulheres. Nesta cidade, o trabalho doméstico representa 12,5% das mulheres ocupadas, no entanto, em termos de cor ele tem uma incidência maior no grupo das mulheres negras ocupando 21,5% destas e apenas 9,9% das mulheres brancas, portanto o dobro. De acordo com os últimos dados divulgados, 38,7% das trabalhadoras têm a carteira de trabalho assinada e 53% contribuem para a previdência social (número bastante acima de Belém, 33%). A média de remuneração do Rio Grande do Sul foi de 862 reais (aproximadamente o salário mínimo atual – 880 reais). Quando passamos à escala das regiões, no Norte o número de trabalhadoras mensalistas com carteira assinada corresponde a apenas 14,7%, no Nordeste ainda menos, 12,9%, enquanto na região Sul, 27,7%,

No Rio Grande do Sul 40% das trabalhadoras são diaristas, 3 mil residem na casa dos patrões, e igualmente 3 mil trabalhadoras são associadas no sindicato de Porto Alegre. Segundo a faixa etária, 61,2% das trabalhadoras domésticas da RM de Porto Alegre possuem de 40 a 59 anos e quanto à escolaridade, 51,2% possuem até o ensino fundamental incompleto, 26,6% possuem até o ensino médio incompleto e 19,5% possuem até o ensino superior incompleto. Esses dados são importantes para contextualizar a cidade e região da qual estamos falando sem, contudo, excluir a duração do trabalho doméstico por meio de narrativas das trabalhadoras com morfologias ondulares, que podem não convergir à lógica da totalidade dos dados estatísticos.

²¹⁴ O Programa de Pós-graduação em Antropologia Social e Educação da UFRGS, é composto por inúmeras teses e dissertações com a temática indígena no Rio Grande do Sul. Além, é claro, dos aspectos relacionados à população afro-brasileira e aos imigrantes europeus do estado.

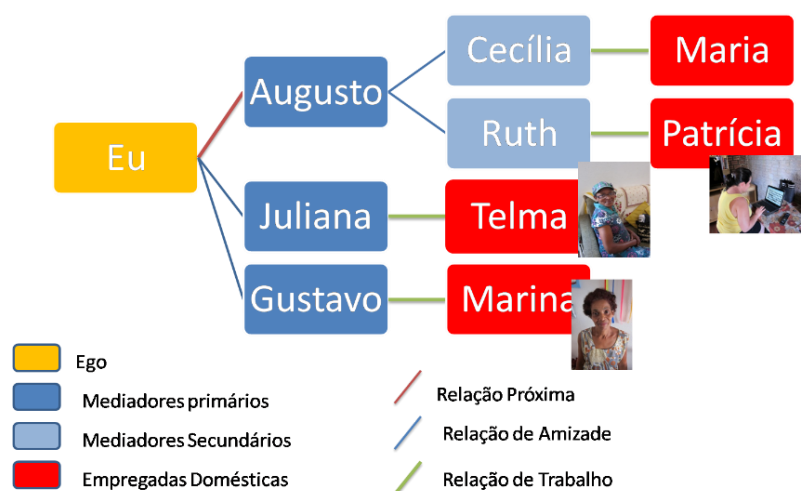
²¹⁵ Ver, por exemplo Ruben Oliven, 1996; Daisy Barcellos, 1996; Fernanda Oliveira, 2015;

5.1 Procurando trabalhadoras na cidade

Para iniciar minha pesquisa etnográfica em Porto Alegre, acionei primeiramente as minhas redes de contato através de conversas, redes sociais e e-mails, com o intuito de começar algum contato com trabalhadoras domésticas desta cidade. Nesta primeira etapa acabei com quatro mulheres, via diferentes redes, quando tive a oportunidade de entrevistá-las em minha casa (3) ou na casa em que moram (1), com o consentimento da publicação de suas imagens²¹⁶. Diferentemente da cidade de Belém, como já discutimos no capítulo 4, em que minha inserção se deu através do mundo dos patrões, inclusive em que as entrevistas foram realizadas nas casas dos empregadores, em Porto Alegre, apenas tive acesso a uma casa de patrão, onde mora Patrícia, uma de minhas interlocutoras. Os outros encontros e entrevistas foram realizados em minha casa, ainda que os mediadores da rede continuassem sendo os patrões.

Seguindo o mesmo roteiro de preocupações da cidade anterior, a construção das trajetórias e projetos das entrevistadas foi possível através da reflexão biográfica dessas personagens permitindo que identifiquemos valores, ideias e as suas condições históricas; além da maneira como essas dimensões influenciam na transformação de suas práticas e construções de si ao longo do tempo. As formas de sociabilidade e os itinerários urbanos na cidade e as redes em que estão inseridas também foram focos de interesse.

Figura 48: Rede de inserção na primeira etapa da pesquisa etnográfica em Porto Alegre



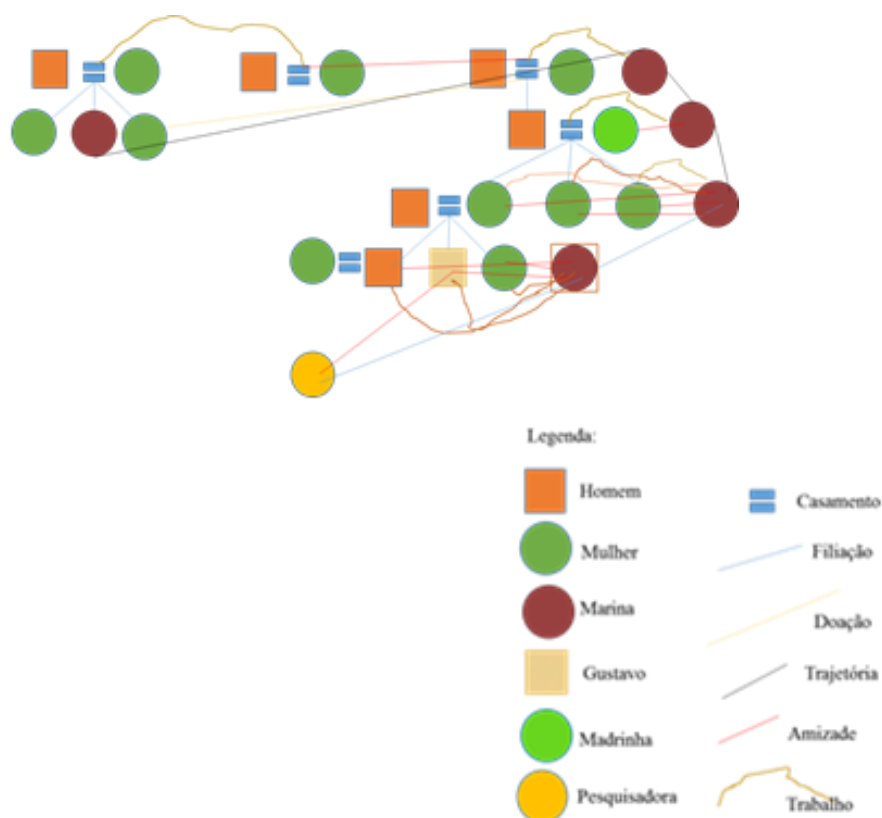
²¹⁶ Apesar da utilização de imagens realizadas em nossos encontros, os nomes das trabalhadoras são fictícios.

5.1.1 Marina: *Eu, me educaram, que eu tinha que servir eles! É a regra que eu aprendi! Como é que eu vou mudar?*

Conheci Marina por meio do Gustavo, um amigo que fiz durante o trabalho que realizei em um bar da cidade de Porto Alegre. Após algumas conversas, ele me falou que Marina era sua *mãe preta*, pois o tinha criado, complementando que chega a duvidar que o amor que ele sente por ela seja maior que o que sente pela mãe biológica. Marina reside com os pais e irmãos de Gustavo e está na sua família há quatro gerações.

Com a mãe cozinheira em uma fazenda em Rosário do Sul, Marina foi doada para um casal de amigos dos patrões da mãe quando tinha apenas 2 anos. Em suas lembranças ela narra como lhe contaram que teria sido a sua entrega: *ele disse assim ó, 'então, vamo fazer assim ó, semana que vem, antes do meu casamento, eu venho de novo na fazenda, e vou levar uns peru pra festa'. Era 25 perus. Ai, ele disse assim, 'nesse período eu levo então a menina, se a senhora não se importa'*. Desse modo, hoje com 61 anos, desde a tenra infância Marina convive com familiares desse primeiro casal; hoje, mora com uma das filhas do filho do primeiro casal, tendo criado seus filhos, portanto *servindo* à quarta geração da família.

Figura 49: Rede de Marina



É essa última geração, que segundo Marina, faz com que ela não tenha coragem de sair da casa e inclusive que dê o dinheiro da sua aposentadoria para a patroa e/ou irmã de criação, Laura. Sobre sua relação com ela, Marina salienta:

E continuo pagando, continuo pagando. Por isso que eu acho que eu tenho que sair! Até pra ela poder dar uma virada na vida dela! Porque se eu digo as coisas pra ela, 'ah, mas tu não faz mais que a obrigação de me ajudar! Porque, afinal de contas, tu é minha irmã de criação!'; aí eu sou irmã de criação! O que que acontece, eu fico com pena da criatura não ter! Mas quando ela teve um dinheiro que ela ganhou, uma jóia lá que ela vendeu, que deu sete mil! Ela não me deu nada! Nem me ofereceu! Não me deu dez pila! Eu nunca cobre isso dela! Nunca disse isso na cara dela! Jamais vou dizer! Mas eu sei, eu senti isso. E quando eu ganhei, eu tive que pagar!
(*Marina, 30/01/2013*)

Para que possamos compreender ainda melhor a trajetória de vida de Marina, ela foi criada pelo casal que a pediu para a mãe na cidade de Santana do Livramento, a 600 km de Porto Alegre, até os 10 anos. Com essa idade o filho do casal casou e ela mudou-se para o novo núcleo familiar; nesse período, observando outras funcionárias e/ou “crias” da casa, aprendeu a desenvolver com perfeição os afazeres domésticos, desse modo, alega que *fui criada para servir*. O casal teve três filhas e ao se separarem, Marina viajou com a esposa e as três filhas para estabelecerem-se em Porto Alegre, quando passou a levar as meninas ao colégio, alimentá-las e cuidar de todas as atividades domésticas da nova casa. Refletindo sobre esse tempo, ela constata:

Tu sabe que, tu acredita que, contando ninguém acredita! Eu simplesmente esqueci que eu tinha que viver! Sabe o que é a pessoa esquecer de si? Só pensando nos outros! Fui eu! E o que que aconteceu? Eu não casei, não vi ninguém, não namorei, não sai, nada, sempre em volta deles! (*Marina, 30/01/2013*)

Marina nunca recebeu salário por desempenhar tais atividades, apenas ganhando roupas e acompanhando as jovens em passeios. Após algumas dificuldades financeiras vividas pela patroa que também era sua madrinha, Marina passou a trabalhar em uma confeitaria próxima à moradia, quando sua carteira de trabalho foi assinada pela primeira vez. Posteriormente, ela trabalhou como cozinheira no hospital Ernesto Dornelles, mas cansada da dupla jornada de serviço, em casa e no hospital, resolveu pedir demissão.

A essa altura, ela já estava morando com Laura, a filha mais velha da madrinha, que ao casar-se e engravidar pediu que Marina a ajudasse no cuidado com o filho, depois vieram

mais dois e Marina continua morando com eles, ela salienta: *O ruim, o ruim assim, não tem nada ruim assim. A única coisa que eu acho assim que foi o ruim, eu não ter aprendido a ler corretamente, fazer uma profissão, entende? Enfim, porque a gente sem canudo, não é nada.* O termo *nada* presente na fala de Marina toma uma proporção ainda mais problemática quando ela explica que todas as suas irmãs biológicas foram doadas a família diferentes e que, portanto, elas não *existiram*.

Ao recorrer ao INSS, para calcular quanto faltava para a sua aposentadoria, Marina soube que precisaria pagar seis mil reais, mas como o núcleo familiar com quem mora e trabalha disse não possuir a quantia, ela esperou para se aposentar por idade. Atualmente, com Laura desempregada, Marina paga todas as suas contas, além de suprir a casa de alguns alimentos. Ainda assim, ela faz todas as atividades domésticas de três apartamentos (o de Laura, do seu filho mais velho e do seu filho do meio) e é bastante cobrada:

Eu tô acordando 6h30, todos os dias. Aí, o que que acontece, eu levanto, lavo os meus dente e tudo, vou fazer meu chimarrão! Ai, enquanto eu tô tomando o meu chimarrão, eu ligo o rádio, na Gaúcha, bem baixinho. Aí, eu boto a mesa do café, vou passar o café, vou buscar o jornal lá em baixo, levo os totó pra fazer xixi. Aí, vinte pras oito vem o João (filho mais velho) tomar café com a moça. Aí, eu deixo nos bules assim. Enquanto eles tão no café, eu vou no outro apartamento arrumar. Aí, eu arrumo as cama, limpo o banheiro, tiro a lixeirinha, torço alguma roupa que eu deixei na bacia, alguma coisa ensaboada. Nesse período eles tomaram café e já saíram. Aí eu tiro a mesa, tiro a parte dos menino ali, do casal. E aí vem a Laura, mais tarde, que não tem horário pra tomar café, nem o marido (risos). Fica lá a mesa tapada com o guardanapo branco, esperando a vontade de tomar café. Aí, quando eu tô trabalhando no outro apartamento, ela grita! 'Ai, eu vou tomar café!'. Eu, 'mas tá em cima da mesa!'. 'Ah, mas eu quero que tu prepare um sanduiche'. Lá, largo tudo, venho fazer o sanduiche. Eu digo, 'mas tá em cima da mesa!'. 'Ah, não! Vem fazer pra mim!' (...) Mas sabe que a mãe dela, também, eu sempre botei as coisas na mão. Ela chega lá em casa, todos os dias de manhã, se eu não sirvo o café, ela não toma! Só diz assim: 'Tô com fome Marina! Aí, tô louca pra tomar um café!'. O bule está na mesa! Tem que servir. Isso já é de geração em geração, né? (Marina, 30/01/2013)

Marina diz que sabe que precisa descansar, trabalhar menos, mas não tem *coragem* de abandonar a família e, muito menos, de acionar qualquer tipo de direito trabalhista; narra que gostaria de alugar um apartamento e aprender a ler, *ah, isso é o que eu mais tenho vontade! Eu sonho com esse dia!*



Figura 50: Marina, Fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora.

Posteriormente ao nosso primeiro encontro, que foi bastante agradável e me deu a impressão de que Marina ainda não tinha relatado suas experiências e história de vida anteriormente, continuamos nos comunicando através de telefonemas e mais uma entrevista formal. Assim como na cidade de Belém, a trajetória de Marina comprova a existência de “crias de família” também na cidade de Porto Alegre. Como Hilda e Francisca que estudamos no capítulo anterior, Marina também é oriunda do interior do estado, como Hilda, nasce em uma fazenda e é doada para um casal amigos dos patrões de seus pais, quando passa a morar na cidade de Livramento. Por ter sido doada apenas com 2 anos, ela não se recorda muito bem do cotidiano na fazenda, apesar de ter revisto seus pais quando os pais de criação iam visitar os amigos, patrões de seus pais.

Com o casamento do filho do primeiro casal, Marina se muda para o novo lar do irmão de criação, sempre servindo, trabalhando, sem receber alguma remuneração que não moradia, alimentação e roupas e sapatos usados. Com o fim do casamento, ela migra com a esposa do irmão de criação e suas três filhas para a cidade de Porto Alegre, onde continua a ser responsável pelos afazeres domésticos da casa e ser babá das meninas. Mesmo com esse acúmulo de funções ela começa a trabalhar em uma confeitaria próxima à residência, quando recebe um salário pela primeira vez. Sua experiências nas diferentes cidades estão vinculadas, predominantemente às atividades da família que a criou, tendo ela *esquecido de si*. Com exceção da nova experiência de trabalho, mas que não rompe suas atividades e vinculações com a família da madrinha.

Quando a menina mais velha casa, Marina muda-se novamente para o novo núcleo familiar, onde permanece até hoje. Ela possui forte ligação afetiva com os filhos desta “irmã de criação” e diz que é a filha mais nova dela, que ainda precisa de Marina que a faz continuar trabalhando e permanecendo na casa, ainda que sem nem mesmo um guarda-roupas. Após outra experiência de trabalho em um hospital, como cozinheira, ela alega que começou a desenvolver uma depressão por estar muito cansada da dupla jornada de trabalho e, mais uma vez, optou por permanecer na família.

Seu sonho e projeto de vida é aprender a ler e alugar um apartamento, pois a educação seria a única ferramenta que poderia lhe capacitar a ser “alguém” e ter coragem para sair da casa da irmã de criação. Marina tem 61 anos e dificilmente, com a tripla jornada de trabalho, na casa da irmã e na de cada um dos dois filhos desta, ela terá condições de realizar tais projetos.

5.1.2 Patrícia: Logo que eu cheguei a Ruth disse assim, ‘lá em casa não é CTG pra ter patrão, então lá tu não vai ser empregada e eu não vou ser tua patroa, nós somos uma família!’

Já conhecia Patrícia por encontrá-la em festas do trabalho de meu esposo e, ao acionar pessoas que pudessem me colocar em contato com trabalhadoras domésticas, a colega de trabalho dele sugeriu que eu conversasse com ela. Nos falamos por telefone e eu fui à casa de Ruth, onde ela morava, no período da tarde, quando apenas ela e um dos filhos da segunda estava na casa. Realizamos a entrevista na sala de jantar, ao lado da cozinha, que estava muito organizada e Patrícia me mostrando com orgulho o resultado de seu trabalho. Após a entrevista, ela mostrou-me a casa, com piscina e dois andares. Percorremos o quarto de Ruth, da sua mãe e também o de Patrícia, lá ela mostrou-me fotos de sua família e das pessoas com as quais trabalhou, que estavam pregadas em um mural na parede, além de imagens no seu computador.

Patrícia tem 28 anos, mora em Porto Alegre, na casa de Ruth, desde 2009, quando foi contratada para auxiliar a mãe idosa de Ruth e realizar as atividades domésticas da casa, como: lavar, passar, cozinhar e faxinar. Ela é originária da região das Missões²¹⁷, da cidade

²¹⁷ A Região das Missões é localizada no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, é composta por 46 municípios e possui esse nome por terem sido edificadas, entre os séculos XVII e XVIII, as reduções jesuíticas

de Santo Ângelo, a 437 km de Porto Alegre, e ao narrar suas lembranças sobre a infância, diz que por ser a filha mais velha recaiu sobre ela grande responsabilidade com os afazeres domésticos da casa, que aprendeu com a mãe, e com o cuidado dos irmãos mais novos, o primeiro tendo nascido quando ela já tinha 7 anos de idade. Por isso, diz que as brincadeiras e o ócio comum à infância não foi vivenciado por ela.

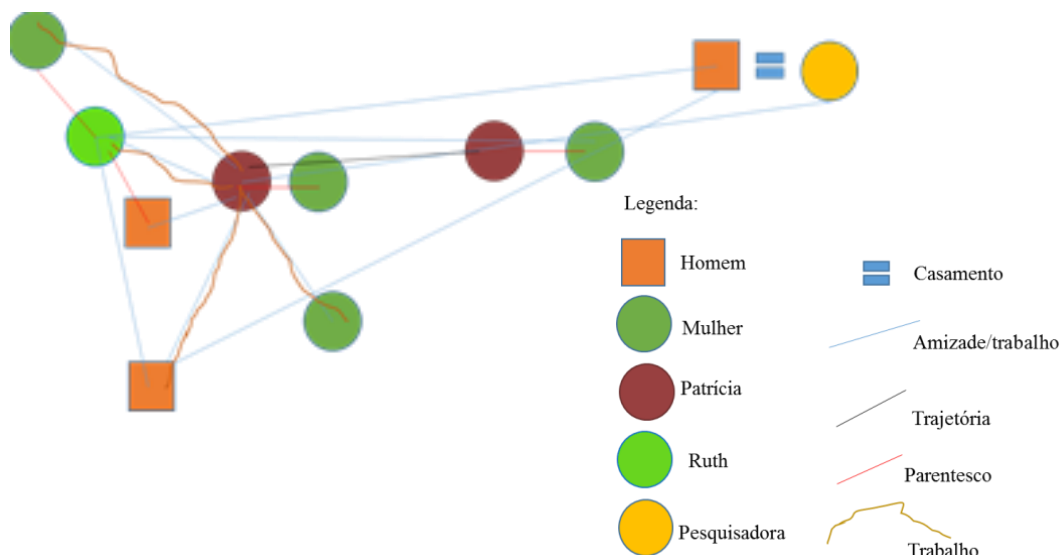
Aos 14 anos, com o nascimento do irmão mais novo, ela precisou interromper os estudos e assumir o emprego de doméstica da mãe. Quando sua mãe retornou, a família empregadora ofereceu a Patrícia um emprego de balconista na farmácia em que era proprietária; que ela significou como uma grande oportunidade, já que *entre trabalhar de doméstica e trabalhar atendendo numa farmácia, é outra coisa. No caso, numa cidade daquele tamanho, e a mentalidade que eu tinha, era uma coisa de outro mundo!* Contudo, após algum tempo a farmácia foi vendida e Patrícia demitida. Ao procurar emprego em outras farmácias se defrontou com o empecilho de sua baixa escolaridade e decidiu voltar a estudar, mesmo com a grande resistência do pai, que a proibia de estudar no período noturno, pois não seria coisa de *moça direita*. Após dois anos de estudo, Patrícia conseguiu terminar o ensino médio.

Durante esse período, ela trabalhou realizando faxinas até se fixar em um emprego mensal, com carteira assinada, trabalhando de babá de um menino de 4 anos. No entanto, com o projeto de tornar-se enfermeira e conhecer novos lugares e pessoas, Patrícia mudou-se para Porto Alegre há quatro anos, indo morar na casa de uma tia materna. Com 10 dias em Porto Alegre, Ruth, que trabalha no mesmo local da tia de Patrícia, perguntou se a primeira não teria alguém para indicá-la para dar auxílio à sua mãe; então, ela fez a proposta à Patrícia, que aceitou de imediato e em menos de um mês mudou-se para a casa de Ruth.

Ao chegar na casa, Patrícia diz que foi recebida *como uma filha*, que assina sua carteira de trabalho como autônoma, dividindo o pagamento do INSS com Ruth e que apesar de realizar as atividades domésticas, não se considera, nem é considerada pelos membros da casa, como uma empregada doméstica, *todo mundo aqui que me conhece aqui, ela é minha mãe*. Patrícia diz ter autonomia para decidir sobre a alimentação e a disposição dos móveis da casa, além de possuir um quarto, onde já mobiliou com cama box, guarda-roupa, TV e computador comprados por ela. Além disso, ela realiza trabalhos fora do ambiente da casa

como acompanhante de uma senhora, com quem trabalha em finais de semana alternados; e faxina às sextas-feiras na casa de um colega de trabalho de Ruth.

Figura 51: Rede de inserção com Patrícia



Sem esquecer do projeto de vida inicial, atualmente Patrícia está cursando o segundo semestre do curso técnico de enfermagem e quando se formar, pretende atuar na profissão, ter uma casa própria, casar e ter um filho. No entanto, salientou:

Eu, pra mim sair daqui, por exemplo, ou depois que eu terminar o meu curso, que daí eu vou trabalhar na área que eu quero, caso contrário, eu vou sair daqui pra ganhar mais do que eu ganho hoje! Porque se for pra mim sair daqui pra, por exemplo, sair às 6h da manhã de casa, ou às 5h, pra pegar um ônibus, pra ir trabalhar, pra trabalhar o dia todo, pegar ônibus e voltar pra casa, pra ganhar o mesmo que eu ganho, não me compensa! Então eu fico aqui, que eu tenho mais conforto, o meu horário é bem flexível! Então assim, não tem que cumprir aquela, aquela regra todos os dias, pra ganhar a mesma coisa! Então, fico em casa, que nem eu digo, fico em casa, fazendo o que eu já faço! (*Patrícia, 23/01/2013*)

O fato de ser remunerada pelo serviço que presta, não interfere no sentimento de pertencimento que Patrícia alega ter à família de Ruth; ela explica que atualmente as pessoas precisam *confiar* bastante em alguém para trabalharem dentro de suas residências. Uma de suas irmãs está morando com ela na casa de Ruth e para salientar ainda mais o caráter afetivo de sua relação com Ruth, comenta:

Logo que eu cheguei aqui sempre quem pagava as minhas unhas, essas coisas pra mim, tudo era ela, como uma mãe paga pra um filho. Só que depois eu comecei a ganhar um pouco mais e ter esses outros trabalhos por fora, daí eu pensei, ‘pô, é sacanagem eu ficar sempre dependendo’; não digo que eu não goste que tu pague pra mim, só que chega uma hora que eu acho que a gente tem que se tocar e ver que, ‘pô, é demais!’. Aí eu procuro, pago a minha, às vezes, eu pago pra ela também, então, não fico, como diz o outro, só na rampa, só esperando! Tem que dar uma dividida, às vezes. Quando a gente vai, por exemplo, no cinema, daí cada uma paga o seu ingresso, se eu não tenho, ela paga pra mim; daí depois a gente vai fazer um lanche, daí ou eu pago, ou ela paga, ou a gente divide. (Patrícia, 23/03/2013)

Figura 52: Casa de Ruth, Fotos de 2013 – A autoria da pesquisadora.



Figura 53: Cozinha organizada por Patrícia, Fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora



Figura 54: Patrícia em seu quarto, Fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora



Apesar de nosso encontro ter sido bastante proveitoso, ao tentar contatar Patrícia posteriormente não obtive sucesso e, mais recentemente, soube que ela saíra da casa de Ruth sem dar explicações, isso de acordo com a patroa. Diferente de Marina, e também pertencente a outra geração, já que na época de nosso encontro Patrícia tinha 28 anos, ela aparenta ter vindo para a capital com um projeto bastante definido, de tornar-se enfermeira e constituir uma família. Para realizar tal intento, Patrícia acionou os conhecimentos do mundo do trabalho doméstico aprendidos com a mãe, exercidos desde a tenra idade por ser a irmã mais velha, portanto tendo que realizar as atividades domésticas da própria casa, enquanto a mãe trabalhava de doméstica em outra; além de cuidar dos irmãos mais novos.

Quando a mãe adoeceu, Patrícia a substituiu no emprego e quando teve a oportunidade de trabalhar em uma farmácia percebeu que seu campo de possibilidades era mais amplo do que aparentava. Após essa primeira experiência, ela decidiu que precisava aumentar seu grau de escolaridade e investiu nos estudos, no período noturno, ainda que contrariando o pai e administrando o seu tempo com os trabalhos de faxineira e babá, atividades que compõem o mundo do trabalho doméstico.

Tendo conseguido realizar parte do seu projeto, Patrícia migrou para a capital, que se constituiu como um local onde ela poderia conhecer mais pessoas, viajar, e começou a trabalhar como cuidadora de idosos e trabalhadora mensalista na casa de Ruth, mesmo assinando sua carteira de trabalho como autônoma, como Francisca e Hilda em Belém. Ela desenvolveu forte relação afetiva com Ruth e sua família, começou a desempenhar outras atividades fora da casa, como momentos distintos da trajetória de Marina, teve a ajuda de Ruth para receber a irmã mais nova em sua casa e começou o curso técnico de enfermagem.

Provavelmente, ela terminou seu curso técnico, saiu da casa de Ruth para construir sua casa própria e está trabalhando em sua profissão, portanto realizando seu projeto original, apenas nos resta questionar se está casada e com um filho como pretendia. A relação afetiva que mantinha com Ruth parece não ter se perdurado, já que esta ficara bastante magoada com a saída repentina de Patrícia. Desse modo, o trabalho doméstico foi algo aprendido e vivenciado por Patrícia desde a infância, acionado em diferentes momentos na busca do projeto de tornar-se enfermeira. Como nos relatou Chica, parece que este é um caso explícito que os meios (emprego doméstico) foram vivenciados para a conquista do fim (Enfermeira).

5.1.3 *Maria: Eu faço uma coisa que eu gosto, que eu realmente gosto, que eu acredito que eu sei fazer e faço porque gosto!*

Também conheci Maria por intermédio de uma colega de trabalho de meu esposo, nos comunicamos por telefone e ela preferiu vir à minha casa, já que mora com o ex-namorado e eles teriam um acordo para não levar *estranhos* ao apartamento; segundo ela, na casa de Cecília também seria ruim, pois, seus filhos estavam no período de férias em casa e poderiam incomodar-se com minha presença. Então, sem mesmo nunca termos nos visto antes, ela compareceu em minha casa e o encontro foi agradável. Ao início ela observou bastante os adornos expostos em minhas paredes e não me olhava nos olhos, mas no decorrer da conversa ela foi relaxando e nossa entrevista foi bastante densa, ainda que esse tenha sido o único encontro que tivemos.

Ela tem 30 anos, nasceu em São Luiz Gonzaga, mas foi criada na cidade de Roque Gonzáles, a 528 km de Porto Alegre, também na região das Missões do estado do Rio Grande do Sul. Ao completar o Ensino Médio, com 18 anos, ouviu um anúncio de emprego em um programa de rádio que buscava alguém para cuidar das crianças e realizar as tarefas domésticas na casa de uma senhora em São Luiz Gonzaga. Como ela estava fazendo aulas de direção em tal local, decidiu ir atrás do emprego sem comentar nada com seus pais. Ao chegar na casa da senhora, descobriu que a vaga já tinha sido preenchida, mas dona Augusta pediu que ela deixasse um número de telefone para entrar em contato caso precisasse. Após alguns dias, a mãe de Maria, que trabalhava em uma empresa de confecção de roupas recebeu o telefonema de dona Augusta e buscou explicações com a filha. Maria ficou surpresa, pois já não esperava algum contato e explicou à mãe o acontecido. Na residência da família não havia telefone.

Assim, Maria ligou para Dona Augusta, que foi pessoalmente à cidade de Roque Gonzáles conversar com os pais de Maria e explicar que o emprego era na casa de sua filha Cecília, em Porto Alegre. Maria ficou bastante animada, pois já conhecia a capital em visita a uma tia materna e *desde a primeira vez que eu vim pra Porto Alegre, acho que eu tinha uns 15 anos, eu gostei muito da cidade! Eu sempre gostei muito dessa cidade!* Desse modo, após a aprovação dos pais de Maria e ela ter conversado com Cecília por telefone, embarcou para Porto Alegre, àquela altura com 18 anos de idade.

Desde que chegou ao emprego, sua carteira de trabalho foi assinada, seu INSS pago e ela desempenha todas as atividades domésticas da casa como mensalista. Explica que a

família de Cecília é composta por cinco pessoas, ela, o marido e três filhos e que, quando chegou, o filho mais novo tinha somente 4 anos, o que fez com que ela estabelecesse um maior vínculo afetivo com ele após os 12 anos que trabalha para a família, assim como Hilda com o filho mais novo de sua patroa, e Marina e Francisca com os filhos de suas *irmãs de criação*. As outras filhas são mais velhas e atualmente têm vinte e poucos anos. Com o passar do tempo trabalhando na casa, sua rotina de trabalho também foi se modificando. Nos primeiros anos, Maria morou na casa dos patrões, lavava roupas, passava, cozinhava, fazia faxina, arrumava a casa, ia a supermercados e feiras, além de deixar e pegar o menino na creche, pegar uma das meninas na escola, acompanhá-los a cursos e brincar com eles na área de lazer do edifício. Em relação à remuneração por jornada de trabalho ela salienta que a relação com Cecília sempre foi baseada em *confiança* recíproca e esclarece:

Nunca teve aquela coisa assim de, ‘ah, tu tem que trabalhar tantas horas, ou tu vai receber um pagamento por horas’. Não, nunca teve isso. Até porque quando eu morava lá, então, se eu fosse contar por trabalhar por hora... (risos) Ia receber 24h! É, porque eu ficava o tempo todo, então, não. A gente, assim, eu morava lá, tinha, eu podia sair também, tinham horários assim, eu podia sair, eu podia sair de noite. (Maria, 22/01/2013)

Maria começou a achar que tinha muito tempo livre durante o período noturno e comunicou aos patrões que procuraria algo para fazer, com a aprovação deles. Então fez um curso para comissária de bordo, mas não chegou a exercer tal atividade. Naquele momento, com o incentivo do patrão, resolveu fazer um curso de preparação para o vestibular, tendo aprovação apenas em uma instituição privada, que não tinha renda para pagar. No outro ano, passou na UFRGS no curso de Engenharia Cartográfica, mas seu desempenho foi um “horror” segundo ela. Nesse período também conheceu o namorado, que morava no mesmo prédio da patroa, e decidiu abandonar a universidade, sem que ninguém soubesse, e passar as horas do curso na companhia do namorado. Após alguns meses, foi morar com ele, já em outro apartamento, mas próximo ao antigo, *e também não informei a ninguém que eu tava fazendo isso, eu só fui saindo aos poucos, eu nunca fiz muito alarde, assim, ‘olha, pessoal, eu tô saindo, mas eu vou continuar trabalhando aqui’*. Não, eu dormia umas noites lá, outras cá, eu fui adaptando a casa.

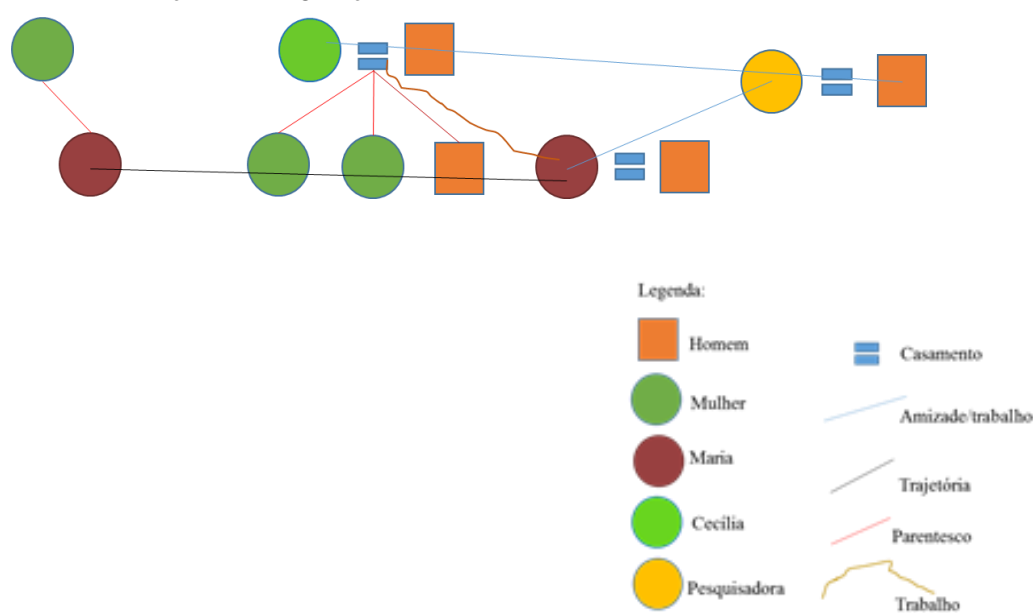
Posteriormente, Maria prestou novamente o vestibular na UFRGS, tendo êxito para o curso de Geografia, no qual está prestes a se formar. Durante os 12 anos que está em Porto Alegre, continua trabalhando como mensalista na casa de Cecília, ainda que já tenha

trabalhado como secretária em uma clínica durante um mês, sem o conhecimento da patroa. Em relação ao trabalho, as relações com os patrões e mesmo seu projeto de vida para após a conclusão do curso de Geografia, ela argumenta: *A gente vai fazer uma comparação, eu faço de vez em quando, eu vou dar aula, se eu fosse dar aula pro município, eu vou ganhar um salário, vou ganhar a mesma quantia que eu ganho aqui, trabalhando o triplo!*

Maria narra que nunca recebeu muita cobrança dos patrões e que gosta do trabalho por atualmente não ter uma rotina rígida de atividades e horários, exemplificando que na casa de Cecília ela precisa preparar o almoço e lavar e passar o uniforme do filho mais novo diariamente, pois se isso estiver feito, pode realizar outras tarefas em dias e horários flexíveis. Além disso, *também tenho essa liberdade de dar uns gritos de vez em quando lá, naquela coisa de, enquanto tiver educando, tá tudo bem*, por isso, ela se considera ter sido uma educadora e/ou orientadora dos filhos da patroa. E finalizou:

Bah, eu tenho capacidade pra trabalhar num lugar, onde eu ganhe mais, e tudo mais, aquela coisa assim. Eu sei disso assim, porque eu não me considero uma pessoa burra, bem pelo contrário, uma pessoa bem capaz e inteligente! Mas, aí eu penso assim, 'putz, mas eu faço uma coisa que eu gosto, que eu realmente gosto, que eu acredito realmente que eu sei fazer e faço porque gosto!'. E aí eu vou trabalhar numa outra coisa pra eu ficar... E uma das coisas que eu mais gosto de trabalhar ali, é que além de ter toda a flexibilidade de horário e aquela coisa ali, eu trabalho sozinha! É aquela coisa assim que, ãh, não tem, não tem muita conversa, não tem, não tem. (Maria, 22/01/2013)

Figura 55: Rede de inserção e configuração de Maria



Como Patrícia, de 28 anos, Maria também possui 30 anos, portanto as duas fazem parte dos 25% das trabalhadoras domésticas em Porto Alegre, dos 25 aos 39 anos, apesar de que Patrícia estava registrada como *autônoma*, portanto não faz parte das estatísticas do trabalho doméstico. As duas chamam atenção por terem migrado para a capital após os 18 anos, diferentemente de Chica, Hilda e Marina, que migraram para outras cidades ainda crianças. Isso pode ter relação com a proibição do trabalho infantil estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e pela ratificação do Brasil da Convenção 182 (1999), pois as duas chegaram à Porto Alegre nos anos 2000.

Outro fator relevante nas trajetórias de Patrícia e Maria é que as duas já chegaram na capital com o ensino médio concluído e Maria passou no vestibular em uma universidade federal. Conquista que Chica persistiu, mas não obteve êxito, Hilda alega não ter se interessado e para Marina não fez parte do campo de possibilidades, já que seu maior sonho é aprender a ler.

Mesmo com outras possibilidades de emprego e trabalho, como a experiência de trabalho em um consultório médico, Maria avalia que para ganhar pouco sendo professora, ele prefere continuar trabalhando como doméstica porque gosta do que faz. Ela casou-se com um morador do mesmo prédio da patroa, mas continua prestando serviços para a família de Cecília, há 12 anos.

5.1.4 Telma: É, diarista, mas assim ó, não é assim só pra limpar, do que precisarem pra eu fazer, eu faço! Eu sabendo fazer, eu faço!

Com Telma, tive contato através de uma colega do programa de pós-graduação em antropologia social, a Janaína. Ela faz faxina semanalmente na casa dessa colega, que ao saber de minha pesquisa através de uma mensagem via *facebook* que enviei para meus amigos que moram em Porto Alegre, disse que Telma *tinha muitas histórias*, por isso achava que ela iria gostar de participar da pesquisa por *se sentir valorizada*. Desse modo, liguei para Telma, que concordou imediatamente em participar. Nos encontramos próximo a uma empresa em que ela trabalhou como serviços gerais e fomos caminhando juntas até a minha casa.

Telma nasceu em Quitéria, a 125 km de Porto Alegre, quinto distrito de São Jerônimo, no estado do Rio Grande do Sul. Sua família se sustentava com as plantações na roça, por

isso, ela diz: *eu não acho pesado fazer uma faxina numa casa! Porque eu aprendi a trabalhar no pesado! E no sol, caminhava longe!* Ela explica que pela sua certidão de nascimento tem 59 anos, mas que desconfia da precisão de tal idade, já que no interior as pessoas teriam o costume de registrar seus filhos “já grandes”. Veio morar em Porto Alegre em 1975, portanto já reside na cidade há 38 anos, para trabalhar como copeira na casa de um médico que conhecia sua família por ter fazenda no interior. Telma explicou que nessa casa era tratada “quase como da família” e foi lá que aprendeu a realizar as tarefas domésticas.

Nessa casa aí que eu trabalhei 7 anos, então, foi ali que eu aprendi muita coisa, sabe, foi ali que ela me ensinou tudo que eu sei! Até, com as crianças. Me ensinou a passar roupa, que a gente passava lá fora, mas era aquele ferro que tu tinha que botar carvão dentro, e aqui era elétrico. Então, tudo eu aprendi, eu aprendi a cozinhar, a cozinhar a gente sabia porque a mãe ensinou a gente, mas era a comida lá de fora, né, que era o arroz, o feijão, a batata doce, o aipim, a abobrinha, então, aqui era, massa, era a gente que fazia! Então, eu aprendi, tudo que eu sei eu aprendi aqui! Até pra limpar uma casa eu aprendi aqui (Porto Alegre)! Porque eu aprendi vendo a faxineira dela fazer; porque lá fora a faxina era outra, porque a nossa casa era de barro! Era chão, era chão batido. Tu tinhas que molhar, pra poder bater, pra não levantar muito pó. Então, era tudo diferente, então, tudo eu aprendi aqui com elas! (Telma, 28/01/2013)

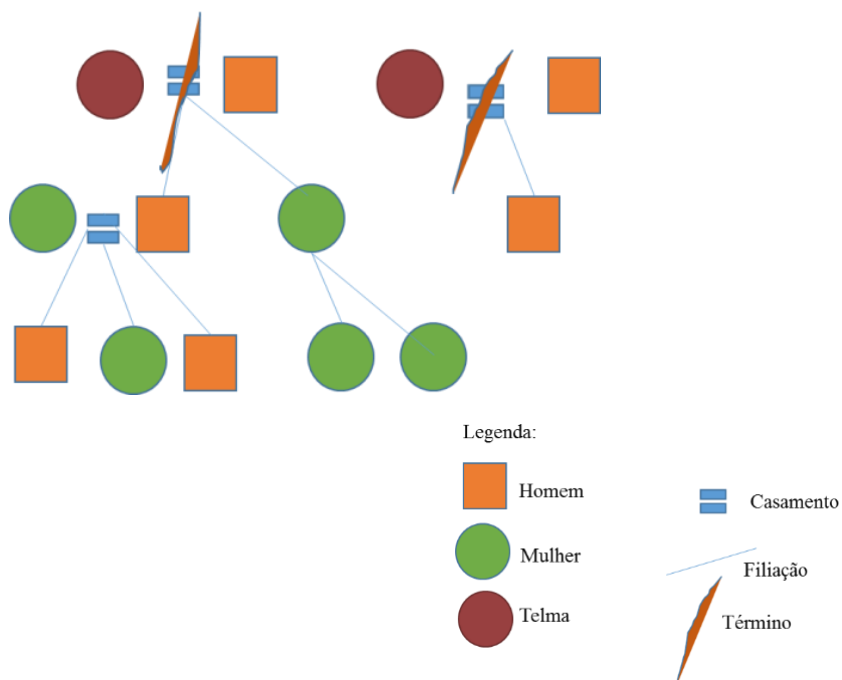
Após esse período, Telma decidiu alugar uma peça²¹⁸ no Bonfim, mesmo bairro em que morou com os patrões e começou a trabalhar em uma creche. Passados dois anos a escola fechou, ela trabalhou em outra, por quatro anos, e após essas duas experiências, retornou ao trabalho doméstico remunerado, não mais como mensalista, mas desde então realizando a limpeza de edifícios e na modalidade de diarista, *as pessoas me viam, eu limpando o prédio, ‘tu faz faxina? Eu pensei, ‘eu vou começar a fazer!’ Não tem mistério nenhum, é limpar, né?! ‘Não faço, mas vou começar a fazer!’ Foram passando umas pras outras.* Ainda que não se restrinja a realização de faxina, pois também cozinha, passa, lava, passeia com cachorros, vai a bancos e o que mais for demandada durante o período de 8h às 17h em que permanece na casa de seus empregadores cobrando o valor de 70 a 100 reais.

Quando conheceu o pai de seus filhos, mudou-se com ele para uma peça na vila Bom Jesus; após o nascimento do primeiro filho, Rogério, o relacionamento acabou e ele voltou a morar com a mãe. Contudo, em um de seus encontros, quando o menino já estava com 5 anos, Telma engravidou de Karla. Passados mais cinco anos, ela teve outro relacionamento

²¹⁸ Compartimento de casas e/ou prédios alugados pelos proprietários a outras pessoas.

amoroso e gerou Bernardo. Atualmente, seus filhos têm 27, 22 e 17 anos e Telma já é avó de 5 crianças, três de Rogério e duas de Karla. Há 16 anos mora em Alvorada, em uma casa própria doada por um irmão.

Figura 56: Configuração familiar de Telma



Ela narra que apesar de ter passado por várias dificuldades para sobreviver, nunca precisou deixar os filhos com ninguém e a relação que estabeleceu com seus empregadores permitiu que: *roupa pra mim e pros meus filhos, eu não compro! Eu ganho. Esse vestidinho aqui é da Janaína! O sapatinho foi a Helena que me deu! A minha casinha é montada com coisas que elas me deram! Pra não dizer que eu não comprei, eu acho que o fogão só, só o fogão.*

Prestes a completar a idade para se aposentar, Telma relata que nos empregos em que trabalhou de doméstica, sua carteira está assinada como tal; nas escolinhas como servente e no condomínio como serviços gerais. Desse modo, ela pretende continuar fazendo diárias *só nas de fé*, mas também retomar seus estudos que foram interrompidos na quarta série do ensino fundamental e realizar um curso de costura e pintura.

Figura 57: Telma, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora.



Com personalidade bastante forte, Telma construiu sua narrativa biográfica em torno de muita luta em prol de sua sobrevivência, aliada a experimentação de diferentes alternativas que não o trabalho doméstico no formato mensalista. Como todas as protagonistas de nosso trabalho, ela é oriunda da zona rural de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul e veio trabalhar com aproximadamente 20 anos como copeira na casa de um médico na capital. Neste primeiro trabalho ela diz que aprendeu tudo o que sabe hoje, desde fazer faxinas no contexto urbano, como preparar alimentos, como massa

caseira, que não aprendera com a mãe no interior. Após 7 anos neste emprego ela decidiu sair e trabalhou em duas escolas infantis, alugando uma peça para morar. Então conheceu o pai de seus dois filhos mais velhos, foram morar juntos na periferia da cidade, mas a relação não deu certo.

Após os trabalhos como cozinheira nas escolas infantis, Telma começou a realizar faxinas, mas prestando serviços em condomínios, via empresas terceirizadas. Contudo, neste ambiente de trabalho, ela passou a receber ofertas para realizar faxinas nos apartamentos de decidiu tornar-se diarista. Atualmente ela realiza diárias em aproximadamente quatro residências e mora com a filha e duas netas em uma casa que ganhou de um irmão na cidade de Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre.

Segundo Telma, o trabalho doméstico lhe proporcionou muitos bens materiais, já que praticamente toda a sua casa foi mobiliada com presentes das patroas, apesar de já ter sido maltratada em algumas casas, *se chegava visita lá, ela (uma das empregadoras) fechava a porta dos fundos, eu não podia passar pra lá, ela pedia pra eu fazer cafezinho, mas eu não podia ir lá levar, ou, sabe, me senti... Mas o que, que é isso, né?*

Figura 58: Mapa cidades de origem das entrevistadas de POA

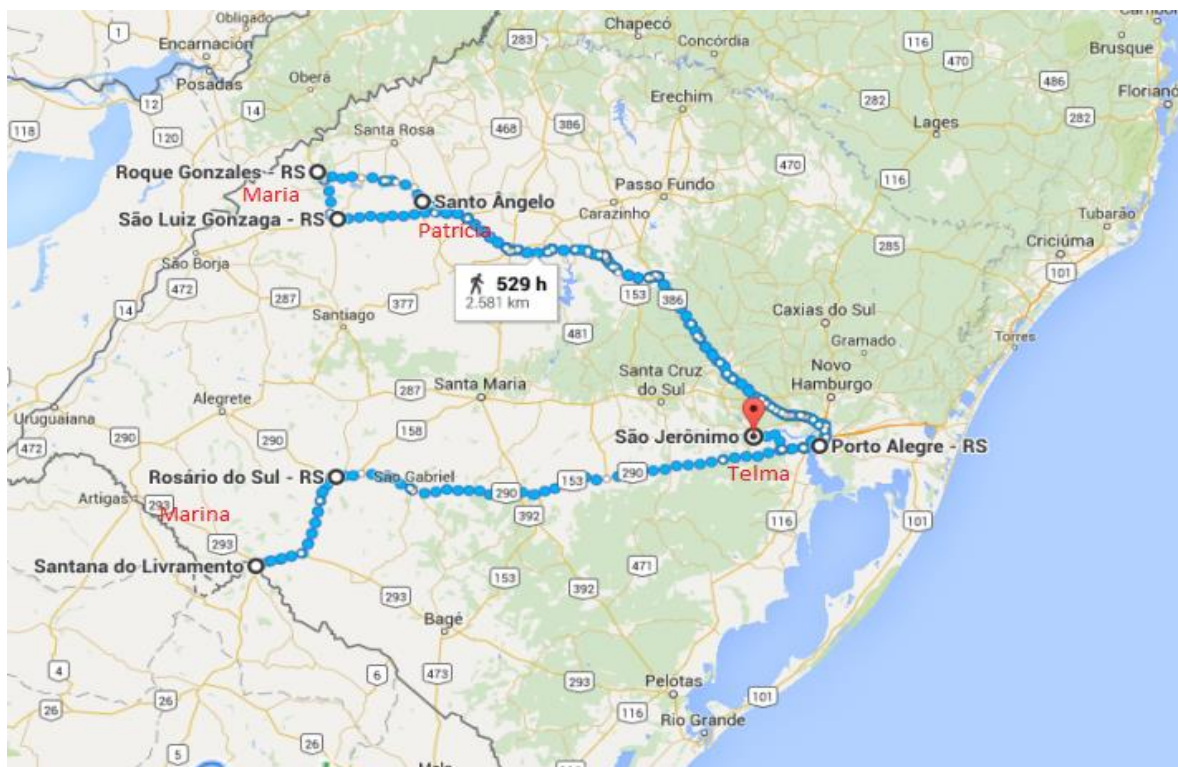


Tabela 23: Dados das entrevistadas de Porto Alegre

<i>Nomes</i>	<i>Marina</i>	<i>Patrícia</i>	<i>Maria</i>	<i>Telma</i>
<i>Idade</i>	61	28	30	59
<i>Cidade de origem</i>	Rosário do Sul	Santo Ângelo	Roque Gonzales	Quitéria - 5º Distrito de São Jerônimo
<i>Anos em Poa</i>	Aprox. 40	4	12	38
<i>Escolaridade</i>	Ensino Fundamental Incompleto – Analfabeta	Ensino Médio – Curso Técnico	Ensino Superior Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto - 4ª série
<i>Endereço</i>	Rua Monroy/Santa Tereza – casa da patroa-irmã de criação	Rua Vital Brasil/Jardim Itu-Sabará – casa da patroa	Rua República/Cidade Baixa – apto alugado	Alvorada – casa própria
<i>Estado civil</i>	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
<i>Filhos</i>	Não	Não	Não	Sim – 3
<i>Configuração atual de trabalho</i>	Mensalista/Agregada	Mensalista, Diarista e Cuidadora	Mensalista	Diarista

5.1.5 Mapeando e praticando configurações

As trajetórias sociais e de trabalho narradas acima de Marina (61 anos) Patrícia (28 anos), Maria (30 anos) e Telma (59 anos) explicitam diferentes configurações do trabalho e/ou serviço doméstico vivenciados na atualidade na cidade de Porto Alegre. A partir desses casos podemos refletir sobre inúmeros aspectos implicados nessa modalidade de trabalho e/ou arranjo familiar. No contexto de Porto Alegre, e mesmo da sociedade brasileira em geral, falar de trabalho e/ou serviço doméstico implica também na análise de diferentes arranjos familiares²¹⁹. Em se tratando destes casos percebemos que Patrícia diz sentir-se parte da família de Ruth e Marina sendo lembrada de que é “irmã de criação” de Laura, portanto com obrigação de ajudá-la financeiramente.

Aspectos recentemente aprovados pela LC 150/2015 também podem ser discutidos e problematizados através das narrativas dessas mulheres, pois, pelo menos quando Maria morava com a sua patroa ou quando Telma nos diz que sua diária começa às 8h e termina às

²¹⁹ Ver em Charles Wagley, 1977; Angelica Motta-Maués, 2006; Luísa Dantas, 2009, entre outros.

17h, essas práticas estão em desacordo com a jornada de 44 horas mensais e 8 horas diárias previstas na lei.

Contudo, como falar a partir de uma linguagem jurídica de práticas “tradicionais” e envoltas à esfera afetiva e privada do lar que, muitas vezes, não estão em acordo? Essa é uma grande dificuldade para tratarmos da fiscalização, valorização e regulamentação do serviço doméstico. Comumente, ainda que esse trabalho seja remunerado, as mulheres que o desempenham não se reconhecem como empregadas ou trabalhadoras domésticas e preferem não incluírem-se na categoria juridicamente e, principalmente, socialmente. Isso pode ter relação com a vivência histórica e imagens de desvalorização do trabalho doméstico (Pereira, 2012), mas também por elas não vivenciarem relações racionalistas e impessoais, típicas do trabalhador urbano.

Como poderemos sair desse impasse e elaborar argumentos cabíveis levando em consideração que o serviço doméstico é remunerado, diferente do trabalho doméstico que pode ser desenvolvido nas próprias residências (Chaney e Castro, 1993), quando na maioria dos casos essas mulheres desempenham as duas modalidades e, ainda, interpretam o trabalho doméstico desempenhado nas casas das “madrinhas” e/ou “irmãs de criação” como uma *ajuda*; quando moram na casa, *como se fosse* nas suas casas, ainda que recebam algum tipo de remuneração?

Como podemos visualizar, todas elas poderiam ser enquadradas na categoria de “empregadas polivalentes” (Fraga, 2013), pois se não desempenham toda e qualquer atividade doméstica, em suas trajetórias, dependendo do período em questão, atuam como babás, copeiras, acompanhantes e diaristas. Como no caso de Patrícia, aos finais de semana é acompanhante, às sextas-feiras é diarista realizando apenas faxina e nos outros dias realiza todas as atividades domésticas na casa da “segunda mãe” e é remunerada por isso. Desse modo, como poderíamos identificá-la em apenas uma modalidade de trabalho diferenciada das outras? Ainda que na contemporaneidade sejam discutidas possibilidades de remuneração à “economia dos cuidados” (Zelizer, 2009), no Brasil práticas monetárias ainda são percebidas enquanto “contaminando” relações afetivas, o que faz com que muitas mulheres não formalizem o vínculo contratual com seus patrões, colocando a *confiança recíproca* como o princípio de suas relações.

A informalidade do trabalho doméstico remunerado também pode ser pensada de forma aproximativa à suposta autonomia defendida pelas mulheres que decidem trabalhar como “diaristas” ao invés de “mensalistas”, pois o distanciamento das relações afetivas e a

dinamização da atividade são percebidas por essas mulheres como uma maior flexibilização do trabalho (Brites, 2000).

Sem a intenção de pôr fim à multiplicidade de aspectos envolvidos em tal problemática, mas com a intenção de ampliar as discussões com os dados etnográficos em questão, percebemos que nas narrativas das quatro mulheres não há alguma aproximação com o sindicato dos empregados domésticos de Porto Alegre: Maria relatou que apenas soube das recentes mudanças da regulamentação do trabalho doméstico através de noticiários na televisão, Patrícia disse que nunca precisou recorrer ao sindicato, já que a casa de Ruth seria uma *família* e não um *emprego*, Telma sempre resolveu qualquer conflito no momento em que viveu através da *conversa* e Marina salienta não ter *coragem* de recorrer aos seus direitos ainda que *sonhe* em ter uma casa própria. Por isso, mais uma vez reforçando a ambiguidade e particularidade desse trabalho, o sindicato parece ainda se colocar como um espaço estranho às tramas de muitas domésticas, *o trabalho é realizado em casa, portanto é lá mesmo que se resolve*.

Minha aproximação com estas mulheres, como relatei ao início do capítulo, se deu por meio de seus "patrões" e/ou "parentes", após eles terem conversado com elas, liguei para o celular das mesmas explicando melhor minha pesquisa e perguntando qual o local que preferiam para a realização das entrevistas, e assim foi feito. Contudo, mesmo que eu estivesse em outra cidade, comecei a perceber que os passos da minha pesquisa estavam muito similares aos caminhos que percorri em Belém. Naquele momento, apesar de ter ingressado apenas na casa de uma patroa, o fato delas estarem me encontrando através daquele mediador começou a me incomodar e passei a refletir sobre a possibilidade de empreender diferentes percursos para o acesso a ângulos do emprego doméstico que ainda não tinham sido observados por mim.

Com minha pesquisa de campo iniciando no ano de 2013, logo após a "PEC das domésticas" e a ampliação de direitos à categoria, decidi que seria interessante acessar o sindicato das trabalhadoras para conhecer o funcionamento do local, perceber as suas dinâmicas e também investigar quais as diferenças nas narrativas e interpretações de si das mulheres que procuram e/ou atuam no sindicato e aquelas que eu já tinha entrevistado nas cidades de Porto Alegre e Belém. Falando de outro modo, o que as teria movido ao encontro do sindicato?

5.2 Descobrimo o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Porto Alegre/RS

Minhas pesquisas no sindicato de Porto Alegre duraram aproximadamente seis meses, sendo divididas em três períodos: o primeiro no mês de agosto de 2012, depois nos meses de fevereiro, março e abril de 2013 e posteriormente nos meses de agosto e setembro também de 2013.

Ainda em 2012 descobri o endereço do sindicato através da *internet* quando encontrei duas referências, me dirigi à primeira, mas sem sucesso, na segunda tentativa era o local correto. O sindicato se situa na rua Otávio Rocha, nº 22, sala 405, em um prédio nomeado, Frederico Mentz, bastante antigo, no Centro, próximo ao Mercado Público. Dizendo na portaria que ia ao sindicato, sem restrições o porteiro me deixou subir.

Figura 59: Localização do sindicato de POA



Ao pegar o elevador e descer no quarto andar, vi três pessoas aguardando a abertura da sala em frente ao elevador. Procurando a sala 405, percebi que era justamente aquela. Então, me encostei ao lado do elevador, próxima a duas mulheres, a mais jovem estava sentada na escada do prédio e a mais velha, que acho ser sua mãe, estava em pé. Ao meu lado direito havia um homem, na faixa de 40 anos. Em relação às idades das mulheres, uma parecia ter também por volta de 40 anos e a mais nova, seus 20 e poucos.

Como na frente do elevador havia duas portas, estávamos em dúvida se corresponderiam ao Sindicato ou apenas uma das duas. Passados poucos minutos, chegou uma moça e entrou na sala, indicando que as duas portas correspondiam ao sindicato. As moças estavam com pressa e ao verem na placa em frente a sala que o sindicato abriria somente às 10h, decidiram sair e depois voltar; se não conseguissem chegar até o meio dia, teriam que esperar até as 14h, quando o sindicato reabriria, com seu expediente indo até as 17h.

Figura 60: Sindicato TDs POA, Fotos de 2012 – Autoria da pesquisadora



Depois que as duas mulheres pegaram o elevador, comentei com o rapaz que tinha ido em outro endereço ele disse que também foi, mas que eles teriam se mudado para este. Ele disse que estava à procura de uma funcionária, pois um vizinho seu teria ido ao sindicato e conseguido uma que já está há 3 anos com ele. Nesse momento, a moça abriu a sala para o público e disse que pegássemos uma senha e sentássemos na sala ao lado, aguardando que ela nos chamasse pelo número. Então, eu e o rapaz continuamos conversando e ele

argumentando que atualmente, *pra conseguir uma que fique, você tem que pagar um pouco a mais da média, ao invés de 600, 700 reais, 800, 900 para que fiquem*. Isso porque, segundo ele, hoje em dia tem muitos outros empregos, então muitas domésticas estariam deixando a profissão para realizarem outros ofícios.

Nesse momento, já tinha adentrado à sala uma senhora com seus 60 e poucos anos. Eu sugeri que ela trocasse de senha comigo, posto que eu não estava com pressa e ia demorar um pouco conversando com a moça que estava atendendo, só estava com sede. Ao que ela respondeu, *eu também, mas com sede de justiça!* Complementando que existiam pessoas muito más e que não suportava mais sua patroa que a tratava *pior que um animal*. Explicou que quando chegou ao emprego, achou que não iria aguentar nem um mês, mas que já estava lá há 5 anos, que não dava mais, pois estava doente, muito doente e que havia adoecido por conta da patroa, pois antes deste emprego não teria doença alguma.

Ela foi pela primeira vez ao sindicato na semana anterior tendo sido orientada a retornar após ter decidido com a patroa o dia que sairia da casa. Agora, que tinha negociado ficar até o dia 30 de agosto (2012) estava voltando lá para comunicar a data e saber as providências que seriam tomadas. Disse que durante muito tempo tinha sido explorada, mas *a escravidão já acabou!* E que, conversando com outras trabalhadoras, *amigas de parada* (de ônibus), tinha sabido da existência do sindicato e decidido ir até lá, *quando vim, andei pra caramba, não encontrava o prédio, até que achei!*

Relatou que resolveu vir quando decidiu que sairia do emprego, para garantir seus direitos e não ter problemas futuros, pois *sabe a Chayene²²⁰? Então, a minha patroa é 10 vezes pior que ela! Ninguém nunca disse isso na cara dela, mas eu disse: 'Não vai parar ninguém aqui, ninguém vai te aguentar, tu trata as pessoas como se não fossem gente! Se a gente tiver que brigar, vai ser tudo pelo sindicato!'*.

A essa altura, outro rapaz adentrou à sala, então saí da minha cadeira, na frente de Clária e fui para seu lado para continuarmos conversando. Falei um pouco dos objetivos da minha pesquisa, ela disse que era bom mesmo eu pesquisar, que assim poderia ajudar outras mulheres, que como ela anteriormente, não teriam informações e acabavam sendo exploradas. Contudo, disse que não me daria seu telefone para que voltássemos a nos encontrar, e que nós já estávamos conversando ali. Eu disse que tudo bem, tentei convencê-la, mas não consegui. Ela me disse que nasceu em Santa Maria, mas veio para Porto Alegre

²²⁰ Personagem encenada pela atriz Cláudia Abreu, como uma empregadora, na novela Cheias de Charme, exibida pela rede Globo, às 19h, entre 16 de abril e 28 de setembro de 2012.

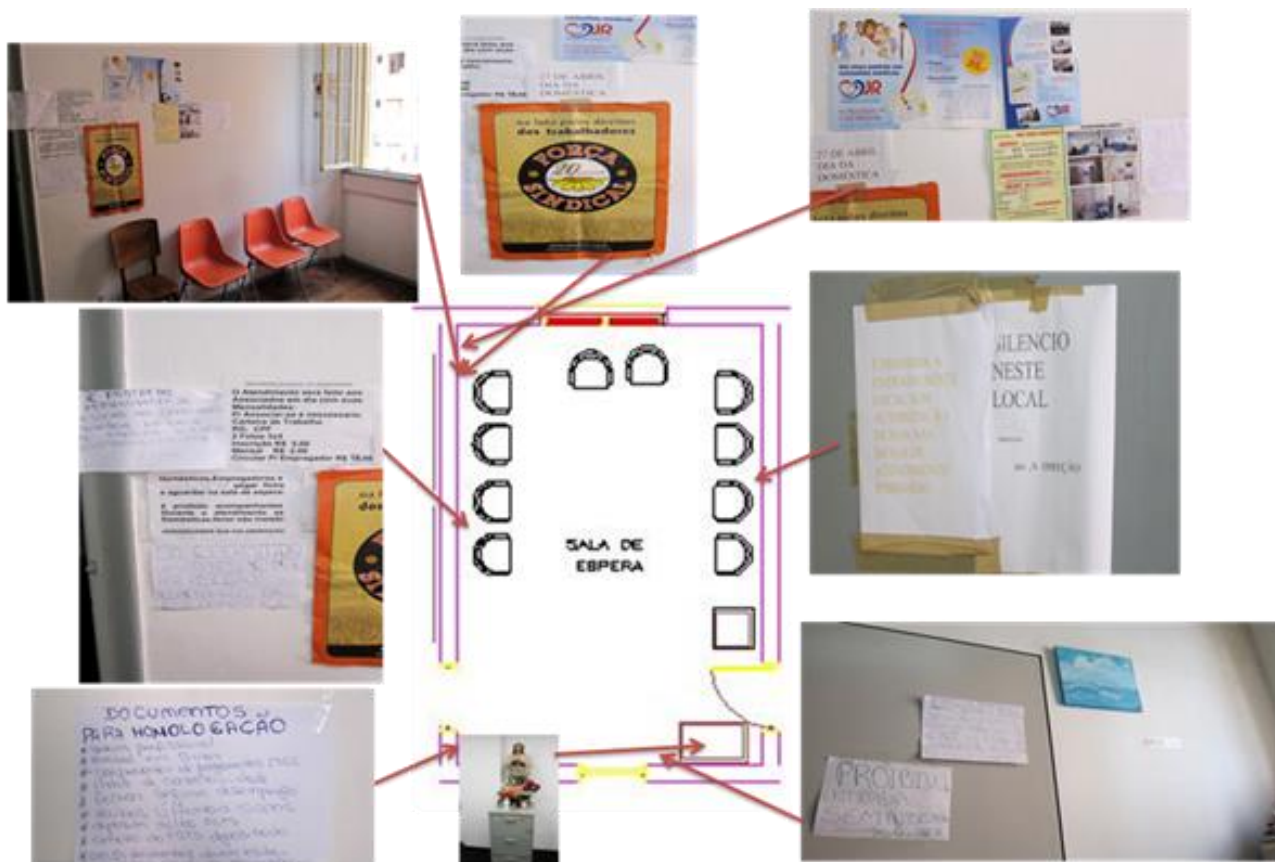
aos 15 anos, *perdida, sem saber de nada*, e que trabalhando em várias casas, já tinha sido muito maltratada. Disse que na casa em que trabalha são quatro pessoas, mas que eles recebem muitos hóspedes, parentes, então, na prática, sempre trabalhou para mais gente. Complementou que a patroa ainda lhe devia uns “atrasos”, mas que, com certeza ela não iria lhe pagar. Então, foi chamada. Antes de ir embora, voltou à sala que eu estava e apertou minha mão com suas duas mãos, lhe dei boa sorte, e ela se foi.

Estabelecendo o mesmo mecanismo de mudar de senha com o rapaz que estava na sala, de novo, falei do meu trabalho, ele percebeu que eu não era de Porto Alegre e então me explicou o motivo de sua ida ao sindicato. Disse que já tinha uma funcionária em mente, mas que gostaria de sanar dúvidas sobre as regulamentações *antes de a contratar, pois gosto de fazer tudo direito, para não ter problemas futuramente. Além disso*, complementou que atualmente é muito perigoso colocar alguém dentro de casa, que pode até ser por indicação, mas que deveria estar tudo legalizado.

Então, adentraram à sala um casal, após o rapaz com quem eu estava conversando ser chamado, a moça disse: *então és de Belém do Pará!* Ao que eu confirmei, perguntando se eram de Porto Alegre. Eles confirmaram, mas ao trocar de senha comigo, logo ela foi chamada. Ela estava trabalhando há 8 meses em uma casa, quando foi ao médico, que lhe forneceu um atestado, mas antes que entregasse aos patrões, foi demitida.

Aquela fora a minha primeira visita ao sindicato, e desde aquele dia pude perceber o quanto a sala de espera poderia ser um lugar interessante para a observação do cotidiano, das motivações das domésticas e empregadores ao irem lá, além de interação com os mesmos. Era uma sala pequena, com cadeiras em suas laterais e vários cartazes nas paredes com anúncios de advogados para TDs, preços mais baratos de dentistas, um anúncio de emprego, além de um cartaz de uma conferência voltada a trabalhadores da construção civil.

Figura 61: Cartografia do sindicato das TDs de POA



Na outra sala, pela qual adentramos, tinham duas mesas e duas cadeiras. Uma estava vazia e na outra Rosanne nos atendia. Àquele dia, expliquei o motivo de estar lá, ao que ela me sugeriu que voltasse na próxima segunda à tarde, pois a presidente do sindicato, Salete, estaria lá e já estaria no sindicato há 20 anos, portanto seria a pessoa mais autorizada a conversar comigo, já que ela só estava há 10. Respondi que 10 anos era muito tempo e que também gostaria de conversar com ela. Ela complementou que o advogado do sindicato também era paraense e que estaria lá na segunda, então seria a melhor ocasião para eu voltar e falar da minha pesquisa. À minha surpresa por encontrar empregadores em busca de funcionárias e informações no sindicato, Rosanne respondeu que muitos procuravam o sindicato e as agências para ter melhores referências de quem contratar e quando questionei se essas agências eram confiáveis, ela me disse que sim, que inclusive tinha uma na sala ao lado, mas que naquele dia estava fechada, pois os donos estariam com problemas de família.

Figura 62: gência Arco-Íris, Foto de 2012 – autoria da pesquisadora



Minha segunda visita ao sindicato foi na segunda-feira seguinte, como Rosanne havia me sugerido; dessa vez foi no período da tarde por volta das 14h. Ao chegar, fiquei surpresa porque a sala de espera estava lotada. Depois soube que era o dia do advogado ir, por isso o grande movimento. Fiquei de pé encostada em uma das paredes. Na sala havia uma mulher com um bebê recém-nascido em seus braços, ao seu lado uma moça forte, que pelo modo de se vestir²²¹ parecia ser evangélica e também uma senhora magra e baixa. Do outro lado, havia duas jovens na janela, que percebi serem irmãs e filhas de uma moça sentada. Também uma moça de tranças e duas amigas que chegaram, quando a mãe e as meninas foram chamadas²²². Com senhas, o fluxo de vai e vem na sala foi intenso. Ao tentar prestar atenção nas conversas, iniciar uma interação e observar, ao mesmo tempo, em alguns momentos me perdi²²³.

²²¹ Com saia longa e blusa de mangas compridas.

²²² Ainda que tenhamos visto que 80% da população porto alegreense seja branca, na sala de espera daquele dia, com exceção de uma, todas as outras trabalhadoras eram não-brancas ou negras.

²²³ No trabalho de Dominique Vidal (2007) também percebemos essa estratégia do pesquisador francês no sindicato das trabalhadoras do Rio de Janeiro.

Sem lembrar o momento certo, de repente quase todas as mulheres ao meu redor começaram a fazer comentários sobre seus patrões. A moça magra, baixa e não-branca, disse: *ah, minha filha, aquilo é parece um BBB²²⁴, eles ficam de olho em tudo, até quando a gente sai, ficam olhando pela janela!* Relatou que não se alimentava direito no emprego, argumentando que não estava mais suportando, pois há 10 anos fazia tudo para agradar “aquela família”, mas que não queria mais. Ao que as outras comentaram que era melhor que ela fosse demitida a pedir demissão, já que assim teria mais direitos e conseguiria mais dinheiro.

A moça alta, forte, negra e aparentemente evangélica disse que também estava há 10 anos com “aquela família”, mas ao descobrir de estava grávida, eles a demitiram (pois há algum tempo ela já vinha apresentando sintomas de mal-estar). Disse que quando sua patroa fez uma operação, ela que ficou cuidando, dava até banho, mas que depois de uns dias com atestado, quando chegou ao serviço suas coisas estavam todas em um saco e a patroa disse que aquele seria o último dia dela lá. Alega que uma vez já perdeu um filho durante o trabalho, já que seu “útero é pequeno” e que agora achou até bom, pois poderá se concentrar na gravidez. Contudo, tomou um susto com a determinação da patroa.

Aquele era o dia que seus patrões iriam comparecer ao sindicato, ela achava que não viriam, mas quando eu já estava conversando com outra moça, percebi quando um homem, por volta de 50 anos adentrou à sala, conversou amigavelmente com ela e foram ao encontro do advogado.

Do meu lado, estava sentada uma moça negra cheia de tranças, dizendo que ia sair pois não queriam pagá-la direito, que trabalhava para um casal de idosos, que *tinha o coração bom*, que cuidava deles há 3 anos, mas depois do que ouviu não queria mais continuar. Disse que já tinham tido uma primeira audiência e que o senhor, seu patrão, teria dito para a juíza: *e se eu morrer? Aí não precisarei pagar!* Ao que ela teria ficado indignada, falando: *ele prefere morrer a pagar o que me deve!* Provocando risos em nós todas.

Quando se levantaram, sentaram do meu lado duas amigas, uma negra e uma branca e loura, as duas diziam que era o dia dos seus patrões comparecerem no sindicato, mas que achavam que não iriam. Rindo, disseram: *imagina, a gente vai fazer eles se deslocarem até o centro, no meio de um monte de barraqueiro*, dando risadas. Também comentaram que a

²²⁴ *Big Brother Brasil - Reality show* da emissora rede globo, realizado anualmente.

patroa ia ficar com raiva da negra, já que teria sido ela quem indicou a outra. Conversamos um pouco, mas logo foram chamadas, não sei se os patrões compareceram.

Àquela altura já havia adentrado à sala Nair, mulher branca e de meia idade, mesmo tentando iniciar uma conversa com ela, mais escutava que falava e durante muitos minutos eu não conseguia distinguir se ela era doméstica ou empregadora²²⁵. Depois de um tempo de conversa, ela sentou ao meu lado, então me disse que estava lá porque o patrão não quis assinar sua carteira de trabalho e então ela resolveu sair do emprego, mas que já estaria negociando com ele e o sindicato. Disse que trabalhou 12 anos nesse último emprego, que era um casal com um filho e ela fazia tudo na casa, que ficava em Petrópolis²²⁶ e tinha dois andares. Além de limpar e cozinhar, ainda cuidava do *guri*, o levando para escola e para cursos. No decorrer do tempo o casal se separou, durante um período ela ficou trabalhando nas duas casas, mas depois apenas na casa do patrão.

Disse que mora em Ponta Grossa²²⁷, em um novo conjunto de casas e que na sua vizinhança teria várias mulheres que trabalham como domésticas; também relatou que já morou em Cachoeirinha e Gravataí²²⁸. Tem um filho de 32 anos, casado, que mora no Rio de Janeiro. Originária de Gonzaga, disse que atualmente apenas vai lá nas férias, pois prefere morar na “cidade”. Antes de trabalhar em “casa de família” trabalhou em uma fábrica e depois como cuidadora de uma senhora idosa. Ela aparentava ter aproximadamente 55 anos.

Após Nair ser chamada, a sala ficou vazia até que adentrou uma moça alta, negra, com cabelos cacheados e muito simpática, perguntou se eu também estava lá porque meus patrões não me pagaram e eu disse que não, que estava realizando uma pesquisa. Ela disse que teria muita coisa para falar, que trabalhava em uma casa de um casal de idosos, mas que a patroa, que era maravilhosa, naquele dia fazia 7 dias de falecida. Disse que o patrão era “insuportável”, daqueles que pediam um requeijão no café e se ela dissesse que não tinha mais, ele dizia: *como assim? Ontem, 3 da manhã eu vim na geladeira e tinha!* Explicando que por essas e outras não aguentava mais. Em consideração à falecida, ela até gostaria de ficar, mas não sabia até quando. Então foi chamada. Quando terminou seu atendimento

²²⁵ A minha não identificação imediata sobre a identidade de Nair exemplifica o quando a identidade e a raça são fenômenos exteriores ao sujeito. Ainda que eu não soubesse a profissão ou motivo de Nair estar ali, no sistema de classificação operado e aprendido por mim, por ser branca, ela poderia ocupar uma das duas posições antagônicas. Fui iniciada à discussão sobre a objetividade da identidade na disciplina Racismo no debate pós-colonial, ministrada pelo professor José Carlos dos Anjos (PPGS/UFRGS).

²²⁶ Bairro residencial e de classe média alta.

²²⁷ Bairro da zona sul de Porto Alegre.

²²⁸ Cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre.

voltou a sentar do meu lado e disse que a teriam aconselhado e ficar mais tempo, pois ela tinha uma dívida de empréstimo com eles e que se saísse agora teria que pagar e ainda ficaria sem o salário completo.

Ao se despedir disse que ela e o marido já tinham passado muito “sufoco”, que ela tinha *aguentado muita humilhação*, mas que conseguiram pagar a faculdade da filha na ULBRA²²⁹, só ficando devendo o último mês. Argumentou que era doméstica, mas não menor que os outros, pois com seu *suor* (esforço, trabalho) tinha conseguido formar uma filha com muito orgulho!

Estes episódios e relatos registrados em meus diários e também (re)lembrados por mim, são muito importantes para que possamos compreender a atmosfera da sala de espera do sindicato, um lugar transitório, por onde passam domésticas e seus familiares, bem como, empregadores em busca de funcionários ou solicitados para um possível acordo na rescisão de contratos. Ainda que transitório, já que as mulheres recebem uma senha e aguardam ser atendidas, em alguns momentos, esse espaço parece atuar com um lugar de troca de experiências e confidências, além de desabafos devido à falta de reconhecimento e consideração por parte dos patrões a trabalhadoras que dedicaram muitos anos de suas vidas em prol do seus bem-estar. Na sala de espera também ouvi comentários de que algumas patroas se *vestem de pobres* para ir ao sindicato com o objetivo de *parecerem não ter dinheiro*. Mas também o preconceito e desrespeito de patrões e advogados em relação ao sindicato, que por ser dirigido predominantemente por mulheres, muitas vezes, estes não medem o tom de seus comentários e depreciações:

Nesse momento fomos interrompidas pela fala agressiva de um advogado, que conversava com Rosanne em um tom ríspido, ligando para o cliente 'coronel' e dizendo que lá elas não tinham controle de nada, que não tinha nem computador! Ao proferir essas palavras, eu e Salete paramos de conversar e ficamos prestando atenção à conversa. Então, ele disse que queria saber o nome do advogado que estava atendendo a ex-empregada do cliente e o nome da presidente do sindicato. Essas informações foram negadas por Rosanne. Da sua sala, Salete disse que já sabia qual era o caso e que eles (patrão e advogado) deveriam ter comparecido ao sindicato na sexta-feira passada para a negociação com a funcionária. Agora, deveriam aguardar nova notificação do sindicato. Mas que também poderia deixar seu telefone para que eles entrassem em contato. Ele saiu furioso! Salete me disse que os advogados normalmente não gostam de esperar para serem atendidos e que já tinha visto ele muito agoniado na sala de espera e olhando para a sala de Salete para ver o que ela estava fazendo. Ela disse que mesmo eu tendo me oferecido para sair de lá, caso ela quisesse atender

²²⁹ Universidade Luterana do Brasil, privada, localizada em Canoas.

alguém, ficou comigo de propósito, para ele ficar esperando. (*Diário, 16/04/2013*)

5.2.1 Arimar: o advogado fundador

Arimar é advogado e um dos fundadores do sindicato das trabalhadoras domésticas de Porto Alegre. Ao longo de minha pesquisa neste espaço realizamos duas entrevistas formais, além de muitas conversas informais a respeito das práticas e mudanças no emprego doméstico. Além disso, coincidentemente somos oriundos do mesmo estado, ele da cidade de Santarém/PA e eu de Belém/PA, por isso nossas conversas, muitas vezes, também giraram em torno de comidas e saudades.

Com mais ou menos 12, 13 anos Arimar ingressou na igreja católica como seminarista, naquele tempo ainda morava em Santarém, mas com muitas idas para Belém para auxiliar um padre com quem tinha bastante afinidade. Já no ano de 1976, ele mudou-se para Passo Fundo/RS, ainda como seminarista e concluiu seu ensino médio nesta cidade. Após essa etapa, Arimar foi para Viamão, cidade vizinha e parte da região metropolitana de Porto Alegre, quando estudando filosofia em um seminário maior sua relação com as trabalhadoras domésticas iniciou-se. *Quase que no final da filosofia, conheci algumas pessoas que tinham o interesse de criar a Pastoral dos Empregados Domésticos, e nós tínhamos a Eva Branca e a Eva Preta e mais a Mariazinha, a Maria, e tantas e outras que no momento não estou conseguindo lembrar o nome delas, e decidimos criar a Pastoral.*

Segundo Arimar, a Pastoral das Domésticas foi fundada em 1977, com amplo apoio da pastoral operária de igreja católica, e em 1978 foi criada também a associação, já com o objetivo de se fundar o sindicato, que apenas foi possível com a Constituição Federal, em 1988; e com o apoio do senador Paulo Paim (PT/RS).

A partir da experiência com a Pastoral das Domésticas e por outros motivos pessoais, ele decidiu sair do seminário e tornar-se advogado, atuando na área trabalhista desde então. Da primeira geração de sindicalistas domésticas, Arimar salienta que apenas restou ele, pois algumas se aposentaram e outras mudaram de profissão²³⁰. O sindicato atualmente é organizado com Salete sendo a presidenta, Rosanne a diretora, e atuam junto com Arimar,

²³⁰ O advogado citou a sindicalista Ernestina, que teria sido uma forte liderança no movimento político das trabalhadoras domésticas do Rio Grande do Sul. Arimar explicou que após se candidatar algumas vezes para cargos políticos sem obter êxito, ela teria se afastado da organização. No entanto, atualmente Ernestina participa do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, cidade do sul do Estado.

mais três advogados, Regina, Ivânia e Juscelino, que se revezam durante a semana para o atendimento às domésticas e empregadores.

Antes que cheguem aos advogados, as domésticas e os empregadores (ou futuros) são atendidos por Rosanne e Salete, que identificam as demandas das pessoas, quer dizer, se procuram informações, sair do emprego e rescindir o contrato, dentre outros. Após a identificação do problema, que na maioria das vezes são falta de pagamento e de reconhecimento do vínculo (assinatura da carteira de trabalho) e o recolhimento previdenciário, ainda que sejam bastante frequentes casos de procura por direitos das trabalhadoras após um conflito, maltrato ou demissão sem justa causa; frequentemente elas fazem uma carta convite e remetem aos empregadores para que haja um encontro entre as partes no sindicato e entrem em acordo.

Quando isso não ocorre, é que os casos são enviados à Justiça do Trabalho e os advogados entram em ação com a credencial do sindicato. Arimar argumenta que atualmente os advogados que atuam no sindicato tem passado por várias dificuldades, já que o Ministério Público estaria atuando para *estrangular os sindicatos*, pois este estaria proibido de cobrar o imposto sindical anual dos trabalhadores, praticamente nenhuma associada paga as mensalidades, *e quando vem, muitas vezes, nós próprios temos que dar dinheiro pra voltar pra casa!*

Sem fonte de arrecadação para a manutenção do sindicato e dos diretores, Arimar argumentou que eles estavam tentando através da assistência judiciária – AJ, que funcionaria da seguinte maneira: o sindicato fornecia uma credencial aos advogados atuantes, e estes repassam ao sindicato 50% do AJ pago pelos empregadores em cada ganho de causa, que corresponde a 10% do valor total. O impasse com o Ministério Público é que com a credencial do sindicato, não poderia haver a cobrança de complementação de honorários de 20%, prejudicando os rendimentos dos advogados, que, se abrirem mão da credencial, terão que cobrar seus honorários normais, de acordo com a tabela da OAB, às trabalhadoras e não contribuirão mais com o sindicato através da AJ²³¹. *E eu sempre digo, até eu falando pro MP, o sindicato existe ainda porque nós passamos a metade do AJ, mas os outros sindicatos não passam absolutamente nada! Porque é a finalidade do AJ, é complementar a remuneração do advogado.*

²³¹ No sindicato de Belém, não obtive conhecimento desta prática. A manutenção de lá parece se dar através de repasses da federação e da central, além da cobrança de taxas aos usuários. Ainda que nas paredes do sindicato tenha um cartaz da Força Sindical, de acordo com Arimar o sindicato de Porto Alegre não recebe recursos de nenhuma central de trabalhadores.

Arimar alega que o maior problema para a melhor atuação do sindicato é a ausência de uma fonte de renda. Segundo ele, o Ministério Público proíbe que o sindicato faça cobranças aos empregadores, como por exemplo, a efetuação dos cálculos rescisórios, que acabam sendo realizados por advogados e contadores de fora do sindicato.

A juíza de uma das audiências que acompanhei²³² me forneceu uma cópia da ata do processo, em que podemos identificar o AJ:

Figura 63: Ata de Audiência - POA

ATA DE AUDIÊNCIA

CÓPIA

PROCESSO: 0000872-56.2013.5.04.0023
 RECLAMANTE: Ceres Regina Nunes de Oliveira
 RECLAMADO: Maia Silvia da Silva Fredrikson

Em 19 de agosto de 2013, na sala de sessões da MM. 23ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE/RS, sob a direção da Exmo(a) Juíza CERES BATISTA DA ROSA PAIVA, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 09h11min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a) Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o(a) reclamante, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). Ivania Maria Lazzaron, OAB nº 032090/RS, que junta credencial sindical.

Presente o(a) reclamado(a) acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). Washington Dias da Silva, OAB nº 051164/RS, que junta procuração.

CONCILIAÇÃO: nos termos do art. 831. § único da CLT, as partes celebram transação nas seguintes condições: o(a) reclamado(a) pagará a importância líquida de **R\$ 1.000,00**, mais **R\$ 100,00** a título de honorários de assistência judiciária, ao procurador(a) do(a) reclamante, em 10 parcelas(s) de **R\$ 110,00**, cada, vencíveis no dia 10 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, caso recaia em sábado, domingo ou feriado, a iniciar por **setembro/2013**.

Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos na conta corrente número: 103051-1, no(a) Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 2716, Operação: 001, de titularidade do(a) procurador(a) do(a) autor(a), Dr(a): Ivania Maria Lazzaron.

No silêncio, transcorridos cinco dias de cada vencimento, presumir-se-á como de efetivo cumprimento.

Para a hipótese de inadimplemento, ou mora, as partes convencionam o pagamento de cláusula penal de 20%, sobre o saldo devedor, hipótese em que haverá o vencimento antecipado das parcelas faltantes, nos termos do art. 891 da CLT.

O(A) autor(a) outorga quitação de todas as parcelas postuladas na petição inicial, bem como de todo e qualquer crédito decorrente do extinto contrato de trabalho doméstico.

A reclamada deverá fazer a entrega dos carnês de contribuição previdenciária efetivadas ao longo da contratualidade, em Secretaria no prazo de 30 dias, ficando advertida de que para hipótese de não recolhimento deverá providenciar no cumprimento da obrigação diretamente à autarquia.

HOMOLOGA-SE, com extinção do processo, Custas de **R\$ 20,00** pelo(a) autor(a), dispensadas, que serão revertidas à reclamanda no caso de descumprimento do acordo.

Para os efeitos do § 3º do art. 832 da CLT, as partes declaram que o valor pago refere-se a férias do período aquisitivo 2008/2009 acrescidas de 1/3, em dobro.

Dispensada a ciência à União, conforme portaria 435/11 do Ministério da

Fazenda.
São desentranhados e devolvidos ao(a) autor(a) os documentos das fls. 12-15. Fica dispensada a remuneração.
Cumprido, arquivem-se.
Descumprido, cite-se.
Cientes os presentes. Ata juntada em audiência, encerrada às 09h24min.
Nada Mais.

CERES BATISTA DA ROSA PAIVA
Juíza do Trabalho

Reclamante: _____ Reclamado(s): _____
Advogado(a) do Reclamante: _____ Advogado(a) do Reclamado(s): _____

Roberta Rack
Secretaria de Audiência

Processo: 0000872-56.2013.5.04.0023 Pag 1

Processo: 0000872-56.2013.5.04.0023 Pag 2

²³² Durante os meses de agosto e setembro de 2013, pude acompanhar algumas audiências do advogado Arimar e da Advogada Ivânia, em que atuaram na defesa das domésticas e em um caso como perito (Arimar). Apesar de não ter acompanhado os casos desde o início, pude perceber o quanto o ambiente jurídico intimidava as trabalhadoras e era familiar aos patrões, tendo um caso de uma empregadora advogada em que a audiência teve que ser transferida pela juíza ser sua amiga pessoal. Outro momento que me chamou atenção foi uma audiência em que a trabalhadora faleceu na mesma semana e ao saber do ocorrido a empregadora não esboçou alguma reação. No caso da ata em questão, apesar de nos cálculos a empregadora dever 2000 reais, fez a proposta de 1000 que acabou sendo acatada pela doméstica. As parcelas normalmente são pagas aos advogados e as trabalhadoras precisam ir ao sindicato para recebe-las. Os AJs correspondem a 10% do montante e são pagos parceladamente junto aos rendimentos da trabalhadora. Outra questão que me chamou atenção é que a falta de recolhimento previdenciário não pode ser arbitrada pela justiça do trabalho, somente pela justiça federal, ainda que alguns juízes condicionem os acordos ao recolhimento da previdência.

O sindicato de Porto Alegre não tem relações com outros sindicatos do Rio Grande do Sul. De acordo com Arimar, essa desarticulação se deve à falta de fonte de renda que possibilite os deslocamentos dos diretores e também argumenta que nenhum deles, seja os advogados ou as diretoras do sindicato, conseguem sobreviver com este trabalho, por isso todos possuem outras fontes de renda. No caso dele, atuando no sindicato dos advogados e também em seu escritório particular.

Para além das dificuldades financeiras de manutenção do sindicato, Arimar relata que apesar de existirem empregadores “educados” e que concordam em fazer acordos em relação ao pagamento de suas trabalhadoras, existem muitos que não respeitam a atuação da organização.

Mas tem alguns que, sei lá, olham para as meninas, mulheres. Agora não, que tem uma diretoria bem branca, mas em uma época as nossas primeiras diretorias eram negras, aí a discriminação era maior! Mulher, pobre e negra, então tu imagina só que eles olhavam, só olhavam: 'Isso aqui é um moquifo, isso aqui é não sei mais o que!' E os advogados eram isso e aquilo. Eles se retiravam, nem ficavam. Hoje melhorou muito essa situação!²³³
(Arimar, 20/08/12)

O advogado alega ficar muito contente quando as domésticas conseguem mudar de profissão, pois segundo ele, o emprego doméstico é acionado apenas por aquelas que possuem um grau de escolaridade muito baixo, ou praticado transitoriamente em períodos de desemprego, já que a maioria das mulheres teria vergonha de ser trabalhadora doméstica e apenas uma minoria teria vontade de permanecer e lutar para que as condições do trabalho melhorem.

Tem outra que tá trabalhando de professora no Chapéu do Sol. Toda aquela caminhada que ela fez. Muito bonito! Gozado, uma outra que tá trabalhando numa escola em Sapucaia do Sul, mas no setor de alimentação, fazendo comida e tal. Então, todas elas, é quase que unânime. Outras não, 'eu sou empregada doméstica!', 'eu tô estudando, mas eu quero lutar para profissionalizar mais a minha categoria, pra melhorar nosso salário...', mas o número é menos expressivo. Enquanto que um número muito mais expressivo é daquelas assim, 'mas eu vou estudar e vou ser outra coisa e vou ser uma outra profissional, outra categoria'. Já teve duas hoje que não querem que coloque doméstica, de espécie alguma! Secretária do lar, qualquer outra coisa, 'porque eu sou técnica em segurança, como eu tô desempregada agora, como eu não consigo emprego, vou ligar pra trabalhar numa casa pra poder pagar as contas, eu

²³³ Ainda que Arimar diga que a situação melhorou, a presidenta Salete me chamou atenção e foi relatado no trecho do diário de campo, a atuação desrespeitosa de um advogado no sindicato.

sou mãe solteira, tenho um filho pequeno e ele lá tá pedindo leite e eu tenho que trabalhar, tô trabalhando como doméstica, mas pelo amor de Deus doutor, eu não quero que anote a minha carteira, que eu não quero que estrague a minha carteira'.

Quando não consegue outro emprego, não tem no momento uma opção, 'pá, então vou pegar o trabalho doméstico'. Mas sempre dizem assim: 'eu tô aqui por pouco tempo', 'aí doutor, eu trabalhei porque eu tava desempregada, pra pagar as minhas contas'. Então, quando, naquelas que tem escolaridade, que ficam desempregadas, vão trabalhar numa casa de família, sempre tem uma desculpa pra mim de porquê que tava trabalhando como empregada doméstica. Interessante isso aí, até te aprofundar.

Mas, eu acho que o problema hoje daquelas que tão atuando como empregada doméstica ainda é o problema da questão de escolaridade, que a gente sempre ouve delas aí, 'mas, eu vou terminar o meu segundo grau', 'vou fazer um curso profissionalizante e eu vou deixar de ser empregada doméstica'. (Arimar, 20/08/12)

Figura 64²³⁴: Arimar, Fotos de 2013 - A autoria da pesquisadora



5.2.2 Salete Silveira: Presidenta há mais de 20 anos

Na segunda etapa da pesquisa, correspondente aos meses de fevereiro, março e abril de 2013, conheci Salete, a presidente do sindicato há mais de vinte anos. Realizamos uma entrevista, várias conversas em conjunto com Rosanne, nas manhãs e tardes em que fui ao sindicato, e em almoços compartilhados, além da homenagem que Salete recebeu do

²³⁴ Nesta imagem percebemos a presença de uma réplica de Santa Zita, considerada a padroeira das TDs.

deputado Aldacir Oliboni na Assembléia Legislativa, decorrente da PEC 66/2012 e de sua trajetória no sindicato.

Salete nasceu em Santa Maria, mas se criou em Pelotas. De uma família de 6 irmãos, ainda com 12 anos começou a trabalhar em uma casa de família para ajudar a mãe no sustento dos filhos. Neste emprego em que ela morava na casa durante a semana e voltava para a sua família aos finais de semana, Salete permaneceu até os 15 anos. Após a separação dos pais ela veio com a mãe e os irmãos para Porto Alegre e continuou trabalhando de doméstica, por meio de uma senhora que trabalhava informalmente indicando empregos de doméstica para as mulheres que a demandavam. Salete passou a trabalhar como faxineira, diarista e alguns empregos como mensalista, chegando a morar novamente na casa dos patrões. Dentre as atividades do trabalho, Salete gosta de cozinhar e limpar a casa, mas não suporta passar roupa! Ela alega que aprendeu o trabalho com a *vida*²³⁵, a faxina aprendeu observando e ajudando a mãe, mas a cozinhar, foi com o seu primeiro patrão em Pelotas que morava sozinho com a mãe.

E ele, um dia ele perguntou, que quando ele me contratou, ele me contratou mais pra ficar de companhia da mãe dele, pra fazer uma limpeza. E um dia ele chegou à noite, ele disse: Ah Salete, eu tô com vontade de comer uma comida não feita por mim, tu sabe fazer bife? Eu disse, ih, eu não sei! Aí ele, sabe? Eu, sei! Aí ele ficou me olhando assim, então corta um bife aí pra mim! E eu fui cortar o tal de bife, eu cortei o bife todo quadrado assim, sabe, tirei. Ele disse, Salete, pára aí, eu vou te explicar como se corta um bife! Aí, comecei a aprender assim. Depois trabalhei em outra residência também, aprendi a fazer doces! Porque a minha empregadora final de semana ela fazia todo tipo de pudim. Pudim de coco, pudim disso, pudim daquilo, bolo aqui, bolo ali, sabe. Aprendi a fazer os bolos sabe, então, me casei, e fui aprendendo com a vida a fazer o que eu sei fazer. Hoje eu faço tudo. Mas aprendi sozinha, aprendi olhando as pessoas fazendo, e esse meu empregador me ensinou a cortar o bife. (Salete, 26/02/13)

Em Porto Alegre, elas moraram primeiramente em uma peça na casa da irmã de sua mãe e posteriormente em uma casa comprada por seu pai na vila Bom Jesus, onde ela reside até hoje. Salete casou com 18 anos, e quando seu filho mais velho estava com 7 anos e a filha com 5 anos, ela engravidou novamente. Neste momento ela estava trabalhando em uma

²³⁵ Uma das perguntas em meu roteiro de entrevistas era como as domésticas teriam aprendido o ofício. Essa pergunta frequentemente causava estranhamento tal a naturalização do trabalho doméstico às mulheres. As repostas eram repetidamente: *com a vida! Com a minha mãe! Como parte da educação!* Denotando também que esta não é uma problemática relevante para elas, ou a qual elas já tenham se questionado anteriormente.

casa de um casal peruano e seus dois filhos pequenos há mais ou menos 1 ano. Contudo, com a notícia da gravidez, a patroa não ficou satisfeita. Segundo Salete, ela começou a criar situações para que Salete fosse induzida a pedir demissão, já que ela não poderia demiti-la estando grávida, pelo menos, não sem pagar os encargos sociais. Além disso, a presidente alega que a família recebia muitos hóspedes, sobrinhos do casal que vinham para Porto Alegre para estudar, então que ela sempre trabalhou para mais pessoas do que o núcleo familiar. Para completar, no primeiro andar da casa funcionava a clínica de cirurgia plástica do patrão e Salete limpava o consultório e lavava os lençóis brancos e sujos de sangue das operações, mesmo sabendo que essas atividades não deveriam compor o seu repertório.

Nesta casa e grávida, Salete passou por algumas agressões que a levaram a recorrer ao sindicato. A primeira delas diz respeito à alimentação, pois a patroa começou a reclamar que por estar grávida, Salete estava comendo demais, ao que a funcionária começou a levar sua vianda (marmita) de casa. Posteriormente, Salete foi assediada por um sobrinho do casal.

Aí começou aquela situação de vem um sobrinho do doutor, do marido, e esse sobrinho começou falar algumas bobagens dentro da residência, tipo, como é que é? ‘Vocês brasileiras são muito, da vida, puta’, dizia naquela língua deles. E eu comecei a ficar meio assim, né, porque, poxa vida, tu tá ali trabalhando, a pessoa tá ali te desrespeitando, né!

Aí, o que que aconteceu, um dia eu disse pra ele: Olha... Aí ele começou, eu tava na cozinha lavando louça, ele chegou e disse: ‘Ai, essas brasileiras são todas putas!’ E me agarrou, eu tava já com meus 3, 4 meses de gravidez, então eu fiquei bem, bastante roliça, né, que chamam aqui nas costas. Ele chegou e me levantou pelas costas, colocou as mãos dele na minhas costas e aí ele repetiu aquela palavra: Brasileira é tudo puta! E eu disse: O senhor está enganado, não é bem como o senhor pensa. E doméstica também! Ele disse. E eu disse: Olha, eu vou dizer pro senhor, nós somos pessoas de respeito e eu gostaria que o senhor me respeitasse. E eu disse: E eu vou levar ao conhecimento do doutor, porque isso não pode acontecer. Eu estou aqui trabalhando! Aí ele ficou bravo, saiu: É porque é mesmo! O que eu estou falando é verdade! Eu fui lá, chamei o doutor, num horário até, foi meia indiscreta porque num horário de atendimento dele, que ele estava em atendimento no consultório. Eu disse, mas é o horário, é a hora, eu acho que eu não posso deixar passar! Chamei, contei pra ele o que tinha acontecido, mostrei as marcas nas minhas costas, aí, a partir dali começou a se gerar vários atritos entre mim e a sobrinha, o sobrinho, que eram os dois peruanos, e mais a dona da casa. Ela achou assim que foi um desaforo meu chamar o doutor, que eu poderia ter chamado ela. Eu disse: Senhora, eles fazem coisas na sua frente, a senhora nunca resolveu nada! Então, como eu senti que o doutor é uma pessoa mais séria, estou colocando ele a par da situação, eu preferi que acontecesse no mesmo momento que tinha acontecido o episódio lá dentro. (Salete, 26/02/13)

Após esta situação, Salete passou por uma nova agressão, quando a patroa, com a ajuda de uma amiga e da sobrinha a trancaram em um quarto, dizendo que ela apenas sairia dali com a demissão assinada. Salete persistiu, mas passou mal, indo parar no hospital. Quando se recuperou, decidiu procurar o sindicato da categoria.

Saí do hospital, fui ao sindicato, conversei com o pessoal do sindicato. O sindicato chamou ela (patroa) pra conversar. Daí no dia do chamamento pra conversa, eu estava no saguão aguardando a chegada dela. E ela chegou e me agrediu, dentro do sindicato da categoria, que ficava ali na Pinto Bandeira, junto de outro sindicato, o sindicato dos médicos. Aí ela chegou, me pegou no braço, puxou e me deu um arranhão e até hoje eu tenho a marca da unha dela! Eu tenho a marca da unha dela aqui. Então, assim, fui embora. Só que na época, como tu é leiga, tu não sabe o que tá fazendo, e eu acho que fui mal atendida pela diretoria antiga, né. E não me mandaram fazer exame de corpo e delito, nada. Eu somente fui pro pronto socorro, e no pronto socorro fui atendida e medicada, voltei e disse: Ó, fui agredida dentro do sindicato. Pra advogada do sindicato. Esta entrou com uma ação judicial, mas entrou erroneamente, porque faltou dados, faltou exames, faltou exames de corpo e delito, uma ocorrência policial. Acabou eu perdendo minha ação judicial na justiça. Devido a isto, eu prometi, porque, aí, até então, na continuidade dessa ação eu comecei a participar de reuniões no sindicato, eu comecei a participar, a ajudar no atendimento uma, duas vezes por semana, comecei a me inteirar da situação, dos direitos da doméstica e participando, acabei sendo convidada pra diretoria. Mesmo que fiz uma promessa, quando eu perdi a ação eu fiz uma promessa que eu iria entrar pra dentro do sindicato e não ia deixar acontecer o que aconteceu comigo com nenhuma doméstica na minha presença dentro do sindicato, e até então eu tô aqui, lutando pelos direitos da categoria (*Salete, 26/02/13*).

Em 1992, após o nascimento da terceira filha e a começar a participar do Sindicato, Salete passou a trabalhar apenas como diarista, ainda que uma das empregadoras tivesse assinado sua carteira de trabalho. Ela teve três filhos do primeiro casamento, que durou 12 anos e um filho do segundo, que já dura 17 anos.

Desde então ela atua no sindicato como presidenta. Salete me explicou que o sindicato realiza eleições em que as associadas que estão em dia com as mensalidades podem votar, e que ela já pensou em sair algumas vezes, mas que as trabalhadoras sempre insistem para que ela continue. Atualmente ela complementa sua renda com uma lanchonete na sua casa, mas durante muito tempo conciliou as faxinas com o sindicato e diz que era muito cansativo. Ainda hoje, ela realiza faxinas eventualmente. Rosanne, a outra diretora, também concilia o trabalho no sindicato com a faxina que realiza uma vez por semana e o trabalho de cuidadora de uma idosa aos finais de semana.

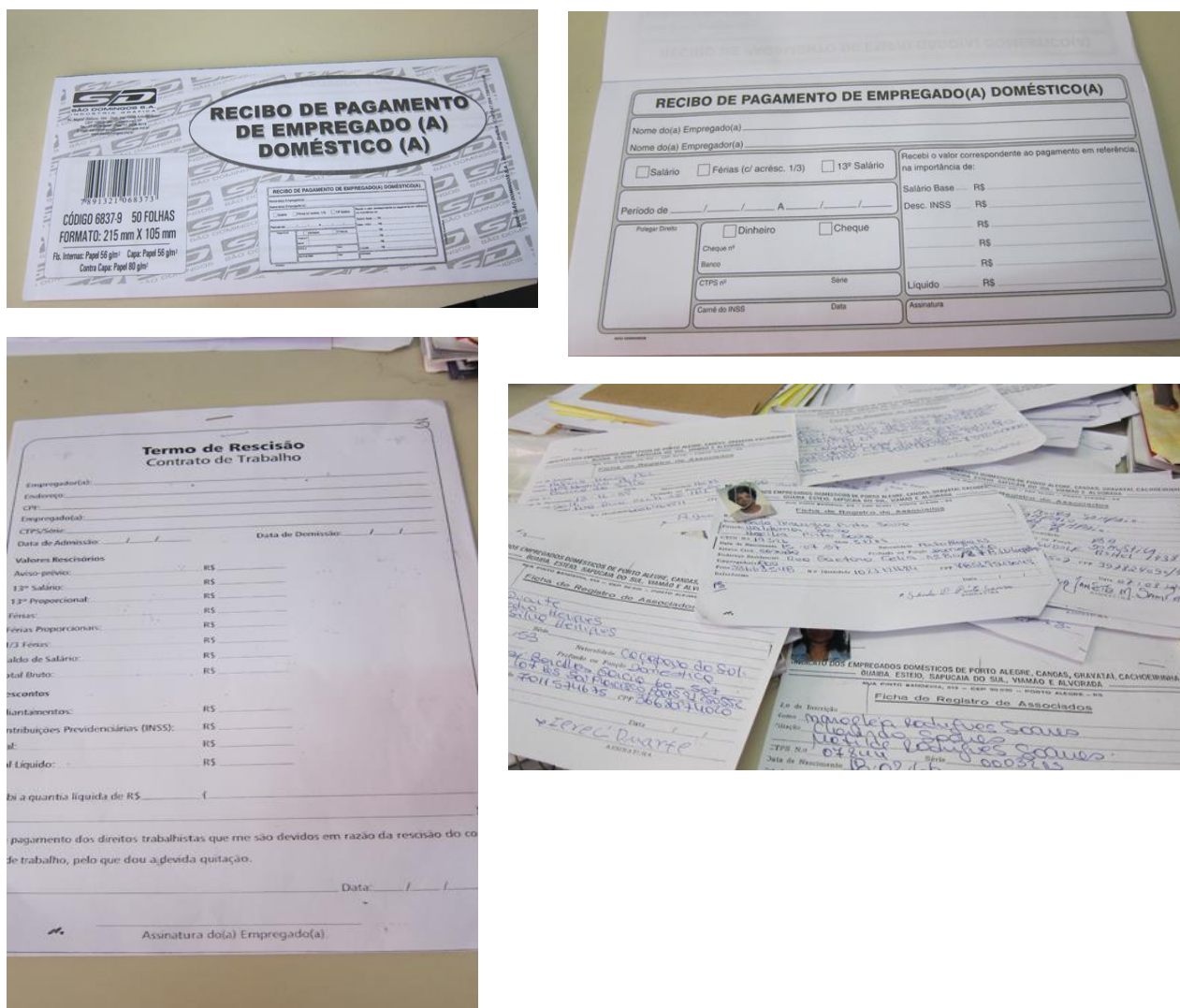
Segundo Salete, o trabalho no sindicato é muito desgastante, pois as mulheres chegam com vários problemas familiares e de trabalho e que é difícil não levar um pouco desse sofrimento consigo. Os atendimentos são gratuitos e abertos a todas as trabalhadoras, após ouvi-las, Salete e Rosanne convidam os patrões para um encontro no sindicato na tentativa de um acordo, quando não conseguem, a trabalhadora pode acionar os advogados e dar início a um processo judicial. Salete defende que luta bastante para que todas tenham seus direitos garantidos e diz que acha que ficará até *bem velhinha* atuando lá.

A gente chama o empregador aqui e conversa com eles, né. Coloca pra eles as leis quando vêm. Quando não vêm, vai um chamado judicial mesmo. Tem casos graves que já aconteceram aqui, de pessoas virem quebrada, que a empregadora bateu com a janela na mão. Não dá rodo, tem que ficar de joelho dobrado esfregando e passando prejuízo. Tem muitas domésticas que chegam aqui chorando: Olha, não dá mais pra aguentar! Eles me pagam um salário tal, um salário baixíssimo! E exige demais do meu trabalho. Mostram machucados no joelho. (Salete, 26/02/2013)

Ela me explicou que o sindicato se mantém com as mensalidades de 2 reais das trabalhadoras e através dos das AJs dos advogados; mas que não possuem nenhum outro recurso, a não ser os convênios médicos e odontológicos em que as domésticas associadas possuem 50% de desconto nos atendimentos. Apesar da prioridade do trabalho delas ser a conciliação, quando não há acordo o processo judicial é iniciado. A rescisão de contratos, com falta de assinatura da carteira de trabalho e o não recolhimento do INSS correspondem a maioria dos casos tratados pelo sindicato.

Os empregadores, porque o que que o empregado faz, pro empregador não é viável ela conhecer os direitos delas. Então, tem muitas vezes, eles dificultam o horário, né, pra elas fazerem cursinhos, pra elas se aprimorarem na profissão, já que pra eles tá bom assim! Entendeu, porque eu pago o teu salário, tu faz o teu trabalho, não vem reclamar e deu. Mas hoje em dia as domésticas tão se especializando na profissão, então, por isso que tem aquela polêmica de vai acabar a profissão, entendeu, porque o que que acontece, a partir do momento que elas começam a entrar dentro do assunto empregada doméstica, de direitos trabalhistas, elas se aprimoram, elas se atualizam e elas cobram do empregador! (Salete, 26/02/13)

Figura 65: Documentos do sindicato dos TDs de POA, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora



Salete argumenta que muitas trabalhadoras se referem a diferentes denominações sem afirmarem-se como trabalhadoras domésticas e diz que seu trabalho também é de conscientização da categoria, incentivando-as a reconhecer a profissão e a brigar pela defesa de seus direitos. Em relação à ambiguidade bastante vivenciada nos empregos, ela relata um caso:

Teve um caso de uma doméstica, que trabalhava pra uma família e ela era, tipo, governanta da casa. Então, trabalhou trinta e poucos anos na mesma família e até vinha no sindicato desde a época da Pinto Bandeira, ela vinha fazendo todas as rescisões no sindicato, brigava pelos direitos do empregador dela! E a gente sempre colocou pra ela, assim, não, todas dizendo, que tu não brigue, que tu tá aqui em defesa do teu patrão! Rescindindo com uma doméstica! Não te ilude que tu não é da família! Família coloca-se no testamento! Ela vinha representando o empregador, porque ela era aquela, como aquela, fulana de tal faz tudo. Sabe, ela fazia compras, pagamento de contas, ela tomava conta da casa! Ela se tomava por governanta e pessoa da família. E ele, durante esses anos todos, que a

gente teve de convivência, a gente sempre colocou pra ela, não te coloca como pessoa da família! Porque tu não é pessoa da família! Tu é a mesma empregada que essas pessoas que tu vem aqui rescindir, empregada doméstica! Não, não sou empregada doméstica não, sou secretária do lar. Eu disse, secretária do lar não existe! Na nossa categoria. Então, tu é empregada doméstica, tá, e ela ficava brava com a gente! Quando a gente falava isso pra ela. Mas eu disse, olha, eu vou te deixar bem claro como sempre eu te deixei, tanto que ela parou, um tempo ela deixou de vir, aí mandavam uma contadora pra fazer, porque ela ficou meio braba com nós! Porque eu disse, eu tô te dizendo que é pra te alertar! Tu deu toda a tua vida, tu não teve filhos, tu não teve família, tu deu toda a tua vida pros teus empregadores! Cuida do teu futuro! Tu não tem aonde morar, a tua família, tu não sabe nem aonde está, porque tu viveu pra eles! Ela criou todos os filhos da empregadora e viveu a vidinha dela sempre pra empregadora! Tinha um quartinho nos fundos da residência do empregador, o empregador faleceu e os filhos tomaram conta, e mandaram ela embora. Com uma mão adiante e a outra atrás. Porque a indenização dela foi o último ano trabalhado! Não tinha indenização por tempo de serviço. O que que sobrou pra ela? Nada! (Salette, 26/02/13)

Salette salienta que existem casos de denúncias de furtos por parte dos empregadores, mas que esse tipo de prática é desenvolvida por mulheres que se *infiltram* na categoria, e que, portanto, não possuem uma trajetória como domésticas. A presidenta reconhece os avanços na ampliação de direitos da categoria, com o fim do que nomeia de *sistema escravo*, quando a doméstica não era considerada com trabalhadora, com direitos e jornada de trabalho regulamentada. No momento de nossa entrevista Salette estava com 45 anos, tendo estudado até a sexta série do ensino fundamental, e seus filhos com 27, 25, 21 e 15 anos, ela já sendo avó. Devido a experiência no cotidiano do sindicato, há alguns anos Salette sugeriu e o marido abriu uma agência de empregos. Mesmo com o trabalho diário no sindicato das trabalhadoras domésticas, ela finaliza com a avaliação:

É claro que eu gostaria de ter uma profissão melhor. É claro que eu gostaria de não ter sido, sofrido tanto dentro de residências! Né, porque o sofrimento de uma doméstica dentro de uma residência, é enorme! Porque as pessoas não te tratam como trabalhadora, e sim como uma serviçal que tem que prestar o serviço pra eu ir fazer as minhas obrigações. Eu vi, muitas vezes, as minhas empregadoras chamando, ‘eu tô te pagando, tu faz o que eu tô te mandando!’ Quer dizer, a gente sofreu demais. Então, claro que eu preferia ter tido uma outra profissão, mas devido aos acontecimentos da minha vida eu tive que entrar com a profissão doméstica. Ser doméstica até hoje, que hoje, com muito orgulho, eu sou doméstica. (Salette, 26/02/13)

Na primeira fase de minha pesquisa no sindicato não conheci Salette, então logo que retornei, nós passamos por um incidente difícil e constrangedor. Como de costume, estava

um dia na sala de espera, mas uma das mulheres com quem conversei e pedi seu número de telefone para um posterior contato, ao chegar à sala de Salete perguntou se a presidente sabia que tinha uma moça na sala de espera pedindo os números de telefone das domésticas, que ela teria me fornecido, mas que estava arrependida. Ao final deste dia, ao me encaminhar à sala de Salete, ela e Rosanne estavam conversando e disseram ser sobre mim e a queixa da doméstica. Desse modo, me disseram que não era permitido pedir número de telefone ou documentos das domésticas, pois eram muito *ariscas*. Expliquei que não teria pedido nenhuma documentação, pois essa informação não me interessava, mas sim pedido o número de telefone para agendar um próximo encontro.

Mesmo após nossa conversa, quando cheguei ao sindicato na visita posterior me deparei com vários cartazes na sala de espera dizendo que era proibido realizar entrevistas naquele local e fornecer dados pessoais, o que me fez ver aquele espaço social como um lugar também repleto de conflitos, tensões e medo. Bastante chateada e constrangida com aquela situação, resolvi mudar de estratégia.

Percebi que minha comunicação com aquela trabalhadora pode não ter sido exitosa, mas que eu também deveria ter cumprido um protocolo maior com Salete, a presidenta, pois eu já conhecia Arimar e Rosanne, mas ela ainda não. Talvez se eu tivesse conversado primeiramente e pedido a autorização de Salete para pesquisar, essa situação não tivesse ocorrido.

Também elaborarei um questionário, em que eu não perguntaria o nome e nem pediria o telefone das associadas e mostrei para Salete e Rosanne. Além disso, fiz um dossiê com as notícias do ano de 2013 sobre a proposta de regulamentação do trabalho doméstico para o sindicato. Após algumas conversas, perguntei se era possível que elas tirassem aquele papel de proibição de entrevistas da parede, já que isso poderia intimidar minhas possíveis interlocutoras. Elas não apenas retiraram como, a partir daquele dia iam à sala de espera e me apresentavam às mulheres presentes, as incentivando a conversar comigo, o que me deixou bastante contente.

No dia 16 de abril de 2013, Salete²³⁶ foi homenageada, então levei minha câmera ao sindicato e desde aquele dia me foi permitido a produção de imagens²³⁷ do local, e de seus dirigentes e advogados, que em alguns casos, requereram que eu os fotografasse.

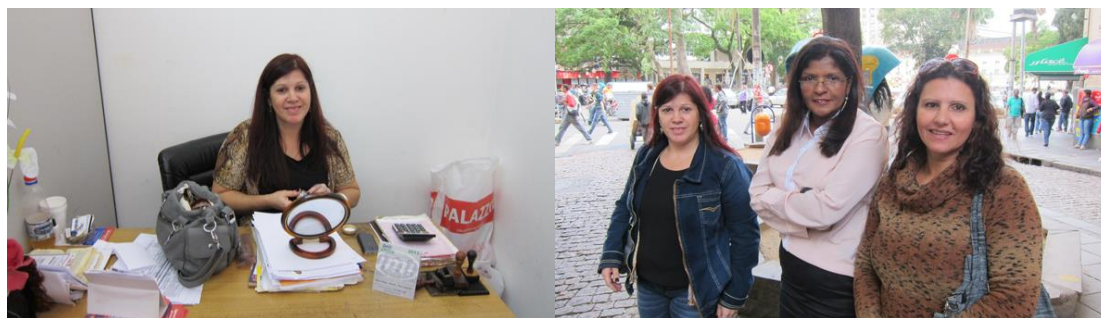
²³⁶ Em minha última etapa de campo também presenciei alguns atendimentos sentada junto à mesa de Salete.

²³⁷ As imagens apresentadas nos capítulos etnográficos foram selecionadas pelas interlocutoras de seus próprios acervos, algumas vezes produzidas no momento da entrevista e não produzidas quando a entrevistada optou

Figura 66: Salete, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora²³⁸



Figura 67: Rosanne, Maria Regina e Salete, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora



por não querer ser fotografada ou publicar suas fotos privadas. As diferentes manifestações imagéticas fazem referência ao caráter diferencial das etnografias realizadas em cada espaço de pesquisa.

²³⁸ Quadro pintado por Salete, que ela mostra com muito orgulho, juntamente a outros expostos na sua sala.

Figura 68: Homenagem à Salete, Fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora

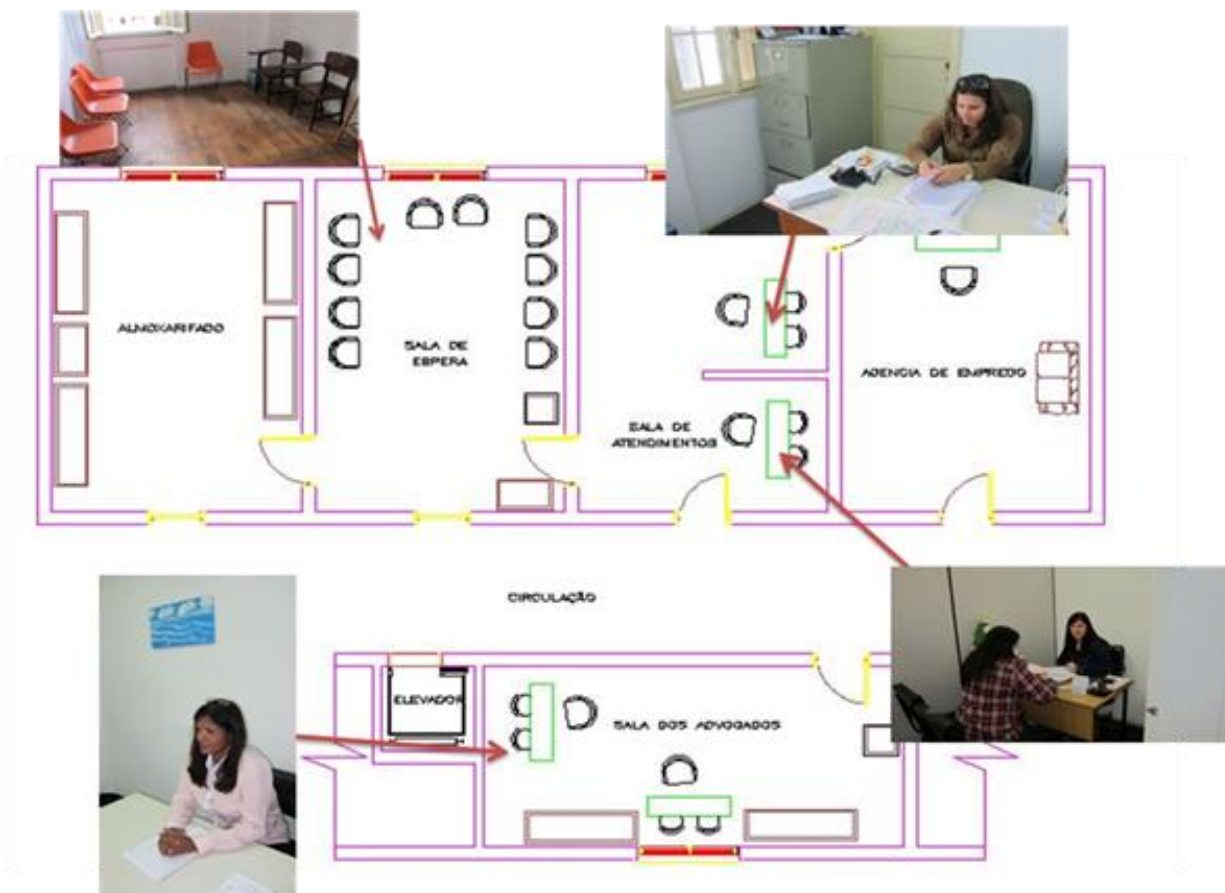


5.2.3 A sala de espera como *locus privilegiado de pesquisa*

Desde a minha primeira visita ao sindicato dos trabalhadores domésticos de Porto Alegre, percebi que a sala de espera seria um lugar bastante potente para minhas observações e interações no decorrer da pesquisa. Sem planejamento antecedente, desde o primeiro dia minha estratégia foi pegar uma senha e ir trocando com as pessoas que iam chegando depois de mim. Assim permanecia na sala, me apresentava e estabelecia interações. Após o incidente que provocou a colocação de vários cartazes proibindo minhas abordagens, mas que após conversas com a diretoria do sindicato a pesquisa foi aprovada e os cartazes retirados, algumas vezes, Rosanne ou Salete me apresentavam para as trabalhadoras, outras vezes eu mesma me levantava e falava de meu intento.

Nesse sentido, apesar de algumas vezes breve, porque as pessoas eram acolhidas pelas diretoras ou pelos advogados, essa experiência foi importante para a identificação de quais motivos levavam aquelas trabalhadoras ao sindicato e, algumas vezes, como elaboravam tal experiência. O sindicato era muito frequentado, pelo menos nos meses em que estive lá, tendo seus picos de lotação nos dias de segundas-feiras e sextas-feiras à tarde, quando da presença dos advogados, dois a cada dia, Arimar e Regina, e Ivânia e Juscelino.

Figura 69: Cartografia e mediadores do sindicato



Abaixo, apresentaremos relatos e trajetórias de trabalhadoras que conheci durante minhas idas ao sindicato.

- *Lídia – Em busca de direitos*

Conheci Lídia quando ela estava aguardando a vinda de seus patrões para um acordo. Ela permaneceu bastante tempo na sala de espera, diferente de outras que, muitas vezes, apenas estavam lá para pedir alguma informação e, portanto, permaneciam pouco tempo, não permitindo um maior contato.

Lídia é uma mulher branca, tem 55 anos, e é originária de Alpestre, cidade ao norte do Estado. Relatou que veio para Porto Alegre com 35 anos, fugida, pois estava envolvida em um conflito, com ameaça de morte entre seu irmão e o ex-marido; pai de seus dois filhos mais velhos. Lá trabalhava na roça, mas sua irmã já trabalhava como empregada doméstica em Porto Alegre e Lídia veio realizar a mesma atividade.

Na casa em que trabalhou até o dia 20 de dezembro de 2012, permaneceu por 15 anos, a maior parte do tempo que mora em Porto Alegre. A família era constituída pelo casal e

duas filhas, hoje com 15 e 9 anos, que Lídia viu nascer. Ela explicou que resolveu parar de trabalhar porque começou a ter problemas de saúde e a entrar em depressão. Relatou que no início os patrões se surpreenderam, mas depois acataram sua decisão. Contudo, ao recorrer ao sindicato para que fosse realizado o cálculo do quanto deveria receber, os patrões não gostaram e não compareceram naquele dia ao sindicato. Mesmo assim, ela disse gostar bastante deles, principalmente da filha mais nova, com quem é muito apegada, explicando que as duas se telefonam para matar a saudade.

Lídia sempre realizou todas as atividades domésticas da casa. Possui quatro filhos, mas pelo que entendi apenas uma filha mora com ela na Lomba do Pinheiro²³⁹. Ao que parece teve dois filhos em Alpestre e dois em Porto Alegre. Naquele momento ela estava cuidando da saúde, se divertindo em bailes, mas à procura de faxina, pois atualmente quer trabalhar como diarista.

- *Maria branca - A advogada doméstica*

Maria é uma mulher branca, de 55 anos, oriunda de São Pedro do Sul, uma cidade próxima à Santa Maria, e que após o término de 17 anos de casamento resolveu vir sozinha para Porto Alegre. Mesmo tendo ensino superior em Direito realizado em São Ângelo, apenas conseguiu o trabalho de doméstica na capital, o exercendo há 16 anos. Primeiramente dormia na casa de patrões, até conseguir sua casa própria. Àquela altura, tendo passado em um concurso para a prefeitura de Gravataí²⁴⁰, local onde também reside, e esperando que a chamem brevemente, pediu demissão do emprego. Esperando para ser atendida pelo advogado, foi chamada.

- *Mãe e filha - Cuidadoras*

Comecei a conversar com duas mulheres brancas, que soube ser mãe e filha. As duas tomavam conta de um senhor, mas que ao começar a ser tutelado por uma irmã, estavam sofrendo muitas pressões, a primeira com 3 anos no trabalho e a filha com 1 de permanência na casa, agora estavam saindo. Não pude conversar mais porque elas foram chamadas.

²³⁹ Bairro da zona Leste de Porto Alegre.

²⁴⁰ Município da região metropolitana de Porto Alegre.

- *Maria Preta- Pagamento pelo cachorro*

Maria é uma mulher negra, de 51 anos, que trabalha desde os 14 como doméstica. De acordo com ela, apenas tinha ido ver quais são seus direitos, já que andava *desgostosa* de um dos empregos atuais e, desconfiando que a patroa poderia demiti-la em breve, quis se antecipar. Moradora da Restinga²⁴¹, ela trabalhava em um apartamento próximo ao *shopping* Iguatemi, mas estava bastante insatisfeita porque, além das atividades domésticas, ter que descer com o cachorro e com a filha criança da patroa, já que, segundo ela, isso não faria parte das suas atividades. Disse que pediu um aumento por conta do cachorro, mas que este lhe foi negado. Muito divertida, provocou risos em todas com seus comentários.

- *A busca pela aposentadoria*

Depois conversei rapidamente com uma mulher negra que estava conversando com Maria e que também se mostrou solícita à pesquisa. Ela contou que trabalhou durante 9 anos em uma casa, que com o tempo foi aumentando o número de moradores, ela trabalhava cada vez mais e seu salário não aumentava. Ao solicitar ao patrão que ele regularizasse apenas o INSS dela e dividissem as despesas, foi demitida. No momento, ele faleceu e quem estava conversando com ela eram os filhos, inclusive uma moça compareceu para realizar o acordo. Não pude ouvir direito, mas uma hora todas na sala de espera paramos para ouvir a voz exaltada dessa mulher, mas sem compreendermos direito o que ela falava. Depois a mulher foi embora e a doméstica permaneceu para falar com o advogado, tendo sido logo chamada.

- *A babá decepcionada*

Além dessas conversas, uma das primeiras moças, não-branca²⁴², que chegaram ao sindicato, que estava com uma criança, foi chamada por Rosanne na presença da patroa. Após esse momento ela voltou para a sala de espera, com o semblante muito angustiado, dizendo que após 9 anos de trabalho aguardava para receber apenas 100 reais da patroa.

²⁴¹ Bairro da zona sul de Porto Alegre.

²⁴² Essas referências de cor/raça algumas vezes foram autoatribuídas pelas trabalhadoras e outras vezes por mim. Neste caso, a mulher exibia traços indígenas, por isso, a denominação *não-branca* escolhida pela pesquisadora. Em relação a esta temática das denominações que permeiam as relações raciais no Brasil, ver a dissertação de Tiago Silva (2007).

- *O empregador atento*

Um dos dias, estava na sala de espera um senhor branco, dizendo que todos os anos comparecia ao sindicato para pagar a anuidade de seus funcionários (imposto sindical anual). Naquele dia se tratava de um funcionário de seu sítio que, segundo ele, não era muito dedicado, mas que mesmo assim o patrão o pagava horas extras a um valor mais alto que o estipulado. Disse que teve uma doméstica por 18 anos, que frequentava sua casa duas vezes por semana, mas que ainda assim ele pagava a ela um salário e todos os direitos. Relatou que ele e a mulher ficaram muito tristes quando ela quis ir embora, porque não entenderam seus motivos.

- *Ana Luiza: a evangélica*

Falei da pesquisa e comecei a conversar com Ana Luiza, mulher negra, de 37 anos, três filhos (21, 19 e 1,5 anos), que mora em Guaíba²⁴³ e estava no sindicato para resolver o desfecho de seu último emprego, em que trabalhava como cuidadora. Evangélica, em seu discurso a conversão à religião apareceu como a grande mudança para a vivência de coisas boas em sua vida, já que antes tivera sido *drogada*, passou por vários empregos e dois casamentos, mas atualmente mora com uma irmã e está fazendo faxina, coincidentemente, na casa de mulheres também evangélicas, então *está sendo uma maravilha*. Em relação ao ônus da atividade doméstica, chamou atenção para várias situações de discriminação racial que viveu pelo fato de ser uma mulher negra, mas apenas relatando superficialmente, pois *não gosto nem de lembrar disso!* Depois de algum tempo de conversa, Ana foi chamada.

- *Clarice: E as horas extras*

O dia estava muito frio e chovendo, apenas Salete atendendo e poucas domésticas na sala de espera. Sentei ao lado de uma senhora por volta dos 50 e poucos anos, branca, com os cabelos curtos, lisos e castanhos escuros. Ela me perguntou se eu estava ali porque tinha sido maltratada também e eu disse que não, que estava realizando uma pesquisa sobre o trabalho doméstico e indo ao sindicato para conversar com quem se dispusesse. Assim, ela disse que a vida de doméstica era muito dura, que estava no sindicato porque como a mãe e a irmã estavam com câncer, ela havia decidido parar de trabalhar. Contudo, a reação de sua patroa teria sido muito antipática, achando que Clarice estava inventando motivos para não

²⁴³ Município da região metropolitana de Porto Alegre.

ir mais trabalhar, ela a teria empurrado e lhe mandado embora, ainda que ela tivesse trabalhado por 11 anos com a família. Após alguns minutos ela foi chamada por Salete.

Outro dia, percebi que alguém estava me chamando e vi que era Clarice. Ela disse que eu poderia acompanhá-la em seu atendimento e perguntou como estava indo meu trabalho, no mesmo momento também perguntei sobre o caso dela que me disse que naquele dia a pessoa que representaria seus patrões iria lá. Ficamos conversando sobre trabalho doméstico e nossas vidas pessoais e eu soube que ela é casada há 30 anos e disse que seu marido sempre a ajudou com os afazeres domésticos, *sempre quando eu chego, a minha casa tá limpa!* Ela possui duas filhas cabelereiras, uma de 21 e outra de 28 anos e mora em Alvorada²⁴⁴. Ela me contou que uma das filhas sempre reclamou de suas ausências, mas ela justificava que não estava em casa para poder dar as coisas às filhas; contudo, a menina alegava que mais importante do que dar as coisas, era a presença dela no momento que as filhas precisaram e que foi negada. Clarice foi chamada por Rosanne, mas voltou para aguardar a tal representante.

Até que uma moça, por volta dos 30 anos, branca, baixa, de cabelos lisos e loiros chegou e Clarice me disse que ela era funcionária do seu patrão. Então Rosanne chamou-as e eu fui para a cadeira mais próxima à mesa. De lá pude ouvir a moça dizer que o salário de Clarice era 1000 reais e os 700 restantes já contemplariam suas horas extras, sendo que o patrão não estava lhe descontando vale-transporte, nem ticket refeição. Clarice disse que não, que seu salário era 1 700,00 e que o patrão teria dito que qualquer serviço a mais seria pago "por fora", tanto que ela dormia alguns dias na semana e alguns finais de semana no trabalho, contando com o aumento no final do mês. Ela própria fez uma tabela dos dias e horas que trabalhou a mais. A representante do patrão saiu indignada e Clarice muito trêmula. Sentei com ela e Rosanne e depois eu e Clarice voltamos para a sala de espera. Quando vi que percebi que ela estava tremendo, me disse que era frio, eu massageei seu braço e disse para ela ficar calma que ia dar tudo certo. Então ela me disse que no dia anterior tinha conversado com essa moça e ela teria concordado com ela, mas que hoje reagiu de maneira diferente. Eu disse que ela era funcionária do patrão e que com certeza só estava fazendo o que ele orientou.

Então Clarice me mostrou sua carteira de trabalho, explicando que tinha referências de outros empregos e a ameaça desse patrão de que ela iria "sujar" a sua carteira e não

²⁴⁴ Município da região metropolitana de Porto Alegre.

conseguir mais emprego não fazia sentido. Contou-me que pretende voltar para a casa do antigo patrão assim que sua mãe melhorar de saúde, e que vai voltar a trabalhar.

Com 13 irmãos, originária de Porto Alegre, aos 11 anos Clarice foi morar e trabalhar cuidando de dois gêmeos, explicando que no início era apenas para brincar com eles, mas que “de repente” assumiu todo o serviço doméstico da casa. Então, como chorava bastante com saudade da família, foi mandada de volta, sem salário, pois a patroa teria dito para sua mãe que ela chorava muito e dava bastante trabalho.

O segundo emprego foi com 14 anos, na casa do chefe de um de seus irmãos que era dono de uma grande empresa. Lá, ela foi assediada sexualmente pelo patrão que uma noite tapou sua boca e começou a passar a mão em seu corpo. O grito contido acordara a patroa, que a levou na polícia e disse que a menina estaria se insinuando ao marido, dizendo para Clarice que ela não contasse nada à sua família, nem a ninguém, pois todos pensariam que ela estaria mentindo. Durante anos Clarice conviveu com esse segredo e há apenas alguns anos contou para a família. Por isso, disse que sempre prometeu que suas filhas não seriam empregadas domésticas.

Apenas após algumas experiências sua carteira de trabalho foi registrada e mesmo magoada Clarice recorreu ao sindicato porque foi literalmente empurrada pela patroa para fora de sua casa e *agora quero tudo o que tenho direito!*

- *Eva: A minha alma não!*

No dia 13 de setembro de 2013 me apresentei a Eva, com idade por volta dos 50 anos, branca, baixa, de cabelos castanhos escuros, curtos e encaracolados. Ela começou logo a dizer que faltava conscientização, que as patroas deveriam entender que estavam lidando com seres humanos, que estavam prestando um serviço como qualquer outro, portanto envolto a direitos e obrigações. Contudo, ela explicou que vivemos em uma *cultura pobre*, em que *quem tem dinheiro é melhor* e que, *nós, pobres estamos acostumados a servir, somos mal-educados e ignorantes*. Alegou que desde o governo Lula, a situação tem melhorado bastante, que muitos podem criticar, mas que nunca as pessoas tinham conseguido viver tão bem; além dos ganhos à categoria das domésticas.

Em relação ao vínculo afetivo que se estabelece entre as domésticas e a família dos patrões Eva defendeu que não deve ser cultivado, *não dá pra misturar* e que o trabalho doméstico precisa se tornar mais profissional. *Sou apegada à minha família. Dou meu esforço e meu trabalho, mas a minha alma não!* Ela é portoalegrense e começou a trabalhar

de doméstica quando o marido faleceu, pois antes trabalhava em firma. Tem filhos. E relatou o caso de uma senhora, sua amiga, que trabalhou mais de 60 anos com uma família, que após ser demitida não teve *coragem* de colocá-los na Justiça. Eles teriam dito para ela que as portas estariam sempre abertas, mas sempre que sua amiga liga com saudade, *eles nunca estão*. Eva foi chamada.

- *Terezinha: ciúmes da patroa*

Apresentei-me novamente para algumas mulheres na sala e comecei a conversar com Terezinha, mulher branca. Ela disse que o trabalho doméstico tem muita humilhação, que se dedicou muito no último emprego, que era doméstica e babá e me mostrou a foto da criança em seu celular; contudo teria sido mandada embora por ciúme da patroa com a filha. Disse que apenas tirou 12 dias de férias e que somente após 3 meses de trabalho a sua carteira foi assinada. Ela é casada e tem duas filhas, uma com 19 e outra com 13 anos. Falava bastante da bebezinha que cuidava. Mora na Restinga Nova²⁴⁵, trabalhava no Moinhos de Vento²⁴⁶ e é oriunda de Santo Ângelo.

- *Neiva: a cuidadora*

Neiva, que estava sentada, disse que também era oriunda de Santo Ângelo, que tinha ficado solteira, porque não dava paras *coisas do amor*. Disse que foi professora, que cuidou dos pais até falecerem, mas que naquele momento morava em Alvorada com uma irmã e o cunhado. Desde que chegou em Porto Alegre passou a trabalhar como cuidadora, pois *sempre tive jeito pra cuidar das pessoas*. Contudo, a senhora com *Alzheimer* de quem cuidava era muito grosseira e estúpida, sempre perguntando de qual vila Neiva era e dizendo que ela era uma *vileira*²⁴⁷. Portanto, segundo Neiva, a senhora teria *doença de caráter*. Ela trabalhava das 11 às 19h de terça a sexta e dormia na residência aos domingos. Disse que as filhas da senhora eram legais, médicas e estavam sempre na casa; afora o comportamento da senhora não tinha queixas e estava ali para calcular quanto deveria receber.

²⁴⁵ Vila do bairro Restinga da zona sul de Porto Alegre

²⁴⁶ Bairro habitado por camadas médias e altas de Porto Alegre

²⁴⁷ Termo pejorativo para se referenciar a pessoas moradoras da periferia, ocupações, conjuntos populares e/ou favelas e baixadas, que no caso de Porto Alegre, são denominadas *vilas*.

- *Janaína: duas não dá!*

Janaína tem 36 anos, é uma mulher não-branca e mora em Canoas²⁴⁸, após o término de um casamento de 13 anos, ela começou a trabalhar de doméstica por intermédio de uma amiga. Primeiro foi arrumar a mudança e limpeza do apartamento, mas após uma semana a patroa lhe contratou. A jornada de trabalho seria das 8 às 17h30, o que segundo ela, nunca foi cumprido. Ela trabalhava de segunda a sábado com um casal e seu filho de 7 anos. Entrou neste emprego em abril de 2010. Seu salário começou com 750, em 2012 foi aumentado para 830 e desde o início do ano de 2013 ela passou a ganhar 1 500 reais. A patroa *não fazia nada* e o patrão era médico. Nos plantões do marido, a patroa pedia para que Janaína dormisse na casa. Primeiro às terças-feiras e depois às sextas.

Janaína relatou que realizava todas as atividades domésticas da casa, além de levar e pegar o *guri* na escola, fazer compras no supermercado e pagar contas em banco. Após um tempo, sua irmã também começou a realizar faxinas na casa duas vezes por semana. Ela incentivou a patroa a voltar a estudar e avalia que foi pior, pois ela começou a chegar tarde e a funcionária não podia ir embora, sendo que tem 3 filhos em Canoas. Mas ressaltou que também era ruim quando a patroa não estudava, pois *duas mulher dentro de casa, uma que não faz nada e uma que fazia tudo*, não poderia dar certo.

Após 3 anos no emprego, recentemente Janaína recebeu uma ligação dizendo que seu irmão teria recebido um tiro no rosto, então foi correndo para Canoas, para ajudar a mãe, com 70 anos, e a irmã, a auxiliar o irmão no pronto-socorro. No mesmo dia, Janaína contou que a patroa ficou ligando, mesmo sabendo do ocorrido, cobrando a presença de Janaína, sua irmã a substituiu. No outro dia de manhã Janaína foi, mas quando estava se preparando para retornar a patroa disse que elas iriam ao BIG (supermercado) fazer o rancho do mês. Ela foi indignada. No supermercado encontrou um amigo e falou que a patroa estava a incomodando muito e era muito *fresca*. A patroa teria ouvido o comentário, ficado bastante irritada e mandado Janaína embora. Ela respondeu que era o que achava da patroa. Na segunda-feira, ao chegar ao serviço, tinha um aviso na portaria proibindo a entrada de Janaína, mais conhecida como Neca e dizendo que esta seria perigosa.

Janaína ficou muito magoada e durante a nossa conversa a patroa chegou na companhia de um advogado. A patroa levou uma bolsa com as coisas de Janaína. Depois a trabalhadora permaneceu no sindicato para ser atendida pela advogada Ivânia, já que a patroa

²⁴⁸ Município pertencente à região metropolitana de Porto Alegre.

não teria pagado seu INSS. Ela também relatou que irá processar a patroa por danos morais e que teria tirado foto do aviso, que mesmo após dias permanecia na portaria do prédio.

Tabela 24: Dados de algumas TDs de POA

Nomes	Idade	Raça/cor	Cidade de Origem	Anos em Porto Alegre/ no trabalho doméstico	Endereço	Estado Civil	Filhos	Motivação para ir ao Sindicato
1. Clária	Aprox . 60 anos	Não-branca	Santa Maria/RS	Chegou aos 15 anos de idade	_249	-	-	Desentendimento com a patroa após 5 anos no emprego, além de estar doente. Foi efetuar a rescisão do contrato, com grande resistência da patroa ao sindicato.
2. Nair	Aprox . 50 anos	Branca	Gonzaga/RS	-	Ponta Grossa	-	1	Rescisão do contrato após 12 anos no emprego devido a não assinatura de sua carteira de trabalho. Trabalhava no bairro Petrópolis.
3. Salete (Presidenta do Sindicato)	45 anos	Não-branca	Santa Maria, mas criada em Pelotas/RS	-	Bom Jesus	Casada	4	Recorreu ao sindicato há mais de 20 anos, quando foi assediada por um sobrinho do patrão e desde então começou a participar das atividades, até tornar-se presidente.
4. Lídia	55 anos	Branca	Alpestre/RS	Chegou aos 35 anos/ 20 anos como doméstica	Lomba do Pinheiro	-	4	Acordo com patrões após 15 anos de trabalho, devido a depressão e outros problemas de saúde. Resistência dos patrões ao sindicato.
5. Maria branca	Aprox . 45 anos	Branca	Cidade próx. Santa Maria/RS	16 anos como doméstica	Gravataí	Casada	-	Tendo Ensino Superior, passou em um concurso para a prefeitura de Gravataí e foi demandar informações para a rescisão de seu contrato.
6. Maria preta	Aprox . 55 anos	Negra	Santa Maria	35 anos como doméstica	Restinga	-	-	Pensando em sair do emprego foi demandar informações em relação aos seus direitos. Trabalha próximo ao shopping Iguatemi.
7. Ana Luiza	37 anos	Negra	-	-	Guaíba	-	3	Rescisão de contrato do último emprego de cuidadora.

²⁴⁹ - Falta de informação.

8. Clarice	Aprox . 50 anos	Branca	Porto Alegre	Começou a trabalhar com 11 anos	Alvorada	Casada há 30 anos	2	Ao solicitar a demissão para cuidar da mãe e da irmã que estão com câncer foi empurrada pela patroa após 11 anos no emprego. Foi ao sindicato principalmente devido a este incidente.
9. Eva	Aprox . 50 anos	Branca	Porto Alegre	-	-	Viúva	Sim	Rescisão de contrato.
10. Terezinha	Aprox . 50 anos	Branca	Santo Ângelo//RS	-	Restinga Nova	Casada	2	Rescisão do contrato devido o ciúme da patroa da relação de Terezinha com sua filha. Trabalhava no bairro Moinhos de Vento.
11. Neiva	Aprox . 45 anos	Não-branca	Santo Ângelo/RS	-	Alvorada	Solteira	Não	Rescisão do contrato em que trabalhava como cuidadora de uma senhora com Alzheimer, pois sua paciência acabou.
12. Janaína	36 anos	Não-Branca	-	-	Canoas	Divorciada	3	Após trabalhar 3 anos, sua patroa a ouviu criticá-la e lhe demitiu, além de colocar um aviso proibindo sua entrada no prédio. Trabalhava no Centro.

5.2.4 Fernando: A agência Arco-Íris

Quando iniciei minhas pesquisas de campo no sindicato das trabalhadoras domésticas de Porto Alegre, soube que na sala ao lado funcionava uma agência de empregos, predominantemente voltada para o emprego doméstico, chamada Arco-Íris. Após entrevistar a presidenta do sindicato, Salete, soube que a agência era de propriedade de seu marido Fernando e percebi um fluxo intenso de trabalhadoras entre o sindicato e a Arco-Íris. Então, conversei com o proprietário que concordou em ser entrevistado. Além do fato de a agência trabalhar em conjunto com o sindicato, o que para mim era uma novidade, acessar o espaço de uma agência de empregos também se mostrava um lugar profícuo para o estudo das diferentes configurações e dimensões do trabalho doméstico remunerado na cidade.

Fernando é oriundo de Pelotas/RS e após praticar 10 anos de futebol profissional, atuando em times como o Brasil de Pelotas e Criciúma, entrou para o ramo da restauração. Mas, ao perceber um grande movimento em uma agência de empregos próxima ao restaurante que trabalhava e também iniciar um relacionamento amoroso com Salete, propôs a um amigo que abrissem uma agência de empregos domésticos. A Arco-Íris surgiu em 1999, localizada estrategicamente em frente ao sindicato das trabalhadoras, na rua Voluntários da Pátria, no centro de Porto Alegre²⁵⁰.

O proprietário relata que os primeiros anos foram de muita demanda, tanto de trabalhadoras como de empregadores, mas que nos últimos anos o movimento vem caindo. Ele atribui este fato ao avanço tecnológico e à ampliação da escolaridade das trabalhadoras, pois anteriormente elas recorriam ao sindicato para pedir ajuda e/ou informações, já nos dias de hoje utilizam a internet. Em relação aos empregadores, Fernando acredita que estão confusos com as novas mudanças nas regulamentações do trabalho e por isso receosos, mas que com o tempo, *pois vão precisar*, o movimento voltará a aumentar.

A agência divulga seu trabalho em anúncios no jornal, mas principalmente através do *boca a boca* entre clientes patrões e trabalhadoras. Quando Fernando encontra um anúncio no jornal procurando por domésticas, ele também liga para o proponente e oferece os serviços da agência chamando atenção que nem o Site Nacional de Empregos - Sine, nem o jornal, fazem uma triagem tão segura quanto a agência, que além de ter o cadastro e histórico das trabalhadoras, também analisa com a polícia a ficha corrida delas.

²⁵⁰ Em comparação ao contexto de Belém, em que o sindicato não é muito procurado, segundo uma liderança local, por medo das trabalhadoras de não conseguirem empregos, o caso de Porto Alegre parece o inverso, pois o sindicato é bastante frequentado, inclusive com uma agência de empregos atuando ao seu lado, em que aparentemente a visita ao sindicato não é associada à menor possibilidade de conseguir um emprego. Isto pode estar relacionado com a maior judicialização das relações no trabalho doméstico em Porto Alegre do que em Belém.

Eu tenho um caso de senhoras aí, senhoras sozinhas principalmente, que é uma coisa muito arriscada! Que a empregada ligava pra dentro do presídio de Charqueadas, na casa dela. Então ela foi ver a conta de telefone, que era desse tamanho! Quando ela foi descobrir que a mulher, essa guria, tinha um namorado dentro do presídio! Então, esse cara, quando sai naquele duto de férias, ou coisa assim, ele podia induzir ela a assaltar ou matar essa senhora, porque ela tinha muito dinheiro dentro de casa! Então são casos que realmente acontecem! E pelas agências não, as agências, elas já são mais tranquila, então elas já sabem que a gente faz essa triagem, então, por isso que elas preferem pagar, no caso pagar, do que pegar por indicação, ou pegar assim pelo Sine, ou pegar na rua, entendeu? Então, às vezes, o barato sai caro! O barato, às vezes, sai caro! (*Fernando, 15/08/13*)

A agência atua da seguinte maneira: As trabalhadoras fazem um cadastro que custa 5 reais e ao encontrarem um emprego, pagam 10% do primeiro salário. Já para os empregadores o cadastro é gratuito, mas precisam pagar 60% do salário estipulado no ato do contrato para a agência. Eles possuem o prazo de 3 meses para trocar de funcionária sem custo adicional. Fernando argumenta que apoia os dois lados, tanto assessorando trabalhadoras que estão passando por problemas no emprego, como os empregadores.

Ainda que a procura por trabalhadoras não esteja tão grande como em anos anteriores e Fernando tenha poucos clientes novos, ele alega que tem alguns bastante antigos, e que as trabalhadoras que são do interior são muito procuradas por aceitarem residir na casa dos patrões.

Então, eu mesmo tenho um cadastro aqui de 5, 6 mulheres de Camacã! Uma passou pra outra. Então, aí... Elas moram lá! Tu coloca um anúncio, o pessoal do interior lê o anúncio. Aí o que eles fazem, eles vêm à Porto Alegre! Na agência. Aí eles fazem o cadastro deles e voltam! Tá entendendo? Eles querem trabalhar aqui mesmo! Eles querem trabalhar aqui. Então eles pegam o anúncio, eles vêm aqui, fazem o cadastro deles e voltam. E ficam esperando. E como pra eles é mais fácil porque pra quem é do interior, a maioria, tudo é pra morar, né? E é o serviço que tá mais escasso em Porto Alegre hoje, é quem queira morar no emprego. (*Fernando, 15/08/13*)

Nos cadastros das trabalhadoras elas colocam sua configuração familiar e também suas preferências por endereço de trabalho, dias e formas de contrato. Pelo que pude notar tanto observando o cotidiano da agência, como pela entrevista de Fernando, as trabalhadoras não aceitam mais morar na casa dos patrões. Já do outro lado:

Eles têm um cadastro comigo e dentro do cadastro deles, eles têm as exigências deles. É meio complicado, né, porque tem muitos que não querem, ainda existe o racismo ainda! Tem muitos que não querem pessoas de cor morena.

Tem muitos que não querem pessoas muito nova, por causa dos filhos, então empregada que tem filhos pequenos, eles não querem! Entendeu? Então tu tem que jogar com eles! Muitas vezes, muitas vezes, é complicado dizer, né, mas eu faço, até pra ajudar as pessoas, tem muitas pessoas que eu digo assim,

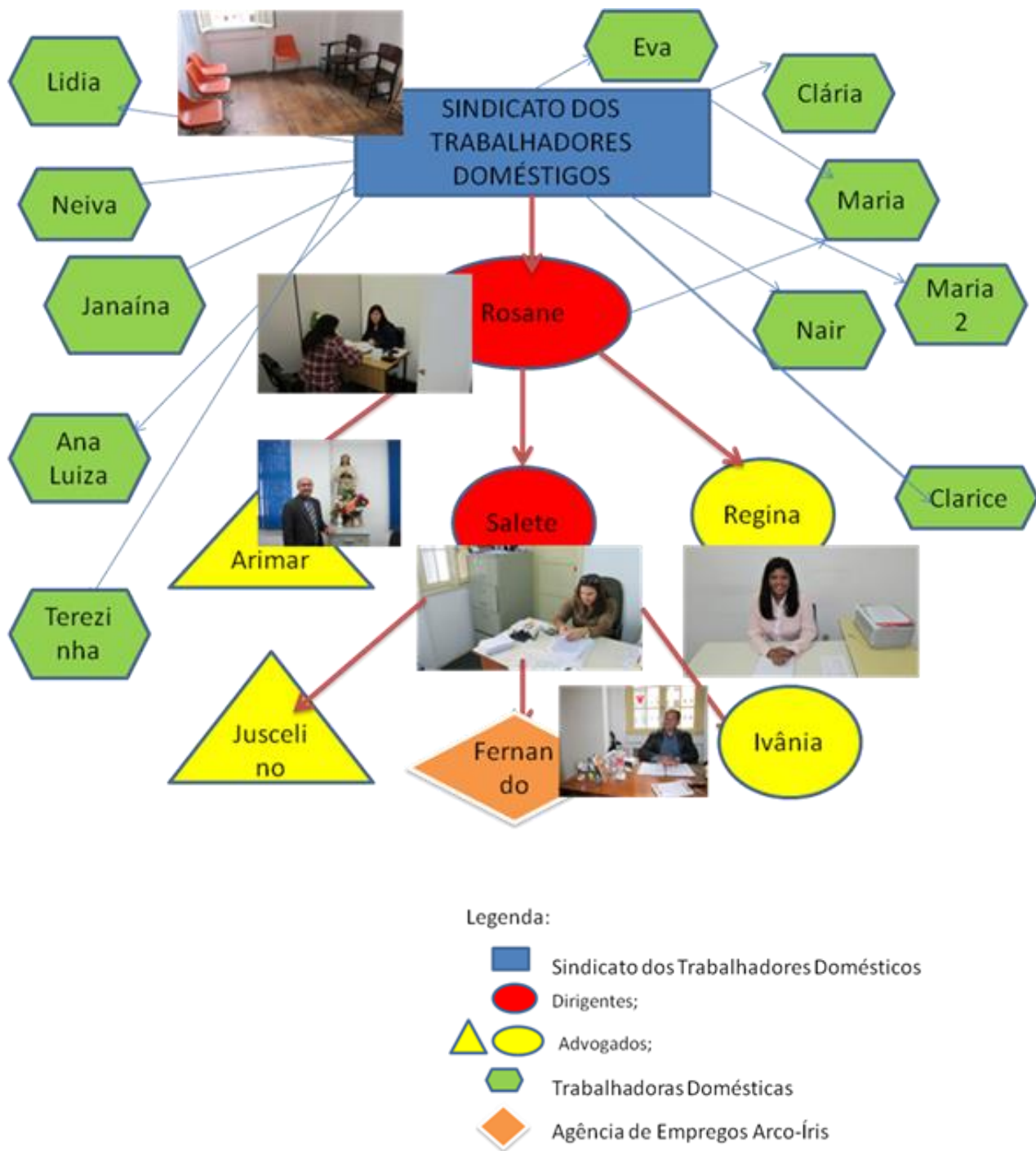
ó, chega lá, diz que tu é separada, que tu tem filhos, mas que os teus filhos moram com o teu ex-marido! Pra pessoa conseguir trabalhar, entendeu? Aí, o que acontece, aí ela vai, através disso, ela diz o que eu mandei dizer! Mas claro que ela tem os filhos dela na casa dela! Entendeu, mas às vezes é a necessidade delas, de tanto que elas precisam. Eu digo pra elas, olha... É difícil, na realidade, muitas vezes, tem que omitir alguma coisa, né? Porque se realmente tu precisa, tu vai ter que omitir! Entendeu? Tem pessoas que dizem, ah, eu quero pessoas até 50 anos. Essa senhora tem 60! Aí eu digo assim, ela tem 60, mas não tem cara de 60! Aí o que acontece, eu levo, elas querem duas pessoas, eu levo uma de 60 e levo uma de 40. Aí pela referência, a de 60 é bem maior, bem melhor do que a de 40, às vezes. E, às vezes, o perfil, pô, mas a pessoa tem 60 anos! Aí ele para! Pô, mas eu queria até 50! Mas ela é boa, eu vi que a referência dela é boa, então ela acaba ficando com a pessoa. Aí eu dou aquele empurrão, entendeu? Contratar a pessoa. (Fernando, 15/08/13)

Fernando chama atenção que atualmente a maior demanda de empregos tem sido para cuidadores de idosos e que as trabalhadoras estão se especializando, fazendo cursos técnicos de enfermagem e ocupando este mercado.

Figura 70: Fernando, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora



Figura 71: Rede de inserção e interação no sindicato e agência Arco-Íris



5.3 Percursos em Porto Alegre

A realização de pesquisas de campo a partir de diferentes redes que foram formadas no contexto da cidade de Porto Alegre foram importantes para a análise e descrição de diferentes espaços e dimensões que tal problemática engendra.

As mulheres que entrevistei fora do sindicato não o acessaram durante suas trajetórias de trabalho até o presente momento, além de algumas residirem junto aos seus empregadores; enquanto aquelas com quem interagi na sala de espera reconhecem este espaço enquanto um lugar de aprendizado de informações e busca de direitos, ainda que todas tenham trabalhado por muitos anos sem a carteira de trabalho assinada. No sindicato as maiores demandas continuam sendo a assinatura da carteira e o recolhimento previdenciário.

Contudo, após os seis meses de pesquisa no sindicato, podemos afirmar que este espaço apenas é acessado após um conflito pessoal entre domésticas e empregadores, já que, muitas vezes, elas salientaram que iriam apenas finalizar o emprego, mas ao serem ofendidas e/ou agredidas, decidiram acessar a linguagem jurídica referente à dimensão profissional de seu trabalho que, comumente, vai de encontro à esfera afetiva tão vivenciada nesta modalidade de trabalho.

Isto não apenas no lado das trabalhadoras, como também pelos empregadores, que na maioria dos casos referidos manifestam estranhamento e resistência em acessar o sindicato, como se a relação de *confiança* estabelecida entre eles, de um momento a outro, tivesse sido transferida do "mundo privado" para o "mundo público"²⁵¹.

As trabalhadoras referidas neste trabalho são oriundas majoritariamente de cidades do interior do estado, como Santo Ângelo e Santa Maria, mas também de Porto Alegre. Ainda que a maioria dessas trabalhadoras sejam não-brancas (5) e negras (4), em relação às brancas (7), na cidade de Porto Alegre, essa diferença não se mostra de forma bastante assimétrica, ainda que os dados estatísticos indiquem a predominância de trabalhadoras brancas. As idades das entrevistadas variam dos 28 aos 61 anos, abarcando diferentes gerações de mulheres que vivenciam diversas configurações deste tipo de trabalho, seja como mensalistas polivalentes, diaristas, babás e/ou cuidadoras.

Em relação à escolaridade, apenas três entrevistadas possuem formação além do ensino médio, Maria é formada em Direito e passou no concurso da prefeitura de Gravataí, a Maria que entrevistei em casa cursa Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e

²⁵¹ Existem exceções, como o caso de dois empregadores que procuraram o sindicato em busca de trabalhadoras domésticas, mas são menos frequentes.

Patrícia realiza o curso de técnica em enfermagem, ainda que eu não tenha tido acesso às trajetórias escolares de todas as entrevistadas.

Dentre as trabalhadoras que conversei no sindicato, várias delas estavam resolvendo conflitos decorrentes de empregos em que permaneceram por tempo variado, indo de 3 a 15 anos de permanência, sendo muitas casadas e com filhos, diferente das mulheres que eu entrevistei na rede anterior.

A pesquisa com os dirigentes e advogados do sindicato também foi relevante para que possamos entender o funcionamento e a manutenção deste espaço, bem como, as enormes dificuldades que enfrentam por não possuírem um imposto sindical no contracheque de suas associadas. Além disso, pudemos perceber que a estruturação do sindicato de Porto Alegre é bem diferente daquele de Belém, pois no primeiro caso a fonte de renda mais importante vem dos AJs dos advogados, enquanto em Belém o sindicato atua fortemente junto à Federação Regional e à Central de trabalhadores, portanto, sendo apoiado financeiramente por estas instituições. No que diz respeito à história, o sindicato de Porto Alegre é mais antigo que o de Belém, 1988 e 1994 respectivamente; e o primeiro teve o forte apoio da igreja católica, enquanto o segundo foi o movimento sindical o mediador mais importante.

Além disso, a entrevista com Fernando, proprietário da agência Arco-Íris contribuiu para a inserção de um outro espaço, o das agências de empregos, que também são acessadas por trabalhadoras e empregadores, onde podemos perceber as articulações realizadas pelas domésticas na busca de um emprego em relação com suas características de raça/cor, filhos e idade e os patrões acionando este recurso em busca de suas *preferências* e a manutenção de sua “segurança”.

CAPÍTULO 6 Salvador: Cidade Negra e de Militância

Salvador foi a primeira capital do Brasil e já bastante retratada em estudos acadêmicos, mas também em música, prosa e poesia. Talvez sua característica mais emblemática seja a predominância da população negra em seu território, constituída por 33,7% de pretos, que somados aos 51,1% de pardos, correspondem a 84,8% da população, portanto sendo a cidade mais preta do Brasil. Além disso, a Bahia é o estado mais populoso do Nordeste (15,2 milhões de pessoas) e a região metropolitana de Salvador a mais populosa do estado, com aproximadamente 4 milhões de pessoas (número aproximado à RM de Porto Alegre). Deste contingente em Salvador, 1,9 milhões são mulheres e 937 mil estão ocupadas, destas, 159 mil são trabalhadoras domésticas, ou seja, 17% das mulheres ocupadas estão no trabalho doméstico. Além de ser a cidade de nossa pesquisa que possui o maior número de mulheres negras trabalhadoras domésticas, a Bahia é o estado que possui a mais baixa remuneração (511 reais). Por outro lado, Salvador é a segunda cidade com maior número de trabalhadoras associadas ao sindicato, sendo de acordo com o IBGE 4 mil, e 5 mil, segundo o próprio sindicato; apenas perdendo para São Paulo (9 mil).

A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – Fenatrad está em exercício em Salvador desde 2001, sob a presidência de Creuza Maria Oliveira e atua juntamente ao Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia – Sindoméstico/BA, fundado em 1990; uma de caráter nacional e a outra de âmbito estadual, as duas organizações são fortes referências na organização e luta política das trabalhadoras domésticas brasileiras.

Devido todas essas características, Salvador se constitui como *locus* importante e privilegiado para a realização de estudos sobre a duração, as diferentes configurações e a organização política do trabalho doméstico. Então, através de um programa de cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal da Bahia, por meio de seus Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social - PROCAD/Casadinho²⁵², tive oportunidade de realizar pesquisa de campo nesta cidade, financiada por uma bolsa do CNPq, quando passei quatro meses em Salvador, correspondente aos meses de novembro e dezembro de 2013 e janeiro e fevereiro de 2014.

²⁵² Atualmente este programa é coordenado pelos professores Emerson Giumbelli em Porto Alegre e Cíntia Beatriz Müller em Salvador e o tutor responsável por meus trabalhos na Bahia foi o professor Carlos Caroso.

Enquanto me organizava para ir à campo, fui surpreendida com a notícia da inauguração²⁵³ do que seria um projeto inédito no Brasil, o Residencial 27 de Abril²⁵⁴, construído para domésticas²⁵⁵, no bairro Dóron, em Salvador. Esta novidade também se revelou como um campo de forte interesse de pesquisa, porque eu poderia conhecer o conjunto, compreender seu surgimento, além da possibilidade de acessar o cotidiano, as narrativas e ter a experiência de conviver com trabalhadoras em sua moradia própria²⁵⁶.

Figura 72: Inauguração do 27 de Abril, fotos de 2012 – Autoria de Manu Dias/SECOM-BA



²⁵³ O núcleo habitacional foi inaugurado no dia 28 de setembro de 2012. Quando questionei à presidenta da federação se esta data fazia alusão à Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), ela me disse não ter percebido, mas que certamente a data teria sido escolhida por alguém da CONDER, por fazer referência ao acontecimento histórico de libertação para os filhos de escravas a partir daquela data; simbolicamente o que estaria acontecendo naquele momento em relação às trabalhadoras domésticas e seus patrões.

²⁵⁴ Em referência ao Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que teve origem na data de falecimento da santa Zita, italiana, considerada a padroeira das trabalhadoras por ter sido doméstica e oferecer pão aos pobres escondida do patrão. Entretanto, Creuza Oliveira argumenta: *segundo a igreja católica, Santa Zita, né, a Zita, era uma trabalhadora doméstica, que era aquele padrão boazinha, né? Boazinha, honesta; limpa, boazinha e honesta (risos)*. E defende que a escrava Anastácia, cultuada no Brasil desde 1968, conhecida por usar uma máscara que não permitia que fosse vista, nem levada nada à sua boca, seria muito mais apropriada para ser a padroeira das domésticas brasileiras.

²⁵⁵ Ver em:

<http://www.secom.ba.gov.br/2012/09/111419/Projetoinedito><http://www.secom.ba.gov.br/2012/09/111419/Projeto-inedito-inedito-no-Brasil-entrega-casa-propria-própria-aos-trabalhadores-domesticos-domesticos-.html>. Acesso em: 03/08/2013, às 10h45.

²⁵⁶ Posteriormente, empreendimentos semelhantes, mas em menor proporção, me foram relatados pelas próprias moradoras do residencial e lideranças do sindicato, localizados nas cidades de Recife e Aracaju, mas não encontrei algum material que relatasse de maneira mais aprofundada estes dois casos.



Partindo desta reportagem inicial, pude perceber que o sindicato das trabalhadoras domésticas da Bahia estava bastante implicado à tal empreendimento; então, somado ao meu interesse de conhecer e pesquisar o sindicato e a federação, essas duas organizações também se mostraram o melhor caminho para que eu chegasse ao condomínio.

6.1 Creuza Maria Oliveira – FENATRAD E SINDOMÉSTICO/BA

Sem o intuito inicialmente de (re)construir uma narrativa da trajetória da organização política das trabalhadoras domésticas brasileiras²⁵⁷, estar em Salvador e conhecer o Sindoméstico/BA e a Fenatrad, provocou-me a honra, a vontade e a necessidade de interagir e conhecer a trajetória da, talvez, mais importante e conhecida, liderança política das trabalhadoras domésticas: Creuza Maria Oliveira. Partindo da narrativa dela, vamos pontuar o surgimento do sindicato das trabalhadoras domésticas da Bahia, a também conhecer o trabalho da federação das TDs do Brasil, até chegarmos ao surgimento do núcleo habitacional 27 de Abril, já que a trajetória e atuação de Creuza está bastante imbricada a estes lugares e acontecimentos.

Quando cheguei à Salvador a primeira coisa que fiz foi buscar o endereço do sindicato e me encaminhar até lá para me apresentar e pedir autorização para a realização de minha pesquisa. Neste primeiro momento, que vamos reconstituir adiante, eu conheci a presidenta do sindicato Cleusa Santos, orientada por ela, fiz um pedido formal via *email* para o início do trabalho, e a partir dali comecei a conhecer as participantes do sindicato, as usuárias, realizar

²⁵⁷ Já brilhantemente realizada por Bernardino-Costa, 2007.

entrevistas, conhecer a cidade, participar de eventos e interagir com várias trabalhadoras domésticas. Desde esse primeiro dia soube que a Fenatrad situava-se junto ao sindicato, mas a presidenta da federação estava viajando. Por diversas vezes marquei horários e dias para que pudesse me apresentar e conversar, mas a secretária Gerusa remarcava, pois Creuza tem uma agenda intensa de viagens e compromissos. Acabei conhecendo-a informalmente e indo a alguns eventos para ouvir a sua fala sempre muito incisiva em prol das trabalhadoras domésticas; depois, nos encontramos no Conjunto 27 de Abril, mas apenas consegui realizar uma entrevista com ela ao final de minha estadia.

No dia 18 de fevereiro de 2014, quando realizamos nossa entrevista no Sindoméstico/Fenatrad, Creuza estava com 55 anos. Ela nasceu em Salvador, mas com o falecimento do pai, sua mãe decidiu retornar para o interior, para a zona rural de Santo Amaro, deixando Creuza na cidade com uma tia. Com 8 anos de idade ela mudou-se para a cidade de Oliveira dos Campinhos, a 99 km da Salvador, para morar com a avó paterna, mas como esta estava com problemas de visão e sem condições físicas para cuidar da neta, Creuza permaneceu por pouco tempo, voltando aos cuidados da mãe. Desde muito pequena, ela circulou pelas casas e cuidados da mãe, da tia e da avó, prática muito frequente em famílias de classes populares²⁵⁸

Com menos de 10 anos de idade, ela continuou circulando, mas desta vez para começar a trabalhar como babá em uma casa de família, na zona urbana de Santo Amaro, a 78,5 km de Salvador. Isto porque sendo a filha do meio, com um irmão mais velho e uma irmã caçula, e sua mãe tendo casado novamente, o novo casal decidiu que ela deveria ir para *diminuir uma boca*.

Nesta casa, em que chegou por intermédio de uma tia, e onde permaneceu por aproximadamente 3 anos, assim como em várias outras que a sucederam, Creuza relata que estranhou bastante estar longe da casa e da família, *em uma casa onde da sua cor é só você!* Ela argumentou que trabalhava, mas não recebia salário ou alguma remuneração em dinheiro, apenas em troca a moradia, comida e roupas usadas, situação vivida por muitas, ou a maioria, das trabalhadoras domésticas que tivemos contato.

Roupa usada e comida, sobra de comida, né? Porque eu só almoçava depois que eles almoçavam, e quando eles terminavam de almoçar, os filhos, eu comia separadamente, no pratinho que ficava de baixo da pia, do armário de baixo da pia, né, aí, geralmente a minha patroa pegava a sobra dos filhos, que os filhos tinham deixado no prato, e fazia meu prato com a sobra dos filhos dela, né; e depois botava um caldinho de feijão por cima, e dizia: Come que tá limpo! Né? E aí, quando eu fui trabalhar nessa casa, a promessa era que iam me botar na escola, que eu só ia brincar com a criança e ia estudar. Coisa que não aconteceu. Nem eu ia estudar, nem tampouco brincava. Eu assumi a

²⁵⁸ Como vimos no trabalho Fonseca (1995) para o contexto de Porto Alegre/RS.

responsabilidade da menina mesmo! O que eu não fazia era brincar, né? Tinha que cuidar da criança, ter o cuidado pra criança não cair, se a criança caísse, se machucasse, eu apanhava! Se a menina chorava, a patroa ia querer saber porque que a menina tava chorando. Era todo um trabalho de, era toda uma pressão, de uma menina de 9 pra 10 anos, para tomar conta de outra criança, né? (*Creuza, 18/02/2014*)

Neste fragmento identificamos a frequente proposta de *brincar* com outra criança para travestir trabalho doméstico infantil que, muitas vezes, dá início à trajetória de trabalho das domésticas. A mãe de Creuza a visitava de 6 em 6 meses, mas sob ameaças da patroa que dizia que se a menina contasse que estava apanhando à mãe, ela diria que era mentira, que Creuza era preguiçosa, e ainda lhe jogaria no rio, o máximo que ela fazia era se queixar à mãe do peso da menina que cuidava, dizendo sentir dores nas costas.

A outra coisa que ela fazia era dar roupas usadas, né, ela dava roupas usadas pra minha mãe. E dava um dinheiro assim como hoje, tipo, 50 reais. Ela pegava, dava 50 reais. Pra alguém que vivia no interior, seca, uma segura danada, então era muito! 50 reais! Um resto de comida, que naquela época, e que era considerada comida boa! Porque era comida de pessoas, diferente! Que não é a do dia-a-dia, né? Uma roupa, aquelas roupas, também diferente! Da que usava no interior e tudo. Então, pra ela, era uma coisa boa, né? Então ela ia embora. E a outra coisa é porque a filha estava em um local que tinha comida todo dia, né, que estava ali se educando pra ser gente, né? Tendo uma educação, apesar de não tá na escola, mas a minha mãe era analfabeta, e não tinha noção de, da importância do estudo! Hoje, mesmo a pessoa sendo analfabeta, ela já tem uma compreensão da importância do estudo. Mas naquela época não, quem era analfabeto não tinha noção da importância do estudo para seus filhos e tal, né? Aí ela queria que eu fosse uma boa cozinheira, ó o sonho! Que eu fosse uma boa cozinheira, cozinhasse bem, uma boa empregada, né? Doméstica. (*Creuza, 18/02/14*)

Também a negação de formação escolar, salário e abusos, o que aconteceu com Creuza nesta mesma casa, quando o pai de sua patroa, um senhor de mais de 60 anos, tentou lhe abusar sexualmente. Ela relembra que quando ia para praia com o casal e a criança, precisava cuidar e brincar na areia, mas era proibida de tomar banho de mar, enquanto todos o faziam. Na casa, quando a criança que cuidava estava dormindo, ela lavava louças em cima de um banquinho, varria a casa e lavava roupas, exceto cozinhar.

Após o falecimento da mãe, aos 14 anos, Creuza retornou para Salvador, para trabalhar de doméstica com um casal no bairro de classe média e alta da Barra, o casal era paulista e ela relata que lhe tratavam bem, mas começou a sofrer abusos quando precisou ir para São Paulo para fazer companhia no avião e depois ficar trabalhando na casa da mãe de sua patroa. Nesta nova residência morava a senhora com uma filha casada e um filho adolescente da mesma faixa etária de Creuza, que começou a assediá-la, passando a mão em seu corpo, observando ela tomar banho e esbarrando com ela pela casa. Incomodada, ela fez queixas à nova patroa, que

disse que o filho estaria “brincando”. Apenas com a denúncia da filha casada de que aquilo não seria brincadeira, a senhora resolveu proibir o filho de chegar perto de Creuza. Mas ela conta que a partir daí começou a levar chutes e pontapés do rapaz. Não suportando aquela situação, Creuza decidiu retornar para Salvador.

Ela ia e vinha entre Salvador e Santo Amaro, até que por volta dos 16 anos começou a trabalhar em um casarão no bairro de classe média baixa Lapinha, em que era uma matriarca já idosa com vários filhos casados. Como a casa era muito grande, além de Creuza, que foi contratada como copeira, também tinham outras domésticas, mas ela diz que um dos genros da matriarca passou a implicar com ela, desfazendo o seu trabalho e comendo coisas para pensarem que era ela. Creuza acredita que ele fez isso por ciúmes pois a matriarca não gostava dele e a tratava muito bem. Além desse problema, um certo dia, estando sozinha no quarto dos empregados que ficava no quintal da casa, Creuza notou a presença de um estranho olhando para o seu quarto, no outro dia perceberam que tinha sido um ladrão, pois roubara vários lençóis que estavam estendidos. Então, chateada com as provocações do marido de uma das filhas da patroa, com medo de dormir no quarto dos empregados e também incomodada por ficar no meio da sala, caso não quisesse dormir fora, ela decidiu sair da casa. Inventou para a patroa que ia passar os festejos de São João no interior e se foi.

Ao chegar na casa de conhecidos que lhe dariam carona até Santo Amaro, Creuza soube que eles já tinham partido e ficou sem saber o que fazer. Caminhou até a rodoviária, mas não sabia como ir para Santo Amaro. Andando aflita de um lado para o outro sem saber o que fazer, achou que era melhor retornar ao casarão, mas sem saber qual ônibus tomar ou como ir caminhando, decidiu pedir para alguém lhe parar um táxi, pois achava que não conseguiria, *eu me considerava a pessoa mais horrível do mundo!* Ela então abordou Lígia, que ao tentar parar um táxi sem sucesso pois a cidade estava muito movimentada, conversou e soube da situação de Creuza, a convidando para ficar na casa dela, que aceitou, permanecendo em Engenho Velho de Brotas, bairro de camadas populares, para ajudar a nova amiga com seus vários filhos. Neste momento Creuza teve a oportunidade de estudar, pois ainda não sabia escrever seu nome, então iniciou o curso MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, para jovens e adultos.

Ao sair de lá, Creuza continuou residindo na casa de patrões subsequentes, mas alega que sempre bastante incomodada por não ter folgas e trabalhar aos domingos e feriados. Ela relatou um emprego que ficava no bairro de Nazaré, quando os patrões iam à praia aos domingos e ela tinha que esperar a permissão deles, às vezes, por volta das 16h, quando ligavam e diziam que já tinham comido e, então, que ela poderia almoçar.

Sempre acompanhada do seu rádio de pilhas por todos os cômodos da casa onde estava trabalhando, certa tarde ela relembra que uma candidata à vereadora relatou que iria defender o direito das trabalhadoras domésticas, ao que Creuza ficou surpresa e bastante interessada.

Aí quando ela falou que ia defender o direito das domésticas, pra mim foi uma coisa muito fora do comum! Eu nunca tinha ouvido ninguém dizer que ia defender direito da doméstica! Primeira vez eu tava ouvindo alguém dizendo que ia defender! Então, pra mim ali foi como uma luz no fundo do túnel! Porque eu aí aumentei o rádio, parei de fazer o que eu tava fazendo, para escutar o que a mulher tava falando! E o locutor perguntou a ela: Venha cá, e já existe sindicato de doméstica? Não! Não existe. Ela: Eles tão se organizando pra fundar o sindicato. Aí ele perguntava: Elas tão se organizando, onde é? Elas têm reunião? Tem! Elas têm se reunido lá no colégio Antônio Vieira, duas vezes no mês, o segundo e o quarto domingo do mês, à tarde, no santuário Nossa Senhora de Fátima, lá do Vieira. E eu prestei atenção! (...) Aí quando a minha patroa acordou, que chegou na cozinha, eu perguntei a ela: Dona Josete, o colégio Antônio Vieira fica aonde? Ela disse: Fica no Garcia. Eu digo: Como é que eu faço pra chegar até o colégio Antônio Vieira, no Garcia? Aí eu comecei a perguntar, aí ela começou a me falar, né, o que era, como era, que eu pegava o ônibus Garcia, soltava (...) Aí eu pedi a ela: E venha cá dona Josete, qual é o segundo e quarto domingo aqui do mês? A senhora marca aqui pra mim? Ela foi lá no calendário e marcou! (Creuza, 18/02/14)

Ao questionamento da patroa de porquê tamanho interesse, Creuza respondeu que queria ir à missa, pois temeu que ela a desestimulasse. Creuza então começou a convidar as colegas que trabalhavam no mesmo prédio, que estudavam no mesmo colégio, mas não teve sucesso, terminando por apenas a sua irmã, também doméstica, a acompanhá-la. Saíram cedo pensando em conseguirem lugar para sentar, mas quando chegaram na reunião ficaram bastante decepcionadas, pois tinha apenas uma professora e uma coordenadora. Entretanto, Creuza alega que diferente de outros grupos em que ela já havia ido, em que defendiam que a doméstica deveria ser obediente pois as patroas eram suas segundas mães, ela diz que ali se falava em conquista e ampliação de direitos, justamente o que ela gostaria de ouvir.

Então, apesar do desapontamento com o número reduzido de pessoas, *nesse grupo eu gostei do que se tava tratando lá, né? Eu gostei da conversa que estava tendo, ela falou da importância da organização, né? E aí, eu disse: É, quem sabe esse grupo precisa de mim também pra crescer, né? E daí em diante eu comecei a participar e não parei mais!*

Creuza esclarece que os encontros eram realizados no colégio católico porque eram apoiados por professoras do supletivo da noite, que era composto majoritariamente por trabalhadoras domésticas. Os padres e freiras do local apoiavam, mas não eram os idealizadores do grupo, que era formado por trabalhadoras, como Creuza faz questão de enfatizar. Aquele era o ano de 1984, Creuza estava com 28 anos e diz: *Oxi! Ali pra mim era um projeto de vida!*

Podia chover ou fizesse sol, eu, minhas folgas era duas vezes no mês, e essas duas vezes no mês era sagrada a reunião!

Apesar dos apelos nas salas de aula e no prédio em que trabalhava, ela diz que a mobilização foi bastante difícil, que eram sempre poucas e as mesmas trabalhadoras a participarem das reuniões. No caso específico de Creuza seus patrões apenas souberam que ela estava participando da organização política da categoria quando ela foi participar de um debate na TVE e fez questão de lhes contar. Antes, realizou um curso de formação durante 6 meses, em que viajava de 15 em 15 dias para Recife sem nada lhes falar. Contudo, foi quando começou a chegar correspondências para a associação das trabalhadoras domésticas com o endereço dos patrões que eles começaram a se aborrecer com Creuza.

Persistiram, e em 1986, fundaram a Associação Profissional das Trabalhadoras Domésticas da Bahia. E, após a Constituição de 1988 adquiriram o direito de transformar-se em sindicato, que foi fundado em 13 de maio de 1990²⁵⁹. Sobre esta transformação Creuza nos esclarece:

O sindicato, o sindicato ele era um grupo, depois do grupo, associação, depois de associação, sindicato. Aí o sindicato, a gente percebeu a importância de fundar o sindicato, porque o sindicato tem mais força de organização, é legitimamente organização de uma categoria, uma organização sindical, tem mais peso político, e mais peso jurídico, pra representar a categoria, melhor do que uma associação, ou um grupo, né? A gente criou o sindicato pra poder a gente tá em pé de igualdade com os demais trabalhadores, que tem sindicato, né? Então, nós consideramos que nós somos uma categoria, né, fazemos parte da classe operária brasileira! (Creuza, 18/02/14)

O Sindoméstico/BA possui uma direção executiva composta por 17 integrantes, que ocupam: 1. Presidência; 2. Secretaria geral; 3. Serviços Sociais; 4. Finanças; 5. Formação; 6. Assuntos Jurídicos; 7. Suplência. Essa direção possui gestões de três anos. Além disso, possuem um único funcionário que é o contador Jair e contam com a colaboração dos advogados Sueli e Wagner²⁶⁰.

Eu fui presidenta do sindicato várias gestões, várias gestões eu fui presidenta, né, que eu ficava angustiada, meu Deus! Será que nunca vai ter outra pessoa pra ser presidenta? Só eu, só eu, só eu! Até que, graças a Deus, veio Marinalva depois de mim, veio Marinalva, depois de Marinalva veio Cleusa, né, e aí a gente tá aí, né! Mas eu tive gestão de, 4 gestões, como presidenta. (Creuza, 18/02/14)

²⁵⁹ Assim como já chamamos atenção para a data de inauguração do conjunto 27 de Abril, a data de fundação do sindicato coincide com a data da abolição da escravidão (13 de maio de 1988), portanto é imbuída de forte carga simbólica.

²⁶⁰ Não tive conhecimento se estes advogados também trabalham com a credencial do sindicato, na forma de assistência jurídica – AJ, como em Porto Alegre.

A Fenatrad também teve uma trajetória de transformações, pois iniciou como Equipe Nacional, depois Conselho Nacional, que foram criados em Recife, até chegar à Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, criada em São Paulo, em 1997. A federação é composta por 26 sindicatos e mais uma associação. As organizações filiadas à federação estão presentes em 15 estados brasileiros: Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Sergipe²⁶¹. Também faz parte da Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras Del Hogar - CONLACTRAHO, criada em 1983, na qual participam: Argentina, Chile, Bolívia, Costa Rica, México e República Dominicana.

De acordo com Creuza, os últimos anos de sua gestão, em conjunto aos governos Lula/Dilma, trouxeram bastante visibilidade à organização, que teve a possibilidade de participar de Conferências Internacionais do Trabalho em Genebra, representar o Brasil em quase todos os países da América Latina, e salienta que a Fenatrad é conhecida atualmente nacional e internacionalmente.

E gente da OIT mesmo já disse! Que essa Convenção, eles lá, a equipe da, da Organização Internacional do Trabalho, sempre quis ouvir a voz da Fenatrad! Que no Brasil, é a maior organização. No Brasil, é o país que tem mais organização sindical de doméstica, é o Brasil! É a maior quantidade de doméstica no Brasil, que são mais de 8 milhões, é também onde tem mais organização sindical da categoria, é onde tem mais visibilidade do trabalho doméstico no Brasil. Então, nós somos referência no mundo para a questão do trabalho doméstico! (*Creuza, 18/02/14*)

A Fenatrad é filiada à CUT – Central Única dos Trabalhadores, mas não possui nenhum repasse de verbas dos sindicatos filiados, com exceção de Recife e Acre, devido à mesma dificuldade de arrecadação dos sindicatos, ou seja, a falta de um imposto sindical na folha de pagamento das trabalhadoras. Por isso, Creuza alega que eles estão com dificuldades para realizar o próximo Encontro Nacional²⁶², pois necessitam de recursos para o transporte, hospedagem e alimentação de trabalhadoras de todo Brasil. Creuza explica que eles compram materiais e pagam os poucos funcionários com recursos de projetos de ONGs; contudo, nos eventos promovidos por essas organizações a federação é apenas convidada, não podendo reunir um número grande de trabalhadoras. Ela ressalta a parceria com a SOS Corpo de Recife, que tem contribuído historicamente com a organização política das trabalhadoras domésticas. Isto também para evidenciar as parcerias da federação com o movimento negro, movimento de

²⁶¹ Ver em: <http://www.fenatrad.org.br/site/>. Acesso em: 05/06/2014, às 13h07.

²⁶² Ele se realizará na cidade do Rio de Janeiro, no período de 25 a 27 de setembro de 2016.

mulheres e movimento sindical. Em Salvador, a Fenatrad é formada por Creuza, presidenta; Francisco, diretor de comunicação e Gerusa, secretária e fotógrafa.

Figura 73: FENATRAD: Creuza, Chico e Gerusa, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora



Creuza chama atenção que devido a maior visibilidade atual da federação, muitas centrais e organizações têm se aproximado da Fenatrad por saberem que estão mais perto da conquista do imposto sindical. Ela diz que a organização já conquistou vários avanços, mas que ela acha que a luta deve continuar para melhorar ainda mais as condições das trabalhadoras domésticas. Por isso, ela já se candidatou várias vezes para vereadora e deputada estadual e federal, mesmo que ainda não tenha sido eleita. Anteriormente filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, atualmente Creuza faz parte do Partido Socialista Brasileiro – PSB.

Mas por que que eu ainda não fui eleita? Eu não fui eleita porque existe preconceito! Além de eu não ter dinheiro para investir na campanha, né, mas existe também o preconceito na doméstica! O que é que uma doméstica vai fazer numa Câmara de Deputados? Ou de uma Câmara de Vereadores, né? Isso aí é pra doutores, é pra quem, é pra homem! Ou se for pra mulher, mulher branca! Não pra mulher negra e empregada doméstica! Né? E se for uma mulher negra, tem que ser uma mulher negra acadêmica! Não é uma empregada doméstica que não tem nem o segundo grau completo! Outro: Não, mas o que é que uma graxeira²⁶³ vai fazer na Câmara? Né? Então tem esse preconceito! (...) Porque se minhas colegas, que já vieram, que vêm aqui no sindicato, votassem, com certeza não precisaria voto de mais ninguém! Bastava a doméstica, porque a doméstica aqui na Bahia, em Salvador, são 150

²⁶³ Graxeira é uma designação pejorativa muito utilizada na Bahia para se referir a trabalhadoras domésticas. De acordo com uma de minhas entrevistadas, a expressão faz referência a uma flor chamada Graxa, que “dá” em vários lugares, analogia para falar da sexualidade também “aflorada” das trabalhadoras.

mil trabalhadoras! Na Bahia, 500 mil! Por isso que a gente vai lutar agora em ser candidata federal! Entendeu? Quando, já, já estamos já, discutindo isso, colocar o meu nome pra deputada federal! Que a gente precisa de uma representação lá!²⁶⁴ (Creuza, 18/02/14)

Ela defende que a PEC e, posteriormente a Lei 150, foram conquistas importantes para a categoria, mas que foi uma estratégia do governo que a sancionou antes de ratificar a Convenção 189, portanto sem a obrigatoriedade de atender todos os seus requisitos. Ela defende a criação de sindicatos patronais como uma possibilidade de realização de acordos coletivos.

Questionada sobre o processo de conquista do residencial 27 de Abril, Creuza recorda sua própria experiência, quando ela e a irmã, após muitos anos morando em casas de patrões, começaram a participar de ocupações, muitas vezes em locais insalubres e também sendo enganadas, como no caso em que compraram um barraco e posteriormente descobriram que ele tinha sido vendido para elas e para mais três pessoas. Sem poder recorrer à justiça, ela e a irmã continuaram insistindo, a irmã foi morar com uma amiga que conseguira comprar sua casa própria, Creuza as visitava nas folgas e a vontade de ter sua casa foi aumentando, até que ela, a irmã, e uma prima com filha pequena conseguiram comprar um barraco de madeirite. Atualmente Creuza mora no bairro Mata Escura, segundo ela bastante violento. Em relação às dificuldades e ao medo de ocupar um lugar próprio, ela relata:

E, às vezes, a gente assim, meia medrosa porque a gente tava acostumada a morar na casa do patrão, né, com toda a segurança dentro da casa do patrão. Tinha segurança assim, de você não tá com o pé na lama, tinha uma estrutura apesar de não ser tua casa, e a gente ter o quarto lá de empregada, que é na verdade um depósito, onde se bota tudo que não presta é no quarto de empregada, né? Mas, pelo menos, a gente tinha um lugar, um plano e tal, né; então, quando surgia assim uma ocupação, a gente ficava preocupada de tá morando num local de ladeira, de, a preocupação de pegar ônibus, cheio, pra ir trabalhar. E outra coisa que a patroa faz muita lavagem cerebral nas nossas cabeças, né? Ah, vocês tem casa, tem comida, se você for morar em outro lugar, vai ter que pagar aluguel! O dinheiro que vocês ganham, aí vai gastar com aluguel, não sei que... Então, acaba, ônibus cheio! Aí começa a botar um bocado de coisa na nossa cabeça que a gente fica com medo de enfrentar essas coisas para ter nossa moradia própria. (Creuza, 18/02/14)

E Creuza argumenta que desde a primeira sede, a aquisição da moradia própria sempre foi uma bandeira de luta do sindicato. Após a experiência bem-sucedida com o projeto Trabalho Doméstico Cidadão – TDC, em que houve cursos de qualificação, escolarização, mas também de formação de lideranças sindicais, também com a eleição de Lula em 2003, e a participação no governo dos baianos Jaques Wagner e Antônio Almerico, a organização avaliou que era um

²⁶⁴ Creuza não obteve êxito nas eleições de 2014.

bom momento para demandar um projeto de habitação para as trabalhadoras domésticas baianas. Após ser ministro, Jaques Wagner assumiu o governo da Bahia, o que facilitou ainda mais a efetivação do projeto, que em conjunto com a agenda do trabalho decente do Brasil com a OIT e após a experiência bem-sucedida do TDC em Salvador, contribuíram para que o projeto fosse aprovado em 2003, começasse a ser executado em 2005 e inaugurado em 2012.

Como veremos no tópico sobre a pesquisa realizada no conjunto 27 de Abril, ele é formado por quatro prédios, com 4 andares mais o térreo, e dos 80 apartamentos, 55 foram gerenciados pelo Sindoméstico/BA e 25 pela CONDER. Os critérios estabelecidos pelo sindicato para as futuras proprietárias eram que fossem trabalhadoras domésticas, associadas ao sindicato, com a carteira de trabalho assinada e que não tivessem moradia própria, ou seja, morassem na casa dos patrões, de favor, ou aluguel. Além disso, critérios como idade e se eram mães solteiras também foram levados em consideração. Adiante, trabalharemos os conflitos, tensões e controvérsias manifestados neste empreendimento específico para mulheres trabalhadoras domésticas, mas desde já, podemos identificar que a passagem e participação no sindicato se constituía como um dos elementos necessários à aquisição do apartamento.

6.2 No Sindoméstico/BA

O primeiro lugar que recorri quando de minha chegada em Salvador foi o Sindoméstico/BA, que é um sindicato famoso e atuante. Descobri o endereço (Av. Vasco da Gama, n 38) com a ajuda da *internet* e meu tutor e fui até lá na manhã do dia 11 de novembro, uma segunda-feira. Ao chegar, ele estava fechado e na porta tinha um aviso escrito que o horário de funcionamento era de 2^a a 5^a das 12h às 17h e na sexta de 9h às 13h. Também desavisada como eu, *Ana* estava à espera da abertura e aproveitei para conversar com ela enquanto esperávamos o horário. Ao meio dia as portas foram abertas e uma mocinha muito bonita começou a distribuir senhas e pedir que eu, *Ana* e outras mulheres que já aguardavam entrássemos na sala de espera e esperássemos sermos chamadas. Optei por não pegar uma senha e aguardar para conversar com quem estava atendendo após as mulheres presentes serem recebidas.

Então, conheci Cleusa Santos, a presidente do sindicato, me apresentei e perguntei sobre a possibilidade de realizar minha pesquisa lá. Ela solicitou que eu enviasse um ofício com o pedido ao *email* do sindicato para formalizar minha presença como pesquisadora, disse que poderíamos marcar posteriormente uma entrevista, me convidou para um evento em que ela seria homenageada e me apresentou Milca Martins, uma das diretoras do sindicato. Quando

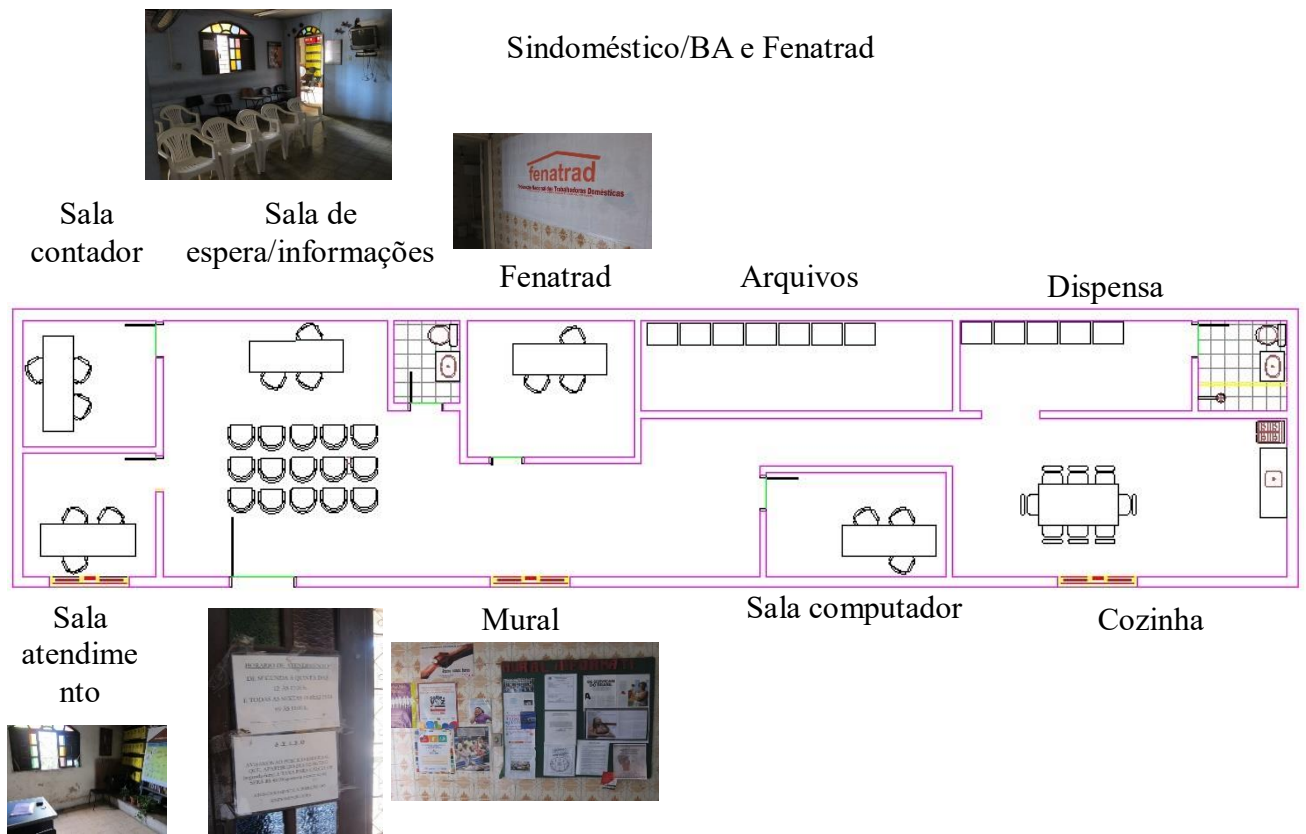
Cleusa retomou os atendimentos em sua sala, Milca mostrou-me o espaço, um mural com notícias da PEC, entrevistas com Cleusa e Creuza, além da reportagem sobre o 27 de Abril, que eu também tinha e por meio da qual descobri a existência do conjunto, que se tornou uma grande motivação para minha vinda à Salvador. Também vimos a sala do contador, a sala da Fenatrad e a cozinha.

Figura 74: Espaço Sindoméstico/BA e Fenatrad, Fotos de 2013 e 2014 - Autoria da pesquisadora





Figura 75: Cartografia Sindoméstico e Fenatrad



O Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia foi fundado em 1990, portanto atualmente com 26 anos. De acordo com as diretoras, ele conta com 5 mil associadas, que contribuem com uma pequena taxa mensal, em novembro de 2013 o valor era R\$ 6,80. A diretoria é composta de 17 membros, que trabalham voluntariamente, com apenas um contador como funcionário, Jair. Dois advogados atuam no sindicato, Wagner e Sueli. Todos os segundos domingos de cada mês há uma reunião entre a diretoria e as associadas. Diariamente, aproximadamente três membros da diretoria atendem trabalhadoras e empregadores para a rescisão contratos, fornecimento de informações e resolução de conflitos. Quando não associadas, as trabalhadoras precisam pagar uma taxa de 45 reais para a efetivação de seus cálculos trabalhistas.

Além dos atendimentos diários, a diretoria em conjunto com a Fenatrad realiza intenso trabalho de base em comunidades periféricas da cidade, com o fornecimento de cursos de cidadania, alfabetização e capacitação. Elas também distribuem seu Boletim Informativo em pontos e estações de ônibus, participam em eventos do movimento negro, movimento de mulheres, além da parceria com instituições governamentais, políticos e ongs.

Figura 76: Cartazes eventos, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora



Após minha primeira ida ao sindicato, durante o mês de novembro fui ao evento que Cleusa foi homenageada, realizei entrevistas com ela, Milca e Cristina, outra diretora, e por intermédio delas também várias entrevistas com trabalhadoras que foram ao sindicato (9) e que, assim como em Porto Alegre, recorriam ao sindicato para fazer seus cálculos, na maioria das

vezes, após desentendimentos com os patrões. Chamou-me muito atenção o grande número de diretoras que o sindicato tem, além da também intensa movimentação de usuárias.

Com Milca e outras trabalhadoras fomos à Marcha da Consciência Negra no bairro Liberdade - evento em que panfletamos e divulgamos a audiência pública que seria realizada posteriormente.

A Audiência Pública "PEC das Domésticas - Avanços e Desafios para a igualdade de direitos das trabalhadoras domésticas", promovida pela Comissão dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa, presidida pela deputada estadual Neusa Cadore (PT), com o apoio da Fenatrad e do Sindoméstico, foi realizada no dia 27 de novembro de 2013, às 9h, no CAB - Centro Administrativo da Bahia, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, mais especificamente, na sala José Amando - ALBA.

Figura 77: Folder Audiência Pública, Imagem de 2013 - A autoria da organização do evento



A deputada Neusa Cadore deu início ao evento e Creuza (presidenta da Fenatrad) o abriu com sua fala, ressaltando o histórico das conquistas dos direitos para os trabalhadores domésticos, mas chamando atenção para os desafios que ainda precisavam superar. A mesa também foi formada por Cleusa - presidente do sindicato, Marinalva – ex-presidente do sindicato, mas que na ocasião estava representando a SPM - Secretaria de Políticas para as

Mulheres da Bahia, Cisa Barreto - representante da OAB Mulher; Arielma Galvão - representante da Secretaria do Trabalho, além de Ana Georgina - representante do DIEESE.

Figura 78: Audiência Pública, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora



Quando finalizaram as falas da mesa, foi aberto o espaço para que o público pudesse se manifestar. A primeira a falar foi Maria José (Zezé), que é uma das diretoras do sindicato e que eu soube ser moradora do 27 de Abril. Depois Sueli, advogada do Sindoméstico, que ressaltou

o preconceito que os advogados sofrem por defenderem as trabalhadoras domésticas. Depois Francisca, também da direção do sindicato. E Valdelise, argumentando que na hora das eleições as trabalhadoras domésticas têm o mesmo peso que qualquer cidadão, então que elas deveriam ficar atentas com quem estaria as boicotando nas próximas eleições.

A deputada Neusa também lançou uma cartilha "PEC das Domésticas" que nos foi distribuída.

Figura 79: Cartilhas, Fotos de 2013



6.2.1 Duas lideranças, interlocutoras e amigas

Durante o primeiro mês de pesquisa no sindicato tive a oportunidade de entrevistar três membros da diretoria e nove trabalhadoras domésticas que recorreram ao sindicato para buscar informações e/ou resolver problemas. Além do próprio sindicato, onde frequentei por diversas manhãs e tardes, também pude acompanhar algumas das diretoras em eventos públicos, como no caso da "Festa da Raça" em que Cleusa foi homenageada, a Caminhada da Consciência Negra, a Audiência Pública, mas também em situações mais íntimas, como o aniversário da presidenta

6.2.1.1 Cleusa Santos: *Mais empoderada, me aceitando como mulher, mulher negra, trabalhadora doméstica, porque o sindicato proporciona isso pra você*

Cleusa é a atual presidenta do Sindoméstico/BA, muito bonita e compenetrada, ela foi a primeira pessoa que conheci em minha ida ao sindicato. Naquela ocasião expliquei minha pesquisa e meu interesse em entrevistá-la e acompanhar o cotidiano do sindicato. Durante esta

primeira conversa, Cleusa me convidou para ir a um evento, que aconteceria dia 15 de novembro de 2012 no Pelourinho²⁶⁵ em que ela seria homenageada. Compareci e desde então nossa relação e convivência intensificou-se. Fui ao seu aniversário em sua casa, fomos à caminhada da "Consciência Negra" no dia 20 de novembro, depois retornei à Boiadeiro, comunidade em que ela mora, quando uma equipe da OIT foi realizar entrevistas com domésticas residentes no conjunto, evento que também foi acompanhado de um churrasco quando a equipe foi embora.

Cleusa nasceu em Salvador, no momento de nossa entrevista estava com 47 anos e é a segunda filha de oito irmãos, sendo quatro mulheres e três homens. Quando seu pai decidiu deixar a família para viver outro relacionamento, sua mãe ficou em uma situação financeira muito difícil, tendo Cleusa que ir para a casa de uma família no bairro IAPI, com 12 anos de idade, onde teoricamente iria fazer companhia a uma criança, mas na prática assumiu todas as atividades domésticas e não frequentou a escola. Nesta casa, ela permaneceu por oito anos: *E aí quando eu fui morar com essa família a minha vida mudou radicalmente, né, quando eu fui pra lá. Aí eu dormia num quartinho cheio de, na verdade era um depósito que tinha ali, dos velhos, bujão de gás, passarinho, aonde o cachorro dormia, e era ali que era o meu quartinho.* Durante este período Cleusa não recebia salário, apenas roupas usadas e quando sua mãe ia visitá-la a patroa lhe dava sobras de comida, semelhante à iniciação de Creuza.

A partir de uma colega que morava no mesmo apartamento que Cleusa, ela conseguiu outro emprego e fugiu sem dar satisfação do IAPI, indo trabalhar na casa de uma família no bairro Saboeiro, composta por um casal e dois filhos. Nesta casa ela também desempenhava todas as atividades, dormia em um colchão no quarto das crianças, mas alega que era melhor que o quarto que dormia na casa anterior; além disso, nos dias que a patroa chegava cedo ela podia frequentar a escola e ganhava uma quantia em dinheiro. Após aproximadamente nove anos morando neste trabalho, Cleusa engravidou de seu filho Odiney, o que fez com que sua patroa registrasse sua carteira de trabalho e ela ganhasse pela primeira vez um salário mínimo. Após ter o filho, Cleusa passou a não dormir mais no emprego:

E nesse meio tempo eu conheci umas colegas que elas falaram: Poxa, Cleusa, tem um pedaço de lama vendendo lá onde eu moro, que é em cima das palafitas. Como eu já não queria mais, né, já tava grávida, né, não tinha onde ficar, e aí, eu comprei esse pedaço de maré, aí eu fiz uma casa de madeirite, no tempo da maré. Ai nesse tempo, quando eu tava grávida, aí eu disse pra ela (patroa): Não, eu já tenho o meu barraquinho, eu vou dormir agora em casa, pelo menos os finais de semana. Aí, eu trabalhava, ficava lá de segunda a sexta, ou a sábado, e sábado eu dormia no meu barraco (*Cleusa, 26/11/2013*).

²⁶⁵ Bairro importante de Salvador, localizado no centro histórico da cidade. Seu nome faz referência ao local que os negros eram castigados durante a escravidão no Brasil.

Contudo, passada a licença-maternidade, sob a alegação de que Cleusa estava com o filho muito pequeno, teria pouco tempo e não poderia mais dormir no emprego, ela foi demitida. Ela relata que esse período da sua trajetória foi bastante difícil, pois seu dinheiro estava acabando, ela não tinha onde deixar o filho recém-nascido, mas conseguiu fazer faxinas e conhecidos tomavam conta de Odiney, até ele completar 11 meses, quando Cleusa conseguiu uma vaga em uma creche.

Em relação aos familiares e a possível ajuda que poderiam lhe dar com o filho, ela esclarece: *E com 12 anos eu perdi contato com minha família! Entendeu, eu perdi o contato com minha família, com 12 anos, porque cada um foi pra um canto; um foi morar com a tia, outro foi trabalhar, e aí ficou um na casa dela (mãe)*. Em alguns momentos ela perdeu o contato com a mãe, mas atualmente sabe onde ela mora e também mantém muita proximidade com uma de suas irmãs, Leninha, que inclusive é moradora do conjunto 27 de Abril.

Ao realizar a faxina em uma casa de um casal de idosos no bairro Ribeira, eles gostaram do trabalho de Cleusa e lhe propuseram que ela começasse a trabalhar fixo com eles. Desse modo, ela ficou com eles durante sete anos e apenas saiu após o falecimento da patroa e seu ingresso como presidenta do sindicato.

Ao lembrar a maneira como descobriu o Sindoméstico, Cleusa explica que foi através de um boletim informativo distribuído na parada de ônibus; ao lê-lo, ela diz que tomou conhecimento de que tinha direito a férias, feriados e um repouso semanal que lhe eram negados. Mostrou o boletim para o patrão que, ainda que contrariado, passou a obedecer tais direitos, mesmo que a carteira de Cleusa já tivesse sido assinada anteriormente. O episódio do boletim ocorreu no ano de 2001 e desde então ela passou a frequentar o sindicato e suas atividades. Com o passar do tempo, diz que aprendeu a negociar com os patrões, saindo dois dias da semana às 14h para atender no sindicato.

Àquele tempo a presidenta do sindicato era Marinalva Barbosa, que em 2007 terminava seu mandato, quando Cleusa foi convidada a se candidatar, assumindo a presidência em 2008. Ela lembra que ficou surpresa com a indicação das "companheiras" e não esperava ganhar, já que tinham várias mulheres que frequentavam o sindicato há muito mais tempo que ela, portanto com mais experiência. Por isso, ela argumentou que mesmo feliz com o cargo, o primeiro ano de sua gestão foi muito difícil, pois ela realmente não sabia como lidar com todos os afazeres. Em relação a sua atuação no sindicato e aparições públicas, ela desabafa:

Difícil! Até hoje ainda é difícil! Né, porque a gente sempre, principalmente as mulheres negras, trabalhadoras domésticas. A gente sempre ouve: 'Ah, você não é capaz! Você não vai pra lugar nenhum! Você é burra! Você só serve pra ficar na cozinha do branco!'. A gente sempre ouve isso. (...) Acredita mesmo, é, acredita que eles que fez faculdade, entendeu, que estudou numa escola

melhor, eles que sabem, eles que têm que tomar a frente. E eles tem que decidir pela gente. E não a gente decidir pela gente mesma. (Cleusa, 26/11/2013)

Além disso, a presidenta ressalta que o trabalho no sindicato é muito cansativo, pois elas precisam atender as trabalhadoras e os empregadores, muitas vezes, sem um acompanhamento psicológico, e presenciam situações muito difíceis de denúncias de assédios verbais e sexuais, roubos, precisando agir como "mães" e "psicólogas"²⁶⁶. O trabalho também é voluntário, já que a categoria não tem imposto sindical, nem desconto em folha.

Salientando as conquistas realizadas em seu mandato, Cleusa chama atenção para a transformação do Boletim Informativo, que atualmente é colorido e com várias informações na *linguagem da trabalhadora doméstica*. Além disso, o sindicato possui parceria com uma ONG para a alfabetização de trabalhadoras domésticas. Inclusive Cleusa finalizou seu Ensino Fundamental, com vinte e poucos anos nos cursos realizados através do sindicato.

Figura 80: Boletim Informativo, Fotos de 2014



Após o rompimento da relação com o pai de seu filho, Cleusa passou por um relacionamento problemático, que culminou com ela tendo sofrido agressão física, mas com o apoio do sindicato fez a denúncia e seu antigo namorado precisou pagar cestas básicas durante um ano para o sindicato: *E a partir daí, graças a Deus, ele me deixou em paz. Mas é assim,*

²⁶⁶ Queixa semelhante a de Salete (POA), em que requerem um acompanhamento psicológico para as usuárias, mas também para as diretoras do sindicato que trabalham no atendimento.

terrível, porque se eu não tivesse ajuda daqui, das meninas daqui do sindicato, eu não teria coragem de denunciar.

Posteriormente, ela encontrou um companheiro com quem viveu por 12 anos até o falecimento dele. Neste período da sua vida ela mudou-se para o conjunto Boiadeiro, onde mora atualmente:

Porque aquele terreno ali onde eu moro era um terreno baldio cheio de mato. Aí os pessoal da palafita de vez em quando invadia e eu também! Eu morava lá, como eu queria uma moradia decente... Aí invadia, aí a polícia vinha e tirava a gente, derrubava os barracos e tudo. Aí tinha uma associação lá também que era muito forte e aí a gente conseguiu junto com um projeto de lá da Itália, na Conder, aí fizeram aquelas casas, aí tiraram aqueles pessoal da palafita e colocou lá. (Cleusa, 26/11/2013)

Cleusa tornou-se uma liderança comunitária em seu conjunto com um grupo de mulheres chamado "Mulheres Fênix", com espaço próprio. Ela contou que em Boiadeiro existem cerca de 250 famílias, a maioria chefiada por mulheres negras trabalhadoras domésticas; então, o grupo também estabelece parcerias, como por exemplo, com a ONG "Sou Digna - Construindo Mulheres" que está realizando um curso de confeitaria e cidadania com as moradoras, já na segunda edição.

Figura 81: Eventos grupo Fênix, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora





Ao fazer uma avaliação das mudanças e continuidades do trabalho doméstico a partir de sua trajetória, Cleusa finaliza:

Eles falam que a gente não gera lucro, não gera riqueza. Como é que nós não geramos? Um bem estar, riqueza e lucro pra poder um professor tá na sala de aula, um médico tá lá no seu consultório, quem tá dando suporte a ele, né? Quem tá dentro de sua casa, cuidando do seu maior bem? Que é seus filhos, sua casa, seu idoso. É a trabalhadora doméstica! Porque sem ela, ele não poderia... As mulheres brancas, né, tinham que tá dentro de casa cuidando da sua casa, da sua família, dos seus filhos. No entanto, né, elas falam: 'Ah, por que a trabalhadora doméstica quer estudar? Pra que a trabalhadora doméstica quer direito?'. Se ela busca melhorar de vida, se ela busca ter uma faculdade, as trabalhadoras domésticas também busca isso! Né, uma cidadã como outra qualquer. Então, temos direitos sim! Porque a gente luta para a equiparação de direitos. (Cleusa, 26/11/2013)

Figura 82: Cleusa, Fotos de 2013 e 2014 - Autoria da pesquisadora



6.2.1.2 Milca: Doméstica, com muito orgulho!

Milca foi uma das primeiras mulheres que conheci no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia durante minha pesquisa de campo em Salvador. Muito simpática e falante, ela faz parte da direção do sindicato e compartilhamos muitos momentos juntas no período de quatro meses, como a caminhada em homenagem à consciência negra no dia 20 de novembro de 2013, os festejos de Santa Bárbara, caminhadas pela rua Barroquinha, homenagem às mulheres negras que tiveram destaque no ano de 2013, ida ao aniversário da presidente do sindicato Cleusa, dias e tardes no Sindoméstico/BA, show de *reggae*, praia da Boa Viagem, comemoração do Bonfim, regadas de muitas conversas sobre o trabalho doméstico, o sindicato, a cidade e nossas trajetórias de vida; posso considerá-la umas das minhas principais interlocutoras no período em que vivi na Bahia.

Com 44 anos, Milca foi criada na cidade de Cruz das Almas/BA, onde viveu com a mãe e os sete irmãos em situação muito difícil após o falecimento do pai com apenas 34 anos. Sua

mãe, também já falecida há seis anos, era mineira e o pai a conheceu em uma viagem de trabalho. O casal se encontrou na feira em que os pais da então menina tinham uma barraca, fugiram e só retornaram casados e com o primeiro filho a caminho. Milca não recorda o motivo de terem vindo à Bahia, pois sendo a penúltima filha do casal era muito pequena quando se mudaram. Sua mãe sempre trabalhou em casa e mesmo recebendo pensão com o falecimento do marido, a família estava vivendo com bastante desconforto.

Em dada situação uma vizinha perguntou se ela não gostaria de mandar uma de suas filhas para Salvador, para morar com uma família, onde ela poderia estudar. Àquela altura Milca estava com apenas sete anos e a mãe decidiu que esta seria a melhor opção para a filha. Contudo, o período de quatro anos que viveu nesta casa em Salvador, sem contato com sua família, foi bastante traumático para Milca, que ainda no presente tem dificuldades e se emociona ao recordá-lo, *na verdade, eu estava aqui em cárcere privado, eu apanhava muito porque eu era muito rebelde!*

A família era composta de um casal e duas crianças, uma mais velha que Milca, à época com 11 anos, que frequentava a escola e outra recém-nascida que a menina Milca era responsável por tomar conta, sem poder ir à escola. Descrevendo seu cotidiano na casa, Milca reflete, *eu subia até num banquinho que ela botava pra poder ir pra pia, lavar os pratos, né, cuidar daquela criança, eu não tinha o direito de pegar um brinquedo pra brincar, então a minha infância foi totalmente, é...cortada por essa pessoa.*

Certo dia, ao ir comprar pão no final da tarde como de costume e após ter apanhado bastante, *eu passei por todo tipo de violência que você possa imaginar nesse período*, ela decidiu fugir da casa que se localizava no bairro Centenário e andou dias pela cidade com o intuito de voltar para a casa da mãe, sem ter noção da distância entre Salvador e Cruz das Almas; até uma senhora a levar em um juizado de menores, onde ela explicou sua situação e foi levada para a mãe. Ao saber a situação que a filha se encontrava na capital, Milca recorda que a mãe ficou bastante surpresa, pois quando a dona da casa que a filha estava ia à Cruz das Almas, dizia que Milca estava muito bem, que já sabia escrever o nome e nem queria mais voltar para o interior.

Milca permaneceu com a mãe até os 15 anos, quando retornou para Salvador para trabalhar como babá de uma menina no bairro Pernambués, nesse momento ela explica que a diferença em relação ao anterior é que ela já sabia que estava indo para trabalhar em troca de comida e roupa, *eu não tinha conhecimento dos meus direitos, né; eu não sabia que ali eu estava prestando um serviço que eu tinha que ser remunerada*. Nesse emprego ela permaneceu por 18 anos e até os dias atuais mantém relações com a antiga patroa e com a menina que ajudou a criar que atualmente está com 26 anos e já é *doutora*.

Através de uma amiga que trabalhava no mesmo prédio, Milca conheceu seu marido, com quem convive há 24 anos. Ela diz que foi com ele que começou a conhecer a cidade e seus pontos turísticos, pois antes de começar a namorar praticamente não saía da casa da patroa e não sabia se movimentar pela cidade. Seu marido já vinha de um casamento com três filhos, que posteriormente Milca ajudou a criar, além do próprio filho decorrente da relação. Quando ela engravidou, o casal decidiu alugar uma casa no bairro de Sussuarana, onde o marido já morava, e Milca foi morar lá após o nascimento do filho. Contudo, ela diz que trabalhou os nove meses da gestação e por incentivo do marido começou a se questionar se o que ganhava na forma de comida, roupas e moradia era mesmo o equivalente ao trabalho que desempenhava. Também nesse momento a patroa começou a dar uma quantia x, dizendo que era para ajudar no enxoval do bebê, *ai foi que eu vim ter o gostinho de pegar no dinheiro. Mas ainda não tinha o conhecimento que eu poderia ganhar muito mais, né? Que ali ela estava me lesando!*

Após alguns anos morando de aluguel e continuando a trabalhar no mesmo emprego, Milca e o marido participaram de uma ocupação no que se tornou posteriormente o bairro Nova Mata Escura e, desse modo, conseguiram sua casa própria, onde moram até hoje. Lembrando sobre este período, Milca elabora conexões entre ser trabalhadora doméstica e ser mãe, pois diz que quando o filho era recém-nascido o levava ao emprego e, ao mesmo tempo, tomava conta de Talia, dois anos mais velha. Depois, começou a deixar o filho na creche e para isso precisava acordar muito cedo pois tinha que chegar a tempo de arrumar a menina e levá-la para a escola. Posteriormente, a creche comunitária que o menino frequentava fechou, ele foi para uma escola particular e uma vizinha era quem levava, pegava na escola e ficava com o menino até que Milca chegasse à noite. Ela explica que ficava bastante triste, pois seus seios ainda tinham bastante leite e ela não podia amamentar o filho que estava distante.

No Nova Mata Escura Milca conheceu Creuza Maria Oliveira que comprou um terreno e construiu sua casa próxima a de Milca. A vizinha já presidia o Sindoméstico/BA e certo dia abordou Milca, ela reconstrói esse encontro:

(Creuza) 'Milca, vamos lá no sindicato participar de uma palestra?'. Aí eu fiz, sempre, né, aquela coisa, né, a gente não tinha a informação, não conhecia, não sabia nem o que era sindicato, nada, não sabia, não conhecia nada. Aí, (Creuza) 'você trabalha de quê?'. Eu fiz assim, 'olha, eu trabalho numa casa de família, já de muitos anos'. Aí ela, 'então, aí a gente vai discutir essa questão, né, do trabalho doméstico'. Ai, quando ela falou trabalho doméstico, pra mim foi um impacto muito grande, sabe? 'Trabalho doméstico, o que é isso?'. 'É o que você faz'. 'Trabalho doméstico é todo aquele trabalho, aquele conjunto, aonde você vai até a casa da pessoa contratada pra fazer a faxina, babá, cozinheira, arrumadeira... Você está prestando um serviço para uma família, então identifica como trabalho doméstico, você é doméstica'. Eu digo, 'e é?'. E nem sabia! (Milca, 19/11/2013)

Apesar de alguma relutância e dos afazeres com o emprego e com a família, Milca começou a assistir as palestras de Creuza e a participar das atividades do sindicato, explicando: *Então, ali me despertou, né, ali me despertou porque o conhecimento que Creuza tem, tinha naquela época, pra mim foi como ganhar na mega sena, sozinha! Sabe, é aquele prêmio aonde mudou a minha vida!* Por meio dessas palestras e atividades começou a ter conhecimento sobre os seus direitos e a contribuir para que mais trabalhadoras também reconheçam a sua profissão e tenham informação sobre os seus direitos e deveres.

No sindicato Milca também foi alfabetizada aos 26 anos e realizou cursos de técnica de arrumação, cozinha básica com congelamento, cuidadora de idosos, técnica em segurança e higiene corporal. Hoje, já com 15 anos de participação no sindicato, ela é uma liderança comunitária em seu bairro, faz parte da diretoria, dispõe de 3 dias na semana para o sindicato e também trabalha 3 vezes por semana como doméstica, *ai devagarzinho a gente tá fazendo a mudança.*

E hoje, eu me vejo assim super feliz! Super feliz como profissional, né (...) realizei um sonho, porque de 7 anos até agora, os 44, eu não tinha o registro na carteira, entendeu? E agora com essa mudança da PEC, aí, graças a Deus, eu consegui 3 dias na semana e a carteira assinada. Então, foi uma vitória muito grande! Muito grande mesmo, porque agora eu posso dizer, 'eu tenho a minha carteira assinada como doméstica. Eu tenho os meus direitos respeitados!' (Milca, 19/11/2013)

Figura 83: Milca, Fotos de 2013 e 2014 - Autoria da pesquisadora



No mês de dezembro, que classifico como a última etapa da primeira fase da pesquisa de campo em SSA, continuei frequentando o sindicato, que passou por uma reforma, e realizei entrevistas com mais quatro lideranças com longa trajetória dentro do movimento sindical: Maria do Carmo (Carminha), que é a tesoureira e moradora do 27 de Abril; Marcelina, também proprietária de um apartamento no 27 de Abril - apesar de ainda não morar lá; Francisca e Marinalva, que já foi presidente do sindicato e atualmente trabalha na Secretaria de Políticas para Mulheres da Bahia, sua irmã Tina é moradora do 27 de Abril.

Outra experiência bastante interessante durante esta primeira etapa, por influência de Milca, foi a distribuição do Boletim Informativo do sindicato no bairro onde eu estava hospedada, o Garcia²⁶⁷. Com vários exemplares em mãos, fui a portaria de alguns prédios, questionei, ao mesmo tempo afirmando, se tinham muitas trabalhadoras domésticas no local e tendo o retorno afirmativo distribuí alguns boletins com a grande aprovação dos porteiros que manifestaram grande apoio à causa.

Acompanhei Milca e mais três trabalhadoras domésticas na procissão de santa Bárbara ou Iansã, festejada no dia 4 de dezembro em Salvador. Também participei da feijoada do sindicato, em comemoração ao final do ano e que levantou fundos para a reforma. Este evento reuniu muitas trabalhadoras, inclusive que eu não conhecia, houve um "amigo secreto" entre elas e eu tive oportunidade de conhecer moradoras do conjunto 27 de Abril, além de programar minha primeira ida lá, no aniversário de Edson, marido de Zezé, que é diretora e síndica do residencial.

²⁶⁷ Mesmo com o intuito de realizar uma estadia no 27 de abril, na primeira fase de pesquisa me hospedei na casa de amigos de uma tia de Belém.

Figura 84: Feijoada Sindoméstico/BA, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora



6.3 No Condomínio das domésticas? - Chegando ao 27 de Abril

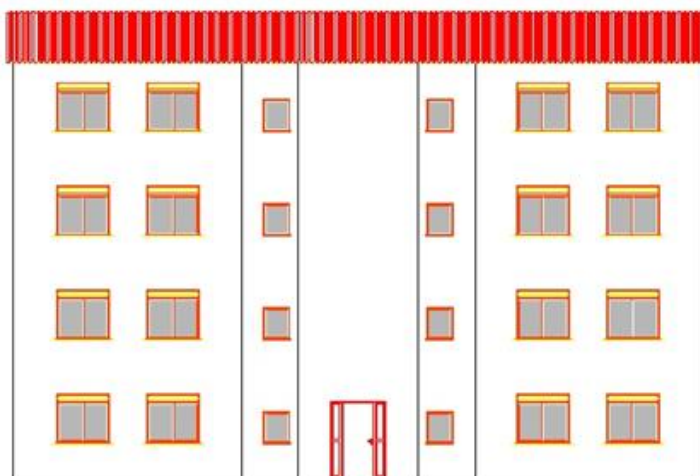


Figura 85: Desenho fachada do prédio

O conjunto residencial 27 de Abril localiza-se no bairro Dóron, na região do Cabula. Ele foi inaugurado pelo governo do estado da Bahia no dia 28 de setembro de 2012 e conta com quatro prédios, cada um com vinte apartamentos, com quatro apartamentos por andar, além do térreo. Resultado de uma parceria entre o Sindoméstio/BA, a Fenatrad, os Governos Estadual e Federal. Através de um cadastro feito no sindicato, 55 trabalhadoras domésticas foram contempladas com a casa própria. Os outros 25 apartamentos foram concedidos a mulheres que tinham sido cadastradas pela CONDER, mas que em sua maioria também são trabalhadoras domésticas.

Cada prédio possui um nome em homenagem a trabalhadoras domésticas que atuaram no movimento sindical e já falecidas: PRÉDIO I - Maria José Alves, PRÉDIO II - Maria das Graças, PRÉDIO III - Lenira Carvalho²⁶⁸ e PRÉDIO IV - Teófila Nascimento. Junto aos quatro prédios, o conjunto também foi inaugurado com uma creche, um parque para crianças, além de uma pracinha com bancos e um estacionamento.

²⁶⁸ Liderança do movimento sindical de Recife (Ávila, 2009; Bernardino-Costa, 2007).

Figura 86: Conjunto 27 de Abril, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora



Figura 87: Planta Condomínio 27 de Abril

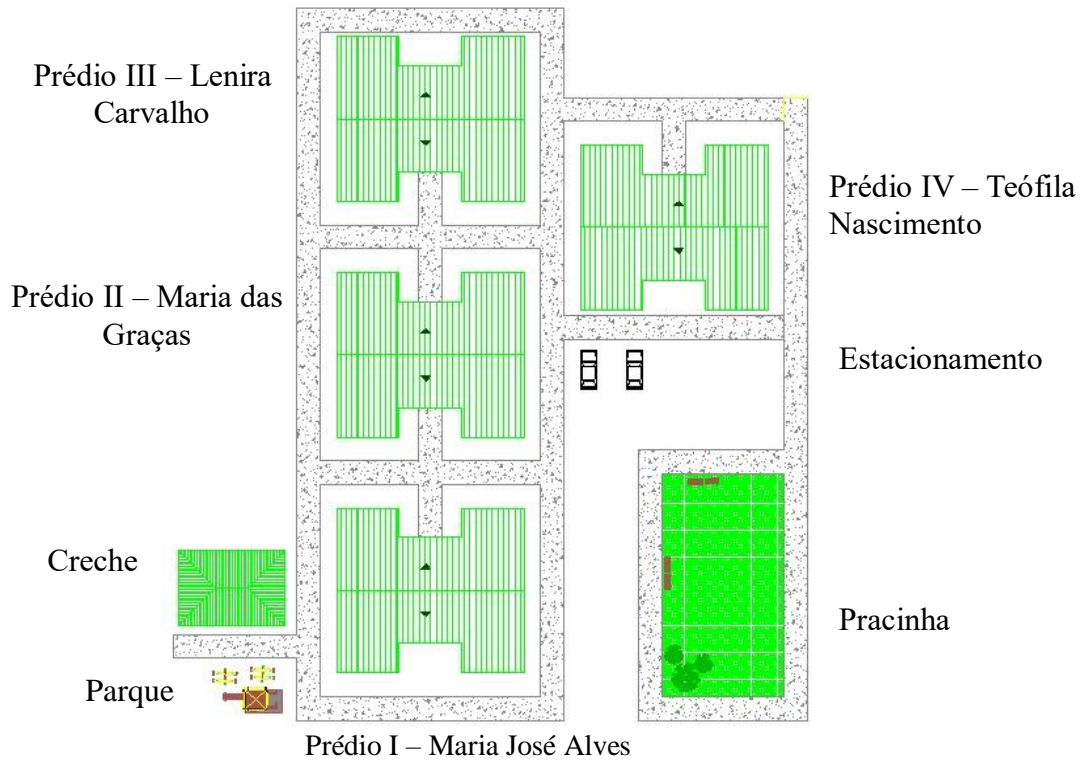
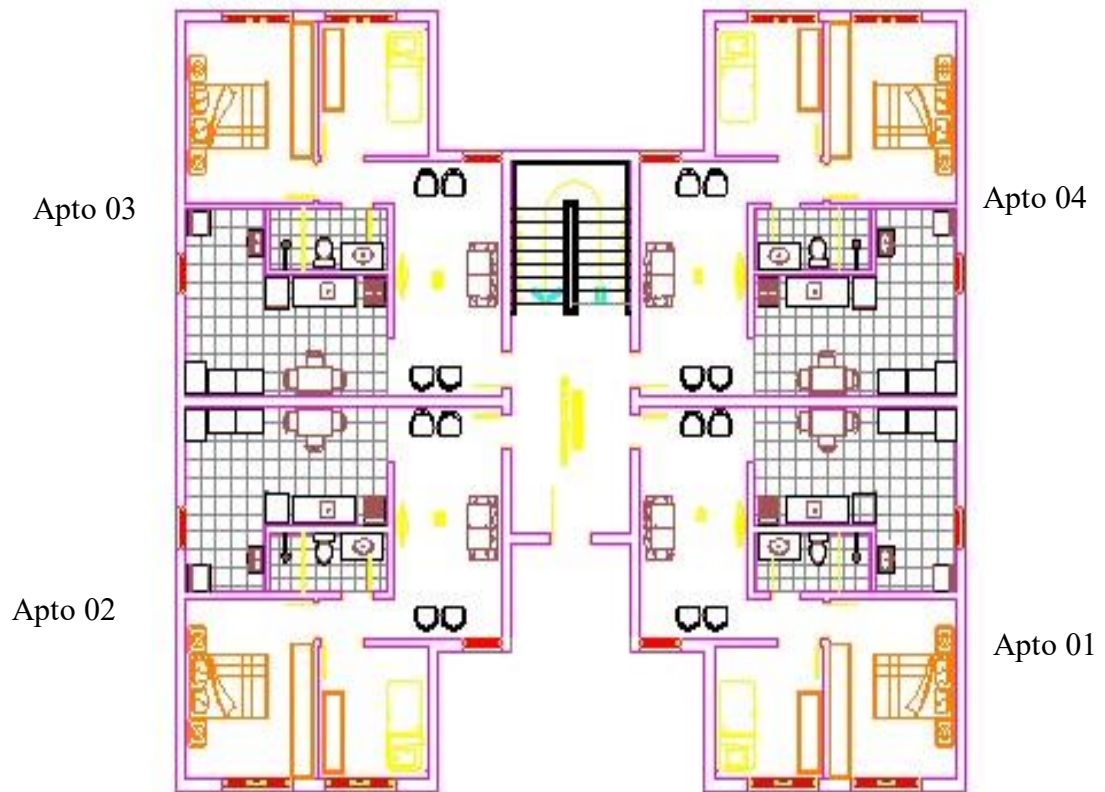


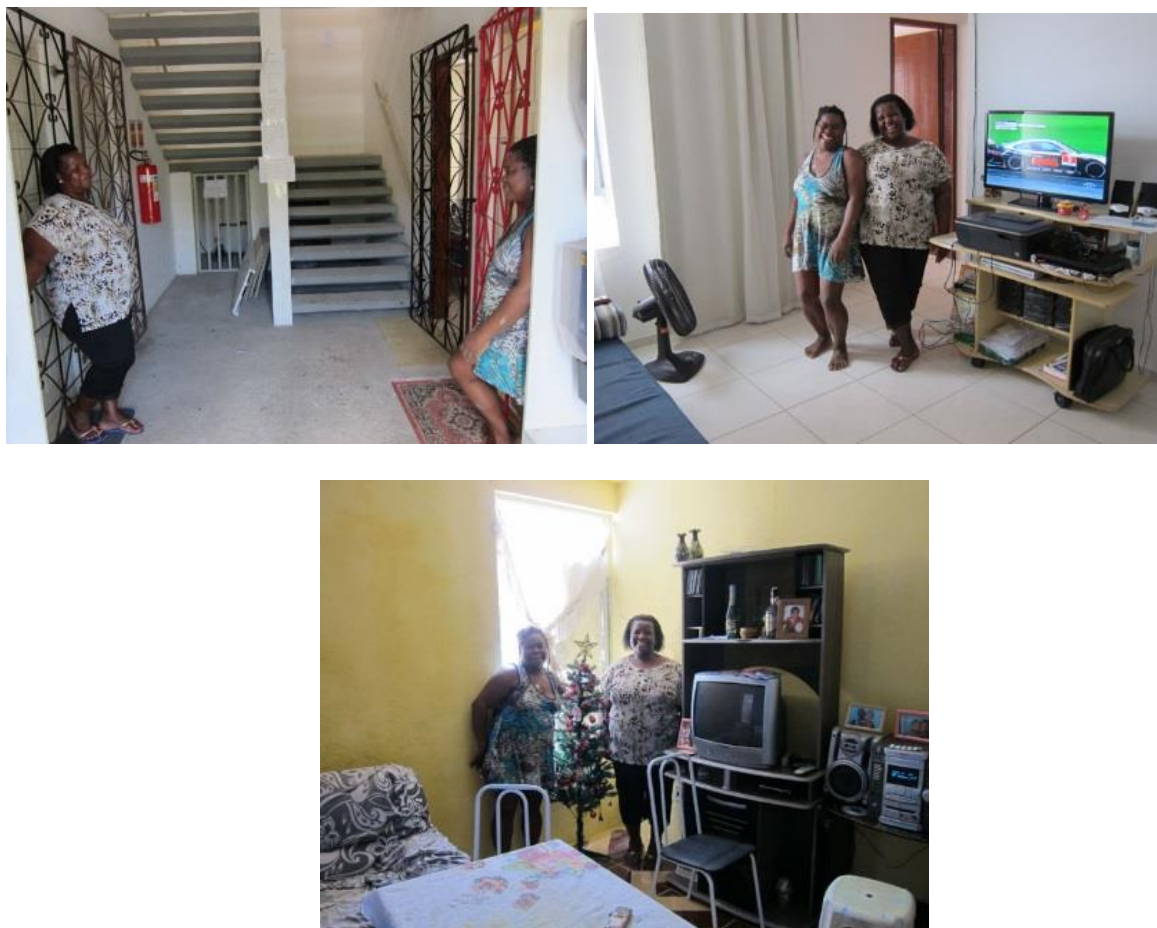
Figura 88: Planta apartamentos por andar



Após dois meses de pesquisas no sindicato, conheci o 27 de Abril no dia do aniversário de Edson, marido de Zezé, diretora do sindicato, moradora e síndica do condomínio. Fui a este aniversário como convidada de Marinalva, ex-presidente do sindicato, e sua irmã Margô, que eu conheci durante a feijoada, pois ao saberem do meu interesse em conhecer o conjunto, decidiram que seria uma boa oportunidade. Mesmo um pouco envergonhada, peguei um ônibus em direção ao Conjunto mas sem saber direito sua localização exata. Ao perguntar para várias pessoas na rua, se sabiam onde ficava o Conjunto 27 de Abril sem obter resposta, um senhor me perguntou: *O condomínio das domésticas?* Respondi que sim e neste instante várias pessoas disseram saber onde era.

O senhor estava indo na mesma direção e disse que eu poderia acompanhá-lo. Ao chegar lá fui logo avistada por Balbina, outra irmã de Marinalva, que estava na casa de sua irmã Tina, a única moradora do condomínio dentre as 4 irmãs. Chegando as cumprimentei (Margô, Marinalva, Tina e Balbina) e também algumas mulheres que conheci na feijoada do sindicato. Ao lado de Tina, mora Leninha, a irmã de Cleusa e que eu conheci em Boiadeiro, conheci sua casa e nós tiramos algumas fotos. Tina é moradora do Prédio I - apto 004 e Leninha, do apto 001.

Figura 89: Balbina e Leninha no *hall* e casas de Tina e Leninha, Fotos de 2013 - Autoria da pesquisadora



A residência de Zezé é no mesmo prédio no apto 403, portanto no quarto andar. Ao chegar lá fui muito bem recebida e comi um caruru²⁶⁹ inesquecível. Conheci várias trabalhadoras domésticas e moradoras do condomínio e falei de meu interesse em passar uma estadia com elas. Creuza estava lá, mas Cleusa e Milca não compareceram. Voltei com Marcelina, que mora na casa dos patrões que é próxima ao bairro em que eu estava hospedada²⁷⁰. Esse retorno foi importante para conhecer melhor a trabalhadora e tomar conhecimento da dificuldade que ela estava tendo de mudar-se para o 27 Abril ainda que estivesse muito feliz por ter adquirido seu apartamento.

6.3.1 Marcelina: Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço!

Marcelina é natural de Cruz das Almas, também de uma família grande, com 11 irmãos, da zona rural. Seu pai era plantador de fumo, produziam farinha e viviam de “renda”, que ela me explicou que é quando você trabalha nas terras do dono para ter o direito de morar nela e também produzir para consumo próprio. Contudo, com a morte do pai, seu irmão mais velho assumiu o posto, e a irmã mais velha, na época com 24 anos decidiu ir para São Paulo trabalhar como doméstica para ajudar a família; com o tempo, chamando os irmãos para lá. Após 2 anos na cidade, tendo casado e grávida, a irmã pediu que Marcelina, prestes a completar 12 anos fosse para São Paulo para lhe ajudar com a filha. Ela relembra que foi direto para o aeroporto, sem nem conhecer Salvador. Após aproximadamente 3 anos em São Paulo, em que Marcelina estudou até a 7ª série, o cunhado, também baiano, decidiu voltar para Salvador, trazendo as três, sua esposa, filha e Marcelina.

Ao retornar para Bahia e conhecer Salvador, Marcelina permaneceu um tempo na casa da família do cunhado, no bairro Fazenda Grande, mas como eram pobres e tinha muita gente, ela acreditava que regressaria para Cruz das Almas. Isto não aconteceu porque uma irmã do cunhado estava com uma filha pequena e pediu que Marcelina cuidasse da criança na troca da moradia e algum dinheiro. Passados alguns meses, uma amiga de seu cunhado, doméstica, disse para Marcelina que tinha um emprego no mesmo prédio em que trabalhava, na rua Joana Angélica, na região central de Salvador. A jovem de 16 anos então decidiu ir à casa da futura patroa, que morava apenas com a filha, já que o filho tinha recém-casado. Marcelina gostou por ser uma casa de mulheres e não correr o risco de sofrer algum tipo de assédio.

²⁶⁹ Prato típico da culinária baiana de grande influência africana, o caruru é feito com bastante quiabo e camarão, é acompanhado pelo vatapá, prato também composto de camarão seco, azeite de dendê, pão, castanhas, amendoins e leite de coco; feijão branco, banana frita, farofa e frango ou peixe cozidos.

²⁷⁰ O meu, Garcia, de camadas médias e o dela, Graça, de camadas médias e altas.

Aí, aí fui pra casa dessa senhora. Tava ela e essa filha que é minha patroa hoje, né? Que o filho tinha acabado de casar. Ela disse: Mas eu queria uma mulher, você é uma menina! Eu disse: Não, é o meu primeiro emprego, se a senhora quiser me ensinar! Mas naquela esperança, daqui há 3 meses eu ir embora pra São Paulo pra morar com a minha outra irmã que tinha acabado de se casar! Mas daí gostei daqui, assim, poucas expectativas, né, que ser doméstica não era uma coisa... *(Marcelina, 15/01/14)*

A mãe de Marcelina permanecia no interior com alguns de seus irmãos, mas veio a Salvador ver as filhas e conhecer a família para quem Marcelina estava trabalhando, no ano de 1976. Após algum tempo a filha da matriarca casou e todos mudaram-se para uma nova casa no bairro nobre da Graça. Marcelina diz que aprendeu a cozinhar com a primeira patroa.

Nem tratar uma galinha, eu não sabia, eu tratava assim um arroz, que a minha irmã lá em São Paulo já fazia um arroz, eu cuidava assim, ela: Ah, mas você sabe fazer o arroz! Que eu fazia o arroz de paulista mesmo, né? Frito, tal, né? Aqui se faz mais arroz escorrido, escorrendo, faz mais arroz escorrido. Eu fazia aquele arroz. Aprendi a fazer um feijão seco, um cuscuz... Mas o bolo, foi o 'agrada marido', foi o primeiro bolo que ela me ensinou, nunca agradei marido nenhum! (risos). Até hoje eu faço esse bolo! Bolo e tudo, risoto, essas comidas baiana! Caruru, que a família toda, o mesmo tipo de caruru que eu faço! A família, alguns aprendendo comigo agora! Então, interessante isso, eu aprendi com ela mesmo! *(Marcelina, 15/01/14)*

Na cidade, Marcelina relembra que os primeiros lugares que conheceu foi uma padaria na Piedade, o supermercado Paes Mendonça, açougues, feiras e farmácias, pois era demandada por sua patroa a realizar compras; situações que lhe propiciaram aprendizados para lidar com dinheiro e também para escolher carnes, frutas e verduras. Marcelina relata que nessas situações públicas, ela era abordada vez ou outra com uma proposta de emprego com melhor remuneração, sempre os recusando por medo.

Após perceber o interesse de estudar de Marcelina, já com algum tempo trabalhando na casa, a patroa permitiu que ela estudasse, sugeriu que a menina recorresse ao MOBREAL, mas como ela tinha tido uma boa base conseguiu uma vaga no colégio Severino Vieira com a ajuda da patroa. Contudo, como ela ainda era menor de idade, não poderia estudar à noite, então Marcelina explica que foi essa situação que fez com que sua patroa assinasse a sua carteira de trabalho, pois apenas desse modo ela poderia estudar à noite, sendo menor de idade. Independente da motivação, e ainda que não recebesse o equivalente a um salário mínimo, Marcelina agradece o ocorrido, pois conseguiu aposentar-se com 48 anos. Sua carteira foi assinada em 1 de fevereiro de 1977, data que ela recorda com muita felicidade. Ela diz que o interesse pelos estudos veio de seu pai, pois:

E meu pai tinha uma visão, eu não conheci o meu pai direito, mas eu acho que o meu pai era um cara inteligente! Porque pra fazer o estudo era difícil! Por isso que tinha o MOBRRAL, mas as minhas irmãs, nunca, nenhuma precisou do MOBRRAL! Porque o meu pai foi botando de dois em dois no colégio, ele não podia aguentar com 4 de vez no colégio, botava de 2 em 2, tirava 2, botava mais 2! No ano que ele me botou, eu entrei no colégio já ia fazer 8 anos, que eu faço aniversário no meio do ano! Então já ia fazer 8 ano, e essa minha irmã já com 7, essa, pra você ver, pra poder aprender o beabá, mas nós aprendemos! Cheguei lá em São Paulo na 4ª série primária! E fiz o resto do primário lá em São Paulo, um pouco do Ginásio lá em São Paulo, e terminei meu Ginásio aqui, que na época era científico, ainda fiz o primeiro científico. Então não ficou ninguém sem saber ler, sem saber assinar o nome, não, todos sabem! (Marcelina, 15/01/14)

Marcelina salienta que eram poucas as domésticas que alcançavam o ensino médio, na época científico, e não tinha muitas amigas no ambiente do colégio, pois quando sua *condição* de doméstica era identificada, a menina era excluída. Essa exclusão também era gerada pelo acúmulo de trabalho, falta de folgas no emprego e as queixas dos patrões devido às suas saídas para as aulas.

Porque eu não tinha contato com doméstica nesse colégio. Tinha mesmo madamezinha metida a besta, metendo pau em doméstica! Já pensou, eu tinha que ser colega daquelas menina? E eu não escondia que eu era, mas eu sempre ficava excluída, né? Aí quando elas passavam trabalho pra fazer, passavam como se eu tivesse folga! Eu não tinha, né? Eu tinha folga de 15 em 15, se a minha patroa não ficasse doente, ficasse gripada, qualquer coisa. Ah, você não vai não, que eu tô muito gripada! Pode uma coisa dessas? Você ter folga de 15 em 15? (...) Enquanto as minhas colegas ficavam em algum barzinho, tomando alguma coisa, se divertindo em alguma coisa, eu tinha que voltar correndo, que eu sabia que era um dia puxado pra mim! (...) Mas não foi fácil não! Era humilhação o tempo todo! De vez em quando, era aquele negócio, aí empregada doméstica tem que aprender a fazer é doce! É costura! Falava isso (patroa) e não achava que era preconceito tá falando isso! Achava que era isso mesmo! (...) E eu acreditava, era mais ou menos escrava! (Marcelina, 15/01/14)

A situação da família era bastante complicada, Marcelina relata que a primeira vez que calçou um sapato foi em São Paulo já que o colégio obrigava, pois antes a irmã mais velha media o pé de todos e mandava fazer roupas de chita quando conseguiam vender o fumo, uma vez por ano. Ao que ela conclui: *A gente podia ser o quê quando vinha pra Salvador, a não ser doméstica?* E mandar dinheiro para os parentes no interior. Assim ela o fez, mas ressalta:

Quem é que pode gostar de uma profissão que a gente não escolhe? Não tem como gostar! A gente aprende a lidar com isso pra ter uma revolta construtiva! Que eu tenho uma revolta construtiva! Porque, o trabalho doméstico, não é uma, não é uma decisão da gente! É uma opção de vida! Você chega aqui, até hoje é isso! Até hoje! É difícil você pegar uma doméstica aí pra dizer assim: Eu tava numa loja, ganhando, não tava satisfeita com o que eu tava ganhando,

fui ser doméstica, nada disso! Pode ser que daqui a 10 anos isso muda, essa história de gastronomia, que na verdade é mais, mas você vê, mudou o nome, né? Cozinheiro de faculdade é gastronomia! Porque é uma coisa chique! Não muda nada, é o cozinheiro! Quando tu vê tá lá o prato que faz a combinação. Então, quer dizer, que eu gosto da profissão, eu sempre tive vontade, eu até tinha vontade de ser na área assim, social, psicologia, essas coisas assim, se eu tivesse condições de ter feito faculdade, eu faria uma área assim. Eu passei a gostar de lidar com pessoas! As pessoas me fazem falta! Eu gosto de falar com pessoas, de lidar com gente assim! E eu posso dizer que eu tive até sorte de encontrar essa família! Não me realiza em tudo assim, mas eles me deram uma base que eu precisava, né? Que era a confiança, eu nunca fui agredida, nem abusada por nenhum deles! (*Marcelina, 15/01/14*)

Marcelina permanece neste primeiro emprego há 28 anos. Sua primeira patroa já faleceu e ela continua trabalhando na casa da filha e o marido, tendo ajudado a criar a filha deles, hoje com 32 anos, com quem mantém uma relação afetiva muito forte. Ela explica que com o passar do tempo no emprego, além da carteira assinada, conseguiu algumas conquistas como folgas aos domingos, pois ainda que isto ainda não acontecesse com muita frequência em Salvador, ela conhecia o trabalho da irmã em São Paulo.

Marcelina começou a participar da associação das trabalhadoras domésticas em 1987, quando ouviu Creuza falar da organização e convidar as trabalhadoras para os festejos do dia 27 de Abril no colégio Antônio Vieira, *o rádio era nosso amigo!*

Eu nunca tinha descido aqui Luísa (do Campo Grande para o Garcia)! Morava, já trabalhava há tantos anos, nunca tinha ido! É por isso que eu digo pro pessoal do sindicato, eu fui pro sindicato por amor! Não foi pela dor. Tu sabe o que é um dia de domingo, eu só tinha folga de 15 em 15, e naquele domingo eu escolhi pra ir num lugar que eu nunca fui?! Já tinha minha carteira assinada, né, eu tinha tudo que uma doméstica naquele tempo tinha que dar, os meus patrões já me dava! (...) Mas elas tudo unida, unida pela miséria, porque doía na pele! Todas dormia no trabalho, ninguém tinha direito! (...) Todo mundo tinha aquele sofrimento, aquele sonho que todas tinha de fazer a sua casa e ir pra coisa; aquela solidão de ficar no quarto um por um, entendeu? E a gente separada, vivendo as mesmas coisas! Porém separadas. (*Marcelina, 15/01/14*)

Ela relata que neste primeiro encontro com as trabalhadoras ficou impactada com os relatos de fome e maus tratos sofridos pelas domésticas e decidiu participar da associação, que logo depois tornou-se sindicato e ela passou a ser secretária-geral no segundo mandato da gestão de Creuza. Marcelina salienta que era uma das únicas trabalhadoras que sabia escrever e tinha concluído o Ensino Médio. No sindicato Marcelina participou do TDC, fez curso e encenou várias peças de teatro; diz que a preocupação com a moradia sempre moveu o sindicato, que por vários momentos abrigou trabalhadoras em sua sede, e Creuza também as recebia em sua casa. Marcelina é uma das beneficiadas com um apartamento no 27 de Abril. Contudo, está

com muitas dificuldades de sair da casa dos seus patrões, ainda que esteja arrumando seu apartamento.

Elas não conseguem entender e abraçar algumas razões, algumas carências. Por exemplo, essa minha agora, eu agora precisei muito do apoio do sindicato! E não culpo o sindicato de não me dar apoio! O sindicato não estava, e não estava e nem está preparado! Para fazer essa ponte que eu tô precisando. Porque parece mentira, assim, eu ser uma pessoa forte, eu não sou, eu não sou! Eu tenho o meu vínculo de familiar com esses meus patrões que o sindicato não compreende! Entendeu? Pra mim dói muito, eu fiquei muito dividida com isso! Sofri! Eu fiquei a ponto de largar o meu apartamento! Porque tudo o que eu queria na minha vida era ter a minha casa! Mas antes de ter a minha casa eu fui cuidar de minha família! E cuido até hoje! (*Marcelina, 15/01/14*)

Ela está sendo bastante criticada pelas companheiras que chegaram a ameaçar que ela poderia perder o apartamento. Muito chateada, Marcelina diz que esperava maior compreensão do sindicato, que está precisando de ajuda, que tem medo de ir morar no bairro Dóron e que seus patrões já são idosos, ele acabou de completar 89 anos. Além disso, ela tem seu grupo de amigas de caminhadas no Campo Grande e se ressentiu pelos patrões não a terem ajudado a adquirir a casa própria, fazendo com que ela dependesse do governo para tanto.

E eu, supri um pouco a minha carência familiar dentro do meu trabalho! Eu não posso dizer que dentro do meu trabalho, eu não criei um ambiente familiar. Não é fácil você mudar de um trabalho quando você não tem aonde ficar! É bom você mudar quando você tá com a opção de sair daquele trabalho e poder! Agora mesmo, todas, todas, essas meninas que foram contempladas nesse empreendimento, quem nunca dormiu fora, tá sentindo agora o gostinho de dormir! E quem já dormiu não sentiu nenhuma diferença! Então, quer dizer, e nós não perdemos esse vínculo! Lá tem muita gente com 23 anos, 25 anos (de trabalho), que é doméstica! E se for, ela vai sair dessa profissão rapidinho! Porque o que impede de a pessoa partir pra, deixar de ser doméstica, é isso, é uma casa! Ou um companheiro mesmo! Uma outra família ali pra lavar uma roupa pra você, pra cuidar, entendeu? Não é fácil até hoje ter casa, não é fácil até hoje manter uma casa! Então, eu senti agora esse baque todo, nunca imaginava que eu ia ser contemplada com um empreendimento desses, muito menos junto com o sindicato, eu batalhava! Tava junto com elas! Mas eu achava que quando chegasse, eu já tinha a minha! (*Marcelina, 15/01/14*)

Em sua narrativa Marcelina valoriza o sindicato, sua participação e alega que trabalha para que não existam mais Marcelinas. Entretanto, admite a dificuldade que está tendo para se adaptar a possível nova realidade e que todas as transformações atuais terão impactos maiores nas novas gerações, já que para trabalhadoras domésticas como ela, com mais de 50 anos, que estão no emprego por muito tempo, o projeto é se aposentar, parar de trabalhar e poder visitar os amigos, ir a shows e fazer festas de aniversário, como ela fez com o dinheiro da aposentadoria, ao comemorar os 50 anos e ir ao show do Roberto Carlos. Ainda que consiga

cursar uma faculdade, me questiona se eu acredito que ela conseguirá adentrar no mercado de trabalho. Fazendo eu concordar com ela que seria muito difícil.

Após a volta do 27 de Abril, passamos uma tarde/noite em um café e depois numa lanchonete no bairro Campo Grande, em que conversamos por mais de 4h. Posteriormente nos encontramos outras vezes e ela disse que quando eu retornar à Salvador, ela já estará morando em sua casa. Marcelina construiu cada etapa de sua narrativa biográfica permeada com as palavras medo e frouxidão, para talvez, justificar a dificuldade que tem para se mudar para o conjunto habitacional, e também pela falta de uma relação amorosa. Ela argumentou que pode ter herdado essa característica da mãe, que apenas teve filhos e não conseguiu fazer outra coisa na vida.

A ajuda à mãe e aos irmãos também se configura como o fator mais importante para a sua permanência no emprego, ainda que chame atenção para a condição de doméstica, que não lhe permitia estar presente em datas importantes, como o dia das mães. A descoberta e chegada ao sindicato, a participação em cursos de capacitação, de teatro e a organização e festas e peças estão muito presentes na narrativa desta trabalhadora e, que, ao relatar a dificuldade e o temor de perder a casa própria se defende acionando seu histórico no sindicato, sem deixar de explicitar o ressentimento com a desvalorização do trabalho doméstico:

A maioria não entrou por uma causa, entrou por causa da casa! (...) É por isso que eu te digo! Eu não considero que eu ganhei aquele apartamento! Eu conquistei, eu não fui pra lá por causa da casa, saiu a casa! (...) Eu me sinto assim muito humilhada por precisar dessa casa! Porque a pessoa trabalhar 38 anos numa casa, e você precisar de um apartamento do governo... Se o meu trabalho fosse valorizado, eu teria o meu fundo de garantia! (Marcelina, 15/01/14)



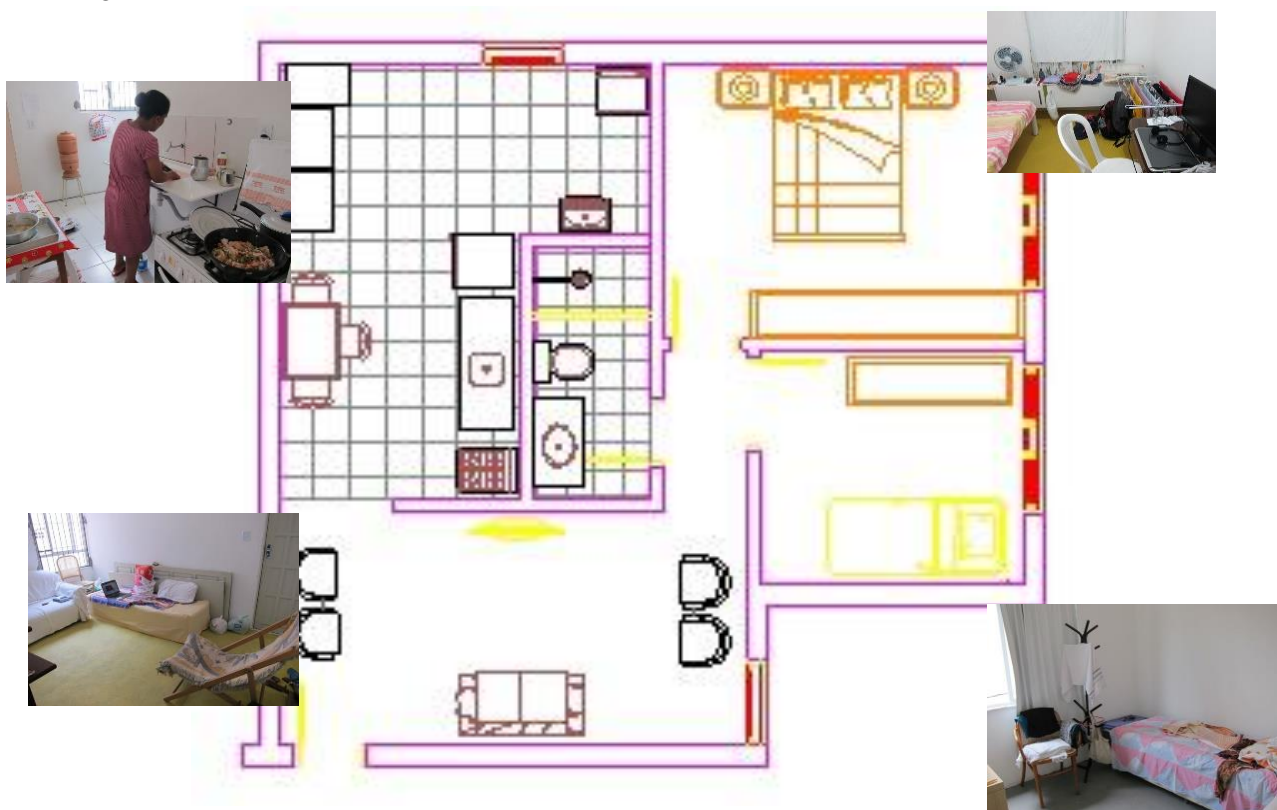
Figura 90: Marcelina, foto de 2014 – A autoria da pesquisadora

6.3.2 Buscando um lugar para ficar

Após esta minha primeira ida do conjunto habitacional e eu manifestar para várias pessoas meu intuito de morar no condomínio, Marinalva sugeriu que eu poderia ficar na casa de sua irmã Tina ou na de Carminha, tesoureira do sindicato, pois as duas moravam sozinhas. Contudo, no início de janeiro quando eu estava começando a segunda etapa do campo, Marinalva fez uma cirurgia e estava indo para casa de sua irmã e Carminha estava hospedando a mãe e a irmã Cristina, também membro do sindicato. Foi aí que conheci a segunda Maria José (Zezinha) em uma tarde que eu estava no sindicato tentando encontrar um apartamento para ficar no 27 de Abril. No mesmo dia que nos conhecemos, expliquei minha pesquisa e o quanto seria importante conhecer melhor o cotidiano do condomínio, já que a moradia era uma das maiores demandas das trabalhadoras domésticas e o 27 de Abril era um exemplo raro e bastante importante para as minhas análises. No mesmo momento ela disse que seu apartamento estava disponível e combinamos minha ida para lá.

Ao chegar ao condomínio Marinalva me recebeu e já me apresentou para algumas moradoras na pracinha. Quando Zezinha chegou do trabalho, nós subimos para sua casa e ela me mostrou o quarto que eu iria ficar. Muito satisfeita com tudo, nós conversamos bastante e comemos um bolo maravilhoso que ela fez para me receber.

Figura 91: Cartografia da casa de Zezinha – Apto 201 – Prédio II – Maria das Graças



6.3.3 Zezinha: *O meu patrão não sabe quase nada da minha vida, agora eu sei muita coisa da vida dele!*

Magra, bastante agitada, afirmando-se como mulher negra, Zezinha tinha 44 anos quando nos conhecemos, solteira, sem filhos, é oriunda de uma família de seis irmãos, sendo a mais velha. O segundo é o irmão Gregório, depois Maria, Francisco, Rosangela e Guiomar²⁷¹. Ela também possui duas irmãs mais velhas, Luiza e Maria José, filhas do primeiro casamento do pai. Nascida na cidade de Teodoro Sampaio, Zezinha permaneceu nesta cidade até os 18 anos. Até os dias de hoje, ao falar de Teodoro Sampaio relembra sua infância na roça, quando foi uma criança muito danada e sempre que pode, retorna à sua cidade para rever a mãe e os familiares que lá permanecem.

Sobre sua vinda à Salvador, Zezinha me explicou que era uma prática muito comum as mulheres de sua família virem trabalhar como domésticas na capital, muitas tias e suas irmãs paternas já estavam em Salvador e como continuar os estudos no interior era difícil, assim como, a situação econômica da família, ela decidiu aceitar o emprego que uma das irmãs arranhou e vir para Salvador em busca de renda e estudo.

Seu primeiro emprego foi na casa de uma família de espanhóis, localizada na Ladeira da Barra, que eram amigos dos patrões de sua irmã. Além do impacto de chegar em Salvador, *já a viagem pra mim assim, no ônibus, já era aquela coisa assim, vinha aquela pista que parece que nunca acabava! Aí eu olhava assim. Quando chegou na rodoviária que eu vi aquele local assim tanta gente, diferente de lá!* Zezinha também admirou-se com o tamanho e a riqueza da casa. Lá trabalhavam duas babás, uma cozinheira, uma faxineira, uma passadeira, um motorista e ela que seria a arrumadeira. No seu primeiro dia a moça que estava deixando o trabalho lhe ensinou o serviço, mas ela ficou com medo de não conseguir lembrar de tudo quando se viu sozinha no dia posterior. Sentindo-se bastante insegura e solitária devido ela ser nova no emprego e todos os outros funcionários possuírem relações de muitos anos, em sua segunda folga, quando foi à casa que as irmãs alugavam em Itapuã, Zezinha não retornou mais ao emprego e voltou para Teodoro Sampaio.

Após algum tempo suas irmãs encontraram outro posto e Zezinha retornou para Salvador, este era no bairro da Graça, mas com apenas vinte e poucos dias de trabalho, Zezinha foi assediada pelo neto dos patrões, de 19 anos que lhe convidou para ter uma relação sexual. Assustada, mas ao mesmo tempo já tendo sido orientada que esse tipo de situação poderia

²⁷¹ Que tive a oportunidade de entrevistar em uma ocasião em que visitou Zezinha e eu estava hospedada sem sua casa.

acontecer, ela pediu à patroa para dormir na casa das irmãs, continuou trabalhando até que o casal encontrasse outra funcionária, mas saiu do emprego sem explicar o motivo:

É, eu sofri assim, tentativa de assédio sexual com o neto da minha patroa que morava na casa. Eu tinha chegado da escola, foi uma das coisas mesmo que marcou assim, mas só que eu tinha aquela coisa, quando a gente, minhas irmãs, quando a gente veio pra aqui, é assim, minhas tias, que trouxe minhas irmãs, elas já orientavam a gente sobre isso. Então minhas tias orientou minhas irmãs, minhas irmãs me orientou muito sobre isso! (...) Ai, oxii, no dia seguinte eu cheguei e pedi à moça pra ir dormir na casa de minha irmã e dormi lá, fiquei lá, minha irmã disse: 'olhe, quando acontecer certas coisas, a primeira coisa que você faz, quando você for dormir, bota alguma coisa atrás da porta ou guarda roupa ou o que for, porque quando eles faz esses tipos de assédio, de aproximação, eles já tiraram a cópia da chave' (...) E eu fiquei lá ainda trabalhando uns dias, ali, e não falei nada, ele também não contou nada, porque se fosse contar, eles não ia acreditar! (Zezinha, 22/01/2014)

Então, novamente Zezinha retornou para Teodoro Sampaio, trabalhando na roça e ajudando em casa por aproximadamente um ano. Mas, já tendo ganhado algum dinheiro em Salvador, a menina de 19 anos decidiu retornar mais uma vez. Nesta ocasião, conseguiu o emprego através de conhecidos e veio morar no bairro Lapinha, para realizar as atividades domésticas e ser babá de uma criança. Contudo, a família era bastante humilde e não tinha condições de assinar a carteira de trabalho e nem de pagar um salário mínimo à Zezinha, ainda que neste emprego ela pudesse ir à escola.

Após seis meses, ela decidiu andar pelas ruas de Salvador em busca de um emprego melhor, percorreu vários prédios na Barra, até que um porteiro disse que uma moradora estava procurando uma doméstica para a sua irmã. Zezinha entrou em contato com ela e soube que o emprego seria em uma casa no bairro Rio Vermelho. A primeira conversa foi com a mãe e ao retornar em um sábado para conhecer a patroa, ela já propôs que Zezinha ficasse na casa e começasse a trabalhar. Zezinha disse que gostou de ter começado nesta oportunidade com a patroa em casa e lhe ensinando as coisas, já que era melhor do que uma antiga funcionária o fizesse.

Este foi seu primeiro emprego com carteira assinada, no ano de 1990, *foi lá que eu aprendi a trabalhar (...) porque lá eu tive a oportunidade de errar e de corrigir. Então, lá que foi minha escola pra aprender a trabalhar, porque quando eu fui pra essa casa que eu tô hoje, não tive tanta dificuldade.* Apesar de Zezinha já desempenhar atividades domésticas na casa de seus pais e sendo a filha mais velha ser a responsável pelos irmãos, ela esclarece que o trabalho na casa dos patrões é mais complexo e que, portanto, teve que aprender neste emprego. Zezinha permaneceu durante sete anos nesta casa, que era composta pelos pais idosos da patroa, ela e seu filho adolescente. Ela morava com eles e ajudou bastante os idosos quando adoeceram e

por fim faleceram. Também a patroa, que com a morte do pai ficou em depressão e Zezinha tendo que dormir com ela.

Contudo, segundo a TD, quando o seu próprio pai adoeceu, a compreensão não foi a mesma, pois ela teve que viajar para Teodoro Sampaio para cuidar do pai em um final de semana que a patroa receberia visita. Muito chateada com a ida de Zezinha, que viajou na sexta, mas retornou no domingo de manhã, ela achou melhor pedir demissão para cuidar do pai. Ao fazerem a rescisão do contrato, Zezinha que já tinha ouvido falar do Sindoméstico/BA, pediu para levar o cálculo da patroa para conferir se estava certo, o que provocou uma grande raiva nela e as duas permaneceram muitos anos sem se falar.

Zezinha soube do sindicato no colégio Antônio Vieira onde estudava e que recebia um número grande de trabalhadoras domésticas no período noturno. Lá conheceu Creuza, mas sem grandes aproximações. Nesta época também identificou certo preconceito voltado à sua categoria de trabalho:

É, às vezes, quando, eu tinha colegas, quando elas saía do Vieira, que lá no Vieira não era obrigado a usar a camisa. Elas não usavam a camisa porque elas tinham vergonha, porque como tinha aquela coisa de a maioria das pessoas que estudam ali são empregadas domésticas, aí tinha vergonha. Eu, apesar de sentir assim um pouco de, não era nem vergonha, mas eu usava a farda porque pelo fato de eu estar na rua com a farda da escola, pra mim era uma segurança, mas eu tinha um pouco de vergonha. Às vezes assim, a gente vinha assim andando e via, alguém olhava assim, via, dizia assim: 'É, aquela camisa do Vieira, à noite, só pode ser graxeira!'. Entendeu? Aí essas coisas vai botando assim na cabeça da gente e aí a gente, chega um ponto que, se deixar, passa mesmo pra aquela questão assim do preconceito mesmo. Mas assim, eu nunca tive medo assim negócio do preconceito não, nunca botei aquilo na minha cabeça, não, nunca tive não. (*Zezinha, 22/01/2014*)

Ainda que tivesse recorrido ao sindicato para certificar-se de que seus cálculos após sete anos no emprego estavam certos, Zezinha apenas associou-se no ano de 2002, passando a participar das reuniões que ocorrem no segundo domingo de todos os meses, a dar plantões às quintas-feiras, frequentá-lo em seus dias de folga e no período de férias.

No sindicato soube da existência do projeto de moradia que culminaria na inauguração do Conjunto 27 de Abril, em setembro de 2012. Foi cadastrada, já que a exigência era que a trabalhadora morasse na casa dos patrões, de aluguel ou favor. Ela, atualmente, é moradora do prédio II - Maria das Graças, no apartamento 201.

Após sair do emprego no Rio Vermelho, Zezinha começou a trabalhar com uma família no bairro Costa Azul, morou um ano no trabalho, mas depois passou a viver no quarto que ela e a irmã Maria alugavam na Chapada do Rio Vermelho, no Vale das Pedrinhas. Posteriormente elas alugaram uma casa maior, mas acabaram separando-se devido a problemas de convivência.

Mas Zezinha permaneceu no Vale das Pedrinhas durante aproximadamente 14 anos. Quando recebeu a chave de seu apartamento no 27 de Abril, mudou-se para lá no dia seguinte, mas devido à insegurança do local, com várias pessoas sendo roubadas e vizinhos usando drogas em frente às suas janelas, Zezinha assustou-se e decidiu retornar ao Vale.

De setembro de 2012 a julho de 2013, ela ficou de lá para cá, dormindo algumas noites no Vale e outras no 27 de Abril, mas já com todos os seus pertences no segundo. Em abril de 2011 Zezinha descobriu que estava com um tumor na mama e precisou passar por duas cirurgias, uma em novembro de 2011 e outra em abril de 2013. Nesta ocasião ela pediu ajuda a amigos e familiares e decidiu passar os dias pós-operatórios no Vale das Pedrinhas; mas já recuperada, no dia 6 de julho mudou-se definitivamente para o conjunto 27 de Abril.

Ela explica que sabe que daqui há alguns anos terá vínculos fortes no local, assim como tem no Vale, pois lá todos a conhecem e ela sente-se bastante segura para passear e chegar em casa em qualquer horário. Diferente do 27 de Abril, localizado no bairro Dóron, em que a chegada no condomínio foi bastante hostilizada pelos antigos locais e muitas moradoras foram assaltadas. Aos poucos a situação está melhorando. No condomínio quase todas se conhecem, pois além do convívio das associadas no sindicato, no período anterior à entrega dos apartamentos participaram de inúmeras reuniões em que as moradoras tiveram a oportunidade de se conhecer, afora aquelas que vieram pela cota da CONDER, com quem tiveram menor contato.

Zezinha diz que cuida da sua casa como cuida da casa dos patrões, a diferença é que faz as coisas na hora que decide, sem a obrigação de seguir uma jornada específica. Ela colocou grades na janela da sala, área de serviço, além da porta principal de seu apartamento, assentou lajotas no banheiro e na cozinha e pretende fazer ainda mais melhorias no seu apartamento.

Faltando poucos anos para sua aposentadoria, Zezinha diz que quando alcançá-la pretende estabelecer um cotidiano tranquilo, em que ela possa passar uns dias na sua casa e outros no interior, além de voltar a estudar e fazer o curso de nutrição na universidade. Em Salvador, ela gosta muito de ir ao Parque da Cidade, mas se queixa dos enormes engarrafamentos no trânsito.

Zezinha trabalha há 16 anos com a família que antes morava em Costa Azul, mas atualmente mora no bairro Itagira. No apartamento desempenha todas as atividades domésticas, menos passar roupa, já que a família possui uma profissional para isso. Ela descreve um dia de trabalho:

Hoje eu saí daqui, cheguei lá 7h35, peguei dois ônibus porque eu saí um pouquinho mais atrasada, e chegou lá, tomo um banho, aí vou, arrumo a mesa de café, tomo café, no caso de hoje, aí, quando eu arrumei a mesa de café, depois eu fui fazer o mercado, que é eu que faço o mercado. Quando eu voltei eu fui arrumar as coisas. Eu que faço a lista, ela não quer nem saber de

mercado! Quando eu digo assim, ó, que aí reclama do preço da nota, eu digo assim: 'então, na próxima semana vocês fazem o mercado'. Aí quando eu digo assim, 'hoje é o dia de fazer o mercado, vamo fazer?'. Aí ninguém nem responde. 'Eu vou deixar o cheque aqui'. Porque se eles forem fazer, vai ser muito, muito, muito mais! Entendeu, porque eu já tô acostumada, já sei tudo ali. Aí, faço o almoço, hoje eu fiz foi um peixe assado no forno com batata, fiz salada, fiz arroz e fiz feijão. Aí todo mundo almoçou, depois tomou um cafezinho. Aí depois eu termino, aí eu almoço, dou uma descansadinha, tem dias que eu não faço isso, porque aí eu aproveito pra me mandar logo, ou então quando tem muita coisa. Quando dá tempo, fazer as coisas lá dentro, arrumar, de manhã eu vou, se for de tarde e eles tiverem em casa, fica sem arrumar lá dentro, os quartos, não arruma. Porque como eles são professores, aí é muito assim, ficam sempre lendo e não gostam de barulho, então pra não interferir. Aí não arruma lá dentro, aí fica lá pra arrumar no dia seguinte. Aí terminando aí, eu venho me embora. A janta eles comem, aí hoje eu fiz uma canja. Já fica lá, já faço na hora que eu tô fazendo o almoço, eu já faço logo. *(Zezinha, 22/01/2014)*

Ela diz que os patrões a apoiaram bastante no período em que estava doente; por exemplo, atualmente ela possui um dia de folga durante a semana para cuidar de sua saúde e descansar, além do domingo. Sua jornada de trabalho também é bastante flexível, apenas a comida sendo obrigatória todos os dias, as outras atividades ela pode desempenhar em dias e horários distintos durante a semana. Ainda que com um bom relacionamento e 16 anos de trabalho, Zezinha argumenta que não confunde a relação de trabalho que tem com os patrões e que o sindicato foi bastante importante neste processo, ela exemplifica:

Às vezes, até quando falam alguma coisa assim, quando chega alguém assim que dizem: 'aqui é Maria José que trabalha com a gente já há um bom tempo, então já é quase da família'. Ah, eu digo assim: 'Ah! Ah! Eu tenho direito a herança?'. Eu falo assim na brincadeira: 'Eu tenho direito a herança?' (risos). Mas eu, eu, eu não tenho essa coisa assim de me sentir da família. *(Zezinha, 22/01/2014)*

Contudo, Zezinha assume que possui uma relação especial com a neta dos patrões que quando chegou tinha dois anos e hoje tem dezenove e com o netinho mais novo com quem brinca bastante e tem um contato intenso pois o menino almoça todos os dias na casa dos avós.

Ao fazer uma avaliação de sua trajetória e dos empregos domésticos de forma geral, ela explica:

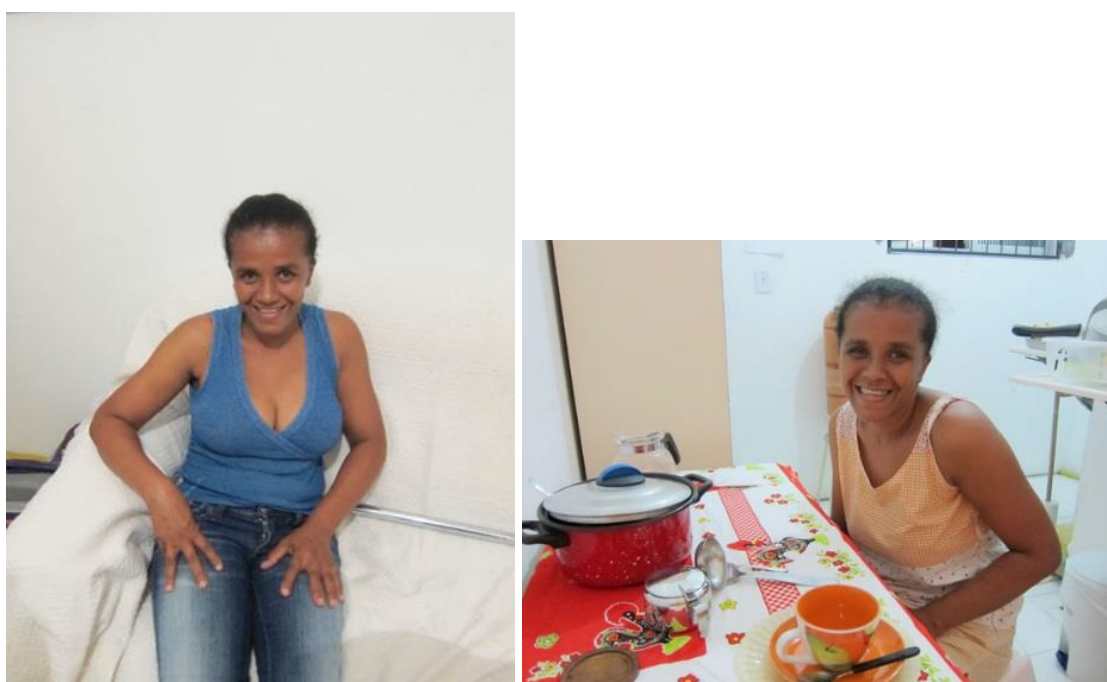
Às vezes a gente, pelo fato de ser uma casa de família, chega um tempo que a gente se sente cansada de tá ali. Tem período que a gente se sente cansada de tá ali, a própria relação vai desgastando. E também, uma questão que a gente, eu, talvez, até me leve a sair assim do trabalho. Eu, no meu caso, eu trabalho há 16 anos e, assim, não tem aquela coisa assim de você mudar a remuneração, é sempre aquele salário, entendeu. É um salário que eu ganho, entendeu. Aí só pelo fato de a lei determinar que você tem que ganhar um salário mínimo, é aquele mesmo, não muda, entendeu? *(Zezinha, 22/01/2014)*

Zeinha argumenta que prefere pedir demissão a ser demitida de um emprego, pois prioriza estar bem a receber certa quantia de dinheiro; por isso, ela diz que sempre acumula férias, pois se decidir pedir demissão terá alguma renda e não precisará pagar o aviso prévio. Àquela altura, ela me disse que se a PEC fosse regularizada fazendo com que tenham direito ao FGTS e o seguro-desemprego talvez ela mude a sua prática, mas até aquele dia, era desse modo que pensava e atuava.

Em relação aos roubos e furtos que são relatados sobre o emprego doméstico, ela diz que essa é a *podridão do trabalho doméstico*:

Eu digo assim sempre com as minhas colegas, 'olhe', falo mesmo, 'olhe, onde vocês estiverem trabalhando, o que vocês vê lá, deixe. Se for uma coisa de comida e tiver ao seu alcance, coma, coma lá, leve na sua barriga! Mas não leve nada, nada, nada, nada, nada pra sua casa! Mesmo que você tiver passando por dificuldade, não leve, não leve'; porque eu sei que é difícil quando uma pessoa tá com dificuldade, você já pensou? Você sair do trabalho, você vê tudo ali desperdiçando, porque tem lugares que há um desperdício grande, e você tem filhos em casa, você sai, às vezes não tem nada, ou então você pega tudo aquilo e bota no lixo. Porque tem lugares que é assim, você pode botar no lixo a comida, mas você não pode levar pra casa! Porque se você botar, você tem que pedir. E mesmo você pedindo, eles vão achar que você pediu pra levar, mas ali você vai botar outra coisa junto, você pediu aquela quantidade só pra camuflar as outras coisas que você quer levar, entendeu? E acontece isso, acontece isso! Muitas vezes, é o desespero, né, a pessoa não ter, entendeu. (...) E tem também, o lado também, que o sindicato não gosta quando eu falo, da ambição também, que não é necessidade, de querer, de pegar porque tá fácil, porque quer comprar alguma coisa. (...) Então tem esse lado também, que eu chamo de fraqueza. (Zeinha, 22/01/2014)

Figura 92: Zeinha, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora

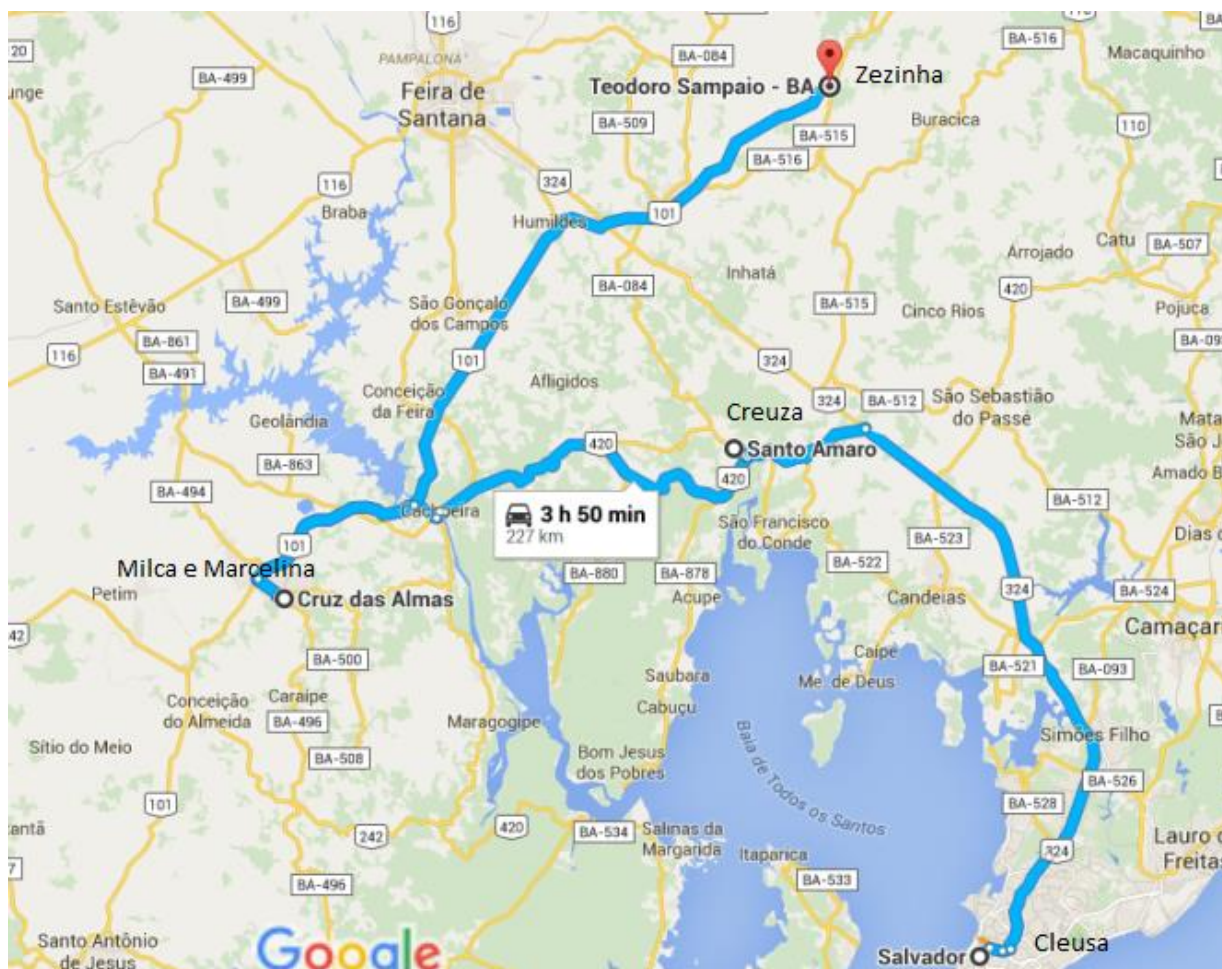


Desde o primeiro dia que nos conhecemos estabelecemos uma ótima relação e ao se inteirar da pesquisa, Zezinha engajou-se com bastante afinco, sendo responsável pela maioria das entrevistas que realizei no conjunto. Não fosse por sua amizade, ajuda e confiança, com certeza, este trabalho não teria o mesmo alcance e interpretação.

Tabela 25: Tabela 24: Dados das entrevistadas de Salvador

<i>Nomes</i>	<i>Creuza</i>	<i>Cleusa</i>	<i>Milca</i>	<i>Marcelina</i>	<i>Maria José</i>
<i>Idade</i>	55	47	44	54	44
<i>Cidade de Origem</i>	Salvador/BA	Salvador/BA	Cruz das Almas/BA	Cruz das Almas/BA	Teodoro Sampaio/BA
<i>Anos em Salvador</i>	Aprox. 39 anos	Aprox. 55	Aprox. 35 anos	Aprox. 40 anos	Aprox. 28 anos
<i>Escolaridade</i>	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo
<i>Endereço</i>	Bairro Mata Escura	Conjunto Boiadeiro	Bairro Mata Escura	Casa da patroa – Graça	27 de Abril
<i>Estado Civil</i>	Solteira	Viúva	Casada	Solteira	Solteira
<i>Filhos</i>	Não	Sim, 1	Sim, 1	Não	Não
<i>Configuração atual de trabalho</i>	Presidenta da Fenatrad	Presidenta do Sindoméstico /BA	Diretoria do sindoméstico - Mensalista	Ex diretora sindoméstico / Proprietária 27 de abril - Mensalista	Associada ao Sindoméstico – Mensalista
<i>Idade que começou a trabalhar</i>	10	12	10	14	18

Figura 93: Mapa cidades de origem das entrevistadas SSA



6.3.4 Conhecendo e interagindo no condomínio

Hospedada na casa de Zezinha, permaneci no 27 de Abril por duas estadias durante os meses de janeiro e fevereiro de 2014, cada uma de aproximadamente 10 dias. Neste período, além de contar com a ajuda de várias diretoras do Sindoméstico, que também são moradoras do condomínio, pude conhecer outras trabalhadoras não tão atuantes no movimento sindical e algumas que chegaram pela cota da Conder. Minha anfitriã saía todos os dias para trabalhar e eu permanecia no condomínio, marcando e realizando entrevistas, observando e interagindo nos bancos da pracinha e também produzindo diários de campo. Para além dessas situações, Zezinha reuniu em seu apartamento várias domésticas e amigas para fazermos lanches e conversas. Foram momentos preciosos de trocas de experiências e confidências.

Também almocei e cozinhei para algumas trabalhadoras e fizemos uma feijoada quando da minha despedida.

Figura 94: Lanche casa de Zezinha, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora



Figura 95: Feijoada casa de Zezé - Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora














Figura 96: Lanche de despedida, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora e de Fátima



Além dos momentos coletivos, realizei entrevistas densas e individuais com várias moradoras, quando conheci suas trajetórias de vida e trabalho, também como estavam interpretando e construindo significados à nova realidade da casa própria, um apartamento, vivendo em comunidade. Abaixo temos uma tabela dos prédios, apartamentos, e moradoras que fiz amizade e entrevistei. Também salientei as síndicas de cada prédio e a síndica do condomínio. No próximo tópico levantarei algumas questões e polêmicas resultantes de tudo que ouvi e vivenciei, nessa experiência tão cheia de aprendizados, que me permitiu participar do cotidiano de trabalhadoras domésticas, agora não mais nos seus ambientes de trabalho, na casa dos patrões, ou na busca por justiça e direitos no sindicato, mas na intimidade de seus lares.

Tabela 26: Campo 27 de Abril

PRÉDIO I - MARIA JOSÉ ALVES				
001. Leninha	101.	201.	301.	401.
002.	102.	202.	302. Elilane (CONDER) 	402.
003. Zenaide (vó)	103.	203. Valdirene 	303.	403. Zezé (síndica conjunto) 
004. Tina 	104. Carminha 	204.	304. Ana 	404.
PRÉDIO II - MARIA DAS GRAÇAS				
001. Denilza 	101. Catarina	201. Zezinha 	301. Lúcia 	401.
002. Ivonete	102.	202. Vera 	302. Conceição (síndica) 	402. Rose
003.	103. Antônia 	203. Cecília 	303.	403.

004. Nailza 	104. Marcelina	204.	304. Antônia Maria 	404. Luciene (CONDER)
PRÉDIO III - LENIRA CARVALHO				
001.	101. Ilza 	201.	301.	401.
002. Vânia	102. Eurídice	202.	302.	402.
003. Marta 	103.	203.	303.	403.
004.	104. Noélia	204.	304.	404.
PRÉDIO IV - TEÓFILA NASCIMENTO				
001.	101.	201.	301.	401.
002.	102.	202. Maria Cristina 	302.	402. Fátima 
003.	103.	203.	303.	403.
004. Mara (Síndica) 	104.	204.	304.	404.

6.3.5 Conversas e acontecimentos em torno do 27 de Abril

A moradia própria é um dos principais desejos das trabalhadoras domésticas brasileiras (Ávila, 2009) e a falta desta conquista, muitas vezes, é o motivo que faz muitas mulheres dormirem nos empregos, morando na casa dos patrões, podendo facilitar a exploração do seu trabalho quando não se respeita a jornada de 8h diárias. Quando conseguem sair da casa dos empregadores, as trabalhadoras domésticas comumente alugam quartos ou casas em bairros periféricos, pagando altos aluguéis em relação aos seus baixos salários que, em muitos casos, não chega ao valor de um salário mínimo.

A busca por políticas de moradia é uma das principais metas do movimento sindical das trabalhadoras domésticas e o condomínio 27 de Abril em Salvador é o resultado de um projeto construído há mais de 10 anos. Anteriormente ao 27 de Abril, foi aprovado um empreendimento com 200 apartamentos na cidade vizinha de Lauro de Freitas, mas com a mudança de governo acabou por não entrar em andamento. Além disso, a Fenatrad e o Sindoméstico estão com uma nova proposta de 500 apartamentos, em que elas estão trabalhando com pouca divulgação, através das próprias redes, para que não surjam oportunistas que não fazem parte da categoria.

De acordo com a presidenta da Fenatrad, Creuza Oliveira, o 27 de Abril foi resultado de muitas reuniões e lutas.

Mas houve várias reuniões, as pessoas dizendo que não tinha como! Ter um projeto desse pra uma categoria! Se fosse assim ia ter que ter pra todas! Que o governo não podia só fazer coisas específicas pra tal categoria. Mas como não? Se pode ter pra quilombo, se pode ter pra ciganos, pode ter pra índio, pode ter pra negros, por que não pode ter pra doméstica? E aí foi uma luta muito grande! (Creuza, 18/02/2014)

Marcelina, associada e ex-diretora do sindicato e também proprietária de um apartamento no conjunto habitacional, já tendo investido em outros programas de moradia de governo, sem êxito, corrobora com Creuza:

Porque quando cai, quando as pessoas tá numa situação de risco, a empregada doméstica tá dentro da casa do patrão! Como é que eles iam me achar lá dentro do porão? Eu não tava numa situação de risco, né? Eu não tava num terreno, e eu não tava numa associação de bairro, como é que eu ia enxergar? E Creuza, foi a grande jogada do sindicato! Pegar quem dormia dentro do trabalho e quem pagava aluguel! Específico doméstica! Quer dizer, quem é que ia encontrar essas pessoas? O sindicato! (Marcelina, 15/01/14)

Durante vários anos, num misto de esperança e descrença, muitas trabalhadoras aguardaram a possível aquisição de suas casas, que conquistaram no dia 28 de setembro de

2012. Cinquenta e cinco apartamentos foram geridos pelo Sindoméstico através de um cadastro em que os critérios de seleção eram trabalhadoras que moravam na casa dos patrões, de aluguel e/ou de favor, sem necessariamente serem associadas ao sindicato. Isto criou certo conflito interno, pois mesmo trabalhadoras que possuem uma casa própria, normalmente são barracos, provenientes de ocupações informais, em terrenos não regularizados. Então, foram levantadas várias questões em torno de quem teria legitimidade para adquirir o imóvel, trabalhadoras que obedeciam aos critérios estipulados ou aquelas que historicamente estão inseridas no movimento sindical e que, apesar de terem uma casa, vivem em condições precárias? Apesar da polêmica, e para a insatisfação de várias trabalhadoras, os critérios acima foram respeitados.

Então, quer dizer, eu achava que essas tudo devia tá englobada (lideranças antigas), porque eu acho que dessas meninas, nenhuma tem uma casa estruturada! Com estrutura, né, com infraestrutura. Ali (27 de Abril), de qualquer jeito, é dois quartos, sala, cozinha, banheiro. Essas meninas que conseguiram casa com muito sacrifício, todas inscritas, todas diretoras, carregou o sindicato nas costas!

Não, porque aí, com a honestidade, né, a gente preferiu, Creuza, a direção do sindicato, que na época eu não era mais diretora, preferiu dar chance àquelas que não teve, de jeito nenhum. Que não tinham nada! Aí botou algumas ingratas lá dentro também, vamos dizer assim. E se eu fosse diretora, quer dizer, é porque eu torcia pra botar também essas que não tinham uma casa com tanta infraestrutura! É que não era tantas! A gente não ia tomar tanta vaga assim! A gente não ia botar qualquer pessoa assim! Ah, mas aí tinha uma pessoa que não tem... Eu não sei! Politicamente, se fosse eu, até hoje Creuza pensa assim, mas eu não penso assim. Por isso que eu digo que eu penso diferente dela, eu vou muito... Ah, diretora não tem que ter privilégio! Como assim? Se a gente entra num lugar pra lutar, e também nunca, elas não entraram pelo privilégio, entraram pela luta! Mas já que já veio! (*Marcelina, 15/01/14*)

Atualmente o sindicato tem o desafio de mobilizar as moradoras do 27 de Abril para atuarem efetivamente no sindicato, pois muitas delas frequentavam suas reuniões no período anterior à entrega dos apartamentos, mas após sua efetivação, deixaram de participar. Aqui se configura uma problemática importante, pois as políticas de moradia deveriam ser voltadas a todos os cidadãos necessitados, mas quando decorrem de lutas de uma categoria específica, as trabalhadoras deveriam obrigatoriamente serem associadas ao sindicato? No primeiro momento diríamos que não, já que o sindicato foi um mediador; mas, ao nos darmos conta de que também foi protagonista de tal realização, não seria legítimo que as moradoras reconhecessem sua importância e contribuíssem para o coletivo? Esta é uma questão pensada e discutida pelos membros do Sindoméstico, sobretudo as lideranças que moram no condomínio.

Então, não é possível, esse povo devia ter consciência disso, né? Porque são sócias, não foi, ninguém conseguiu assim, ao azar, são sócias do sindicato que

durante o período que tava se discutindo tavam vindo! Tavam vindo sempre no sindicato e tal, muitas eu sei que nem acreditava que isso ia acontecer! Só veio acreditar quando foi entregue a chave! Algumas tem aquela coisa da, dessa relação pessoal que as pessoas não sabem separar! Né? A convivência com as diferenças também é complicado! Eu sei que o sindicato fez um trabalho! É claro que a gente fez esse, essa luta com o objetivo de fortalecer a luta, de dar visibilidade à categoria, de valorização da categoria e tal, né? Mas infelizmente elas não estão valorizando a isso! (Creuza, 18/02/14)

Os vinte e cinco apartamentos restantes foram administrados pela CONDER, a partir de um cadastro da própria instituição, o que também gerou conflitos no cotidiano do 27 de Abril, pois as moradoras da "cota da CONDER" sentiram certo preconceito e diferença pelas vizinhas "do sindicato", que orientadas pelo mesmo, defendiam que os oitenta apartamentos deveriam ser mediados pelo Sindoméstico. No entanto, no período em que realizei a pesquisa, nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, tanto titulares que vieram pelo sindicato, como que vieram pela CONDER, argumentaram que esta diferenciação ocorreu nos primeiros meses após a entrega dos apartamentos e que com o decorrer do tempo, este conflito estava cada vez mais ameno. As lideranças sindicais inclusive encaram as moradoras das "cotas" da CONDER, como possíveis associadas ao sindicato, já que a maioria também é trabalhadora doméstica e atuam no sentido de sanar qualquer problema e/ou diferença entre elas.

Ao lembrarem e reconstruírem sua chegada ao condomínio, as moradoras narram que a grande alegria por estarem entrando em suas casas próprias foi diminuída por um sentimento de medo muito forte, pois sentiram grande hostilidade por parte dos moradores locais (Elias e Scotson, 2000), que segundo elas, ao saberem que as trabalhadoras adquiriram seus apartamentos de *graça*, teriam ficado incomodados, pois ao lado do 27 de Abril, também tem dois conjuntos de casas adquiridas via financiamento, portanto que seus proprietários estão pagando. Elas também salientaram a diferença entre o condomínio, *bonito* e as casas que são bem mais simples.

Marinalva soube que a rejeição da vizinhança também foi grande porque no local que foi construído o conjunto situava-se um campo de futebol bastante antigo e utilizado pelos moradores e que precisou ser destruído.

Para além dos olhares e atitudes de desaprovação dos vizinhos, a creche do condomínio foi saqueada, o parque para as crianças quebrado e a placa do 27 de abril, assim como vários bancos da pracinha destruídos. Várias moradoras começaram a ser assaltadas quando saíam para o trabalho ou chegavam em casa e muitos jovens começaram a fazer uso de drogas nas dependências dos condomínios. Muitas trabalhadoras decidiram voltar a morar em seus antigos aposentos e, as que puderam, logo colocaram grades em suas portas e janelas. Relembrando este momento da chegada, Zezé, síndica do condomínio e diretora do Sindoméstico/BA relatou:

Ela me disse que após o saqueamento, a creche foi usada para a prática de sexo e fumo de craque; além disso contou-me que duas mulheres da vizinhança a ocuparam, com fogão, geladeira e móveis. Devido a esses acontecimentos, elas teriam 'chorado na Conder', que isolou a creche com madeirite e após chuvas e muito sol, este teria apodrecido e a creche invadida novamente. Para isolar o local de vez, elas (moradoras) pagaram um pedreiro, mas que foi orientado pelo dono do bar vizinho, já que os "meninos" ficaram "pressionando" para que isso não fosse feito e elas não poderiam aparecer para não correrem risco de vida. No caso das mulheres, elas chamaram a polícia e mesmo sem ninguém aparecer como mandante, Zezé lembra que elas gritavam: 'Quem foi a x9? Eu vou mandar matar!!!'. Com isso, ela quis me colocar a par do cansaço e das dificuldades vividas no condomínio como síndica. Disse que logo que chegaram tiveram muitos assaltos, todas viviam desesperadas e ela não parava de ser requisitada, realizando inclusive reuniões com representantes dos prédios em sua casa por falta de espaço. (*Diário de campo, 29/01/2013*)

Figura 97: Creche 27 de Abril, Fotos de 2014 - Aatoria da pesquisadora



A creche, mesmo atualmente fechada, continua sendo motivo de impasses, pois mesmo sendo construída e equipada, não possui um gestor, pois o sindicato e nem as moradoras do condomínio têm recursos financeiros para pagar professores e material escolar. Para que isso seja realizado é necessário que a prefeitura alugue o espaço e financie os recursos materiais e humanos necessários. Entretanto, a documentação do condomínio ainda não foi entregue e a creche não pode ser alugada. Além disso, há discussões a respeito da propriedade da creche, pois uns defendem fazer parte do condomínio, portanto ser de propriedade das moradoras, mas outros argumentam que a creche é de propriedade do Sindoméstico. Com o impasse, a creche permanece inativa. A proposta de aquisição de recursos vem desde projetos da ONU ao pedido de apoio a vereadores. Esta segunda alternativa gera bastante discussão, pois Creuza já se candidatou e continua persistindo na tentativa de exercer uma função governamental e a interferência de outro político poderia prejudicar o seu legado.

Eu tô até assim preocupada com essa influência porque eu vejo uma coisa diferente, a gente não vai, a gente não vai, de repente colocar o sindicato numa questão, pra não prejudicar a candidatura de Creuza, né? Querem buscar apoio de um outro vereador e eu acho isso perigoso! De um outro candidato, outro candidato pode dar apoio ali Luísa, mas só com interesse de voto, entendeu? E quer dizer que a gente leva tanto tempo pra construir uma coisa, pra botar pessoas lá dentro da Câmara de vereador, que vai defender o nosso interesse social! Pra colocar pessoas que só quer se eleger? Então, eu até alertei sobre essa situação e tudo, então, eu tô vendo que Creuza tá facilitando um pouco em relação ao condomínio, entendeu? Ela não, ela acha que o Dóron é uma ponte! O sindicato na minha cabeça também é! Mas só que você ouve as menina dizendo que não tem nada a ver com o sindicato mais! Aqui tem a ver com a Prefeitura! E isso. E quando eu conheço uma que foi da cota da Conder que colocou, eu sempre pergunto, você sabia que isso aqui é de domésticas? Não, eu sei, elas falaram. Quer dizer, o pessoal da Conder quando colocou elas falou, dessa socialização do sindicato. Só que a gente deixou isso sair pelos dedos, e tamos deixando! (Marcelina, 15/01/14)

Após várias situações de assaltos, as moradoras do condomínio organizaram-se e frequentemente vão à CONDER com o pedido de muramento do conjunto (Caldeira, 2000), já que assim teriam mais autonomia e vigilância sobre o espaço. Alegando não terem condições de pagar com seus próprios recursos este empreendimento, elas pretendem fazer reivindicações em frente ao órgão do governo para que esta demanda seja acatada.

Para além destes problemas estruturais, o cotidiano do 27 de Abril é marcado por várias situações que se configuram como novidades para aquelas trabalhadoras que nunca tinham morado em apartamentos anteriormente e estão adaptando-se à nova realidade. Reclamações de barulho, devido ao som alto de alguns vizinhos são frequentes. Também o lixo, pois o *container* coletivo encontra-se longe do condomínio e algumas moradoras estariam deixando seus sacos de lixo na área comum do condomínio. Sem recursos para contratar profissionais de limpeza, algumas moradoras decidiram organizar um mutirão para varrer o residencial aos domingos, sendo que apenas um número pequeno de mulheres desceu para ajudar, o que também provocou queixas e descontentamento.

O pagamento de taxas de condomínio e IPTU, bem como o melhoramento de recursos e áreas comuns como a colocação de interfonos e lajotas nas escadas e corredores dos prédios também são assuntos que geram discussões entre as moradoras. Segundo algumas, existem moradoras que acham que porque *ganharam* o apartamento, não precisam pagar condomínio ou IPTU e nem se preocuparem com os interesses coletivos, da comunidade. Estes impasses comumente geram conflitos:

A síndica de um dos prédios me disse que está tendo problemas porque alguns moradores dizem não ter condições de pagar o condomínio de 20 reais, principalmente sua vizinha de porta, e também não querem colocar o interfone, no valor de duas parcelas de 63 reais. Pelo que entendi, os

moradores do quarto andar colocaram piso no *hall* comum e os outros moradores do prédio não gostaram. Agora, eles querem o interfone, mas os outros moradores estariam se negando como forma de retaliação (*Diário de campo, 25/01/2013*).

A pracinha localizada na entrada do condomínio é um local de ampla sociabilidade, em que várias moradoras se sentam ao voltarem do trabalho para conversarem sobre sua saúde, cotidiano e trocaram impressões sobre as demandas e conflitos do condomínio. Portanto ela é um lugar privilegiado de escuta e observação. Foi neste lugar que pude acessar a maioria das controvérsias atuantes no dia a dia do 27 de abril.

Lá as mães frequentemente levam seus filhos pequenos para brincar e também fazer amizades com os vizinhos do bairro que circulam por lá, o que na opinião de algumas é bom, pois desse modo aquela hostilidade inicial diminui, mas para outras é ruim pois sem o muro, qualquer pessoa pode acessar a pracinha e os moradores ficam mais vulneráveis. Outro aspecto que chama atenção é certo embate entre trabalhadoras que possuem filhos crianças e jovens e as que não tem:

Uma moradora me conta que muitas vizinhas não a cumprimentam porque acham seus filhos abusados. Ela explica que os filhos fizeram amizades com outros jovens da vizinhança que, muitas vezes, fumam maconha, mas ressalta que essa relação fez com que a depredação no condomínio diminuísse, pois segundo seus filhos, a ideia dos meninos era quebrar todos os vidros e assaltar todo mundo; agora, os assaltos à mão armada que estavam tendo já são de jovens de outras ruas (*Diário de campo, 25/01/2013*).

Apesar dos impasses, a presença de crianças e jovens nas áreas comuns do condomínio é intensa, brincando de bicicleta, *skates* ou cavalos, a pracinha, assim como, as igrejas evangélicas nas mediações do 27 de Abril, são lugares de amplo lazer e sociabilidade.

Na praça também é frequente a presença de técnicos da CONDER que visitam o local para fiscalizar se os proprietários estão morando nos apartamentos e não alugaram ou venderam seus imóveis, porque isto é proibido, e efetuarem a regularização dos proprietários. Em relação à documentação dos imóveis, um vizinho e morador antigo do bairro, relatou que o terreno do imóvel pertence a uma empresa energética, que se quiser reutilizá-lo, a CONDER precisará construir outro condomínio para as trabalhadoras.

Também presenciei um curso para o manuseio e extintores de incêndio e a realização de uma pesquisa coordenada pela OIT com trabalhadoras domésticas, evento este que se deu na igreja evangélica em frente ao conjunto, com grande cooperação do pastor local. Cada prédio possui uma síndica, além da síndica do condomínio, que é Zezé.

Figura 98: Evento OIT na igreja evangélica, Fotos de 2014 - Autoria da pesquisadora



CAPÍTULO 7 As narrativas dos patrões

Ainda que as protagonistas deste trabalho sejam as trabalhadoras domésticas, por meio de suas narrativas biográficas e trajetórias sociais e de trabalho, que nos permitiram transitar por diferentes espaços, dimensões e ângulos e diversas vivências, o grupo oposto às suas posições como trabalhadoras, sem o qual todos os arranjos empregatícios relatados por nós no decorrer do texto não existiriam, são os empregadores.

Este capítulo pretende, pois, realizar uma breve imersão ao mundo dos patrões através de pesquisa de campo realizada na cidade Belém, com o acionamento de minhas redes pessoais. É importante salientar este fato, pois como já explicitado anteriormente, a identificação e posterior construção da problemática desta pesquisa iniciou-se dentro de minha casa, tendo eu mesma sido criada ao redor de babás, domésticas mensalistas, passadeiras e mulheres *quase* da família. Então, o acesso a patroas naquela cidade me foi privilegiado. Diferentemente das cidades de Porto Alegre e Salvador, em que meus objetivos de pesquisa foram acessar os sindicatos e as organizações políticas das trabalhadoras, com o desafio de chegar em suas próprias casas e, desse modo, ir justamente além do mundo dos patrões, o qual eu já vivia e/ou fazia parte, ainda que não de forma direta, como empregadora.

Começaremos apresentando uma patroa, que desde o seu casamento, que já dura 32 anos, começou a fazer parte da categoria dos empregadores e desde então passou por várias experiências com diferentes trabalhadoras. Esta interlocutora é minha mãe que, de início evitei interpelar devido à grande intimidade e proximidade de nossa relação. Contudo, durante meu processo de pesquisa percebi que os relatos das experiências dela com trabalhadoras domésticas sempre me foram muito frequentes e, de certa forma, muitas dessas vivências narradas por ela, e que também foram minhas, contribuíram de forma decisiva para este empreendimento. Por isso, nosso grande grau de familiaridade está presente neste trabalho, é claro que com o esforço de *estranhar este familiar*, sem negar as vantagens, limites e desafios de tal abordagem.

Através desta entrevistada, acessei um grupo de mulheres, todas de camadas médias e intelectualizadas da cidade de Belém, que me propuseram a realização de uma entrevista em grupo²⁷², em que através das mesmas perguntas, todas expressaram-se a partir de suas próprias experiências com trabalhadoras domésticas.

²⁷² A realização de uma entrevista coletiva apenas foi realizada com este grupo de patroas, fugindo um pouco da metodologia adotada por mim ao longo do trabalho, em que priorizei o contato contínuo e a realização de várias

Na segunda parte entrevistei um casal de uma geração posterior, atualmente por volta dos 35 anos, acadêmicos, com uma filha de 6 e outra de 2 anos, quando relataram com detalhes suas dificuldades, afetos e tensões nesta etapa da vida em que passaram a contratar os serviços de domésticas, sobretudo babás, e os processos de negociação pensados e vividos entre eles e as trabalhadoras. Após analisar as aproximações e distanciamentos entre as duas gerações de patroas(ões), finalizaremos com a descoberta do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Pará – SEDEP e as entrevistas que realizamos neste espaço não contatado por mim nas cidades de Porto Alegre e Salvador²⁷³.

7.1 Lilia: Da necessidade, de ser roubada, à intimidade de uma amizade

Lilia é oriunda do Rio de Janeiro, mas habita a cidade de Belém desde os 3 anos de idade. Nossa entrevista realizou-se no dia 25 de agosto de 2014, portanto depois de eu ter realizado a maior parte das pesquisas de campo com trabalhadoras domésticas nas cidades estudadas, podendo abarcar em nossa conversa, vários pontos salientados pelas trabalhadoras e também evidenciados em outros trabalhos com a mesma temática. Naquela data ela estava com 60 anos, casada há 30 e mãe de 3 filhos, uma menina já com 30 anos, um rapaz de 28 anos e outro de 24 anos, todos formados. A filha mora em outra cidade, mas os dois meninos ainda habitam com o casal.

O primeiro contato que Lilia teve com trabalhadoras domésticas foi ainda em sua infância, quando ladeada por dois irmãos, seus pais decidiram que ela precisava de uma companhia feminina, pois estava ficando muito *masculinizada*. Passados alguns anos, com a morte de seu pai e o surgimento de dificuldades financeiras na família, a babá passou a *faz tudo*, tendo aprendido a cozinhar com a mãe de Lilia, ela também começou a realizar a limpeza da casa. Esta babá/faz tudo permaneceu na casa até casar-se.

Durante sua infância, adolescência e início da vida adulta os contratos e relações com as trabalhadoras domésticas eram realizados estritamente por sua mãe. Lilia apenas necessitou dos serviços de uma babá após ter a primeira filha, ainda na casa da mãe, e mesmo com o apoio das

entrevistas densas com a mesma mulher; neste caso, decidi aceitar a sugestão das patroas, com receio de que não aceitassem participar da pesquisa de outro modo e pelo reduzido período de campo naquela cidade. Passada a experiência, devo dizer que apesar de ser um grupo de amigas, em que uma pergunta despertou a troca de vivências e opiniões entre elas, pelo fato de falarem simultaneamente, isto me atrapalhou um pouco no acompanhamento das discussões em alguns momentos.

²⁷³ Ainda que eu saiba da existência do Centro de Informações e Defesa dos Empregadores Domésticos de Porto Alegre – CINDEBRA, e do Sindicato dos Empregadores Domésticos da Bahia, situado em Itabúna/BA, não realizei pesquisas de campo em tais entidades.

mulheres da casa, contratou uma babá para ficar com a filha durante o seu período de trabalho, das 8h às 14h, de segunda-feira à sexta-feira. Naquela época, meados do ano de 1984, Lilia explica que não era regulamentado o pagamento de um salário mínimo e que ela pagava à babá um valor de mercado, que pesquisou entre as amigas. A relação mais intensa da trabalhadora se manteve com a mãe de Lilia, já que elas pouco se encontravam devido aos horários simultâneos de trabalho.

Ela apenas começou a contratar e relacionar-se individualmente com as domésticas quando casou e mudou-se para um apartamento com o marido.

Eu precisava de uma que realmente dormisse em casa pra me ajudar por causa do meu trabalho, me ajudar com o serviço também; apesar de que eu, a comida era de marmita, eu fazia o jantar, eu que cuidava da cozinha, mas ela era pra cuidar da filha, né. E essa ficou... 2 anos, 3 anos, que era a Dária, em casa. Ela estudava à noite, ela só fazia, só cuidava da roupa, dava comida, não fazia nenhum serviço de casa, nem cozinhava. Era só pra cuidar, de babá mesmo! Serviço de babá. (...) Eu comecei a assinar a carteira. A pagar, a dar recibo. Não era salário mínimo, ainda era um salário que se pagava. (*Lilia, 25/08/14*)

A babá Dária era oriunda da cidade de Salinas, município paraense, a 214km da capital, em que a mãe do marido de Lilia possui uma casa e todos os anos a família veraneia no local, e chegou à Belém por volta de 18 a 20 anos, segundo a empregadora. Após uma situação em que Dária contou à patroa que trancava sua filha no quarto com os brinquedos para que pudesse realizar outros serviços domésticos, Lilia decidiu deixar a filha na creche e demandar outras atividades de Dária quando ficava sozinha na casa, como começar a cozinhar e realizar a faxina do apartamento. Entretanto, após alguns meses, ela descobriu que a funcionária tinha feito amizade com algumas vizinhas e que elas passavam várias manhãs em sua casa encontrando-se com namorados, inclusive com um vizinho casado. Quando soube da prática por meio de uma vizinha e da própria esposa traída, Lilia decidiu demitir a funcionária, ainda que gostasse dos seus serviços, e a mandar de volta para Salinas com a ajuda da sogra.

Por ter cuidado de sua filha durante aproximadamente 3 anos, questionei à Lilia se ela não teria sentido ciúmes da relação da funcionária com a menina, situação já relatada por algumas trabalhadoras, ao que ela disse que definitivamente não, que ao contrário, ficava bastante feliz quando observava que a filha e depois os outros filhos estavam sendo bem tratados.

Só teve o caso da Dária, assim, aconteceu algumas vezes de acharem que ela é que era a mãe e não eu, por ela ser loura, branca e eu ser morena, né. Então essa questão assim, com o A. (marido) branco do lado e tudo, ela era arrumada, se arrumava bem, direitinho, então, às vezes, pensavam que eu que era a babá

e ela não²⁷⁴. Mas eu não tinha, mas eu achava isso até engraçado, eu não... E via, sentia que era discriminação de raça, de cor. Mas nunca tive ciúme, nem raiva não. (*Lilia*, 25/08/14)

Após o incidente com Dária, Lilia diz que passaram uma *infinidade* de babás e quando do nascimento do segundo filho ela começou a necessitar de duas funcionárias, uma que exercesse a função de babá e outra que cozinhasse e fizesse a limpeza da casa²⁷⁵. Geralmente as mensalistas não dormiam na casa, apenas as babás. Dentre as tantas que passaram pelo apartamento e pelas vidas da família de Lilia, ele relembra de algumas que mais a marcaram.

Quando Dária foi embora, ela recebeu uma trabalhadora que não lembra o nome, mas que era advinda de Igarapé-Miri, a 141km de Belém, mas que Lilia descobriu que ela havia queimado a perna de seu segundo filho e a mandou embora. Depois, teve a babá Maria de Fátima, também oriunda de Salinas, que passou alguns anos na casa sendo babá de seus dois filhos, em conjunto com os períodos que passavam na creche e nas casas das avós. Com a chegada do terceiro filho, seu marido descobriu que a língua do bebê estava queimada, pois a babá estava dando comida quente, então mais uma vez, a empregadora decidiu levar a funcionária de volta para a família, novamente com a ajuda da sogra.

Dentre as várias babás deste período, como a *Maria Doente* que ficou sendo chamada assim porque saía do trabalho aos domingos, mas nas segundas-feiras não voltava porque estaria doente.

Teve uma que eu morria de medo dela, uma vez me ameaçou, tive medo dela, que era, o nome dela... Eu ainda tava no Orion (edifício) e depois ela ainda chegou a vir pra cá e aí ela ficava lá embaixo, eu dizia pra não entrar, ela ficava me ameaçando, eu morria de medo dela; chegou a ir pra Salinas no mês de julho com a gente, uma branca. Não me lembro o nome dela...

Porque ela me roubava. Eu peguei coisa minha nas coisas dela. E uma vez eu tirei, uma maquiagem minha. Não encontrei no banheiro, encontrei nas coisas dela, aí ela veio me ameaçar dizendo que eu tinha tirado coisa dela. Entendeu? E na verdade, era minha. E ela me ameaçou e aí eu, nós discutimos, eu disse que não tinha tirado nada dela, que tudo que eu tinha em casa era meu, entendeu? Mas fiquei assim, numa relação difícil com ela, e fiquei com medo de mandar ela embora, porque ela disse: Ah, tão mexendo nas minhas coisas aqui, não sei o que... Eu fiquei um pouco com medo dela, disfarcei e por isso não mandei embora, ainda aguentei um tempo. Eu tava me mudando pra cá, tava super aperreada, trabalho, mudança e tudo, criança. Aí eu, também precisava do trabalho dela! Mesmo com medo eu não mandei embora. Comecei a trancar as coisas também, eu acho que foi a primeira... Não, não foi a primeira que me roubou. Teve uma que era pichadora, ela saía de noite,

²⁷⁴ Várias trabalhadoras relatam que devido a ciúmes do marido, ou mesmo por patroas sentirem-se menos belas que as funcionárias, tornam obrigatório o uso do uniforme para demarcar a posição subalterna de trabalhadora doméstica e evitar enganos como o relatado por Lilia (Ver também em Kofes, 2001).

²⁷⁵ A lavagem e passagem das roupas era exercida por Francisca na casa de sua mãe. Lilia comprou uma máquina de lavar que deixou na casa da mãe e pagava os serviços de Chica.

dizia que ia pro colégio, ela ia pichar, chegava de manhã! Quando eu via, depois do café, ela tava dormindo, armava uma rede e dormia. Quando eu chegava do trabalho, uma vez peguei ela dormindo. Então, ela dormia a manhã todinha, enquanto eu tava trabalhando, ela tava dormindo. Passava a noite pichando, depois eu soube, me contaram que ela era pichadora. Teve aquela que fazia ponto, era prostituta. Passava o final de semana, prostituta de rua, ficava na rua! E que aqui em casa também ficava mostrando a calça pro A.! Né? Os meninos ainda eram pequenos, era só pro A. que ela fazia essas coisas e andou com todos os porteiros daqui! Ficava nas escadas se agarrando com os porteiros. (Lilia, 25/08/14)

Muito recorrente nas narrativas de patroas, seja escutadas por mim, ou relatadas em várias pesquisas que se focam na temática do trabalho doméstico é a questão da sexualidade das trabalhadoras, que muitas vezes, se coloca como uma ameaça às patroas ou, ainda, como se estas mulheres não pudessem manifestar esta dimensão, tendo que se comportar de acordo com o esperado pelas patroas, quer dizer, com uniformes que as padronizem e marquem seus lugares assimétricos, não se maquiem, muito menos tenham namorados ou filhos, pois o tempo e dedicação devem ser exclusivas às famílias contratantes e aos cuidados.

A prática dos furtos também é muito presente nos relatos das empregadoras, o que segundo algumas trabalhadoras, como Salete Silveira, não seriam *as verdadeiras trabalhadoras domésticas*, e de acordo com Zezinha, seria o *mal do trabalho doméstico*. Lilia argumenta que foi bastante roubada, em uma época que estava “sem ninguém”, acabou contratando uma funcionária sem indicação ou por intermédio de uma agência como tinha feito até então, e passou por uma situação bastante traumática.

Até que o porteiro, aquele porteiro nojento, aquele velho, arrumou esta que tava passando por lá, era exatamente no dia do meu aniversário de casamento e nós íamos sair à noite, e foi por isso que ela levou as joias, porque eu guardava numa maletinha que ficava na casa da mamãe, mas eu peguei na casa da mamãe porque eu ia sair à noite com, com uma joia minha. E, eu não lembro se a mamãe ia pra lá ficar com vocês ou se tinha, porque teve um tempo que eu chamava uma pessoa, que eu não tô me lembrando quem era, pra ficar quando eu saía de noite também, não me lembro quem era, porque foi poucas vezes! Ou então a mamãe ia e ficava. Aí, eu contratei essa mulher. Eu cheguei do trabalho, duas horas (14h), ela tava lá embaixo, o porteiro esperando pra me dizer que tinha essa pessoa, que tinha pedido emprego lá e que ele tinha conversado e tal. Tava me esperando pra eu contratar. Aí eu subi, ela subiu comigo, falei, desesperada, precisando de alguém! Aí, contratei. Pra saber, eu queria que ela cozinhasse e cuidasse da casa porque os meus filhos tavam direto na creche. A essa altura, eu não sei porquê, eu não deixei a L. lá. Eu acho que ela não ficava o dia inteiro, o An. (filho do meio) ficava o dia inteiro, ela vinha meio dia ou duas horas, eu quando vinha do trabalho a pegava. Não, o A. vinha meio dia, a pegava, levava pra casa, comiam de marmita eles dois, eu chegava do trabalho, o A. saía depois do almoço e eu ficava cuidando, dela, eu ficava em casa, né?! Eu sei que aí eu contratei ela, mas a L. estava lá com o A. quando eu subi com ela, aí nós almoçamos e tal, aí o A. trouxe é... Um presente pra mim, toalha de banho, não sei o que mais, um disco... Eu me

lembro que trouxe uma sandália ortopé pra L. também, comprou junto; um monte de coisinha, deu de presente, que era aniversário de casamento. E ela vendo tudo isso, né, e tal. Aí eu fiz ela almoçar lá, aí o A. foi com a L. se deitar e eu fiquei contratando, dizendo pra ela, eu me lembro que eu tirei um picadinho (guisado) que tinha na geladeira e pedi pra ela fazer pra eu ver o tempero dela e tal; pedi pra ela fazer pro jantar, pra ela e pra quem ia ficar com vocês, que eu ia sair. E fui 16h, foi essa, aquela história, que aí na hora de eu sair a L. ficou chorando, porque ela queria, eu ia levar ela pra casa da dona N. (sogra), que eu deixava, e o An. ia pra casa da mamãe. A mamãe pegava o An. quando ela vinha do Deodoro e levava pra casa dela. Quando eu vinha de lá da universidade 22h da noite, eu pegava o An. e colocava na cadeirinha no fusca, aí passava por aqui (casa da sogra), pegava a L. e ia pra casa. Mas, a L. tava chorando porque queria ficar comigo, queria que eu a levasse, não sei o quê... E não queria ir pra creche, né?! E ela dizia: Deixe ela aqui comigo! Eu tomo conta dela!. Aí, a L. olhava pra ela e se escondia, não queria saber de, uma estranha, né?! Não queria saber de conversa. Ela vinha, passava a mão na cabeça dela... E eu até querendo deixar... Atrasada! Eu só chegava atrasada, era um problema, né?! Eu tinha que tá 16h lá na universidade. Aí, acabou que, a L. foi se esconder, não queria ficar com ela de jeito nenhum, eu digo: Não, então umbora, eu vou te deixar na creche. E sai com a L., dei as ordens pra ela. Ah, que essa altura eu não trancava, ficava fechado o meu armário... Tua sorte, porque ela ia te levar! E aí, quando eu cheguei, eu vim mais cedo, eu não fiquei, porque eu ia sair, eu não fiquei pra aula, vim 18h, vim m'embora. Quando eu cheguei tava todo, a porta aberta, o vizinho lá e a vizinha lá com, ele tinha visto, não! A empregada do seu coisa lá, esqueci o nome dele, do Lourencinho, seu Lourenço, tinha visto ela sair; aí disse pra eles, porque ela deixou a porta aberta, deixou tudo aberto, a grade, tudo aberto! Foi embora, carregando tudo que ela pôde! O picadinho tava lá descongelado, lá em cima da pia, ela nem pegou! Entendeu? Eu saí, ela começou a limpeza! Tudo, tudo, tudo lá! Inclusive as joias, quando eu abri a maletinha... Ela abriu o meu armário, tirou muita coisa! Tirou roupa minha, entendeu? Mas o que ela levou tudo, foi tudo do An.! O An. tinha feito um ano, em novembro, tinha um monte de presente que ele ganhou! Um monte de roupinha, coisa que eu não tinha nem usado! O An. ficou com a roupa da creche! E teu, ela levou, eu lembro, a sandalinha ortopé, que o A. tinha comprado naquele dia, né; levou as joias todas, minhas; anel do A., tudo que era teu de joia, que tu tinha ganho quando nasceu e tudo; deixou limpo, só deixou umas bijuterias, umas besteiras na caixa de joias. E, todos os discos da xuxa, que tinha, levou, levou as toalhas que o A. tinha trazido, que ela viu, que ainda tava em cima da cama, assim, tudo. Levou tudo que ela pôde! Foram várias sacolas que ela saiu! (*Lilia, 25/08/14*)

Lilia ainda tentou procurar a mulher na rodoviária, pois ela teria comentado com outra doméstica de que iria passar o Natal com a mãe no interior, mas não obteve sucesso e nem recorreu à polícia.

Depois de várias trabalhadoras passageiras, surgiu a primeira Isabel de sua trajetória, que trabalhava como mensalista na casa, mas que após 3 anos de trabalho casou e mudou-se de cidade; depois, retornou para logo sair para cozinhar em um restaurante.

Em maio de 1990, Lilia e a família compraram e foram morar no antigo apartamento da sogra, no qual residem até hoje. Na nova casa, bem maior que a anterior, Lilia continuou contratando os serviços de domésticas mensalistas, salientando que sendo bastante roubada, *Eu*

aguentei muita coisa porque eu era, muita necessidade! Entendeu? De ter, pelo menos, uma assim! Mas, quase todas foram ladras mesmo!

Teve a Izabel (segunda), que foi mais tempo, né? A Izabel foram 7 anos aqui, roubando tudo, tudo, tudo! Uma relação horrível porque ela era excelente empregada, né. Ela era limpa, cozinhava bem, limpava a casa bem, fazia tudo! Aí foi quando eu não precisei mais de babá, foi com ela. Porque os três já tavam assim maiorzinhos e ela dava conta de tudo! Só que era uma ladra, roubava tudo! Minhas coisas, coisas de criança, coisa de Salinas, fio elétrico, tudo, tudo! Ela roubava tudo! (*Lilia, 25/08/14*)

Izabel era originária do Estado do Maranhão, da cidade de Santa Inês, a 544 km de Belém, após o segundo ano no emprego, que dormia, Lilia argumenta que descobriu que ela lhe roubava, mas ainda assim, tirando coisas do quarto da funcionária, que algumas vezes pegava de volta, elas passaram 5 anos nesta dinâmica, a doméstica furtando e sabendo que a patroa tinha ciência, e Lilia, argumenta que como precisava muito dos serviços da segunda, pegava suas coisas de volta, mas não a demitiu²⁷⁶.

Neste período, Mariazinha já prestava o serviço de passadeira na casa de Lilia, realizando diárias uma vez por semana. Ela permanece até o presente momento contabilizando mais de 20 anos no emprego. Apesar de ser diarista, em 2011, Lilia diz que assinou a carteira de trabalho de Mariazinha e paga seu INSS, quando a passadeira também começou a realizar diárias como faxineira na casa da patroa. Atualmente, ela trabalha duas vezes por semana, sendo um dia para passar roupas e outro para realizar a faxina da casa, sua diária custa 80 reais, e ela recebe 160 reais no final de cada semana, somado ao dinheiro da passagem de ônibus, além do pagamento da previdência social pela patroa.

Além de Mariazinha, há 16 anos Hilda é doméstica mensalista na casa de Lilia, ela explica que o marido nunca interferiu muito na relação que teve e tem com as domésticas que já trabalharam ou trabalham para eles e seus filhos. Ela diz que sempre viu o trabalho doméstico como algo de seu encargo e por isso as despesas com esses serviços foram continuamente pagas por ela.

Era necessidade absoluta! Aturei desaforo, aturei roubalheira, aturei tudo! Por necessidade! Fazia de conta que não tava vendo, nem queria saber! Entendeu? Porque, pra mim, o fundamental, tinha que chegar cedo pra eu poder sair, porque eu trabalhava cedo, né?! E fazer o serviço bem feito! Entendeu?! Eu pagava, nunca deixei de pagar um mês pra nenhuma empregada! Eu pagava do meu, sempre foi do meu salário. Eu contratava, eu via quanto era, eu pagava. Era, tipo assim, porque eu não estou, a pessoa está pra fazer aquilo que eu faria se não tivesse trabalhando fora, entendeu?! (*Lilia, 25/08/14*)

²⁷⁶ Brites (2000) também identificou a prática do furto como algo recorrente entre as trabalhadoras domésticas que pesquisou no Espírito Santo.

Ela diz que sempre esteve atenta aos direitos da categoria e procurou estabelecer uma relação profissional com as trabalhadoras que passaram em sua casa, assinando a carteira de trabalho, contribuindo para a Previdência Social e emitindo recibos. Relata que age assim para que também possa exigir bons serviços, como a trabalhadora ter paciência e gostar de crianças quando seus filhos eram pequenos, fazer uma comida gostosa, limpar e arrumar bem a casa, para o caso das mensalistas. Para tanto, ela alegou não se importar em pagar até a metade do seu salário, *primeiro porque eu não gosto desse serviço, segundo porque eu não tenho talento nenhum e terceiro porque eu prefiro trabalhar na rua!*

Além da realização satisfatória dos serviços, Lilia chama atenção para a disponibilidade do tempo da trabalhadora doméstica, pois durante a infância dos seus filhos ainda não existia a lei que regulamenta a jornada de trabalho dessas profissionais, e ela pôde contar com trabalhadoras que chegavam muito cedo em sua casa, por volta das 6h30, faziam o café e apenas iam embora no horário do jantar, portanto trabalhando bem mais que 8h por dia. A patroa alega concordar com os novos direitos adquiridos pelas trabalhadoras, pois elas *merecerem ter família, vida e dinheiro*, mas admite que se a lei já existisse há 20 anos ela necessitaria de mais funcionárias para suprir suas necessidades. Também, quando elabora as qualidades que uma boa profissional deve ter, ela diz que não ter marido, filhos, morar perto e dedicar-se exclusivamente ao trabalho, compõe uma doméstica ideal, em que a relação dela com a trabalhadora seja profissional, mas da trabalhadora com seus filhos bastante afetiva, demonstrando na prática que a demanda pela disponibilidade²⁷⁷ e vínculo afetivo²⁷⁸ são aspectos bastante requisitados na procura por domésticas ainda que no ano 2016.

A Hilda foi a primeira empregada de todas essas milhares, eu acho que devem ter... Pelo menos umas cem! Milhares de empregadas, que foi a única que eu realmente tive confiança, porque não me rouba, nunca me roubou, é amiga, é vizinha, é ideal porque não tem marido, não tem... Porque tinha, os problemas também das que não dormiam em casa, as cozinheiras, era de levar as comidas, levar leite, levava pra casa. Era um problema, porque mesmo as que não eram assim ladras, mas tinham necessidade, eu acho que levavam as coisas por necessidade, né? E a Hilda foi a primeira que não, não levava, não tinha problema, nunca teve problema de faltar, porque as que tinham filho, o filho

²⁷⁷ Maria Betânia Ávila (2009) desenvolve sua tese justamente em torno dos usos do tempo de mulheres que desempenham trabalho doméstico não-remunerado e remunerado em Recife, e os impactos desta sobrecarga na participação política, na profissionalização, no lazer e no emprego do tempo para si dessas mulheres. A autora estuda os ritmos e práticas do trabalho doméstico com o objetivo de identificar possíveis resistências ante a dominação/exploração do tempo por parte de domésticas organizadas politicamente e defende que a aquisição de direitos como a fixação da jornada de trabalho e a casa própria contribuem incisivamente para a emancipação das mulheres.

²⁷⁸ Caroline Ibos (2012) realizando uma etnografia com babás e empregadoras em um bairro burguês de Paris, chama atenção às *cerimônias de recrutamento* das trabalhadoras, em que aspectos como a nacionalidade, a idade, a aparência e o primeiro contato com a criança são fundamentais para a efetivação do emprego.

adoecia, o marido precisava e tal; então, de vez em quando, faltava e eu ficava na mão, porque eu tinha que trabalhar, né? (Lilia, 25/08/14)

Por compor os requisitos já mencionados, mas mais do que isso ser *mãezona* e trata-la enquanto tal, Lilia diz que desenvolveu uma relação de amizade e intimidade muito forte com Hilda, como nunca tinha vivenciado antes. A patroa diz que ela foi a primeira a não lhe furtar e em quem pôde confiar integralmente, indo além de uma relação profissional.

Eu, nunca tive muita intimidade com nenhuma! Eu nunca conversei, nunca quis muito saber da vida delas. E, a primeira que eu tenho intimidade é a Hilda. Pelo jeito dela, de *mãezona* e tudo, assim, dela ter quase que me tratado também como filha; aí a relação ficou mais, mas só com ela! Antes, nenhuma! Não tinha nem uma, eu não perguntava nada da vida! Eu sabia assim, pelo que elas contavam, quem tinha filho, quem tinha marido, que contava alguma história e tal. Eu perguntava quando contratava também, né. Eu preferia as que não eram casadas, eu preferia as que não tinham filho, né?! Mas, nem sempre, a maioria tinha! E, mas eu perguntava, assim, pra saber, pra ter cuidado, pras minhas informações! (Lilia, 25/08/14)

Trabalhando há 16 anos em sua casa como doméstica mensalista e desempenhando todos os afazeres domésticos, menos lavar e passar, atualmente Hilda é aposentada, pois já pagava seu INSS como autônoma, e Lilia conta com os serviços de Mariazinha (passagem de roupas e faxina – na forma de diárias) e Francisca (lavagem das roupas) complementarmente.

Em relação à nova lei das domésticas, a patroa diz concordar com as mudanças sancionadas, ainda que saiba que muitos patrões estão estranhando, sobretudo a limitação da jornada de trabalho de 8h. Ela diz que em seu caso, no que tange aos direitos, nada mudou, pois sempre pagou de acordo com os direitos regulamentados, ainda que saliente a dificuldade que teria para organizar sua vida cotidiana se a lei já tivesse sido promulgada em anos anteriores. Como Hilda já pagava sua aposentadoria, Lilia diz que lhe paga um salário, mais os antigos 12% relativos à previdência social. O salário aumenta gradativamente em proporção às atualizações do salário mínimo. A empregadora acredita que mesmo com a Lei das domésticas a procura pelos serviços não irá diminuir, pois todas as mulheres de seus ciclos de amizade possuem trabalhadoras domésticas e quando estão sem, estão em busca. Ela argumenta que ainda tem muitas mulheres que ocupam este cargo, pelo menos na cidade de Belém, e que em seu caso específico, *só se eu não tivesse a menor condição, não tivesse nenhum tostão pra dar, só se eu não pudesse pagar! Só nessa condição que eu não teria!*

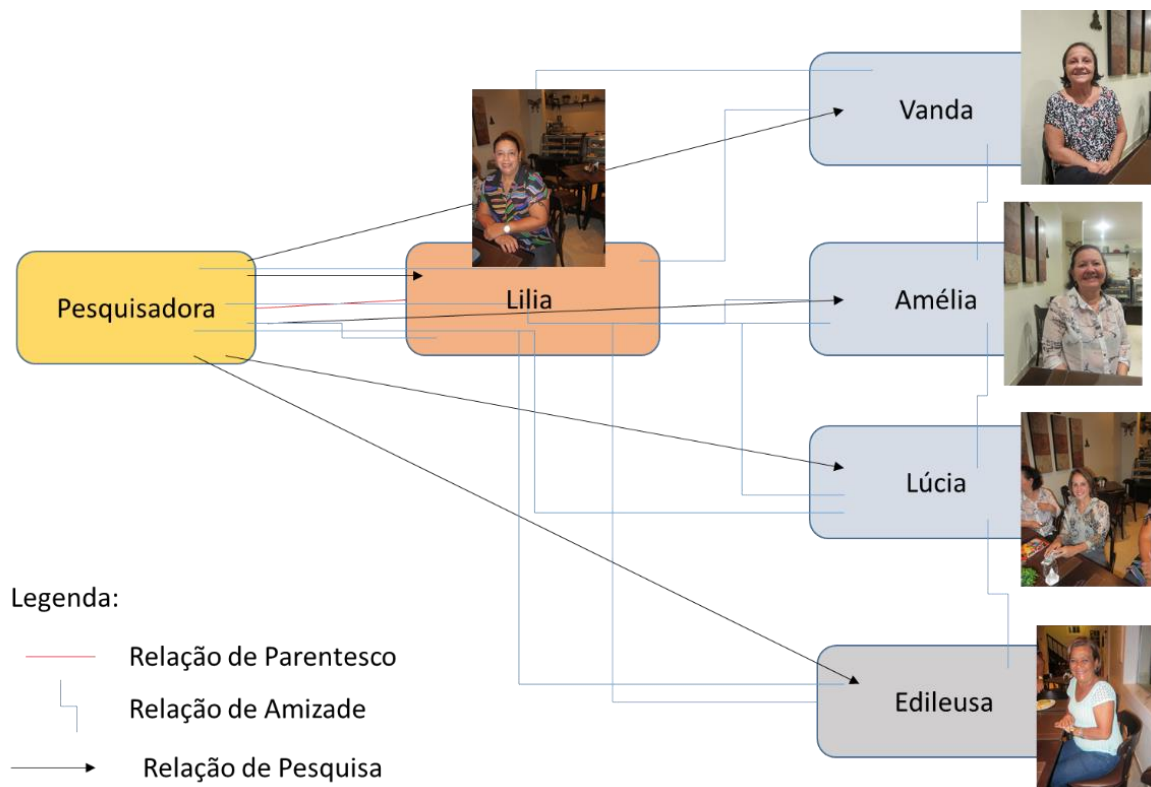


Figura 99: Lilia, foto de 2014 – Autoria da pesquisadora

7.2 O grupo das empregadoras

A partir de Lilia, acessei algumas de suas amigas que, como relatado acima, tive a oportunidade de entrevista-las coletivamente. Elas são: Vanda, Amélia, Lúcia e Edileusa, todas engenheiras civis, por volta dos 60 anos e residentes de Belém. Nossa entrevista foi realizada no dia 26 de agosto de 2014, em uma confeitaria da cidade.

Figura 100: Rede de inserção com empregadoras



Pedi que todas as entrevistadas se apresentassem, falassem um pouco de suas configurações familiares e como e quando a participação das trabalhadoras domésticas passou a fazer parte de suas vidas. Elaborei essa pergunta mais genérica com o intuito de despertar lembranças de experiências passadas e presentes que foram sendo pensadas e revividas no momento da entrevista. Posteriormente, para além de algumas situações que foram relatadas, perguntei quais seriam as habilidades e competências que uma trabalhadora ideal deveria ter, e também o seu oposto, ou seja, quais os motivos que as levam demitir uma funcionária. Além disso, as instiguei a refletirem sobre as especificidades do trabalho doméstico remunerado, como o fato de ser desempenhado na privacidade dos domicílios. Também as questioneei sobre a possibilidade de organizarem seus cotidianos sem a presença dessas mulheres, as

ambiguidades que podem permear a relação entre domésticas e patroas e se perceberam mudanças desde que começaram a contratar trabalhadoras domésticas até os dias atuais.

7.2.1 Vanda



Figura 101: Vanda

Vanda tem 62 anos, é casada, tem dois filhos adultos que moram em outras cidades e um neto. É formada em Engenharia Civil, mas nunca exerceu a profissão, tendo optado por ficar em casa e cuidar dos filhos. Desde a infância na casa dos pais, oriundos do interior do estado, a presença de domésticas foi muito frequente, inclusive tendo sua babá Maria, permanecendo com os pais dela até os dias atuais. Como Lilia, ela passou a contratar esse tipo de serviço após casar-se e constituir um novo núcleo familiar, mas buscando uma doméstica mensalista, já que a atividade de babá era exercida por ela mesma. Sua trabalhadora doméstica mensalista atual se chama Bena, e Vanda diz que desde o casamento, já há 34 anos, ela teve apenas 4 funcionárias.

A empregadora diz que Bena é uma funcionária exemplar, não falta, chegando mesmo a ir doente para o emprego algumas vezes. Ela acredita que isto acontece porque a funcionária mora sozinha, pois a filha passou em uma universidade em São Paulo. Vanda diz que logo que chegou em sua casa Bena não sabia fazer nada, mas decidiu contratá-la por parecer uma *pessoa de bem*. Ela foi aprendendo com a patroa e Vanda exemplifica a relação entre as duas atualmente: *Hoje ela assume a casa, hoje ela diz: Dona Vanda, não, hoje ninguém vai comer peixe! Vamo comer frango! Eu digo: Então vamo comer frango! Ah, dona Vanda, eu não gosto*

de picadinho (guisado)! Eu não sei se vocês já ouviram? Ela não come picadinho, ela não gosta! Ela tem direito de não gostar do picadinho! Tu tá entendendo?

Este comentário de Vanda lhe serviu para mostrar a autonomia da trabalhadora, mas com um certo tom de desaprovação devido a trabalhadora manifestar o que não gosta de comer, o que seria considerado inapropriado em uma relação de trabalho hierárquica. O mais indicado de acordo com a maioria das patroas, seria que a funcionária se alimentasse com o que tivesse sem reclamar, por isso ela parece insistir se isso acontece com as outras amigas patroas também.

Vanda diz que todas as trabalhadoras que passaram por sua casa foram embora de forma amigável, uma para casar, outra que Vanda é madrinha dos 3 filhos e somente uma por exagero de faltas. A atual tem 56 anos e Vanda diz que pretende aposentá-la. Ela diz que o maior requisito para a permanência de uma trabalhadora em sua casa é a *confiança*, e o motivo que lhe levaria a demitir seria a *deslealdade*. Todos atributos morais, não necessariamente acionados nas esferas contratuais do trabalho²⁷⁹. Ainda ressaltando a proximidade de sua relação com Bena, sem deixar de enfatizar os aspectos hierárquicos de tal relação, Vanda diz que muitas vezes, enquanto ela está na cama, a doméstica senta no chão de seu quarto para conversar, mesmo tendo muito trabalho para fazer na cozinha. Além disso, ela ressalta que Bena coloca a perna no sofá e chega a dar opiniões quando Vanda se reúne com as amigas, mesmo sem ser solicitada. Mais uma vez, indo de encontro ao *manual de prescrição do mundo dos patrões*. O que é tolerado pela patroa devido a relação de amizade entre as duas.

Vanda alega que nunca foi roubada, que pelo contrário, chega a dar comida e Bena não levar, a empregadora diz que a doméstica almoça na mesa com ela e o marido. Vanda diz que Bena gosta muito de ouvir rádio e que quando ela parar de trabalhar, pois está com 56 anos e trabalha há 17 anos na casa, pretende contratar uma diarista para ajudá-la, pois diz que já trabalhou muito em casa e com 62 anos precisa de um suporte. Vanda mora com o marido e o cachorro *Pistache*, e diz que Bena o adora.

²⁷⁹ Sobre esses impasses e coexistência entre razão e emoção ver o trabalho de Gomes (2015), desenvolvido em audiências entre domésticas e patroas na cidade de Niterói/RJ em que os discursos e práticas são permeados de emoções, mesmo na esfera dos agentes jurídicos que, muitas vezes, julgam os casos e acordos a partir de sentenças morais e/ou afetivas, sendo o caráter *técnico* relegado ao segundo plano.

7.2.2 Amélia



Figura 102: Amélia

Amélia também tem 62 anos, é engenheira de obras, ainda atuante, casada e com dois filhos. O mais velho é casado e reside em Belém, mas na sua casa própria e a filha mora em outra cidade. Então, em sua casa, mora apenas ela e o marido. Ela relata que a figura da doméstica sempre foi atuante em sua trajetória, antes em número maior, já que seus pais tinham fazenda no interior e muitas meninas vinham para a capital estudar e trabalhar na casa da família. Este trabalho ela diz que não era remunerado na forma de um salário mínimo, mas sim com uma quantia em dinheiro, além do suprimento de moradia, alimentação e saúde. *Eu acho que era uma relação até bastante amistosa, porque até hoje, as que sobreviveram, permanecem em constante contato com a gente. Nós temos empregadas, a gente ajuda até hoje! Nós demos casa, que a gente dá cesta básica, empregadas da época de criança, né?*

Como as outras duas empregadoras, Amélia diz que quando casou e, principalmente, com o nascimento dos filhos, ela começou a ser *dependente* de outras mulheres, desde a enfermeira, a babá e a doméstica mensalista. Atualmente ela tem o que nomeia de uma *fixa* (mensalista), e uma *móvel* (diarista). A trabalhadora doméstica mensalista de Amélia, começou a trabalhar com 18 anos, sendo o seu primeiro emprego, que perdura há 11 anos. Amélia diz que desde o início assinou a carteira da trabalhadora, pagando todos os direitos, o transporte e inclusive a mensalidade do colégio de um de seus filhos. Atualmente, com as mudanças da nova lei, ela inseriu uma tabela de horários em que a funcionária assina a hora que chega e parte em um banco de horas. A funcionária também realiza diárias uma vez por semana na casa do filho de Amélia.

A empregadora diz que uma *pessoa de confiança* é primordial em qualquer casa, assim como Lilia, Amélia diz que já foi muito roubada, relatando uma situação em que empregava duas domésticas e sumiram 12 mil dólares de seu apartamento. Ela contratou um investigador e descobriu que quem tinha pego era uma delas, que estava trabalhando com ela a aproximadamente 10 meses, e que aparentava ser bastante religiosa. Na polícia a funcionária acabou confessando, mas como neste processo também soube que a funcionária tinha um namorado e que ela sabia todos os hábitos da casa, ficou com receio de denunciá-la e o casal cometer algo contra a família, então ela apenas dispensou a doméstica sem registrar queixa e nem reaver seu dinheiro. Outra situação difícil que a patroa passou foi o falecimento de uma trabalhadora em sua casa, após um infarto que ela descobriu posteriormente ter sido resultado de uma combinação de remédios para a consecução de um aborto.

Com a funcionária atual, Amélia diz que a ajuda muito, dando comida para ela levar para os filhos. Mas não deixa de salientar a sexualidade²⁸⁰ da doméstica, que seria *danada*, pois, após o segundo casamento, estar tendo um caso com o compadre.

Amélia diz que apesar de ajudar muito a funcionária, não dá *intimidade* para que realizem as refeições conjuntamente.

Às vezes eu tô tomando café, aqui na mesa, aí ela tá no balcão ali, tem um banco grandão, ela toma café ali, mas almoçar, ela almoça antes da gente, na mesma mesa, eu não troco louça, eu não troco nada! Ela come melhor do que eu, porque, às vezes, ela me diz como é que tá o gosto dos doces que eu comprei, dos biscoitos, ela que sabe, primeiro que eu! Ela reclama do sabor, entendeu?! Mas ela não vê televisão comigo, ela não vai no quarto comigo, ela não entra assim se não tiver na porta. Ela tem muitos anos, eu trato muito bem, mas tem um limite. Ela andava com um short, a bunda desse tamanho! Um short. Até porque ela vivia me enchendo o saco que ela estragava as roupas dela. Eu dizia pra ela que aquilo não era roupa pra ela trabalhar!
(Amélia, 26/08/14)

Sua funcionária de chama Melissa, mas todos a chamam de Meire, para além da fama de namoradeira de porteiros que Amélia diz que ela possui, ela participa bastante de redes sociais via *internet*, em que se comunica com os filhos de Amélia, além de postar várias fotos suas na residência da patroa, ela também trabalha assistindo televisão. Segundo Amélia, Meire é uma excelente cozinheira e uma péssima faxineira. Nas duas gravidezes da trabalhadora, ela foi assegurada pelo INSS, mas a empregadora completava o seu salário e deu de presente os

²⁸⁰ Bastante retratada em diversos trabalhos, como a *mulata* com sexualidade afluída de Freyre em Casa Grande e Senzala (1933), uma outra posição em relação ao comportamento amoroso das trabalhadoras domésticas me foi relatada por Marcelina, trabalhadora doméstica baiana, que alega que elas ficam vulneráveis e carentes, pois na cidade não possuem amigos ou família, por isso muitas acabam estabelecendo vários relacionamentos amorosos.

enxovais das crianças. Amélia diz que quando viaja pede para Meire aproveitar os dias livres e levar os filhos ao médico, mas alega que por ser *desleixada* ela não vai.

Amélia diz que ela e as irmãs possuem um forte vínculo afetivo com antigas babás, as ajudando até o presente, inclusive com a última tendo precisado de uma dentadura de 1 mil reais, mas acredita que futuramente, com o estabelecimento da nova lei, as relações domésticas-patrões não terão mais este caráter afetivo, o que é ruim por um lado, mas bom porque irá garantir a aposentadoria das trabalhadoras. Ela finaliza: *Mas nunca! Sem empregada, eu? Criar meus filhos? Eu não tinha tido nem filho! Hoje, eu já tô pensando, daqui a pouco tem que começar a treinar uma cuidadora.*

Atualmente, Amélia mora sozinha com o esposo, mas como ele trabalha em outra cidade, ela passa muitos dias sozinha. O filho vem almoçar em casa com ela todos os dias. Além da mensalista que trabalha há 11 anos, e tem 35 anos, ela também tem uma diarista que vai uma vez por semana há 6 anos.

7.2.3 Lúcia



Figura 103: Lúcia

Lúcia tem 61 anos, é engenheira civil, mas atualmente trabalha na área financeira, no serviço público, ela é viúva, tem duas filhas, uma casada e outra que mora com ela e diz que também, desde a infância, convive com trabalhadoras domésticas. *Lá em casa tinha uma que era a tal da “minha madrinha” que ela chamava pra mamãe, né; cuidou da gente a vida inteira! Ajudou a cuidar dos filhos nossos lá de casa, e hoje nós cuidamos dela. Que ela tá idosa, né, e hoje ela tem também pessoas que cuidam dela, cuidadora, que também não deixa de ser uma, uma doméstica, né?*

Logo que casou Lúcia foi morar em Brasília, tendo nascido lá suas duas filhas, foi apenas com esses eventos que ela passou a ter necessidade de uma babá e uma mensalista, pois antes necessitava apenas dos serviços de uma diarista. Ela narra que sempre teve bastante sorte com as pessoas que trabalharam para ela, que permaneceram por muitos anos, sendo que as primeiras funcionárias, que eram irmãs, de Brasília, têm contato com ela até os dias atuais. A doméstica mensalista de Lúcia do presente, trabalha em sua casa a aproximadamente 15 anos e, após o casamento da filha, ela também passou a realizar diárias na outra moradia. Sobre a relação que mantém com as trabalhadoras, Lúcia discorre: *A gente cria uma relação de amizade, de ajuda, né?! Ah, construir a casa, deixa que eu compro isso! Ah, vou fazer uma reforma aqui em casa, leva os armários pra ti! Né? A geladeira, leva! Então fica assim, às vezes, ela já se tornam até um pouco abusadas, né?*

Este abuso que Lúcia se refere pode ser exemplificado em uma situação durante da Copa de 2014, quando a filha deu de presente à diarista umas cervejas e no outro dia ela não compareceu ao emprego, ligou e disse para a outra filha de Lúcia que não iria porque estava de ressaca. A patroa achou um absurdo e disse que aquilo não poderia se repetir, pois todos teriam bebido e assistido o jogo, mas tiveram que comparecer ao trabalho no dia seguinte. A funcionária então disse que se enganou, que estava doente, ao que Lúcia disse que pior ainda seria ela continuar mentindo. No entanto, a patroa alega que normalmente a funcionária não falta.

Lúcia diz que assina a carteira de trabalho e está se adequando às transformações da nova lei, afirmando que acha importante a aquisição de direitos, pois assim como ela está envelhecendo e quer ter estabilidade, o mesmo ocorre com as domésticas. Além disso, ela relatou que há aproximadamente 5 anos, sua funcionária, por volta de 60 anos, voltou a estudar, que elas ajudam nos deveres e, por isso, ela deixa o emprego por volta das 15h. *Ela diz: Eu não quero, dona Lúcia, fazer um vestibular! Mas eu quero completar o segundo grau todinho. Eu digo: Lógico! E ela tá, tá eu acho que na sexta série.*

A confiança também é o atributo mais importante na avaliação de Lúcia, ela argumenta que, além disso, gosta de trabalhadoras bem-humoradas e educadas, que tratem bem quem vai ou liga para a sua residência. Lúcia diz que Irinéia conversa com ela, mas em pé do lado da mesa, pois coloca limites na relação. A última novidade é que a doméstica arranhou um namorado com metade da sua idade, que primeiramente não quis contar, mas depois mostrou a foto do rapaz para a patroa.

Lúcia diz que as relações entre domésticas e patroas vem se transformando, pois antigamente as mulheres começavam a trabalhar, moravam e passavam o resto da vida nessas famílias, ajudando as várias gerações. Para ela isso era muito bom, desde que a família também

ampare a trabalhadora quando de sua velhice, o que muitas vezes não acontece. Ela argumenta que atualmente há uma rotatividade maior e, portanto, que essas relações tendem a desaparecer, mesmo que amizades ainda possam ser desenvolvidas.

Ela mora com a filha e além da mensalista, recorre esporadicamente a uma diarista para uma faxina mais *pesada*. Lúcia também possui um cachorro que diz que inicialmente a doméstica disse que iria embora, mas que com o tempo apaixonou-se.

Tanto no caso de Amélia como de Lúcia, percebemos a ampliação das redes de trabalho das domésticas, posto que depois que se casaram, elas passaram a também trabalharem para os filhos das patroas.

7.2.4 Edileusa



Figura 104: Edileusa

Edileusa tem 61 anos, é divorciada, tem uma filha biológica que é casada, tem um filho e mora em outra cidade, mas Edi, como é mais conhecida, diz que tem mais dois filhos que moram com ela e a mãe, mais um que mora perto, além dos netos e bisnetos. Ela é oriunda da cidade de São Luiz/MA, e diferente das outras, diz que na sua infância não existiu a participação de trabalhadoras domésticas, pois sua família era bastante *humilde*, as atividades eram desempenhadas por sua mãe, que inclusive, durante um período, exerceu a função de doméstica. Confirmando as estatísticas disponíveis e nossos dados de campo, a mãe de Edi é negra. *Diz ela (mãe) que já nasceu o dente dela cuidando de outras pessoas, trabalhando fora, né?*

Edi chegou com a mãe e a irmã em Belém por volta dos 8 anos e relata que começaram a construir a vida e após alguns anos passaram a contar com serviços de domésticas. Quando casou e saiu de casa também começou a contratar os serviços dessas profissionais, mas nunca

assinou a carteira de trabalho delas. Diz que sua última doméstica trabalhou por mais de 15 anos, mas decidiu aposentar-se e descansar. Contudo, recentemente sua filha foi chamada à justiça por uma trabalhadora, o que fez com que Edi decidisse assinar a carteira de trabalho da doméstica atual para evitar problemas futuros.

Por conta disso (ocorrido com a filha), eu dizia pra minha: Olha, se tu fizer isso, eu vou te dar porrada! Porque ela também, a última que tava comigo, ela fez um acordo comigo. A Neide era assim: Não, eu não quero nada, porque eu quero só que a senhora me ajude a construir a minha casa! Né? E foi o que aconteceu! Realmente, falta telha, falta o tijolo, é tantos milheiros, é tantas, e assim eu fui fazendo! Ela, até então, ela já foi embora, tá lá na casinha dela. E essa agora não, essa agora eu tive todo o cuidado de botar tudo o preto no branco! Tá, eu tô pedindo agora pra mim, inclusive a tabela do horário! Porque eu quero botar bem direitinho, porque falta que é uma beleza! Aí na hora de pagar... De precisar o domingo, tem que pagar o domingo, porque lá, né? (Edileusa, 26/08/14)

A funcionária atual também é liberada por Edi para realizar a faxina da casa da irmã uma vez por semana. Segundo ela, confiança é fundamental, exemplifica que a antiga funcionária faltava, não cozinhava ou limpava muito bem, era *respondona* e mal-humorada, mas nunca mexeu em nada que não era seu, e apenas esta postura, justificava a permanência no emprego. Após 15 anos no trabalho, sem carteira assinada, mas baseadas em um acordo verbal (a construção da casa da doméstica), Edi espera que futuramente esta não acesse a justiça do trabalho contra ela.

Diferente das amigas que conviveram com domésticas ao longo de suas infâncias e adolescências até chegar ao casamento, Edileusa diz que a primeira trabalhadora que lhe marcou foi uma que sua mãe gostava muito, que engravidou de seu irmão já falecido, e Edi o criou como seu filho, hoje com mais de 40 anos. Ele continua tendo contato com a mãe biológica que mora em Brasília. Afora este caso, Edi lembra de uma outra doméstica da mãe que era muito competente, mas reflete que não teve a mesma sorte, ainda que não tenha tido problemas com a justiça ou polícia, apesar de já ter sido roubada. Atualmente, ela tenta estabelecer uma relação mais profissional com a trabalhadora, mas ressalta os desafios:

Hoje, eu digo pra de hoje, a que trabalha comigo: Olha, tu já sabe, tu queres todos os teus direitos, eu acho que tem todo direito! Mas também tem os teus deveres, tá? Também você tem os seus deveres! Se você tá doente, assim como eu tenho que ir pro meu trabalho, assim você tem que trazer pra mim! Agora pergunta quantas vezes ela trouxe? Nenhuma! Não traz! Eu me esqueci! Ela nunca foi! Eu nunca descontei um centavo por conta de faltou, de não faltou, eu ameaço! (Edileusa, 26/08/14)

Refletindo sobre a importância e necessidade de uma trabalhadora doméstica, Edi diz que quando a sua filha era pequena pôde contar com grande ajuda da mãe, então que talvez não fosse algo tão imprescindível, mas atualmente diz que pelo menos uma diarista se faz necessário. Na casa da mãe de Edileusa moram as duas, mais uma filha com duas netas e o filho com a esposa e o neto, portanto são 8 pessoas. Além da doméstica mensal que está a apenas 6 meses na casa e tem por volta de 40 anos, eles contratam uma passadeira e a mãe de Edi, apesar de ter completado 90 anos, ainda cozinha bastante.

Em relação às transformações nas relações imbricadas ao trabalho doméstico remunerado, Edi argumenta:

As pessoas que vinham do interior, mais ou menos, era assim. Hoje em dia, já não é assim, hoje em dia você já casa, você já não pega mais uma criança, você não pode mais fazer isso! Porque agora é considerado trabalho escravo, você não pode pegar uma criança pra você cuidar, pra te servir. Você já não tem mais uma relação que você vai criando amizade com aquela pessoa. (Edileusa, 26/08/14)

Este relato de Edileusa é bastante importante e emblemático para darmos início ao próximo tópico deste capítulo, mas antes que o façamos é importante chamar atenção para a faixa etária das trabalhadoras domésticas, bem como o tempo de permanência no emprego, nos casos das empregadoras que estivemos em contato.

Tabela 25: Idade e tempo de permanência no emprego por empregadora

Empregadora/idade	Líliá/60 anos	Vanda/62 anos	Amélia/60 anos	Lúciá/61 anos	Edileusa/61 anos
Trabalhadora/idade	Hilda/69 anos	Bena/56 anos	Meire/35 anos	Irinéia/57 anos	/40 anos
Tempo de permanência	14 anos	17 anos	11 anos	15 anos	10 meses

Todas as empregadoras já tiveram domésticas que moraram em suas casas, sobretudo quando os filhos eram pequenos, por requisito próprio, mas também, muitas vezes, porque a trabalhadora era oriunda de cidades do interior e não tinha onde morar na capital. Em relação à disponibilidade do tempo, sobretudo na narrativa de Líliá, percebemos que ela valoriza a dedicação da trabalhadora, ao mesmo tempo em que também incomodava-se por ter que levar uma das funcionárias para os programas dos finais de semana. Lúciá também chama atenção que apesar de já ter tido uma funcionária que residia em sua casa, também não se sentia à vontade com a presença dela na intimidade do lar, por isso, prefere trabalhadoras que residam

em suas casas próprias. Atualmente nenhuma patroa emprega trabalhadoras que residam em seus domicílios.

Assim como nas narrativas das trabalhadoras, a alimentação também se coloca como assunto central nas conversas entre as patroas, seja quando Lilia e Vanda relatam que suas trabalhadoras domésticas colocam as marcas dos produtos que devem ser comprados nas listas de compras, ou como quando Amélia e Lúcia dizem que suas trabalhadoras possuem a senha de seus cartões para realizarem compras, mas também em momentos mais tensos, como por exemplo, guardar comida caso as trabalhadoras forem almoçar depois para garantir que se alimentem bem, como Lilia faz; ou, ao contrário, ter que dizer que o marido ou filho querem jantar, sob o risco da doméstica levar toda a comida para a casa, como no caso de Amélia. Esta empregadora também relata casos de furtos envolvendo comestíveis: *Eu já encontrei carne dentro do vaso sanitário, caixa acoplada, eu já encontrei um pacote de filé, dentro da caixa acoplada! Mas o maior ódio que o Chico tem, foi de uma empregada que roubou o whisky dele.*

Figura 105: Entrevista coletiva empregadoras, fotos de 2014 – Autoria da pesquisadora



7.3 Os neófitos: Rosinda e Thiago

No início de meu doutorado fui a um congresso na cidade de Goiânia em que acabei encontrando uma antiga amiga de graduação da Universidade Federal do Pará; ao conversarmos sobre nossas vidas e temas de pesquisa, ela me relatou que com duas filhas pequenas estava tendo várias experiências com trabalhadoras domésticas e que uma vizinha chegou a lhe comentar algo como, *por que vocês tão se desgastando, perdendo dinheiro em agências, não seria mais fácil trazer uma menina do interior?* Ao que Rosinda teria respondido: *Eu já tenho duas crianças, vou querer mais uma?*

Esse relato me pareceu bastante oportuno para pensarmos esta dimensão tão frequente nas trajetórias de mulheres que vivenciaram ou continuam inseridas neste trabalho, ou seja, a vinda muito nova, ainda criança, com a idade de aproximadamente 10 anos, para morar em uma casa de família nas capitais, com o projeto de estudar e melhorar de vida, mas que muitas vezes, transformou-se em exploração, maus tratos e a interrupção da alfabetização de muitas meninas. No caso da conversa entre Rosinda e sua vizinha, a diferença geracional entre as duas chama atenção, pois enquanto para a segunda, seguramente mais velha, esta prática de reciprocidade/ajuda bastante frequente na sociedade brasileira se colocava como a resolução dos problemas, para Rosinda, ao contrário, na faixa etária dos 30 anos, funcionária pública, cientista social e estudante de mestrado, *pegar* uma menina no interior significaria adotá-la, lhe proporcionar todos os serviços e bens necessários a uma infância considerada saudável, como a que planeja para as suas filhas biológicas, e não exigir a realização de trabalhos domésticos em troca de moradia e alimentação. Além disso, desde 1999 foi ratificada a convenção 182 da OIT que proíbe o trabalho infantil, em que o trabalho doméstico é considerado uma das piores modalidades.

Após este encontro fiquei instigada a continuar conversando com Rosinda e seu marido para conhecer quais as dificuldades do cotidiano doméstico de um casal jovem com duas filhas, àquela altura uma de 6 anos e outra de 2 anos. Então, durante minha pesquisa de campo na cidade de Belém, os contatei e realizamos uma entrevista na casa deles, com a participação das filhas, na noite do dia 8 de maio de 2013.

Rosinda é oriunda de uma família de Curuçá, apesar de ter nascido em Belém, sendo a última de muitos irmãos, no momento de nossa entrevista ela estava com 33 anos. Foi criada naquela cidade até os 13 anos, quando então veio morar na capital, na casa de uma irmã, para continuar estudando, mas sob a responsabilidade dos pais, tendo a irmã como um apoio. Ao terminar o Ensino Médio, para seguir estudando e reduzir o custo que os pais tinham com ela, Rosinda decidiu fazer o curso técnico de Enfermagem e depois passou em um concurso do

hospital universitário Betina Ferro. Neste período, ela também tentou algumas vezes o vestibular para o curso de Medicina, mas sem sucesso. Como participava de grupos religiosos optou por estudar Teologia e descobriu as Ciências Sociais, quando nos encontramos na UFPA. Desde então, Rosinda diz que é uma acadêmica profissional, pois continua trabalhando no hospital e investindo em sua educação, tendo realizado uma especialização e atualmente o mestrado em Ciências da Religião.

Ainda na graduação, no ano de 2006, Rosinda casou com Thiago e teve sua primeira filha, Beatriz. Tendo o seu pai feito o noivo prometer que ele não permitiria que a filha parasse de estudar. Após o casamento eles foram morar em uma casa no conjunto Cidade Nova, na Região Metropolitana de Belém, onde contaram apenas com a ajuda de uma faxineira que ia esporadicamente.

Já Thiago possui uma trajetória um pouco diferente, tendo nascido e sido criado na capital, na data de nossa entrevista estava com 31 anos, e diz que encontrou-se com Rosinda devido o envolvimento dos dois na igreja batista, pois conheceram-se em um encontro jovem da igreja, em que ele coordenava a equipe de música que ela fazia parte. Começaram a namorar em 2004, mas passaram por alguns desafios como a saída recente de um relacionamento de Rosinda, fazendo com que ela não estivesse disposta a investir em outra relação, e também o temperamento da mãe de Thiago, que estranhava o fato de Rosinda ser tão independente, já trabalhando e o filho ainda recém-formado.

Thiago estudou em escolas particulares, praticou vários esportes e aos 15 anos começou a interessar-se por computadores. Influenciado pelo pai, realizou o curso de *designer*. No entanto, sempre gostou de História, realizou um MBA em *Marketing* e atualmente cursa o mestrado em Artes na UFPA. Além disso é poeta, compositor e cronista e diz estar cada vez mais vinculado a estas atividades. Mas a religião sempre lhe inquietou, fazendo com que ele estudasse Teologia juntamente à namorada.

Quando Rosinda soube que estava grávida, os dois contaram às famílias de Belém e Thiago ficou muito nervoso ao pedir a *mão* da filha ao pai em Curuçá, já com data de casamento para abril de 2006. Aceita a promessa de que não deixaria Rosinda parar de estudar, os dois casaram na igreja batista, com poucos recursos, mas com a ajuda de familiares e amigos e foram morar em uma casa alugada da tia do Thiago, na Cidade Nova. Com o nascimento da filha, o casal começou a discutir a necessidade de contratar uma babá, pois a Rosinda tinha quatro meses de licença, mais dois de férias acumuladas, mas a universidade logo retornaria e eles não tinham com quem contar. Então ela começou a perguntar para as parentes se conheciam alguém e foi quando uma prima lhe sugeriu a Maria, que trabalhava para ela de maneira informal, mas com o marido desempregado, não tinha mais condições de pagá-la.

Maria foi no dia posterior à casa de Rosinda, mas com bastante medo, pois com 21 anos e já tendo um filho de 5 anos, ainda assim tinha receio de tratar bebês. Àquela altura Rosinda também não pôde assinar sua carteira, pois com o marido estagiário e apenas ela trabalhando, eles não tinham condições financeiras.

Ah, mas eu faço um acordo contigo, como tu vem na informalidade e tudo, eu não vou assinar a carteira, eu não vou pagar um salário; então tu vem, o salário era 315, 345, mais ou menos, era uma diferença de 100 reais, mais ou menos, do que ela ia ganhar, pra um salário! Aí, só que assim, só é pra ti ficar no período que eu não estiver, quando eu chegar tu pode ir embora! E era assim que a gente fazia, ela chegava 8h, aí quando ela chegava, eu já tinha dado banho, eu já tinha feito o banho da Beatriz, eu já tinha feito a comida, e aí ela, e batido roupa na máquina. Aí ela só fazia colocar as roupas no varal e olhar ela, dar a papinha que eu já deixava pronta, né; isso mais tarde, porque logo no início, ela só mamava no peito mesmo! Então, ela era muito bebê, ela tinha um mês de vida, eu tirava tudinho nos potes, fazia a ordenha, deixava no congelador, congelava, aí quando ela chegava, ela descongelava no banho maria e dava pra Beatriz. Aí era só isso que ela fazia, dar o leite! O leite materno. E trocar as fraldinhas caso ela fizesse cocô, ou fizesse xixi. *(Rosinda, 08/05/13)*

Com o decorrer do tempo a babá foi assumindo outras atividades como lavar e passar a roupa de Bia, preparar sopas e dar frutas à menina. A família mudou-se para a rua Augusto Montenegro e conseguiu aumentar um pouco o salário de Maria. A babá permaneceu com Rosinda, Thiago e Bia por pouco mais de 1 ano, quando engravidou e precisou deixar o emprego para cuidar dos dois filhos, o marido de Maria era pedreiro e eles tinham uma casa própria. Rosinda e Thiago dizem que sentiram muito o fato dela ter que sair pois era uma excelente babá, tratava muito bem sua filha, e com a mudança para perto do emprego de Thiago, ele pôde almoçar todos os dias em casa e conviver mais com a filha e a babá, que naquele período também já cozinhava para a família.

Ela brincava como se fosse uma criança, falava como se fosse uma criança, entendeu, então ela tinha todo uns trejeitos de criança, assim como se fosse uma outra criança, só que cuidando. E aí um dia, uma vizinha, ela falou bem assim, eu morava no terceiro, ela morava no... Aí ela olhou pra mim e a Bia chorando, chorando, chorando, chorando, esperneando! Aí ela falou assim: Por que é que ela chora? Toda vez que tu chega hein? É porque ela não gosta de ti? Ela passa o dia com a babá e não chora. *(Rosinda, 08/05/13)*

Maria é maranhense, já tinha passado por várias casas de família e, segundo Rosinda, era muito tímida, mesmo após os apelos da patroa de que o salário dela aumentaria, ela partiu. Após dois anos deste fato, Maria voltou a trabalhar na casa da prima de Rosinda.

Precisando de alguém que a substituísse, Rosinda recorreu à sogra, que indicou a sua diarista, que realizava faxina e cozinhava, mas que iria demiti-la pois tinha encontrado outra.

Diferente de Maria, Elisa era de Manaus, mais madura, por volta dos 40 anos e com aproximadamente 5 filhos. Três do primeiro casamento que vieram de Manaus e dois de uma nova relação em Belém, também já era avó e participante da igreja adventista. Na primeira conversa com Elisa, Rosinda explicou que sua maior preocupação era a filha, por isso buscava alguém de confiança, pois em uma situação que Maria foi de férias para o Maranhão e deixou a amiga Mari em seu lugar, os pais descobriram que ela batera em sua filha.

Elisa permaneceu com eles durante um pouco mais de 4 anos, até o ano de 2010, e desenvolveram uma forte amizade, com ela os visitando e eles a telefonando em dias importantes. Ela saiu para ser cozinheira em uma escola adventista de Mosqueiro, quando Rosinda se deu conta do motivo pelo qual, apesar de vários pedidos, a trabalhadora não lhe entregava a carteira de trabalho, ela não queria ser registrada como doméstica.

A falta de arrecadação do INSS gerou uma grande despesa a Rosinda, pois um dia Elisa teve um problema de coluna, e sem o amparo do benefício, a patroa precisou pagar por todo o seu tratamento, além de ficar sozinha em casa, tendo acabado de gerar a segunda filha, Cecília. Thiago explica que a relação que estabeleceram com Elisa foi bastante diferente de Maria, pois provavelmente devido a diferença de gerações, Maria por volta dos 20 anos, enquanto Elisa por volta dos 40, ele alega que Elisa era *como se fosse uma mãe*, pois cuidava de todos da casa, não apenas da criança, chegando a intrometer-se quando o casal brigava.

Ele esclarece que quando da chegada de Elisa, a família estava se mudando para a casa da irmã de Rosinda, para que pudessem pagar a prestação do apartamento e do carro e não ter despesas com aluguel. Durante os 4 anos que a trabalhadora permaneceu com eles, 2 foram nesta casa, que totalizava 7 pessoas e mais uma doméstica. Acontece que, segundo Rosinda, Elisa era uma pessoa tão proativa que começou a desempenhar atividades que não faziam parte do combinado, como pegar a sobrinha da patroa no colégio, lavar roupas de todos, cozinhar, fazer faxina e ainda cuidar de Bia. Em uma de suas férias em que Rosinda não tinha com quem deixar a filha, ela propôs pagar os dias de Elisa, que levou Bia para Curuçá, e ainda ficou tomando conta de dois sobrinhos de Rosinda, tendo sido remunerada por ela e pela irmã de sua patroa, além de ter desenvolvido forte amizade pela mãe e todos os parentes de Rosinda.

Thiago ressalta que tantas qualidades de Elisa, fizeram com que se tornasse autônoma ao ponto de o casal perder a autoridade sobre o que iriam comer a cada dia, tendo que dizer para ela lhes perguntar o que queriam comer. Nesta época, eles se mudaram para o apartamento próprio, Rosinda começou a trabalhar de manhã e Thiago arrumava a filha e deixava no colégio. Elisa chegava por volta das 10h30 e pegava Bia na escola.

E aí, mas acabava que eu não tinha condições de cobrar dela o horário, por que eu não tinha condições? Primeiro que na antiga lei, o trabalhador doméstico era a serviço dos patrões, né? Assim, era uma necessidade dos patrões, então enquanto eu não chegava do trabalho, ela não era dispensada. Não tinha aquela obrigatoriedade das 8h. E ela, parece que ela se sentia tão bem aqui em casa, que ela não queria ir pra casa dela. Por conta de todos os problemas familiares que ela vivia na casa dela. Com o marido e tal. Aí ela ficava aqui, aí às vezes ela ficava até 21h da noite! Eu ficava agoniada, porque o que os vizinhos iam falar, né? A gente se preocupa muito com vizinho, porque o vizinho denuncia a gente pra todo e qualquer conselho, né? É o Conselho Tutelar, é o conselho não sei o quê... (Rosinda, 08/05/13)

Os problemas familiares de que fala Rosinda, era o alcoolismo do marido, que acabou por separar-se de Elisa enquanto ela trabalhava para o casal entrevistado. Eles elogiam a discrição da funcionária, que lhes contava tudo o que os vizinhos e as outras domésticas falavam, mas sem revelar nada do cotidiano da casa. Além disso, dizem que ela era de inteira confiança, sabendo onde tinha dinheiro e senhas dos cartões, o único problema é que se faltasse tomate e os patrões lhe dessem 50 reais, ela gastava todo o dinheiro com outras coisas que dizia que também estavam faltando e também exigia alguns produtos, como no caso das listas de compras realizadas pelas funcionárias de Lilia e Amélia. *Ela agia como se a casa fosse dela! Ela limpava, e aí no final de semana eu fazia fritura, e ela, tá tudo amarelado! Fizeram fritura! Tá entendendo? E não limparam! Era como se ela fosse a dona da casa! Aí tinha esse problema assim. Mas aí a gente ia levando, né, é o jeito!*

Thiago e Rosinda relatam que já fizeram uma festa de aniversário surpresa para Elisa, que atualmente, mesmo tendo saído do emprego para trabalhar em um restaurante, ela vai em todos os aniversários de Bia e fica com as crianças quando Rosinda precisa viajar. Após a saída de Elisa, Thiago e Rosinda dizem que não mais encontraram funcionárias como ela ou Maria, de acordo com a patroa, *as relações interpessoais acabam sendo prejudicadas pela legalidade*, decorrente da obrigatoriedade de novos direitos para a categoria. Ela argumenta que este fato a preocupa, pois diz que necessitam *de uma certa afetividade por causa das crianças*. Como se a formalização do trabalho tivesse direta relação com a perda de afeto na relação patrão-trabalhadora. Ou como nos sugeriu Lilia, pelo fato de ter crianças, o ideal é que a trabalhadora não tenha marido, filhos ou pais e dedique-se exclusivamente aos filhos da patroa.

A próxima funcionária era namorada de um colega de trabalho de Rosinda, mas além de não enxergar em um dos olhos, o outro também estava comprometido, reduzindo bastante a visão e como a filha mais nova do casal tinha apenas 1 ano, eles acharam perigoso e a dispensaram. Então, veio Luzia, dessa vez através de um colega de trabalho de Thiago, mas que permaneceu apenas 7 dias, *matou o irmão e desapareceu durante todo o carnaval!*

Depois veio outra por intermédio de uma tia, Shery, bastante nova, por volta dos 20 anos, já com dois filhos, mas que não sabia ler. Então um dia, a filha mais nova de Rosinda deslocou o braço e ao pedir que a babá desse um remédio, ela não sabia como distingui-lo. Mais uma vez o casal ficou sem funcionária pois ela pediu demissão, o que acharam bom por avaliarem que era arriscado deixar a filha com alguém que não fosse alfabetizada. Além disso, neste momento eles estipularam uma jornada de trabalho que ia das 8h às 15h30, 16h, e aos sábados de 8h às 12h. Todos os sábados Shery ligava e dizia que estava doente, nunca comparecendo. Depois do incidente com Elisa, o casal pediu para assinar a carteira de Shery, entregaram para o contador, mas antes mesmo que o processo fosse efetivado, ela pediu demissão.

Com a sua saída, ela indicou outra doméstica da mesma igreja (Assembleia de Deus). Era dona Ivete, por volta dos 50 anos, esposa de um pastor, já com filhos e netos. Rosinda diz que ela era bastante *legalista*, pois se passasse 1 minuto do horário reclamava. Acontece que neste período o casal estava bastante atribulado, saindo de casa de manhã e retornando apenas por volta das 19h30, 20h. Sabendo do excesso da jornada de trabalho, eles deixavam Ivete em sua casa e disseram que ela não precisaria vir no sábado, mas as reclamações não cessaram. Rosinda relata que ela pedia muitos favores à patroa, como, comprar alimentos no cartão ou doar roupas, então achava que uma troca, pautada na empatia, poderia ser estabelecida entre as duas, o que não ocorreu. Thiago e Rosinda também esclareceram que dona Ivete discutia muito com a filha deles e Rosinda começou a sentir-se culpada e com medo. *E aí eu comecei a, quando ela entrou eu comecei a ficar neurada, de medo de ela maltratar as meninas, porque eu via que ela era mal-humorada. Só que era no meu período mais crítico do mestrado! Eu tinha 4 artigos pra entregar, mais o meu projeto todo refeito, e eu ficava pensando em dispensar, em ter que garimpar uma outra pessoa!*

Após 3 meses de trabalho, Ivete pediu para tirar férias no mês de julho e Rosinda lhe explicou que não seria possível, também pediu que a funcionária resolvesse sua situação no INSS, pois seu registro estaria com problemas, sendo arrecadado em nome de outra pessoa. Insistindo em querer tirar férias e continuando a reclamar da jornada de trabalho, que Rosinda afirmava não ser regulamentada, Ivete decidiu por sair, dizendo que ficaria até que o casal encontrasse outra pessoa. Com medo que a funcionária fizesse algo contra as filhas, Rosinda disse que ela apenas precisaria vir para pegar seu dinheiro e a carteira de trabalho. Quando percebeu que o casal fizera as contas baseado no pedido de demissão, ela insistiu que teria sido o contrário, os ameaçando a buscar a justiça do trabalho, o que não foi feito.

Precisando bastante de uma babá/doméstica, Rosinda decidiu pedir alguma indicação para a trabalhadora da vizinha, que falou com outra, que disse que uma prima viria no outro dia trazendo referências. Como na manhã seguinte a prima não veio, Andréa, que trabalhava em

outro andar, perguntou se Rosinda gostaria de ficar com ela, pois estaria pedindo demissão naquele momento, ela aceitou. *Eu tava no sufoco porque eu tinha que trabalhar, e com quem eu ia deixar as meninas? Já era coisa urgente, já não tinha mais tempo pra treinar, já não tinha mais nada de tempo!*

Com uma semana de trabalho, ainda que bastante satisfeitos com o trabalho de Andréa, que fazia uma boa faxina, comida gostosa e cuidava bem das crianças, a trabalhadora desapareceu. Pediu que Rosinda lhe desse o dinheiro da semana, e não voltou mais. O casal acredita que ela tenha algum vício, por isso, não permanece nos empregos.

Desde então, Rosinda e Thiago decidiram recorrer a uma agência de empregos, por não mais acreditarem que pessoas referenciadas dariam certo, em busca de uma nova tentativa. Thiago primeiramente consultou uma agência que cobrava 450 reais, mas decidiu-se por contratar uma que cobrou 200 reais, com a possibilidade de trocar de funcionária 3 vezes, em até 3 meses, e com o ressarcimento de algum dano (furto). Contrataram Marluce, que permaneceu durante 6 meses, mas Thiago ingressou no mestrado, não pôde trabalhar e o casal ficou sem condições de pagá-la. Eles dizem que no início ela era muito boa, mas que com o tempo começou a faltar muito, com a desculpa de estar doente.

Eu acredito, só que assim, elas desaparecem! E elas não têm o compromisso de ligar e dizer, olha, eu tô doente, eu não vou hoje. E assim, quando é só empregada tudo bem, é a casa, os patrões vão trabalhar, não tem problema nenhum. Só que as crianças, é muito difícil quando tem criança! Porque aí, a Cecília ainda não estudava, era Thiago? Aí era só a Bia, e aí a Bia ia pra aula, mas tinha a Cecília, aí eu faltava trabalho, e ficava naquela desculpa, eu cheguei a pedir pra trocar de horário no meu trabalho, a minha chefe olhou pra minha cara e falou que isso era problema pessoal, que ela não tinha nada a ver! E aí, eu tive que levar pra casa da minha irmã, pra ficar, enfim, toda vez que ela faltava era isso! (*Rosinda, 08/05/13*)

Rosinda então começou a ter insônias, a passar mal e foi diagnosticada com síndrome do pânico. Diz que passou por um processo depressivo por excesso de trabalho e falta de recursos, pois com o marido desempregado não tiveram mais condições de pagar o plano de saúde e nem de contratar uma doméstica para arrumar a casa e cuidar das filhas.

Tipo assim, eu tinha que cuidar das meninas, ir trabalhar, e ainda ir pro mestrado, dar conta de toda a carga do mestrado, e aí eu comecei a pirar! Mas o maior medo era de deixar as minhas filhas assim, como uma pessoa que fosse maltratar. E aí eu comecei a, comecei a somatizar as coisas, e comecei a adoecer! E se eu morrer, quem vai cuidar das minhas filhas? Entendeu? Então eu fiquei com muita neura mesmo na cabeça, né?! (*Rosinda, 08/05/13*)

No início de 2013 o casal decidiu vender o carro e recontratou Marluce para fazer o almoço, receber as filhas do colégio (elas voltam de transporte escolar), e ficar com elas até o meio da tarde, contudo com as inúmeras faltas, a demitiram novamente. Thiago está exclusivamente no mestrado, então tem mais disponibilidade para ficar com as filhas e, além disso, uma sobrinha de Rosinda está morando com eles, pois veio para a capital para prestar o vestibular, e também os ajuda. Mas o casal frisa que a relação entre eles e a menina não se aproxima em nada aos moldes de um trabalho doméstico não-remunerado.

A gente agora, e nem pode contratar outra pessoa! Por causa das leis. Ele perdeu o trabalho porque não tinha tempo, a gente já perdeu o carro, a empregada, né, que querendo ou não é um conforto! Por mais que não fique com as crianças, mas ajeita tudo pra gente. Aí a gente chega, hoje tava tudo revirado, né? Aí a gente teve que fazer um faxinão, imagina arrumar esses livros um por um! (...) Então, quer dizer, a gente precisa dessa pessoa, né, que faça as mínimas coisas. A gente não tem tempo, agora tu imagina fazer faxina com essas duas! E o Thiago limpando uma prateleira ali e eu trancada no quarto com elas. *(Rosinda, 08/05/13)*

Figura 106: Rosinda, Thiago e filhas, fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora e acervo pessoal



Analisando as narrativas das patroas do primeiro grupo, todas por volta dos 60 anos, em relação ao casal na faixa dos 30, então de uma nova geração, percebemos mais aproximações do que distanciamentos. Tanto no episódio que inauguro o tópico sobre Rosinda e Thiago, como no último texto transcrito de Edileusa e também nas narrativas das outras patroas, identificamos o repúdio à contratação ou adoção à brasileira de menores para a realização do trabalho doméstico nos lares. Ainda que a geração mais velha identifique este arranjo durante as suas infâncias e adolescências, essa prática parece fazer parte de um passado, em que uma pessoa permanecia desde a infância cuidando de várias gerações de uma mesma família, estabelecendo forte vínculo afetivo.

O fato de não terem em suas casas mulheres desempenhando os serviços domésticos de forma não-remunerada, ou sendo menores de idade, não quer dizer que todas as patroas apenas vejam vantagens no quadro atual do trabalho, pois dizem que nas práticas anteriores o *afeto* era mais central, o que elas requerem bastante, sobretudo quando se trata da relação com suas crianças. Quase todas as patroas contatadas dizem respeitar a aquisição de direitos das trabalhadoras domésticas, mas chamam atenção que a *legalidade* pode afetar a amizade antes percebida e vivenciada entre as partes, tornando a relação profissionalizada e impessoal. Pois o que antes poderia ser caracterizado como troca e *ajuda*, a partir das linguagens dos direitos perde eficácia.

Todas as mulheres passaram a contratar e ter *necessidade* de domésticas após os casamentos e, principalmente, com o nascimento dos filhos, quando frisam a importância do *trabalho* fora de casa, que justificaria a necessidade de outra mulher para realizar as atividades que teoricamente seriam de sua incumbência. Esse aspecto é bastante importante, pois além de sublinhar o quanto a inserção de mais mulheres no mercado de trabalho está diretamente relacionada a ocupação de outras mulheres no serviço doméstico, também põe em relevo a dinâmica da vida conjugal, que devido as tarefas domésticas não serem compartilhadas, os casais acabam externalizando essas atividades para não entrarem em conflito.

A ênfase das patroas de que as trabalhadoras precisam ter paciência e gostar de crianças é vivenciada conjuntamente ao medo de que seus filhos sejam maltratados e, algumas vezes, a culpa por não poderem cuidar delas mesmas. Ao lado da afetividade em prol de suas crianças, as patroas também valorizam e requerem bastante *tempo* das trabalhadoras, já que informam necessitar sair cedo para o trabalho e apenas voltarem no período noturno, por isso, o ideal é que estas profissionais lhes disponibilizem o que as empregadoras não têm, ou podem comprar por serem melhor remuneradas que as domésticas, seus tempos. Tanto melhor se não tiverem marido, filhos, pais e ainda morarem perto. “O trabalho doméstico, quando feito através de uma relação salarial, como um emprego remunerado, leva consigo a referência da disponibilidade

permanente como constitutiva do que se espera de uma trabalhadora doméstica” (Ávila, 2009: 140).

Em contraposição, as patroas esperam que elas as tratem e vejam seus filhos com emoção, mas em outra direção, ou seja, sua relação com as trabalhadoras, seja a mais formal possível, sem elas saberem o que se passa em suas vidas íntimas. Por isso, o morar no domicílio das patroas pode ser conveniente quando os filhos são pequenos, mas depois não, já que estariam ultrapassando o limite da *intimidade* dos empregadores, o que já não seria recomendável. Rosinda e Thiago, relataram o quanto a autonomia de uma doméstica que trabalhou para eles fazia com que ela não perguntasse o que queriam comer, e Vanda e Lilia, ressaltaram as exigências de produtos específicos por parte das trabalhadoras.

Em muitos trechos algumas patroas criticam a sexualidade de suas trabalhadoras, como sendo muito permissivas, mas este aspecto não foi mencionado na entrevista de Rosinda e Thiago. Além disso, os roubos, muito comuns nas experiências de Lilia e Amélia também não foram apontados pelo jovem casal, mesmo que a *confiança* tenha sido o aspecto mais relevante para a manutenção de uma trabalhadora no emprego. A maioria das patroas contatadas parecem valorizar a formalização e assinatura da carteira de trabalho das trabalhadoras, com exceção de Edileusa que está fazendo isso pela primeira vez e de Rosinda e Thiago que alegam que devido as dificuldades financeiras buscam obedecer aos direitos, mas estabelecem arranjos menos formais.

As faltas foram identificadas como problemas recorrentes nas práticas das domésticas, acompanhadas de justificativas de doenças que, muitas vezes, acabam sendo desacreditadas pelos empregadores. É interessante o vínculo da maioria das domésticas que trabalharam para o casal com igrejas evangélicas, o que não foi mencionado pela outra geração. Rosinda e Thiago também manifestam grande preocupação com os vizinhos e o que podem pensar ou falar sobre eles. Para finalizar por ora, eu gostaria de destacar o caráter de *conforto* que Rosinda atribui ao serviço doméstico e que será melhor analisado no capítulo 9, como uma hipótese de contraposição ao que poderia ser entendido como um *serviço de utilidade social*, assim como os alcances e limites de tal diferenciação quando colocada em diálogo com a ineficiência de políticas públicas voltadas ao compartilhamento do tempo de trabalho e o tempo familiar.

7.4 O Sindicato dos Empregadores Domésticos do Pará – SEDEP

Conheci o sindicato patronal de Belém quando ainda estava à procura do sindicato das trabalhadoras domésticas, pois quando fui no endereço indicado na *internet* ele havia mudado. Ao pedir informações no entorno caminhei rumo ao novo endereço e seguindo um outro informante fui ao encontro de Nogueira, *que trabalha com domésticas*. Ao chegar no local indicado percebi que era o sindicato patronal e não das trabalhadoras e decidi aproveitar o incidente para conhecer o lugar e descobrir o meu objetivo primeiro²⁸¹.

Figura 107: SEDEP, fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora



7.4.1 Nogueira: o presidente

Ao adentrar no SEDEP, me identifiquei e tive a oportunidade de conhecer e realizar uma entrevista com o presidente Nogueira, que além de me fornecer o endereço do sindicato das domésticas, ligou para a presidente do SINTDAC, Lucileide, me colocando em contato direto com ela. Então, a partir desse telefonema pude perceber o bom relacionamento entre as duas entidades, que num primeiro momento me parecia improvável por representarem grupos potencialmente antagônicos.

O sindicato dos empregadores foi fundado no dia 18 de março de 1998, e José Nogueira é seu sócio fundador. Ele me explicou que a diretoria é composta por 22 membros, mas que apenas ele, o diretor financeiro e a secretária Giovana atuam diariamente. Oriundo do interior do estado, de família muito pobre, Nogueira relata que veio para Belém aos 15 anos para estudar, entrou para o exército, saiu e é funcionário público dos correios. Neste órgão iniciou sua carreira sindical, sendo também professor e contador, com participação em gestões nos dois

²⁸¹ Naquele mesmo dia eu soube que o sindicato das domésticas – SINTDAC, ficava no mesmo perímetro, apenas na rua de trás do SEDEP - Travessa Frutuoso Guimarães, n 528, bairro do Comércio. Me pergunto se o informante não sabia de tal diferenciação, ou se achou que eu era uma empregadora e por isso me levou até o Nogueira.

sindicatos. Ele diz que percebeu a necessidade da criação de um sindicato para representar os empregadores domésticos juridicamente e também orienta-los quanto aos direitos e deveres.

Que 99,9% do trabalhador não, ele não procura saber isso! Ele só quer saber direitos; direitos, direitos e direitos, eu tenho direito à carteira assinada, eu tenho direito à hora extra, eu tenho direito a isso... Mas ele não tem o dever de chegar no horário certo no trabalho, ele não tem o dever de zelar pelo trabalho dele, ele não tem o dever de se ver alguma coisa desorganizada no local de trabalho dele, ele arrumar; ele não tem o dever, por exemplo, de não ficar atendendo o celular, né?! (Nogueira, 09/05/13)

Então, o presidente explica que preza por orientar primeiramente os deveres do patrão, como assinatura da carteira da trabalhadora, contribuição ao INSS, respeito às 8h diárias, etc; para depois explicar os direitos dos empregadores. O sindicato conta com aproximadamente 3.800 associados, mas assim como os sindicatos das trabalhadoras, possui alto número de inadimplências, que são sanadas quando os patrões necessitam dos serviços. Além de mensalidade de 50 reais, o sindicato se mantém por taxas de serviços cobradas a não-associados, como os cálculos de rescisão, e também os 20% do total ganho em causas jurídicas (AJ).

Nogueira diz que no SEDEP já conseguiram negociar e evitar várias demissões instigadas pela nova lei e argumenta que apesar de defender a classe patronal também é um trabalhador e defende a garantia dos direitos de todos, por isso mantém uma ótima relação com o sindicato dos trabalhadores, com eles se ajudando mutuamente. Mas ressalta mudanças no âmbito da categoria.

Ainda tem mais uma coisa ainda, minha colega, que tu não sabes, se continuar o desenvolvimento que tá tendo hoje na questão da categoria doméstica, a categoria doméstica no futuro vai ser extinta. Presta atenção no que eu tô te dizendo hoje! Grava! Vai ser extinta. Extinta, por que? Porque hoje o ramo de trabalho, o mercado de trabalho, eles tão se aperfeiçoando, eles tão se evoluindo tanto, que o próprio governo, os governos, eles tão se despreocupando, entendeste, com o trabalhador doméstico. Em qual sentido? Tu sai de uma empregada doméstica hoje, tu vai receber o teu seguro desemprego! Na delegacia do trabalho, tem vários cursos pra tu fazer lá, tem de manicure, tem de pedicure, tem de motorista, tem tudo que tu possa imaginar! Arrumador de supermercado, tem não sei mais do quê, tem não sei mais do quê... Moral da história, são profissões que tu trabalha menos, e ganha muito mais do que o trabalhador doméstico! (Nogueira, 09/05/13)

Apesar desta afirmação e de Nogueira atuar em outras esferas do direito, ele diz que no sindicato também funciona uma agência de empregos, por isso, as trabalhadoras são sempre bem-vindas e a agência é mais um serviço do sindicato à disposição dos patrões que buscam funcionárias referenciadas.

Figura 108: Nogueira – presidente do SEDEP, fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora



7.4.2 Giovana: A agência de empregos

A agência de empregos que Nogueira nos falou está sendo organizada pela secretária Giovana, que é responsável por atualizar o banco de cadastro com os currículos das trabalhadoras e fazer a seleção de acordo com as preferências dos empregadores. Ela seleciona três currículos, faz uma entrevista com as domésticas e encaminha aquela em melhor acordo com as necessidades do patrão.

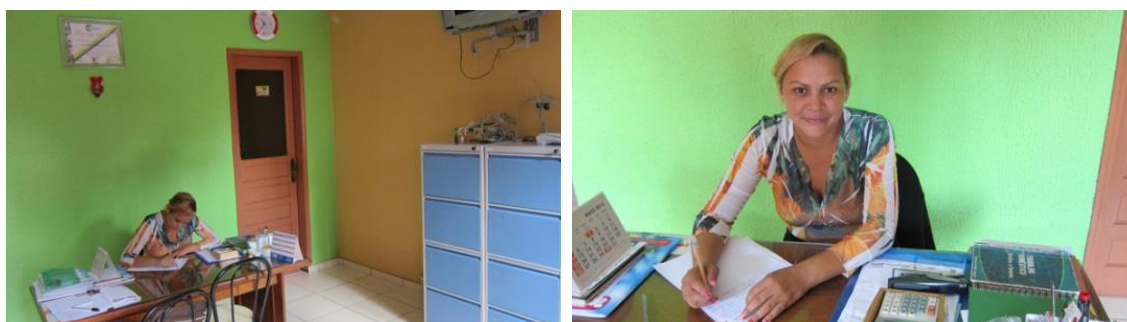
A agência de empregos é um anexo ao sindicato, a gente, chega aquelas pessoas pra fazer as demissões e tudo, termos rescisórios, e aqui mesmo no sindicato já encontra uma pessoa confiável que possa tá trabalhando como diarista, ou como doméstica mesmo, entende? Tem por período integral, né? É mensalista, no caso. A gente já encaminha, faz aquela seleção dos currículos e tudo, já encaminha para os patrões, pra, no caso, para o empregador. (Giovana, 09/05/13)

Giovana estava trabalhando a apenas 1 mês e ainda se familiarizando com o processo. Ela me explicou que os empregadores interessados devem pagar 200 reais, com direito a mudar de funcionária no período de até 3 meses, sem mais custos. Para se cadastrarem, as trabalhadoras ou trabalhadores devem se encaminhar ao SEDEP com o currículo, munidos de referências anteriores de trabalho, os documentos e a ficha policial. Além do trabalho doméstico que Giovana diz que a demanda maior é por diaristas, já que muitos patrões alegam não ter condições de arcar com os encargos da Lei 150/15, a agência tem o cadastro de vendedoras e comerciantes.

Giovana é natural de Muaná, município do Marajó, e desde que veio para Belém trabalhou em várias casas de família, depois casou e teve duas filhas. Atualmente está separada, suas filhas estão com a mãe no interior e ela está trabalhando no sindicato e cursando *Marketing* em uma faculdade particular.

É o útil ao agradável, eu queria trabalhar e também é uma coisa assim que é agradável, você chegar, trabalhar com pessoas e tudo, fazer essa seleção, se colocar do outro lado da mesa. Eu já estive muitas vezes aí desse lado, atrás do emprego, entende? Eu nunca estive desse lado daqui! Então, desse lado, agora eu tenho uma outra visão, entende? Já tem mais um pouco de, nós mulheres, nós somos muito emotivas, a gente enxerga assim a emoção, entende? Muitas vezes, nós somos assim! Então, às vezes, chega, poxa Giovana, eu tô precisando de trabalho! Vê se tu consegues alguma coisa pra mim! Eu tô desesperada! Tenho que pagar o aluguel, eu tenho 3 filhos, enfim, aí tu fica ali com aquela situação, meu Deus! O que que eu vou fazer com essa senhora? Aí a gente liga, eu já ligo pros associados, verifico como é que tá; tem uns que já ligam pra gente, já fica também uma relação. Olha, tem uma pessoa assim, assim, assim; a gente checa as informações, porque a gente tem que transmitir uma segurança também pra quem tá contratando os nossos serviços! Não é você chegar chorando aqui, e eu, a gente se compadece, claro! Mas eu tenho que checar as tuas informações todinhas! Entende? Porque você saiu, porque você deixou de sair, entende? Ou quanto tempo você ficou, por que ficou só esse período; Então, a gente faz aquela seleção aqui mesmo! (Giovana, 09/05/13)

Figura 109: Giovana, secretária do SEDEP, fotos de 2013 – Autoria da pesquisadora



Quanto às preferências, são as diaristas as mais requisitadas, mas Giovana também relatou que a faixa etária, ainda que seja proibida a restrição por esse motivo, é um aspecto importante pois tem empregadoras que preferem trabalhadoras mais velhas e também que possuem experiência. Então, ela constata que para as meninas mais novas, de 18 a 22 anos, além de preferirem outros empregos, têm mais dificuldades em conseguirem um posto no trabalho doméstico. A questão da cor também se faz presente, com Giovana relatando que tem empregadores que preferem trabalhadoras negras, *pelo fato de serem mais dinâmicas*.

Na etnografia realizada por Caroline Ibos (2012|) em uma praça entre o 9 e o 10 *arrondissement* (distrito) de Paris, bastante frequentada por babás africanas negras, originárias da Costa do Marfim, para além do espaço público e de conversas e entrevistas com as trabalhadoras, a pesquisadora também acessou os empregadores, disposta a compreender as suas perspectivas. Nesta etapa da pesquisa, ela percebeu o quanto estereótipos de que as mulheres negras seriam mais emotivas e propícias à maternidade eram acionados pelos patrões na escolha de babás para seus filhos. Isto aproxima-se à preferência indicada por Giovana, ainda

que sob a justificativa de que as trabalhadoras negras seriam *mais dinâmicas*, fazendo jus ao racismo brasileiro que compõe o *mito da democracia racial*.

Diferentemente da França, onde esse trabalho é ocupado majoritariamente por mulheres imigrantes da África francófona (Argélia, Tunísia e Marrocos) no Brasil a imigração é predominantemente interna²⁸² entre diferentes estados ou escalas de cidade até chegarem à capital e a preferência ou não por trabalhadoras negras tem relação direta com o passado escravocrata, como se por seus antepassados já terem sido explorados e também por viverem em situações socioeconômicas mais precárias em relação às mulheres brancas, as trabalhadoras negras aguentassem mais trabalho e humilhações sem se rebelar. O contrário, ou seja, a rejeição por domésticas negras também é justificada pela mesma ideia biológica e essencializadora de raça, que constrói hierarquias entre pretos e brancos, colocando os primeiros em inferioridade, com o objetivo de explorá-los ou marginalizá-los com a argumentação de que não seriam apenas diferentes, mas *sujos, impuros, sem inteligência e preguiçosos*, por isso deveriam ser mantidos afastados e/ou mal remunerados.

²⁸² Ainda que mais recentemente tenha sido iniciado um fluxo de trabalhadoras domésticas oriundas da Filipinas na cidade de São Paulo. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1627108-empresa-importa-babas-e-domesticas-das-filipinas-para-o-brasil.shtml>. Acesso em: 12/05/2015, às 16h50.

CAPÍTULO 8 O trabalho doméstico remunerado e/ou na casa de terceiros como duração e intersecção em uma etnografia multi-situada

O objetivo desta tese é a elaboração de uma etnografia da duração do trabalho doméstico remunerado e/ou desenvolvido na casa de terceiros por meio das diversas imagens que este trabalho toma em diferentes suportes, seja o imagético, o videográfico ou a narrativa escrita, predominante em nosso trabalho. A duração é percebida e analisada a partir da dialética temporal, em que trabalhamos com a característica plural e lacunar do tempo, que é pensado, mas também vivido, e em diálogo, com o tempo cronológico do mundo. A densidade ou rítmica temporal materializada em narrativas biográficas depende das identidades que as criam, através do processo reflexivo de constituição do si mesmo; neste processo, a imaginação criadora, dimensão também constitutiva da duração, é ativada permitindo que os sujeitos imaginem-se a si mesmos e as experiências já vividas, dando justamente maior ou menor densidade a diferentes momentos de suas trajetórias sociais.

Para a construção e interpretação da duração do trabalho doméstico remunerado privilegamos os contextos urbanos de três capitais brasileiras, correspondentes a diferentes regiões do país. Esse deslocamento explicita não apenas um movimento físico para o entendimento e elaboração de questões relativas a este tipo de trabalho nos diferentes lugares. Mais além, buscamos a realização de uma etnografia multi-situada, que nos permitisse exercitar diferentes modos de inserção ao campo, a partir de diferentes ângulos e posições e que nos oportunizasse uma composição original, decorrente dessas várias idas e vindas, abarcando diversas dimensões do universo doméstico enquanto trabalho remunerado. Estratégia também em acordo com o sistema-mundo globalizado da contemporaneidade, em que práticas locais estão conectadas com outras mais hegemônicas e a comunicação, através do avanço tecnológico, se dá de modo real permitindo trocas e conexões bastante intensas e extensas²⁸³.

²⁸³ Um exemplo bastante recente da grande abrangência e impactos das redes sociais virtuais foi a postagem no dia 20 de julho de 2016, de Joyce Fernandes, oriunda de Santos, atualmente professora de história e *happer* Preta Rara, mas que já exerceu o serviço doméstico em sua trajetória. Ela decidiu postar uma situação considerada traumática e injusta que viveu no seu ambiente de trabalho e recebeu milhares de relatos semelhantes. Devido à enorme repercussão, ela então decidiu criar uma página no *facebook* denominada *Eu Empregada Doméstica* (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/?fref=ts>), em que publica relatos de situações vivenciadas no emprego doméstico que lhe são enviados por *email*. O impacto de tal feito foi tão grande que a dona da página já participou de vários programas televisivos, acadêmicos, além de dar inúmeras entrevistas para órgãos nacionais e internacionais. Identificada com a foto de Laudelina de Campos Melo, com 20 dias, a página conta com 117.797 mil curtidas.

Então, neste momento, o que propomos é produzirmos conhecimento acerca do trabalho doméstico como um fenômeno temporal, a partir de núcleos de sentidos, em que os eixos interpretativos de nossa pesquisa serão colocados em perspectiva a partir das narrativas de nossas personagens. Além disso, pretendemos colocar em diálogo os dados produzidos pela pesquisa qualitativa e o panorama estatístico gerado pelos institutos de pesquisa e insistir no caráter interseccional vivenciado no serviço doméstico, ou seja, estudando com as trabalhadoras em seu caráter múltiplo, no conjunto das opressões que são sujeitas, quais sejam, de gênero, raça, classe e também de geração, sem as hierarquizar.

8.1 As redes sociais como técnica e análise

Como já discutimos no capítulo 1, a utilização da técnica das redes nos permite o recrutamento de interlocutores e apresenta também um grande potencial interpretativo e analítico dos dados produzidos em campo, além de chamar atenção para a agência de não-humanos enquanto mediadores na produção de novas redes e fatos. No que diz respeito à nossa pesquisa, procurei explicitar quais caminhos segui para contatar minhas interlocutoras, da mesma forma que busquei explicitar as redes delas mesmas na execução de suas trajetórias e projetos de emancipação. Neste sentido, é interessante chamar atenção para os mediadores não-humanos como o sindicato e/ou as novas leis de regulamentação do trabalho, em conjunto com as convenções e recomendações estabelecidas por organismos internacionais, com o apoio de organizações governamentais e não governamentais, enquanto elementos decisivos para as mudanças de trajetórias e projetos das domésticas em questão.

Em Belém, temos os casos de Hilda, Francisca e em menor densidade o de Ilson, em que pudemos perceber o quanto a rede familiar, geralmente mediada por um avô, mãe, irmãos e tios, foram fundamentais para que eles chegassem à capital e encontrassem um emprego ou casa para morar. Após estarem na cidade, Hilda estabeleceu amizade com a futura mãe de criação, que denunciou os maus-tratos que a menina recebia através do irmão. O conhecimento que Hilda já tinha da cidade permitiu que ela reencontrasse a amiga/mãe de criação. Quando a mãe faleceu, foi a rede de amigas dela que ofereceram um emprego à Hilda e também através de amigas que fez no período do colégio. O conhecimento das leis e dos seus direitos garantiu a posse da casa em que Hilda vive com a filha atualmente, além de estabelecer limites em suas jornadas de trabalho e promover períodos de férias, licenças doença e uma remuneração formal.

Já Francisca chegou à casa da família em que vive e presta serviços há aproximadamente 40 anos, por meio da irmã que foi babá de uma das filhas de sua *madrinha* e com o apoio da

mãe. Contudo, o terreno que adquiriu foi possível através da rede de parentes biológicos, atualmente estabelecidos na capital, que inclusive são seus vizinhos na casa própria e a ajudam tomando conta do imóvel para que não seja invadido. Além dessas duas redes, ela também participa de instituições espirituais e pratica hidroginástica, locais em que também estabeleceu redes de ajuda e amizade.

Hilda trabalha na casa de meus pais e Francisca mora e presta serviços para a minha avó materna e para toda a família, então minha convivência com as duas foi bastante intensa durante anos, tendo apenas diminuído com minha mudança para Porto Alegre em 2009, quando pude distanciar-me do cotidiano da casa e também realizar mais observações, juntamente a conversas informais e entrevistas estruturadas com elas. Ilson acessei de maneira diferente, não mais a partir de minha rede de parentesco, mas pela ida ao sindicato dos trabalhadores domésticos de Belém.

Já em Porto Alegre, recrutei meus interlocutores através de diferentes redes, primeiramente com a ajuda de meu esposo, quando conheci Patrícia e Maria, depois através de minhas redes de amizade, em que encontrei Telma e Marina, e também por meio do encontro do sindicato, e sua presidenta Salete, o advogado Arimar, bem como, várias trabalhadoras, outros advogados e Fernando, o proprietário da agência de empregos Arco-Íris. Como em Belém, todos os meus interlocutores em Porto Alegre são oriundos de outras cidades e chegaram à capital por meio de diferentes redes. Patrícia com a ajuda de uma tia, que também encontrou um emprego para a sobrinha. Maria, através de um anúncio de emprego em uma cidade do interior, mas que foi recrutada pela filha da então anunciante e recebeu a proposta de vir para Porto Alegre. Já Telma e Marina, pertencentes a uma geração mais antiga, também teriam vindo através de redes de parentes, já que seus pais trabalhavam em fazendas de amigos dos seus patrões na capital. Salete veio para Porto Alegre acompanhando a mãe, após a dissolução conjugal dos pais.

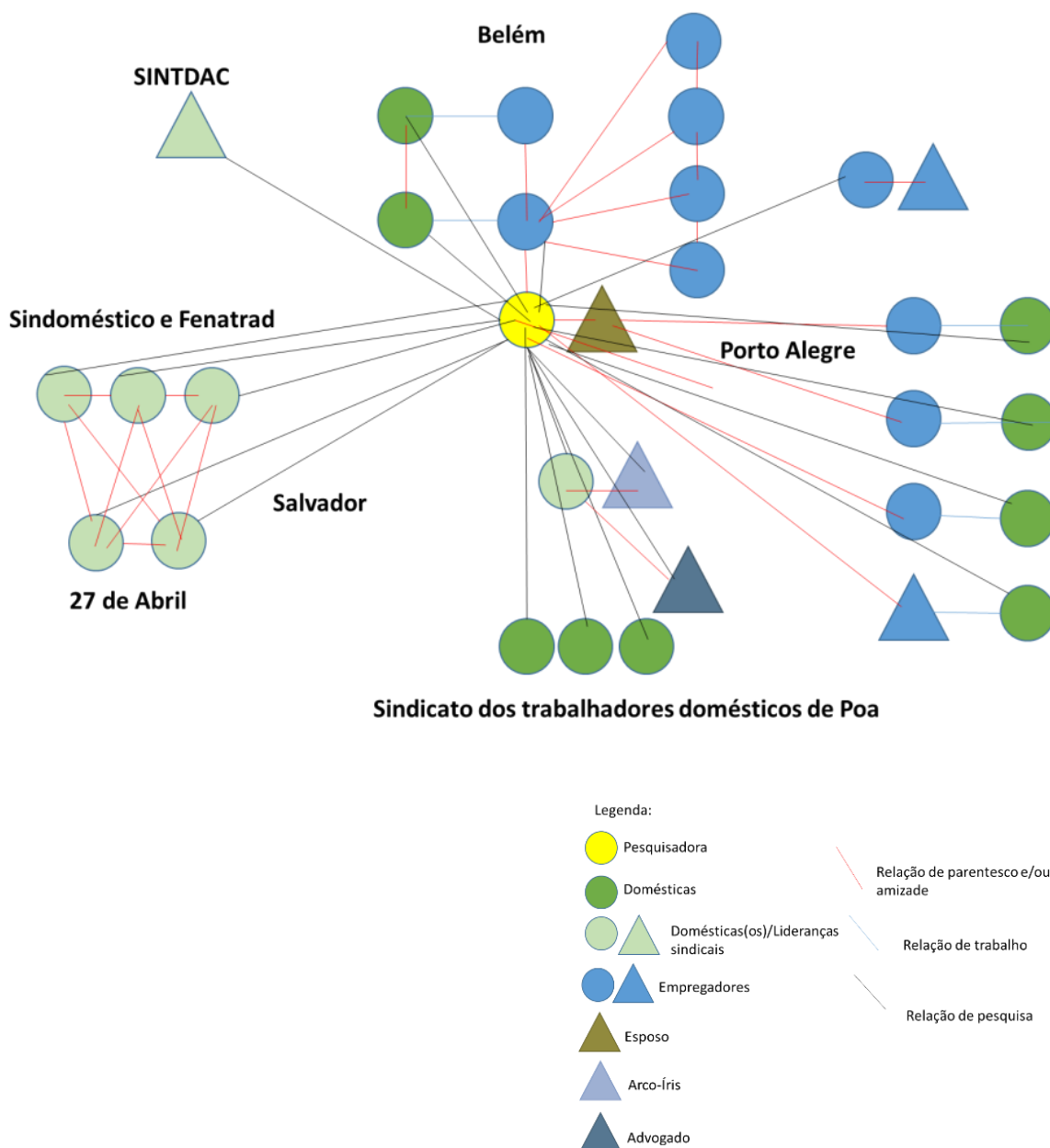
Em Salvador, minha rede de entrevistadas se deu predominantemente através do sindicato das trabalhadoras domésticas, pois o primeiro contato que estabeleci foi com a presidenta Cleusa e a diretora Milca. A segunda foi a minha principal interlocutora naquele espaço, em que pude conversar com outras diretoras, trabalhadoras que recorreram ao sindicato e também com a direção da Fenatrad, em que trabalhamos a trajetória de Creuza Oliveira nesta tese. Com a ajuda de várias dirigentes sindicais, sobretudo Marinalva, consegui chegar ao condomínio 27 de abril e estabelecer-me na casa de Zezinha. A partir daquele momento, ela se tornou minha principal interlocutora e assistente de pesquisa no residencial, me orientando a diferentes moradoras e promovendo encontros em sua casa para ajudar no andamento do trabalho. Apesar

de ela ainda não morar, conheci a proprietária e liderança sindical Marcelina também em um aniversário no condomínio.

Como em Belém e Porto Alegre, as trabalhadoras que conheci em Salvador também eram oriundas de outras cidades do interior, com exceção de Cleusa, e chegaram à capital e no emprego doméstico por meio de redes de parentesco (tias e irmãs). Creuza através de uma tia, Zezinha por meio de irmãs paternas, Marcelina através de uma parente e posteriormente de uma amiga. Primeiramente entrevistei Cleusa e Milca, depois Zezinha e Marcelina e apenas no final de minha estadia, consegui realizar uma entrevista formal com Creuza. Na trajetória de todas as trabalhadoras de Salvador, e também na de Ilson em Belém e Salete em Porto Alegre, a descoberta do sindicato, e fundação no caso de Creuza e Arimar, se coloca com um evento fundamental para o decorrer de suas trajetórias, quando começaram a se reconhecer enquanto categoria, adquirir conhecimentos práticos e de seus direitos, e ampliaram seus campos de possibilidades, no sentido de traçarem projetos de vida em que possuam maior autonomia no trabalho e na vida, além de adquirir a casa própria, no caso de Zezinha e Marcelina.

O grupo das empregadoras também foi acessado por mim por intermédio do parentesco, minha mãe e suas amigas. Além do casal entrevistado, meus amigos de universidade. Elas encontraram as domésticas que trabalharam ou trabalham para elas através de redes de amizade e também acessando agências de empregos. Apesar de os dois grupos pertencerem a diferentes gerações, percebemos grande rotatividade de trabalhadoras, mas também conjunta aos períodos de maior estabilidade, como nos casos de três patroas que empregam suas funcionárias há mais de 10 anos.

Figura 110: Redes de recrutamento de interlocutores



8.2 Itinerários Urbanos e Formas de Sociabilidade

A cidade ou o estilo de vida urbano é, muitas vezes, percebido enquanto a materialização da modernidade e mesmo da melhora de vida. Tanto para aqueles que visam um acesso maior de informações e bens de consumo, quanto para os que saem de cidades menores ou da área rural, devido ao trabalho desgastante da roça, exposto ao sol e os desígnios da natureza. Seguindo esta lógica é que todas as nossas entrevistadas constroem imagens dos interiores como lugares atrasados, em que não podem continuar os estudos, não tendo como dar uma vida melhor para si, nem para os familiares. Por isso, a vinda para a cidade grande, na condição de

domésticas, muitas vezes, é uma prática frequente que abarca várias gerações de mulheres da mesma família, constituindo redes de fornecimento e também de recepção de trabalhadoras.

Outro aspecto levantado, sobretudo, pelas mais jovens, como é o caso de Maria e Patrícia, é o anonimato presente na capital, que faz com que suas identidades sejam resguardadas, diferentemente do pequeno circuito onde todos se conhecem das cidades pequenas.

Mesmo quando partem ainda no período da infância, nos relatos das trabalhadoras o que percebemos é a vontade de retornar às cidades de origem para passarem férias e momentos de lazer, pois argumentam que não mais se acostuariam à vida do interior, longe dos *shoppings*, supermercados e do conforto que alegam possuir na capital. Alegam que se tivessem permanecido em seu lugar de origem provavelmente estariam com uma *penca* de filhos, situação oposta à que vivem, sem ter casado ou engravidado, como é o caso de Hilda, Francisca, Marina, Zezinha e Marcelina.

Com maior ou menor mobilidade, a trajetória das trabalhadoras domésticas frequentemente inicia-se com uma longa viagem de seu lugar de origem à capital do estado ou mesmo a um estado vizinho, caso de Milca que vai de Minas Gerais para a Bahia, em que elas percebem grande diferença da dinâmica da cidade grande, com relação ao modo de vida na cidade pequena, como nos relata Maria e Zezinha. Mas o impacto produzido pelo excesso de estímulos da vida urbana é percebido positivamente, ainda que muitas domésticas demorem anos para conhecer além dos entornos das casas de família em que são recebidas.

Quando permanecem por muitos anos na mesma casa, a sociabilidade das trabalhadoras aumenta quando do surgimento de algum namorado que as convida para passear e conhecer a cidade, como no caso de Milca, mas também por meio de redes de amizade que se dão através da participação no sindicato, como Marcelina, Creuza, Cleusa e Milca, pela escola e também no desenvolvimento de atividades físicas, como no caso da hidroginástica de Francisca e do grupo de caminhadas de Marcelina.

Outro modo de ampliar o conhecimento sobre a cidade e os itinerários dessas mulheres é a rotatividade do trabalho, pois ao mudarem de emprego, acabam conhecendo diferentes lugares da cidade, tanto pelo fato de irem trabalhar como através das atividades que lhe são requeridas, como ir a feiras, açougues, farmácias, mercados e padarias. Nestes deslocamentos, comumente as domésticas estabelecem amizades com os funcionários dos locais, assim como com trabalhadoras da vizinhança em semelhante situação.

Outro aspecto da sociabilidade das trabalhadoras que fizeram parte desta pesquisa e também acionado nos filmes voltados a temática é a presença do rádio no cotidiano das domésticas. A maioria delas o adjectiva como *amigo e companheiro*, pois muitas vezes elas desempenham o trabalho de forma solitária. Além disso, é através do rádio que elas recebem as

notícias da cidade e muitas tiveram conhecimento da existência do sindicato, como foi o caso de Creuza.

Longas permanências em um bairro ou região da cidade, geralmente centrais e ocupadas por grupos de camadas médias e altas, geram sentimentos de pertencimento nas trabalhadoras, o que dificulta suas mudanças para bairros mais periféricos quando da possibilidade de adquirirem suas casas próprias, como é o caso de Francisca e Marcelina. Por outro lado, quando a identificação com a classe trabalhadora e a busca por autonomia é maior que este sentimento de pertencimento que pode ocorrer, o mais comum é que as trabalhadoras se juntem a grupos de ocupação de espaços, ainda que de forma desordenada, para a conquista do lugar próprio, como foi o caso de Cleusa e Creuza. Existem ainda casos de herança, em que as trabalhadoras ganham suas casas, como foi o caso de Hilda, Telma e Salete.

Ainda que constatemos esta primeira viagem para a chegada das mulheres nas casas de família em que vão trabalhar na cidade grande e que possamos identificar diferentes itinerários propiciados pelo trabalho, e também pela sociabilidade das mulheres, é inegável salientar que a primeira e mais intensa forma de interação das trabalhadoras domésticas se dá com a família empregadora. É neste contato que vão surgir os primeiros afetos e tensões, normalmente o maior vínculo afetivo se dá com as crianças da casa, ou aqueles adultos que elas ajudaram a criar e viram crescer. Em menor escala, também percebemos certa gratidão com as madrinhas e/ou patroas já idosas, que fazem com que algumas trabalhadoras apenas saiam da casa quando *ela fechar os olhinhos* (falecer), como é o caso de Francisca e próximo ao dilema que Marcelina vivencia.

As maiores tensões se dão com as patroas, que como pudemos ver no capítulo 7, dizem valorizar a confiança que passam a desenvolver pelas trabalhadoras, mas em troca esperam total dedicação e disponibilidade, sem - em alguns casos - obedecer aos deveres e garantir os direitos, como a assinatura da carteira das trabalhadoras, ainda que reclamem dos atrasos, faltas e furtos a que são submetidas. Quanto a isso Marcelina se defende: *Justa causa é exatamente isso! Você rouba uma... E eles roubam a consciência da gente, e não dá em nada! O pior ladrão pra mim é o ladrão de consciência!* Ela diz isso, porque alega que seus patrões a valorizam moralmente, quando a elogiam pelo trabalho, mas não socialmente, pois ela argumenta que depois de tantos anos de trabalho, aproximadamente 40 anos, eles deveriam ter lhe dado uma casa.

Então, já bastante sublinhada, nesta relação percebemos a ambivalência e ambiguidade das domésticas inseridas em arranjos familiares, trabalhando na intimidade dos lares, ora percebendo e sendo referidas como *alguém da família que ajuda*, ora em outros momentos, como uma trabalhadora que necessita ter seus direitos garantidos e uma vida independente.

Hilda circulou relativamente pouco pela cidade, pois após a primeira casa na região central, passou a morar com a mãe de criação na vizinhança, e trabalhou em algumas casas de família, inclusive a atual, no mesmo bairro em que mora (Reduto). Ela viaja nas férias para a sua cidade de origem, Soure/PA a 98km, e para além dos passeios nos *shoppings*, praças e mercados próximos à sua casa, apenas se desloca para a casa de primas que moram em áreas mais periféricas da cidade. Com Francisca ocorre situação semelhante, pois ela mora e trabalha na casa da madrinha, passeia com o cachorro e frequenta os mesmos lugares que Hilda nas redondezas da casa, apenas deslocando-se à periferia para ir à sua casa própria e visitar os parentes do interior, Itaquara/PA a 370km.

Já na cidade de Porto Alegre, vimos que Patrícia e Maria são oriundas da Região das Missões, Santo Ângelo, a 437km, e Roque Gonzáles, a 528km, enquanto Marina é oriunda de Rosário do Sul, a 388km, e Telma de Quitéria, a 70km da capital.

Marina permanece trabalhando na mesma família já há 4 gerações, ainda que tenha tido outras experiências de emprego, como em uma confeitaria e em um hospital. Ela diz que *esqueci de mim*, pois não casou, não teve filhos, não adquiriu sua casa própria e nem possui uma rede de amigos independente da família. Possui forte relação afetiva com os filhos da *irmã de criação* e com a madrinha. Já Telma circulou por vários empregos e lugares da cidade, teve 3 filhos, tem netos e atualmente trabalha como diarista em várias casas e mora em Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre, em uma casa doada por um irmão. Patrícia mora e trabalha na mesma casa, além de desempenhar diárias e trabalhar como cuidadora aos finais de semana. Ela está concluindo o curso de técnica em enfermagem. Antes de chegar em Porto Alegre, teve vários empregos em Santo Ângelo e na capital sai bastante com a patroa. Já Maria estuda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, namora um rapaz que conheceu no prédio de sua patroa e atualmente continua trabalhando e alternando a moradia entre a casa da patroa e o apartamento que aluga com o namorado. Ela também realizou um curso de aeromoça e trabalhou como secretária em uma clínica médica. Maria é a única de nossas entrevistadas que diz que um dos aspectos positivos do emprego doméstico é trabalhar sozinha.

Para além das várias trabalhadoras que conheci na sala de espera do sindicato dos trabalhadores domésticos de Porto Alegre e que, muitas vezes, não pude estabelecer um maior contato, ainda que saiba que elas também em sua maioria são oriundas de cidades do interior do estado como Santo Ângelo, Santa Maria, São Pedro do Sul, etc; temos o caso da presidenta do sindicato, Salete, que é de Pelotas, passou por vários empregos na capital e atualmente tem uma lanchonete na casa em que mora e que ganhou do pai no bairro Bom Jesus, trabalha no sindicato e realiza faxinas esporadicamente. Salete é casada, tem filhos, netos, mas alega que afora a rotina semanal, aos finais de semana prefere descansar na sua casa.

Em Belém não tivemos contato com nenhuma trabalhadora sindicalizada. Em Porto Alegre fui ao sindicato e conheci algumas usuárias da entidade, mas que não necessariamente participavam ativamente do sindicato, a não ser o caso de Salete e Rosanne, presidente e diretora. Já em Salvador, minha inserção começou pelo sindicato, então mesmo eu tendo conversado e realizado entrevistas com usuárias, minha pesquisa se densificou junto às diretoras e posteriormente às moradoras dos residencial 27 de Abril. Em Salvador este aspecto se repetiu, sendo a maioria das trabalhadoras também oriundas de pequenas cidades do interior do Estado. Creuza, Santo Amaro, a 80 km da capital; Milca e Marcelina de Cruz das Almas, a 150km e Zezinha, de Teodoro Sampaio, a 120km de Salvador, somente Cleusa da capital. Todas são lideranças sindicais, tendo passado por vários empregos, com exceção de Marcelina que permanece no mesmo. Elas possuem amplas redes de sociabilidade e amizade, seja com trabalhadoras de outros estados, bairros, com membros de associações feministas e do movimento negro, além de participarem ativamente de todos os níveis políticos.

Creuza pode ser considerada a liderança mais forte e conhecida nacional e internacionalmente em prol da conquista de direitos para as trabalhadoras domésticas. Cleusa apesar de ter chegado depois no sindicato, além de atuar lá, também é uma forte liderança na comunidade em que mora, Boiadeiro, onde lidera um grupo de mulheres em que a maioria é trabalhadora doméstica. Milca também atua no sindicato, em seu bairro e como trabalhadora doméstica. Zezinha também passou por alguns empregos, participa de um grupo espiritual, é moradora do 27 de Abril e atua no sindicato. Já Marcelina permanece no mesmo emprego, ainda que participe ativamente do sindicato e seja proprietária de um apartamento no conjunto 27 de Abril.

De acordo com nossa pesquisa, as domésticas entrevistadas nas três capitais são oriundas de diferentes lugares do mesmo estado em que migraram, não predominando uma cidade ou região como fornecedora de mão de obra para o serviço doméstico. Algumas trabalhadoras possuem maior mobilidade pela cidade, seja por já terem trabalhado e morado em vários bairros, ou por participarem de vários grupos e atividades. Dentre as domésticas com as quais trabalhamos, três delas habitam na mesma casa que os patrões, sendo uma em cada cidade, Francisca, Marina e Marcelina, as duas mais novas, Francisca e Marcelina, possuem uma rede de sociabilidade maior e se movimentam mais pela cidade do que Marina. Dentre elas, apenas Marcelina é sindicalizada. Em relação às demais, podemos perceber que as mais novas possuem maior escolaridade e Salvador possui o maior número de trabalhadoras sindicalizadas em relação as outras duas cidades.

Tabela 27: Cidades de origem, distâncias, situação de moradia, trabalho, escolaridade e rede de sociabilidade

Nomes	Idade	Cidade de Origem	Distância até a capital	Situação e local de Moradia	Escolaridade	Rede de sociabilidade	Ocupação atual
Belém							
1. Francisca	53	Itaquara/PA	370km	Domicílio da <i>madrinha</i>	Ensino Médio Completo e Magistério	Família biológica e empregadora; amigos escola e vizinhança; grupo religioso e hidroginástica;	Trabalhadora autônoma – presta serviços para vários membros da mesma família
2. Hilda	69	Soure/PA	98km	Casa própria	Ensino Fundamental Incompleto	Família biológica e empregadora; amigos escola, vizinhança e trabalho;	Trabalhadora mensalista – aposentada
Porto Alegre							
3. Marina	61	Rosário do Sul/RS	388km	Domicílio da <i>irmã de criação</i>	Analfabeta	Família empregadora; amigos vizinhança e trabalho;	Trabalhadora autônoma – aposentada
4. Telma	59	Quitéria/RS	70km	Casa própria	Ensino Fundamental Incompleto	Família biológica; empregadoras;	Trabalhadora diarista
5. Patrícia	28	Santo Ângelo/RS	437km	Casa da patroa	Ensino Médio Completo e Técnico	Família biológica e empregadora; amigos do curso de enfermagem;	Trabalhadora mensalista, diarista e cuidadora.
6. Maria	30	Roque Gonzáles/RS	528km	Casa da patroa/ <i>kit net</i> alugado	Ensino Superior Incompleto	Família biológica e empregadora; namorado; amigos do curso;	Trabalhadora mensalista
7. Salete	55	Pelotas/RS	260km	Casa própria	Ensino Fundamental Incompleto	Família biológica; marido; amigos sindicato;	Presidenta do sindicato, trabalhadora autônoma e diarista.

Nomes	Idade	Cidade de Origem	Distância até a capital	Situação e local de Moradia	Escolaridade	Rede de sociabilidade	Ocupação atual
Salvador							
8. Creuza	55	Salvador/Santo Amaro/BA	80km	Casa própria	Ensino Médio Incompleto	Família biológica; amigos federação, sindicato, comunidade, governos, ONGs;	Presidenta da Fenatrad
9. Cleusa	47	Salvador	–	Casa própria	Ensino Fundamental Incompleto	Família biológica, amigos federação, sindicato, comunidade, governos, ONGs	Presidenta Sindoméstico/BA
10. Milca	44	Cruz das Almas/BA	150km	Casa própria	Ensino Fundamental Incompleto	Família biológica, empregadora, sindicato, federação, governos, ONGs, comunidade;	Trabalhadora Diarista (3x na semana)
11. Marcelina	54	Cruz das Almas/BA	150km	Casa dos patrões/tem casa própria	Ensino Médio Completo	Família biológica e empregadora; sindicato, federação, grupo de caminhadas;	Trabalhadora Mensalista - Aposentada
12. Maria José	44	Teodoro Sampaio/BA	120km	Casa própria	Ensino Médio Completo	Família biológica e empregadora; vizinhos, sindicato, federação; grupo espiritual	Trabalhadora mensalista

8.3 Narrativas biográficas: saberes e fazeres, trajetórias e projetos

Nas situações de encontros e entrevistas com as trabalhadoras domésticas as estimei a produzirem narrativas biográficas, em que por meio da situação de pesquisa elas foram instigadas a refletirem e construir suas trajetórias e projetos de vida. O ingresso ao serviço doméstico, muitas vezes, não foi acompanhado de um processo de aprendizagem prévio, como se por serem mulheres elas *naturalmente* soubessem realizar as atividades domésticas e de cuidado²⁸⁴. Importante salientar que a maioria das domésticas entrevistadas começou a trabalhar por volta de 10 anos de idade, durante suas infâncias. Este início é constantemente lembrado com a presença de um *banquinho* para que pudessem alcançar a pia e lavar louças. Além do banco, o discurso de ingresso das meninas nas casas foi frequentemente construído por quem as requeria com a justificativa de que tinham uma menina em casa que precisava de companhia, alguém para brincar. Entretanto, nas narrativas de nosso trabalho, pouco percebemos as brincadeiras como parte da jornada das domésticas, que ainda crianças eram responsáveis por carregar, tomar conta, alimentar e limpar as crianças, como nos casos de Hilda, Milca, Creuza, Cleusa, entre outras.

Muitas já desempenhavam algum tipo de atividade doméstica nos seus próprios lares, nem que fosse varrendo a casa ou ajudando a cuidar dos irmãos menores, como Patrícia, Francisca e Zezinha. Mas todas ao chegar às cidades se depararam com outras maneiras de cuidar da casa e cozinhar alimentos, como nos relata Telma. Então, os saberes e fazeres das trabalhadoras acabavam por ser adquiridos através da observação de como as patroas ou as outras funcionárias da casa faziam. O acúmulo de experiências, através do exercício da atividade em diferentes empregos também é colocado como um importante fator de aprendizado, que não está relacionado apenas à consecução de tarefas, como também, a certa postura requerida às trabalhadoras domésticas, para que sejam *limpas, discretas, educadas* e, se possível, não tenham vidas particulares e se dediquem exclusivamente ao trabalho, como podemos ver nos relatos das empregadoras. Um saber também bastante importante, que é repassado entre várias gerações de trabalhadoras, é como devem se proteger de possíveis assédios sexuais dos patrões, como nos relata Zezinha, que diz que suas irmãs já tinham lido que se algum empregador a abordasse, era para ela além de trancar, colocar coisas na frente da porta de seu quarto, pois quando decidiam interpelar era porque provavelmente já teriam tirado uma cópia da chave do quarto da doméstica.

²⁸⁴ Quando eu questionava como aprenderam o trabalho, frequentemente minhas interlocutoras olharam-me com certo espanto, como se por elas serem e eu também, mulher, essas atividades tivessem o caráter quase *inato* à nossa condição.

A discrição requerida pelas patroas, algumas vezes, vai além do pedido para que a trabalhadora não conte as intimidades do trabalho aos vizinhos e amigos, mas também que saiba *o seu lugar*, que muitas vezes significa comer restos de comida, em louças diferentes e não sentar-se na sala ou junto aos patrões para a realização das refeições, como nos relatou Creuza e Telma.

Contudo, muitas trabalhadoras sabem o quanto são necessárias ao cotidiano dos patrões e fazem uso desta *dependência* para conquistarem algumas vantagens como a ida a um médico particular no caso da funcionária de Amélia, ou a continuada prática de furtos vivenciada por Lília e Izabel durante anos.

Em menor escala, e encontrada no nosso trabalho apenas nas narrativas de trabalhadoras sindicalizadas, encontramos os cursos de culinária, congelamento de alimentos e arrumação presentes nas trajetórias de Creuza, Cleusa, Milca, Zezinha e Marcelina. Em conjunto à aquisição de saberes práticos, através de convênios e projetos entre o sindicato, grupos de mulheres de comunidades, ONGs e os governos estadual e federal, as trabalhadoras sindicalizadas também participam de cursos de cidadania, alfabetização e formação política, que são fundamentais para as suas atuações no sindicato, de esclarecimento dos deveres, mas, sobretudo, do usufruto dos direitos da categoria. Percebemos que a participação no movimento sindical parece contagiar algumas mulheres, que se tornam lideranças e permanecem durante anos ocupando cargos de direção, como é o caso de Creuza e Salete.

As duas domésticas que entrevistamos pertencentes à geração mais nova, Patrícia com 28 anos e Maria com 30 anos, na cidade de Porto Alegre, possuem graus de escolaridade superiores às trabalhadoras mais velhas, as duas também são brancas o que se constitui como um privilégio de oportunidades na sociedade brasileira, e pertencem à região Sul, que em relação ao Norte e Nordeste, possui melhores condições de acesso à educação. Dito isto, percebemos que o trabalho doméstico se configurou como um meio na trajetória das duas, principalmente de Maria, pois Patrícia já desenvolvia esta atividade em sua cidade de origem, para chegarem à capital e completarem seus estudos, projeto este realizado nos dois casos, diferente das mulheres mais velhas, que ainda que tivessem possuído o mesmo intuito não obtiveram êxito de forma completa, como podemos perceber nos casos de Francisca e Marcelina.

É a segunda que nos chama atenção para a importância de uma análise geracional da categoria, pois segundo ela, tanto a nova lei como a aquisição da casa própria, são bastante importantes para as domésticas mais novas, para que elas tenham condições de desempenhar outras atividades e saírem da profissão, diferente das veteranas, que, muitas vezes, esperam apenas alguns anos para aposentarem-se e possuem uma longa permanência na casa dos patrões, que também acabaram por tornarem-se velhos e dependerem dos cuidados das domésticas.

E o pior que eu já não penso só por mim! Eu, pelo menos, eu tenho essa liberdade de esclarecer o que tá acontecendo comigo! E as outras que tão trabalhando porque tá faltando 2 anos pra se aposentar, 4 anos apenas pra se aposentar, que o mercado de trabalho não tá pra essas pessoas não! Tá faltando esse trabalho dentro do sindicato! Porque essa lei aí foi bom! Mas foi bom pra quem tá começando agora! Pras veteranas, isso aí é, tem, eu já vi gente que faz à curto prazo, não, pra mim ainda é a longo prazo! Eu acho que o Brasil ainda vai se conscientizar da mudança, por volta de uns 10 anos! Quando toda essa safra toda se aposentar, aí, porque o que tem de mulher aí, 54 anos, 55, 58, essas tudo precisando ainda, né? 63, a minha vizinha Catarina, a Catarina fez 63, ela trabalhou 23 anos numa casa. Tudo bem que casou, tem um filho, ganhou esse apartamento agora que ela tá, é minha vizinha! Do lado do outro. Catarina se aposentou agora, 63 anos. E aí? Quem não tiver se aposentado ainda? Então, quer dizer, de certa forma o sindicato se esqueceu desse patamar. (*Marcelina, 15/01/14*)

Embora Marcelina chame atenção para a longa trajetória de trabalhadoras no serviço doméstico, é interessante analisarmos os casos de Patrícia e Maria em Porto Alegre, que afirmam que para ganhar menos do que ganham nos lares onde moram e trabalham, preferem nem sair. Este aspecto é interessante pois vai de encontro à percepção do trabalho doméstico enquanto uma atividade depreciativa, que deveria causar vergonha ou ser escondida. Para as duas jovens o trabalho as permitiu conquistar a capital, realizar projetos e Maria ainda insiste que gosta muito do que faz.

No caso de Hilda e Francisca, em Belém, apesar de possuírem trajetórias diferentes, as duas atribuem ao *sobrenatural* o fato de permanecerem ou terem permanecido tantos anos convivendo com uma mesma família que não a sua de origem, como se tivessem uma *missão* para com aquelas pessoas. Elas nunca acessaram o sindicato das trabalhadoras, talvez por isso, ativem predominantemente uma linguagem afetiva em detrimento dos direitos, apesar de os conhecerem. Caso semelhante e talvez bem mais cruel é o caso de Marina em Porto Alegre, pois ela não possui outras redes além da família que serviu durante várias gerações, além de dar o dinheiro que ganha da aposentadoria para suprir as necessidades da casa, sobretudo, da filha mais nova do casal. O vínculo criado entre as domésticas e a família empregadora também foi mencionado por todas as trabalhadoras, como no relato de Creuza.

Aquela coisa do apego. Eu me apegava mais às crianças. Não me apegava à patroa não. Eu me apegava mais às crianças da casa. Já teve casa que eu trabalhei de graça pra não, patrão não me pagava e eu não tinha coragem de sair do trabalho, por causa do amor que eu tinha pela criança! Né? Já trabalhei em casa também que o patrão era violento com a patroa, e eu tinha pena de sair porque eu achava que eu ali dentro da casa, eu tava protegendo a patroa! Eu tava dando apoio, eu protegia quando ele avançava ela, pra agredir ela fisicamente, eu tomava à frente, eu acabava amortecendo mais essa coisa da violência. Já teve caso mesmo de, de eu pular na frente! O patrão, a patroa chegou da maternidade, operada, tinha parido, tinha tomado ponto, chegou cheia de ponto, andando bem devagar da maternidade, e eles começaram a

discutir, e o marido veio correndo pra dar um chute nela! Começaram a discutir, discutir, e aí, ele veio correndo pra dar um chute nela, e eu pulei na frente, e quem recebeu o pontapé na perna fui eu! (Creuza, 18/02/14)

As trajetórias das trabalhadoras são permeadas pelo exercício de várias atividades domésticas, dependendo da etapa da vida ou do emprego que estão atuando. Francisca, por exemplo, ingressou na casa de Lienne para *brincar*, depois assumiu as atividades domésticas da casa, além de realizar serviços de cuidados para os filhos da madrinha. Atualmente diz que é *babá* de Lienne, que está com 94 anos. Marina também ingressou na casa para servir, aprender as atividades domésticas. Posteriormente trabalhou como doméstica e *babá* na casa da patroa, passou por empregos fora da casa, mas permanece limpando, cozinhando e cuidando dos filhos da *irmã de criação*. Marcelina começou no emprego como doméstica, mas foi *babá* da filha do casal e hoje cuida dos patrões idosos.

No caso de Hilda, quando começou a trabalhar fora da casa da mãe adotiva, primeiramente vendeu *quentinhas*, depois trabalhou como faxineira, cozinheira, cuidadora, até estabelecer-se como doméstica polivalente. Patrícia, em Porto Alegre, também já trabalhou como polivalente e *babá* e atualmente apesar de ser mensalista, é diarista e cuidadora de uma idosa aos finais de semana. Nosso único representante masculino, Ilson, assim como Patrícia, realizou o curso técnico de enfermagem e atualmente trabalha apenas no sindicato e na federação de Belém²⁸⁵, mas relatou que logo que chegou à capital, antes de trabalhar como piscineiro, jardineiro e faxineiro, também foi vendedor ambulante, lavou carros, limpou quintais, até começar a trabalhar como cuidador de idosos e faxineiro.

Telma também desempenhou várias atividades, como copeira, cozinheira, serviços gerais, mensalista, até chegar aos dias atuais trabalhando como diarista em 3 residências por semana. A presidenta do sindicato de Porto Alegre também começou a trabalhar no serviço doméstico desde Pelotas, como trabalhadora polivalente, *babá*, e em Porto Alegre continuou realizando faxinas e trabalhando como mensalista. Em um dos empregos ela foi assediada e decidiu procurar o sindicato, de onde não mais saiu.

As participantes da pesquisa em Salvador são todas vinculadas ao sindicato, mas também exerceram diferentes atividades que compõem o trabalho doméstico. Antes de tornar-se a maior liderança pela luta dos direitos das trabalhadoras domésticas, Creuza passou por várias casas, inclusive apanhando e tendo sofrido assédio sexual de empregadores. Em sua narrativa, a descoberta do grupo que se tornou sindicato foi uma grande realização, quando transformou

²⁸⁵ Ilson faleceu no dia 6 de agosto de 2016.

sua participação em um projeto de vida. Atualmente ela tenta ocupar algum cargo político para ter melhores condições de contribuir para a realidade das domésticas.

Com Cleusa, atual presidente do sindicato, não foi diferente, tendo passado por muitas situações difíceis, principalmente depois que teve o filho e perdeu o emprego, não tendo meios para sustentar-se. Milca também relata que teve a *infância perdida* por ser explorada e torturada na casa da primeira patroa, como Hilda e Creuza. Após a passagem por alguns empregos, casar-se, ter um filho e conquistar a casa própria, atualmente ela diz que se sente realizada pois está com a carteira de trabalho assinada, trabalha 3 vezes na semana e o resto do tempo dedica-se ao sindicato. Já Marcelina, apesar de estar vivendo o impasse de ir ou não morar na casa própria, diz que a conquista da aposentadoria foi uma grande realização, pois seu projeto futuro é apenas descansar, passear e visitar as amigas, assim como Hilda.

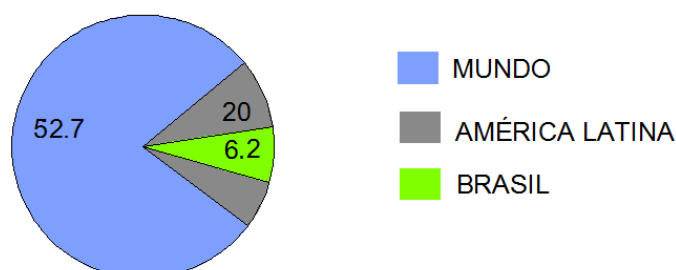
Dentre as atividades domésticas, a maioria das entrevistadas preferem cozinhar e não gostam de passar roupas. As mais novas possuem o projeto de estudar, formar-se em alguma universidade, mudar de emprego e constituir suas casas e famílias, mas a maioria, que pode se enquadrar na denominação que Marcelina chama de *veteranas*, após longas trajetórias de trabalho, buscam na aposentadoria alguma estabilidade financeira para poderem se dedicar a atividades lúdicas e de lazer. Para o caso das lideranças sindicais, a luta política se constitui também como um projeto de vida que pretendem seguir até *bem velhinhas*, como é o caso de Salete, Creuza e Milca.

8.4 O quali e o quanti²⁸⁶ em diálogo

Neste tópico pretendemos colocar em perspectiva os dados relativos ao trabalho doméstico remunerado produzido pelos institutos de pesquisa em relação com os de nossas entrevistadas. A partir de dados produzidos pela OIT no final de 2010, sabemos que o trabalho doméstico emprega em torno de 52.7 milhões de pessoas ao redor do mundo. Destes, 20 milhões de trabalhadores estão na América Latina, com forte representação brasileira, correspondente a 6.2 milhões de trabalhadoras(es).

²⁸⁶ As fontes de todos os dados quantitativos podem ser encontradas o capítulo 3.

Gráfico 25: Proporção de TDs ao redor do mundo, AL e Brasil



Dentre os 6.2 milhões de trabalhadores brasileiros, aproximadamente 6 milhões são mulheres, representando 96% da categoria, destas 61% são negras e a atividade representa 14% das mulheres ocupadas no país. Nas cidades estudadas temos: 1. Belém – 82 mil trabalhadoras domésticas representando 19,8% das mulheres ocupadas; 2. Porto Alegre – 129 mil trabalhadoras domésticas, 12,5% das mulheres ocupadas e; 3. Salvador – 159 mil trabalhadoras domésticas, representando 17% das mulheres ocupadas. De acordo com a raça/cor, na região Norte 79,3% das trabalhadoras são negras, no Nordeste, 79,5% e no Sul apenas 30,8%.

Cruzando estes dados com as trabalhadoras que tivemos maior contato em nossa pesquisa, 12 são mulheres e apenas 1 homem, ou seja, 92,3% de mulheres e 7,7% de homens. Em Belém temos 2 personagens, 1 branca e 1 negra e 1 homem negro. Em Porto Alegre, temos 2 entrevistadas negras e 3 brancas. E em Salvador temos 4 trabalhadoras negras e 1 branca. Portanto, nosso estudo é composto por 8 trabalhadoras(es) negras e 5 brancas, constituindo 61,5% de trabalhadoras negras e 38,4% de trabalhadoras brancas, em acordo com a média brasileira.

Tabela 28: Trabalhadoras por cidade e raça/cor

<i>Cidade</i>	<i>Belém</i>	<i>Porto Alegre</i>	<i>Salvador</i>
<i>Negra</i>	Hilda	Marina	Creuza
	Ilson	Telma	Cleusa
			Milca
			Zezinha
<i>Branca</i>	Francisca	Patrícia	Marcelina
		Maria	
		Salete	

Quanto à faixa etária das trabalhadoras, no Brasil, 76,4% das domésticas possuem de 30 a 59 anos, com maior incidência entre os 40 a 49 anos (29,7%), seguida de 30 a 39 anos (25,7%) e 50 a 59 anos (21%). A faixa de 25 a 29 anos corresponde apenas 7% da categoria e de 60 anos ou mais quase o mesmo valor, com 6,7%.

As três capitais seguem a média do Brasil, pois em Belém 78% das trabalhadoras tem de 30 a 59 anos, sendo que grande parte possui de 30 a 49 anos (58,5%), e apenas 6% possuem 60 anos ou mais. No caso de nossas entrevistadas nesta cidade, temos Francisca com 53 anos, portanto fazendo parte do grupo majoritário, Ilson com 39, também de acordo com a maior percentagem, e Hilda fazendo parte dos 6%, já que com 69 anos.

Com um número ainda maior, em Porto Alegre 82% das trabalhadoras domésticas possuem de 30 a 59 anos. Mas 61,2% tem de 40 a 59 anos, e 10,8% possuem 60 anos ou mais, portanto são mais velhas em relação as de Belém. Relacionando com os dados de nossas interlocutoras na cidade, Maria (30 anos) e Telma (59 anos) fazem parte dos 82% e Telma também do grupo relativo à faixa de 40 a 59 anos (61,2%). Já Marina (61 anos) faz parte do grupo de 10,8% e Patrícia (28 anos) faz parte dos 3,1% entre 25 e 29 anos.

Em Salvador, a faixa entre 30 a 59 anos também é a campeã, constituindo 81,7% das trabalhadoras. Como em Belém, 64,8% pertencem a faixa de 30 a 49 anos. E trabalhadoras com 60 anos ou mais correspondem a 5,4% do grupo. Nesta cidade todas as nossas entrevistadas estão no grupo majoritário (81,7%), como podemos constatar: Creuza (55 anos), Marcelina (54 anos). As outras além do grupo mais amplo, também representam a categoria de 64,8% (30 a 49 anos), pois Cleusa tem 47 anos, e Milca e Zezinha, 44 anos.

A faixa de 40 a 49 anos é a campeã nas três cidades: Belém (31,7%), em Porto Alegre (32%); e em Salvador (35,2%), tempos Cleusa (47 anos), Milca e Zezinha (44 anos).

A faixa de 10 a 29 anos brasileira é de 23,6%. Em Belém esse número é superior e corresponde a 36,6% das domésticas, seguido de Salvador com 15% e Porto Alegre com apenas 9,3%. Reduzindo a faixa para crianças e adolescentes dos 10 aos 17 anos, temos para o Brasil 6,4%, para Belém 2,4%, Salvador 3,1% e Porto Alegre 3,9%²⁸⁷.

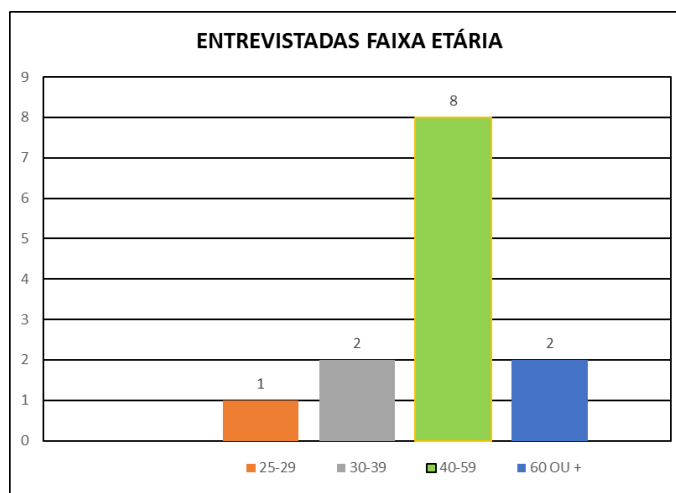
Tabela 29: Percentual de faixa etária das trabalhadoras domésticas brasileiras e nas cidades estudadas

Faixa	10-17	10-29	25-29	30-39	40-49	50-59	30-59	60 ou +
Brasil	6,4%	23,6%	7%	25,7%	29,7%	21%	76,4%	6,7%
Belém	2,4%	36,6%	8,5%	26,8%	31,7%	19,5%	78%	6%
				58,5%				
Salvador	3,1%	15%	6,9%	29,6%	35,2%	17%	81,7%	5,4%
				64,8%				
Porto Alegre	3,9%	9,3%	3,1%	20,9%	32%	29,2%	82%	10,8%
					61,2%			
Pesquisa	-	7,5% (1)	7,5% (1)	15,3% (2)	30,7% (4)	30,7% (4)	76,9% (10)	15,2% (2)
					61,4%			

²⁸⁷ Sabemos que os institutos de pesquisa não alcançam a totalidade dos casos e que situações de trabalho doméstico infantil são frequentes. O que nos surpreende é a percentagem ser maior em Porto Alegre do que em Belém e Salvador, onde a literatura a respeito desses casos é mais abundante. Este dado precisa ser melhor investigado podendo ser um importante tema de pesquisa para a região Sul.

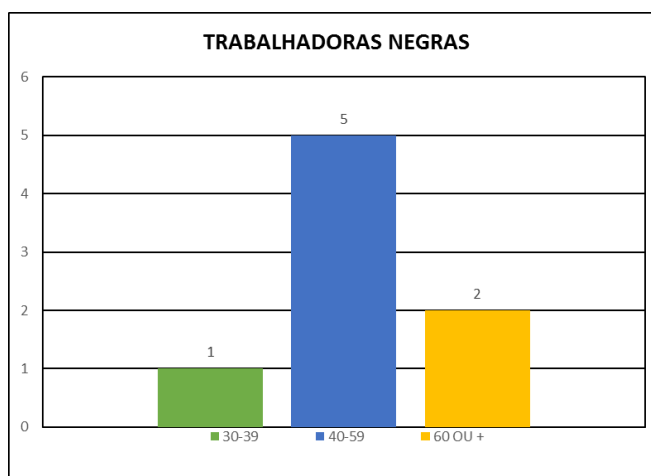
Comparando os dados de nossa pesquisa com as médias brasileiras e das cidades estudadas, estamos de acordo com o grupo majoritário de 30 a 59 anos (10 trabalhadoras). Já a segunda maior faixa é semelhante a de Porto Alegre, pois 8 de nossas entrevistadas (61,4%) estão na idade entre 40 e 59 anos. Seguidas das faixas de 30 a 39 anos (2) e de 60 ou mais (2), com apenas 1 com 29 anos.

Gráfico 26: Entrevistadas de nossa pesquisa por faixa etária



Se cruzarmos a cor e faixa etária de nossas entrevistadas, das 8 trabalhadoras negras, 2 tem 60 anos ou mais (Hilda e Marina); 5 tem de 40 a 59 anos (Telma, Creuza, Cleusa, Milca e Zezinha). Além de Ilson, com 39 anos.

Gráfico 27: Faixa etária das trabalhadoras negras de nossa pesquisa



Já das 5 trabalhadoras brancas, Patrícia e Maria têm até 30 anos e Francisca, Marcelina e Salete tem de 40 a 59 anos. Então, em nossa amostra as trabalhadoras domésticas negras são mais velhas que as brancas.

Gráfico 28: Faixa etária das trabalhadoras brancas de nossa pesquisa

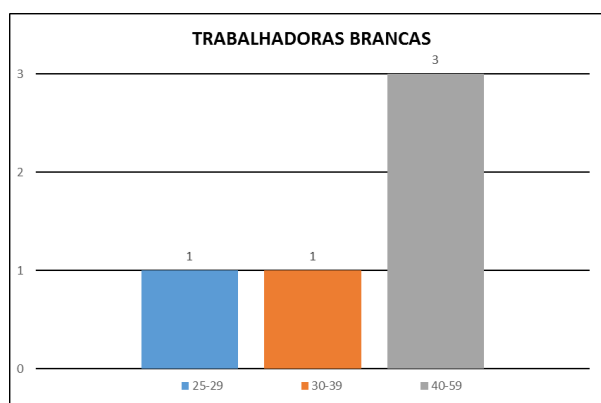


Tabela 30: Trabalhadora por cidade, cor e idade

<i>Cidade</i>	<i>Belém</i>	<i>Porto Alegre</i>	<i>Salvador</i>
<i>Negra</i>	Hilda – 69	Marina – 61	Creuza – 55
	Ilson – 39	Telma – 59	Cleusa – 47
			Milca – 44
			Zezinha – 44
<i>Branca</i>	Francisca – 53	Patrícia – 28	Marcelina – 54
		Maria – 30	
		Salete – 45	

Em relação à escolaridade, a média de estudo das trabalhadoras domésticas brasileiras é de 6,6 anos de estudos, portanto correspondendo ao Ensino Fundamental Incompleto. Em Salvador, 44,3% das trabalhadoras possuem este grau, e em Porto Alegre, 51,2%. Para o Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto, em Salvador corresponde a 24,5%, enquanto em Porto Alegre, 26,6%. No Ensino Médio Completo e/ou Ensino Superior Incompleto, temos 27,4% em Salvador e 19,5% em Porto Alegre²⁸⁸.

²⁸⁸ Não encontramos dados disponíveis relativos à cidade de Belém.

Tabela 31: Média de escolaridade brasileira das domésticas por cor em relação às trabalhadoras da pesquisa

Escolaridade	Analfabeta		Fund. Incompleto		Fund. Completo e/ou Médio Incompleto		Médio Completo e/ou Superior Inc.	
	Negra 8,9%	Não-Negra 5,2%	Negra 48,3%	Não-Negra 50%	Negra 23%	Não-Negra 23,4%	Negra 18,5%	Não-Negra 19,8%
Francisca								X
Hilda			X					
Ilson							X	
Marina	X							
Patrícia								X
Maria								X
Telma			X					
Saete				X				
Creuza			X					
Cleusa			X					
Milca			X					
Marcelina								X
Zeinha							X	

Como podemos identificar, a única trabalhadora analfabeta é negra, oriunda de Porto Alegre e faz parte dos 8,9% da média brasileira. Com o Ensino Fundamental Incompleto, como a maioria brasileira, e 48,3% das domésticas negras, também se concentram a maior parte de nossas entrevistadas (5), sendo a maioria negra e uma branca. Já com o Ensino Médio Completo ou Superior Incompleto, temos uma trabalhadora e um trabalhador negro, fazendo parte do grupo constituído por 18,5% dos trabalhadores domésticos, e 4 trabalhadoras brancas. Então, a maioria das trabalhadoras negras de nossa pesquisa (5) possuem o Ensino Fundamental Incompleto, enquanto quase todas as trabalhadoras brancas de nosso estudo possuem o Ensino Médio Completo ou o Superior Incompleto.

Em relação ao tempo de permanência no emprego atual, Francisca, Marina, Marcelina, Patrícia e Maria permanecem nos seus primeiros empregos, ou pelo menos na mesma família, ainda que em diferente geração da primeira. Francisca está há aproximadamente 40 anos na casa de Lienne, Marina há pelo menos 50 com a família que mora e Marcelina trabalha há 38 anos com a mesma família. Patrícia está há 4 anos na casa e Maria há 12 anos.

Já Hilda está há 16 anos no emprego, Ilson está no sindicato há 8 anos, mas não especificou há quanto tempo faz faxina ou trabalha como cuidador esporadicamente. Telma é diarista e não sabemos desde qual ano em cada casa. Creuza, Cleusa e Saete possuem dedicação exclusiva ao sindicato, sendo que Creuza é sindicalista há pelo menos 30 anos, Saete, 20 anos e Cleusa por volta dos 10 anos.

Milca está com a carteira assinada e no emprego atual há 6 meses e Zeinha trabalha com a mesma família há 16 anos. Em relação à média das cidades estudadas, Milca faz parte das 16

mil que trabalham de 6 a 11 meses em Salvador, já Marcelina e Zezinha pertencem ao grupo de 35 mil que estão no mesmo emprego há mais de 10 anos.

Patrícia pertence ao grupo de 34 mil trabalhadoras que estão no emprego de 2 a 4 anos, enquanto Marina e Maria fazem parte das 33 mil trabalhadoras que estão há 10 anos ou mais na cidade de Porto Alegre. Assim como Hilda e Francisca estão ligadas ao grupo de 20 mil trabalhadoras na cidade de Belém que estão há 10 anos ou mais no emprego.

Então, com exceção de Milca (6 meses) e Patrícia (4 anos), todas as outras trabalhadoras que sabemos o tempo de permanência no emprego atual, trabalham há mais de 10 anos na mesma residência (6), em acordo com a média brasileira que possui 1.316 milhões de trabalhadoras nesse grupo, sendo o segundo, após o de 2 a 4 anos, que possui o maior número de domésticas.

Dentre as trabalhadoras de nossas pesquisas que estão atuando no emprego doméstico todas possuem o registro da carteira de trabalho e contribuem para o INSS como domésticas (Patrícia, Maria, Milca e Zezinha) ou na modalidade autônoma (Francisca), atuam como diaristas (Telma, Ilson, Salete), já são aposentadas (Hilda, Marcelina, Marina) ou não sabemos sua situação (Creuza e Cleusa). Diferentemente da média nacional em que apenas 34,8% das trabalhadoras tem a carteira assinada e 40,9% contribuem para a previdência, chamando atenção para Porto Alegre, onde mais de 50% dos trabalhadores domésticos contribuem. As nossas interlocutoras que revelaram os valores de suas remunerações recebem um salário mínimo (880 reais) ou este valor somado à aposentadoria. Com a exceção de Francisca que recebe pagamentos de todos os filhos de Lienne e soma o valor de 1.200 reais por mês. Além dela, não sabemos o valor que Patrícia recebe nos outros empregos que possui, nem a remuneração de Telma ou das sindicalistas. Contudo, ao que parece, todas recebem um valor superior à média nacional de 801 reais.

Das 13 trabalhadoras que entrevistamos com mais densidade, apenas Francisca, Marina, Patrícia e Marcelina moram na casa das empregadoras. Assim como 283 mil domésticas brasileiras, 2 mil em Belém, 3 mil em Porto Alegre e 7 mil em Salvador. Maria alterna a casa da patroa com um apartamento que aluga com o namorado. As outras possuem moradia própria.

Em nosso trabalho, 7 trabalhadoras são sindicalizadas e 6 não são. Número bem diferente da média nacional, em que apenas 3% das trabalhadoras são associadas aos sindicatos.

A maioria das trabalhadoras domésticas são solteiras (9), duas estão namorando (Hilda e Maria) e apenas duas são casadas (Milca e Salete). Hilda possui uma filha adotiva, Telma tem 3 filhos e 5 netos, Salete tem 4 filhos e também já possui netos e Cleusa e Milca têm 1 filho.

Quanto aos projetos futuros, Telma pretende voltar a estudar e aprender a costurar e a pintar quando se aposentar. Patrícia quer, além de terminar o curso de técnica em enfermagem,

trabalhar na sua área, comprar uma casa, casar e ter um filho. Ainda que sem muita perspectiva de emprego, Maria também quer concluir seu curso de Geografia. Ilson pretende voltar à faculdade para terminar o curso de Nutrição, que Zezinha também pretende fazer quando se aposentar.

Já Hilda e Marcelina pretendem descansar, passear e visitar amigos e parentes quando pararem de trabalhar, ainda que já sejam aposentadas. Francisca planeja terminar sua casa própria e ministrar cursos de culinária em sua nova cozinha.

Salete, Milca e Cleusa enfatizam que irão permanecer na organização política em prol da ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas, com Creuza, inclusive, pleiteando um cargo político para dar seguimento à sua trajetória.

Tabela 32: Sistematização das trabalhadoras domésticas da pesquisa

Nomes	Cidade de Moradia	Cidade de Origem	Idade	Cor	Escolaridade	Tempo no emprego atual	Situação empregatícia	Remuneração SM (880 reais)
1. Francisca	Belém	Itaquara/PA	53	Branca	Médio Completo/Magistério	40 anos	Autônoma	1.200
2. Hilda	Belém	Soure/PA	69	Negra	Fundamental Incompleto	16 anos	Aposentada	1.000+1SM (APOS.)
3. Ilson	Belém	Curuçá/PA	39	Negro	Superior Incompleto	Sindicato/Federação – 8 anos	-	-
4. Marina	Porto Alegre	Rosário do Sul/RS	61	Negra	Analfabeta	50 anos	Aposentada	1SM(APOS.)
5. Patrícia	Porto Alegre	Santo Ângelo/RS	28	Branca	Médio Completo/Técnico	4 anos	Carteira Assinada	1SM+diárias
6. Maria	Porto Alegre	Roque Gonzáles/RS	30	Branca	Superior Incompleto	12 anos	Carteira Assinada	1SM
7. Telma	Porto Alegre	Quitéria/RS	59	Negra	Fundamental Incompleto	Diarista	Diarista	-
8. Salete	Porto Alegre	Pelotas/RS	45	Branca	Fundamental Incompleto	Sindicato – 20 anos	-	-
9. Creuza	Salvador	Salvador/BA	55	Negra	Fundamental Incompleto	Sindicato/Federação – 30 anos	-	-
10. Cleusa	Salvador	Salvador/BA	47	Negra	Fundamental Incompleto	Sindicato – 10 anos	-	-
11. Milca	Salvador	Cruz das Almas/BA	44	Negra	Fundamental Incompleto	6 meses	Carteira Assinada	1SM
12. Marcelina	Salvador	Cruz das Almas/BA	54	Branca	Ensino Médio Completo	38 anos	Aposentada	Salário+1SM(APOS)
13. Zezinha	Salvador	Teodoro Sampaio/BA	44	Negra	Ensino Médio Completo	16 anos	Carteira Assinada	1SM

Tabela 33: Sistematização das trabalhadoras domésticas da pesquisa 2

Nomes	Sindicalizada	Estado Civil	Filhos	Moradia	Projeto
1. Francisca	Não	Solteira	Não	Patroa	Ministrar cursos de culinária
2. Hilda	Não	Solteira	Sim – 1	Própria	Descansar e passear
3. Ilson	Sim	Solteiro	Não	Própria	Universidade – Nutrição
4. Marina	Não	Solteira	Não	Patroa	Alugar um apartamento e aprender a ler
5. Patrícia	Não	Solteira	Não	Patroa	Formar-se técnica em enfermagem, comprar a casa própria, casar e ter 1 filho
6. Maria	Não	Solteira	Não	Patroa/aluguel	Formar-se em Geografia
7. Telma	Não	Solteira	Sim – 3	Própria	Aprender a costurar, pintar e voltar a estudar
8. Salete	Sim	Casada	Sim – 4	Própria	Movimento sindical
9. Creuza	Sim	Solteira	Não	Própria	Seguir carreira política/Movimento sindical
10. Cleusa	Sim	Solteira	Sim – 1	Própria	Movimento Sindical
11. Milca	Sim	Casada	Sim – 1	Própria	Movimento Sindical
12. Marcelina	Sim	Solteira	Não	Patroa/Própria	Descansar e passear/Movimento sindical
13. Zezinha	Sim	Solteira	Não	Própria	Universidade – Nutrição

8.5 A situação dos sindicatos

Em Belém encontramos o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, Arrumadores e Camareiros dos Municípios de Belém e Ananindeua do Estado do Pará – SINTDAC. Apesar do nome que circunscreve a atuação da entidade em apenas dois municípios, eles têm um trabalho bem mais amplo, em conjunto com a Federação dos Trabalhadores Domésticos(as) da Região Amazônica – FETRADORAM. O sindicato foi fundado em 1994 pela atual presidenta Lucileide Reis, que também é presidenta da federação, fundada em 2010. As duas entidades são associadas à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB e atualmente aprovaram um projeto de habitação, em que está sendo construído o Residencial Zélia Mafra em Barcarena/PA.

Além do trabalho de auxílio, pesquisa e orientação em vários municípios do Estado e da Região Norte através da federação, a equipe do SINTDAC também realiza cursos de capacitação profissional, educação sexual e saúde e promove eventos festivos entre as suas associadas, que segundo o assessor Waldir, somam aproximadamente 12 mil trabalhadoras. Além da presidenta Lucileide e do assessor Waldir, o sindicato também conta com o secretário-geral Ilson e a secretária de finanças, Rosileide. Eles trabalham de segunda a quinta, das 8h-12h e das 14h-17h, sendo que sexta-feira apenas pela manhã e cobram uma mensalidade de 25 reais às trabalhadoras. Como a maioria delas não paga e apenas procuram o sindicato em caso de necessidade, eles também cobram taxas de serviços para as domésticas não-associadas e para os empregadores, para a orientação dos direitos e deveres, além do cálculo e rescisão contratual. Além disso, também oferecem assessoria jurídica, mas exterior ao sindicato.

Devido à falta de renda, o prédio do sindicato, em que também funciona a federação, é alugado e atualmente o sindicato luta pela regulamentação do imposto sindical, que equivale ao pagamento anual, equivalente a um dia de trabalho das domésticas (no ano de 2013 somava 21,87 reais). Apesar de possuir eleições de 4 em 4 anos o sindicato continua sendo presidido por sua fundadora.

Diferentemente da forte relação com o movimento sindical, como no caso do Pará, em Porto Alegre a história da fundação do sindicato está fortemente atrelada à juventude operária católica (JOC) e à Pastoral das Empregadas Domésticas, criada em 1977, na cidade de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre/RS. Quem nos relatou o histórico foi

Arimar, advogado e um dos fundadores do sindicato em 1988, anteriormente tendo sido associação, fundada em 1978. Da primeira geração de sindicalistas apenas ele permanece.

Contudo, a presidenta do sindicato, Salete, atua na organização desde 1992, contabilizando já mais de 20 anos, em conjunto com a diretora Rosanne, que trabalha há 10 anos no sindicato. São as duas que trabalham diariamente no atendimento a trabalhadoras e empregadores. A taxa mensal das domésticas é de apenas 2 reais e não é cobrado outras taxas pelos serviços de rescisão, cálculo e informação de direitos às trabalhadoras domésticas. Quando Salete e Rosanne não conseguem realizar um acordo entre as partes, as trabalhadoras são encaminhadas para os advogados Arimar, Regina, Ivânia ou Juscelino que atendem em dupla nas segundas-feiras e sextas-feiras à tarde, quando o sindicato fica lotado.

A entidade se mantém através das mensalidades e de 50% das assistências jurídicas (AJs) recebidas pelas causas ganhas dos advogados (10%). Eles também chamam atenção para a importância da regulação do imposto sindical como fonte de arrecadação do sindicato. Apesar de serem filiados à Força Sindical, durante todo o meu trabalho de campo não percebi nenhuma presença ou interferência da central no cotidiano do sindicato.

O nome é Sindicato dos Empregados Domésticos de Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Cachoeirinha, Guaíba, Alvorada e Viamão, para especificar e delimitar a área de atuação da organização.

Já o sindicato de Salvador - Sindoméstico/BA, foi fundado em 1990, mas sua origem remonta o ano de 1984, quando as trabalhadoras formaram um grupo na sede do colégio católico Antônio Vieira. Posteriormente, fundaram a Associação Profissional das Trabalhadoras Domésticas da Bahia (1986), para então consumarem o sindicato. Creuza foi uma de suas fundadoras e presidente por quatro gestões (3 anos cada), sucedida por Marinalva e pela atual presidenta Cleusa²⁸⁹.

A direção do sindicato é composta por 17 integrantes que alternam-se no atendimento ao público durante a semana e também na participação de eventos promovidos pelos governos, ONGs e movimentos negro e de mulheres. Além disso, possuem um único funcionário, o contador Jair e contam com a assessoria de dois advogados, Suely e Wagner. Todos os segundos domingos do mês o sindicato promove um encontro entre a direção e as associadas.

²⁸⁹ Configuração até março de 2014, quando terminei minha pesquisa de campo naquela cidade. Atualmente o presidente do Sindoméstico/BA é Francisco, um trabalhador doméstico que era diretor da Fenatrad quando de minha estadia.

Juntamente ao atendimento diário para o fornecimento de informações e esclarecimentos, cálculos trabalhistas e encaminhamentos à Justiça do Trabalho, o Sindoméstico/Ba realiza amplo trabalho de base em comunidades periféricas e também divulga o seu trabalho, através de um boletim informativo nas paradas de ônibus. O sindicato conta com projetos e parcerias com instituições para a promoção de cursos de capacitação profissional e política, além da alfabetização de trabalhadoras. A entidade é associada à Central Única dos Trabalhadores – CUT e se mantém através do pagamento das mensalidades das associadas (6,80 reais) e das taxas para a realização de cálculos trabalhistas de não-associadas (45 reais).

A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – Fenatrad estava sediada em Salvador e presidida por Creuza. Mas assim como o sindicato, suas origens remontam a uma Equipe Nacional, que depois se tornou Conselho Nacional, para então inaugurar a federação em 1997. Ela é constituída por sindicatos e associações nacionais, faz parte da Confederação de trabalhadoras da América Latina e Caribe e é o maior órgão representativo da categoria no Brasil. A federação também é filiada à CUT.

Em minhas pesquisas de campo em Belém conheci o Sindicato dos Empregadores Domésticos do Pará – SEDEP, e realizei uma pesquisa com seu fundador (1998) e presidente José Nogueira. Ele me explicou da necessidade de um sindicato patronal para possibilitar os acordos coletivos e alegou que se relaciona amigavelmente com o sindicato trabalhista. O SEDEP se mantém com a mensalidade de 50 reais dos aproximadamente 3.800 associados que possui, além de taxas cobradas por cálculos trabalhistas de não-associados. Além do sindicato, a sede também oferece o serviço de agência de empregos, em que o empregador paga uma taxa de 200 reais e tem direito de trocar de funcionária no período de 3 meses.

Tabela 34: Sistematização dos dados dos sindicatos e agências pesquisados

Organização	Fundação	Presidenta	Mensalidade	Número de associadas	Taxas e serviços	Sede	Central Sindical	Funcionamento
SINTDAC	1994	Lucileide Reis	25 reais	Aprox. 12 mil	Orientação doméstica: 50 Cálculo doméstica: 100 Cálculo empregador (até 1 ano): 200 Cálculo empregador (+1 ano):300	Alugada	CTB	2ª a 5ª: 8h-12h; 14h-17h. 6ª: 8h-12h
FETRADORAM	2010	Lucileide Reis	-	-	Residencial Zélia Mafra (em construção)	Alugada	CTB	2ª a 5ª: 8h-12h; 14h-17h. 6ª: 8h-12h
Sindicato dos Empregados Domésticos de Porto Alegre/RS	1988	Salete Silveira	2 reais/AJs	-	Informações, rescisões, cálculos e assessoria jurídica (sem taxas)	Alugada	Força Sindical	2ª-6ª: 10h-12h; 14h-17h
Sindoméstico/BA	1990	Cleusa Santos	6,80 reais	Aprox. 5 mil	Atendimento, capacitação, trabalho de base; participação junto a movimentos sociais – Residencial 27 de Abril.	Própria	CUT	2ª-5ª: 12h-17h; 6ª – 9h-13h
FENATRAD	1997	Creuza Oliveira			Mobilização nacional e internacional.	Própria	CUT	2ª-5ª: 12h-17h; 6ª - 9h-13h
SEDEP	1998	José Nogueira	50 reais	Aprox. 3.800	Informação, assessoria jurídica;	Alugada		2ª-5ª: 8h-12h;14h-17h; 6ª: 8h-12h
Agência de empregos – SEDEP	1998	José Nogueira	Empregador: 200 reais	-	Cadastro de trabalhadoras e procura por profissionais;	Alugada	-	2ª-5ª: 8h-12h; 14h-17h; 6ª: 8h-12h
Agência de empregos Arco-Íris – Porto Alegre	1999	Fernando	Trabalhadoras:5 reais + 10% do 1 salário; Empregadores: 60% do salário no ato do contrato;	-	Cadastro de trabalhadoras e procura por profissionais;	Alugada	-	2ª-6ª: 10h-12h; 14h-17h

Como podemos observar na tabela, o sindicato mais antigo estudado é o de Porto Alegre, seguido de Salvador, sendo mais novo o de Belém. Após maior ou menor pesquisa de campo realizada nos três espaços, pude perceber que o sindicato de Porto Alegre tem uma atuação mais localizada na região metropolitana, diferente de Belém e Salvador, em que, provavelmente devido o apoio das federações, a atuação se dá de maneira mais ampla, com os sindicalistas desenvolvendo trabalhos em várias cidades do Estado.

Em termos de público, talvez por eu ter passado mais tempo nas duas cidades, Porto Alegre e Salvador me pareceram muito mais frequentados por trabalhadoras do que o SINTDAC de Belém. Inclusive em Porto Alegre me chamou atenção a presença de empregadores, não apenas para realizarem acordos com as domésticas, mas também para demandarem informações ou buscar trabalhadoras.

Nesse sentido, me surpreendi com a agência de empregos bem ao lado do sindicato de Porto Alegre e de propriedade do marido da presidenta e também a que funciona no sindicato dos empregadores domésticos em Belém. As duas agências são similares no que tange ao período de carência de 3 meses em que os empregadores podem trocar de funcionária sem custos adicionais, mas no caso de Porto Alegre, a doméstica paga 5 reais para fazer seu cadastro e o empregador 60% do salário combinado no ato da contratação. Já na agência de Belém, a trabalhadora não tem custo e o empregador precisa pagar uma taxa de 200 reais no ato da contratação.

Voltando para os sindicatos, talvez o grande público esteja relacionado a presença de advogados atendendo no local em Porto Alegre (4) e Salvador (2). Em Belém as trabalhadoras precisam recorrer aos escritórios particulares destes. Também há uma grande diferença no valor cobrado pelas mensalidades nos três sindicatos, indo de 2 reais em Porto Alegre, 6,80 em Salvador e 25 reais em Belém, onde também me foi relatado o número de 12 mil associadas, em relação aos 5 mil de Salvador.

Em Porto Alegre a atuação do sindicato é restrita ao atendimento diário e resolução de conflitos. Pelo menos nos 6 meses que eu realizei pesquisa de campo nesta entidade não houve cursos de capacitação ou alfabetização como os relatados a mim em Belém e Salvador. Talvez a presença das federações mais uma vez explique um maior leque de atividades nas duas cidades. Em Salvador foi inaugurado um condomínio, o 27 de Abril, voltado às domésticas em 2012; e em Belém, mais especificamente na cidade de Barcarena, também está sendo construído um residencial. Para Porto Alegre não temos conhecimento de projeto semelhante.

Aspecto relevante no funcionamento e cronologia dos sindicatos é a presença de lideranças/fundadoras que parecem estabelecer-se em tal função e terem carreiras quase vitalícias, como é o caso de Lucileide, Salete, Arimar, Nogueira e Creuza, ainda que esta última

ênfatize em seu relato e necessidade e a vontade de que outras domésticas assumam os cargos de liderança.

Esta situação pode modificar-se atualmente, pois com a nova lei e a ampliação de direitos para a categoria, a obrigatoriedade do imposto sindical parece se aproximar, o que segundo Creuza e Ilson, está fazendo com que outras centrais sindicais comecem a interessar-se pela entidade, pois garantido o imposto, os sindicatos contarão com mais recursos financeiros. Como vimos em Belém, o sindicato, desde o ano de 2013, começou a cobrar este imposto, enquanto que em Porto Alegre e Salvador, até o final de nossa pesquisa, ainda não estava sendo cobrado. Além disso, não temos dados da percentagem paga pelas trabalhadoras de Belém e seus empregadores.

Devido ao maior interesse das centrais pelos sindicatos das trabalhadoras domésticas, suas lideranças estão bastante vigilantes para identificar quais órgãos estiveram presentes em suas trajetórias e aqueles que somente agora, com a maior visibilidade da categoria, estão se aproximando. Provavelmente foi por esse motivo que no início de minha pesquisa nos três sindicatos fui interpelada pela mesma pergunta: *De qual partido/organização tu fazes parte?* Sempre com muita desconfiança quando eu respondia que de nenhum, que estava vinculada a um programa de pós-graduação da universidade.

8.6 Processos de vivência e negociação: entre elas

Para finalizarmos este capítulo, que tem como objetivo sistematizar os dados produzidos em campo visando responder nossas inquietações primeiras, mas também trabalhar os diferentes aspectos salientados pelas trabalhadoras no decorrer da pesquisa e que não estavam previstos, assim como dialogar dados qualitativos com estatísticas produzidas pelos institutos de pesquisa brasileiros, neste tópico nos propomos destacar algumas dimensões recorrentes nas narrativas das domésticas e também nas das empregadoras quando se reportam às suas vivências e processos de negociação.

8.6.1 Maus-tratos

Algumas de nossas entrevistadas chamaram atenção para as violências e torturas que sofreram quando do ingresso no serviço doméstico, geralmente durante as suas infâncias, na faixa dos 10 a 12 anos de idade. Em nossa pesquisa, este aspecto é predominante nos relatos de Hilda, Creuza e Milca, pois as três disseram que apanhavam muito das suas primeiras patroas

e eram proibidas de contar aos pais biológicos, sob ameaças de ser jogada no rio no caso de Creuza, mas principalmente por estarem em outras cidades e não saberem como se comunicar com os pais. A situação de Hilda foi denunciada pela vizinha que posteriormente tornou-se sua mãe de criação e Milca fugiu da casa em que trabalhava.

Aliada à violência física, a violência psicológica, acompanhada de xingamentos de que seriam *preguiçosas, burras, feias e incapazes* também faziam parte do repertório das patroas quando se referiam ou falavam com as meninas, como bem nos lembra Creuza, quando a primeira patroa lhe dizia que se falasse para a sua mãe que apanhava, ela diria que era mentira, que a menina estava falando isso porque não gostava de trabalhar. Essa situação também se repetia com Hilda e Milca, quando as patroas escreviam cartas para as suas mães dizendo que as meninas estavam bem e sendo alfabetizadas. Para além da dor física, os xingamentos provocaram drásticos efeitos psicológicos em nossas entrevistadas, como a baixa autoestima, que as faziam crer que realmente não conseguiriam fazer outra coisa que o trabalho doméstico. Sem contar o racismo, constantemente praticado por empregadoras e pela sociedade de modo geral, que faziam e continuam atuando para que a maioria das domésticas negras sintam-se inferiorizadas.

Em sua narrativa, Francisca chama atenção para a desigualdade vivenciada em relação aos filhos biológicos da *madrinha*, constatando que ainda que seja remunerada por todos eles, sempre teve uma *obrigação* para conseguir tais ganhos. Além disso, argumenta que a conquista da casa própria foi um objetivo que se colocou após, muitas vezes, ouvir da madrinha *que aquela casa não era dela* e, por isso, não sentir-se à vontade para levar namorados e amigos.

Marina também nos relata que *esqueceu de viver*, tendo passado toda a sua trajetória cuidando e acompanhando os membros da família da *madrinha*, e que, por isso, sua família biológica não existira. Ao apresentar sua rotina de trabalho, ela explicita todas as atividades domésticas que desempenha, mas diz que quando precisou pagar o INSS para se aposentar, eles disseram não ter a quantia necessária. Atualmente ela contribui com as despesas da família, mas alega que quando a suposta *irmã de criação*, vendeu uma joia, não lhe ofereceu nem 10 reais.

Marina e Francisca passaram por processos de depressão. Francisca o atribui às frustrações vivenciadas, principalmente por não conseguir ingressar à universidade, e Marina devido à dupla rotina de trabalho, no emprego e na casa.

Ao lado dos sentimentos de mágoa, Francisca e Marina também possuem forte vínculos afetivos com os membros das famílias em que moram e trabalham e alegam que é por esse sentimento, mas também por situações em que também receberam apoio e foram cuidadas, que permanecem com estas famílias. Característica também presente na narrativa de Marcelina, que enfatiza o vínculo com a menina, hoje mulher de 32 anos, que viu nascer e criou e os padrões

que já estão idosos, como justificativa para permanecer morando na casa deles, apesar de ressentir-se de após 38 anos de trabalho os empregadores não terem lhe dado uma casa própria, dizendo que lhe dão um *valor moral, mas não social*.

Nos relatos de Creuza, Salete e Zezinha, além da violência física e psicológica, elas também vivenciaram assédios sexuais cometidos pelos filhos e sobrinhos dos patrões. Após o susto e medo da violência, Zezinha decidiu sair do emprego sem nada relatar aos patrões com receio de que não acreditassem nela; e Creuza e Salete, apesar de terem denunciado as investidas dos jovens no emprego, não tiveram o apoio e auxílio adequado, tendo saído dos empregos sem qualquer reparação pelo dano sofrido. Foi uma situação de assédio sexual, unido à violência física e psicológica da patroa que fez com que Salete recorresse ao sindicato das trabalhadoras domésticas de Porto Alegre, tendo se tornado presidenta já há mais de 20 anos.

Do outro lado, nas entrevistas com empregadoras, também foram relatados casos de maus tratos cometidos por babás aos filhos de Lilia, que tiveram a língua e pernas queimadas, além de ficarem trancados sozinhos em quartos. Esta empregadora também argumentou que algumas trabalhadoras já teriam se insinuado para seu marido e levado namorados para a sua residência durante o horário de trabalho. O casal Rosinda e Thiago também mencionou o caso de uma babá que discutia com a filha deles e contribuía para que a menina apanhasse dos pais.

8.6.2 Alimentação e cumprimento de direitos

Durante muitos anos, conforme nos foi relatado e também seguindo a literatura disponível sobre o tema, meninas chegavam para trabalhar nas casas de famílias das capitais dos estados, somente em troca de moradia, alimentação e roupas, pois a formação escolar, frequentemente manifestada como um projeto, poucas vezes foi concretizada. Na falta de remuneração na forma de um salário, em dinheiro, muitas trabalhadoras alegam que mesmo a moradia, a alimentação e roupas prometidas, constantemente eram fornecidas de forma precária e desigual.

Em relação à moradia, as trabalhadoras que residem nas casas dos patrões, normalmente dormem no *quarto de empregada*, já bastante denunciado como um local quente, sem ventilação, próximo à cozinha, pequeno, onde, muitas vezes, a trabalhadora precisa dividir o espaço com vários objetos não utilizados na casa e até mesmo produtos de limpeza, como Creuza e Cleusa salientaram em sua narrativa. No caso de Marina, ela diz que até os dias atuais não possui um guarda-roupas, sendo suas roupas guardadas em uma caixa de papelão.

Muitas trabalhadoras dizem que ganhavam roupas, mas sempre usadas. Ainda que Marcelina, Francisca, Marina e, principalmente Telma, argumentem o ganho de presentes como um aspecto muito positivo do emprego doméstico. Telma diz que não precisou comprar a

maioria dos objetos de sua casa e nem as roupas e calçados que veste, pois todos teriam sido doados por patroas.

Dentre os elementos de troca e/ou pagamento pelo trabalho doméstico, além do quarto de empregada e do ganho de roupas e bens usados, a alimentação também é um elemento de grande recorrência e conflito, tanto nos relatos das trabalhadoras como das empregadoras. Ainda no período de inserção no trabalho, Creuza relata que comia os restos dos pratos dos filhos da patroa, apenas com um caldo de feijão quente em cima. Posteriormente, Salete relata que grávida em um emprego, a patroa teria começado a implicar com ela, dizendo que estava comendo muito, quando passou a levar sua própria marmita. A negação de uma alimentação considerada adequada, também fez com que Hilda e Ison abandonassem empregos, pois segundo Hilda a patroa dizia que ela não estava com fome e era oferecido à Ison apenas um ovo, um *miojo* e uma banana, após ele ter realizado a faxina pesada da casa. Assim, situações de desigualdades na alimentação, sendo oferecida às trabalhadoras uma quantidade reduzida e/ou de comida estragada e diferente da dos patrões, em conjunto com pratos e talheres de qualidade inferior, são bastante frequentes nas narrativas das domésticas. Atualmente o fornecimento de alimentação e a proibição do seu desconto estão regulamentados em lei.

O que parece gerar maior conflito é o cumprimento da jornada de trabalho, sem falar no registro da carteira de trabalho e a contribuição à previdência social²⁹⁰. A avaliação de que estavam sendo muito exploradas em seus trabalhos foi o maior incentivo para que Creuza, Cleusa, Marcelina, Zezinha, Milca e Salete passassem a participar do movimento sindical em prol da ampliação de direitos, valorização e reconhecimento da categoria. Situação também identificada por Hilda e Telma, mas que ao invés de recorrerem ao sindicato, sempre preferiram mudar de emprego quando avaliavam que não estavam sendo tratadas como mereciam.

Interessante destacar que as trabalhadoras mais novas de nossa pesquisa, Patrícia e Maria, significam o emprego doméstico de maneira um pouco diferente das narrativas das trabalhadoras mais antigas, como Salete e Marcelina, que dizem que o trabalho doméstico não foi uma opção e sim uma necessidade. As integrantes da geração mais nova argumentam que o emprego doméstico fora uma estratégia, um meio para conseguirem vir morar na capital e realizarem seus projetos de vida, de estudar. No caso delas isto está se concretizando, mas o maior diferencial em suas narrativas é a ênfase no conforto que o trabalho pode propiciar, sendo realizado na própria moradia e com flexibilidade de rotina, pois de acordo com elas este emprego é mais viável do que ter que acordar muito cedo, perder tempo no trânsito, para ganhar

²⁹⁰ Após a lei 150/15 foi criada uma página eSocial, que reúne todos os encargos trabalhistas, mas durante a nossa pesquisa trabalhadores e empregadores ainda estavam aprendendo tais mudanças, portanto não temos como avaliar a eficácia desse novo instrumento na garantia dos direitos adquiridos.

menos do que já ganham. Esse argumento pode denotar uma maior valorização do serviço doméstico, que em outros tempos era preterido aos outros empregos se as mulheres que o exercem pudessem ter tido opções de escolha.

Nos relatos das empregadoras, todas dizem não ser *mesquinhas* e diferenciar ou limitar a alimentação de suas funcionárias, apesar de Amélia chamar atenção que se não disser para a doméstica que eles vão querer jantar, a comida sempre acabar, sem contar a rapidez que diz que as compras terminam, sugerindo que a trabalhadora leva alimentos para a sua casa sem autorização.

Em relação ao cumprimento dos direitos, Rosinda e Thiago admitem que quando começaram a contratar babás e domésticas não pagavam um salário mínimo, nem contribuía para a previdência social, apenas conseguindo fazer isso após alguns anos. No entanto, sempre esclarecem para as trabalhadoras em quais condições poderiam contratá-las e atualmente estão sem nenhuma justamente por não conseguirem suprir todos os encargos regulamentados. Edi também relata que após várias trabalhadoras, atualmente é a primeira vez que assina a carteira e está em acordo com os direitos regulamentados.

As outras três empregadoras que contatamos alegam que sempre estiveram em acordo com a lei, mas admitem que quando tiveram mais necessidade, com os filhos pequenos, não teriam conseguido administrar seus cotidianos com jornadas de trabalho das domésticas de 8h diárias. Podemos perceber que o cumprimento das 8h diárias se apresenta como o maior desafio das patroas, que acostumadas a fazer uso de mais tempo das trabalhadoras, têm tido muitas dificuldades de adequar-se à nova lei.

8.6.3 *Os furtos e faltas*

A questão da alimentação e do cumprimento de direitos está diretamente relacionada às faltas e aos furtos bastante mencionados pelas empregadoras. Digo isto porque nos relatos sobre os alimentos, muitas patroas disseram já ter flagrado suas trabalhadoras levando carnes ou outros ingredientes para a casa. Em relação a esta situação, Zezinha diz que sempre aconselha suas colegas a comerem tudo o que quiserem durante o serviço, mas que não levem nada para a casa, sob o risco de serem acusadas de roubo. Ela diz que às vezes é difícil que as trabalhadoras se contenham, pois, em muitos domicílios há bastante desperdício de comida, fazendo com que sem ter condições de proporcionar isso aos filhos, as domésticas sintam-se tentadas a levar.

Lilia diz que na sua casa separa a comida, justamente para que sempre tenha para as funcionárias e elas não corram o risco de ficar sem comer bem; mas constata que a maioria das

funcionárias que passaram por sua casa a roubaram, tendo ela aguentado esta prática durante muitos anos, segundo ela, por necessidade e receio de ficar sem uma boa trabalhadora.

Salete, a presidenta do sindicato de Porto Alegre, alega que frequentemente as mulheres que cometem furtos não são *verdadeiras trabalhadoras domésticas*, ou seja, seriam pessoas que se infiltrariam na categoria para tirar vantagens, sem ter uma longa trajetória no trabalho. Ela diz que uma forma das empregadoras não passarem por esse risco é observando a carteira de trabalho da funcionária e checando suas referências. O que a Fernando e Giovana, dizem realizar nas agências de empregos.

Apesar de não estar presente nas narrativas de nossas protagonistas, durante o meu trabalho de campo nos sindicatos de Porto Alegre e Salvador, ouvi muitos relatos de trabalhadoras que foram acusadas de roubo injustamente, pois posteriormente as empregadoras teriam achado ou lembrado onde estava as coisas que procuravam. Elas me contaram que essas acusações as deixaram extremamente chateadas, fazendo com que recorressem ao sindicato e rompessem relações de amizade com muita dor e decepção em relação às patroas. Do outro lado, temos as situações de Amélia, que descobriu um furto de dinheiro, mas ficou com medo de denunciar a trabalhadora, com receio de que ela e o namorado fizessem algum mal aos seus, posto que a doméstica conhecia todos os hábitos dos membros da casa, além do caso de Lilia e Izabel já relatado. Em nenhum dos casos conhecidos por mim, os furtos e roubos chegaram a delegacias de polícia, apenas culminando em demissões, fugas e rompimentos de relações.

Argumento que os furtos podem estar ligados à alimentação porque, muitas vezes, na falta do que seja considerada uma alimentação adequada pela funcionária, ou também pela necessidade privada e o desperdício observado, as trabalhadoras podem justificar esse tipo de prática, ainda que nunca de maneira deliberada, mas nas formas de relatos em que conhecem alguém que já praticara tal delito.

Outra reclamação bastante frequente nas falas das empregadoras é o excesso de faltas das trabalhadoras. Elas argumentam que as domésticas *fingem* estar doentes ou *matam* alguém da família para não irem trabalhar, sobretudo nos sábados ou nos dias posteriores ao final de semana e/ou feriados. Juntamente a esta queixa das patroas, identificamos os relatos de trabalhadoras que dizem que quando seus empregadores precisaram, tiveram dedicação total de seus tempo e trabalho, mas que quando acontece o contrário e elas precisam ir ao médico, cuidar de algum parente ou grávidas, a consideração não é a mesma e elas são demitidas. Casos como esses foram bastante frequentes durante minhas pesquisas de campo nos sindicatos.

Desse modo, mais uma vez, percebemos o quanto as faltas podem estar vinculadas ao cumprimento ou não dos direitos pelos patrões, já que comparecer ao trabalho diariamente seria um dever, mas que sem o respaldo do direito, pode ser acionado pelas trabalhadoras como uma

forma de resistência. Quer dizer, as empregadoras requerem tempo e dedicação das trabalhadoras, mas muitas vezes não respeitam a jornada de trabalho de 8h, não pagam horas extras, e em casos em que as trabalhadoras precisam faltar, são acusadas de mentirem, podendo ser demitidas por *justa causa*.

As faltas ou mesmo o abandono do emprego são algumas vezes explicados pelas trabalhadoras devido ao trabalho ser bastante repetitivo, causando desmotivação e o desgaste da relação delas com as empregadoras. Além da repetição, há ainda a falta de perspectivas, como nos relata Zezinha, que diz que apesar dos patrões obedecerem seus direitos, após 16 anos no emprego, ela não recebe aumentos ou abonos na carreira, como outros trabalhadores urbanos. Outro aspecto salientado por elas é a solidão do trabalho doméstico, com exceção de Maria que acha isso bom, todas as outras dizem que o rádio é seu *melhor companheiro*, fazendo com que algumas vezes se sintam deprimidas, sem conversarem com outras pessoas, o que também dificulta a mobilização política da categoria.

8.6.4 As linguagens acionadas

Ao refletirem sobre o que seria um emprego ideal, as protagonistas de nosso trabalho conjugam o cumprimento dos direitos e deveres por parte dos patrões, em conjunto de serem bem tratadas e se possível, estabelecer uma relação de amizade com os empregadores. Já as empregadoras alegam que o aspecto fundamental para que mantenham uma trabalhadora em seus lares é a *confiança*, pois estas trabalhadoras além de terem acesso às suas casas, comumente passam muitas horas com seus filhos e conhecem todo o cotidiano dos membros da família.

Importante perceber o teor das linguagens acionadas pelas duas categorias, pois uma das características, talvez a mais atuante, que especifica o serviço doméstico é o fato dele ser realizado no domicílio, portanto na privacidade dos empregadores. Esta característica é algumas vezes acionada para limitar os direitos e deveres das empregadas/empregadores, como o argumento de que a família não seria uma empresa, já trabalhado no capítulo 2; que o trabalho seria reprodutivo e não-capitalista por não gerar lucro, etc. Entretanto, superada essas discussões, temos no presente uma lei que garante vários direitos e *quase* equipara as trabalhadoras domésticas aos trabalhadores urbanos em geral.

Talvez essa nova conjuntura, em relação a uma prática tradicional e frequente da ocupação de várias meninas negras pobres realizando o trabalho doméstico nas casas de *padrinhos* de maneira não remunerada, esteja propiciando a transformação da linguagem do serviço doméstico, saindo da esfera afetiva e da ajuda e indo em direção ao profissionalismo

formal. Este caráter formal, de acordo com a fala de algumas empregadoras, vem acompanhado de perdas relativas à pessoalidade das relações, como a troca de favores, por exemplo, que para elas poderia estar relacionada ao pagamento de um remédio de um filho da doméstica em troca de uma jornada maior de trabalho.

Para as domésticas, durante muito tempo não tendo sido apoiadas por um aparato judicial, essas práticas pessoais se configuraram como único mecanismo de resistência e estratégia para uma vida digna, contudo a ampliação dos direitos, produzida por longa luta política, um governo preocupado com as questões sociais e o auxílio de agências internacionais, tem possibilitado uma nova maneira de se perceberem e colocarem-se no mundo.

Por isso, mais do que presentes e favores, o que aparece nas narrativas das trabalhadoras é o interesse por empregos que garantam o cumprimento de suas jornadas de trabalho, o pagamento de horas extras e a tranquilidade de uma aposentadoria, de um auxílio desemprego e de um fundo de garantia, para que possam planejar seus futuros e não se sintam tão deprimidas e desestimuladas com a falta de perspectivas, valorização e reconhecimento de seus trabalhos.

Para as empregadoras, ainda que na nossa pesquisa todas reconheçam a importância da aquisição de direitos das trabalhadoras, está sendo difícil acostumar-se com um trabalho que antes era composto de grande disponibilidade, que agora seja limitado. Juntamente à formalização do trabalho, as empregadoras receiam que as trabalhadoras não amem mais suas crianças, ainda que nunca tenham se interessado pelos filhos da própria trabalhadora, pois como Lilia argumentou, ela ficava muito feliz quando a babá gostava de seus filhos, mas nunca quis saber nada da vida das trabalhadoras; e Zezinha constata que ela sabe tudo da vida dos patrões, mas estes não sabem nada da sua.

O receio da profissionalização pode estar vinculado à menor afetividade na relação de trabalho, o que irá diminuir a margem de manobra das empregadoras, posto que muitas domésticas permanecem em empregos precários devido aos vínculos que possuem com as crianças ou adultos que viram crescer nas casas. Por isso, a limitação da jornada, a obrigatoriedade do salário mínimo, do fundo de garantia, da aposentadoria, as políticas de promoção de moradia e a participação no sindicato das trabalhadoras domésticas, se constituem como medidas e espaços fundamentais para a emancipação dessas mulheres pretas pobres para o alargamento de seus campos de possibilidades e maior autonomia nos processos de negociação com suas empregadoras.

CAPÍTULO 9 As domésticas vão acabar?

Este capítulo em que finalizamos a tese pretende mais do que resolver a pergunta proposta, levantar problemas e questões decorrentes da temática do trabalho doméstico remunerado no contexto de algumas cidades brasileiras. Neste momento trazemos à tona alguns impasses que nos parecem bastante pertinentes para nossa pesquisa e que foram suscitados através do estudo de análises teóricas contemporâneas e, principalmente, gerados pelos dados etnográficos produzidos em campo.

A experiência do doutorado-sanduíche na França também contribuiu para a elaboração de um olhar diversificado sobre o nosso tema de pesquisa, em que através do acesso à literatura produzida neste país, além de estudos realizados por pesquisadores franceses com o mesmo tema de pesquisa e/ou em cidades brasileiras, despertaram novas questões e formas de aproximação com o fenômeno do trabalho doméstico.

Sem a pretensão de esgotar a discussão, propomos caminhos de análise e porque não dizer, alternativas construídas com as trabalhadoras e pesquisadores para pensar e de algum modo contribuir com os interesses de nossas interlocutoras.

9.1 Das relações de poder

Esta pesquisa discorre sobre relações de poder que permeiam um fenômeno que pode ser trabalhado a partir da metáfora da interseccionalidade, por concentrar diferentes formas de opressão que não podem ser estudadas separadamente, já que atualizam-se de forma conjunta no cotidiano das trabalhadoras domésticas. As relações de poder estão presentes em diferentes escalas neste trabalho. A primeira que podemos abordar para não apenas dar visibilidade, mas também para tensionar nosso próprio texto, diz respeito à forma de produção de conhecimento, que para ser legitimado precisa se adequar às normas e pressupostos eurocentrados. Esta é uma dimensão do poder que é reproduzida historicamente e que orienta o modo como pensamos o mundo e vivemos nossas pesquisas de campo.

Para que essa escala de poder, quer dizer, o monopólio da produção do conhecimento se consolidasse, foram necessários vários processos históricos, em que a colonização pode ser colocada como o evento mais emblemático, no contato com a alteridade e a racialização e

inferiorização do Outro como mecanismo legitimador da superioridade do branco, europeu, ocidental e sua epistemologia. Amílcar Cabral (1977, p. 113), intelectual, poeta e um dos dirigentes da luta pela libertação de Guiné e Cabo Verde contra o colonialismo português afirmou: *Enquanto o branco é visto como indivíduo universal não racializado, o Outro é primordialmente um membro racializado e um coletivo.*

Desde então, a América Latina, assim como a África e a Ásia, e outras partes das américas, passaram a ser saqueadas econômica, cultural e socialmente, aliadas de autonomias políticas e mentais e passaram a ser conhecidas a partir de um saber produzido por europeus que se tomaram como a medida de todas as coisas, constituindo o humanismo ocidental, tão defendido em políticas internacionais, mas que visa, sobretudo, o monopólio do privilégio da epistemologia e soberania ocidental. *Como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento* (Quijano, 2000:110).

Nossa disciplina surge desses empreendimentos em direção ao Outro, justamente para na tentativa de entendê-lo, capturá-lo. Contudo, durante a própria trajetória da antropologia a cada dia têm-se tensionado a forma de construção de conhecimento sobre o Outro, gerando uma tendência a construir um saber com o Outro, no grande desafio de tradução empreendido pelo pesquisador.

Derrida pôde então afirmar que a etnologia é etnocêntrica apesar de combater o etnocentrismo, porque o Ocidente, ao mesmo tempo em que praticou esse descentramento, construiu sua imagem diante do resto do mundo como sendo a única cultura capaz de realizar tal movimento de abertura a auto-desdobramento (Carvalho, 2001:110).

Isto para não limitarmos os temas de pesquisa aos pertencimentos identitários, ou seja, apenas poder pesquisar mulheres se você for uma delas, ou negros se você fizer parte deste grupo. Mas chamo atenção para estes dois segmentos porque durante muitos anos foram considerados inaptos para produzir conhecimento ou falar sobre si mesmos, e a proposta atual justamente contrária, de valorização de diferentes epistemologias e do constante diálogo e confronto que o etnógrafo se submete no encontro com seus pares e com os seus interlocutores de pesquisa quando da divulgação de suas análises. *Descolonialidad se refiere a los procesos mediante los cuales lo subalterno resiste las reglas y las jerarquias racializadas dentro de las cuales está confinado, desafiando la lógica de la colonialidad que los categoriza como inferiores e no bastante humanos* (Yehia, 2007:97).

Ainda que identifiquemos a relação de poder imposta e vivenciada do Norte em relação ao Sul, e que saibamos que foi construída pela racialização dos corpos e da posterior divisão do trabalho; ainda assim, passamos por processos educacionais que nos condicionam a reproduzir este *modus operandi*, ainda que pelo olhar deles, nós sempre sejamos seus *otros desnudos* (Rosaldo e Lamphere, 1979). Então, este foi um desafio colocado por mim no desenvolvimento desta tese, que tenho consciência de ser apenas um primeiro esforço de levar à sério tudo o que os meus interlocutores falavam em suas narrativas e/ou através de seus corpos, sem conseguir, contudo, romper com essa epistemologia ocidental tão perpetuada em nossos caminhos. *Muito mais tarde, com a crescente politização da disciplina a partir das lutas anti-imperialistas e pós-coloniais, pôde ser sustentado o argumento de que o nativo constrói sua alteridade segundo o modo em que retruca, de um lugar subalterno, o olhar do colonizador sobre si* (Carvalho, 2001:11).

Até aqui busquei abordar rapidamente já duas escalas de poder presentes neste trabalho. A primeira diz respeito à legitimação de produção do conhecimento e a segunda, da desigualdade entre pesquisador e interlocutores no processo de tradução e textualização das experiências vividas em campo.

Agora, pretendo implicar nosso tema de pesquisa, o trabalho doméstico remunerado e/ou realizado na casa de terceiros, também em dimensões de relações de poder. Como já dito, esta ocupação, pelo menos no caso brasileiro e da América Latina, é caracterizada pela predominância de mulheres, negras, pobres, migrantes e, no nosso contexto, que passou a ser visibilizada a partir de análises históricas remetidas ao início da colonização do Brasil e os longos anos de escravidão. O regime escravocrata, decorrente da colonização portuguesa, foi marcado pelo tráfico de homens e mulheres oriundos de países africanos, que ao chegarem em terras que foram nominadas de brasileiras, passaram por um processo de coisificação, em que transformados em mercadorias, eram vendidos para trabalharem nas fazendas, lavouras e também nas unidades domésticas de famílias brancas, descendentes de povos europeus. Esse regime foi a manifestação da racialização dos africanos, e também dos povos nativos, e a divisão racial do trabalho, pois através da justificativa de que fariam parte de uma raça inferior, com pouca aptidão a atividades intelectualizadas e de maior prestígio e remuneração, foram submetidos a regimes enormes de trabalho, além de condições precárias de alimentação, moradia e vestuário²⁹¹. *Desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados*

²⁹¹ Os processos e tentativas de escravização, colonização e dizimação dos povos nativos, denominados indígenas, se deu conjuntamente, mas de forma diversa.

implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos (Quijano, 2000:110).

Da macroviolência à microfísica do poder, a dominação, a exploração, a subjugação preconizada pelo Império Ibérico, colonizava pensamentos, marcava corpos, matava almas. A sociedade estamental tomava para si o lugar do Outro, pilhagem legitimada com preceitos imperiais, moralismo católico e por ideologias mercantis. As dimensões políticas foram configuradas em prol do processo de colonização, como elemento histórico, para durar substantivamente nas práticas e significações vinculadas ao trabalho doméstico. Contudo, discorrer sobre a colonização e a escravidão de forma generalizada como estamos fazendo, pode inculcar a falsa impressão de que todos os grupos e pessoas que fizeram parte desses acontecimentos passaram pelas mesmas privações e experiências. É neste ponto que podemos salientar a racialização do gênero, posto que as teorias feministas contemporâneas surgidas principalmente na década de 70, visavam chamar atenção para a desigualdade das mulheres em relação aos homens, e os próprios processos de colonização e escravidão, nos trazem à tona de que as mulheres não podem ser agrupadas como uma categoria homogênea, pois as trajetórias e problemas de mulheres brancas ocidentais, são certamente bem diferentes das particularidades experimentadas pelas mulheres negras. Isso em qualquer escala geográfica, mesmo quando se amplia o quadro e podemos visualizar a divisão genérica entre as mulheres do Sul e as mulheres do Norte.

O artigo da feminista, indiana Chandra Mohanty (2008) é muito significativo pois chama atenção para os limites da homogeneização da categoria mulheres, além de realizar um estudo pós-colonial em relação aos textos produzidos por feministas brancas ocidentais se referindo às “mulheres do terceiro mundo”, em que estariam sempre descritas a partir da falta, quer dizer, sobre o que elas não têm em relação às mulheres europeias. A autora chama atenção que este *universalismo etnocêntrico*, pode mesmo estar presente nos textos de mulheres do terceiro mundo sobre suas conterrâneas, quando estas são embasadas pelos pressupostos epistemológicos ocidentais.

Voltando ao Brasil escravocrata, onde foram descritos e referenciados os primeiros textos que identificavam a figura da escrava negra realizando atividades domésticas e de cuidados nas casas de colonos, desde aí identificamos as diferenças entre as mulheres que eram as sinhás brancas e de origem europeia e as escravas de origem africana e negras, que dificilmente podem ser unidas permanentemente mesmo nas reivindicações da teoria e movimento feministas atuais. Contudo, podemos identificar a presença de mulheres brancas pobres que também são responsáveis pelas atividades domésticas de suas casas e em menor escala, trabalhando na casa de terceiros. No caso das escravas e posteriores trabalhadoras negras a aquisição da casa própria

parece mais difícil do que para as mulheres brancas. Neste caso, não apenas a diferença de cor, mas a desigualdade de classe que na maioria dos casos também a acompanha, pode ser visualizada.

Ainda insistindo na violência do sistema mercantil escravocrata para a formação da sociedade brasileira e todos os problemas dela decorrentes, também podemos salientar que a partir deste regime houve a predominância do racismo em relação à desigualdade de gênero, posto que, os homens negros sofrem mais preconceitos e tem menos oportunidades que as mulheres brancas. Obedecendo este raciocínio percebemos que as mulheres negras estão no último degrau das opressões, posto que não teriam outro grupo abaixo para oprimir. Contudo, bel hooks ([1984]2004, p.49) nos chama atenção que: *Na medida que ambos grupos, ou qualquer outro grupo, definem a libertação como a possibilidade de adquirir a igualdade com os homens brancos da classe dominante, têm interesses criados na continuidade de exploração e opressão de outros.*

Chegando aqui, acumulamos mais desigualdades de poder: 1. Monopólio da produção do conhecimento; 2. Relação pesquisador-interlocutor; 3. Racialização das pessoas. Esta diferenciação é fundamentada na ideia de que pessoas de determinada cor/raça são imbuídas de superioridades mentais e estéticas, e, portanto, merecedoras de riqueza ou envoltas com uma *missão civilizatória* em direção às alteridades sempre inferiorizadas.

Às mulheres, agora de forma um pouco menos particularizada, foram relegadas e *naturalizadas* as atividades domésticas e de cuidados, não estou dizendo que isso foi assim sempre e nem em toda parte, mas, pelo menos no contexto do Brasil, da América Latina, e em grande parte da África, Ásia, Europa e América do Norte, sabemos através de vários trabalhos históricos e arqueológicos que esta configuração se assemelha. Obviamente que há grande diversidade entre essas mulheres, na escala do Brasil, ou nas cidades de Belém, Porto Alegre e Salvador em que realizamos nossa pesquisa, mais de 90% das trabalhadoras domésticas são mulheres, mais de 60% são negras e 100% são oriundas de famílias pobres, geralmente de agricultores das zonas rurais dos estados, o que se repete em países da África e da Ásia. Isto sem contar na prática de afazeres domésticos no seio da própria família, em que a participação dos homens é quase nula²⁹². Em relação a uma escala mais global, temos por exemplo o caso da França e dos Estados Unidos em que a maioria das trabalhadoras domésticas também são mulheres e oriundas de países do Sul e/ou Norte da África, e, portanto, *de cor*²⁹³.

²⁹² Indicadores IBGE, 2006.

²⁹³ Aqui não temos a intenção de discutir exaustivamente como o racismo se apresenta em diferentes cidades e regiões do mundo, o que é bastante pertinente, sem dúvida.

Essa predominância das mulheres desempenhando atividades domésticas e de cuidados, seja em seus próprios núcleos familiares de forma gratuita ou na casa de terceiros como um emprego, faz referência também aos efeitos das diferentes construções corporais, em que também encontramos a supremacia do corpo do homem branco ocidental como a referência de Homem, ser humano²⁹⁴ e em que a mulher é descrita como um corpo frágil, não propenso a realização de atividades que exijam força física²⁹⁵. Para além da diferença corporal, muito se escreveu sobre as características psíquicas das mulheres, que sendo instáveis e emocionais²⁹⁶ seria mais aconselhável que estivessem voltadas à segurança do ambiente doméstico, ainda que às mulheres pobres essa margem de escolha dificilmente tenha se dado. Estes argumentos seriam constitutivos do *patriarcalismo*, modelo que sugere o monopólio do poder nas mãos dos homens, nos indicando outra opressão, 4. Desigualdade entre homens e mulheres.

Importante também nos determos sobre o estatuto comumente remetido ao trabalho doméstico, muitas vezes, qualificado como trabalho reprodutivo, *sale boulot*, ou *dirty work*. Seria difícil, e nem é nossa intenção, definir todos os motivos que tornaram essas atividades desvalorizadas e invisibilizadas, até porque não são imutáveis, mas ativados em diferentes fluxos e processos históricos. Uma das hipóteses pode ser a relação com as impurezas do homem, ou seja, é um trabalho que visa limpar os resquícios do homem enquanto um animal, características nada nobres e que o colocam em igualdade aos animais não-rationais. Outra hipótese e que pode ser decorrente desta, é que ele foi atribuído às mulheres, seres considerados menos racionais, com menos capacidade intelectual e naturalmente detentoras de instintos maternais, de cuidados. Quando não desempenhado por mulheres brancas pobres, devidamente realizadas por escravas e posteriores trabalhadoras negras.

Depois, com o processo de industrialização e a necessidade de trabalhar em fábricas, a produção deixou de ser artesanal e familiar, estimulando os homens a saírem, já que fundamentados pelo patriarcalismo, enquanto provedores da casa, tendo as mulheres que assumirem as atividades domésticas. Nesse sentido, nosso objetivo não é construir uma

²⁹⁴ Como podemos ver em Schiebinger (1987) que através do estudo da construção de esqueletos humanos pelos anatomistas, sobretudo europeus, a autora chama atenção para o atrelamento dos contextos sociais e políticos às preocupações científicas e seus resultados. Dessa forma, as mulheres e mesmo os negros passaram a ser comparados ao ideal do esqueleto masculino e, portanto, a serem difundidos como mais frágeis, menos capazes e, portanto, inferiores, se mantendo longe da esfera pública e da ciência.

²⁹⁵ Lorber ([1993]2003) refletindo sobre a construção social dos corpos, exemplifica através dos esportes e da tecnologia mecanismos para a confirmação de diferenças fisiológicas e de habilidades entre homens e mulheres, em que os primeiros são tomados com a “medida das coisas” gerando desigualdades entre os sexos e/ou gêneros. A autora salienta que categorias dicotômicas são produções culturais que orientam e regulam comportamentos, portanto, assim como as mulheres foram afastadas da ciência e de várias profissões, isto se repetiu nos esportes. Ela propõe a elaboração de novas categorias, que entrelacem gênero e sexo, com raça e classe, que possam salientar a multiplicidade de formas de estar no mundo e que o pressuposto não determine os resultados.

²⁹⁶ O que também foi bastante descrito em relação a população negra em comparação aos brancos, caracterizados pela razão.

hierarquia de hipóteses que compõem a configuração do trabalho doméstico, mas sim chamar para o debate diferentes aspectos que contribuem para esse arranjo²⁹⁷.

Por ser um trabalho considerado *sujo, impuro* e relativo à esfera mais *íntima*, ele pode ter sido ocupado pelas mulheres, vistas como inferiores aos homens. Como já vimos, para além da inferiorização de gênero, o racismo ou classificação hierárquica das pessoas segundo a raça/cor, parece incidir de maneira ainda mais forte que o sexismo, então para o trabalho doméstico, quando se pode, é desenvolvido por mulheres negras ou até homens negros, em benefício das mulheres brancas. Logicamente que o trabalho ou emprego doméstico é ocupado por pessoas de grupos econômicos mais desfavorecidos sobre os quais, muitas vezes, são disseminados argumentos de que ocupam as atividades manuais e menos valorizadas por não terem competências e habilidades para outras, contudo, apenas lhes são oferecidas oportunidades nestes setores, que pouco valorizados os mantém em situação de pobreza. Ou seja, queremos chamar atenção para o ciclo que engaja raça, gênero e classe, colocando mulheres pretas pobres nas atividades menos apreciadas pela sociedade, com a justificativa de que elas permanecem nessa condição por não serem capacitadas para outra coisa, sendo que sempre lhes foi negada esta oportunidade.

9.2 Tensionando a questão

Seguindo este argumento, chegamos na assertiva que abre nosso trabalho e nos inspirou a pergunta central desta tese: *As domésticas vão acabar?* Como já relatado, a aquisição de novos direitos para a categoria e o aumento dos encargos sociais por parte do patrão, gerou vários debates no Brasil, em que se defendia que o aumento do custo geraria muito desemprego, aumentando o problema social do país, já que essas mulheres não poderiam ser inseridas em outros setores. Por trás deste alarde, busca-se a manutenção do privilégio masculino e branco, e feminino branco em menor medida, para que o ciclo permanente que relatamos acima seja seguido. Na defesa por seus privilégios, aqueles que usufruem do trabalho doméstico como uma mão-de-obra barata procuram desqualificar as trabalhadoras como *indolentes e passivas*, portanto não merecedoras de mais direitos, para manter a ordem social e simbólica patriarcal, sexista e racista que constitui a sociedade brasileira.

²⁹⁷ Em que a dominação, o poder e a exploração estão imbricados no mercantilismo e capitalismo, como tão bem trabalha a filosofia econômica e a história política, com autores como, Weber, Marx, Elias, Foucault, Arendt e Luxemburgo, entre tantos outros.

Participante de um projeto de caráter internacional envolvendo as cidades de São Paulo, Paris e Nova Deli e financiado pela *L'Agence Nationale de la Recherche* (ANR) sobre as representações sociais da pobreza nas elites, a pesquisadora Camila Giorgetti (2015), realizando pesquisa de campo no ano de 2013, quando da recente aprovação da “PEC das domésticas”, decidiu apropriar-se da conjuntura de tensões e discussões em torno das novas regulamentações para entrevistar habitantes de classes altas, residentes em quatro bairros de São Paulo (Morumbi, Higienópolis, Jardins e Alphaville), sobre o que achavam das mudanças no trabalho doméstico e, desse modo, conseguir captar suas representações sociais sobre a pobreza.

A autora esclarece que foram realizadas 80 entrevistas, 20 em cada bairro, e os entrevistadores pertenciam à mesma classe dos entrevistados como estratégia de pesquisa, visando maior *veracidade* nas respostas que poderia ser alcançada pela empatia de classe. Foram entrevistadas 50 mulheres e 30 homens, de diferentes idades, mas segundo Giorgetti o teor das relações patrão-empregadas não teve alguma mudança significativa em relação ao gênero ou idade dos empregadores.

Para sistematizar os dados qualitativos provenientes da pesquisa de campo, a pesquisadora os classificou em 3 tipos de relações baseadas em tendências “ideal-típicas” (Weber [1922]1999): a benevolente (tradicional), a conflituosa e a contratual (processo de burocratização e formalização das relações sociais). Fundamentando cada tipo de relação, poderíamos identificar representações sociais da pobreza no Brasil e os processos de dominação contemporânea, como por exemplo as ideias de *passividade e indolência* que permeiam aos argumentos dos entrevistados, membros da elite paulistana, em relação aos pobres.

Por isso, eles se mostram bastante incomodados com o possível surgimento de uma nova “classe C” (Neri, 2008), caracterizada pela ampliação do poder de compra e o ingresso no trabalho formal. Pois segundo eles, as políticas sociais que estão promovendo essas transformações, contribuem para que os pobres apenas exijam direitos, mas não se esforcem para realizar um bom trabalho e, assim, cumprirem com seus deveres. Giorgetti argumenta que a contrariedade à ascensão social dos pobres está sendo acompanhada por preconceitos enraizados no imaginário social brasileiro, como por exemplo, em relação aos nordestinos que são correntemente acusados de *indolentes*.

A escolha do tema da PEC parece apresentar um forte potencial para que possamos entender como membros das classes superiores vivem e interpretam o contexto atual seja no âmbito doméstico, como das representações sociais, em suas relações com as domésticas que trabalham em seus lares.

O primeiro tipo de relação trabalhada pela autora é a tradicional ou benevolente, caracterizada pela informalidade e predominância do vínculo afetivo, manifestada na afirmação

emblemática *como se fosse da família*, em que a proteção dos patrões, muitas vezes, a trabalhadoras que vêm ainda meninas dos interiores do estado e sem conhecidos na capital, é ativada, e em troca espera-se lealdade e devotamento das mesmas, que imbuídas em grande vulnerabilidade social, acabam enredadas nesta relação de dependência e dominação. Não precisamos insistir que os empregadores que fazem parte deste grupo são totalmente contrários à aquisição de direitos da categoria, alegando que suas funcionárias já seriam beneficiadas em vários aspectos decorrentes da relação pessoal, como ajuda a parentes biológicos das domésticas ou a doação de bens materiais usados.

Já a relação conflitual seria caracterizada pela tensão normativa entre os princípios morais e ideológicos de legitimação do poder tradicional e os princípios legais. Neste segundo tipo de relação encontram-se a maioria dos entrevistados do artigo, mas podemos dizer que também de nossa pesquisa e do contexto brasileiro em geral. Pois, ainda que os empregadores se manifestem favoravelmente às transformações do emprego doméstico, seus discursos são permeados pelos mesmos preconceitos identificados aos pobres e nordestinos no contexto de São Paulo, ou seja, que ainda que eles achem que o serviço doméstico é um trabalho como qualquer outro e que merece os mesmos direitos, o problema estaria nas trabalhadoras domésticas, que sendo *passivas e indolentes*, apenas querem usufruir dos novos direitos sem a contrapartida de realizarem um trabalho eficiente.

Como podemos ver no caso de nossa pesquisa no relato da empregadora Edileusa e Rosinda e Thiago que justificam o fato de não cumprirem com todos os encargos sociais por além de não terem condições, terem tido experiências com trabalhadoras que não realizavam bem o serviço, faltavam sem dar justificativa, não trabalhavam no sábado como teria sido combinado, além de possuírem problemas com os documentos, impossibilitando a formalização do emprego. *Face à desintegração do modelo antigo, os membros das classes superiores criticam as domésticas acionando argumentos visando lhes desconsiderar como profissionais e a demonstrar sua falta de maturidade e sua incapacidade de agir como trabalhadoras ordinárias* (Giorgetti, 2015).

Outro aspecto salientado por Giorgetti é a “distância entre a moral privada que fundamenta a experiência cotidiana no lar e os princípios legais”, pois apesar das empregadoras de nossa pesquisa pertencerem a camadas médias e não às elites, identificamos posicionamentos semelhantes, sobretudo quando se referem às babás de seus filhos, em que para as patroas o vínculo afetivo é fundamental para que eles possam ser bem cuidados. Entretanto, como já vimos, a recíproca não é verdadeira, posto que quando o movimento vai da empregadora em direção à babá, elas defendem que seja uma relação profissional e sem intimidades.

O terceiro tipo de relação trabalhada pelo artigo em questão é a contratual, caracterizada pela burocratização e formalização do emprego, ainda pouco encontrada no contexto brasileiro. Os empregadores que defendem esta relação valorizam o vínculo formal e legal, em que a remuneração é realizada apenas sob a forma de salário. Nesta configuração, as trabalhadoras exerceriam suas funções submetidas a um sistema rigoroso e homogêneo de disciplina e controle do trabalho e estariam separadas do setor administrativo.

Em nossa pesquisa essa configuração estritamente contratual não foi encontrada, pois ainda que algumas empregadoras tenham recorrido a agências de emprego, esta relação foi finalizada quando do contrato da nova funcionária, não atuando como uma empresa terceirizada que oferece a contratação de serviços domésticos de maneira impessoal. Esta configuração de prestação de serviços especializados foi bastante identificada por mim na França²⁹⁸, mas para o caso brasileiro é mais recorrente em relação à limpeza de condomínios e serviços de segurança e portaria²⁹⁹.

Figura 111: Agência Shiva/ Lille – Fotos de 2014, Autoria da pesquisadora



A autora Giorgetti conclui que a proteção e dependência atuantes no modelo tradicional garantiu por muitos anos a reprodução e continuidade desta força de trabalho em favor dos patrões, mas que com as novas regulamentações este modelo tende a desaparecer, mesmo com certa nostalgia dos empregadores, como também identificamos nas falas de Amélia, Vanda e Lúcia ao dizerem que antigamente as trabalhadoras realmente se tornavam *alguém da família*.

O modelo conflitual poderia ser entendido como a transição para o contratual pautado pelo respeito, o profissionalismo e a objetividade, mas ainda longe de ser alcançado no Brasil, onde, citando o sociólogo francês Dominique Vidal (2007), ele constata que a igualdade estaria

²⁹⁸ Na França o setor de cuidados e serviços domésticos é denominado de *Aide à domicile ou Services à la personne*, e ele pode ser oferecido tanto pelo Estado, como por associações e empresas. Contudo, distantes do contexto brasileiro, eles possuem normas diferentes para cada modalidade do trabalho, inclusive remunerando o deslocamento das trabalhadoras por metro quadrado ou pelo tempo que necessitam para chegar no trabalho.

²⁹⁹ Ver, por exemplo: <http://www.realizeservicos.com.br/>. Acesso: 16/08/2016, às 12h23.

longe de fundamentar a relação patrão-empregador e que, mais do que uma resistência ao aumento do custo do trabalho doméstico, o que ele identificou em sua pesquisa em São Paulo é uma recusa à mudança da ordem simbólica concernente às relações de classe.

Para tensionar esse argumento/ameaça destilada por representantes do mundo patronal, decidimos transformar o caráter afirmativo em pergunta, e para respondê-la nos propusemos a realizar uma etnografia da duração, por meio de uma etnografia multi-situada, buscando apresentar e refletir sobre as diferentes imagens associadas ao trabalho doméstico remunerado, sejam elas em forma de narrativas, filmes, documentários, reportagens ou romances. E é através do relato da presidenta da federação das trabalhadoras domésticas Creuza Oliveira que podemos ter um contraponto em relação ao argumento dos empregadores.

Não vai acabar não! Eu acho que não vai acabar, eu acho que tudo é porque é novo, cria uma, uma situação, ou seja, desperta nas pessoas, a mudança sempre assusta, né? Tanto assusta pra trabalhadora, como pro empregador, né? A trabalhadora não tem consciência, muitas até: Ah não, vai ter desemprego! Porque de tanto uma mentira, falada várias vezes, acaba se tornando verdadeira, né? Acaba parecendo verdadeira! E aí as pessoas falam o tempo todo, vai ter desemprego, não sei o quê, aí de repente, logo no início, a patroa, os patrões começam a dispensar, dá um tempo começa a contratar de novo! Isso aconteceu em 72, na primeira lei, na carteira assinada, na previdência; onde eles diziam que ninguém ia ter mais empregada! Ao contrário, cresceu, foi crescendo! Em 88, na Constituição de 88 também, que a gente conquistou o direito do salário, 13^o, o aviso, a licença-gestante... Eu avalio que em 88 a gente teve mais direito do que agora, entendeu? Agora, a única coisa que, que a gente conquistou a mais, foi as horas extras, o adicional noturno, e o coisa do FGTS, que é 8% do que a pessoa ganha, que não é lá essas coisas, né? O acidente de trabalho, que não é o patrão que paga, é a previdência! A questão do salário-família, que é uma coisinha tão pequena! O seguro desemprego, que não é do bolso do patrão! É do governo, ou seja, do fundo de amparo ao trabalhador. Então, na verdade, o que é que o patrão vai pagar a mais? É o FGTS, o salário-família. As horas extras, ele só paga se ele quiser que a trabalhadora trabalhe mais do que 8h. Se não trabalhar mais do que 8h não vai ter! Não paga. Agora se ele quer uma pessoa lá, mais de 8h lá, ou morando na casa, aí é outra história, né? Mas, é uma coisa que ele pode controlar, certo? Na época de 88, que foi aprovado o salário, o salário é todo mês! E, no entanto, cresceu! Na época que o salário foi aprovado, tinha 4 milhões de trabalhadoras domésticas, 4 milhões e pouco; hoje, a gente tem o dobro! Entendeu? Tem o dobro! Dados oficiais falam em 7,2 milhões, né, que na Constituição de 88 eram 4 milhões. E hoje são 7, dado deles! Porque nós dizemos que é muito mais de 8 milhões, entendeu?!

Então, na verdade, cresceu! Poderia ter diminuído, então, e vai continuar assim também! Vai continuar assim! Se o empregador, a empregadora, não quiser pagar, ter uma pessoa na sua casa, muito bem, não tem! Aí larga lá a empresa e vem pra casa fazer o serviço! Eles dizem que, ah, a gente vai pagar a escola em tempo integral, vá ver quanto é a escola a tempo integral! Pra botar 2, ou 3 filhos em escola a tempo integral! Vá ver quanto é que vai dar lavar roupa na lavanderia! Vá ver quanto é que vai dar comer todos os dias no restaurante! Se for uma pessoa sozinha ainda vai! Mas se for uma família, com filho, com tudo. Como é que eles vão almoçar todo dia em restaurante? Pagar lavanderia pra lavar a roupa deles, dos filhos. Pagar escola a tempo integral,

né? E aí vai ter menino de escola a tempo integral, e vai ter filho de idade de creche. E aí vai ter que pagar creche e escola! Porque vai tá na idade de escola. Né? Aí eles vão pra ponta do lápis e vê! Porque a gente vê que, muitas vezes, não quer pagar pra uma pessoa que tá trabalhando, mas gasta em uma roupa, em um vestido, gasta em uma garrafa de whisky! Gasta em um brinquedo, até mais de 2 mil reais pro menino quebrar daqui a 1 mês! Não que a criança não mereça ter um brinquedo e tal; mas, achar que uma pessoa que tá trabalhando, não pode receber, eles não vão aguentar pagar 200 reais, ou 300, ou 500 a mais, e pode gastar muito mais com coisa supérflua, aí que tá o negócio!

No relato de Creuza e de várias outras trabalhadoras foi bastante recorrente a possibilidade das domésticas realizarem greves para terem os seus direitos cumpridos. Todas as vezes que me apresentavam tal possibilidade, argumentavam sobre a necessidade que elas sabem que os empregadores delas possuem em relação aos seus trabalhos, para que eles possam organizar seus cotidianos. Então, mesmo que nos casos em que a relação é bastante pessoalizada identifiquemos uma dependência grande das domésticas em relação aos patrões, a recíproca também pode ser verdadeira, pois muitas sabem da dependência que os patrões têm em relação a elas para que possam trabalhar fora de casa e ter suas roupas e alimentação prontas, além dos cuidados com seus filhos e idosos.

Nosso trabalho deu início no ano 2012, justamente o ano em que a PEC 66/12, mais conhecida como a “Pec das domésticas”, foi aprovada, gerando tantas discussões em torno de tal temática. Como já descrito no Capítulo 2, vimos que a PEC foi decorrente de várias propostas para a mudança do parágrafo único do artigo 7 da Constituição Federal (1988) que diferencia os trabalhadores domésticos dos trabalhadores urbanos, devido ao caráter não-lucrativo e prestação para uma família. Em um primeiro momento, identificamos apenas necessidades relativas ao contexto particular brasileiro, mas com uma análise mais atenta, tivemos conhecimento que a Pec, que passou a ser Emenda Constitucional em 2013, para virar a Lei Complementar 150 somente em 2015, está inserida em diferentes escalas e é resultado de processos mais globalizados.

Isto porque a lei parece ser uma resposta à Convenção 189 que visa a equiparação de direitos às trabalhadoras, juntamente à Recomendação 201, buscando a promoção do trabalho decente para a categoria; as duas aprovadas na Conferência Internacional do Trabalho (CIT) de 2011, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) após longo processo de preparação nos países membros, quando o Brasil, através do Governo Federal e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) participou ativamente. Além desses dois atores, representantes dos empregadores também compuseram as comissões tripartites assessoradas pela OIT para a posterior conferência e aprovação dos dispositivos de normatização e regulamentação.

Esse acontecimento, talvez apenas com menos impactos do que a Constituição (1988) tem provocado muitas discussões e mudanças de postura tanto entre as domésticas que estão sentindo-se mais valorizadas e satisfeitas, quanto entre os empregadores, que apesar do estranhamento, estão tentando adequar-se à nova lei, com a inserção de um banco de horas, por exemplo.

Que pra mim a grande virada foi essa! Não foi a PEC, não! A PEC foi mais histórico, mais um dos um, mas a grande virada, pra mim, foi 88! A gente tava assim tirando o pé da senzala foi em 88! Esse relato é de Marcelina, trabalhadora doméstica de Salvador que nos explica que na verdade a organização política das trabalhadoras percebeu que a instauração da Pec foi apenas um mecanismo para garantir alguns direitos para as domésticas, sem que o governo tivesse tido que ratificar a convenção 189 e ter que a adequar-se a todas as suas normativas, tendo a convenção sido ratificada pela presidenta Dilma Rousseff apenas em 17 de abril de 2016, sem alguma modificação na lei 150.

Relevante observarmos os meandros e caminhos vivenciados pelas trabalhadoras sindicalistas, pelas organizações representativas, e também pelo governo e a organização internacional do trabalho – OIT, pois ao seguirmos essa rede composta por humanos e não-humanos podemos perceber o quanto cada mediador vai alterando o sentido e o resultado das práticas e regulamentações. Neste caso, o maior órgão internacional de regulamentação e fiscalização do trabalho promoveu e apoiou o governo brasileiro e as organizações representativas das trabalhadoras e dos empregadores para que realizassem encontros e desenvolvessem discussões e propostas em torno das condições de trabalho no emprego doméstico, mostrando o quanto esse fenômeno além de bastante atuante e pertinente para o cenário local, também possui implicações e sofre intervenções transnacionais.

Notadamente visto como uma grande conquista da organização política e avanço no que diz respeito ao exercício da cidadania das trabalhadoras, não podemos negligenciar as relações de poder também atuantes em todos esses processos, pois a OIT sendo uma agência coordenada sob as diretrizes europeias também está atuando com um modelo de humanismo que pode ser bastante colonizador e limitador das formas que o trabalho doméstico remunerado poderia ser tomado se refletido e proposto pelas próprias trabalhadoras de cada país em questão. Contudo, valorizar diferentes gramáticas e epistemologias não pode ir de encontro ao interesse político e o apoio e visibilidade que a OIT pode proporcionar à questão do trabalho doméstico em contextos locais como o Brasil.

Então, o exercício a que nos propomos foi justamente seguir as redes tramadas por diferentes atores, identificar conquistas políticas, mas sem deixar de levar em consideração a colonização do poder, sempre tão atuante no *projeto humanístico ocidental*.

Para pensarmos em alternativas e proposições que sejam oriundas do *terceiro mundo* e dos próprios grupos *subalternos* é que uma abordagem etnográfica se mostra de extrema relevância, pois desse modo as narrativas de trabalhadoras podem ser estudadas enquanto teorias que podem concorrer ou ir de acordo às diretrizes das agências globais de controle.

No caso das protagonistas do nosso trabalho, o que percebemos é grande aprovação delas em relação ao aparecimento de novas leis que possam regulamentar os seus trabalhos, impondo limites às suas jornadas, bem como a estabilidade na garantia de uma aposentadoria, de um fundo de garantia e de um seguro-desemprego, sem contar o gozo de férias com 1/3 a mais que o salário e o 13º, com os quais os trabalhadores urbanos já são contemplados de longa data.

Oriundas frequentemente de famílias numerosas pobres, sem acesso a uma renda necessária para o pagamento de moradia, vestuário e, mais difícil ainda, o investimento na escolaridade e no lazer, o trabalho doméstico se faz presente como a única alternativa de sobrevivência para a maioria das mulheres pretas pobres do Brasil e de vários lugares do mundo. Contudo, por ser desempenhado por elas, mas também como única alternativa disponível para elas, o trabalho doméstico é envolto de imagens negativas e degradantes. Por isso, a nova lei se coloca como um importante instrumento de mudança para a valorização deste emprego e avaliação de si mesma das trabalhadoras, contribuindo para a justiça social.

9.3 Da rítmica temporal

Nas narrativas biográficas traduzidas em nosso trabalho percebemos em alguns momentos grande densidade em relação ao tempo vivido da infância, seja a partir da construção de um tempo feliz, caracterizado pela permanência ao lado de pais e irmãos, em que o trabalho já se fazia presente, mas na forma de aprendizagem e compartilhamento de saberes; mas também de um tempo que lhe fora tomado de algumas domésticas, quando da inserção no emprego doméstico, o sofrimento por agressões físicas e psicológicas e o excesso de trabalho, seja lavando louças em cima de um banco ou carregando uma criança quase da mesma idade, e o desempenho de atividades longe do ambiente familiar.

Para outras trabalhadoras, a conquista significada na chegada à cidade grande é um tempo pensado como de muitas mudanças e descobertas, que ainda com a presença das dificuldades, as tornou consumidoras e aprendizes de um estilo de vida urbano que por si só já representa a modernidade e um projeto de vida concretizado. Em contraponto à *melhora de vida* que, muitas vezes, é indicada nas narrativas como análoga à vivência na cidade, tivemos relatados os tempos da escola, ou nas tentativas de ingresso na universidade, como tempos de frustrações e

sofrimentos causados pelas situações de exclusão e preconceito, como no exemplo de Francisca que teve que repetir várias vezes a mesma série e tentou inúmeras vezes o vestibular e concursos públicos, sem sucesso. E também como nos relataram Zezinha e Marcelina, que por estudarem no período noturno eram facilmente identificadas na rua como *graxeiras*.

Além dos maus tratos e da trajetória escolar, outro tempo narrado com bastante densidade por algumas trabalhadoras foram aqueles em que passaram por necessidades financeiras, sobretudo, quando do nascimento de seus filhos e a dificuldade de sustentá-los e criá-los. Também quando se perceberam em desigualdade em relação aos membros das famílias com que trabalhavam e entenderam o significado do *quase* que as afastava da composição das famílias.

Na imaginação da maioria de nossas interlocutoras o tempo presente se constitui como o melhor e mais emancipado, seja porque estão aposentadas, podem consumir e ter tempo para passearem e visitarem amigos, seja pelo fato de terem descoberto o sindicato, se reconhecido enquanto trabalhadoras domésticas e um sentido para continuarem vivendo e trabalhando para que cada vez mais domésticas vivam em condições dignas e independentes.

Neste aspecto podemos identificar uma diferença geracional entre as nossas interlocutoras, pois as mais novas atribuem ao emprego doméstico um caráter transitório, mecanismo de conquista da capital e instrumento fundamental para a sobrevivência, aquisição de escolaridade e posterior exercício de uma nova profissão, conjugada ao projeto da casa própria e da constituição de uma família. Já as *veteranas*, que passaram a maior parte de suas trajetórias em empregos domésticos, veem na aposentadoria e também na aquisição da casa própria os meios para terem uma vida mais tranquila e confortável, após anos de trabalho mal remunerado e sem hora para terminar. No campo das ideias e na mudança de algumas posturas, já podemos perceber os impactos da “lei das domésticas” nas narrativas e práticas de nossas entrevistadas, mas para a avaliação de um impacto mais efetivo em torno deste trabalho, do grupo de trabalhadoras e usuários, precisaremos de mais alguns anos.

9.4 Conciliação trabalho-família

Ainda que as trabalhadoras domésticas sejam as protagonistas de nossa pesquisa, é bastante relevante que também demos visibilidade ao outro lado da relação, ou seja, trabalhar um pouco a partir da perspectiva das empregadoras, pois a relação de trabalho se dá predominantemente entre mulheres (Kofes, 2001), e nesse momento, mais uma vez, salientamos a heterogeneidade desta categoria. Em grande parte das etnografias e estudos

realizados sobre a relação entre trabalhadoras e empregadoras observamos que para além da existência de uma mão-de-obra farta e barata e de uma prática considerada por alguns como *cultural*, as empregadoras justificam a procura e contratação de domésticas para que possam dedicar-se ao trabalho fora de casa contratando outras mulheres que desenvolvam atividades que seriam teoricamente delas, assim, mais uma vez reproduzindo a atribuição do trabalho doméstico ao gênero feminino. De acordo com o relato de uma das empregadoras que entrevistamos, se não existissem trabalhadoras domésticas ela diz que provavelmente não teria tido filhos, e muitas dizem, que a relação conjugal não teria durado.

Então, para além de uma prática cultural (herança escravocrata) ou da absorção de uma mão-de-obra barata, podemos perceber que existe uma necessidade da terceirização do trabalho doméstico e de cuidados, das famílias, e sobretudo, das mães brasileiras. Um dos caminhos para tal entendimento pode ser a atuação do Estado na esfera familiar, ou sua ausência como é mais provável. Ao fazermos uma breve pesquisa sobre as convenções da OIT identificamos a Convenção 156 – Sobre os Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares e a Recomendação 165 – Sobre a igualdade de oportunidades para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares, de 1981, que visam a elaboração de políticas públicas nacionais para a compatibilização de trabalhos produtivos e reprodutivos; compartilhamento entre homens e mulheres; igualdade de oportunidades; serviços comunitários públicos e privados de assistência à infância e a família; e que entende que *os problemas de trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares são aspectos de questões mais amplas relativas à família e à sociedade que devem ser levados em conta nas políticas nacionais*, mas até o presente esta convenção não foi ratificada pelo Brasil³⁰⁰.

Este fato, assim como a falta de auxílio à velhice, para além da aposentadoria, e de planos e políticas que deem suporte à família, pode ajudar a explicar o motivo de todas as empregadoras que entrevistamos serem ou já terem sido casadas e terem filhos, enquanto que no grupo das domésticas, apenas 4 possuem filhos (Salete – 4; Telma – 2; Cleusa – 1; Milca – 1). Ou seja, enquanto umas contratam os serviços de cuidados para os seus filhos e familiares, outras precisam deixar os filhos com vizinhas, em situações bastante vulneráveis, ou mesmo optam por não os ter.

³⁰⁰ Recentemente, por exemplo, o prefeito José Fortunati, de Porto Alegre, foi multado pelo Tribunal de Contas do Estado em 1,5 milhões por não apresentar plano de aumento de vagas na educação infantil e a cidade apresentar um déficit de quase 14 mil vagas para crianças de 0 a 5 anos. Fonte: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2016/08/prefeito-de-porto-alegre-e-multado-por-falta-de-plano-para-creches-7289698.html>. Acesso em: 19/08/2016, às 10h15.

9.5 O estudo de um novo contexto – ajuda para pensar o nosso

Após a realização de maior parte de minha pesquisa de campo nas três cidades brasileiras tive oportunidade de realizar um doutorado-sanduíche³⁰¹ na França, mais especificamente na cidade de Lille, no *Centre Lillois d'Études et Recherches Sociologiques et Économiques – Clersé*³⁰², sob orientação do professor François-Xavier Devetter, no período de outubro de 2014 a setembro de 2015. A escolha deste país, para além de sua longa trajetória nos estudos antropológicos, se deu também pela curiosidade etnográfica de conhecer como o trabalho doméstico e de cuidados se configurava em um país tão amplamente conhecido pelos valores de igualdade e fraternidade decorrentes da Revolução Francesa (1789), quando foi instaurada a democracia, e a atuante presença de um Estado voltado ao bem-estar social, ainda que nos últimos anos tenha havido certo dismantelamento das estruturas e programas sociais provocados por crises político-econômicas e os impactos do neoliberalismo.

Somada à curiosidade de estudar como o trabalho e empregos domésticos se configuravam na França contemporânea, houve também o meu grande interesse de dialogar com o professor Devetter, economista do trabalho, que vem se dedicando ao longo dos anos sobre os empregos domésticos e de cuidados na França, e sua relação com os usos do tempo e divisão social do trabalho³⁰³³⁰⁴. Além de participar das atividades do Clersé, um centro de pesquisas multidisciplinar, tive a oportunidade de assistir muitas apresentações de trabalhos e conferências que contribuíram de forma significativa para a produção deste estudo e de minha formação intelectual de forma geral.

Contudo, o estágio realizado na França teve um caráter muito mais de aprendizado sobre como o nosso tema de pesquisa está sendo trabalhado lá, através de pesquisas bibliográficas, leitura de jornais e participação em eventos acadêmicos, do que voltado a realização de pesquisa de campo³⁰⁵ que se propusesse a realizar um estudo comparativo entre os dois países³⁰⁶. Neste

³⁰¹ O Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE surgiu em 2011 e é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

³⁰² O Clersé é um centro de pesquisas ligado à *Université des Sciences et Technologies de Lille* (Ustl, Lille 1) e ao *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS); foi criado em 1982 por Michel Simon e desde então é um laboratório multidisciplinar, ligado fortemente à sociologia e economia do trabalho. Nos últimos dez anos, o centro acolheu muitos pesquisadores em Antropologia e Demografia contribuindo ainda mais para essa característica.

³⁰³ Como podemos ver em seus trabalhos: Devetter, 2011, 2010, 2009, 2009, 2008, 2008;

³⁰⁴ No período de minha estadia na França, o professor estava coordenando uma equipe multidisciplinar do projeto: ANR – Clean – Análise dos empregos relativos às atividades de manutenção/limpeza e pude participar de algumas reuniões de planejamento e apresentação de dados.

³⁰⁵ Realizei apenas uma entrevista com uma *aide à domicile*, que no Brasil seria semelhante a diarista. Uma trabalhadora por volta dos 50 anos, de origem argelina e que trabalha em vários domicílios semanalmente.

³⁰⁶ Em 2009, existiam cerca de 590 mil pessoas empregadas como domésticas na França, número bastante inferior em relação ao Brasil no mesmo ano (7,2 milhões) e atualmente (6,2 milhões). Entretanto, nos dois países o salário dessas trabalhadoras corresponde apenas a 40% do salário médio dos trabalhadores. Além disso, 85% das

empreendimento pude compreender como as diferentes atividades relativas à domesticidade e aos cuidados estão organizadas na França e, a partir das análises e propostas de alguns pesquisadores para aquele contexto, refletir sobre o cenário brasileiro.

9.5.1 “*Les services à la personne*” - uma categoria híbrida em emergência

Na França, assim como em muitos países europeus, a diferenciação de ocupações, acompanhada de forte proteção social, teriam contribuído bastante para reduzir os empregos domésticos, ou *empregos familiares*, como é mais referido naquele contexto. Contudo, com o aumento do desemprego, o envelhecimento da população e o grande contingente de imigrantes, o governo criou uma nova categoria nos anos 2000, denominada de *services à la personne*, com o objetivo de criar um número grande de empregos, ocupados por mulheres imigrantes e voltados para as pessoas mais velhas, ou ainda, para crianças, deficientes e casais e/ou trabalhadores ativos. Como podemos ver, é uma categoria que reúne diferentes públicos e atividades, sendo realizada predominantemente no domicílio. Este aspecto se assemelha ao cenário brasileiro, em que também o emprego doméstico é realizado na residência, sem objetivos lucrativos, em benefício de um (a) empregador (a) ou uma família.

Definido como trabalho realizado por uma pessoa, no âmbito de um domicílio que não seja o de sua unidade familiar, e pelo qual se recebe uma remuneração, o trabalho doméstico compreende atividades ligadas aos cuidados como serviços de limpeza, arrumação, cozinha e cuidado de vestuário, além do cuidado das crianças, idosos, pessoas com deficiência e animais, entre outras atividades (OIT, 2014:2).

Les Services à la Personne (SAP) ou *os serviços à pessoa* é o título e também objeto central de estudo da obra de Devetter, Jany-Catrice e Ribault (2009). Eles o apresentam como uma “categoria híbrida de *métiers* reagrupados”, portanto uma categoria heterogênea, circunstancial, politicamente forjada e que teria sido criada na França, nos anos 2000 como resposta à alta taxa de desemprego. Desse modo, através das *Lois Aubry*³⁰⁷ os *empregos familiares* teriam sido recriados; além do plano de coesão social de 2005, *Plan Borloo*³⁰⁸ que

trabalhadoras domésticas na França também são mulheres e muitas são imigrantes, oriundas da África francófona, em particular da Argélia, Marrocos e Tunísia (Gallotti, 2009).

³⁰⁷ As leis Aubry ou Lei das 35 horas: Governo Jospin (2000) – leis 1998 e 2000, duração legal do tempo de trabalho assalariado à tempo pleno de 35 horas por semana (antes 39 horas); Desde 1936 (Accords Matignon – 40h); “Leis de redução da duração legal do trabalho”; “desde o século XIX caracteriza o conjunto das economias desenvolvidas”. (Tradução Livre. Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Loi_des_35_heures. Acesso: 05/05/2015, às 15h).

³⁰⁸ Plano Borloo: Plano de Coesão Social (2005); Jean-Louis Borloo (projeto para a criação de empregos, moradias e igualdade de oportunidades); “No período de 2005-2009, o Plano Borloo gerou um custo global para o Estado de 16.257 milhões de euros”; “Esse novo tipo de contrato de trabalho (o plano contava criar um milhão de

estimulou a criação de empregos no setor (previsão de 500.000 empregos em 3 anos), culminando com a criação da ANSP – *L’Agence Nationale des Services à la Personne*, também no ano de 2005, justificada com o fim de promover o desenvolvimento e a qualidade dos serviços, dotada de um financiamento de 30 milhões de euros por ano.

Com o argumento de pensar nos usuários e visar a promoção do acesso universal a serviços de qualidade, o governo e órgãos reguladores buscaram adaptar as regulamentações, como, a redução do custo de trabalho e a instituição do *Chèque Emploi Service Universel*³⁰⁹, adotando essas medidas para dinamizar as atividades através de empreendedores, além de melhorar a qualidade do serviço. Empreendedores diz respeito ao estímulo de criação de empresas que juntamente a associações e o Estado pudessem promover esse tipo de serviço.

Os empregos criados no setor de *services à la personne* são caracterizados pela preponderância do gênero feminino, sobretudo, ocupados por mulheres imigrantes dos países do norte da África, como Argélia, Marrocos e Tunísia, que chegam à França pelo processo de reagrupamento familiar e que são obrigadas a passar pela ANSP e receberem formação nestes *métiers*. Contudo, esse perfil também é semelhante aos de outros países da Europa e da América Latina, quais sejam: forte feminização, idade avançada das trabalhadoras, maridos ausentes, desempregados ou com empregos “não-qualificados”³¹⁰, salários baixos, formação restrita, rotação de mão-de-obra, grande informalidade e baixa sindicalização. Com exceção dos países escandinavos que se distinguem por um alto nível de qualificação, salários elevados e grande mobilidade profissional.

Les services à la personne podem ser classificados em 5 grandes categorias:

1. Os serviços à família – babás (*garde d’enfants*), reforço escolar e promoção de todas as formas de assistência.
2. Os serviços associados à promoção da saúde à domicílio ou no local de trabalho – cuidadora à domicílio, prestações associadas à hospitalização à domicílio (enfermeiras), apoio psicológico, ação de informação e prevenção (assistentes sociais).

empregos em quatro anos), deveria gerar empregos com salários de $\frac{3}{4}$ do SMIC (*Salair Minimum Interprofessionnel de Croissance*) – Salário Mínimo Francês, depois de uma formação obrigatória. Uma medida bastante custosa para o Estado. Lei Borloo: Lei de orientação e de programação para a cidade e renovação urbana (2003). (Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Plan_de_coh%C3%A9sion_sociale. Acesso em: 05/05/2015, às 15h34).

³⁰⁹ “Lançado à título experimental em 1993, o *chèque emploi service* tem por objetivo liberar o empregador do essencial das obrigações editadas pelo código do trabalho em matéria de contrato: negociação do contrato de trabalho, declaração nos organismos de Seguridade Social, recibo de pagamento” (Devetter, Jany-Catrice, Ribault, 2009:54);

³¹⁰ “Seja pelos baixos salários, seja porque diplomados sejam raros” (Chardon, 2002); “seja ainda porque a leitura de convenções coletivas identifica pouca autonomia de responsabilidade e de iniciativas no exercício do trabalho [Bisault, Destival et Goux, 1994]” (Devetter, Jany-Catrice e Ribault, 2009:80);

3. Os serviços associados à qualidade de vida cotidiana à domicílio ou no local de trabalho – Assistente de informática, cozinheira(o), pequenas reparações, cabelereira(o), limpeza da casa; serviços de zelador em empresa, assistente de vida prática.
4. Os serviços associados à moradia – segurança e jardineiro.
5. Os serviços de intermediação – conselho jurídico pontual, assistência aos processos administrativos, ajuda à procura de uma moradia, etc.

Como podemos ver, as ocupações se aproximam do Brasil no que diz respeito a algumas atividades, mas se distanciam em outras como por exemplo o auxílio à informática, o reforço escolar, além de orientações jurídicas, que em nosso país não fazem parte dos empregos domésticos.

Os pesquisadores chamam atenção para a análise da qualidade desses empregos e serviços, posto que, são denunciados por essas mesmas mulheres por seus baixos salários, humilhações às quais são submetidas e vexações que elas nomeiam de *escravidão moderna*.

Ainda segundo eles, este fenômeno perpassa a terceirização de economias e de empregos, cresce a cada dia nos países desenvolvidos e explicita uma grande diversidade de estruturas de empregos terciários possíveis, que são decorrentes de escolhas econômicas e de modelos de sociedade. Desse modo, com oferta e demanda construídas por sucessivas regulamentações e políticas públicas e não resultantes de realidades espontâneas. Para eles esse suposto retorno à domesticidade, denota práticas servis que deveriam não mais vir à tona.

Segundo os planejadores da política, a categoria *services à la personne* passa a ter uma importância econômica pois gera empregos, social porque promove assistência à dependência, ajuda à autonomia e gestão da primeira infância, e familiar, devido ao ganho de tempo de casais biativos ao delegarem suas tarefas domésticas.

Contudo, os pesquisadores ressaltam que os usuários destes serviços buscam melhorar um certo bem-estar individual (serviços de conforto), muito mais do que serviços de assistência e de cuidados a públicos frágeis e dependentes (pessoas idosas, crianças, deficientes), que seriam os serviços de utilidade social.

No caso dos *services à la personne* no domicílio, essas atividades são agrupadas com base no local em que são desenvolvidas, sem levar em consideração às especificidades do público atendido, como se trabalhar para um casal biativo e/ou uma pessoa idosa requeresse as mesmas habilidades e competências.

As principais categorias dos *services à la personne* são: *employés de maison* (empregadas domésticas), *aides à domicile pour les personnes âgées* (cuidadoras de idosos) e *garde d'enfants* (babás que cuidam de crianças nas suas próprias residências e não na dos patrões, que

seriam as *assistantes maternelles*). O crescimento desses empregos, como já indicamos, se deve a alta taxa de desemprego, ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, mas, principalmente, devido ao crescimento das desigualdades econômicas e sociais em países como a França, razão também pela qual eles existem em enorme quantidade em países como o Brasil e América Latina como totalidade.

No que tange à formação de um mercado de *services à la personne* na França, a *Caisse de Épargne* (Banco Francês) estima que 26% dos franceses recorrem a um SAP em sentido amplo. Além disso, um estudo do *L'IFOP* – Agência para a criação de empresas de 2007, estimou que até 90% dos lares podem recorrer no futuro a um SAP, principalmente no que diz respeito à atividade de faxina.

Além disso, foi estimado que em 2010, 23% da população estaria com mais de 60 anos, justificando a criação da APA – Ajuda Personalizada à Autonomia (2002). Outro aspecto fundamental para o estabelecimento de um mercado de SAP é o aumento da atividade feminina fazendo com que várias empresas ofereçam serviços à menor infância, bem como, *serviços de conforto* através de políticas de conciliação de tempos (trabalho-família). Apesar do trabalho informal também ser bastante praticado nos SAP (35%), inclusive diferenciando a França de outros países europeus em que a maior taxa de atividade informal é no comércio ou no setor da construção civil.

Os pesquisadores estabelecem alguns critérios para avaliarmos a qualidade dos empregos:

1. Remuneração que permita ultrapassar a pobreza; (Média do salário francês (SAP): 818 euros – SMIC: 1.136 euros)³¹¹, 72% do salário mínimo;
2. Estabilidade do emprego assegurada;
3. Seguridade econômica;
4. Condições de trabalho que não sejam prejudiciais à saúde; (exposição a produtos tóxicos, trabalhar de joelhos, falta de regularidade na jornada de trabalho, transporte precário);
5. Reconhecimento jurídico e simbólico do emprego sejam satisfatórios:

[...] o reconhecimento se apóia em aspectos primeiramente jurídicos ligados aos direitos ligados ao emprego e à proteção social, mas igualmente sobre as dimensões mais simbólicas correspondente principalmente à Estima de si produzida pelo exercício da profissão (Honneth, 2001; Margalit, 1996 *apud* Devetter, Jany-Catrice e Ribault, 2009:66).

³¹¹ SMIC: Salário Mínimo Interprofissional de Crescimento; 2015 – 151,67h/Mês – 35h/semanais. – 1.457,5€ bruto (9,61€/H); 1.136€ líquido (desconto das cotizações sociais). (Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Salaire_minimum_interprofessionnel_de_croissance. Acesso em: 05-05-2015, às 15h43).

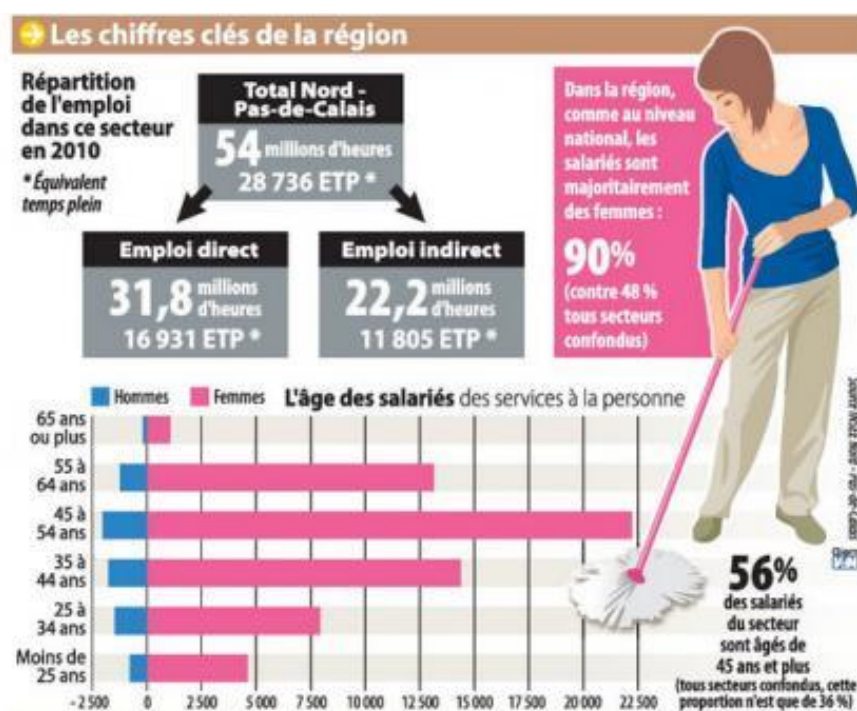
Além disso, em outro artigo Devetter e Jany-Catrice (2010) analisam a invenção do setor de *services à la personne*, suas políticas de sustentação e consequências socioeconômicas, salientando novamente o caráter de políticas de dependência, de emprego e de melhor conciliação de tempos que estruturam e justificam a criação deste setor, mas que na prática estabelecem certa igualdade entre usuários “frágeis” e casais abastados, gerando altos custos para o Estado.

Em relação às políticas de dependência que visam atender os públicos frágeis, como crianças, idosos e deficientes, eles chamam atenção para a *Prestation Spécifique Dépendance* – PSD (1997), para a *Alocação Personalizada de Autonomia* – APA (2002) e a *Prestação de Acolhimento à Pequena Infância*; e defendem o caráter de *serviços de utilidade social* presentes nestes auxílios. Por outro lado, criticam as políticas de conciliação de tempo, materializadas nos *serviços de conforto*, não porque visem uma melhor qualidade de vida para os casais biativos, mas porque atuam de maneira particularizada, visando um “bem-estar” individual, sem levar em consideração a necessidade coletiva de tal iniciativa, que deveria abarcar a todos e não somente os que têm condições de pagar por esses serviços. Além disso, a justificativa da utilização de um *serviço de conforto* para liberar uma mulher ativa das suas atividades domésticas, provavelmente está relacionada à má divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres.

Em relação as políticas de emprego, os pesquisadores nos convidam a questionar: A constituição de um mercado de serviços destinado às pessoas provém de uma demanda real? Se for este o caso, por que ele depende do apoio do Estado para se manter? Ao que parece, para facilitar o recurso aos serviços, se diminui o custo, aumenta a concorrência entre empresas privadas, associações³¹² e o trabalho acabaria por se precarizar. Entre 2004 e 2007 foram contabilizadas o surgimento de aproximadamente 4000 empresas comerciais nos *services à la personne* (Devetter e Jany-Catrice, 2010: 82).

³¹² Com a chamada de *Concorrência Desleal*, a reportagem do dia 16 de novembro de 2014, do jornal *La Voix du Nord*, trata do impasse entre o setor denominado *aide à personne* (2002) e os *services à la personne* (2005). Através da presidenta da *Union Nationale de l'aide à domicile* (UNA), Christiane Martel, que estava tendo uma audiência com políticos no sentido de buscar uma concorrência mais legal entre os dois setores. Isto porque de acordo com ela o setor de *aide à personne* é composto por serviços médico-sociais oferecidos por profissionais com formação específica, para ele ser requerido necessita de uma autorização do Conselho Geral por meio de projetos associativos e de serviço, além de obedecer a uma convenção coletiva que resguarda os funcionários, que são remunerados com 45% a mais a partir do primeiro domingo trabalhado e recebem 0,35 euros por km² que necessitam percorrer para chegar ao emprego. Já o setor de *services à la personne*, regido pela *Lois Borloo* teria um caráter muito mais mercadológico, podendo ser executado por pessoas sem formação específica, para ser executado necessitaria apenas de uma concordância da Direção do trabalho e do emprego (DIRECCTE) e somente a partir daquele mês estaria submetido a uma convenção coletiva. Isso além de precarizar os empregos, estaria promovendo uma concorrência desleal devido ao menor custo do trabalho, que por exemplo, paga apenas 0,10 euros por km², além de pagar apenas 10% a mais, somente a partir do 1º domingo trabalhado. Neste sentido, também percebemos grandes diferenças nas regulamentações francesas em relação ao cenário brasileiro.

Figura 112: Quadro sobre dados dos empregos e trabalhadoras de *services à la personne* na Região Nord-Pas-de-Calais e França, publicado no jornal *Le voix du Nord* em 29/08/2015



9.5.2 O trabalho doméstico remunerado na casa de terceiros e os *services à la personne*: aproximações e distanciamentos

Se fizermos uma análise em termos históricos, a França possui uma trajetória muito diferente do Brasil no que diz respeito a vários aspectos, inclusive ao exercício do trabalho doméstico em casas de terceiros. O que os pesquisadores estudados por nós estão criticando no cenário francês contemporâneo é um possível retorno à *domesticidade*, à servidão, pautada na desigualdade social e que durante o Estado-Providência, através de políticas de assistência social, conseguiram reduzir drasticamente. Devido a crise político-econômica que assolou a Europa nos anos 2000, o alto índice de envelhecimento da população e o aumento contínuo da participação das mulheres no mercado de trabalho, além do grande contingente de imigrantes, a criação do setor *services à la personne* parece ter sido uma grande solução para responder a estas demandas sociais. Contudo, os estudiosos chamam atenção para o custo da criação desses empregos e que por se vincularem a públicos distintos, também deveriam ser melhor avaliados. O exemplo mais contundente estaria relacionado aos *serviços de utilidade social* voltados para idosos, deficientes e crianças; e os *serviços de conforto* direcionados a casais bi-ativos para a melhor conciliação de seus tempos.

Nestes casos, há uma grande diminuição do custo do serviço, que é arcado pelo Estado e também se reflete na precarização do trabalho, que é mal pago e com pouquíssima proteção e valorização social. Desse modo, eles defendem que investir no social é parte da responsabilidade do governo, mas gerar subsídios para famílias abastadas, que visam um bem-estar individual, não pode ser colocado no mesmo patamar de prioridade que os primeiros grupos. Além disso, outra questão bastante pertinente em relação aos *serviços de conforto* é o questionamento se a *melhor qualidade de vida* para os casais biativos estaria relacionada ao excesso de trabalho ou à desigualdade na divisão das tarefas domésticas; o que apenas contribuiria para a reprodução da desigualdade de gênero.

No Brasil, ao longo dos anos, temos percebido certa diminuição do contingente de trabalhadoras e também ampliação dos direitos trabalhistas da categoria; mas ainda assim o serviço doméstico corresponde a 6.9% da população economicamente ativa, além de empregar 6.2 milhões de trabalhadores, em que 96% são mulheres.

Apesar de cenários bastante distintos, grande parte dos *services à la personne* também são caracterizados pela predominância de mulheres, imigrantes e/ou de camadas populares, que são responsáveis pelas atividades de manutenção da vida doméstica e pela assistência e cuidados. Como as trabalhadoras domésticas brasileiras, as *employés de maison* (trabalhadoras domésticas), *aides à domicile* (cuidadoras) e *femmes de ménage* (diaristas) francesas também recebem baixos salários, gozam de pouca proteção e valorização social.

Já mencionado pelos pesquisadores franceses, a terceirização de serviços pode assumir diversas formas que também explicitam as escolhas econômicas e de sociedade feitas por cada governo; nesse sentido, os *serviços de utilidade social* certamente cumprem uma função bastante importante no que diz respeito a maior autonomia e qualidade de vida dos públicos-alvo. Já os *serviços de conforto* que se sustentam na desigualdade econômica e social sugerem o investimento em um modelo de sociedade hierárquico e desigual.

Como dito anteriormente, as análises quanto ao panorama atual francês no que tange ao trabalho doméstico remunerado, que está inserido na recente categoria denominada *services à la personne*, nos faz pensar sobre os dados etnográficos que produzimos em cidades brasileiras e no quadro estatístico do país de modo geral.

Diferentemente do Brasil em que a mão-de-obra que ocupa o trabalho doméstico é produzida por uma multiplicidade de opressões que fazem com que muitas mulheres pretas pobres não possuam outra opção ao migrar para as cidades grandes que não exercer o emprego doméstico, no caso do francês há um estímulo e apoio financeiro na criação de empregos nesse setor visando a diminuição dos custos para os usuários e a inserção do *chèque emploi service universel*, que facilita o pagamento das trabalhadoras sem levar em consideração o código

trabalhista, além de inferir desconto no imposto de renda do empregador. Lá, a mão-de-obra também é assumida por mulheres em vulnerabilidade, geralmente imigrantes, que como vimos, são obrigadas a passar pela Agência Nacional de Services à la Personne – ANSP, realizarem uma formação e ocuparem cargos de trabalho nesta área. Portanto, em relação ao perfil das trabalhadoras, temos similaridades; ainda que no Brasil não haja qualquer movimento e/ou interferência direta do Estado para o aumento ou diminuição de empregos na área, podendo este papel ser exercido por novas regulamentações que aumentam os custos do trabalho, mas que até os dias atuais não representaram mudanças impactantes na demanda pelo trabalho doméstico.

Na França, apesar dos *services à la personne* serem compostos por muitas atividades, são as atividades domésticas e realizadas nos domicílios que constituem os maiores grupos, ou seja, as trabalhadoras mensalistas, babás, diaristas e cuidadoras de idosos; além das assistentes maternas, que assemelham-se mais às nossas babás por exercerem o serviço na residência do patrão, enquanto as babás na França o fazem na própria casa.

No Brasil não temos ainda alguma normatização que diferencie as regulamentações de cada atividade mencionada, pois como vimos nos capítulos anteriores, as trajetórias das trabalhadoras são permeadas por momentos em que ocupam a função de babás, posteriormente de domésticas polivalentes, às vezes, diaristas e também cuidadoras de idosos, portanto não há pré-requisitos de diferenciação entre as diferentes atividades e públicos. Ainda que atualmente já se ofereçam cursos para cada ocupação específica³¹³, as formações ainda não são bastante exigidas pelos empregadores.

Bastante interessante pensar as práticas do emprego doméstico na França a partir da divisão entre *serviços de utilidade social* e *serviços de conforto* apresentadas acima, posto que como todos os empregos são subsidiados pelo governo, os serviços direcionados aos idosos, deficientes e crianças deveriam ser estimulados, enquanto a faxina, diária e arrumação da casa, considerados *serviços de conforto* não deveriam gozar dos mesmos benefícios.

Isto porque vimos que além da criação de empregos, no caso francês existem auxílios voltados a diferentes grupos, como por exemplo, a *Ajuda Personalizada à Autonomia* (APA) voltada para idosos, a *Prestação Específica Dependência* (PSD) para os deficientes e a *Prestação de Acolhimento à Pequena Infância* (PAPI). No Brasil, que até os dias atuais não ratificou a convenção 156, relativa à criação de planos nacionais voltados para trabalhadores com obrigações familiares, precisaríamos realizar uma pesquisa para catalogarmos a existência

³¹³ Nos sindicatos de Belém e Salvador ouvimos relatos de cursos de culinária, congelamento de alimentos e arrumação. Também existem cursos de Trabalhador Doméstico e Culinária oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac em várias cidades brasileiras.

de programas e projetos de apoio aos idosos, aos deficientes e às crianças, e também ao auxílio doméstico de trabalhadores, mas desde já, posso afirmar que não existe qualquer tipo de recurso voltado à contratação individual de profissionais para lhes oferecer cuidados e os equipamentos comunitários, na maioria das vezes, sofrem por falta de recursos de manutenção e vagas. O que indica em nossa pesquisa a massiva contratação de trabalhadoras domésticas para a realização de tais serviços e as enormes dificuldades que elas possuem para oferecer esses cuidados aos seus, sem nenhum ou pouquíssimo amparo dos governos.

Outras atividades, como o reforço escolar, assistência social e apoio psicológico, auxílio de informática, jurídico e até cabelereira, no Brasil não são agrupados na mesma categoria e são bem mais valorizados socialmente e melhor remuneradas que o serviço doméstico e de cuidados.

Em nossa pesquisa, as trabalhadoras estão inseridas em configurações de trabalho diversas, seja para casais biativos ou de idosos, o que apesar de mobilizar diferentes habilidades, não altera suas queixas ou condições de trabalho de forma contundente, mas não deixa de ser bastante pertinente a análise dos usuários e das diferentes atividades realizadas pelas mesmas. Dentre o grupo de empregadores que estudamos, apesar de pertencerem a duas gerações, não pudemos perceber consideráveis distinções em relação às atividades requeridas. Obviamente que para o casal mais novo e com filhas, o serviço de babá é o mais importante e para as mulheres por volta dos 60 anos, com filhos adultos, as atividades de conforto começam a mesclar-se com o auxílio à autonomia, como no caso de Amélia que argumenta que já está pensando em começar a treinar uma cuidadora para ela e o marido. Em nenhum dos casos de nossa pesquisa há qualquer auxílio do governo em amparo às famílias dos empregadores e menos ainda das trabalhadoras³¹⁴.

Os pesquisadores franceses argumentam que a profissão de *Aide à domicile*, que pode se aproximar das cuidadoras de idosos e/ou deficientes brasileiras, tem um maior potencial de profissionalização, fazendo parte dos serviços sociais e médico-sociais. Enquanto que os trabalhos de faxina e limpeza teriam uma forte tendência a serem desvalorizados e religados à *status* inferiores, vinculados à domesticidade e à servidão.

Este pode ser um caminho para também pensarmos e propormos alternativas em conjunto às trabalhadoras sobre os rumos do emprego doméstico. Sabemos que a qualificação dos

³¹⁴ Ainda que as trabalhadoras protagonistas de nosso trabalho não tenham mencionado, muitas recebem o Bolsa Família que é um programa de transferência de renda do Governo Federal, inaugurado pelo governo Lula em 2003, que visa suprir os gastos com saúde, alimentação e educação através de benefícios que vão de 39 reais, podendo chegar até 195 reais dependendo do número de crianças e adolescentes na família. Além disso, o condomínio 27 de Abril em Salvador também foi uma conquista financiada pelo governo estadual e federal e possui um parque e uma creche voltada aos filhos das domésticas, ainda que esteja desativada por falta de documentação e recursos para geri-la.

empregos está relacionada à estabilidade de remuneração, às condições de trabalho e à seguridade social, mas, para além disso, também é requerido pelas trabalhadoras planos de carreira e bonificações em contrapartida à repetição e desgaste do trabalho e do congelamento dos salários, como desabafou Zezinha, que há 16 anos no mesmo emprego, nunca ganhou mais que um salário mínimo.

De acordo com os pesquisadores, a qualidade do serviço e do emprego estariam diretamente relacionadas a profissionalização das trabalhadoras que lhes garantiria estabilidade e segurança no exercício de suas atividades. Dito isto, cientes de que a ampliação dos direitos para as 6 milhões de trabalhadoras domésticas brasileiras é imprescindível, repetimos o questionamento posto para o contexto francês, mas que também pode ser muito pertinente às nossas análises no Brasil: No contexto democrático atual, é viável incentivar a profissionalização de atividades e estimular a criação de ainda mais empregos que repousam em escolhas sociais favoráveis às desigualdades?

9.6 Domesticidade na democracia?

Para que continuemos a refletir sobre a duração efetiva, mas também sobre possíveis caminhos que os empregos domésticos poderiam tomar, o trabalho de outro pesquisador francês também pode nos provocar uma interessante reflexão. A partir de densa pesquisa etnográfica no Rio de Janeiro nos anos 2000, Dominique Vidal (2007) parte da proposta de estudar as relações entre trabalhadoras domésticas e seus empregadores enquanto um arranjo bastante emblemático para a análise da relação entre classes sociais no Brasil e, sobretudo, para estudar a democracia brasileira por meio desta relação de trabalho.

No decorrer da pesquisa, além das relações entre empregadas e patrões propriamente ditas, o autor identificou a ampliação dos direitos voltados à categoria das trabalhadoras e o acesso à Justiça do Trabalho para a resolução de conflitos, como medidas de reconhecimento, não apenas referente à valorização do seu trabalho e profissionalização da categoria, a distanciando da imagem servil ligada à escravidão, mas também como um instrumento de reconhecimento de uma mesma humanidade entre empregadores e trabalhadoras, dentro de uma conjuntura de grandes dificuldades à formalização da igualdade entre os cidadãos na democracia brasileira.

Tomando como medida de referência a sociedade francesa, onde o ideal de igualdade entre os homens é disseminado como um forte valor, pelo menos, desde a Revolução Francesa (1789), e por ser um exemplo emblemático de regime democrático, Vidal descreve o Brasil

como um país que possui aspectos semelhantes aos países modernos com democracias consolidadas, como a industrialização, urbanização, individualização e desorganização social, mas também composto por práticas servis voltadas ao que seriam os pré-modernos, explicitadas nas configurações do emprego doméstico local. No entanto, o autor admite que a domesticidade parece estar presente e ser o *calcanhar de Aquiles* de todas as democracias, já que mesmo em seu país de origem na atualidade é crescente a geração de empregos familiares, ou seja, voltados para a realização dos afazeres domésticos e dos cuidados.

Voltando ao Brasil, a partir de seus dados de pesquisa, Vidal classifica as trabalhadoras domésticas em 3 grupos: 1. Seriam aquelas que estabelecem relações fortemente pessoalizadas com os patrões, envolvendo a proteção deles e a devoção e lealdade delas. 2. Depois viriam as domésticas ambivalentes, aquelas que buscam compartilhar as vantagens das relações pessoalizadas, juntamente ao exercício dos direitos já regulamentados em favor da categoria. 3. Já a terceira seriam as trabalhadoras profissionais, aquelas que negam qualquer tipo de dimensão pessoalizada em seus trabalhos, que defendem o trabalho doméstico como semelhante a qualquer outro e, portanto, regido apenas por normas jurídicas.

O segundo grupo, correspondente as trabalhadoras ambivalentes, que se vêm enquanto sujeito de direitos sem negar as vantagens de uma relação pessoalizada com seus empregadores parecem compor o maior grupo de domésticas brasileiras; mesmo nos espaços dos sindicatos, em que a afirmação da atividade enquanto profissão e o reconhecimento das domésticas enquanto trabalhadoras é bastante estimulado, é comum ouvirmos relatos de amigadas que foram estabelecidas durante um emprego e de fortes relações afetivas com patroas que além de pagarem *direitinho*, também foram amigas.

Na pesquisa de Giorgetti (2015) e na nossa, percebemos que também o grupo de patrões que estabelecem relações conflituosas, com a convivência de normas relativas a relações afetivas atuando conjuntamente a relações contratuais também é o majoritário. Posto que em alguns momentos os empregadores esperam uma postura impessoal das trabalhadoras, mas em outros desejam que elas tenham afeição aos seus para que realizem seu trabalho com mais dedicação.

De acordo com Vidal é esta relação ambivalente e conflitiva que representa a democracia brasileira, em que apesar de ser bastante defendida nos discursos, na prática percebe-se uma grande distância entre as classes sociais, que se pensam como superiores ou inferiores às outras, manifestando no Estado a incapacidade do estabelecimento de uma igualdade formal entre os cidadãos. Por isso, nessa conjuntura, a possibilidade de uma grande parcela de mulheres pretas pobres acessarem a justiça se colocaria como um grande avanço de reconhecimento da

humanidade e igualdade dessas trabalhadoras em relação aos seus patrões de classes médias e altas.

A análise de Vidal corre o risco de essencializar a democracia brasileira, partindo de um olhar colonizador, que tem um país europeu como referência, mas não deixa de ter sua importância quando identifica na demanda por uma igualdade de humanidade, o que seria o exercício pleno da cidadania.

Outro fator analisado pelo autor e que está no centro de todos os debates sobre o emprego doméstico é a questão dos sentimentos vividos em tais arranjos. Talvez a busca por melhores condições de vida e emprego para as domésticas esteja equivocada quando analisada de maneira dicotômica, ou seja, de um lado uma relação desejada e estritamente profissional de trabalho, e do outro uma relação de dependência, exploração e afeto que deve ser continuamente combatida. Vidal defende que os sentimentos estão presentes em todas as relações de trabalho e que não devem ser pensados enquanto um empecilho para a profissionalização, pelo contrário são benéficos sob o risco das relações de trabalho tornarem-se desencarnadas. Então, a dimensão agressiva e que deve ser combatida nas relações de trabalho, sobretudo no emprego doméstico seria a dependência.

Uma alternativa praticada na França e que pode nos servir de auxílio ao contexto brasileiro é a triangulação das relações, em que uma associação faz a intermediação entre as trabalhadoras e os empregadores, fazendo com que os sentimentos de pertencimentos sejam compartilhados entre a associação e o emprego. De certo modo, é esta estratégia que os sindicatos das trabalhadoras domésticas têm procurado adotar, com o apoio de governos e ONGs, como ocorreu com o condomínio habitacional em Salvador em que as domésticas apenas poderiam ser beneficiadas por um apartamento se associadas ao sindicato. Medidas como essa visam a participação e engajamento das trabalhadoras enquanto parte da classe trabalhadora.

As associações não extinguem a existência dos empregos diretos na França³¹⁵ e no Brasil não existem nesta configuração, apenas na forma de agências de empregos em alguns sindicatos ou empresas voltadas aos serviços gerais e de segurança na maioria das vezes. Mas o emprego direto, em que as trabalhadoras ocupam uma posição desigual em relação aos patrões e sem a mediação de outro ator, permanece como o mais usual. A procura pelo sindicato normalmente se dá apenas no momento de rompimento da relação de trabalho e amizade, além de não ser bem vista por patrões que dizem se surpreender quando suas funcionárias recorrem à esfera jurídica para tratar de relações pessoalizadas, pois como Vidal identifica na sua pesquisa no Rio

³¹⁵ Realizei entrevista com uma *aide à domicile*, de origem argelina no norte da França e ela me relatou que prefere trabalhar de forma independente, sem a mediação de uma associação por não confiar nas mesmas.

e nós também, a maioria dos patrões se vê como bastante justo para com as suas trabalhadoras domésticas.

Tudo se passa como se a crença em diferentes humanidades que seriam hierarquizadas justificasse a divisão racial e sexual do trabalho, tendo como efeito a desigualdade dos sujeitos, tendo que uns acessarem os trabalhos menos prestigiosos, *sale boulot, dirty work*, voltados às esferas da manutenção de si de dos cuidados, por exemplo; enquanto outros, superiores, imbuídos de humanidade diferenciada tivessem o privilégio dos trabalhos considerados mais nobres, valorizados e bem remunerados.

Esta classificação decorrente do processo colonizador e que é tão naturalizada em nossa sociedade possui efeitos bastante agressivos como o machismo, a misoginia, o racismo, a homofobia e a xenofobia, entre outros, causando danos estruturais que justificam a fala de uma de nossas entrevistadas que diz que sendo mulher, pobre e do interior, não poderia fazer outra coisa na capital além do trabalho doméstico. No caso das domésticas, por fazerem parte do gênero feminino, mas possuírem experiências e trajetórias diversas e particulares, ainda podemos dizer que suas identidades são fortemente influenciadas por duas vias, uma mais tradicional que naturaliza os papéis sociais femininos e que, portanto lhes fazem interpretar as atividades domésticas como parte do repertório obrigatório e estritamente feminino; mas também o seu contrário, fundamentado pelas conquistas das mulheres e que são acessadas por elas pelas diferentes mídias, que as incentivam a procurar outras formações e atividades e não serem *prisioneiras* do mundo doméstico. Para finalizar, Vidal nos diz que enquanto este trabalho for desvalorizado socialmente e não compartilhado com os homens, continuará sendo ocupado por mulheres em situação de vulnerabilidade.

Chegar neste ponto é bastante importante para as nossas análises, qual seja: 1. A valorização e profissionalização do trabalho; 2. Quais os mecanismos de fiscalização e mudança?

9.7 As domésticas vão mesmo acabar?

Desde o início deste empreendimento, viemos trilhando um caminho por meio de diferentes suportes, estamos nos perguntando sobre as maneiras que os trabalhos domésticos duram na cidade. Essa duração é composta por multiplicidades temporais, que agregam tanto o tempo pensado e vivido das trabalhadoras, como o tempo do mundo, cronológico, das leis e conflitos jurídicos.

Quando nos deparamos com os dados estatísticos relativos ao emprego doméstico no Brasil, percebemos que é uma atividade central, que corresponde a mais de 6% da população ocupada, constituindo um grupo de mais de 6 milhões de mulheres. Se no mundo temos aproximadamente 50 milhões de trabalhadores domésticos, o Brasil corresponderia a aproximadamente 12% desse contingente. Nesse sentido, não, as domésticas tão cedo não irão acabar!

Contudo, esta pergunta central foi colocada justamente no sentido de evidenciar tensões e dar visibilidade às narrativas e experiências vividas por mulheres no Brasil, seja na condição de trabalhadoras e/ou empregadoras. O argumento de que o emprego doméstico iria acabar foi bastante disseminado nas mídias quando da aprovação da PEC das domésticas em 2012 e posterior Lei 150 em 2015, em que foi associado o aumento do custo do trabalho à possibilidade de grande desemprego, que geraria um problema social maior por deixar um grupo grande de mulheres sem alternativas de trabalho.

É neste ponto que gostaríamos de chegar para novamente afirmar, não, as domésticas não vão acabar! Infelizmente, porque envoltas a uma multiplicidade de opressões que lhes deixam reféns de um trabalho historicamente desvalorizado e associado à escravidão. Como também já procuramos esboçar no início deste capítulo, associado à escravidão, ocupado por mulheres negras pobres migrantes, em que o ciclo se reproduz sem hierarquias das adjetivações. Falar sobre o trabalho doméstico remunerado e/ou na casa de terceiros no Brasil, é falar de um racismo estrutural que se perpetua ao longo dos séculos, é falar de patriarcado, misoginia e desigualdade de gêneros.

Mesmo sabendo que essas categorias e conceitos são ocidentais, e tendo reconhecido o caráter colonizador dos conhecimentos que consumimos ao longo de nossas formações e a necessidade de os colocarmos sob suspeita, ou pelo menos, dar o mesmo estatuto de legitimidade às falas de nossos interlocutores, em nossa pesquisa, as mulheres também estão acionando essas categorias, muitas vezes, aprendidas em formações políticas nos sindicatos e movimentos sociais, mas que as instrumentalizam em seus discursos em busca de melhores condições de vida.

Por isso, ao dialogarmos com o trabalho de um sociólogo francês que pretende estudar a democracia brasileira manifestada na relação entre domésticas e empregadores, não estamos inserindo esta categoria de forma arbitrária, mas sim evidenciando um problema importante colocado pelas nossas interlocutoras. Ou seja, o pleitear pela ampliação de seus direitos e o acesso à justiça, além da tentativa de participação mais direta no jogo político por meio de candidaturas.

Quando Vidal identifica uma demanda de humanidade compartilhada por parte das trabalhadoras, ao mesmo tempo que nos ajuda a refletir sobre como elas dão significado a esta conquista, por exemplo quando Hilda nos fala que atualmente elas podem consumir quase em *igualdade* aos patrões, esclarecendo que o acesso ao crédito aumentou a autoestima e a identificação da humanidade e valor comum entre trabalhadoras e os empregadores. Mas também nos faz lembrar do quanto estamos todos, tanto os pesquisadores, como as trabalhadoras, imersos em gramáticas e sentidos de justiça que nos foram inculcados como sendo os melhores e mais civilizados, sem que pudéssemos recusá-los ou coloca-los à prova. Mas seguir a cartilha ocidental orientada pelas agências multilaterais também pode melhorar vidas, então aceitemos, sempre suspeitando e buscando novas alternativas.

De acordo com a feminista negra norte americana Kimberlé Crenshaw (2002) o limite dos direitos humanos, pautados em uma suposta humanidade comum, seria não identificar o gênero na discriminação racial e não identificar a raça na desigualdade de gênero, defendendo que as causas e efeitos dessas diferentes variáveis sejam responsáveis por todas as instituições que visam os direitos humanos, que a discriminação não seja uma agenda apenas das instituições voltadas à igualdade racial, e que a desigualdade de gênero não seja apenas uma preocupação das mulheres, por exemplo. *A incorporação do gênero, no contexto da análise do racismo, não apenas traz à tona a discriminação racial contra as mulheres, mas também permite um entendimento mais profundo das formas específicas pelas quais o gênero configura a discriminação também enfrentada pelos homens (p.173)*. Isto para que as convenções políticas e protocolos possam atuar de maneira eficaz, sobretudo na vida de mulheres negras.

A autora chama atenção que identificar a dimensão de raça não significa incluí-la automaticamente nas análises e soluções das violências e discriminações. *O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de 'receber' tal subordinação permanece obscurecida (p.176)*.

No nosso caso em questão o trabalho doméstico remunerado foi recentemente contemplado por uma Lei 150/2015, que apesar de alguns aspectos visa equiparar os direitos das trabalhadoras com os demais trabalhadores urbanos, mas a dimensão da raça/cor das trabalhadoras não é em nenhum momento problematizada na lei. *É especialmente importante descobrir como as políticas e outras práticas podem moldar suas vidas diferentemente de como modelam as vidas daquelas mulheres que não estão expostas à mesma combinação de fatores enfrentados pelas mulheres marginalizadas (p.182)*.

Segundo bell hooks ([1984]2004), *somente através da análise do racismo e de sua função na sociedade capitalista se pode obter uma compreensão completa das relações de classe (p.36)*.

Uma análise bastante propositiva é realizada por Angela Davis ([1981]2013) que afirma que o trabalho doméstico seria uma prática já presente nas sociedades pré-capitalistas, mas que teria sido confinado às mulheres na sociedade industrial, configurado no surgimento das “donas de casa”. Como no capitalismo da sociedade industrial o valor do trabalho foi associado à troca e ao lucro gerado, o trabalho doméstico teria sido desvalorizado por não ser entendido enquanto econômico ou produtivo, portanto por não gerar lucro. Contudo, a autora explica que as “donas de casa” eram majoritariamente mulheres brancas das classes médias, posto que as mulheres negras quase sempre trabalharam fora de casa, ou nas fábricas ou realizando o serviço doméstico na casa de terceiros, e tendo que acumular a jornada fora de casa com as atividades domésticas de seus próprios lares.

De uma forma ou de outra, Davis argumenta que o trabalho doméstico demanda tempo e práticas pré-industriais que já deveriam ter sido extintas devido ao avanço tecnológico, mas que não são postas em prática por não gerarem lucro. Desse modo, ela defende a industrialização do trabalho doméstico e a socialização dos cuidados, para que não apenas as classes médias, como também as classes trabalhadoras possam ser beneficiadas a não realizarem o trabalho doméstico. Essa industrialização do trabalho doméstico deveria ser fornecida pelo Estado através de equipes com tecnologias avançadas para reduzir o tempo necessário ao trabalho.

Isto pode até já existir, mas por meio de empresas privadas, portanto apenas as camadas médias e altas têm condições de pagar. Além disso, comumente elas preferem ter uma trabalhadora doméstica, com mão de obra barata e grande disponibilidade. Para as classes trabalhadoras, salvo raras exceções, o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres de forma naturalizada e mecânica, sem ser questionada.

Em relação à socialização das crianças, talvez tenham alguns avanços em relação ao trabalho doméstico, mas ainda não sustentado pelo Estado, pois as creches municipais são poucas e lotadas. Nas camadas populares existem mulheres que trabalham cuidando de várias crianças da vizinhança enquanto as mães vão trabalhar, já no caso das camadas médias e altas, é a babá e também as empresas privadas as responsáveis por tal demanda.

A proposição de Davis vai ao encontro do argumento de Devetter e seus colegas no sentido de que a necessidade do conforto deve ser coletiva e acessível para todos, que é o que também acreditamos e defendemos. Para tanto, os *serviços de conforto* poderiam ser reduzidos com a utilização de eletrodomésticos, e também com a colaboração de uma mudança de concepção das atividades, que promova a maior partilha entre homens e mulheres de afazeres, necessários à reprodução, para que possam deixar de ser tidos como inferiores e servis.

Outra estratégia para essa mudança é a qualificação e profissionalização dos empregos, em que os pesquisadores franceses defendem que as *aides à domicile*, ou cuidadoras de idosos

e deficientes para o caso brasileiro teriam mais condições de passar por processos de valorização. Também observamos o argumento de Vidal que defende que a triangulação das relações através do surgimento de associações e o fortalecimento dos sindicatos, também pode ser um mecanismo de fiscalização e manutenção dos direitos das trabalhadoras.

Para finalizar, sem pôr fim às nossas discussões, é importante que sublinhemos o papel dos sindicatos na longa trajetória por conquista de direitos e valorização do trabalho doméstico. Ainda que com um número reduzido de trabalhadoras e com poucos recursos financeiros, são lugares de resistência e (re)existência, em que a maioria das domésticas podem acessá-lo primeiramente para o acerto de contas, mas que têm oportunidade de encontrarem lugares de acolhimento, solidariedade e formação política.

Os sindicatos não caminham sozinhos, possuem grande apoio de centrais trabalhistas, quando do seu surgimento também da igreja católica, além das várias ONGs e organizações de mulheres e do movimento negro. Na organização política das trabalhadoras domésticas o protagonismo é de mulheres que a partir do ingresso e participação se empoderaram, se reconhecem enquanto trabalhadoras negras pobres e, com certeza, é este caminho, junto a sociedade englobante, que fortifica a luta contra as opressões e que poderá possibilitar um dia o fim das domésticas, ou pelo menos das configurações mais degradantes que ainda persistem. O trabalho doméstico é um desafio à condição de mulheres, mulheres negras, pobres, mas também de um modelo de sociedade que vise mais o bem-estar do que o lucro.

Terminamos com a pergunta de Davis: *Libertado de sua afiliação exclusiva com o sexo feminino, deixaria o trabalho doméstico de ser uma opressão?*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

I.

Esta pesquisa surgiu com o intuito de abordar o trabalho doméstico remunerado em contextos urbanos brasileiros para a elaboração de uma reflexão sobre as continuidades e descontinuidades dos arranjos empregatícios os quais mulheres negras pobres estão frequentemente imbricadas. No decorrer da construção da proposta de trabalho e o maior contato com as professoras Cornelia Eckert e Ana Luiza C. da Rocha, decidi arriscar-me na realização de uma *etnografia da duração* (2013). Este conceito cunhado pelas duas autoras está vinculado a uma abordagem da memória coletiva das cidades brasileiras através das narrativas dos seus habitantes, em que elas são estudadas enquanto objetos temporais. Isto quer dizer que para além de uma narrativa linear, pautada em dados oficiais e que poderia levar à destruição e ao fim do patrimônio e das cidades, o que as antropólogas propõem é a imersão nos tempos vividos, pensados e, portanto, plurais dos habitantes e suas vivências, lembranças e itinerários urbanos pelas cidades, quando por meio de narrativas, imbuídas de caráter fabulatório, eles constroem a si mesmos, sua relação com a cidade, desse modo, durando, permanecendo no tempo.

Somos sempre as recapitulações de nós mesmos, ou o resultado da nossa vontade de fazer sentido com tudo o que nos aconteceu; somos a projeção dessas intenções, dessas expectativas, das antecipações, mas também dos atos de vontade que se expressam em que são sempre os projetos, em coisas por fazer (Eckert e Rocha, 2013: 230)

Bastante inspirada por esta abordagem, decidi também segui-la, mas com a centralidade no trabalho, ou seja, focando o trabalho doméstico remunerado e/ou realizado na casa de terceiros como um objeto temporal, portanto que dura tanto por meio das narrativas de suas protagonistas, como pelos dados estatísticos e históricos presentes e disseminados em nosso cotidiano. *Antes de ser o tempo passado que está em jogo, o que se coloca é a projeção do devir, no presente da narração que nos faz perscrutar o tempo passado (p.153).*

Isto porque, no caso das domésticas em seus *territórios da vida urbana* (Durand, 1979b, 1980 *apud* Eckert e Rocha, 2013) o trabalho está fortemente imbricado com as suas experiências na e da cidade, então em suas narrativas e trajetórias, falar da cidade é falar do trabalho e vice-versa. Para muitas delas o ingresso no emprego doméstico se deu como um

mecanismo ou mesmo única alternativa de chegar à cidade, então relatar suas práticas e saberes no contexto urbano é também estudá-lo.

A *etnografia da duração* empreendida nesta tese buscou a apresentação de imagens relativas ao mundo do trabalho doméstico a partir de diferentes suportes, com maior ênfase nas narrativas biográficas de trabalhadoras, mas também nas imagens presentes nos filmes, na literatura sobre o tema, nas políticas voltadas à regulamentação e também nas recentes reportagens relativas às transformações do trabalho.

Nesse sentido, os diferentes suportes imagéticos conjugados às maneiras como os encontros etnográficos me permitiram a produção de imagens durante a pesquisa de campo nos falam desta mobilidade de imagens, mas também de imobilidades das formas que elas assumem. Como vimos no capítulo 2, o trabalho doméstico é comumente construído pela imagem de uma mulher negra, uniformizada, realizando atividades domésticas e de cuidado. Além disso, a pobreza, a baixa escolaridade e a migração também são aspectos bastante explorados nos filmes e reportagens que tratam sobre o tema. Essas imagens podem estar de acordo com os dados estatísticos que compõem o perfil das trabalhadoras domésticas, mas vão de encontro às imagens que elas preferem construir de si. Durante a realização de minha pesquisa de campo na cidade de Belém, a estratégia que utilizei com as trabalhadoras foi que elas mesmas selecionassem fotografias que elas avaliassem que *falassem* sobre elas e que poderiam ser a construção de suas trajetórias de vida.

No capítulo 4 temos essa seleção de imagens construída por Francisca e Hilda em que estão presentes membros de suas famílias biológicas e/ou de criação, alguns empregadores, mas sobretudo amigos, em situações em que elas estão participando de festividades e lazer, em imagens bastante distantes daquelas que frequentemente se referem às trabalhadoras e ao emprego doméstico.

Já em Porto Alegre, a pesquisa foi realizada com maior densidade no sindicato das trabalhadoras e a produção de imagens, que ao início eu avalei que não seria bem-vinda por tratar-se de um local de tensões e conflitos, contrariamente, mostrou-se como mecanismo de aproximação com as lideranças sindicais, que começaram a requerer que eu registrasse os momentos importantes, por exemplo quando a presidenta Salete foi homenageada e também durante a realização das entrevistas. O momento final de produção de imagens foi bastante esperado e em que a posição e local da fotografia, seja ela na presença de imagens de santos ou com o auxílio de documentos que remetessem ao sindicato e o trabalho como um local de efetivação da justiça se fizeram bastante presentes, como no caso de Salete, Arimar e Fernando. Mais uma vez, abordamos uma dimensão do trabalho doméstico remunerado, em que a imagem relativa à doméstica uniformizada e trabalhando se mostrou bastante díspar. As trabalhadoras

que não conheci por meio do sindicato preferiram que nossos encontros fossem em minha casa, então também não as interpelei em seus locais de trabalho e durante as suas jornadas.

Em Salvador, as trabalhadoras domésticas se colocaram na posição de guias da cidade, então nossas imagens seguem minha introdução enquanto neófita naquele contexto urbano, participando dos itinerários, permeados por eventos políticos, religiosos e culturais em que minhas interlocutoras foram protagonistas. Da rua, adentrei ao espaço da casa e também do sindicato. Como em Porto Alegre, apenas com exceção de Belém, o espaço da casa dos patrões me foi negado. Mas também não insisti para que isso acontecesse, pois como uma opção metodológica achei por bem seguir minhas interlocutoras nos lugares em que quiseram me levar e nas imagens que elas quiseram construir de si e dos seus cotidianos.

Apesar da mobilidade das imagens que as domésticas com quem aprendi e convivi quiseram construir de si no presente se distanciar bastante da imagem corrente apresentada nas diferentes mídias em relação a trabalhadoras domésticas, em suas narrativas biográficas o tempo relativo à infância, a adolescência e as experiências de trabalho convergem com as imagens de exploração, dominação, abuso e racismo presentes nos romances e pesquisas sobre o tema. Apenas o presente, talvez bastante influenciado pelas novas conquistas trabalhistas que produzem novas perspectivas para o grupo, ou ainda a aquisição da casa própria e a ocupação de espaços que antes lhes eram negados ou não almejados, como cargos políticos ou a intervenção em universidades e órgãos governamentais, parece estar modificando de forma enfática a imobilidade das formas do emprego doméstico, juntamente à emergência de subjetividades agenciadoras de novas e melhores condições de vida e trabalho (Ortner, 2007).

O filme *Que horas ela volta?* (2015) teve um grande impacto nesta conjuntura de modificações jurídicas, além dos efeitos de um governo que ampliou o acesso ao ensino superior, proporcionando às novas gerações de mulheres pobres, trabalhadoras e/ou filhas de domésticas o acesso às universidades, o que dantes não era imaginado e projetado pela maioria de minhas interlocutoras. Neste ponto o marcador geracional tão evidenciado por Marcelina parece ser o ponto de mutação para as mudanças esperadas e que apenas poderão ser melhor visualizadas no decorrer dos próximos anos.

A realização de uma *etnografia multi-situada* teve o intuito de nos proporcionar uma mobilidade de imagens em diferentes campos, já que o que efetivamente nos desloca é o Outro; também diferentes posições e lugares de enunciação, para a experimentação de novas perspectivas e ângulos em relação ao mesmo fenômeno.

De forma resumida, podemos relatar que o percurso de nossa pesquisa inicia na casa dos patrões e o encontro com trabalhadoras, posteriormente busca os sindicatos das trabalhadoras, para então acessarmos seus espaços domésticos e de sociabilidade. Cada etapa da pesquisa de

campo foi acompanhada por novas perguntas e questões teóricas suscitadas pelo campo e por novas leituras, buscando entender o que acontece nas dinâmicas internas que não é visto publicamente, ou a partir de um olhar inicial.

A repetição das formas do trabalho doméstico remunerado fez com que nossos dados de pesquisa, em diálogo com a literatura sobre o tema, se aproximasse de estudos que identificam o racismo estrutural como constituinte da realidade brasileira, em que as dificuldades para o acesso de um maior campo de possibilidades de mulheres negras pobres no Brasil, que não se restrinja ao trabalho doméstico, vai além da compreensão em torno das práticas e leis atuais, mas remonta a processos históricos de colonização em que ocorreu a racialização das pessoas e do trabalho (Quijano, 2000) como fundamentação e justificação para a exploração e domínio sobre o Outro. *Outorgando sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder* (Quijano, 2000:111).

Neste sentido, assim como a descrição e reflexão de nossa posição enquanto pesquisadora é necessária por explicitar o modo como ocorreram nossos encontros etnográficos e a produção de dados, admitir que todo conhecimento é situado e também produto de uma relação de poder é bastante importante para salientarmos os limites de nossas análises, pois passamos por um processo de colonização epistêmica, em que pensamos por meio de partições ontológicas ocidentais e precisamos nos conscientizar para tentarmos reduzi-las ao máximo na busca do reconhecimento de outras gramáticas.

Extirpar de forma massiva qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva representa o início de uma longa luta, que poderá, com a melhor das esperanças, trazer o fim do estupro, da violência, da guerra (Anzaldúa, 2005:707)

Colocado o compromisso do respeito e de dar fala ao Outro, às minhas interlocutoras, mesmo ciente de que a maneira de construir o objeto desta pesquisa é decorrente de formas de produção de conhecimento hegemônicas e discriminatórias, busquei valorizar o que as domésticas colocaram como problemas e interesses e não apenas encaixar o campo em categorias e teorias pré-estabelecidas.

Apesar da crise do lugar seguro do autor haver sido uma das principais razões para a colocação dessa nova modalidade de olhar etnográfico, sua assimilação no Brasil se deu mais no exercício da introdução da subjetividade, que na discussão epistemológica da reflexividade” (Carvalho, 2001: 114);

Com esta afirmação o antropólogo José Jorge Carvalho chama atenção que a desconstrução do ‘sujeito suposto saber’ não basta para que nos distanciemos da

homogeneização da produção de conhecimento, sendo necessária uma ruptura mais enfática, que permita a simetria entre diferentes ontologias e epistemologias e nos conduza a multiplicidade de saberes e teorias.

Ainda que esse empreendimento seja difícil, defendo que a explicitação de meu lugar de enunciação em cada campo, com todos os seus alcances e limites de tradução pode contribuir para o debate acadêmico e os interesses de minhas interlocutoras. Neste trabalho a experimentação é mais importante que a interpretação (Guattari e Deleuze, 1972), não temos o objetivo de representar as trabalhadoras, mas seguir os rastros da alteridade (Spivak, 2010), com o respaldo da empatia. *Creio na possibilidade de que uma experiência subjetiva seja compreendida por outro* (Fanon, 1975:71).

II.

Voltando às continuidades das formas do trabalho doméstico remunerado no cenário brasileiro e em vários países do mundo, no capítulo 9 finalizamos com o questionamento de Angela Davis de que se esse trabalho não fosse mais vinculado ao gênero feminino não mais seria opressivo. A resposta que a autora defende é negativa, que ele é um trabalho opressivo porque repetitivo e sem perspectivas, por isso após grande avanço tecnológico ele já deveria ter sido industrializado, fornecido a todos, sobretudo à classe trabalhadora. Isto ainda não teria sido realizado pois seria um serviço que não geraria muito lucro, além de exterminar um trabalho não-pago que contribui de forma significativa para o sistema capitalista.

Outra proposta que vimos foi as análises dos pesquisadores franceses (Devetter, Ribault, Jany-Catrice, 2009) que propõem a separação entre os serviços de conforto voltados à faxina e os serviços de utilidade social, caracterizados pela assistência e cuidado a crianças, deficientes e idosos. Os autores defendem que os serviços de conforto não deveriam ser subsidiados pelo Estado por não poderem ser beneficiados por todos, além da qualidade dos empregos ser bastante precária, expondo as trabalhadoras a problemas de saúde e em que não há grandes perspectivas de crescimento e um plano de carreira. Segundo eles, os serviços de assistência e cuidados, seriam sociais, de interesse coletivo e possuem maiores possibilidades de profissionalização e qualidade dos empregos, sob o risco de um retorno à domesticidade e a relações servis.

Já Vidal (2007), após pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, defende que a triangulação das relações entre trabalhadoras, empregadores e agentes mediadores pode fiscalizar e garantir a obediência aos direitos das domésticas, além de diminuir o caráter afetivo e pessoal das relações. A proposta deste pesquisador parece ir ao encontro dos objetivos dos

sindicatos de trabalhadoras domésticas brasileiras, que mesmo com muitas dificuldades financeiras, continuam atuando para a garantia de direitos das trabalhadoras, buscando a efetivação de sua cidadania e melhores condições de vida.

No cenário francês o papel de mediador é encenado por associações ou órgãos governamentais, além da grande insurgência de empresas privadas que oferecem os *services à la personne*. Já no Brasil, as agências parecem ter um papel maior de recrutamento e auxílio na efetivação de contratos, mas não de acompanhamento e administração. As agências prestam serviços de forma mais contínua para condomínios e empresas do que para empregadores individuais.

Colocando em diálogo essas três alternativas com as análises de nossas interlocutoras percebemos que no Brasil não há uma nítida separação entre serviços de conforto e serviços de utilidade social, posto que no decorrer das trajetórias das domésticas, elas assumem atividades relativas as duas possíveis categorias. A industrialização do trabalho doméstico, acompanhada de seu acesso por todos seria a melhor alternativa para a efetivação dessas atividades, desde que as mulheres que desempenhem tais funções fossem amparadas pelo Estado, para o ingresso a cursos de formação e aprendizagem em que tivessem maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

De acordo com as nossas interlocutoras, enquanto rupturas decisivas ainda são bastante escassas nas trajetórias delas e de suas colegas, é o acesso a aposentadoria que se coloca como a melhor alternativa para uma velhice tranquila e segura. As conquistas adquiridas pela nova lei são comemoradas, ainda que os maiores impactos, segundo elas, serão sentidos e vividos apenas pelas próximas gerações de domésticas, quando alegam que com mais oportunidades, com certeza, suas sucessoras deixarão a atividade em busca de outras profissões.

Esse argumento de algumas trabalhadoras vai em direção ao argumento de Davis que alega que o trabalho doméstico continuará sendo opressor, pela qualidade do trabalho e não somente pelo perfil de quem o desempenha.

III.

No decorrer de minha pesquisa, e enquanto eu me deslocava e constituía através do encontro com minhas diferentes interlocutoras no intuito de saber o que as movia, algumas questões começaram a insistir em minhas reflexões. Uma diz respeito ao lugar/poder de enunciação da pesquisadora e que a filósofa indiana Gayatri Spivak (2010) argumenta de forma primorosa ao que diz respeito aos estudos subalternos que surgem como uma possibilidade de recontar a história da Índia a partir dos próprios indianos. Esta autora defende a ideia dos *rastros*

como o máximo que um estudioso pode alcançar em relação à alteridade que não pode se fazer presença posto que não há essência.

Este argumento é muito pertinente ao nosso objetivo de chamar atenção para a heterogeneidade que a categoria das trabalhadoras domésticas abarca. Contrariamente aos discursos feministas hegemônicos (branco e ocidental), estamos de acordo que as mulheres possuem experiências singulares que as aproximam e as distanciam dependendo do contexto. Por isso, a metáfora da *interseccionalidade* (Crenshaw, 2002) se coloca como uma ferramenta para que possamos dar evidência às particularidades das vivências e de um conjunto de opressões que não devem ser hierarquizadas, nem estudadas separadamente, mas sim na forma conjunta em que se apresentam em cada situação. No caso das domésticas os marcadores de raça, gênero e classe estão bastante presentes, mas cada trajetória narrada pelas trabalhadoras põe em relevo outras dimensões desse trabalho não pensadas por nós *a priori*. Estamos muito interessadas nos processos pelos quais essas mulheres passam e se (re)constroem cotidianamente, assim como o quanto nossos deslocamentos nos desvendam novos aspectos deste trabalho sem absolutamente correr o risco de essencializá-las ou aprisioná-las a algum determinante isolado, como gênero, raça ou classe, que não leve em conta a complexidade de suas subjetividades³¹⁶. *O efeito das narrativas deve fazer-se sentir, primeiro de tudo, no próprio etnógrafo: ele deve deixar-se impactar por um discurso que se apresenta como estranho, distante, inacabado, inadequado* (Carvalho, 2001:140).

Assim, chegamos à segunda questão que insiste e continua me inquietando na textualização desta pesquisa, que é o problema da colonização epistemológica a que fomos/estamos submetidos e do grande desafio, para além de identificar o problema, tentar superá-lo. *O principal componente na cultura europeia é precisamente o que torna essa cultura hegemônica tanto na Europa quanto fora dela: a ideia da identidade europeia como sendo superior em comparação com todos os povos e culturas não-europeias* (Said, 2004:19).

Ainda que eu esteja consciente de que esse desafio não se resolve, mas está colocado em nossas experimentações, procuro chegar mais próximo de resolvê-lo quando argumento que no esforço de tradução de todos os encontros etnográficos em que fui beneficiada ao longo desses quatro anos, busquei dialogar ao invés de impor problemáticas, tentei construir junto um conhecimento do mundo do trabalho doméstico, sem a pretensão de me *tornar nativa* ou *representar* minhas interlocutoras neste texto, mas sim seguir seus *rastros* e o que era

³¹⁶ Como salienta Sherry Ortner (2007, p. 385): [...] é diferente da questão da formação das subjetividades, estruturas complexas de pensamento, sentimento, reflexão, e similares, que fazem dos seres sociais sempre algo mais do que meros ocupantes de posições particulares e portadores de identidades particulares.

importante para elas, com todas as limitações que a minha posição enquanto pesquisadora, de classe média, branca, e minhas referências me impõem.

Meu raciocínio é válido para qualquer discurso que coloca seus próprios sujeitos autorais como o referente implícito, quer dizer, como a unidade de medida mediante à qual se codifica e representa o Outro cultural. Neste movimento em que se exerce o poder do discurso (Mohanty [1984] 2008:5).

Nesta pesquisa todas as mulheres estão nomeadas da maneira que optaram. Com algumas tive a oportunidade de mostrar e ler a maneira como traduzi suas narrativas e trajetórias. Com outras, devido os longos anos e períodos de convivência tive oportunidade de debater, discordar e conversar bastante, enquanto com algumas outras o contato se deu de forma mais pontual. As trabalhadoras que não quiseram identificar-se por meio dos nomes de registro ou imagens escolheram um nome a qual gostariam de ser referidas, e espero que desse modo o compromisso e respeito com elas tenha sido garantido.

IV.

Uma dentre várias questões que esta tese buscou apontar sem ter a pretensão de resolver, diz respeito à heterogeneidade dos sujeitos e a multiplicidade dos saberes. A todo momento estamos insistindo nas diferenças entre mulheres em que mesmo entre as trabalhadoras domésticas observamos grande diversidade de experiências, práticas e formas de se construir. Chamamos atenção para a diferença nesta alteridade também para reforçar a necessidade de visibilização de novas ontologias e epistemologias que não as partições ocidentais longamente aprendidas e impostas a nós como o melhor, único e verdadeiro modo de produção de conhecimento. Vimos que assim como a relação pesquisador-entrevistado, também as teorias e conceitos que utilizamos na construção de nosso objeto são constituídas por relações de poder e desigualdade, presente também em várias escalas nas relações em que as trabalhadoras domésticas fazem parte.

Uma alternativa inicial às injustiças e abusos sofridos pelas domésticas seria a ratificação de convenções e recomendações internacionais que podem orientar planos, leis e políticas locais, o que parece ter acontecido no cenário brasileiro atual. Contudo, se nesse trabalho também nos esforçamos em valorizar outras narrativas com o intuito de gerar novos conhecimentos, quando defendemos a intervenção de agências multilaterais, não estaríamos compactuando para a reprodução de um único modelo humano, o tão disseminado humanismo ocidental, tido enquanto *missão civilizadora* desde os processos de colonização?

Como operarmos a partir de novas gramáticas e sentidos de justiça envolvidos em políticas transnacionais que perpetuam uma única narrativa que tem o Ocidente como medida?

Inspirada no trabalho de Vidal (2007) e sua análise enquanto um homem branco francês sobre a democracia brasileira, que na teoria e na prática estaria pautada pela impossibilidade de igualdade entre os sujeitos e a decorrente incapacidade do Estado em garantir tal igualdade, retomamos que o indivíduo enquanto valor é justamente construído a partir da democracia, com os ideais de igualdade e liberdade, para a sustentação do capitalismo. O mesmo que, segundo Davis, alicerça o patriarcado e tem no exercício do trabalho doméstico uma mão-de-obra não-remunerada que gera lucros, ou que é sustentado por uma desigualdade de gênero, de classe e cor, nos termos de Devetter, já que uma mulher apenas pode pagar pelo trabalho de outra se a sua hora de trabalho é mais bem remunerada que a da segunda.

Além disso, ainda que a igualdade seja amplamente defendida e valorizada na França, cujo modelo de democracia inspira muitas análises políticas, o que se tem no presente é a criação de um setor híbrido, que conjuga várias atividades sob o rótulo de *services à la personne*, que é desempenhado em sua maioria por mulheres oriundas de países africanos colonizados por franceses, e que a partir de uma política de criação de empregos oferece esses serviços domésticos e de cuidados para os *seus iguais*, o que não inclui os imigrantes ou filhos destes nascidos na França.

O exemplo da França, que junto à Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos se constituem como núcleos de poder mundial é importante para também nos questionarmos sobre a homogeneidade do Ocidente, afinal de contas, apesar de termos instituições produtoras e disseminadoras de conhecimento sobre o Outro nesses países, eles seriam iguais?

Essas são questões que pretendo me dedicar nos próximos capítulos da minha trajetória como pesquisadora e por que não dizer ativista, mas ativista de qual modelo de humanidade? Ainda não sabemos. O que podemos afirmar no momento é que *Erro maior estaria em continuar a enxergar o ocidente como o local 'único' produtor da cultura e do pensamento dominante. Há uma necessidade de se dar cidadania a novos espaços discursivos e comunidades de saber* (Santos, 2010 apud Cossa, 2014: 129).

Então devemos suspeitar das nossas categorias, suspeitar de direitos pautados em uma humanidade comum que apenas fazem sentido na epistemologia ocidental e seu modelo de humano e potencializar outros humanismos, esse é o desafio.

Vamos amigo, lute!
Vamos amigo, lute!
Vamos amigo, lute!
Vamos amigo, ajude!
Senão
A gente acaba perdendo o que já conquistou...
Senão
A gente acaba perdendo o que já conquistou...
Vamos levante e lute!
Vamos levante e ajude!
Vamos levante e grite!
Vamos levante agora!
Que a vida não parou
A vida não pára aqui
A luta não acabou
E nem acabará
Só quando a liberdade raiar...
Só quando a liberdade raiar...
Liberdade!
Liberdade!
Teu povo clama.. Li Li... Dona Li Li...³¹⁷

Lili – Edson Gomes

³¹⁷ De acordo com a trabalhadora Marcelina, esta música fechava várias das apresentações de teatro do grupo de domésticas de Salvador. Decidi finalizar a tese com ela como uma forma de homenagear a estas organização política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, Paulo D. S. *A infância desvalida: menores do Pará entre a Lei do Ventre Livre e a Abolição*. 1987. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 1987.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- APPADURAI, Arjun. Sovereignty without territoriality: notes for a postnational geography. In: LOW, Seta M. and LAWRENCE-ZÚÑIGA, Denise (Org.). *The anthropology of space and place*. Oxford: Blackwell, 2003, p.337-349.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. São Paulo: Zahar, 1981.
- ASSIS, Gláucia O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007.
- ÁVILA, Maria Betânia M. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/ exploração e resistência*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 2, Número especial, p. 203-216, 2º semestre de 1994.
- BACHELARD, Gastón. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.
- BAIROS, Luiza. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVELL, P. (Ed.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- BARCELLOS, Daisy M. de. *Família e Ascensão Social de Negros em Porto Alegre*. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- BARNES, John A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, p. 159-194, 1987.
- BECKER, Howard Saul (Ed.). *The other side: Perspectives on deviance*. New York: Free Press of Glencoe, 1964.
- BENTO, Maria Aparecida S. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 02, p. 479-488, 1995.
- BERGSON, Henri. *Essai sur les donnés immédiates de la conscience*. Paris: PUF, 1970.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BISALT, Laurent; DESTIVAL, Vicent; GOUX, Dominique. Emploi et Chômage des “non-qualifiés” em France. *Économie et Statistique*, Paris, ano 1, v. 273, p.17-27, 1994.

BONIS, Gabriel; MARTINS, Rodrigo; VIEIRA, Willian. Os Serviçais do Brasil. *Carta Capital*. São Paulo, Ano XVIII, n 732, p. 42-47, 23 de Janeiro de 2013.

BOTT, Elizabeth. Metodologia e técnicas de campo. In: _____. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 31-69, 1976.

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

_____. Trabalho Doméstico: Questões, Leituras e Políticas. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, v.43, n. 149, p. 422-451, maio/ago, 2013.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia. Ritos de recepção: Nomes, batismos, certidões como formas de inscrição da criança no mundo social. In: SOUSA, Sonia G. *Infância e Adolescência: Múltiplos Olhares*. Goiânia: UCG, 2003.

BRITES, Jurema; TIZZIANI, Ania; GORBÁN, Débora. Trabajo Doméstico Remunerado – espacios y desafíos de la visibilidad social. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 45, p.226-228, enero-abril, 2013.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero, Idades e Gerações. *Caderno CRH*. Dossiê: Gênero, Idades, Geração. Salvador/BA, v. 17, n.42, p. 349-355, Set./Dez. 2004.

BRÜGGER, Silvia M J. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos de São João del Rei, 1730-1850. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, n.14, Caxambú, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

CABRAL, Amílcar. Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social. In: _____. *Obras escolhidas*. A prática revolucionária. Unidade e luta II. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 239-256.

CALDAS, Luciana Tubello. *Onde se mora não se trabalha*. Estudo Etnográfico de itinerários urbanos, formas de sociabilidade e trabalho de moradores de Alvorada/RS que trabalham em Porto Alegre/RS. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). IFCH, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CALDEIRA, Teresa P. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Editora 34 e Edusp, 2000.

CAMPBELL, Colin. A ética da sensibilidade e A ética romântica. In: _____. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 196-226 e 243-318.

CANEVARO, Santiago. Empleadoras del servicio doméstico en Buenos Aires: orden, afecto y umbrales de “modernidad”. *Revista Avá*, Posadas, n. 15, p. 187-209, jul. 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, 2000.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, n. 17(49), p. 117-132, 2003.

CARSTEN, Janet. *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 15, p. 107-147, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p.229-250, 1997.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. *Estudos Feministas*. Florianópolis, n.0/92, p. 57-73, 1992.

CAVALCANTI, Povina. Vida e obra de Jorge de Lima. Rio de Janeiro, Edições Correio da Manhã, 1969.

CECÍLIA, Maria. Uma casa chamada 14. Belém: IAP, 2003.

CEDECA-EMAÚS. Pesquisa Trabalho Infantil Doméstico em Casa de Terceiros em Belém do Pará – Brasil. *ILO*, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/luisa_000/Downloads/2002_br_cdl_RABrasilBelemdopara_pt.pdf>. Acesso em: 5 de ago. de 2015.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHANEY, Elsa M; CASTRO, Mary G. (Orgs). *Muchacha, Cachifa, Criada, Empleada, Empregadinha, Sirvienta y ... Mâs Nada*. Trabajadoras del Hogar en America Latina. 1 ed. Caracas – Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1993.

CHARDON, Olivier. La qualification des employés. Institut National de la statistique et des études Économiques. Paris, Série des Documents de Travail, N° F0202, Mars 2002, 33 p.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica – antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COLEN, Shellee. Like a mother to them: stratified reproduction and West Indian Childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, F. e RAPP R. *Conceiving the new world order: the global politics at reproduction*. Berkley: University California Press, 1995. p. 78-102.

COLLIN, Françoise. Ces Études que sont “pas tout”. Fecondité et limites des Études féministes. *Les Cahiers du Grif*. Trimestreil/automne 90, Éditions Tierce, Paris, Centre National des Lettres, p.81-93, Printemps, 1988.

CORBIN, Alain. A Relação íntima ou os prazeres da troca. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (org.). *História da Vida Privada – 4*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.503-60.

COSSA, Segone N. *Corpos ubíquos: Estudo etnográfico sobre a construção dos corpos em Moçambique*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

COSTA, Ana Alice A. Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACEDO, Márcia. (Orgs.) *Metamorfoses: Gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA/NEIM, 1998. p. 25-36.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 10 (1), p. 171-188, 2002.

CUNHA, Maria Olívia G. da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DA MATTA, Roberto. *O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues*. Rio de Janeiro: Museu nacional, 1978.

_____. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DANTAS, Luísa Maria S. *"Pais" ou "Patrões"?* Um estudo sobre "crias de família" na Amazônia. 2008. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), IFCH, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

_____. *Criando Parentesco?* Um estudo sobre o apadrinhamento afetivo em Porto Alegre/RS. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. *Destino ou escolha?* Narrativas e memórias acerca do trabalho a partir das experiências intergeracionais de domésticas em Porto Alegre/RS. *Iluminuras*. Porto Alegre, v. 14, p. 306-326, 2013.

DAVIS, Angela. *Women, race and class*. Nova York, Vintage Books, 1981.

DE ASSIS, Machado. *Casa velha*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

DELEUZE, Gilles e GATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Tradução de Joana Moraes Varela e Manoel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio e Alvim, 1972.

DE QUEIRÓS, Eça. *O primo Basílio*. São Paulo: NBL Editora, 1980.

DEVETTER, François-Xavier. Por qué externalizar las tareas domésticas? Analisis de las lógicas desigualitarias que estructuran la demanda en Francia. Bogotá: *Revista de Estudios Sociales*, n. 45, p. 80-95, 2013.

_____. Les temps de travail professionnels et les temps des enfants. In: LE BIHAN, B. et MARTIN, C. *Articuler vie familiale et vie professionnelle*. Quelles politiques en Europe? Rennes, Éditions de l'ENSP, col. Lien social et politiques, 2008.

_____. Travailler au-delà de 48 heures par semaine. *Travail et emploi*, n.114, p. 59-68, avril-juin, 2008.

_____. Gender Differences in Time Availability: professional Logics beyond the impact of domestic sphere. *Gender Work and Organization*, vol. 16, Issue 4, p. 429-450, July, 2009.

DEVETTER, François-Xavier, ROUSSEAU, Sandrine. Working time and sustainable consumption. *Review of social economy* (À paraître), 2011.

_____. The impact of industrialization on paid domestic work: The case of France. *European Journal of Industrial Relations*, vol. 15, n3, p. 297-316, 2009.

DEVETTER, François-Xavier; JANY-CATRICE, Florence & RIBAUT, Thierry. *Les services à la personne*. Coll. Repères, éd. La Découverte, 2009, 128 p.

DEVETTER, François-Xavier, JANY-CATRICE, Florence. L'invention d'un secteur et ses conséquences socio-économiques : objectifs et bilan des politiques de soutien aux services à la personne. *Politiques et management public*, Paris, vol. 27, no 2, pp. 75-102, 2010.

DEVETTER, François-Xavier; ROUSSEAU, Sandrine. *Du balai: essai sur le ménage à domicile et le retour de la domesticité*. Paris: Raisons d'agir éd., 2011. 180 p.

DIEESE. *O Emprego Doméstico no Brasil*. Estudos e Pesquisas, n°68, agosto de 2013.

DIEESE. *Trabalho Doméstico Remunerado*. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Abril de 2015.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo – Ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, editora perspectiva, 1991.

DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURAND, Gilbert. *Science de l'homme et tradition*. Paris: Berg International Editeurs, 1979a.

_____. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973.

DURHAM, Eunice Ribeiro; CARDOSO, Ruth. *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

_____. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ECKERT, Cornelia. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. *Revista Humanas*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, nº 19, 1998.

ECKERT, C. e ROCHA, Ana Luiza C. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. *Revista de Antropologia*, São Paulo - USP, volume 41 número 2, 1998.

_____. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

_____. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli e GUAZZELLI, César (Org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, Série Graduação, 2008, p.9-24.

_____. Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. *Política & Trabalho*, João Pessoa – UFPB, n. 34, 2011.

_____. *ANTROPOLOGIA DA E NA CIDADE* – interpretações sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre: Marcavizual, 2013, 303p.

_____. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavizual, 2013.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador 2*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224 p.

FARIAS, Francisco Pereira de. Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista no Noroeste do Piauí (1982-1996). 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

FLEISCHER, Soraya. *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston*. São Paulo: Annablume, 2002. 272 p.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez editora, 1995. 152p.

_____. *Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. Transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da Histórias e antropologia. *Revista Ilha*, Florianópolis, v.5, n.2, p. 05-31, janeiro de 2004.

FOOTE WHYTE, William. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FOX, Robin. *Parentesco e Casamento*. Uma Perspectiva Antropológica. Lisboa: Coleção Veja Universidade, 1966.

- FRAGA, Alexandre B. *De empregada a Diarista. As Novas Configurações do Trabalho Doméstico Remunerado*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013, 206 p.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, 368 p.
- FRANCO, Maria Sylvia C. F. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933] 1984.
- _____. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, [1936] 2015.
- FRY, Peter. Nas redes antropológicas da Escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual. *Illuminuras*. Porto Alegre, v. 12, n. 27, 2011.
- GALLOTTI, Maria. *The gender dimension of domestic work in Western Europe*. Geneva, International Migration Papers No. 96, ILO, 2009.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC editora, [1973] 1989.
- _____. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GEERTZ, Clifford; JOSCELYNE, Vera Mello. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GIORGETTI, Camila. Comment les catégories supérieures de São Paulo parlent-elles de leurs employés domestiques ? Analyse d'un rapport de classe. *Brésil(s)* [En ligne], n.8, 2015, mis en ligne le 01 décembre 2015, consulté le 27 avril 2016. URL : <http://bresils.revues.org/1598> ; DOI : 10.4000/bresils.1598.
- GIRARD, Christiane. Citoyenneté et Culture de la Domesticité des Femmes Noires au Brésil. In: MARQUES-PEREIRA, Bérengère; CARRIER, Alain. *La Citoyenneté social des femmes au Brésil. Action colective, reproduction, informalité et domesticité*. L'Harmattan, Bruxelles, p.147-155, 1996.
- GOLDSMITH, Mary. La experiência de Conlactraho como organización internacional de trabajadores y trabajadoras domésticas. *Revista de derechos humanos – defensor*. Cidade do México, Número 01 - Enero 2012.
- GOLDSTEIN, Donna. The Aesthtics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. In: _____. *Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shantytown*. Califórnia: California Series in Public Anthropology, 2009.
- GOMES, Fábio de M. S. Amizades muito hierárquicas: direitos e emoções nas relações entre domésticas e patroas. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 24, p. 290-314, 2015.
- GONÇALVES, Ana Maria. *um defeito de cor*. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (Org.) *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GORBAN, Débora. *Empleadas y empleadoras, tensiones de una relación atravesada por la ambigüedad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2012.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência, criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUPTA, Akhil. Imagining nations. In: NUGENT, David and VINCENT, Joan. *A Companion to the Anthropology of Politics*. Oxford, Blackwell, 2007, p. 267-281.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HATOUM, Milton. *Dois irmãos*. Editora Companhia das Letras, 2006.

HEYMAN, Barry Neal. Urbanization and the Status of Women in Peru. Tesis de doctorado, University of Wisconsin, Madison, 1974.

HIGMAN, B.W. El servicio doméstico en Jamaica desde 1750 [1983]. In: CHANEY, E.; CASTRO, M. G. (Orgs). *Muchacha, Cachifa, Criada, Empleada, Empregadinha, Sirvienta y ... Mês Nada*. Trabajadoras del Hogar en America Latina. 1 ed. Caracas – Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1993

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

_____. Desenvolvimento e novas relações de trabalho: uma perspectiva comparativa internacional. In: ÁVILA, Maria Betânia; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza et al. *Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 23-32.

_____. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, junho/2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOOKS, Bel. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In: *Otras inapropiables, feminismos desde la frontera*. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2004.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE – ILO. Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection / International Labour Office – Geneva: ILO, 2013, 146 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_173363/lang--en/index.htm>

IPEA. Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004-2014. Nota Técnica nº24, Brasília, março de 2016.

JACINO, Ramatis. O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição - 1912/1920. 2012. Tese (Doutorado em História), IFCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

JELIN, Elizabeth. Migración a las ciudades y participación em la fuerza de trabajo de las mujeres latino-americanas: el caso del servicio doméstico. *Estudos Sociais*, 4. Buenos Aires: CEDES, 1975.

JESUS, Camila Moreira de. Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco. Anais do III ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, CAHL, UFRB, realizado em Cachoeira, de 18 a 20 de abril de 2012.

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

KATZMAN, Ruben. e RIBEIRO, Luiz César. C. de Q. Metrôpoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, nº 20, 2008.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critiques de l'Économie Politique*, nova série, Paris, n. 5, p. 65-97, 1978.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antônia Malta Campos. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

KUZNESOF, Elizabeth. Historia del servicio doméstico en la América hispana (1492-1980). In: CHANEY, E.; CASTRO, M. G. (Orgs). *Muchacha, Cachifa, Criada, Empleada, Empregadinha, Sirvienta y ... Más Nada*. Trabajadoras del Hogar en America Latina. 1 ed. Caracas – Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1993.

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre. *A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico: estudo sobre estigma e subalternidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

LANNA, Marcos. A estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade? *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, v. 45, nº 1, p. 5-15, jan/abril de 2009.

LANDÉ, Carl H. Introduction. The dyadic basis of clientelism. In: SCHIMIDT, Steffen W. et all. *Friends, followers and factions: a reader*. Berkeley: University of Carlifornia Press, 1977, p. XIII-XXXVII.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. *Ciência em ação*. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. *A esperança de Pandora*. Bauru: Edusc, 2001.

LEINAWEAVER, Jessaca B. Desplazando Niños: Las implicaciones sociales de la circulación infantil en los Andes. Tradução de Jessica Herrera. *CEPAL - Serie Seminarios y conferencias*, no 52, Santiago de Chile, abril de 2008.

_____. Unequal and Ungrateful: Child Circulation and the Moral Economy of Gratitude. *Paper* read at session: Unequal Childhoods. In: Latin American Studies Association meeting, Rio de Janeiro, 2009.

LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Rio de Janeiro: editora Vozes, [1949] 1976. 452p.

_____. A Família. In: SHAPIRO, Harry. *Homem, Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1956.

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 02, p. 489-495, 1995.

LINS DE BARROS, Myriam. *Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

_____. Avós, autoridade e afeto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1985.

LOMNITZ, Larissa. El compadrazgo, reciprocidade de favores en la classe media urbana de Chile. In: *Redes sociales, cultura y poder*. Ensayos de Antropología Latino Americana. México: Flacso, 2001.

LORBER, Judith. Believing is Seeing – Biology as Ideology. In: WEITZ, Rose. *The Politics of Women's Bodies: Sexuality, Appearance and Behavior*. 2.ed. New York, Oxford: Oxford University Press, [1993] 2003, p.12-24.

LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 1991.

MAFFESOLI, Michel. *No Fundo das Aparências*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996, 350 p.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanesia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436 p. (Pensadores(os); v.43)

MARCUS, George. Ethnography in /of the world system. The Emergence of Multi-Sited Ethnography. In: *Annual Review of Anthropology*, n 24, p. 95-117, 1995.

MATTOS, R.C.O. A Juventude Operária Católica–Visão De Uma Utopia. Saber Digital: *Revista Eletrônica do CESVA*, Valença, v. 1, n. 1, p. 103-118, mar./ago. 2008

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003, 536 p.

MEIRA, Heloisa. Batismo e compadrio de índios: um balanço bibliográfico e um estudo de fontes batismais do aldeamento do Rio Pomba e Peixes (MG), 1767-1787. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, ano XIV, no. 46, p. 1-13, julho de 2008.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MOHANTY, Chandra, *Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales*. In: NAVAZ, Liliana S. y CASTILLO, Rosalva A. H. (eds.) *Descolonizando el feminismo. Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, Madrid: Cátedra, 2008.

MONTICELLI, Thays Almeida. O Valor de uma Diária: o jogo de equivalências entre afetos, emoções e direitos. In: *Anais da X Reunião de Antropologia do Mercosul, Córdoba-Argentina, 2013*.

MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

MOTTA-MAUES, Maria Angelica. *Trabalhadeiras & camaradas: relações de gênero, ritualização e simbolismo numa comunidade amazônica*. Belém: UFPA, [1977] 1993.

_____. Na casa da mãe, na casa do pai – Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da circulação de crianças. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.47, nº2, p.427-452, 2004.

_____. *Crias, Criadas, Filhos de Criação: Filhos todos são? Adoção, afetividade e família na Amazônia*”. In: 25 Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. 25a Reunião Brasileira de Antropologia. CD-Rom. Goiânia/GO : Associação Brasileira de Antropologia, v. 2.0. p. 1-8, 2006.

_____. *Modos e Modas de Família: Configurações, Circulação de crianças e adoção*. Projeto de Pesquisa. Belém: UFPA, 2006.

_____. *Uma vez cria, sempre cria(?)*: Adoção, gênero e geração na Amazônia. In: 13º CISO – Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, UFAL – Maceió (AL), 03 a 06 de Setembro de 2007.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica; IGREJA, Daniele G. & DANTAS, Luísa M. S. *De Casa em Casa, de Rua em Rua... na Cidade: Circulação de Crianças, Hierarquias e Espaços Sociais em Belém*. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, Brasil, realizado entre os dias 01 e 04 de junho de 2008.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. *Estudos Avançados*. São Paulo , n. 50, v. 18, p. 209-224, 2005.

NERI, Marcelo. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2008.

OLIVEIRA, Fernanda. Porto Alegre: uma cidade negra? *Jornal Nossa Voz*, São Paulo, n. 1016, Nov. 2015 – Fev. 2016.

OLIVEN, Ruben G. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka B. (Org). *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e Crítica Cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007.

OWENSBY, Brian P. *Intimate Ironies: Modernity and the Making of Middle-Class Lives in Brazil*. Standford: Standford University Press, 1999.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PEIRANO, Mariza. Etnocentrismo às avessas: o conceito de “sociedade complexa”. *Trabalhos de Ciências Sociais*. Série Antropologia, n°35, Brasília, 1982.

_____. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, Sergio. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Antropologia (volume I). São Paulo, Editora Sumaré: 1999, p. 225-266.

_____. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul/dez, 2014.

PEREIRA, Virgínia A. *Herança Escravocrata e Trabalho Doméstico Remunerado – Rupturas e Permanências*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

POESCHL, Gabrielle. Trabalho doméstico *Análise Social*. SOUZA. Leda Maria T. Lisboa, n 156, v.35, p. 695-719, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. 3, Memória. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (ed.). *La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Caracas: Perspectivas Latinoamericanas, Clasco, 2000, p. 201-245.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. Sistemas africanos de parentesco e casamento (introdução). In: MELATTI, Júlio Cezar (org.). *Radcliffe-Brown*. São Paulo, Editora Ática (coleção grandes cientistas sociais), 1978. p. 59-161.

RIBEIRO, Gustavo L. A Condição de Transnacionalidade. *Série Antropologia*, n. 223, Universidade de Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie223empdf.pdf>.

_____. El sistema mundial no hegemónico y la globalización popular. *Série Antropologia*, n. 410, Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie410empdf.pdf>

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papyrus, vols I, II, III, 1994.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Seminário Fazendo Gênero 10 (*Anais Eletrônicos*), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSENBLATT, Sultana L. *Barracão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1963.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SALES, Teresa. *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANCHES, Maria Aparecida P. *Fogões, pratos e panelas: práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador 1900-1950*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SCHIEBINGER, Londa. Skeletons in the closet. The illustrations of the female skeleton in e – eighteenth -century anatomy. In: GALLAGNER, Catherine. e LAQUEUR, Thomas. (ed). *The making of the modern body*. Berkeley, L.A, London: University of California Press, 1987. p. 42-82.

SCHUCH, Patrice. *Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e da juventude no contexto pós-ECA*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009, 296 p.

SCOTT, James. *Weapons of the Near. Everyday forms of peasant resistance*. Newtaven: Yale University Press, 1985.

SENNETT, Richard. *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHILLER, Nina G. Transnationality. In: NUGENT, David and VICENT, Joan. (Ed.). *A companion to the anthropology of politics*. Oxford, Blackwell, 2007, p.449-467.

SILVA, Tiago C. Vaz. *Ver-a-cor: Um estudo sobre as relações raciais no mercado do ver-o peso em Belém (PA)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. RJ, Zahar, 1979.

_____. *Questões Fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006, 118 p.

SOLÍS, Cristina V. *Culturas del cuidado en transición: espacios, sujetos e imaginarios en una sociedad de migración*. Barcelona: Editorial UOC, 2009.

SOUZA, Julia Filet. Paid domestic service in Brazil. *Latin American Perspectives*, 24, VII (1), inverno, 1979.

SOUZA, Leda Maria T. *Dependência da empregada: o espaço da exclusão*. 1991. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco,

Recife, 1991.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Estudos de la Subalternidad: Deconstruyendo la Historiografía. In: MEZZADRA, Sandro et alli. *Estudios Postcoloniales*. Ensayos Fundamentales. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008, p. 33-68

_____. PODE O SUBALTERNO FALAR? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. Enterprising kinship? Consumer choice and the new reproductive technologies. In: STRATHERN, Marilyn; ROUTLEDGE, Chapman. *Reproducing the future: anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. New York: Routledge, 1992.

TAMBIAH, Stanley J. Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, p. 5-24, 1997.

THÉBAUD, Françoise (org.). *Histoire des femmes en Occident*. Le 20ème siècle. v.5. Paris: Seuil, 1993.

UMRIGAR, Thrity. *A Distância Entre Nós*. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

VALIENTE, Hugo. *As leis sobre trabalho doméstico na América Latina*. Centro de Documentación y Estudios (CDE) y ONU Mujeres. Editado e impreso en Asunción, Paraguay, Año 2016.

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, 115p.

_____. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. *Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

_____. *Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

_____. *Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea: Culturas Jovens novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VELHO, Otávio. *Trabalhos de campo, antinomias e estradas de ferro*. Aula inaugural no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

VIDAL, Dominique. *Les bonnes de Rio – Emploi domestique et société démocratique au Brésil*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 2007.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Nacional (Brasiliana, 290), [1956] 1977.

WAGNER, Helmut R. (Org. e Introdução). *Fenomenologia e relações sociais*. Textos escolhidos de Alfred Schutz. RJ, Zahar, 1979.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Blackwell, 1997.

WEBER, Florence. Lares de cuidado e linhas de sucessão: algumas indicações etnográficas na França, hoje. *Mana*, 12(2): 479-502, 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa. v. 1. Brasília: UnB, 1999.

WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo L.(Orgs.). *Antropologia e Poder*. Contribuições de Eric Wolf. Brasília: UNB, 2003.

WOORTMANN, Ellen. Teorias do Parentesco. In: *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do sul e sitiante do nordeste. São Paulo/Brasília: Hucitec/ Edunb, 1995. p: 67-93.

YEHIA, Elena. Descolonización del conocimiento y la práctica: un encuentro dialógico entre el programa de investigación sobre modernidad /colonialidad/decolonialidad latinoamericanas y la teoría actor-red. *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 6, p. 85-114, 2007.

ZALUAR, Alba M. *A Máquina e a Revolta*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002, 265p.

ZELIZER, Viviana. *Dualidades Perigosas*. *Mana*, 15 (1), 2009, 237-256 p.